

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto
(ORGS.)

II CIED - VI JADIS



ESTUDOS DO DISCURSO

O poder do discurso e o
discurso do poder

Volume I

Editora
Paulistana

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto
(Organizadores)

**O PODER DO DISCURSO E O DISCURSO DO
PODER**

Volume I

São Paulo
Editora Paulistana
2018

Copyright © 2018 Dos organizadores

Revisão técnica

Maria Alexandra Guedes Pinto
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Comissão Científica

Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS)
José Gaston Hilgert (UPM)
Kazue Saito Monteiro de Barros (UFPE)
Luiz Antonio da Silva (USP)
Maria Eduarda Giering (UNISINOS)
Maria Eulália Sobral Toscano (UFPA)
Maria Luiza Monteiro Sales Coroa (UnB)
Mercedes Fátima de Canha Crescitelli (PUC-SP)
Rosalice Pinto (CLUNL)

Projeto Gráfico-Capa

Renata Palumbo

Projeto Gráfico, Revisão e Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PINTO, M. A. G. (Organizadores). O poder do discurso e o discurso do poder - v. 1. São Paulo: Editora Paulistana, 2018. 353p. ISBN 978-85-5336-001-7. Acessível em: <http://cied.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Análise Crítica do Discurso. 7. Literatura. 8. Teoria Bakhtiniana. 9. Estilística. 10. Linguística Aplicada. 11. Linguística Textual. 12. Análise da Conversação. 13. Estudos do Léxico.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

Página intencionalmente deixada em branco

Sumário

Apresentação	6
A retórica do convencimento: uma análise do discurso de Dilma Rousseff na campanha para a reeleição <i>Aldora Maia VERÍSSIMO</i>	8
O gesto como ato político: os deputados, o cuspe e o torturador <i>Alexandre da Silva ZANELLA; Dantielli Assumpção GARCIA</i>	20
A responsabilidade enunciativa na denúncia contra a presidente Dilma Rousseff: uma análise da seção “conclusão” do parecer emitido pelo relator do processo na câmara dos deputados <i>Alexandro Teixeira GOMES; Maria das Graças Soares RODRIGUES</i>	30
Conflitos de opinião no Facebook sobre o cenário político brasileiro: polêmica, emoções e agressividade <i>Ana Lúcia Tinoco CABRAL; Nelci Vieira de LIMA</i>	46
O “Movimento surdo em favor da educação e da cultura surda”: uma questão de militância no espaço urbano? <i>Angela Corrêa Ferreira BAALBAKI</i>	64
Lula e a Língua Fluida – Uma Relação Natural? <i>Daianna Brasília de Araujo POMPEU</i>	86
<i>Ethos e ironia</i> : uma análise discursiva da crise na política brasileira retratada pelo discurso jornalístico da Revista Veja <i>Daniella de Almeida Santos Ferreira de MENEZES</i>	98
O discurso e a voz nos telejornais <i>Eda Mariza FRANCO</i>	108
Subjetivação, saberes e poderes: o autor do livro didático como um interveniente na relação pedagógica <i>Eduardo Lopes PIRIS; Isabel Cristina Michelin de AZEVEDO</i>	122
Bela, recatada e do l/bar: o imaginário da mulher na contemporaneidade <i>Elaine Pereira DARÓZ; Ceres CARNEIRO</i>	144
Análise de texto sob a ótica da Linguística Textual e da Análise do Discurso: um objeto e dois pontos de vista <i>Elayne Silva de SOUZA; Valquíria Areal CARRIZO</i>	158

O índio como inimigo interno: artimanhas discursivas da política desenvolvimentista da ditadura militar brasileira e violência aos direitos dos povos indígenas	178
<i>Francisco Paulo da SILVA</i>	
Violência no discurso: insulto, hostilidade e cinismo	194
<i>Geovana CHIARI; Vanice SARGENTINI</i>	
As marcas de poder na escritur(ação) do eu	212
<i>Girlândia Gesteira SANTOS; Vânia Lúcia Menezes TORGA</i>	
O aforizador glosador Dilma Rousseff: embates discursivos sobre as lexias “golpe” e “impeachment” em pequenas frases	232
<i>Gleice Antonia Moraes de ALCÂNTARA; Jorcemara Matos CARDOSO</i>	
Fazer falar e fazer calar: relações de poder em uma construção histórica do discurso de liberdade de expressão	248
<i>Hulda Gomides OLIVEIRA</i>	
As relações de poder em Salvador no século XVII: Um gesto de interpretação de José Alencar	262
<i>João Antonio de SANTANA NETO</i>	
Discurso político, medias sociais e poder: o uso do Facebook e do Twitter na construção do <i>ethos</i> do governador do Maranhão, Flávio Dino	276
<i>Josenilde Cidreira VIEIRA</i>	
Jogo de poder em discursos de documentos oficiais da educação: entre a teoria e a prática docente	298
<i>Jozanes Assunção NUNES; Simone de Jesus PADILHA</i>	
Do discurso à imagem: o estereótipo como uma prática de poder?	320
<i>Ligia Mara Boin Menossi de ARAÚJO; Marco Antonio Almeida RUIZ</i>	
O sujeito político eleitoral e a constituição de seu dizer: uma análise dos debates televisivos presidenciais eleitorais	336
<i>Livia Maria Falconi PIRES</i>	

Apresentação

A noção de discurso enquanto exercício de poder está desde sempre presente nas várias correntes dos Estudos do Discurso. Trabalhada por alguns dos autores mais marcantes da área e com estatuto central nas correntes críticas do discurso, esteve na génese de escolas como a da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso, a Linguística Crítica, a Análise Crítica do Discurso, entre outras. É também uma área de estudos profundamente interdisciplinar que estabelece pontes entre várias Ciências Sociais vizinhas tais como as Ciências da Linguagem, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, para citar apenas algumas. Mais focalizados na análise do discurso enquanto ‘exercício de poder sobre’, ou seja, a face negativa do poder como dominação, os estudos tendem a dar menos peso ao discurso enquanto forma de ‘atribuição de poder a’ (*empowerment; enablement*), uma face positiva conversa de reequilíbrio do poder entre os agentes sociais.

As JADIS VI e o CIED II, num momento histórico marcado por convulsões políticas, económicas e sociais dos dois lados do Atlântico, que recolocam na ordem do dia a importante relação entre linguagem e poder, pretendem abrir um espaço de reflexão sobre os discursos do poder nas suas formas possíveis em sociedade, focalizando o discurso como potenciador de mudança e de construção de modelos alternativos de prática social.

Este espaço de reflexão pretende também olhar para os discursos do poder não apenas como os tradicionais discursos de exercício do poder em contexto institucional (político, judicial, policial), mas como todos os discursos produzidos em contextos de assimetria vertical, tais como o discurso em sala de aula, entre professor e aluno; certos discursos em contexto académico; alguns em contexto religioso e alguns, ainda, em contexto familiar.

A discursivização das relações de poder implica os vários níveis da construção textual, do nível global contextual ao nível local cotextual das estruturas gramaticais, indissociável, portanto, da componente não verbal da comunicação. Estes e outros aspetos estarão sob análise neste Encontro Científico. O tema central deste Encontro assume-se, pois, como amplo e transdisciplinar, favorecendo o diálogo entre diferentes correntes dos estudos do discurso, entre diferentes áreas das Ciências da linguagem e entre diferentes disciplinas das Ciências Sociais, nomeadamente os Estudos da Comunicação e as Ciências Políticas.

As relações discursivas de poder são um tema que continua a ocupar um lugar privilegiado no debate contemporâneo e que se assume como importante, independentemente do contexto geográfico ou cultural de onde parte a reflexão. É igualmente transversal aos vários tipos de análise histórica possíveis, podendo aplicar-se à compreensão de discursos da atualidade ou à compreensão de discursos do passado, numa perspetivação sincrónica, comparativa ou diacrónica.

Página intencionalmente deixada em branco

A retórica do convencimento: uma análise do discurso de Dilma Rousseff na campanha para a reeleição

Aldora Maia VERÍSSIMO (UNIESP/FAPREV)

aldora@terra.com.br

Resumo: Buscou-se identificar os processos de produção que configuram o caráter persuasivo dos textos políticos e os efeitos de sentido gerados através da seleção dos signos linguísticos. A análise do discurso enfatiza a importância das condições contextuais de produção discursiva para a determinação de funcionamento dos signos; e segundo Trevizan (2000), uma concepção mais totalizante de texto, pressupõe unidades gramatical, semântica e pragmática entendendo a enunciação verbal como uma realidade comunicacional impregnada por relações pragmáticas. Apesar do processo de construção lexical e sintático do texto, seu sentido vai além da literalidade configurando-se enquanto símbolo socioideológico. Toda comunicação verbal, não se justifica isolada em si mesma, fora de um vínculo com a situação extralinguística ou social. Sendo uma representação e significação do mundo, o discurso envolve condições sociais, tendo em vista a sociedade em que se insere e o objetivo a que se propõe: o convencimento do eleitorado. Para comprovar as estratégias de convencimento, recorreremos à metodologia da Análise Crítica do Discurso, em trechos selecionados dos discursos presidenciais. Utilizou-se, para a discussão teórica, também, os trabalhos de Bakhtin (1997), Trevizan (2000), Eco (1991), Fiorin (2009) e Maingueneau (2004).

Palavras-chave: Linguagem; Discurso político; Argumentação; Contexto.

Abstract: We tried to identify the production processes that configure the persuasive character of the political texts and the effects of sense generated through the selection of the linguistic signs. Discourse analysis emphasizes the importance of the contextual conditions of discursive production for the determination of the functioning of signs; And according to Trevizan (2000), a more totalizing conception of text presupposes grammatical, semantic and pragmatic units, understanding verbal enunciation as a communicational reality impregnated by pragmatic relations. Despite the process of lexical and syntactic construction of the text, its meaning goes beyond literality as a socio-ideological symbol. All verbal communication is not justified in itself, apart from a link with the extralinguistic or social situation. Being a representation and meaning of the world, the discourse involves social conditions, in view of the society in which it is inserted and the objective that it proposes: the convincing of the electorate. In order to prove the convincing strategies, we used the methodology of Critical Discourse Analysis, in selected excerpts from the presidential speeches. The work of Bakhtin (1997), Trevizan (2000), Eco (1991), Fiorin (2009) and Maingueneau (2004) was used for the theoretical discussion.

Keywords: Language; Political speech; Argumentation; Context.

1 Introdução

O propósito deste trabalho é analisar a constituição do discurso político em campanhas eleitorais para compreender o jogo estratégico que se constrói com o objetivo de convencimento dos eleitores. Apresentando uma análise documental, o corpus deste trabalho é formado por trechos de discursos da candidata do PT - Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Dilma Rousseff, em campanha pela reeleição em 2014, mais especificamente:

a) Discurso que marcou o início de sua Campanha para a Reeleição, em Montes Claros, Minas Gerais, em 02 de agosto de 2014;

(<https://www.youtube.com/watch?v=2MhDXjiA9kg>).

b) Discurso em Uberaba, Minas Gerais, em 22 de outubro de 2014;

(<https://www.youtube.com/watch?v=2MhDXjiA9kg>).

c) Discurso de Posse em janeiro de 2015;

(<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>)

2 Pressupostos teóricos

Reportando-nos a Trevizan (2000) cuja teoria se fundamenta nos pressupostos da Crítica Sociológica, Análise do Discurso e Estética da Recepção, podemos definir texto ou discurso "como produto de atualização linguística de sujeitos históricos inseridos em estratégias de interlocução." (p. 13) Na concepção bakhtiniana, o signo linguístico é sempre ideológico, portanto não é apenas "um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade." (BAKHTIN, 1986, p. 33 in TREVIZAN, 2000, p.29)

Assim, um texto se confirma portanto, como "um espaço de produção social de significação onde a palavra deixa de ser percebida como uma forma lexical fixa, para ser apreendida nas suas relações diversas, quando atualizadas na estrutura real de comunicação." ou "Um texto, enfim, é parte integrante de um meio cultural específico e não pode constituir objeto único de estudos exclusivamente linguísticos". (TREVIZAN, 2000, p.30) Entendendo assim, "toda e qualquer comunicação verbal não se justifica, se isolada em si mesma, fora de um vínculo com a situação extralinguística." (TREVIZAN, 2000, p.30)

A Análise do Discurso, também, enfatiza a relevância das condições textuais de produção discursiva para a determinação do funcionamento sígnico. Pêcheux (1988, in TREVIZAN, 2000, p. 19) afirma que "O sentido de uma palavra não se esgota em si mesmo mas, ao contrário, estabelece uma rede de conexões significativas ancoradas nas relações sociais ocupadas pelos usuários da língua num determinado tempo e espaço históricos."

Segundo Reis e Lopes (1988, p. 27- 8 in TREVIZAN, 2000, p. 13 - 4) a proposição teórica de Benveniste de que o discurso é a "manifestação da língua na comunicação efetiva entre os membros de uma comunidade" abriu novas perspectivas para os estudos linguísticos, pelo reconhecimento da relevância do sujeito e da situação no processo de descrição e análise da atividade verbal. O texto, então passa a ser visto como "uma unidade comunicacional globalmente coerente", incluindo um LOCUTOR, um ALOCUTÁRIO, uma referência ao MUNDO e marcas da situação da qual EMERGE. (TREVIZAN, 2000, p.14) "mais que uma estrutura linguística, o texto se define como uma MACRO ESTRUTURA de DIMENSÃO IDEOLÓGICA."

Para Maingueneau, a Análise do Discurso não tem por objeto "nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação" mas deve "pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinado." (CHARADEAU, MAINGUENEAU, 2004, p. 44) Ainda para Maingueneau (2004, p. 20) "fora de contexto, não se pode falar realmente do sentido de um enunciado"

Conforme Maingueneau (2004, p. 34-6), as principais leis do discurso são:

- a) a lei da pertinência- toda enunciação deve ser adequada ao contexto em que acontece e interessar ao destinatário, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação;
- b) a lei da sinceridade- diz respeito ao engajamento do enunciador: prometer, afirmar, ordenar, desejar...;
- c) a lei da informatividade - fornecer informações novas e necessárias ao destinatário;
- d) a lei da exaustividade - dar todas as informações, máximas ou completas;
- e) a lei da modalidade: clareza e economia de palavras: isso depende do gênero do discurso/ o eu que fala e para quem se fala.

Para Roland Barthes (in MAINGUENEAU, 2004, p. 98)

ETHOS: são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão; são os ares que o orador assume ao se apresentar perante o público; o ETHOS envolve a enunciação sem estar explícito no enunciado (o ritmo, a entonação calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos) constrói-se uma representação do corpo do enunciador e não do autor efetivo. O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se pelo ETHOS e pelas IDEIAS que transmite (...) uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser; (p. 99). Portanto, o poder de persuasão de um discurso consiste em levar o leitor/ouvinte a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. O ETHOS confere a si mesmo uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.

Quanto ao uso dos pronomes em um discurso, Emile Benveniste (MAINGUENEAU, 2004) especifica: " de uma forma geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa..." (p. 127); o NÓS não é efetivamente uma coleção de EUS, "é um eu expandido para além da pessoa estrita ..." O uso do NÓS: pode significar singular (indício de humildade), assim como o indivíduo que se manifesta como EU é aquele

que se responsabiliza pelo enunciado que transmite (p.137). O uso do discurso direto, ou seja, a exata reprodução das palavras do enunciador citado serve para criar autenticidade, distanciar-se, mostrar-se objetivo, sério... (p. 142).

Fiorin (2009) esclarece que uma narrativa complexa, como o discurso político, compreende 4 fases: Manipulação: tentação, intimidação, sedução, provocação; Competência: saber e ou poder fazer algo; Performance: operar a transformação; Sanção: constatação do que foi realizado e o reconhecimento do sujeito da realização; (p.29 -31)

Quando se produz um enunciado para alguém: a) o enunciador realiza um fazer persuasivo; b) o enunciatário realiza um fazer interpretativo. Podem-se perceber marcas dessa enunciação em: - actorialização: pessoas envolvidas; - espacialização: espaço, lugar; temporalização: tempo, quando (p.57).

O discurso político, como qualquer outro ato de comunicação tem como finalidade última persuadir o outro (leitor ou ouvinte) a aceitar o que está sendo comunicado, daí a importância das estratégias argumentativas que se constituem um conjunto de procedimentos linguísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário (p. 75). Por isso é legítimo dizer que "todo discurso é argumentativo, visa persuadir o ouvinte." Desde a escolha da norma linguística até o modo de organização do texto contribuem para a eficácia da argumentação.

Entre os procedimentos argumentativos o enunciador poderá utilizar-se de: Ilustração, Figuras de pensamento e Figuras de retórica, que concorrerão para comprovar afirmações do enunciador, reforçar a crença no que foi dito e como estratégias de persuasão. (p.75 -9)

Na referida obra, Fiorin, trata também do efeito da manipulação de verdades e mentiras, simulação e dissimulação de fatos e comentários, cabendo ao enunciatário perceber (ou não) as verdades ou mentiras em seu fazer interpretativo.

Charaudeau e Maingueneau, no Dicionário de Análise do Discurso. (2004) dizem que a motivação da Análise do Discurso é dupla:

- a) as frases contêm elementos que não podem ser interpretados no nível da frase;
- b) a interpretação de um dado discurso não se reduz à soma das interpretações das frases que o compõem;

Há que se estabelecer uma profunda relação entre texto e contexto para que o enunciado linguístico ganhe significado dentro do contexto social em que se insere e de onde emerge. Em se tratando de discurso político, o canal de transmissão é a palavra oral, que designará a aptidão do enunciador no domínio da língua para se fazer entender ou fazer com que entendam aquilo que se quer transmitir (que se quer seja entendido). O contexto e o enunciatário de certa forma determinam os recursos persuasivos necessários.

É válido, então, afirmar que o sujeito de um enunciado não pode ser desvinculado da noção de ideologia, já que todo sujeito discursivo deve ser sempre considerado como um "ser social, histórico e

ideológico, que merge de um espaço social coletivo". Assim sendo, esse sujeito discursivo estará sempre "assujeitado" ora pela ideologia, ora pelo seu próprio inconsciente. O discurso ou a linguagem materializa, conforme Orlandi, a ideologia do enunciador. Todos os discursos são ideológicos, porque a ideologia é inerente ao signo linguístico que, por ter um caráter arbitrário, permite que a linguagem leve à criação, à produção de sentido ou à manipulação dos sentidos dos signos.

Para Bakhtin (1997), um discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos; a linguagem é fundamentalmente heterogênea, o que evoca as noções de dialogismo, por isso a Análise do Discurso sempre considera o interdiscurso ou a heterogeneidade discursiva, que estão explícitas na superfície do texto através de citações e intertextos e suportam o convívio do diferente e do contraditório em seu interior.

3 Análise dos resultados

3.1 Discurso que marcou o início da Campanha de Dilma Rousseff para a Reeleição, em Montes Claros, Minas Gerais, em 03 de agosto de 2014

Uma análise atenta do discurso citado aponta para a constante alternância do uso da 1ª pessoa do singular EU, onde se deduz a responsabilização pelo conteúdo da enunciação, alternando com o uso da 1ª pessoa do plural NÓS, indicando fazer parte do grupo político que se encontra no poder, ou ainda a aproximação com o ouvinte e eleitor.

A espacialização, sempre utilizada, que identifica o lugar (onde se está) denota conhecimento do lugar habitado por seus eleitores: Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e Recife (Vila Brasília Teimosa), espaços representativos da pobreza extrema indicando clara opção ideológica do Partido dos Trabalhadores e assim também da candidata Dilma Rousseff pelos mais desfavorecidos.

Como reflexo da "referência ao mundo" e "marcas da situação da qual emerge" (Benveniste) a enunciativa lança mão da figura carismática do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva como estratégia de credibilidade. Tendo sido alçada ao poder, no primeiro mandato, por indicação de Lula e sabedora de sua imagem altamente positiva entre a população, a candidata, cita-o inúmeras vezes para comprovar identidade de pensamentos e de ideologia.

Como estratégia de convencimento, de aproximação e de se fazer entendida, a candidata utiliza-se fartamente do registro linguístico informal, como em: "Zé - o que que mudou - olha só - Então gente - E aí eu quero falar uma coisa pra vocês... - Ah, presidenta, credito nisso não ... - tão dizendo..."; a justaposição desarticulada de orações: "Então qual é a consequência? É o seguinte: Quem fez, quem fez, quem se comprometeu, quem foi lá e fez e resolveu o primeiro problema tem condição de falar pra vocês..." "Fui lá e falei: Presidente Lula eles tão dizendo que é cem mil e o Presidente Lula me disse: Coisíssima nenhuma...".

São características típicas da linguagem oral informal e produzidas, normalmente, com modulações na voz que simulam espontaneidade, autenticidade, afetividade e familiaridade com a plateia (alocutários).

A candidata Dilma, faz inúmeras referências às mulheres, de forma elogiosa, quando cita a porcentagem de matrículas femininas do PRONATEC, promovendo assim uma forte identificação das eleitoras (maioria da população brasileira) com a figura feminina da "Presidenta", símbolo de mulher batalhadora com uma história de vida comprovadamente corajosa. Conforme Fiorin (2009) a enunciadora utiliza-se da estratégia de manipulação por sedução, na qual manifesta um juízo positivo sobre a competência do manipulado.

As referências ao programa "Mais Médicos" vêm ao encontro de sério problema brasileiro conhecido por todos e principalmente pelos mais humildes que é a precarização da saúde e obedecem a duas Leis do Discurso, segundo Maingueneau (2004): à Lei da Pertinência (o conteúdo da enunciação deve interessar ao destinatário) e à Lei da Informatividade (oferecendo dados numéricos que favorecem à credibilidade, embora não possam ser comprovados pelo cidadão comum).

"É o seguinte: quem fez, quem fez, quem se comprometeu, quem foi lá e fez e resolveu o primeiro problema tem condição de falar pra vocês: eu resolvo o segundo problema. É isso que eu estou falando aqui, o que o meu governo e o que o governo do Presidente Lula fizeram foi mostrar como era possível mudar o Brasil e que não só era possível, como nós fizemos, nós temos a nosso favor, ter feito."

A escolha dos vocábulos agrega a convicção de capacidade, ser capaz de fazer e a referência ao ex Presidente Lula, figura carismática e popular enuncia a continuidade: Ele fez, ela fez e continuará fazendo. O uso do pronome nós denota semelhança, proximidade, inclusão no grupo liderado pelo ex Presidente, a plateia também se sente parte do processo.

A construção da imagem da competência prossegue em: " Como nós tínhamos conseguido fazer um milhão (refere-se à construção de casas populares), quando chegou a minha vez nós pudemos aumentar o número e aí fomos para 2 milhões 750 mil porque tínhamos feito um milhão senão não íamos ter competência pra fazer." Novamente os números como estratégia de sedução e credibilidade.

A enunciação persuade o público a acreditar que o governo do PT em continuidade é o melhor para o país (principalmente por utilizar dados numéricos sobre um problema tão sério do povo mais humilde, o déficit de moradias).

A palavra da promessa, os dados numéricos, a individualização, a familiaridade em se referir ao cidadão dizendo-lhe o nome, constituem estratégias de convencimento que implicam fortemente o fazer interpretativo do público ouvinte: "Da mesma forma, gente, é o PRONATEC, o PRONATEC aqui do Gustavo Silva. O PRONATEC nós começamos e vamos fazer 8 milhões de matrículas e nos próximos 4 anos o objetivo é fazer mais 12 milhões de matrículas. Serão 20 milhões de brasileiros e brasileiras beneficiados com o PRONATEC."

"Para que nós... a educação cumpre 02 papéis: o 1º papel, ela garante que tudo isso que lá a partir do Lula nós conseguimos, nesse país, que foi diminuir a desigualdade que era vergonhosa, distribuir renda, fazer com que a empregada doméstica sente no seu lugar lá no hospital, que o filho do pedreiro vire médico, que o porteiro vire médico, tudo isso, pra não ter volta atrás tem que ter educação, formação de técnicos, oportunidades para universitários, nós temos de dar educação para os brasileirinhos e pras brasileirinhas porque eles têm que ter a mesma, a mesma oportunidade que o filho do pessoal dos mais ricos."

No excerto acima fica patente ao interlocutor a continuidade do Programa do partido dos Trabalhadores e das ações do ex Presidente Lula, mostrando sua capacidade para continuar esse trabalho e seu conhecimento das necessidades dos brasileiros menos favorecidos. Ao se referir "aos brasileirinhos e brasileirinhas" que devem ter a "mesma oportunidade que o filho do pessoal mais rico" evidencia a oposição pobres X ricos ou luta de classes deixando patente sua opção pelos mais pobres conforme postulações e / ou ideologia do partido que representa.

"Porque um motivo muito simples, nós estamos em ano eleitoral e em ano eleitoral se usa, muita gente usa de falsidade, mentiras, desinformações para politizar e criar a situação do quanto pior melhor, por isso eu peço a atenção de vocês: não acreditem que o BRASIL está numa situação de crise na proporção que eles falam, nós não somos uma ilha, pelo contrário somos um continente mas aqui a inflação está sob controle, enquanto que no resto do mundo entre 2008 e 2014 eles desempregaram 60 milhões de pessoas, aqui no BRASIL nós empregamos 1 milhão e 500 mil pessoas. Além disso a renda do trabalhador cresce em termos reais 70% real e que que acontece?"

Novamente a candidata à Presidente trabalha com juízo de valor, falando da situação do Brasil que se afigura oposto à situação mundial, trabalhando com informações superficiais com uma plateia que certamente desconhece os dados referenciados, deixando clara a desconstrução do ethos do adversário e reforçando seu ethos de competência (não importando se o que se fala é verdade ou falsidade). A oposição eles/nós novamente remete a uma divisão de classes que deixa implícitos valores éticos e de incompetência do adversário.

3.2 Discurso da Candidata Dilma Rousseff em Uberaba, Minas Gerais em 22/out./2014

O discurso é iniciado pela espacialização (a candidata é mineira), identifica o lugar (onde), denotando conhecimento: Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha), espaços representativos de pobreza extrema indicando opção pelos mais desfavorecidos, uma bandeira do Partido dos Trabalhadores, numa evidência da ideologia defendida.

"Nós estamos aqui na Praça Zumbi dos Palmares. E eu quero dizer pra vocês que a eleição está chegando no fim. Eu não podia deixar de vir aqui em Uberaba, onde a família de minha mãe viveu durante muitos anos ali na Rua Vigário Silva e eu venho aqui porque numa eleição a gente tem de voltar às raízes, a gente tem de olhar pra onde, da onde e de quem nós saímos. Eu saí do berço mineiro. Eu saí dessa terra das gerais..."

A referência à família e ao endereço, com valorização das raízes, cria uma estratégia de profunda identificação do enunciador com o enunciatário.

A desconstrução do ethos do adversário está explícito em "... venho aqui nessa campanha que tá em jogo o futuro do nosso país, nós sabemos quem é que no passado desempregou, quem é que conseguiu bater o recorde de desemprego em 2002, o Governo Fernando Henrique Cardoso. Nós, naquele ano de desemprego só ganhamos da Índia porque a Índia desempregou 41 milhões e nós conseguimos desempregar naquele ano 11 milhões de brasileiros e brasileiras. Está em jogo o salário, o salário mínimo, que o candidato dele, à Ministro da Fazenda acha alto demais. Tem de reduzir. Nós não vamos permitir nem admitir que o Brasil volte pra trás."

A citação de Fernando Henrique Cardoso, político bastante conhecido, que representa o "eles" e se contrapõe ao "nós" sinaliza os aspectos negativos das gestões anteriores, principalmente no quesito desemprego e queda do valor do salário mínimo. Novamente o conteúdo enunciativo desconstrói o ethos do adversário e corresponde aos anseios da parcela carente da população que não quer, obviamente, "que o Brasil volte atrás."

A reiterada enumeração dos programas sociais desenvolvidos por sua gestão, na verdade pela gestão do Partido dos Trabalhadores: criação de vagas em Universidades pelo PROUNI, abertura de Institutos Federais, Escolas Técnicas, PRONATEC, construção de habitações no Programa Minha Casa, Minha Vida... calcados na possibilidade e desejo de manter esse "progresso": "nós hoje estamos lutando para manter", "Agora nós temos de fazer muito mais pelo Brasil na Educação, na Saúde e na Segurança.", deixa claro para o eleitor a necessidade de continuação dessa ideologia em que se faz opção pelo apoio aos menos favorecidos.

Se atentarmos para os implícitos ficaria a dúvida quanto à manutenção desses programas dada a situação econômica do Brasil, mas o fazer interpretativo dos ouvintes e ou eleitores não considera essas questões mais complexas.

O autoelogio e a imagem da competência, que compõem o ethos que se decidiu mostrar, está evidenciado em: "Nós temos uma política, a única política dos últimos anos de construção de habitação que é o Minha Casa, Minha Vida. Construímos 03 milhões e 600 mil, aliás, 8 mil aqui em Uberaba. Quantas lá em Uberlândia? 20 mil em Uberlândia. Aqui, Piau, nós vamos construir mais 12 mil, né, Piau."

O possível atendimento de uma necessidade básica à cidadania que é a moradia digna se constitui um argumento fortíssimo para o convencimento do eleitorado, principalmente dos que ainda não possuem sua casa própria e veem na fala da Presidenta a possibilidade de concretização de um sonho: o da casa própria, "nós vamos construir mais 12 mil".

Dados numéricos e a referência a nomes das cidades da região reforçam a lei da credibilidade e da exaustividade e, ainda o reforço da construção do ethos de competência.

"Essa é a boa disputa. Quem faz mais Minha Casa, Minha Vida? É a disputa que beneficia o povo desse país. Quero dizer pra vocês que o dia 26 tá chegando e eu conto com vocês, eu conto com cada um e cada uma. Vamos e aqui eu quero perguntar uma coisa, quero perguntar e pedir, perguntar, quero perguntar: Vocês vão pra rua convencer os vizinhos e amigos? Vaaamos."

Se o Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado e viabilizado pelo Partido dos Trabalhadores, o questionamento "Quem faz mais Minha Casa, Minha Vida?" apenas reforça a competência do partido que está no poder.

Para finalizar o discurso, a enunciativa alerta a plateia sobre a proximidade do dia da eleição e pede o voto "Eu quero pedir o voto de cada um e cada uma" "... pedir para Minas Gerais crescer ... nós vamos transformar Minas Gerais ... trazer ... os programas sociais ... nós assumimos o compromisso ...". O voto é a resposta concreta de que as estratégias de convencimento foram eficientes.

Como reflexo da "referência ao mundo" e "marcas da situação da qual emerge" (Benveniste) a enunciativa lança mão de um vocabulário seletivo, específico, direcionado como estratégia de convencimento e de credibilidade, dizendo coisas que vão ao encontro de necessidades muito fortes do povo morador de regiões muito pobres, assumindo o compromisso de oferecer oportunidades para o crescimento do povo mineiro.

3.3 Discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff - reeleição (janeiro de 2015)

Sendo um discurso realizado em espaço fechado, em suporte escrito, para uma plateia seleta (políticos e partidários) e repercussão na mídia televisiva local e mundial, percebe-se um aprimoramento do registro linguístico e mais formalidade e respeito às regras. Como fenômeno midiático, o discurso político atinge todas as classes sociais, sendo natural que tenha sido construído de forma minuciosa para o convencimento do eleitorado.

Chamam a atenção os vocativos utilizados na oratória do discurso para referir-se ora aos políticos, ora ao povo, tanto os presentes quanto aos que estivessem ouvindo e vendo pelas televisões de norte a sul do Brasil e do mundo. Para dirigir-se aos políticos presentes, opta por um tratamento ao mesmo tempo cerimonioso e que de certa forma denota proximidade: Senhoras e Senhores.

Em relação ao povo, a utilização dos vocativos apresenta uma diferenciação gradativa com forte marca crescente e carinhosa. Ao dirigir-se ao povo, o primeiro vocativo é: Meus queridos brasileiros e brasileiras, forma carinhosa e que indica envolvimento emocional pelo uso do pronome possessivo " meus" e do adjetivo "queridos", utilizando-se de um enunciado persuasivo, investindo no aspecto emocional, com o objetivo de identificação com o público. No decorrer da fala, a espaços regulares, utiliza-se de diferentes vocativos, como "Amigos e Amigas" e ainda "Meus amigos e Minhas amigas", falando aos eleitores e expondo o que fez, o que está em andamento e o que pretende fazer. Sua fala reafirma algumas propostas da gestão anterior, avalia o 1º mandato e traça metas para o 2º mandato.

Ao falar sobre Educação, ponto delicado para o Brasil, cita o novo slogan "Brasil: Pátria Educadora", referindo-se aos investimentos que pretende fazer, e fala aos ouvintes utilizando-se do vocativo "Senhoras e Senhores". Encerra sua fala novamente com um chamamento carinhoso e indicador de identificação entre a Presidente e a população: "Meus amigos e minhas amigas".

No discurso de posse pela reeleição, a Presidente faz uma avaliação do primeiro mandato, cita os avanços sociais e econômicos que beneficiaram os menos favorecidos e sinaliza as necessidades de "ajustes" em alguns setores para alavancar a eficiência, como estabilidade econômica e reforma política. Elenca os programas sociais que terão continuidade nesse segundo mandato (Bolsa Família, Minha casa, Minha vida e Mais Médicos), sinalizando que não haverá grandes mudanças nesse setor, objetivando acalmar a população em relação ao contraditório veiculado pelos adversários em campanha.

Nos últimos parágrafos, a referência às Olimpíadas de 2016 e o combate à corrupção vêm ao encontro dos anseios da população brasileira, funcionando como um sedativo, um entorpecimento para enfrentar possíveis dias difíceis que possam ou não vir a afligir o país. Segue falando da Petrobrás, já alvo de investigações criminosas, de forma elogiosa, minimizando os problemas e propondo punição aos culpados. Novamente uma estratégia de sedução direcionada, ainda que contraditória, aos que têm menos capacidade de análise.

Em uma oratória positiva, conveniente em momentos de embate de eleitores, alguns aliviados outros preocupados com sua reeleição, realça seu desejo de "viver em um país democrático", fala de problemas pessoais (saúde), e do "coração valente" que a impulsiona a enfrentar e vencer as dificuldades. Termina sua fala com a citação de um pensamento, com "sabor de oração": "O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois.", agradece e dá vivas ao Brasil e aos brasileiros. A inovação explícita no slogan para a reeleição "Governo novo, Ideias novas", parece apontar para uma lenta e cuidadosa desvinculação do 2º mandato do Governo Dilma em relação ao 1º mandato do Governo Dilma, fortemente marcado pela onipresença do ex Presidente Lula, embora a ideologia petista continue presente.

4 Considerações finais

Conforme abordado na trajetória teórica deste artigo, os discursos da Candidata Dilma Rousseff são essencialmente ideológicos e simbólicos. Em vários momentos, nos três discursos analisados, a enunciadora se coloca como parte de um processo político de transformação do Brasil, em continuidade à obra do ex Presidente Lula, representante maior do Partido dos Trabalhadores e artífice primeiro dessa transformação que visa, antes de tudo reconhecer, acreditar e investir na "força do povo". Daí os tão propalados projetos sociais e o ethos de competência e ética construído para apoio e valorização do povo.

A minimização dos desmandos da Petrobrás e o apelo ao combate à corrupção, embora contraditórios em essência, parecem imprimir ao segundo mandato de Dilma Rousseff uma certa independência em relação às ações do Governo Lula.

Apesar de traçar um panorama de feitos significativos em tempos de Lula e no seu mandato anterior, a Presidenta identifica a relevância dos problemas a serem enfrentados e diz "Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha(...) conto com o apoio dos senhores parlamentares, (...)com o forte apoio da minha base aliada (...) com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos e (...) estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil." configurando a necessidade de apoio de todos os segmentos, caracteriza assim mais um período de governo populista, conforme o ethos propalado em toda a campanha.

Sendo o voto a resposta positiva às estratégias discursivas do político, a eficácia da construção do ethos, associada ao "mascaramento" das ideologias da classe política dominante, converge para que tudo o que é ou foi dito seja passível de identificação refletindo os interesses do povo de um modo geral.

Deste modo, observa-se o poder do discurso enquanto confronto de ideologias ou como estratégias de convencimento que têm como objetivo angariar a confiança e o apoio do eleitorado materializado no voto. É muito claro o caráter persuasivo dos discursos analisados, principalmente por apresentarem um enunciado que vai ao encontro dos interesses da maioria do povo brasileiro, espelhando ou não os reais propósitos de quem os pronuncia.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

ECO, Humberto. **Semiótica & Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GEBRAN, Raimunda Abou (Org.). **Contexto Escolar e Processo Ensino Aprendizagem: Ações e Interações**. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. **O Texto e a Construção dos Sentidos**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

TREVIZAN, Zizi. **As malhas do Texto: Escola, Cinema e Literatura**. São Paulo: Editora Clíper, 2000.

TREVIZAN, Zizi. **O Texto é Pretexto: Leitura e Redação na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Grafoeste, 1994.

O gesto como ato político: os deputados, o cuspe e o torturador

Alexandre da Silva ZANELLA (UFF/CAPES)

aleszanella@gmail.com

Dantielli Assumpção GARCIA (PNPD-CAPES/UNIOESTE)

dantielligarcia@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso, analisar uma sequência do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em que Jair Bolsonaro homenageia o coronel, um dos comandantes da Ditadura Militar brasileira, Carlos Alberto Brilhante Ustra e os gestos que tal “homenagem” gerou: um na Câmara dos Deputados (o gesto de cuspir de Jean Wyllys em direção ao deputado do PSC) e outro na rede social Facebook. Mostraremos como esses gestos inscrevem-se em práticas de resistência e produzem outros sentidos à Ditadura Militar brasileira e a seus torturadores.

Palavras-chave: Gesto; Impeachment; Dilma Rousseff; Ditadura militar; Análise de discurso.

Abstract: From the theoretical perspective of Discourse Analysis, this paper aims to analyze a sequence of the impeachment process of President Dilma Rousseff, in which Jair Bolsonaro honors Carlos Alberto Brilhante Ustra, a colonel who was one of the commanders of the Brazilian Military Dictatorship, and aims to analyze the gestures that such “homage” produced: one in the Chamber of Deputies (Jean Wyllys spitting gesture towards the deputy affiliated to the PSC party) and another on the social network Facebook. We will show how these gestures are inscribed in resistance practices and produce other meaning to the Brazilian Military Dictatorship and its torturers.

Keywords: Gesture; Impeachment; Dilma Rousseff; Military dictatorship; Discourse analysis.

1 Palavras iniciais: votos e gestos

A partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, fundada na França por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e seus seguidores, neste trabalho, dividido em dois momentos, pretendemos analisar uma sequência do processo de votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, realizado no dia 17 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados, em que o deputado Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão, declara seu voto a favor do impedimento da presidenta legitimamente reeleita e dedica seu voto à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

O discurso de Jair Bolsonaro gerará dois gestos: um na própria Câmara dos Deputados e outro nas redes sociais. Na Câmara, após as declarações do deputado do Partido Social Cristão (doravante, PSC), o gesto de Jean Wyllys, do Partido Socialismo e Liberdade (doravante, PSOL), de cuspir em direção ao deputado Jair Bolsonaro. Nas redes sociais, o gesto dos internautas de rememorar quem foi o coronel Brilhante Ustra gerará outros dois gestos: um de identificação ao dizer de Bolsonaro e também de identificação às práticas da ditadura militar e outro de contraidentificação que sustenta/ressignifica o discurso de Bolsonaro como um discurso de apologia à tortura e contra os direitos humanos.

Nosso objetivo, portanto, é analisar esses gestos no jogo das relações de força antagonistas que existem no estágio atual do campo político brasileiro, mostrando como esses gestos (de cuspir, de ressignificar na rede) textualizam também práticas de resistência e se sustentam como um ato político que busca, portanto, contraidentificar o discurso de apologia à tortura e a torturadores de Jair Bolsonaro.

2 Gestos em confronto: da identificação à resistência

A Análise de Discurso pecheutiana, perspectiva que assumimos neste trabalho, constitui-se na articulação de três regiões de saber: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Conforme Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163-164):

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

A Análise de Discurso reterritorializa os conceitos ligados às teorias da linguagem e da ideologia, constituindo-se como uma “disciplina de entremeio” que se formula na contradição desses campos de saber. Assim, trabalhar a partir dessa perspectiva teórica, como pontua Mariani (1996, p. 25), significa uma tomada de posição que se “quer crítica quanto aos sentidos já constituídos e dados como óbvios”. Questionando a transparência da linguagem, a AD tratará da materialidade linguística “em relação às posições discursivas

ocupadas nos processos enunciativos, cujo fio intradiscursivo se dá enredados pelo interdiscurso, i.e., pela memória cumulativa do dizer” (MARIANI, 1996, p. 33).

Além da materialidade linguística, neste trabalho, interessa-nos o *gesto*. Para pensá-lo enquanto ato, precisamos falar do Pêcheux de 1969. Para o filósofo:

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 76, itálico e aspas do autor).

Na conjuntura da época de uma primeira formulação sobre a teoria do discurso, Pêcheux (*ibidem*) já vislumbrava o que depois, na segunda fase da teoria, viria a ser o importante conceito de interdiscurso (PÊCHEUX, [1975] 2009). No fragmento recortado acima, já é possível depreender como o autor encaminha que todo processo discursivo é produzido a partir de um “discursivo prévio”, isto é, um “já-dito” que retorna no momento de atualização de um dizer. Nesse fragmento, também se depreende que as “deformações” de que fala Pêcheux ([1969] 2010) naquele momento têm a ver com o que depois seria formulado como as margens próprias das formações discursivas, estas entendidas como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147, itálicos do autor), de modo que um já-dito, no momento em que é atualizado, repetido num tempo outro, produz outros efeitos de sentidos, consoante as condições de produção na qual se inscreve. Lemos em Pêcheux, ainda o de 1969, a seguinte situação:

Seja, por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta a “liberdade do locutor”, ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tornado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada.

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 75-76, itálicos do autor).

Depreende-se, do que precede, que se o discurso pode ser um ato político, *ainda que seja um gesto vazio*, ele produz sentidos que tocam no jogo de relação de forças numa determinada conjuntura. Pêcheux

(*ibidem*) avança em sua reflexão dizendo do jogo de relações de força que no campo do político se inscrevem e inscrevem gestos que podem ser não linguísticos:

Existe [...] um sistema de signos não linguísticos tais como, no caso do discurso parlamentar, os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios, os “movimentos diversos”, que tornam possíveis as intervenções diretas do auditório sobre o orador; esses comportamentos são, na maior parte das vezes, *gestos* (atos no nível do simbólico), mas podem transbordar para intervenções físicas diretas [...]; quando, por exemplo, os “anarquistas” lançavam bombas no meio das Assembleias, qual era o elemento dominante: o gesto simbólico significando a *interrupção a mais brutal que seja*, ou a *tentativa de destruição física* visando tal ou tal personagem política considerada nociva? (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 77).

Como o gesto passa de um ato no nível do simbólico para se constituir como ato físico? O que o gesto textualiza enquanto prática discursiva? O que o gesto retoma como memória, como já-dito? O que o gesto faz circular como sentidos a um evento político? Para pensarmos essas questões, passamos ao discurso do deputado Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados durante a votação para o prosseguimento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história, nesta data, pela forma como conduziu os trabalhos da Casa: parabéns, presidente Eduardo Cunha... Perderam em [19]64, perderam agora em 2016... Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT [Partido dos Trabalhadores] nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo... **Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff...** Pelo exército de Caxias, pelas forças armadas, por um Brasil, acima de tudo, e por Deus, acima de todos, o meu voto é ‘sim’! (17 abr. 2016, negritos nossos).

A partir das condições de produção em que se inscreve, Bolsonaro *evoca* a memória do primeiro torturador condenado pela Justiça brasileira pelo crime de assassinato durante a Ditadura Civil-Militar. Na sequência após o discurso de Bolsonaro, dois discursos que imediatamente lhe seguem no processo de votação na Câmara dos Deputados, os de Jandira Feghalli (afiliada ao Partido dos Trabalhadores/Rio de Janeiro) e o de Jean Wyllys (PSOL/Rio de Janeiro), que votam ‘não’ ao prosseguimento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, vão em direção contrária dos efeitos de sentidos que o discurso de Bolsonaro produz, uma vez que ambos ocupam posições em formações discursivas críticas em relação à Ditadura Civil-Militar, demarcando uma contraidentificação com aquele discurso. É somente após o término da proferição de Wyllys – acompanhada de insultos e tumultos por parte de outros deputados que se encontravam na Câmara – que uma re-ação toma lugar na Câmara dos Deputados: Wyllys cospe em direção a Bolsonaro.

Consideramos que o que Bolsonaro diz é da ordem do indizível – inclusive, juridicamente. Ele atualiza a memória de um torturador da Ditadura Militar, o que configura, em primeiro lugar, um crime. No artigo 5º da Constituição Federal de 1988, lê-se, no parágrafo XLIV que: “constitui crime inafiançável e imprescritível

a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”¹ (n.p., negritos nossos); na Lei de Segurança Nacional (nº 7170), de 1983, lê-se, no artigo 22, que é crime “Fazer, em público, propaganda: I - de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social; [...]”² (n.p.); e, por fim, o Código Penal (Decreto-Lei nº 2848), de 1940 – ainda anterior à Ditadura Militar –, prevê como crime, no artigo 287, “Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”³.

Ao presentificar a memória de um torturador condenado judicialmente, o deputado Jair Bolsonaro faz, de modo público, apologia tanto a um “autor de crime”, quanto a um “fato criminoso”, efeito de sentido produzido em “o pavor de Dilma Rousseff”, que coloca em cena, por sua vez, um ato criminoso, remetendo a um regime não democrático. E tantos outros efeitos de sentidos aí poderiam se inscrever. Ao enunciar “perderam em 64, perderam em 2016”, não há a indicação do sujeito de perder (o sujeito aqui é gramaticalmente indeterminado). Seria a esquerda? A democracia? Os pais que tiveram seus filhos desaparecidos, torturados e/ou assassinados? Ao dizer que “perderam em 2016”, o dizer de Bolsonaro evoca a memória da ditadura militar, do processo não-democrático e, de certa maneira, marca o processo de *impeachment* como um golpe, agora sem intervenção direta do poder militar. São os brasileiros que perderam em 2016 com um golpe político-midiático, transmitido por canais de televisão brasileiros pertencentes às grandes corporações midiáticas num dia de domingo.

É o jogo de relações de forças antagonistas que produz e inscreve a passagem, na sequência, de um dizer (o discurso “contrário” de Wyllys na Câmara) para um ato (o cuspe). E isto remonta ao que diz Pêcheux (1969): o gesto enquanto um ato no nível simbólico possibilitar um gesto (não linguístico) no nível físico. É que o impossível de dizer que, entretanto, Bolsonaro traz à tona é possibilitado por algo que, consoante Orlandi (2012), na formação ideológica capitalista produz a posição do sujeito que *se quiser, pode tudo*. Ainda que na ilegalidade. Diz Orlandi (*ibidem*, p. 213, itálicos e aspas da autora):

Faz parte da ideologia, no capitalismo, a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que a posição é “*se eu quiser, eu posso tudo*” e essa posição aparece como se sustentando na vontade e na consciência. No sujeito como origem e dono de si. Ilusão da transparência do sujeito para si mesmo. [...] Ilusão da transparência da sociedade, negação da ideologia. [...] Esquecendo o real e o atravessamento do poder (a força) e o atravessamento do sentido (a ideologia, o equívoco), [as ilusões] sugerem que quando se quer se pode tudo fazer. Ilusões que derivam da ideologia, esta entendida não como ocultação mas como produtora de evidências, imaginário que relaciona o sujeito a suas condições materiais de existência. Ancilar à articulação do simbólico com o político. Apagamento do real da história, de sua materialidade.

O impossível de dizer que é dito por Jair Bolsonaro produz, naquelas condições de produção, um ato de resistência do sujeito (Jean Wyllys) que, não podendo dizer, faz gesto. Não se trata, portanto, do cuspe

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 out. 2016.

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm>. Acesso em: 5 out. 2016.

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 5 out. 2016.

como mero gesto físico⁴: ele é metáfora e significa um ato político, que desencadeia ainda um outro gesto: o de resignificação.

Na rede, haverá o confronto entre postagens em apoio a e contra o discurso de apologia à tortura e a torturadores de Jair Bolsonaro. Na análise que segue de postagens de duas páginas do Facebook, mostraremos como na rede, no ciberespaço tem-se a constituição de lugares de resistência ao discurso de Bolsonaro, mas também espaços de propagação em que há a identificação dos sujeitos ao discurso de um torturador.

Pêcheux ([1975] 2009), refletindo acerca da relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo a articular as “tomadas de posição” do sujeito na interpelação ideológica, no processo de assujeitamento, explicita que, na primeira modalidade de funcionamento – *identificação* – há uma superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de forma que a:

“tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livremente consentido*”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”) (PÊCHEUX, 2009, p. 199, destaques do autor).

É uma identificação ao dizer de Jair Bolsonaro que vemos materializada na página do Facebook *Carlos Alberto Brilhante Ustra*, que conta com quase 86 mil curtidas e tem como objetivo “reunir divulgadores e entusiastas das obras e ideias do Coronel Ustra”. Nas postagens, temos:

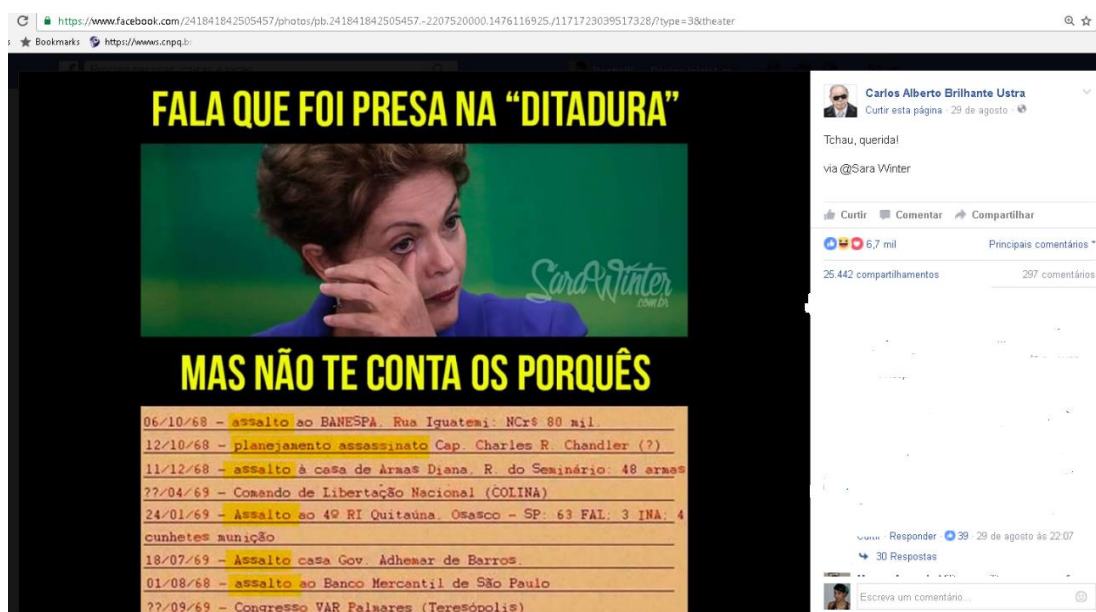
Figura 1. Página “Carlos Alberto Brilhante Ustra”



⁴ Em uma forma subversiva de funcionamento subjetivo o gesto, o gesto de cuspir marca uma superidentificação ideológica (Žižek, 2010). Superidentificação esta que “potencializaria um efeito incômodo excessivo, explosivo ou grotesco capaz de pôr a nu a obscenidade contraditória dos imperativos capitalistas” (BECK, ESTEVES, 2012, p. 52). O gesto de Wyllys de cuspir põe a nu a “obscenidade” de, na casa do povo, defender-se a ditadura e as formas de repressões violentas e assassinas e marca uma insubmissão do sujeito a esses dizeres que interpelam e tentam legitimar algo criminoso.

No dia seguinte à votação do impeachment, há o compartilhamento, na página fictícia do ditador, do vídeo do voto do deputado Jair Bolsonaro e a formulação de um dizer de homenagem e honra aos feitos do general Brilhante Ustra. Mesmo sendo crime previsto na lei, temos na rede social não só a divulgação do vídeo de apologia à ditadura, mas uma página que rende homenagens a um ditador/torturador. Temos, de certa maneira, um esvaziamento do texto jurídico, um apagamento da lei, e o que funciona é o sujeito de direito, que “tudo pode dizer”. Seria essa a constituição de nosso país democrático que as redes sociais divulgam. Há, no ciberespaço, a convivência de discursos em favor aos direitos humanos, mas também contra, nos quais as torturas são justificadas, pois os sujeitos, na ditadura militar, cometiam crimes:

Figura 2. Página “Carlos Alberto Brilhante Ustra”



A página fictícia do coronel Brilhante Ustra constrói para a presidenta legitimamente eleita a imagem de uma criminosa. Ao elencar seus “crimes”, silenciam que esses ocorreram em um período em que os direitos dos brasileiros haviam sido cassados, que o uso da violência pelos militantes era uma forma de resistência e instrumento de troca contra os militares. Ao cometer esses “crimes”, Dilma Rousseff lutou em prol da democracia, da liberdade de expressão, da não censura. Como afirmava Sartre (1947, *apud* HESSEL, 2011, p. 22):

Eu reconheço que a violência, sob qualquer forma que se manifeste, é um fracasso. Mas um fracasso inevitável, porque estamos em um universo da violência. E, se é verdade que o recurso à violência contra a violência se arrisca a perpetuá-la, também é verdade que é o único meio de fazer com que ela cesse.

Os militantes na ditadura militar fizeram frente à violência que sofreram usando da violência, algumas vezes, para dizer das torturas, dos desaparecidos, dos assassinatos que o Estado acabou por legitimar e que, em pleno século XXI, em um governo democrático, mesmo sendo crime, infringindo a lei, um deputado enuncia em seu discurso o nome do maior torturador brasileiro, rememorando o fato e tentando

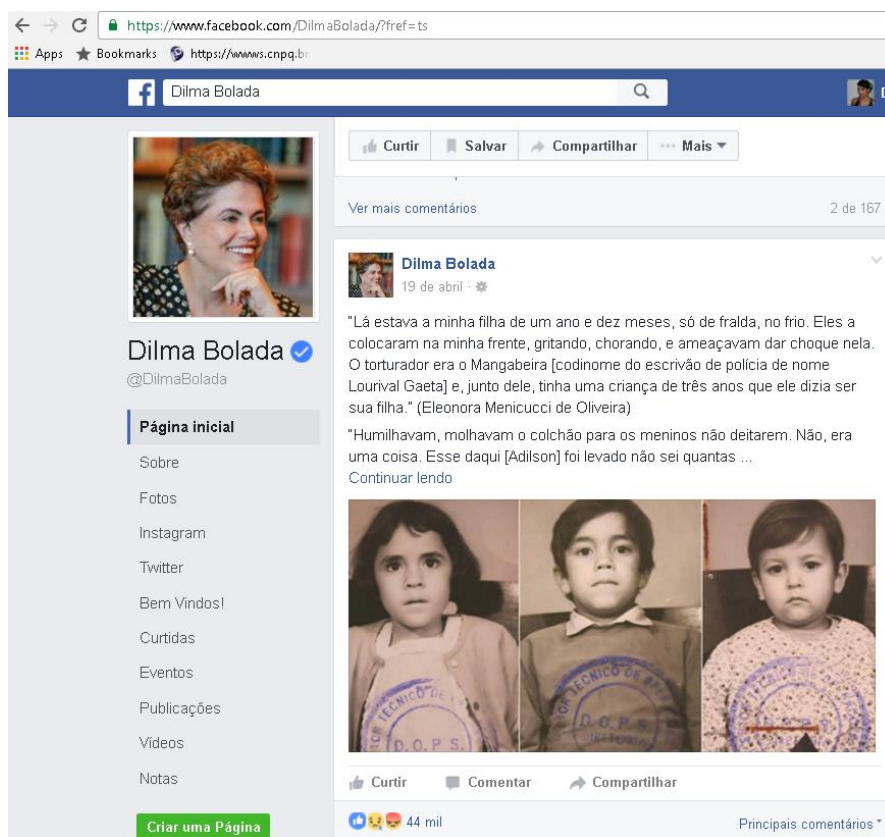
deslocá-lo para um sentido benéfico para o Brasil, no qual os que apoiavam a ditadura tinham sua “liberdade” garantida. Os apoiadores atuais do coronel Brilhante Ustra tentam produzir uma deslegitimação das lutas empreendidas no período militar, tentam marcar como a luta da presidenta e de tantos outros nunca foi em favor da democracia. Ademais, questionam até se houve uma ditadura no Brasil. Nessa postagem (Figura 2, acima), o uso das aspas aponta para isso. Como aponta Authier-Revuz (2004, p. 219), as aspas são:

a marca de uma operação metalingüística local de distanciamento: uma palavra, durante o discurso, é designada na intenção do receptor como o objeto, o lugar de uma suspensão de responsabilidade – daquela que normalmente funciona para as outras palavras. Essa suspensão de responsabilidade determina uma espécie de vazio a preencher, através de uma interpretação, um “apelo de glosa”, se assim se pode dizer, glosa que, às vezes, se explicita, permanecendo mais frequentemente implícita.

O uso das aspas pode indicar um distanciamento do enunciador em relação à afirmação de que ocorreu ditadura no Brasil. As aspas põem em suspensão esse dizer, marcando como uma fala que vem de outro lugar, como se não fosse um dizer dos militares, dos coronéis, e sim dos militantes que sofreram duras repressões na Era de Chumbo brasileira.

Já em *Dilma Bolada*, página humorística, com quase 2 milhões de curtidas, criada com o intuito de entreter os seguidores da presidenta Dilma Rousseff, faz-se resistência ao discurso de apologia a torturadores de Jair Bolsonaro. Contraidentificando-se contra o dizer do deputado, formula:

Figura 3. Página “Dilma Bolada”



Rememorando o fato de crianças, filhas de militantes, terem sido presas na ditadura militar brasileira, a postagem traz alguns relatos de sujeitos que foram torturados pelo coronel Carlos Brilhante Ustra. Contraindicando-se em relação ao discurso de Bolsonaro, os relatos publicados na página ressaltam como aquele foi um período de muita crueldade, como Ustra era pavoroso, como resistir era uma forma de luta. A página *Dilma Bolada*, como “mau sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009), se contraindica com a formação discursiva de apologia à ditadura militar brasileira que lhe é imposta pelo funcionamento de uma memória que foi rememorada por um deputado ao trazer para o intradiscurso um dizer sobre o torturador da presidenta legitimamente eleita. Como resalta Pêcheux (*ibidem*, p. 199-200), o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o *sujeito da enunciação* “se volta” contra o *sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição”, consiste, dessa vez,

em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta ...) *com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’*: luta contra a evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (...) Em suma, o sujeito, o “mau sujeito”, *se contraindica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza etc.) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdista. (PÊCHEUX, 2009, p. 199-200, grifos e destaques do autor).

Por fim, como um gesto de resistência, a página *Dilma Bolada* ressignifica na rede o discurso de Bolsonaro e tenta, ao trazer fotos de crianças, marcar como a violência ditatorial não atingiu somente os “culpados”, os militantes, mas “inocentes” que ousaram serem filhos de sujeitos, os quais lutavam pela democracia, para que hoje fosse, (in)felizmente, possível dizer na casa de representação do povo: “meu voto é sim... pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”.

3 Considerações finais/Efeitos de luta

Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar como o dizer de Jair Bolsonaro no dia da votação do processo de impeachment produziu diferentes gestos que intentaram constituir sentidos para a formulação de um deputado que fere os direitos humanos e faz apologia à tortura e a torturadores. Em um processo de identificação, mas também de contra e superidentificação do que diz Bolsonaro, os gestos indicam o funcionamento de uma sociedade democrática em que se convive no mesmo espaço e ao mesmo tempo com formulações contra e em defesa de violências, ditaduras e torturadores. Esses gestos (do cuspe, de ressignificação) apontam para o que já dizia Pêcheux (2014): é necessário ousar se revoltar, resistir e lutar.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras mantidas a distância. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 217-237.

BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe Marciel da S. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. In: **Leitura**, Maceió, v. 2, n. 50, p. 135-162, jul-dez. 2012.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos**. Reprodução eletrônica: Mensanapress. Artesanato gráfico e editorial, Trad. Marly Peres, 2011.

MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**. 2014. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso 13 out. 2016.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Cathérine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectiva. In: GABET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. **Viver no fim dos tempos**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.

A responsabilidade enunciativa na denúncia contra a presidente Dilma Rousseff: uma análise da seção “conclusão” do parecer emitido pelo relator do processo na câmara dos deputados

Alexandro Teixeira GOMES (UFRN)

alexgomes@yahoo.com.br

Maria das Graças Soares RODRIGUES (UFRN)

gracasrodrigues@gmail.com

Resumo: No dia 06 de abril de 2016, o deputado Jovair Arantes, relator da comissão especial da Câmara dos Deputados, destinada a dar parecer sobre a denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, conclui pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade. Nesse sentido, entendendo a (não) assunção da Responsabilidade Enunciativa, doravante RE, como recurso argumentativo fortemente marcado pelo produtor de um texto com vistas a seus propósitos comunicativos (GOMES, 2016), objetivamos, nesse trabalho, discutir como se configura a (não) assunção da RE na seção “Conclusão” do parecer do relator, bem como refletir sobre como a (não) assunção da RE corrobora para fomentar os discursos de poder presentes no discurso do autor do texto. Em termos teóricos, ancoramo-nos, sobretudo, nos aportes de Adam (2011), Lourenço e Rodrigues (2013), Gomes (2016), Rabatel (2009, 2016), Guentchéva (1994, 1996) e Guentchéva et al. (1994). Por fim, entendemos que este trabalho contribui para o aprofundamento dos estudos voltados para o tema dessa investigação, bem como para os estudos do texto e do discurso e suas relações de poder.

Palavras-chave: Responsabilidade enunciativa; Mediação; Texto; Discurso; Relações de poder.

Abstract: On April 6, 2016, Deputy Jovair Arantes, rapporteur of the special committee of the Chamber of Deputies, designated to issue an opinion on the complaint of criminal responsibility in favor of the President of the Republic, Ms. Dilma Vana Rousseff, concludes legal and political admissibility of prosecution and consequent authorization for the Federal Senate to institute proceedings for criminal responsibility. In this sense, considering the (non) assumption of Commitment, henceforth C, as an argumentative resource strongly marked by the producer of a text in line with its communicative purposes (GOMES, 2014), we aim to discuss how the the (non) assumption of the C is configured in the "Conclusion" section of the rapporteur's opinion, as well as to reflect on how the (non) assumption of the EC corroborates to foster the power relations present in the discourse of the author of the text. In theoretical terms, we anchored this work in the contributions of Adam (2011), Lourenço and Rodrigues (2013), Gomes (2014), (2014), Rabatel (2009, 2016), Guentchéva (1994, 1996) and Guentchéva et al. (1994). Finally, we understand that this work contributes to the deepening of studies on C, as well as to studies of text and power relations in discourse.

Keywords: Commitment; Mediation; Text, Discourse; Power relations

1 Introdução

No dia 06 de abril de 2016, o deputado Jovair Arantes, relator da comissão especial da Câmara dos Deputados, destinada a dar parecer sobre a denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, conclui pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade.

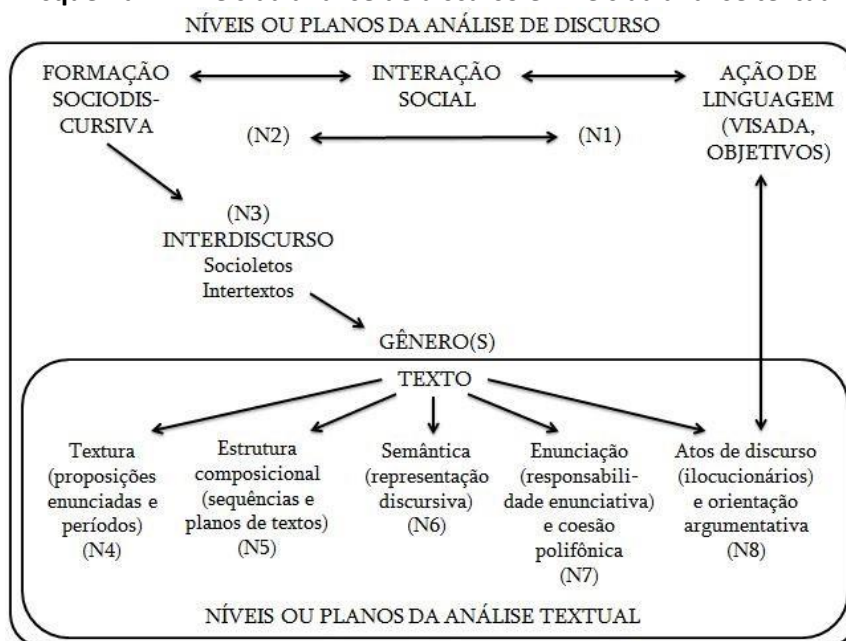
O Parecer, contendo 128 folhas, está dividido em duas partes principais, quais sejam: o *Relatório* e o *Voto do relator*. Nessa segunda parte do texto, encontra-se a seção intitulada *Conclusão do Parecer*, objeto de análise nesse trabalho.

No que se refere ao Plano de Texto, nosso estudo se divide em Introdução, Aportes Teóricos da Investigação, Aspectos Metodológicos, Análise dos dados e Conclusões. Por fim, apresentamos as Referências Bibliográficas usadas.

2 Aportes Teóricos da Investigação

Nesta pesquisa, ancoramo-nos teoricamente na Análise Textual dos Discursos, (doravante ATD), proposta teórica e metodológica com origem no âmbito da Linguística Textual que, segundo Adam (2011), se propõe a estudar a produção co(n)textual de sentido fundamentada na análise de textos concretos, oferecendo elementos para o entendimento do texto como uma prática discursiva, analisado à luz de determinados planos ou níveis de análise linguística, conforme podemos ver no esquema, a seguir.

Esquema 1. Níveis da análise de discurso e níveis da análise textual



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Pelo esquema 1, Adam (2011) propõe que o texto pode ser analisado a partir de determinados níveis. Dentre esses níveis, destacamos o nível 7 ou nível enunciativo que trata da (não) assunção das vozes no texto a partir do fenômeno denominado Responsabilidade Enunciativa.

Essa proposta de Adam (2011) de estudar o texto a partir de determinados níveis de análise é considerada por ele mesmo como uma particularidade de seu modelo teórico e também é explicada pelo próprio autor (2012) ao postular as razões teóricas, metodológicas e didáticas que o levaram a propor tal procedimento de análise. Vejamos o que nos diz Adam (2012, p. 192-193):

- **Das razões teóricas:** existem teorias parciais pertinentes nos diferentes níveis. Assim, a teoria dos atos de fala ou atos ilocutórios (Austin, Searle, etc.) é uma teoria parcial do nível N8; a teoria dos gêneros é uma teoria do nível N3; a teoria das sequências textuais que eu desenvolvo é uma teoria parcial do nível N5; a linguística da enunciação (Benveniste) e a teoria do ponto de vista (Rabatel, Nølke) são as teorias do nível N7; a teoria da argumentação na língua (Ducrot) é uma teoria dos níveis N8 e N6. O nível N1 é perfeitamente teorizado por pesquisadores que se posicionam no interacionismo (Bronckart) e é o objeto principal das teorias interacionistas e conversacionais, enquanto o nível N2 é o objeto clássico da análise do discurso francesa (Pêcheux), bem conhecida no Brasil.

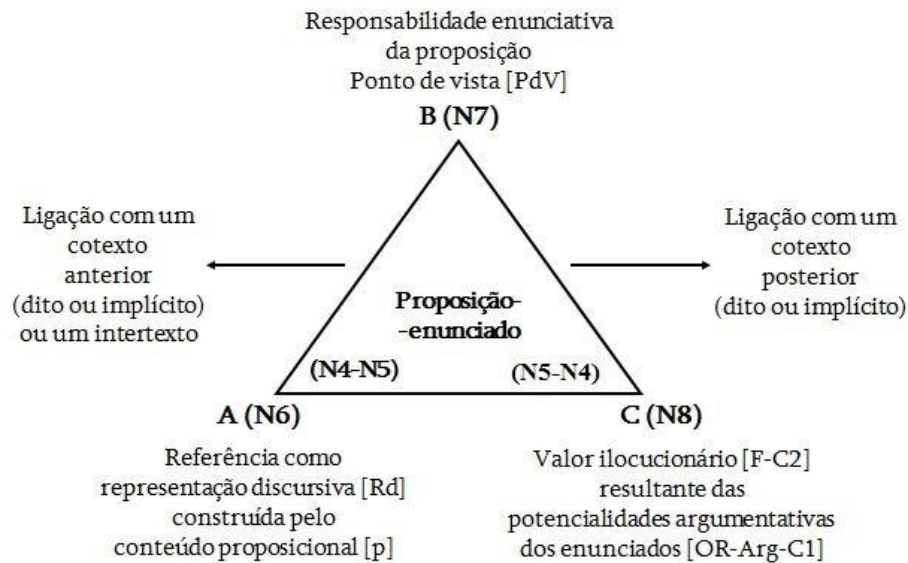
- **Das razões metodológicas e didáticas:** a complexidade do objeto de estudo é tal, que é metodologicamente necessário dividir e distinguir o momento da análise do momento da teorização. Cada nível é a meu ver um momento de análise, uma unidade de pesquisa e de ensino (esse é um aspecto didático que eu considero como mais importante) ligado aos outros, mas suficientemente distintos para formar um todo. Na verdade, um texto pode ser descrito usando apenas um nível de análise, usando a teoria pertinente de cada nível. A questão é ver que nós estamos, então, diante de um objeto parcial de alta complexidade, que requer uma descrição de uma teoria mais vasta¹.

Para Adam (2011), a Responsabilidade Enunciativa é o fenômeno que permite aferir o grau de engajamento do locutor-narrador em um ato de enunciação. Desse modo, é possível observar se o locutor-narrador assume a responsabilidade sobre o que foi dito ou opta por manter um distanciamento enunciativo e atribui o enunciado a outras instâncias enunciativas. O autor coloca a responsabilidade enunciativa como uma das dimensões que compõem a proposição-enunciado. Para ele, é o nível [B] o responsável pela validade dos enunciados e se encontra em posição mediana entre os níveis [A] e [C], conforme nos mostra o esquema a seguir retirado de Adam (2011, p. 111):

¹ “- **Des raisons théoriques:** il existe des théories partielles pertinentes de ces différents niveaux. Ainsi la théorie des actes de discours ou actes ilocutoires (Austin, Searle, etc) est une théorie partielle du niveau N8; la théorie des genres est une théorie du niveau N3; la théorie des séquences textuelles que j’ai développée est une théorie partielle du niveau N5; la linguistique de l’enonciation (Benveniste) et les théories du point de vue (Rabatel, Nølke) sont des théories du niveau N7; la théorie de l’argumentation dans la langue (Ducrot) est une théorie des niveaux N8 et N6. Le niveau N1 est parfaitement théorisé par les chercheurs qui se positionnent dans l’interactionnisme (Bronckart) et c’est l’objet principal des théories interactionnistes et conversationnelles, tandis que le niveau N2 est l’objet classique de l’analyse de discours française (Pêcheux), bien connue au Brésil.

- **Des raisons méthodologiques et didactiques:** la complexité de l’objet d’étude est telle, qu’il est méthodologiquement nécessaire de le diviser et de distinguer des moments d’analyse et même de théorisation. Chaque niveau constitue à mes yeux un moment d’analyse, une unité de recherche et d’enseignement (c’est un aspect didactique que je considère comme très important) liée aux autres mais assez distincte des autres pour former un tout. En fait, on peut décrire un texte en se contentant d’un niveau d’analyse et en s’appuyant sur une théorie consistante de ce niveau. Le tout est de bien voir qu’on n’opère alors qu’une description partielle d’un objet de très haute complexité qui demande une théorie plus vaste”.

Esquema 2. Elementos constitutivos da proposição-enunciado



Fonte: Adam (2011, p. 111).

A representação feita pelo triângulo não hierarquiza os três componentes, mas, ao contrário, “situa [A] e [C] na mesma linha [...] e põe a enunciação [B] em posição mediana, entre [A] e [C]” (ADAM, 2011, p. 111-112). Isso quer dizer que a responsabilidade enunciativa possui uma conexão com o que foi dito anteriormente e com o que vai ser dito mais na frente. É, portanto, um vértice que se refere ao passado e ao futuro.

Para Adam (2011), a responsabilidade enunciativa não se separa de um ponto de vista (PDV) e os dois se situam no âmbito da polifonia, dando conta do desdobramento polifônico dos enunciados. Isso quer dizer que todo enunciado possui um ou mais PDV, entendidos por Adam como as vozes presentes no quadro enunciativo. Os PDV podem ser assumidos ou não pelo locutor-narrador, marcando, assim, a (não) responsabilidade enunciativa dos enunciados, pensamento que Adam já apresentava em outros trabalhos seus. Em 1990, ele escreve:

Uma proposição nunca é “diretamente” afirmada por um locutor. Como sugere a teoria polifônica da enunciação (Asncombre e Ducrot, 1983), o locutor (L) pode assumir ou não, tornando-se responsável ou não pela proposição enunciada. Essa possibilidade de não assunção é a origem do fato de que um enunciador (E) é sempre a fonte da proposição, mas o locutor pode apresentar esta última como válida ($E = L$) ou não ($E \neq L$) em seu espaço de “realidade”, assumindo ou marcando sua distância² (ADAM, 1990, p. 38-39).

Nesse sentido, merece destaque na proposta de Adam para o estudo da responsabilidade enunciativa seu entendimento de locutor e enunciador. Seguindo os postulados de Benveniste (1974), Adam

² Une proposition n'est jamais “directement” asserté par un locuteur. Comme le suggère la théorie polyphonique de l'énonciation (Asncombre et Ducrot 1983), le locuteur (L) peut s'engager ou se dégager en prenant ou non en charge la proposition énoncée. Cette possibilité de dégagement est à l'origine du fait qu'un énonciateur (E) est toujours à la source de la proposition, mais que le locuteur peut présenter cette dernière comme valide ($E = L$) ou non ($E \neq L$) dans son espace de « réalité » en l'assumant ou en marquant ses distances.

(2011) considera o locutor como a pessoa que fala, como a pessoa física responsável pela enunciação. Já quando o enunciador assume a responsabilidade pelo enunciado, o conceito de locutor se confunde com o de enunciador e quando o enunciador se distancia do PDV, temos um locutor diferente do enunciador. Nesse caso, podemos ter, inclusive, mais de um enunciador, ou seja, podem aparecer distintos PDV atribuídos a diversas instâncias enunciativas, às quais o enunciado se vincula para dar conta do desdobramento polifônico. Assim, tentamos sistematizar o que preconiza Adam no esquema a seguir:

Quadro 1. Desdobramento polifônico em Adam

ASSUNÇÃO DO PDV: E = L	NÃO ASSUNÇÃO DO PDV: E ≠ L	
LOCUTOR-NARRADOR = LOCUTOR-ENUNCIADOR: pessoa física que fala e que assume a responsabilidade enunciativa.	LOCUTOR-NARRADOR = PESSOA FÍSICA QUE FALA	ENUNCIADOR 1 e ENUNCIADOR 2: o enunciador 2 [E2] é a pessoa física que fala, mas não assume a responsabilidade e imputa o PDV a um enunciador anterior chamado de enunciador 1 [E1].

Fonte: Gomes (2016, p. 67)

Adam (2008, p. 117) afirma que o grau de responsabilidade enunciativa dos enunciados pode ser marcado por várias unidades linguísticas. A seguir, apresentamos um quadro de Passeggi *et al.* (2010, p. 300-301) que mostra, resumidamente, as categorias propostas por Adam (2008) para aferir o grau de responsabilidade enunciativa dos enunciados.

Quadro 2. Grau de responsabilidade enunciativa: categorias e marcas linguísticas

ORDEM	CATEGORIAS	MARCAS LINGUÍSTICAS
01	Índices de pessoas	<i>Meu, teu/vosso, seu</i>
02	Dêiticos espaciais e temporais	Advérbios (<i>ontem, amanhã, aqui, hoje</i>) Grupos nominais (<i>esta manhã, esta porta</i>) Grupos preposicionais (<i>em dez minutos</i>) Alguns determinantes (<i>minha chegada</i>)
03	Tempos verbais	Oposição entre presente e futuro do pretérito Oposição entre o presente e o par pretérito imperfeito e pretérito perfeito
04	Modalidades	Modalidades sintático-semânticas maiores: Téticas (asserção e negação) Hipotéticas (real) Ficcional e (4) Hipertéticas (exclamação) Modalidades objetivas Modalidades intersubjetivas

		Modalidades subjetivas Verbos e advérbios de opinião Lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos
05	Diferentes tipos de representação da fala	Discurso direto (DD) Discurso direto livre (DDL) Discurso indireto (DI) Discurso narrativizado (DN) Discurso indireto livre (DIL)
06	Indicações de quadros mediadores	Marcadores como <i>segundo, de acordo com e para</i> Modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> Reformulações do tipo <i>é, de fato, na verdade, e mesmo em todo caso</i> Oposição de tipo <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y etc.</i>
07	Fenômenos de modalização autonímica	Não coincidência do discurso consigo mesmo (<i>como se diz, para empregar um termo filosófico</i>) Não coincidência entre as palavras e as coisas (<i>por assim dizer, melhor dizendo, não encontro a palavra</i>) Não coincidência das palavras com elas mesmas (<i>no sentido etimológico, nos dois sentidos do termo</i>) Não coincidência interlocutiva (<i>como é a expressão? Como você costuma dizer</i>)
08	Indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados	Focalização perceptiva (<i>ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar</i>) Focalização cognitiva (<i>saber ou pensamento representado</i>)

Fonte: Passeggi *et al.* (2010, p. 300-301).

É importante destacar com Rodrigues *et al.* (2010, p. 153), que essa noção de responsabilidade enunciativa não é consensual entre os estudiosos que se dedicam ao tema. Segundo Coltier, Dendale e Brabanter (2009), “Antoine Culiolli (1971) foi um dos primeiros linguistas a utilizar a locução responsabilidade enunciativa” (*prise en charge*, em Francês) “e a dar-lhe o status de termo pela designação de um conceito explicitamente definido”. Na Língua Inglesa, os autores que se dedicam ao tema usam o termo *Commitment*, mas Brabanter e Dendale (2008) chamam a atenção para o fato de que, embora *Commitment* seja o correlato de *Prise en charge*, o vocábulo inglês não abrange o significado exato do termo em francês.

Coltier, Dendale e Brabanter (2009) afirmam que a expressão responsabilidade enunciativa e sua extensão negativa (não assunção da responsabilidade enunciativa) são frequentemente utilizadas no âmbito linguístico com, pelo menos, duas acepções: a) uma primeira acepção de uso comum, não técnico; b) e uma segunda acepção de uso técnico, mais “enunciativa”, ou seja, mais voltada para uma terminologia ligada a determinados usos enunciativos da linguagem.

Nessa segunda acepção, os sentidos comuns do termo foram estendidos no âmbito da linguística enunciativa e ele passou a ser usado em diferentes quadros teóricos, a exemplo da teoria da polifonia, da teoria dos atos de fala, da teoria das operações enunciativas, para citar apenas alguns, conforme destacam Dendale e Coltier (2011). Nesse sentido, Culioli (1999, p. 131) afirma que “toda enunciação supõe a responsabilidade enunciativa por parte de um enunciador”. Essa afirmação de Culioli se configura como um dos pontos de desencontro entre muitos autores que estudam a responsabilidade enunciativa. Assim, autores como o próprio Culioli (1999) e como Guentchéva (1994, 2011) entendem que o simples fato de falar configura a existência de um enunciador, enquanto, por outro lado, há autores, a exemplo de Ducrot (1987), Rabatel (2003) e Nølke (2006), que entendem que o enunciador é aquele que assume responsabilidade pelo dito, ou seja, é preciso estar na fonte do conteúdo proposicional e assumir esse conteúdo para ser enunciador.

Nesse trabalho, entendemos a responsabilidade enunciativa como “um fenômeno enunciativo que liga uma instância do discurso a um ponto de vista e que especifica a posição desta instância enunciativa em relação com o Ponto de Vista”, conforme propõe Gomes (2016, p. 90).

Importante destacar, outrossim, que nem sempre o enunciador assume a responsabilidade pelo dizer. Muitas vezes, ele se distancia e imputa esse dizer a uma outra instância enunciativa, apontando para o leitor que ele não é a fonte primeira desse discurso, mas que este já fora dito por outras vozes. Trata-se, portanto, do que Guentchéva (1994, 1996) e Guentchéva *et al* (1994) chamam de quadro mediativo ou categoria gramatical do mediativo.

Em Guentchéva *et al* (1994, p. 139), “o termo mediativo designa uma categoria gramatical que, em línguas tipologicamente distantes, tem por função marcar a atitude de distanciamento ou de não engajamento que o enunciador manifesta em relação aos fatos que ele apresenta”³.

Guentchéva (1994) afirma que o termo mediativo foi empregado inicialmente por Lazard (1956) e parece ser o termo “mais adequado para cobrir o conjunto dos valores constitutivos da categoria gramatical: fatos relatados, fatos inferidos, fatos de surpresa. Além disso, ele tem a vantagem de não se centrar em apenas um dos valores possíveis da categoria como fazem outros termos frequentemente utilizados na literatura especializada” (GUENTCHÉVA, 1994, p. 8), a exemplo de *não testemunhal*, usado na língua búlgara, *não visto*, usado no georgiano, *admirativo*, usado na tradição gramatical do albanês e *evidencial*, que começou a ser usado em francês, mas que se constitui de um contrassenso, pois o mediativo introduz exatamente o contrário do que expressa o *evidencial*.

Na língua portuguesa, não há a categoria gramatical do mediativo e o não comprometimento com o dizer ocorre a partir do que Adam (2011, p. 187) chama de “marcadores de quadros mediadores ou de fontes

³ “Le terme de médiatif désigne la catégorie grammaticale qui, dans des langues typologiquement distinctes, a pour fonction de marquer l'attitude de distanciation et de non-engagement que manifeste l'énonciateur à l'égard des faits qu'il présente”.

do saber”. Trata-se de marcadores que “indicam que uma porção de texto não é assumida (sua verdade assegurada) por aquele que fala, mas mediada por uma voz ou PdV” (ADAM, 2011, p. 187).

Apresentado o aporte teórico dessa investigação, passemos, pois, aos aspectos metodológicos.

3 Aspectos metodológicos

3.1 Do corpus

Nosso *corpus* se constitui da seção intitulada “Conclusão” do parecer do deputado Jovair Arantes, relator da comissão especial da Câmara dos Deputados, destinado a analisar o processo e dar o referido parecer sobre a denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff.

O texto completo possui 128 (cento e vinte e oito) páginas e está disponível na página da internet da Câmara dos Deputados no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/denuncia-contr-a-presidente-da-republica/documentos/outros-documentos/ParecerDep.JovairArantes.pdf>

A “conclusão” do parecer vai da página 120 até a página 126 do processo.

3.2 Das categorias de análise

Como já foi destacado, este trabalho tem por escopo discutir como se configura a (não) assunção da RE na seção “Conclusão” do parecer do relator.

Nesse sentido, a análise da (não) assunção da responsabilidade enunciativa foi feita por meio de uma escala proposta por Gomes (2016) que compreende o fenômeno a partir de quatro gradações, cada uma com um tipo de ponto de vista (PDV) e com marcas que podem determinar a assunção ou o distanciamento do ponto de vista.

Para Gomes (2016, p. 91), o PDV deve ser entendido a partir de uma escala manifesta em quatro graus de responsabilidade enunciativa, a saber:

- 1- PDV mediatizado ou grau zero de engajamento enunciativo: o locutor não assume o PDV e o imputa a outra instância enunciativa;
- 2- PDV impessoal: o locutor não explicita a fonte nem se compromete com o enunciado, deixando-o sem um referente expresso;
- 3- PDV parcial ou quase-RE: o locutor assume o PDV, mas atribui a fonte a outra instância enunciativa;
- 4- PDV total ou assunção da responsabilidade enunciativa: o locutor assume o PDV e se coloca na fonte do enunciado.

Cada PDV apresenta marcas linguísticas de responsabilidade e de não responsabilidade, conforme podemos observar no quadro proposto por Gomes (2016).

Quadro 3. Classificação do PDV e das marcas de (não) responsabilidade enunciativa

GRUPO	CLASSIFICAÇÃO DO PDV	MARCAS LINGUÍSTICAS DE RESPONSABILIDADE E DE NÃO RESPONSABILIDADE
GRUPO A	1- PDV mediatizado ou grau zero de responsabilidade enunciativa	<ul style="list-style-type: none"> - diferentes tipos de representação da fala (discurso direto, direto livre, indireto, indireto livre e narrativizado); - fenômenos de modalização autonímica; - marcadores de discurso reportado, a exemplo de <i>segundo, de acordo com, para</i> etc.; - marcas de asserção, quando referidas a terceira pessoa; - índices de pessoas; - dêiticos espaciais e temporais; - tempos verbais – com destaque especial para o futuro do pretérito, o condicional e o imperfeito; - verbos de atribuição da fala como <i>afirmam, dizem, consideram</i> etc.; - reformulações do tipo <i>de fato, na verdade, em todo caso</i> etc.; - oposição do tipo <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y</i> etc.; - indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados, desde que não acompanhados por índices de primeira pessoa; - conectores (especialmente os adversativos); - elementos gráficos e ortográficos, a exemplo de uso das aspas, uso de itálico, negrito etc.
GRUPO B	PDV impessoal	<ul style="list-style-type: none"> - enunciados impessoais; - construções com gerúndio.
GRUPO C	PDV parcial ou quase-RE	<ul style="list-style-type: none"> do tipo <i>assumimos / concordamos com, nosso pensamento é semelhante a</i> etc.; - modalidades.
GRUPO D	PDV total ou assunção da responsabilidade enunciativa	<ul style="list-style-type: none"> - marcas de asserção, quando referidas a primeira pessoa; - índices de pessoas; - dêiticos espaciais e temporais; - tempos verbais com destaque para o presente; - indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados, quando acompanhados por índices de primeira pessoa; - exclamações - atos de fala.

Fonte: GOMES (2016, p. 96-97)

Apresentados o *corpus* e as categorias de análise, passemos, pois, à análise dos dados.

4 Análise dos dados

Considerando a metodologia e o aporte teórico explicitados anteriormente, apresentamos a análise dos dados. Como se trata de um texto relativamente pequeno, discutimos as ocorrências individualmente, salvo nos casos em que houve recorrência do mesmo fenômeno.

O relator inicia seu texto em primeira pessoa, assumindo, portanto, a responsabilidade enunciativa, embora se referindo aos discursos de outrem trazidos por ele. Já no primeiro parágrafo, ele ressalta a gravidade das irregularidades supostamente cometidas pela então presidente Dilma e diz “estar convicto” dessas irregularidades.

(Exemplo 1): Página 120

Diante de todas as considerações jurídicas e políticas que trouxe neste Relatório, quero dizer aos membros desta Comissão Especial e a toda a sociedade brasileira que estou convicto de que as condutas atribuídas à Presidente da República por mim analisadas, se confirmadas, não representam atos de menor gravidade ou mero tecnicismo contábil, orçamentário ou financeiro.

Com esse procedimento de afirmar que está convicto das irregularidades cometidas pela então presidente Dilma, amparando-se em “considerações jurídicas e políticas”, o locutor do texto assume a RE pelo dizer fundamentando seu ponto de vista a partir de outras fontes enunciativas. Trata-se de uma assunção parcial, recurso que se reveste de grande importância para fundamentar seu PDV, isentando-o, mais adiante, do resultado do parecer.

O segundo parágrafo da *Conclusão* é introduzido pela expressão “pelo contrário”, ao que esperar-se-ia que fosse utilizada para marcar uma oposição ao dito anteriormente. No entanto, o que percebemos é que a estratégia utilizada marca um fortalecimento da ideia defendida anteriormente de que a então presidente é culpada e seus erros são graves e atentam contra a Constituição Brasileira.

(Exemplo 2): Página 120

Pelo contrário, tais atos revelam sérios indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal, em diversos princípios estruturantes de nosso Estado Democrático de Direito, mais precisamente a separação de Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a responsabilidade e equilíbrio fiscal, o planejamento e a transparência das contas do governo, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias e à probidade administrativa.

Esse mecanismo do autor do texto marca a assunção pelo dizer e parece demonstrar claramente seu posicionamento. Nossa assertiva ganha força ao observarmos os adjetivos utilizados nesse parágrafo pelo deputado, quais sejam: “sérios, gravíssimos, sistemáticos, diversos”. Um desses, inclusive, aparece no grau superlativo sintético, recurso de forte intensidade usado pelo enunciador e que demonstra engajamento, logo, assunção pela RE. Com isso o deputado fortalece seu PDV e corrobora para seus propósitos argumentativos, quais sejam, o voto favorável à continuidade do processo envolvendo a presidente.

(Exemplo 3): Página 120

Pelo contrário, **tais atos revelam sérios indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal, em diversos princípios estruturantes de nosso Estado Democrático de Direito**, mais precisamente a separação de Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a responsabilidade e equilíbrio fiscal, o planejamento e a transparência das contas do governo, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias e à probidade administrativa.

Parece-nos importante ressaltar que esse mesmo recurso é utilizado mais na frente do texto, na página 122, e com o mesmo objetivo. O deputado usa o recurso da oposição/adversidade encontrado na expressão “Pelo contrário” não para marcar a oposição de ideias, mas para reforçar uma ideia defendida anteriormente.

(Exemplo 4): Página 122

Pelo contrário, no âmbito do juízo preliminar de admissibilidade proferido pela Câmara dos Deputados, **os atos revelam sérios indícios de graves e sistemáticos atentados a princípios sensíveis da Constituição Federal**, mais precisamente a separação dos Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias.

Na análise, chamou-nos a atenção o uso abundante de sintagmas nominais compostos por ADJETIVOS + SUBSTANTIVOS ou vice-versa com valores negativos usados pelo produtor do texto. Em todos os casos encontrados, o deputado assume a RE e já oferece mostras claras e antecipadas de seu posicionamento favorável a aceitação da denúncia contra a então presidente Dilma Rousseff.

(Exemplo 5): Páginas indicadas em cada ocorrência

- “sérios indícios” (Pág. 120, Pág. 122 e Pág. 123.)
- “gravíssimos e sistemáticos atentados” (Pág. 120 e Pág. 122)
- “grave ruptura” (Pág. 121)
- “prejuízos irreparáveis” (Pág. 121)

- “grave desvio” (Pág. 121 e Pág. 123)
- “forma unilateral” (Pág. 122)
- “conduta pessoal dolosa” (Pág. 123)
- “forma grave” (Pág. 123)
- “meros atrasos” (Pág. 124)
- “engenhoso mecanismo de ocultação de déficit fiscal” (Pág. 124)
- “atrasos sistemáticos” (Pág. 125)
- “contabilização equivocada” (Pág. 125)

Toda essa carga negativa destacada e assumida pelo relator através do uso dos adjetivos pejorativos já se configura como um pré-julgamento e cria uma imagem de que, de fato, a então presidente deve ser punida por seus “atos criminosos”. Ao criar essa imagem, o autor assume a RE, pois, conforme destaca Adam (2011), “toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV]” (ADAM, 2011, p. 113), ou seja, ao criar a imagem negativa da investigada, o locutor já emite seu ponto de vista, logo, assume a responsabilidade pelo dizer.

Nesse mesmo direcionamento, o autor do texto busca criar diversas imagens da então presidente, todas com sentido pejorativo, a exemplo de:

(Exemplo 6): Página 120

Presidente que desrespeitou a constituição:

Pelo contrário, **tais atos revelam sérios indícios de gravíssimos**

e sistemáticos atentados à Constituição Federal, em diversos princípios

(Exemplo 7): Página 121

Presidente usurpadora:

Quero deixar claro também que **o poder legislativo**, na qualidade de legítimo representante dos interesses da população, **não permitirá a usurpação de sua função mais importante**, conquistada historicamente à custa de muitas guerras e revoluções: **o controle político das finanças públicas**.

As condutas da Denunciada, a princípio, **violentam exatamente essa missão constitucional do Poder Legislativo, em grave ruptura do basilar princípio constitucional da separação dos Poderes**, além de por em risco o equilíbrio das contas públicas e a saúde financeira do País, com prejuízos irreparáveis para a economia e para os direitos mais fundamentais dos cidadãos brasileiros.

(Exemplo 8): Página 121

Presidente que não respeita a autonomia dos poderes da República:

Em relação às supostas condutas atribuídas à Presidente da República relacionadas com a abertura de créditos orçamentários por decreto, sem a prévia autorização do Congresso Nacional e **em desrespeito** à condição imposta pelo Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual de 2015, não se trata

(Exemplo 9): Página 123

Presidente que viola as leis:

A magnitude e o alcance das violações praticadas pela Presidente da República, em grave desvio dos seus deveres funcionais e em quebra da grande confiança que lhe foi depositada, justifica a abertura do excepcional mecanismo presidencialista do *impeachment*, na medida em que resultou na usurpação de uma das funções mais importantes do Parlamento relativas à deliberação das leis orçamentárias e ao controle legislativo sobre os limites dos gastos públicos, e que objetiva a proteção do erário público.

(Exemplo 10): Página 125

Presidente que mascara, que omite, que mente para a população:

O exame preliminar por nós realizado indica que, no tocante às **supostas condutas relacionadas ao “mascaramento” do orçamento** e à assinatura da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual com informações sabidamente incorretas, **a responsabilidade pela contabilização de valores na Dívida Líquida do Setor Público é do Banco Central do Brasil.**

Ora, se mais uma vez invocarmos Adam (2011), ao destacar que “toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV]” (ADAM, 2011, p. 113), podemos perceber claramente o ponto de vista assumido pelo produtor do texto com vistas a uma sólida argumentação em função de seu parecer de que a então presidente é culpada, portanto, deve sofrer o impedimento.

Também encontramos casos de uso do mediativo ou da não assunção da responsabilidade enunciativa. Vejamos.

(Exemplo 11): Página 123

Não foi à toa que todas as Constituições brasileiras, da Imperial de 1824 até a Cidadã de 1988, com a ressalva da Carta de 1937, consagraram os atentados contra as leis orçamentárias como crimes de responsabilidade do Presidente da República.

(Exemplo 12): Página 124

A título de contextualização, o Relatório das contas presidenciais de 2014, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), revelou que as chamadas “pedaladas fiscais” não eram apenas meros atrasos ou aceitáveis descompassos de fluxos de caixa, mas **constituíram engenhoso mecanismo de ocultação de déficit fiscal, com valores muito expressivos a partir de 2013.**

Nos exemplos 11 e 12, o locutor se respalda em outras fontes para validar seu discurso. Para Escribano (2009, p. 47-48),

a intenção argumentativa se sustenta em grande medida nas palavras distantes (nas vozes de distintos enunciadore, seja para negá-las, como argumento antiorientado, ou para apoiar nelas o próprio ponto de vista, como argumento coorientado), com o que se consegue legitimar o próprio critério e dirigir a opinião do receptor para determinadas conclusões que se mostram, desta maneira, como válidas e verdadeiras⁴.

Por esse mecanismo, o produtor do texto busca mostrar imparcialidade e neutralidade e o leitor é levado a crer que não há marcas de subjetividade em seu parecer. Assim, o resultado da avaliação feita pelo deputado parece objetivo e o deputado preserva sua face frente imputando o dizer a outra fonte enunciativa.

5 Considerações finais

Objetivamos, nesse trabalho, discutir como se configura a (não) assunção da RE na seção “Conclusão” do parecer do relator da comissão especial da Câmara dos Deputados, destinada a dar parecer sobre a denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff.

⁴ “La intención argumentativa se sustenta en gran medida en las palabras ajenas (en las voces de distintos enunciadore, ya sea para negarlas, como argumento antiorientado, o para apoyar en ellas el propio puntos de vista, como argumento coorientado), con lo que se consigue legitimar el propio criterio y dirigir la opinión del receptor hacia determinadas conclusiones que se muestran, de esta manera, como válidas y verdaderas”.

A análise dos dados nos mostra como a (não) assunção da responsabilidade enunciativa pode se configurar como um elemento de forte poder argumentativo. A partir desse jogo de (não) assunção da RE, o produtor do texto cria e/ou modifica valores e crenças e induz e/ou orienta seu interlocutor, com vistas a seus propósitos comunicativos.

Assim, entendemos que essa pesquisa contribui para a compreensão do discurso a partir dos elementos formais, mostrando como as marcas linguísticas influenciam diretamente nas configurações textuais/discursivas, contribuindo para a instauração e/ou manutenção de discursos de poder.

Referências Bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel. **Éléments de linguistique textuelle**: théorie et pratique de l'analyse textuelle. Liège: Pierre Mardaga, 1990.
- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADAM, Jean-Michel. Analyse Textuelle Des Discours: niveaux ou plan d'analyse. **Filologia e linguística portuguesa**. São Paulo, v. 2, n. 14, 2012.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Verdier, 1974.
- BRABANTER, Philippe de; DENDALE, Patrick. Commitment. **Belgian Journal of Linguistics**, n. 22, 2008.
- COLTIER, Danielle; DENDALE, Patrick; BRABANTER, Philippe de (Direc.) La prise en charge: mise en perspective. **Langue Française**, Larousse, n. 162, 2009, p. 71-87.
- CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. v. 3. Paris: Ophrys, 1999.
- DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle. (Direc.). **Champs linguistiques**: la prise em charge énonciative: études théoriques et empiriques. Bruxelles: Duculot, 2011.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- ESCRIBANO, Asunción. **Las voces del texto como recurso persuasivo**. Madrid: Arco Libros, 2009.
- GOMES, Alexandre Teixeira. **A Responsabilidade Enunciativa na Sentença Judicial Condenatória**: uma análise textual-discursiva. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans le temps du français. **Langue française**, n. 102, 1994, p. 8-23,
- GUENTCHÉVA, Zlatka. L'opération de prise en charge et la notion de médiativité. In: DENDALE, P.; COLTIER, D. (Direc.). **Champs linguistiques**: la prise em charge énonciative: études théoriques et empiriques. Bruxelles: Duculot, 2011. p. 117-142.
- GUENTCHÉVA, Zlatka. (Ed.). **L'énonciation médiatisée**. Louvain-Paris: Peeters, 1996.
- GUENTCHÉVA et al. (Ed.) Interactions entre le médiatif et la personne. **Faits de langues**, n. 3, 1994. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/flang_1244-5460_1994_num_2_3_917>. Acesso: 23 jul. 2013.
- LAZARD, Gilbert. **Caractères distinctifs de la langue tadjik**. BLS, Paris, v. 1, n. 52, 1956.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Considerações sobre o quadro mediativo na petição inicial. **Linha D'água**, São Paulo, v. 2, n. 26, 2013, p. 71-86.

NØLKE, Henning. Pour une théorie linguistique de la polyphonie: problèmes, avantages, perspectives. In: PERRIN, Laurent (Ed). **Le sens et ses voix**: dialogisme et polyphonie en langue et en discours. Metz: Publications de l'Université Paul Verlaine, 2006. p. 243-269.

PASSEGGI, Luis *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual dos sentidos. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros. **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. **Langue Française**, Paris, n. 162, 2009, p. 71-87.

RABATEL, Alain. Pour une narratologie énonciative ou pour une approche énonciative de la narration? **Vox Poetica**, 2003. Disponível em: <<http://www.vox-poetica.org/t/Ina/rabatel.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Pontos de vista e lógica da narração teoria e análise. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares et al. "Voltarei. O povo me absolverá...": a construção de um discurso político de renúncia. In: ADAM, Jean-Michel *et al.* **Análises textuais e discursivas**: metodologia e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-187.

Conflitos de opinião no Facebook sobre o cenário político brasileiro: polêmica, emoções e agressividade

Ana Lúcia Tinoco CABRAL (UNICSUL)

altinococabral@gmail.com

Nelci Vieira de LIMA (UNICSUL)

nevieira@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar um quadro analítico dos conflitos de opinião no Facebook acerca do cenário político brasileiro no segundo semestre de 2016, quando se acirrou a discussão em torno do impedimento da então presidente da república, Dilma Rousseff. As análises visam à construção de um quadro comparativo das manifestações de blogueiros e jornalistas que, em seus perfis no Facebook, incitam a polêmica a respeito de questões políticas em foco no Brasil, no período temporal recortado. O *corpus* selecionado permite a percepção das posições antagônicas assumidas pelos blogueiros e jornalistas, do mesmo modo em que revela as estratégias discursivas que instigam a reação dos usuários da rede social, o que contribui para a polarização do discurso gerador da polêmica e para a manutenção da agressividade no discurso. O quadro teórico que sustenta as análises abrange o estudo da polêmica (Amossy, 2011 e 2014); os estudos sobre a violência verbal (Culpeper, 2008; Bousfield, 2008; Kerbrat-Orecchioni, 2014) e também pesquisas sobre o papel das emoções (Plantin, 1997 e 2011; Doury (2007).

Palavras-chave: Polêmica; Agressividade; Ironia; Emoções; Redes sociais.

Abstract: This study aims to present an analytical framework of conflicts of opinion on *Facebook* about the Brazilian political scenario in the second semester of 2016, when the debate around the impeachment of the then president of Brazil, Dilma Rousseff, was intensified. The analysis aim for building a comparative frame of the bloggers and journalists manifestations which, through their *Facebook* profiles, inflame the controversy about political issues in focus at the detached temporal period. The selected *corpus* allows the perception of antagonistic standpoints assumed by bloggers and journalists, as much as it reveals the discursive strategies which instigate the reactions of the social network users, what contributes to the polarization of the polemical discourse and to the persistence of the hostility in the speech. The theoretical framework that supports these analysis comprehends the controversy study (Amossy, 2011 and 2014); verbal violence studies (Culpeper, 2008; Bousfield, 2008; Kerbrat-Orecchioni, 2014) and also the researches about the emotions role (Plantin, 1997 and 2011; Doury (2007).

Keywords: Controversy; Hostility; Irony; Emotions; Social networks.

1 Considerações iniciais

A sociedade do terceiro milênio incorporou de tal forma a tecnologia a seu modo de vida que vivesse Fernando Pessoa em nossos dias, seu célebre verso ganharia outra conotação: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Nesse século navegar na Internet é imperativo e a vida virtual segue paralela à real.

As movimentações sociais na *Web* constituem um campo vasto e fecundo para pesquisas nas mais diversas áreas científicas. Assim, para os estudiosos da linguagem, interessam os comportamentos linguísticos dos usuários das Redes Sociais, mais precisamente, a maneira pela qual as pessoas interagem, tomam partido em debates, argumentam, expõem suas emoções e agressividade em favor de tais argumentações.

A vida humana na rede ganha, paulatinamente, características peculiares: ela passa a ser mediada pela língua escrita e pela imagem. Cada pessoa cria um perfil, no qual ancora sua identidade, que será firmada a partir de seus *posts*, reveladores de seus posicionamentos perante a vida, a sociedade, e a política. De fato, as mídias constituem um setor importante no âmbito das ações políticas, a tal ponto que Charaudeau (2014) as inclui entre os principais setores de ação social nos quais o espaço público se organiza e um dos principais setores do campo político. Nas redes sociais, a política constitui-se como temática impulsionadora de manifestações constantes e debates fervorosos e, por isso, serve-nos de mote para as investigações aqui propostas.

Analizamos, assim, as manifestações de blogueiros e jornalistas que incitam a polêmica a respeito dos eventos políticos no Brasil, no segundo semestre de 2016, em seus perfis no *Facebook*, com suas posições antagônicas, e as reações de usuários que reforçam ambas as posições, com a manutenção do discurso agressivo e emocionado. As análises focalizam as estratégias linguístico-discursivas utilizadas fundadas, sobretudo, no ataque verbal tanto explicitado pela agressividade quanto implícito no discurso irônico e nas emoções presentes nas manifestações.

Três questões orientam o desenvolvimento deste trabalho:

- De que modo as estratégias linguísticas dos produtores dos textos influenciam e incitam a polêmica?
- Quais são as estratégias utilizadas pelos produtores dos textos e pelos usuários no ataque verbal?
- De que forma as emoções são constitutivas do discurso dos leitores e reveladoras de seu posicionamento político?

O *corpus* utilizado são dois *posts*, publicados em dois perfis públicos e antagônicos, do *Facebook*, e ainda mensagens direcionadas a eles, contrárias e favoráveis.

As análises fundamentam-se em estudos da (im)polidez (CULPEPER, 2011; TERKOURAFI, 2008; KERBRAT-ORECCHIONI, 2005 e 2014), em diálogo com estudos do discurso polêmico e panfletário (AMOSSY, 2014) e com o discurso emocionado (PLANTIN, 2011). Procuramos evidenciar uma mudança social promovida

pelo uso das redes sociais e a consequente mudança nas formas de interação, lembrando, com Terkourafi (2008), que a construção da sua própria identidade pode envolver constituir ou ameaçar a identidade do interlocutor.

Convém lembrar que em espaços públicos, como é o caso dos sítios da Web, espera-se que a polidez linguística seja mantida, a fim de “préservar le caractère harmonieux de la relation interpersonnelle, en dépit des risques de friction qu’implique toute rencontre sociale”¹. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p.189). Entretanto, conforme lembram Cabral, Marquesi e Seara (2015), o fato de os participantes de redes sociais poderem permanecer anônimos lhes cancela a possibilidade de expressar suas emoções mais livremente, incluindo sua agressividade.

Lembramos ainda que o contexto dos textos analisados envolve situações de tensão no cenário político brasileiro, propiciador de interações polêmicas nas quais vigora a radicalização do discurso, no qual torna-se comum rebater o discurso contrário com força e até violência.

Para dar conta dos objetivos propostos e responder às perguntas estabelecidas, o trabalho divide-se em quatro partes, além destas considerações iniciais e das finais: a primeira, aborda teoricamente questões relativas à agressividade, ironia e emoções na polêmica; a segunda contextualiza o leitor acerca dos dados estatísticos do uso da tecnologia e da movimentação humana na rede; a terceira expõe as análises do *post* de Kin Kataguiri, verificando não só as estratégias utilizadas para instaurar a polêmica, mas também as incitações ao conflito em si, além disso, analisa os comentários com as reações dos usuários do *Facebook* sobre o *post*, por fim, a quarta parte, utilizando-se das mesmas categorias analíticas, dedica-se às análises do texto de Leonardo Sakamoto e dos comentários com dos usuários da rede social.

2 Agressividade, ironia e emoções na polêmica

Em sua obra dedicada à polêmica, embora reconhecendo a dificuldade de definir propriamente o termo, Amossy (2014) ensina que a polêmica encerra uma reação a uma tomada de posição com a qual não concordamos e lembra que atualmente ela ocorre especialmente em torno de fatos políticos, motivo pelo qual, para a autora, a polêmica gira sempre em torno de um fato de interesse público. A autora esclarece que, mesmo que o tema gerador de polêmica tenha tido sua origem num problema individual, é no espaço público que a polêmica se desenvolve. Por isso, segundo a autora, ela está “encrée dans l’actualité”²(AMOSSY, 2014, 50). Com base nessas considerações, Amossy (2014, 51) define a polêmica: “La

¹ preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal, em detrimento dos riscos de que implica qualquer encontro social (Tradução nossa).

² Está ancorada na atualidade. (tradução nossa).

polémique est donc un débat autour d'une question d'actualité, d'intérêt public, qui comporte des enjeux de société plus ou moins importants dans une culture donnée.”³

Segundo a pesquisadora, a polêmica consiste em apresentar argumentos a favor de uma tese, mas não apenas, tais argumentos vão de encontro à tese adversa, visam a combater os argumentos ligados a essa tese. Tal processo se desenvolve, segundo Amossy (2014), apoiado em três movimentos fundamentais: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro. Amossy (2014) destaca que, diferente do conflito simples, a polêmica é como um choque de opiniões contraditórias, isso porque “l'opposition des discours dans la polémique, est objet d'une nette *dichotomisation* où deux options antithétiques s'excluent l'une l'autre”⁴ (AMOSSY, 2014, p. 56). Nesse contexto, constroem-se dois conjuntos de vozes, conforme a autora, “diamétralement opposés”⁵ (AMOSSY, 2014, p. 58), o que gera a polarização, fixando posicionamentos que acabam por se tornar totalmente incompatíveis.

A polarização gera, conforme ensina a linguista, um solidariedade de grupo e, igualmente, uma tendência em desqualificar tanto a tese daquele a cujo ponto de vista a manifestação se opõe quanto, muitas vezes, o próprio locutor do enunciado alvo da polêmica. Trata-se de uma forma de reforçar essa coesão do grupo. Nesse contexto, o emprego de marcas de agressividade verbal constitui uma estratégia bastante utilizada, conforme observaremos nas análises apresentadas adiante neste trabalho.

Cabe observar que a forma como utilizamos a linguagem expõe um posicionamento perante os interlocutores. Isso quer dizer que, sem dúvida, conforme lembra Kerbrat-Orecchioni (2005) os interlocutores são vulneráveis e existe, nas interações uma fragilidade que lhe é intrínseca, as quais se ampliam em situações de polêmica. Vale lembrar, ainda com Kerbrat-Orecchioni (1992), que é no processo de interação que as relações entre os interlocutores se constroem, uma vez que tais relações sofrem influência do contexto. Assim, conforme as reações dos leitores de uma notícia, por exemplo, ela poderá tornar-se uma polêmica e desencadear manifestações de agressividade em resposta a posicionamentos veiculados na notícia contra os quais determinado leitor quer marcar seu ponto de vista; a essas manifestações de agressividade, poderão suceder-se outras, igualmente agressivas em resposta àquelas que vieram antes. Funda-se assim a polêmica e, com ela, surgem as manifestações de agressividade verbal. Essa dinâmica de “toma lá, dá cá” permite Kerbrat-Orecchini (2014, p.47) afirmar que a “polidez nunca possui um lugar nas guerras, onde se trata, antes de tudo de atacar o adversário para vencê-la, e assim também acontece nas guerras metafóricas que são os debates”.

³ A polêmica é portanto um debate em torno de uma questão da atualidade, de interesse público, que comporta questões de sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura. (tradução nossa)

⁴ a oposição de discursos, na polêmica, é objeto de uma nítida *dicotomização* na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente. (tradução nossa)

⁵ diametralmente opostas (tradução nossa)

A polêmica é uma guerra verbal, na qual a agressividade está prevista como sua parte constitutiva, pois ela é uma estratégia, e como tal, uma escolha consciente do locutor (CULPEPER, 2008) para desqualificar não só os argumentos do adversário, mas também a própria imagem dele. A agressividade verbal pode expressar-se pelas escolhas lexicais que teremos ou expressões cujo sentido seja carregado de uma dose mais ou menos forte de rudeza; pela emoção, quando o locutor utiliza a expressão de estados emocionais para manifestar o distanciamento ao polo oposto relativamente ao ponto de vista do outro, ou ao outro propriamente dito; e até implicitamente pela ironia, quando o ele afirma o oposto do que deseja fazer compreender, em um contexto em que aquele sentido não cabe, ridicularizando o alvo da ironia.

As escolhas lexicais avaliativas consistem numa estratégia bastante produtiva para a manutenção da polêmica, conforme verificaremos em nossas análises. A esse respeito, é importante lembrar que os avaliativos expressam “un jugement de valeur, positif ou négatif”⁶ (KERBRAT-ORECCHIONI, [1980] 1997 p.91) e são tratados por Ducrot (1984) em termos de orientação argumentativa. Os avaliativos refletem a posição ideológica do locutor.

A ironia constitui outra estratégia de desqualificação, pois, por meio dela, A ironia consiste em afirmar o oposto do que se deseja que o interlocutor compreenda. Trata-se de estratégia enunciativa que divide com o leitor a responsabilidade pela construção de sentidos por constituir uma forma de implícito. É entretanto, uma estratégia enunciativa eficaz para mostrar uma tomada de posição, normalmente de confronto, pois, conforme Dubois et al (1974, p.195) “a ironia demonstra melhor que distância se pode tomar a respeito dos fatos, porque quase sempre os nega”.

Existe certa falta de correspondência entre o que é dito pela ironia e o que se deve entender, porque a ironia depende o contexto para ser compreendida, pois muitas vezes, é o quadro enunciativo que permite identificá-la, isto é, quem está dizendo, que posição ele ocupa na interação, em que situação o dito é afirmado. Assim, por exemplo, um elogio a determinado político pode ser tomado como tal se partir de um jornalista assumidamente a seu favor, ou, ao contrário, ser interpretado como uma ironia no caso oposto.

Com respeito à ironia podemos afirmar com, Jaubert (2012), que ela supõe a virtualização de um ponto de vista com o qual ela entra em confronto, ao sugerir a negação de algo, sem afirmá-lo. A autora trata da litote, mas as analogias que se estabelecem entre as duas figuras nos permitem construir tal raciocínio. Assim podemos afirmar que a ironia faz ouvir a não adesão do locutor a determinado ponto de vista. Além disso, por não se tratar de uma negação direta, ou de uma crítica ostensiva, ela resguarda a imagem do locutor e, simultaneamente, afeta negativamente a imagem do alvo da ironia, uma vez que, com frequência, ela o ridiculariza, desqualificando-o, motivo pelo qual a ironia se presta à polêmica.

⁶ um julgamento de valor positivo ou negativo (tradução nossa)

Uma das principais estratégias da polêmica, segundo Amossy (2014) constitui o apelo às emoções, muito embora a predominância de emoções não seja um caráter obrigatório para a polêmica. Cumpre observar, entretanto, que os envolvidos precisam se mostrar fortemente engajados no debate, o que, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (1997 [1980]), implica a presença de muitas marcas de subjetividade no discurso, entre elas, marcas das emoções. No caso específico de nossas análises são marcas de como o discurso incita a polêmica e provoca reações sobre aqueles que o comentam. A emoção resulta, de acordo com Amossy (2014, p.65), do envolvimento do locutor no seu discurso. Mas não apenas, a autora observa que ela também tem um objetivo argumentativo, que é o de tentar “toucher le coeur des lecteurs/spectateurs”⁷.

As emoções desempenham, por conseguinte, um importante papel argumentativo, na medida em que elas possibilitam aos usuários que as utilizem para apoiar seus argumentos nelas, ou intensificar um argumento por meio delas, fortalecendo-o. Podemos ter o apoio das emoções de forma direta, por meio de um termo afetivo, por exemplo, que as designe explicitamente; é possível, entretanto, também recorrer a elas de forma implícita, por meio de termos que a mostrem sem recorrer ao léxico emocional.

Quando tratamos de emoções, é preciso levar em conta a necessidade de um motivo, ou seja, um elemento desencadeador da emoção; trata-se normalmente de um acontecimento, ou evento que provoca reações nas pessoas que dele participam ou de que são espectadores. Conforme argumentam Cabral et al (2015), não podemos deixar de considerar que muitas vezes argumentamos a respeito de situações das quais somos apenas testemunhas, espectadores, sem delas participar diretamente. Nesses casos, segundo as autoras, podemos pensar nos enunciados de emoção como estratégia argumentativa para reforçar nosso engajamento diante de uma polêmica, por exemplo. Aliás, conforme destacam essas estudiosas, atualmente, nos ambientes tecnológicos, torna-se cada vez mais frequente as situações nas quais as pessoas polemizam em *blogs* e sites de discussão sobre fatos do cotidiano, como a vida dos artistas, ou a política.

Não há dúvida de que reagimos ao dizer do outro, seja nas interações orais, seja nas interações por escrito. O fato é que, como observam Cabral et al (2015), os discursos provocam em nós as mais diversas reações. Somos invadidos por mal estar físico a cada palavra que nos desagrade; cada experiência por que passamos, conforme Plantin (2011), desperta um tipo de sentimento. Por isso é que também utilizamos, com frequência, a expressão de estados emocionais como estratégia argumentativa, para convencer o outro de nossos pontos de vista, ou para contrapor a tese do interlocutor, marcando a rejeição por meio de uma expressão que manifeste uma reação experimentada.

A compreensão do papel argumentativo das emoções passa pela consideração dos componentes das situações nas quais ocorrem os enunciados de emoção. Estes, segundo Plantin (1997) e Doury (2007),

⁷ tocar o coração dos leitores/espectadores (tradução nossa)

promovem a associação entre um lugar psicológico de emoção, um indutor de emoção e uma emoção especificada de alguma forma. Relativamente aos lugares de emoção, podemos distinguir o próprio enunciador ou um terceiro que ele menciona (cf. PLANTIN, 2011). Reforça a importância argumentativa dos enunciados de emoção o postulado de Kerbrat-Orecchioni (1997 [1980]), para quem os sujeitos sempre que dizem alguma coisa esperam uma reação qualquer diante da interpretação que se dá do fato exposto, essa reação pode ser, segundo a autora, de repulsa, de entusiasmo ou de pena, não importa, o importante é que ela aconteça. Essa reação, quando caracterizada por rechaço, pode expressar-se por manifestações marcadas, por exemplo, pela agressividade verbal, pela ironia, pelas emoções e servem para alimentar a polêmica.

3 A amplitude numérica do *Facebook* em favor da construção da polêmica

Iniciamos esse tópico observando a relevância de alguns dados estatísticos sobre a incorporação da tecnologia à vida em sociedade. Assim, fato notável é o número de usuários do *Facebook*, que segundo dados do próprio aplicativo, era, em janeiro de 2016, de nada menos do que 1.59 bilhões de pessoas no mundo e 99 milhões só no Brasil. Com um contingente humano tão amplo transitando na rede, fica evidente o porquê de ela ter se tornado parte da vida das pessoas: sendo mesmo o pano de fundo para vivências humanas, é assim a “praça pública” (AMOSSY, 2014), onde a vida acontece.

Outro fato merecedor de atenção é o número de *smartphones* no Brasil, que, em 2016, segundo pesquisas, beirava a 168 milhões, ou seja, levando-se em conta o número de habitantes do país, podemos afirmar que há praticamente um celular por pessoa hábil à sua utilização. Tais aparelhos, devido a sua multifuncionalidade, funcionam já como uma extensão social da vida humana, encurta distâncias, aproxima pessoas e cria uma outra dimensão social para a movimentação humana, cujo espectro é virtual.

Diante disso, é possível perceber a amplitude e a capacidade de difusão daquilo que se compartilha nas redes sociais; um mesmo *post* é visto por centenas ou até milhares de pessoas, que, além de apertar o botão “curtir”, têm a possibilidade de manifestar suas opiniões, favoráveis ou contrárias a ele. Nesse contexto, os leitores ganham voz, interagem com o responsável pela postagem e entre si. Toda essa movimentação, na medida em que espelha tomadas de posição, tem caráter argumentativo, e, por estabelecer posicionamentos dicotômicos (contra e a favor) acaba por disseminar e recrudescer a polêmica incitada pelo *post* em foco.

Metaforicamente, podemos imaginar a situação polêmica analisada neste trabalho a uma árvore: os artigos de opinião seriam o tronco da polêmica, cujos galhos formam-se no emaranhado dos comentários a ele ligados. Dessa forma, a polêmica é contruída e amplificada pelas proporções numéricas das redes sociais.

Para as análises neste artigo, selecionamos de um lado um *post* do perfil de Leonardo Sakamoto, cujo posicionamento político é declaradamente de esquerda. Conforme consta na apresentação de sua página é “jornalista, cientista político, professor da PUC-SP, diretor da Repórter Brasil, conselheiro no Fundo da ONU contra a escravidão e *blogueiro* do UOL”. Sua página, usada para divulgar os artigos de opinião publicados em seu blog e com conteúdo de engajamento político, tinha até a data de nosso acesso, 486.294 curtidas. O referido *post*, por nós analisado, teve, até a data da coleta do *corpus*, 2000 curtidas, 318 compartilhamentos e 99 comentários.

De outro lado, temos Kin Kataguirí que, conforme relata em sua página, é “coordenador nacional do MBL – Movimento Brasil Livre, Colunista da Folha de SP e do Huffpost Brasil e comentarista político da rádio ABC”. O MBL esteve à frente na organização das manifestações públicas a favor do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Kin Kataguirí é, portanto, representante da direita. Até a data de nosso acesso sua página apresentava 315.724 curtidas. O *post* selecionado foi publicado em uma coluna no jornal *Folha de SP* e disponibilizado por Kataguirí em seu perfil no *Facebook*, onde teve 694 curtidas, 130 compartilhamentos e 22 comentários.

A coleta do *corpus* se deu em momento de grande fervor, no segundo semestre de 2016, quando por um complexo processo político, ocorreu o impeachment da então presidente da república, Dilma Rousseff.

Os *posts* analisados se intitulam:

1. “Fascistas vermelhos mostram a verdadeira natureza do PT.” (Autor: Kin Kataguirí)
2. “Ministro do trabalho confirma: Temer é comunista, Temer é dos nossos. Atenção: Texto com altas doses de ironia. Interprete com moderação.” (Autor: Leonardo Sakamoto)

A seguir apresentamos as análises propriamente ditas. Primeiramente analisamos o *post* de Kin Kataguirí e os comentários dos usuários e, em seguida, o *post* de Leonardo Sakamoto e, novamente, os comentários dos usuários.

4 Estratégias linguísticas para a instauração da polêmica em Kin Kataguirí

Dentre as estratégias argumentativas presentes no texto de Kin Kataguirí revelam-se as marcas linguísticas da violência verbal e emoções. Assim, o ataque verbal pode ser notado logo no título do texto, como a tentativa de desqualificação do outro:

- (1) Fascistas vermelhos mostram a verdadeira natureza do PT.

A desqualificação inicia-se pela escolha lexical “fascistas vermelhos”, que serve tanto para determinar o posicionamento político de Kataguirí, como para antecipar ao leitor quanto à orientação argumentativa que acompanha o texto e serve para anunciar e instigar a polêmica. A escolha lexical do termo “fascistas” tem caráter negativo; o valor depreciativo foi agregado à palavra por conta da avaliação negativa que essa corrente política obteve no processo sócio-histórico. Ele reflete o que afirma Kerbrat-Orecchioni

([1980] 1997, 76): “grâce à l’action médiatisante de compétence idéologique, les connotations axiologiques finissent au bout d’un certain temps (...) para ‘passer’ dans la langue”⁸.

Notemos que o uso do adjetivo “vermelhos” qualificando “fascistas”, por sua vez, introduz os adeptos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre quem se fala, ao fazer alusão à cor da bandeira do partido e que o representa na sociedade, sendo muitas vezes, inclusive, a cor de escolha das roupas dos militantes do partido.

Já a escolha do adjetivo “verdadeira”, para qualificar a “natureza” do partido, traz em si a força argumentativa dessa palavra. “Verdadeiro” traz em sua significação (Houaiss e Villar, 2001, p. 2845) “estar em conformidade com os fatos ou a realidade”, que diz a verdade, podendo significar também exato, preciso ou ainda “que não é fictício, imaginário ou enganoso”. Tais significados nos permitem inferir que, de um lado, o locutor afirma que a natureza verdadeira do partido, ao qual se opõe, corresponde àquela que ele vai apontar no texto, e, de outro, deixa implícito que há outra natureza, esta enganosa.

Em seguida, contendo a mesma orientação argumentativa presente no título, que convida à polêmica, temos, no primeiro parágrafo, várias escolhas lexicais também desqualificadoras:

- (2) Em meu primeiro artigo para esta Folha, critiquei **o terrorismo nas manifestações pelo “passe livre”** –à época, **black blocs** haviam explodido uma bomba caseira na estação Consolação do metrô– e a postura da imprensa, que insistia em chamar **esses criminosos** de “ativistas”. Com a consolidação do impeachment de Dilma Rousseff, **os vândalos estão de volta às ruas**, mas, dessa vez, não escondem sua orientação partidária. (Grifos nossos)

No trecho há a incitação à polêmica por meio dos aspectos negativos atribuídos aos militantes do partido opositor, em suas manifestações. A imagem dos militantes, tanto no episódio evocado, no qual manifestavam pelo direito do estudante ao transporte gratuito, “passe livre”, quanto nas manifestações pró-Dilma Rousseff vai sendo reconfigurada à medida em que são classificados como terroristas, black blocs⁹, criminosos e vândalos.

Em (3) é possível observar o apelo às emoções, ainda que a referência seja às emoções do outro, diretamente marcada:

- (3) Estive nas galerias do Senado quando Dilma foi fazer sua defesa. **respostas raivosas aos senadores** que expunham os seus crimes, nos bastidores, ela estava **descontraída, sorria com facilidade**. Lula, Chico Buarque e companhia estavam no mesmo clima. **Não** era a postura de quem **sofria** um golpe. **Não se via** a mesma **revolta** que eles transmitem quando estão sob a luz dos holofotes da imprensa. Eram só velhos políticos passando por mais um processo político. Apesar de inconformados por terem perdido o poder, os líderes petistas estão **serenos**. (...) (Grifos nossos)

⁸ “gracias à ação mediatizante da competência ideológica as conotações axiológicas no fim de certo tempo acabam (...) por passar para a língua” (tradução nossa)

⁹ Grupos mascarados, vestidos de preto que se reúnem em manifestações e apresentam atitudes violentas, como quebrar vidraças, jogar bombas. O movimento dos black blocs não é exclusivo no Brasil, há grupos em todo o mundo, são caracterizados pela forma de vestir e agir, portanto, não se trata de um movimento organizado e hierarquizado.

Observemos que escolhas lexicais como em “descontraída” e “serenos”, ou mesmo, a negação do sofrimento, “**não se via** a mesma **revolta**”, “**não** era postura de quem **sofria**” servem para caracterizar a postura dos políticos de esquerda “longe dos holofotes da imprensa”.

Também no enunciado “apesar das **respostas raivosas** ao senadores”, a qualificação “raivosas” para respostas é marca do discurso emocionado que o locutor quer atribuir a seu adversário. Uma das acepções dadas por Houais e Villar (2001, p. 2379) ao termo raivoso é “dominado por cólera, ou intensa irritação; colérico, furioso, enfurecido, rabioso”. Há, portanto, uma forte carga argumentativa na palavra “raivoso” dentro do discurso das emoções e sendo sua antonímia “tranquilo”, podemos perceber a imagem do políticos petistas que se quer construir no texto, qual seja, daqueles que embora transpareçam raiva diante da mídia, são serenos e tranquilos nos corredores do congresso, o que pode convencer ao leitor de que haja uma postura de falsidade em tais políticos, o que parece ser ao lado do que realmente é. Tal postura remete à verdadeira natureza à qual se refere o título.

Em (4), há a descrição daqueles que seguem o Partido dos Trabalhadores e que vão às ruas para defender seus ideais.

- (4) Infelizmente, a **militância raivosa** que está indo às ruas é **bovina demais** para perceber o verdadeiro estado de espírito de seus líderes. Em nome do **discurso absolutamente vazio** do “golpe”, espalham o terror **destruindo tudo o que veem pela frente**.

Mais uma vez notamos escolhas lexicais de cunho agressivo que servem para desqualificar o movimento caracterizado como: “militância raivosa e bovina”. Aqui também a construção é feita por meio do paradoxo: se de um lado a militância é tachada de raivosa, a cujo significado já aludimos, de outro é chamada de “bovina”, termo que embora registrado por Aranha (2002, p.60), em seu *Dicionário Brasileiro de Insultos*, como “sujeito acomodado, lento e que pouco reage quando tiram bifos dele”, parece-nos carregar também outra carga ou imagem, aquela da animalidade que, quando estoura o rebanho, sai, nas palavras do próprio Kataguirí, “destruindo tudo o que veem pela frente”. Assim, conclui-se com a análise que, por um lado, a militância é passiva, ou seja, não pensa em seus atos, e, por outro, demonstra atitudes de animalidade.

Além da violência verbal imposta pelas palavras bovina e raivosa, o discurso do outro é desqualificado ao ser dito como “absolutamente vazio”.

Em (5), a emoção é expressa por meio das escolhas lexicais, “choro” e “esperneio”.

- (5) Àqueles que acreditam na intolerância e no quebra-quebra, só restam **choro** e **esperneio**.

4.1 Manifestações dos usuários do Facebook ao post de Kin Kataguirí

As manifestações dos usuários do Facebook são reveladoras de seu posicionamento ora favorável, ora desfavorável ao *post*. Também nelas há marcas da agressividade e emoções, características da polêmica. Vejamos alguns exemplos:

(6) Parabéns a Polícia Militar que manteve a ordem e sentou a borracha nestes marginais travestidos de manifestantes...

(7) Deixem esses BOSTAS com a polícia. Não podemos dar trela e fazer propaganda, é o que eles querem.

(8) Desce o cacete PM, vagabundo, maconheiro tem que correr mesmo!!!

Na sequência de exemplos de (6) a (8), as escolhas lexicais são marcadas pela violência verbal: marginais, bostas e vagabundo e expressam o posicionamento favorável dos leitores em relação ao *post*. Revelam a intenção de agredir o alvo das críticas, o que, segundo (Culpeper, 2008) caracteriza rudeza.

Já em (9), temos um posicionamento desfavorável ao *post*:

(9) Kim vc é um pelego do PMDB, cala a boca!

De acordo com a Aranha (2002, p. 271), a quem recorremos para o entendimento da escolha lexical “pelego”, que constitui-se em um insulto:

Pelego: É a pele de carneiro que se põe sobre o animal para tornar mais cômodo para o cavaleiro o ato de cavalgar. Aplica-se a todos os que agem para tornar uma imposição mais aceitável, sendo uma zona macia, articulada, entre o oprimido e o opressor. A expressão foi muito usada no meio sindical nos anos de 1960. O pelego era o representante dos patrões contra o interesse dos operários. Posteriormente, o pelego passou a representar o capacho, o subserviente.

Assim, “pelego” é uma forma de desqualificar a imagem de Katagui, que, segundo o usuário autor do comentário, é apenas a repetição do discurso de políticos do partido de direita mencionado no *post*, ele assume atitude de subserviência aos partidos de direita. O alvo da desqualificação do usuário não é o tema, nem o ponto de vista de Katagui, mas a sua própria pessoa.

Além da violência verbal e agressividade há também, nos comentários deixados no *post*, emoções linguisticamente manifestadas, reforçando o posicionamento favorável .

(10) A MP tem meu total apoio e respeito. E isso não é manifestação e sim crime. A mídia está do lado do crime. Ainda bem que na Internet vemos os dois lados com mais clareza.

É notável, em (10), a concordância do usuário do *Facebook* com o *post*, principalmente ao afirmar “isso não é manifestação e sim crime”. Além disso, no comentário há o uso de dois substantivos revestidos de carga semântica positiva: apoio e respeito. Em seguida o uso de “ainda bem” aparece como marca de interjeição, o usuário se sente aliviado por considerar o conteúdo veiculado na Internet, no caso o *post*, detentor de “clareza”. “Ainda bem” expressa um estado de emoção, o alívio.

5 Estratégias linguísticas para a instauração da polêmica em Leonardo Sakamoto

O *post* de Leonardo Sakamoto tem como estratégia linguística a desqualificação do outro, no caso o Presidente, Michel Temer. O título estabelece uma relação de intertextualidade com o slogan principal da campanha brasileira do Ministério da Saúde contra o tabagismo: “Ministério da Saúde adverte: Fumar é prejudicial à Saúde”.

(11) Ministro do trabalho confirma: Temer é comunista, Temer é dos nossos.

Atenção: Texto com altas doses de ironia. Interprete com moderação.

Como está explicitado no próprio subtítulo, a ironia é o recurso utilizado para a tecer o fio argumentativo. Além disso, o subtítulo também estabelece uma relação de intertextualidade ao parodiar outro enunciado, obrigatório em rótulos de bebidas alcólicas, que visa a orientar e advertir o consumidor sobre o ‘alto teor de álcool’, e sobre a necessidade de ser consumido com ‘moderação’. Com a paródia, Sakamoto parece também advertir ao seu leitor sobre os conteúdos que encontrará no texto, no sentido de que os elogios tecidos podem vir a convencer aos leitores desavisados, porém o que ele quer dizer é o oposto disso. Assim, podemos afirmar que, ao explicitar ao leitor que seu texto utiliza a ironia como estratégia, Sakamoto, por um lado, estabelece de antemão um contrato enunciativo com seus leitores, indicando-lhes um caminho para a compreensão e, por outro, garante a compreensão pretendida, uma vez que é próprio da ironia pretender que se compreenda o contrário do que se diz.

O mote para a escrita do *post* foi uma declaração feita pelo Ministro do Trabalho a respeito da reforma trabalhista proposta pelo Presidente interino Michel Temer, que assumiu a posição após o impedimento de Dilma Rousseff. Leonardo Sakamoto tece uma crítica à declaração feita pelo ministro, que teria se equivocado ao afirmar que a carga horária do trabalhador seria limitada a 44 horas semanais, com a possibilidade de apenas mais 4 horas extras por semana.

Nos fragmentos (12) e (13) a seguir, o blogueiro introduz hipoteticamente os fatos, por meio das escolhas verbais, o que já define o seu posicionamento de quem duvida de que as mudanças trabalhistas serão favoráveis ao trabalhador. Logo, por meio da expressão de dúvida, há a desqualificação da figura do Ministro do Trabalho e, juntamente com ele, a do governo Temer.

(12) **Se for verdade** o que o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou, nesta quinta (8), que a jornada será limitada a 44 horas com apenas mais quatro horas extras por semana, como muitos veículos de comunicação divulgaram, significará – na prática – uma redução. **Coisa que nem um partido que se afirma trabalhista e outro que se afirma social-democrata conseguiram em suas presidências.(SIC!)**

A ironia em (12) acontece quando o blogueiro afirma que nenhum partido jamais promoveu reforma que privilegiasse o trabalhador com a redução da carga horária, uma vez que na afirmação do Ministro, alvo da crítica, a carga horária seria de 44 horas semanais, sendo “limitadas” as horas extras a mais 4 horas por semana, o que não acontece na prática, já que a carga horária trabalhista no Brasil é de 40 horas semanais, podendo ser acrescentada 2 horas extras por dia, o que pode fazer com que um trabalhador tenha uma jornada de 10 horas extras semanais, perfazendo 50 no total, o que de fato não representa redução, mas aumento da jornada de trabalho. A redução seria um benefício, e, nas palavras de Sakamoto, em (13), “Se Michel Temer fizer isso SEM REDUZIR SALÁRIOS” seria possível considerá-lo como um “comunista”.

(13) **Se Michel Temer fizer isso SEM REDUZIR SALÁRIOS**, significará um pesado golpe em parte dos empresariados que o apoiou para que chegasse à Presidência, sonhando com mudanças legais que prometeriam o contrário. **Patos amarelos? Não, aqui é foice e martelo, camarada!**

Ainda em (13) há o uso de maiúsculas no meio do texto, o que no meio digital é o mesmo que ‘gritar’, para enfatizar o trecho e expressar o sentimento de incredulidade na figura do governo: “**Se Michel Temer fizer isso SEM REDUZIR SALÁRIOS**, significará um pesado golpe em parte dos empresariados”. Para encerrar o blogueiro usa o enunciado: “Patos amarelos? Não, aqui é foice e martelo, camarada!”, recheado de simbologia.

Patos amarelos diz respeito a um episódio ocorrido em outubro de 2015, quando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) organizou uma manifestação contra o aumento de impostos no Brasil, na qual foi colocado em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, um pato inflável amarelo de 12 metros de altura, e diversas outras réplicas menores foram atiradas no espelho d’água do Congresso. O movimento usava a expressão popular: “Eu não vou pagar o pato”, que para os brasileiros significa ‘não levar a culpa por algo que não merece’. Simbolicamente os patos amarelos tornaram-se, a partir daí, uma marca de manifestações de direita, já que o presidente da FIESP, Paulo Skaf, é membro de um partido de direita. Ao lado de ‘pato amarelo’, usado então como símbolo de direita, Sakamoto coloca os símbolos do movimento comunista, ‘martelo e foice’, e ainda traz o vocativo “camarada” para induzir ironicamente que Temer é “companheiro de militância política de esquerda” (HOUAISS E VILLAR, 2001, p. 581), o que se reforça, de forma explícita, no exemplo (14):

(14) Por isso, acho que Temer me enganou desde o começo.
Temer é comunista. Temer é dos nossos.

O enunciado de (14) se torna irônico diante da falsa redução na jornada anunciada pelo ministro de seu governo.

Em (15), há o encerramento do texto com a expressão latina *post scriptum*, PS, indicando que algo de importante ainda precisa ser dito.

(15) PS: Outra possibilidade é o ministro ter falado besteira ou todos os repórteres terem registrado errado.

Ou ainda haver algo que não foi dito... Sobre essa hipótese, gostaria de ver o projeto que dizem estar tramitando não no Ministério do Trabalho, mas na Casa Civil...

Mais uma vez, em (15), a desqualificação é feita pela falta de crença no adversário, o que se realiza por meio da ironia. O blogueiro aponta duas hipóteses para a o conteúdo da informação a respeito da jornada trabalhista: “o ministro ter falado besteira ou todos os repórteres terem registrado errado”. Como a segunda hipótese implica que todos os repórteres tenham registrado errado a fala do ministro, sendo fato impossível, prevalece a primeira hipótese. Assim, implicitamente, o jornalista afirma que o ministro falou besteira, e, ao fazê-lo, também de forma implícita, ele o chama de incompetente. O implícito permite-nos “dizer o que desejamos sem que sejamos obrigados a assumir o que dissemos”(CABRAL, 2010, p.60). Assim faz Sakamoto em relação à desqualificação do ministro.

Como vimos, no *post* de Sakamoto, o ataque verbal e a agressividade se constroem por meio do recurso da ironia. Quando o locutor diz o contrário daquilo que pretendia dizer, ele tem como intenção fazer rir ao leitor, que no caso específico, já havia sido avisado sobre as “altas doses de ironia” no texto.

Tendo sido incitada a polêmica pelo texto de Sakamoto, houve reação dos usuários do *Facebook*. As análises de seus comentários sobre o *post* nos permitirão observar como se dá a polêmica e quais são as estratégias utilizadas.

5.1 Manifestações dos usuários do *Facebook* ao *post* de Leonardo Sakamoto

Levando em conta que, na polêmica, não há diálogo entre as partes, mas sim a polarização e radicalização do discurso, analisamos alguns dos comentários feitos ao *post* a fim de levantar neles as marcas linguísticas das categorias elencadas: agressividade, ironia e emoções.

O comentário exposto a seguir, em (16), revela concordância com o *post*. A polêmica difundida é motivo para embate social entre amigos e colegas. No caso, o autor do comentário revela ter tido um debate sobre o assunto com um colega, a quem ataca verbalmente, o chamando de “colega coxinha”. “Coxinha” é um termo pejorativo, que quer dizer sujeito ‘certinho’, constantemente adotado para depreciar os manifestantes de direita, que saíram às ruas nos movimentos pró-impeachment.

- (16) **Querido Sakamoto, fiz a seguinte explicação a um colega coxinha:** “O proprietário vai contratar o trabalhador e avisa: Fulano, você será contratado, mas minha empresa demanda que faça 4 horas extras e esse tempo será negociado por contrato produtividade, conforme a mudança regulamentada no governo Temer. O Fulano desempregado vai recusar ou aceitar? [...] Mesmo fazendo essa ponderação, o cidadão entendeu que não haveria prejuízo para o trabalhador, pois, para ele, temos que garantir mercado de trabalho e flexibilização da legislação. [...] Pelo visto, a alienação é tamanha que prefere a escravidão do que os direitos. **Preocupada, viu!**”

Além dos elementos destacados, é possível notar em (16) a expressão das emoções, ao fim do comentário, linguisticamente marcada pelo termo: “Preocupada, viu!”.

Em (17), as escolhas lexicais “exaustão” e “desespero” também representam um apelo às emoções, indicando mais uma vez a adesão do usuário à polêmica, o que revela o temor do usuário pela aprovação do projeto de mudança trabalhista abordado no *post*.

- (17) Contrato por horas trabalhadas e por produtividade. Veremos gente se desdobrando para ocupar dois empregos, trabalhando até a exaustão para conseguir um salário que não o mate de fome, mas matará de trabalhar. 12 horas como limite, será, na verdade, 12 trabalhadas, no desespero. É assim que vejo.

Em (18) e (19), ocorre a desqualificação grupo de direita, a favor do governo Temer, e mais uma vez há o ataque verbal pelo uso do termo pejorativo “coxinha”.

- (18) Perigoso um texto assim; a nação coxinha acredita na mentira.

- (19) Coxas não entenderão as ironias! Nem as obviedades...

Além disso, nos dois comentários, os adeptos da direita são tachados como pouco inteligentes, tanto em (18) quanto em (19), por serem incapazes de entender a ironia presente no texto de Sakamoto.

Em (20) e (21) os usuários utilizam em seus comentários a mesma técnica do blogueiro, a ironia.

(20) Essa eu tenho que postar "...Com Temer, os bancários que bateram panelas vão conseguir a tão sonhada jornada de 6 horas: 6 horas de manhã e 6 horas à tarde." Kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk

(21) Os dozes milhões de desempregados estão esperando sua chance de voltar com tudo, quem não quiser pode revezar, kkkkk

Cabe ainda destacar, tanto em (20) como em (21), o emprego de elementos gráficos (kkk) indicando risadas, o que reforça a agressividade do comentário relativamente ao tema do *post* de Sakamoto.

Por fim, em (22), vale destacar o efeito de proximidade causado pelo uso das redes sociais, marca da identificação do usuário com o *post*, o que também expressa um sentimento de pertencimento ao grupo representado pelo blogueiro:

(22) Li a notícia hoje cedo e pensei na hora: ai, cadê o texto do Leo sobre essa piada?

Podemos notar tal efeito de proximidade no fato de o usuário se referir ao blogueiro pela forma íntima, "Leo". Além disso, ao concordar com o "Leo" também proporciona o desmerecimento e desqualificação do discurso do ministro no emprego da palavra "piada", ou seja, a declaração do ministro é motivo de piada.

6 Considerações finais

Os breves exemplos selecionados e analisados nos permitem observar procedimentos linguísticos que traduzem as manifestações de violência verbal e das emoções nos *post* e nos comentários. Tais procedimentos estão presentes e ancorados em manifestações linguísticas de agressividade, de ironia e na evocação das emoções, seja direta ou indiretamente marcadas.

A instauração da polêmica foi instigada pelas estratégias argumentativas utilizadas pelos blogueiros e jornalistas, como prevê Amossy (2014) ao tratar do discurso jornalístico. Como resposta a tal incitação, observamos que os usuários recorrem, de sua parte, também a discursos violentos e emocionados para mostrar a adesão ou desacordo ao discurso. Pelas análises, podemos afirmar com Amossy (2011), que aquele que polemiza não deseja convencer o outro, mas atrair a atenção de terceiros para a polêmica, pois o objetivo desta não é adesão, mas a divulgação virulenta de opiniões em conflito; é o que mostra o volume de pessoas que "curtem" um *post*, e a respeito dele manifestam suas opiniões, favoráveis ou contrárias.

Os usuários, ao manterem a mesma linha de agressividade na linguagem utilizada pelos blogueiros e jornalistas, constroem uma identidade com ele, apoiando-se nos procedimentos linguísticos do outro para a construção da própria imagem. Nesse contexto, podemos afirmar, com Terkourafi (2008), que a construção da própria imagem dos usuários, tanto blogueiro como participantes em geral, pode envolver a ameaça à imagem do outro. Com efeito, a identidade dos usuários parece pautar-se na desqualificação do outro, no

caso dos *post* esse outro corresponde a políticos e manifestantes. Para essa desqualificação tornam-se relevantes as escolhas lexicais para a construção e manutenção da polêmica. Podemos dizer, então, que a polêmica é construída por meio das marcas linguísticas de agressividade, emoções e ironia, e que essas categorias são necessárias à análise argumentativa dos discursos políticos, inseridos no quadro social das redes sociais. Verificamos que as estratégias utilizadas para construir discursos contra determinados posicionamentos políticos ou a favor deles, são similares e, na maior parte das vezes, fundadas na desconstrução da imagem do outro.

Por fim, podemos afirmar que para o estabelecimento da polêmica contribuem as proporções numéricas e astronômicas que o uso da tecnologia em nossa sociedade, o que modificou sobremaneira as relações humanas. Em redes sociais, como o *Facebook*, as pessoas buscam pertencer a grupos, aos quais ancoram suas identidades e estabelecem relações, nem sempre amenas. Assim, relações virtuais conflituosas se multiplicam nas redes, como um fenômeno próprio dessa amplitude de divulgação da polêmica nos espaços públicos da Web. Por sua vez, essa extensa divulgação faz ampliar as reações e recrudescer a polêmica, com seu discurso polarizado e cheio de radicalizações.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: PUF, 2014.

AMOSSY, Ruth. La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. SEMEN *Révue de sémio-linguistique des textes et discours*. 31. Toulouse : Presses Universitaires de Franche-Comté, p. 25-42, 2011.

ARANHA, Altair J. **Dicionário brasileiro de insultos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BOUSFIELD, Derek. Impoliteness in the struggle for power. In: BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam (Eds), **Impoliteness in Language**. Berlin/NY, Mouton de Gruyter, 2008, p. 127-153,

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Reclamação, crítica e advertência nas interações verbais em ambientes virtuais: subjetividade, polidez e atos de fala. In: **Gramática e Texto**. Estudos Linguísticos, nº.8, junho 2013, revista do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). Lisboa, Edições Colibri, p.91-105.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Interações verbais em ambientes virtuais: cortesia, descortesia e mal-entendido. In: SEARA, Isabel Roboredo (Ed.), **Cortesia: olhares e (re) invenções**. Lisboa, Chiado Editora, 2014, p. 497-518.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Produção de Materiais para Cursos a Distância: coesão e coerência. In MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. (orgs). **Interações Virtuais perspectivas para o ensino de Língua Portuguesa a distância**. São Carlos: Claraluz, 2008, p.157-170.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Negação, intersubjetividade e polifonia: estudo de caso em processos civis. *Revista Letras de Hoje*, Vol. 51, n. 1, 2016, p. 55-64. Acedido em julho 30, 2016 em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/21556/143>>

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco.; MARQUESI, Sueli Cristina; SEARA, Isabel Roboredo. L'articulation entre le descriptif et les émotions dans l'argumentation en faveur de Dominique Strauss-Kahn. In: RABATEL, Alain;

- MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Eds.), **Comment les médias parlent des émotions L’Affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn**. Limoges, Lambert-Lucas, 2015, p.307-323.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours politique les masques du pouvoir**. Limoges: Lambert-Lucas, 2014.
- CULPEPER, Jonathan. Reflections on impoliteness, relational work and power. In: BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam (eds). **Impoliteness in Language**. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008, p.17- 44.
- DUBOIS, Jean *et al.* **Retórica Geral**. São Paulo: Cultrix. 1974
- DOURY, Marianne. A refutação por acusação de emoção: exploração argumentativa da emoção em uma discussão de caráter científico. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.) **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 188 - 200.
- EGGINS, Suzanne. **An introduction to systemic functional linguistics**. London: Pinter, 1994.
- HOUAISS, Antonio; VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAUBERT, Anna. Le processus énonciatif de l’acte fugural. In: CALLAS, Frédéric; FROMILHAGUE, Catherine; GARAGNON, Anne-Marie; SUSINI, Laurent (dir.) **Les figures à l’épreuve du discours dialogisme et polyphonie**. Paris: PUPS, 2012, p. 31-38.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales 1**. Paris: Armand Colin, 1998 [1990].
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les Interactions verbales**, tome II. Paris: Armand Colin, 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L’énonciation**. Paris, Armand Colin, 1997 [1980].
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Le discours en interaction**. Paris, Armand Colin, 2005.
- KATAGUIRI, Kin. **Fascistas vermelhos mostram a verdadeira natureza do PT**. Jornal Folha de S. Paulo. Acedido em setembro 10, 2016 em <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/09/08/ministro-do-trabalho-confirma-temer-e-comunista-temer-e-dos-nossos/>
- MICHELI, Raphaël. Quand l’affrontement porte sur les mot en tant que mots : polémique et réflexivité langagière. **SEMEN Revue de sémio-linguistique des textes et discours**. n.31. Toulouse : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011, p.97-112.
- PLANTIN, Chistian. **Les bonnes raisons des émotions**. Principes et méthodes pour l’étude du discours émotionné. Berne : Peter Lang, 2011.
- SAKAMOTO, Leonardo. **Ministro do Trabalho confirma : Temer é comunista, Temer é dos nossos**. Acedido em setembro 10, 2016 em <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/09/08/ministro-do-trabalho-confirma-temer-e-comunista-temer-e-dos-nossos/>
- TERKOUFARI, Marina. Toward a unified theory of politeness, impoliteness and rudeness. In: BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam (Eds). **Impoliteness in Language**. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008, p. 45-74.

Página intencionalmente deixada em branco

O “Movimento surdo em favor da educação e da cultura surda”: uma questão de militância no espaço urbano?

Angela Corrêa Ferreira BAALBAKI (UERJ)
angelabaalbaki@hotmail.com

Resumo: Este trabalho, embasado na perspectiva teórica da Análise de Discurso materialista, tem como objetivo analisar notícias sobre a passeata organizada pelo “Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda”, que aconteceu em Brasília, em maio de 2011, e cotejá-las com os relatos de surdos publicados em uma edição da revista da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). O principal confronto do movimento foi travado em oposição ao Ministério da Educação (MEC). Segundo Campello e Rezende (2014), duas ações governamentais teriam sido o estopim para a mobilização: a inclusão de deficientes em escolas regulares, como previsto no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), e o anúncio do fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Compreendemos a passeata como uma forma de ação política historicamente marcada que produz deslocamentos de sentidos sobre o sujeito surdo e sua língua. As formas variadas de produzir a sua militância, no “espaço público urbano” (ORLANDI, 2001), constituem o surdo como um sujeito de voz e vez. Em nosso gesto de análise, buscamos verificar o modo como a mídia fez circular determinados sentidos sobre a manifestação. Ao analisar o *corpus*, procuramos compreender as imbricações possíveis de (re)significar o sujeito surdo urbano.

Palavras-chave: Análise do discurso; Movimento surdo; Educação bilíngue.

Abstract: Based on the theoretical perspective of Materialistic Discourse Analysis, this work aims to analyze news pieces about the march organized by the "Deaf Movement in favor of Education and Deaf Culture", which took place in Brasilia, in May 2011, and compare them with deaf people's reports published in an issue of the journal of the National Federation of Education and Integration of the Deaf (FENEIS). The main confrontation of the movement arose in opposition to the Ministry of Education (MEC). According to Campello and Rezende (2014), two governmental actions would have triggered the mobilization: the inclusion of the disabled people in mainstream schools, as prescribed in the National Education Plan (PNE) project, and the announcement of the closure of the National Institute of Education of Deaf people (INES). We understand the march as a historically marked form of political action that produces displacements of meanings about deaf subjects and their language. The varied forms of producing their struggle in the "public urban space" (ORLANDI, 2001) constitute the deaf as a subject of voice and time. In our gesture of analysis, we seek to verify how the media has circulated certain meanings about the manifestation. When we analyze the *corpus*, we make an attempt to understand the possible imbrications of (re)meaning the deaf urban subject.

Keywords: Discourse analysis; Deaf movement; Bilingual education.

1 Introdução

Nosso artigo, fundamentado na proposta teórica da Análise de Discurso, tal como iniciada por M. Pêcheux na França, propomos analisar algumas reportagens sobre o “movimento surdo”, especificamente, sobre a passeata realizada em Brasília (Distrito Federal), nos dias 19 e 20 de maio de 2011. À luz dos estudos discursivos, podemos compreender “movimento social” como uma forma de ação política historicamente marcada, em que se observa tanto formas de repressão como de resistência. São produtos históricos que se discursivizam, sobretudo, no espaço urbano. Especificamente, Medeiros (2012) considera os movimentos sociais como gestos, atos no nível simbólico, que reivindicam algo.

Propomos realizar um gesto de leitura de enunciados sobre o movimento social surdo que circularam na mídia brasileira após a realização da passeata, ou melhor, as formas como uma manifestação de surdos brasileiros são significadas na mídia. Igualmente, consideramos analisar relatos do movimento presentes em uma revista. Em nosso gesto analítico, buscamos enfocar a questão do lugar da passeata do movimento surdo, em um centro urbano, em defesa de escolas bilíngues para surdos, em que a relação do sujeito social urbano se constitui na/pela passeata a partir da tentativa de estabelecer uma identidade coletiva comum.

Em uma perspectiva materialista, não somente o *corpus* é ressignificado como também os movimentos sociais. Pêcheux e Gadet (2011), ao revisitarem a discussão de Althusser sobre os aparelhos ideológicos do Estado, ampliam a discussão sobre as lutas de classes como “lutas ideológicas de movimento” (p. 97). Para o filósofo francês, “essas lutas devem ser pensadas não como tais, mas, em vez disso, como uma série de disputas e embates móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação etc.)” (p. 97). Essa forma de visitar as lutas ideológicas implica uma mudança de terreno teórico: “os objetos ideológicos implicados no interior das lutas de movimento são necessariamente objetos de paradoxo lógico. Eles têm uma estranha propriedade de ser ao mesmo tempo idênticos e antagônicos entre si.” (p. 97). Dessa forma, um objeto ideológico como educação – reivindicação do movimento surdo – (co)existem como relações de força historicamente móveis.

O presente trabalho, cuja análise contempla, sobretudo, textos expostos em notícias de jornais online e revista da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), divide-se em três partes: breve histórico sobre o movimento surdo no Brasil; a campanha e a passeata; a análise das notícias. A principal questão que norteará nossas análises será: como o movimento é discursivizado na mídia online e em uma edição da revista da FENEIS? Outras perguntas, no entanto, serão desdobramentos dessa. Buscaremos verificar como o movimento social surdo é discursivizado e observar como são divulgados os dizeres sobre o movimento, a educação bilíngue, os surdos e a língua de sinais, ao mesmo tempo em que outros sentidos são silenciados.

2 Um breve histórico do movimento social surdo

Os movimentos sociais podem ser considerados uma forma de ação política historicamente marcada (BARROS, 2014). Essa ação política é tomada, muitas vezes, no espaço urbano em que “a rua é significada como espaço de manifestações políticas” (NUNES, 2013, p. 78). Ou ainda a rua pode ser pensada como “espaço de revolução, espaço de história, espaço de repetibilidade histórica” (FLORES *et al*, 2015). Por exemplo, ao analisar o enunciado “Vem pra rua”, em cartazes que circularam nas passeatas de realizadas em junho de 2013, no Brasil, Flores *et al* (2015) consideraram-no “um enunciado que se coloca e produz sentido em relação a uma realidade que acontece fora da RUA” (p. 65), como um enunciado que faz “coincidir o espaço privado com o espaço público” (p.65).

Já Orlandi (2004), ao considerar a sociedade e os espaços públicos, assume que para compreender a sociedade e os movimentos sociais faz-se necessário observar

o modo como a cidade materializa relações e formas sociais em suas significações [...] O que nos interessa é saber como a linguagem funciona na cidade, considerada como um espaço social público em que sentidos e sujeitos se constituem em suas particularidades tendo em vista as diferentes concepções de ‘urbano’” (ORLANDI, 2004, p. 71).

Por essa via, consideramos nossa proposta de tomar o movimento surdo em relação aos sentidos em disputa sobre surdo, língua de sinais e educação bilíngue em certa discursividade que se apresenta tensa e conflituosa em relação à proposta de educação inclusiva preconizada pelo Ministério de Educação (MEC). Delimitamos, para fins de nossa análise, como já dissemos, os enunciados sobre a passeata de 2011 materializados em textos jornalísticos e na revista da federação.

Cabe destacar que o movimento surdo, no Brasil, tenha se constituído nos anos 1980 (BRITO, 2013, p. 59), no decurso de redemocratização do Estado brasileiro, atrelado ao movimento social de pessoas com deficiência (BRITO, 2013). Ao retomarmos certa historicidade do movimento social surdo, deparamo-nos com a declaração realizada pela ONU que sinalizava, em 1981, o ano internacional das pessoas deficientes, promovendo a igualdade de direitos e o reconhecimento social. Dessa forma, os protagonistas dos movimentos passaram a ser as pessoas com deficiência que viessem a ocupar as lideranças das mobilizações.

Especificamente sobre as demandas dos sujeitos surdos, em um primeiro momento, o movimento deu-se em favor da defesa da Libras, ou melhor, a mobilização pela conquista de direitos civis, sobretudo, em torno dos direitos ao uso da Libras. Entretanto, na década de 1990, os surdos deixam o movimento de pessoas com deficiência e constituem o movimento surdo. Tudo indica que a questão linguística foi preponderante para esse rompimento. Segundo Barros (2015), a comunicação entre os surdos usuários de Libras e os demais militantes, por ser limitada, “ocasionou poucas discussões sobre as demandas específicas dos surdos dentro do movimento mais abrangente” (p. 66). E continua a autora, “a defesa da Libras tornou-

se prioridade entre os surdos, e essa bandeira de luta específica fez com que o grupo criasse uma relativa autonomia diante do movimento de pessoas com deficiência” (BARROS, 2015, p.66).

Passada essa primeira fase do movimento surdo, a mobilização deu-se (e de certa forma ainda se dá) pelo direito à educação de crianças surdas em escolas bilíngues – o que observaremos em nosso *corpus*¹. Alguns acontecimentos foram decisivos para uma agitação no movimento: Conferência Nacional de Educação (CONAE) ocorrida em 2010, cujos resultados serviram de base par a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE-2011 a 2020). Segundo a visão dos sujeitos surdos, essa proposta seria um retrocesso na sua educação, uma vez que voltaria a se ter a língua portuguesa como língua de instrução. Somou-se a isso o anúncio do fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em março de 2011. Trazemos um trecho de um artigo acadêmico produzido por duas professoras surdas que comentam a situação: “A mobilização em defesa de nossas Escolas Bilíngues de Surdos vem dos primórdios, mas com maior intensidade a partir da explosão do Movimento Surdo, quando na ameaça do fechamento da nossa escola centenária” (CAMPELLO, REZENDE, 2014, p. 89).

Com esse estopim, inicia-se um embate da FENEIS com o MEC, com a distribuição de um texto indicando emendas ao PNE. O “movimento surdo em favor da educação e cultura surda”, ação coletiva constituída, em 2011, agregando lideranças surdas de instituições representativas de todo o país, combatia como maior ênfase algumas propostas do Ministério da Educação (MEC) em relação à educação de surdos – uma tomada de posição que faz insurgir um confronto com poder político cujo alvo das reivindicações pairava sobre um órgão de poder governamental.

O movimento surdo (re)surge em contraposição a uma das diretrizes do PNE, especificamente, a meta 4 (na qual, por exemplo, alunos surdos seriam inscritos em escolas regulares e, no contraturno, teriam atendimento escolar especializado – AEE). Assim, a educação de crianças surdas, se daria pela inclusão em escolas regulares e não pela proposta da educação bilíngue. Na perspectiva do MEC, a escola especial seria considerada segregacionista, uma vez que impediria que o aluno com deficiência convivesse com os demais alunos não-deficientes. Ou seja, as escolas bilíngues para surdos seriam segregacionistas uma vez que não preconizariam o convívio com outras crianças não-surdas.

Se, anteriormente, os principais pontos da principal agenda política do referido movimento eram relacionados a questões da surdez e defesa da Libras, a principal demanda da comunidade surda (surdos, pais, familiares, amigos, professores de surdos e intérpretes/tradutores de libras) passou a girar em torno do direito às escolas bilíngues. Lembramos que determinadas condições sócio-históricas deram base para a defesa de uma escola bilíngue, a saber, a legalização da língua dessa comunidade por meio de alguns

¹ Por exemplo, no dia da passeata, um carro de som tinha afixada uma faixa com o enunciado “Já temos direito à nossa língua”, em que o advérbio “já” marca a anterioridade da garantia de um direito e possibilidade de que naquele momento outro direito o fosse.

instrumentos legais (lei de Libras sancionada em 2002, e o decreto nº 5626, de 2005, que garantiria classes e escolas bilíngues) e a sua institucionalização, por meio de pesquisas acadêmico-científicas.

Pesquisadores de diferentes áreas (Educação e Ciências Sociais, por exemplo), apontam a manifestação que ocorreu nos dias 19 e 20 de maio de 2011 como um marco da mobilização da comunidade surda em defesa da escola bilíngue. E uma instituição surda teve destaque nesse processo. Pode-se dizer que, atualmente, a FENEIS é a instituição com maior representatividade nas mobilizações de surdos. Segundo Brito (2013, p. 31),

Ainda que o movimento social surdo brasileiro seja anterior à FENEIS e não se circunscreva a ela, essa organização, fundada por ativistas surdos na cidade do Rio de Janeiro em 1987 e desde então por eles comandada [...] uma espécie de polo irradiador de importantes ações coletivas do movimento. Desse modo, a FENEIS pode ser considerada a principal e maior organização do movimento social.

Barros (2015) corrobora com essa posição, ao afirmar que “tal instituição tanto forma lideranças que compõem o *Movimento Surdo* como dá respaldo a tal movimento e responde pelas suas mobilizações” (p. 67). De forma a ilustrar a representação da FENEIS na organização do movimento surdo, trouxemos um trecho que retoma um comentário de notícias sobre as resoluções do MEC a respeito do PNE e do possível fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Vejamos:

No dia seguinte, 30 de março de 2011, o Jornal O Globo trouxe à tona o assunto novamente, com a manchete: “MEC nega fechamento de escolas especiais para surdos e cegos, desautorizando o anúncio feito pela diretora de Políticas de Educação Especial do MEC, Martinha Claret, sobre o fechamento dos Colégios de Aplicação do INES e do Instituto Benjamin Constant (escola para cegos)”. Apesar desta notícia aparentemente tranquila, não desistimos da mobilização para a passeata histórica em Brasília (CAMPELLO, REZENDE, 2014, p.76).

Nas próximas seções, pretendemos analisar os elementos significantes que produziram determinados efeitos de sentido ao movimento surdo e, posteriormente, sequências discursivas recortadas de notícias jornalísticas e da revista que textualizaram o movimento.

Metodologicamente, nossa opção se dá por um gesto analítico que pode ser caracterizado como aquele de fazer-se de bobo: um princípio metodológico preconizado por Pêcheux (2016) e sintetizado pela fórmula “opção pela imbecilidade”. Ou seja, “decidir nada saber sobre o que lê, permanecer alheio a sua própria leitura [...] Recortar, extrair, deslocar, aproximar é que se constitui este dispositivo bastante particular que poderíamos designar como *leitura-trituração*.” (p. 16). Essa opção metodológica supõe a análise de um *corpus*, em nosso caso, é constituído por recortes diferentes materialidades significantes. Cabe apresentar como o *corpus* é tratado na AD:

Um *corpus* é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um *corpus* de arquivo textual não é um banco de dados (LÉON & PÊCHEUX, 2011, p. 165).

3 A campanha e a passeata

Para Barros (2015), “o coletivo nacional denominado *Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda* surgiu em contraposição ideologia inclusiva proposta nos projetos educacionais do Plano Nacional de Educação” (BARROS, 2015, p. 71 – grifos da autora). Para a referida pesquisadora, a reivindicação de escolas bilíngues para surdos seria a pauta mais polêmica apresentada pelo movimento. De acordo com sua proposta, podemos observar um embate entre o movimento surdo e o MEC em torno da educação de surdos:

supostamente o MEC estaria sugerindo ao implementar a educação inclusiva de uma maneira, vista pela Comunidade Surda, errônea e irresponsável para com as crianças surdas. A diferença linguística não estaria sendo respeitada; o argumento não seria contra a inclusão das pessoas com deficiência no sistema geral de educação, assim como em outros espaços, mas sim a defesa de um mecanismo educacional que considerasse as especificidades “linguístico-culturais” (BARROS, 2015, p. 107).

Essa posição pode ser verificada na fala de duas professoras e militantes surdas:

Os dias 19 e 20 de maio de 2011 foram dias marcantes e históricos para a nossa vida; foram dias eternizados em nossos corações como representação da resistência surda contra a autoridade do Ministério da Educação de impor à educação de surdos aquilo que não nos atende (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 79).

Tendo tal embate em vista, buscamos analisar esses dois momentos que compuseram as ações do movimento surdo. A militância dos surdos pode ser observada na campanha (espaço virtual) e na realização da passeata (espaço público urbano). Para Nunes (2013), as marchas urbanas são um modo como surgem algumas manifestações no espaço da cidade – um espaço ao mesmo tempo heterogêneo e padronizado (ORLANDI, 2004). Será no e pelo urbano que os movimentos sociais são significados.

E poderíamos perguntar por que em Brasília? Diferentes passeatas do movimento surdo já foram realizadas em diferentes cidades brasileiras. Brasília representa, no imaginário nacional, o local da regularização da vida social e política. Uma cidade que ocupa, na história brasileira, o lugar da administração central do país. Um espaço que não é só físico mas também discursivo, uma vez que encarna, entre outros, o espaço polêmico de enunciados contrários às propostas oficiais (âmbito federal) para a educação de surdos.

A formulação do dizer da campanha se fez por diferentes textualidades. Dito de outra forma, a formulação dessas textualidades e de seus registros foi realizada em língua portuguesa escrita e vídeos em LIBRAS, visto serem esses últimos materialmente produzidos em modalidade gesto-visual. Segundo Barros (2014), a campanha foi deflagrada com um vídeo produzido pelo professor surdo e ativista Nelson Pimenta, postado na plataforma YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=Bs4wZYYgcSQ>), em prol da manutenção do Instituto de Educação de Surdos (INES). Tal vídeo, em língua de sinais, se apresenta como um manifesto que convoca a comunidade surda a um grande movimento de oposição da política educacional

do MEC endereçada a essa comunidade. Além desse vídeo, foram produzidos convites para essa comunidade participasse da passeata.

Nunes (2013) destaca que a via das redes sociais institui um imaginário de circulação de eventos, ou melhor, que faz “circular discursos de divulgação dos eventos, com orientações, explicações, propagandas, marcadas pelo discurso didático” (NUNES, 2013, p.71). Assim, “as novas tecnologias aparecem [...] como possibilidade de realização das atividades” (NUNES, 2013, p. 71). O autor ainda complementa: “as programações exibidas nos sites fazem com que o movimento tenha uma temporalidade e uma espacialidade organizada” (NUNES, 2013, p. 71).

Figura 1. Folder com a programação do movimento



Fonte: sinalizandodf.wordpress.com/2011/04/10/movimento/

Tomando o fôlder com uma materialidade significativa, destacamos o lugar de ênfase que as fotos dos pontos de ancoragem espacial e dos vários sujeitos-militantes ganham na organização visual desse material. Além disso, há uma forte injunção à participação pela inserção do enunciado “Eu vou!!!” que parece funcionar como uma forma de interpelação do leitor, isto é, pela simulação da posição que seria assumida imaginariamente por esse leitor, busca assegurar a sua participação. Se as fotos podem ser tomadas como marcas visíveis do discurso didático, também parecem poder ser compreendidas a uma virtualidade de uma marcação espacial.

Passemos a comentar sobre a realização da passeata. Nesse ponto, observamos a passagem da convocação da manifestação e a divulgação de sua programação na e pela escrita digital, marcada, sobretudo, pela ilusão da completude, para realização do acontecimento público.

Há determinadas formas de manifestação dos movimentos sociais. Podemos considerar a “passeata” como um acontecimento público e de reivindicação (NUNES, 2013). Mais do que uma estratégia do movimento surdo, do ponto de vista discursivo, a passeata evoca e atualiza a memória política de protestos e reivindicações; sentidos não estabilizados sobre lutas sociais. São discursividades que produzem um efeito de militância. Mas tal efeito não é produzido fora de determinadas materialidades significantes.

Um elemento simbólico que traria o efeito de homogeneidade e também produziria um efeito de pertencimento aos integrantes seria o uso de terminado indumentário. Esse, uma unidade significativa, também aponta para uma determinada tomada de posição coletiva; afinal, a “blusa oficial, onde estava inscrita a logomarca do movimento, composta pela frase ‘Escola Bilíngue para Surdos” (BARROS, 2015, p. 77) funciona como um elemento simbólico que conferiria uma imagem de unidade e de coletividade ao movimento.

Entretanto, outros vestígios simbólicos podem ser trazidos para a nossa análise. Para Barros (2014), a passeata do movimento surdo foi marcada por elementos comuns em outros movimentos sociais (apitos, cornetas, vuvuzelas, buzinas, instrumentos de percussão). Contudo, esses foram ressignificados pela desconstrução da relação dos surdos com uma suposta ausência de som.

Os manifestantes assumiram tal estratégia a fim de expor que eles “também têm voz” e “querem se fazer ouvir” pelas autoridades. A regência dos compassos musicais tocados pelos percussionistas surdos era feita de maneira visual, sem o auxílio de ouvintes, situação que causava espantos entre os funcionários do governo que os observavam pelas janelas do prédio (BARROS, 2014, p. 15).

A autora indica que teria havido, pelo uso de instrumentos sonoros, a quebra de expectativa de um movimento silencioso e calmo. Da visada discursiva, ponderamos que o barulho provocado pelos manifestantes (com o uso de tais elementos) é um gesto simbólico, pois é dirigido para um interlocutor imaginado urbano, não-surdo e não-participante da passeata, que está acostumado com o barulho significando protesto e que se surpreenderia pela possibilidade do surdo também poder viver em um mundo “fora do silêncio”. Se por um lado o barulho produzido convoca o interlocutor ouvinte a participar da passeata ou a prestar atenção nela, por outro, a vibração produzida por tais instrumentos perpassa o corpo do sujeito surdo, significando o som por outra ordem. Para os surdos, a vibração, por ser sentida em seus corpos, pode produzir um efeito de inserção no movimento.

Na passeata, houve o uso de faixas exibidas pelos manifestantes. Portanto, além dos elementos sonoros, destacamos os materiais que dão suporte para uma dada textualidade do movimento. Com uma materialidade diferente da digital, as faixas apresentam uma escrita que atualiza o acontecimento da passeata do movimento surdo. Ou ainda, marca um “coletivo de indivíduos envolvidos pela escrita” (NUNES, 2013). Por sua própria configuração e maleabilidade do material, as faixas podem ser orientadas em diferentes direções e “permitem que os manifestantes sejam fotografados no coletivo ou na individualidade” (NUNES, 2013, p. 75). É interessante observar, pela própria flexibilidade das faixas como elas são direcionadas aos interlocutores (transeuntes, funcionários do MEC etc.).

As faixas parecem buscar delimitar uma fronteira com os enunciados reivindicatórios de outras tantas passeatas realizados no mesmo espaço urbano. A escrita se fazendo (re)significar pela resistência em determinadas condições de produção, pois os enunciados reivindicatórios marcam na e pela escrita a divisão

política dos sentidos. De outra forma, marcam a possibilidade de fixar-se o movimento em uma ou outra direção discursiva. Na perspectiva discursiva, as palavras de ordem (enunciados escritos nas faixas) representam (ou tendem a representar) a voz coletiva dos surdos. Nelas podemos observar marcas linguísticas que indicam uma divisão dos enunciados em séries que apontam para discursos ligados a certas representações coletivas (cf. NUNES, 2013, p.76). Em relação às regularidades discursivas, identificamos marcas recorrentes como o NÓS/NOSSO, SURDOS, POVO SURDO, como o enunciado da faixa² “O INES É DO POVO SURDO O BERÇO DE NOSSA LÍNGUA”, registrada na foto abaixo.

Figura 2. Exemplo de faixa



Fonte: <http://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com.br/2011/06/coordenador-nacional-de-acessibilidade.html>

Como nos lembra Nunes (2013), as faixas comparecem “trazendo as palavras de ordem em torno das quais os sujeitos se colocavam, geralmente escritas em primeira pessoa do plural ou em nome do ‘povo’ (NUNES, 2013, p.73). E completariamos em nome do “povo surdo”. O determinante discursivo “surdo”, pelo efeito de saturação, confere um sentido de especificidade: não são indígenas, estrangeiros, fronteiriços, imigrantes, deficientes; poderiam até mesmo conjectura brasileiros. Seria, portanto, um gesto de determinação de um grupo que se identifica como um povo (sem nacionalidade?) marcado por sua especificidade linguística e cultural? O efeito de saturação do adjetivo “surdo” poderia silenciar o nacional, constituído pela língua oficial, a Língua Portuguesa? Tudo parece indicar que a relação com o nacional pode comparecer em outras materialidades significantes. Vejamos a foto a seguir:

² As fotos inseridas no presente trabalho foram publicadas em blogs, conforme fonte disponível nas legendas.

Figura 3. Líderes do movimento surdo seguram a bandeira nacional



Fonte: <http://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com.br/2011/06/coordenador-nacional-de-acessibilidade.html>

A questão da nacionalidade do povo surdo parece ser constituída secundariamente (especificado por ser brasileiro e não americano, argentino etc.) por composição³ (LAGAZZI, 2009) com outra materialidade significante: a bandeira nacional. Há um gesto de interpretação do visual que produz alguns efeitos de sentido. Na foto, os militantes seguram a bandeira nacional, com duas mãos pintadas no centro do círculo. As duas materialidades verbal e não-verbal – o enunciado “POVO SURDO” presente nos cartazes e o gesto simbólico de segurar uma bandeira nacional com as mãos pintadas, representando os surdos – parecem compor algumas significações convergentes a respeito desse referente difuso que é o POVO SURDO. Orlandi (2006) faz uma leitura sintomática da palavra “povo”. Para a autora, “povo” (sujeito público) é o lugar do “irrealizado”, é o “lugar de uma declinação significativa da história” (ORLANDI, 2006, p. 10) e não uma categoria de conteúdo. Ele, o povo, é condição do movimento na história. E isso parece se dar com o enunciado apresentado na figura 2 na composição com a figura 3.

Em várias faixas, o enunciado, em primeira pessoa do plural, “nada sobre nós sem nós”⁴, uma estrutura sintática que funciona como forma de se referir a um sujeito coletivo, produz um efeito de

³ A forma como a analista faz trabalhar a noção, refuta a ideia de complementaridade. Afinal, “não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra” (LAGAZZI, 2009, p. 68).

⁴ Em 1993, James Charlton publica “Nothing about Us without Us: Disability Oppression and Empowerment”, uma das primeiras produções que se dispôs a realizar um panorama teórico que debatesse a questão das opressões à deficiência, realizando comparações entre outros tipos de opressão, dentre eles o racismo, o sexismo e o colonialismo. Para Brito (2013), o lema “Nada sobre nós sem nós” parece ter funcionado com um desafio cultural pelo qual se buscava desconstruir a “lógica do sistema simbólico socialmente dominante que era embasado nos padrões do modelo assistencialista e/ou médico da deficiência, profundamente enraizados nas práticas instauradas nas instituições estatais, órgãos públicos e demais aparelhos burocráticos do Estado” (p. 94).

generalização. Contudo, o mesmo enunciado retoma um lema dos primeiros movimentos sociais das pessoas com deficiência. Em condições de produção distintas, a passeata de 2011 passa a ressignificar o enunciado, sendo deslocado em favor da posição dos surdos em defesa de escolas bilíngues e contra o modelo inclusivo proposto pelo MEC. Como Pêcheux (1990) avulta, todo enunciado é “intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1990, p.53). É possível assinalar que esse ponto de deriva e de deslocamento se deu historicamente pela polêmica da comunidade surda em relação às lutas defendidas pelos demais movimentos de pessoas com deficiência (afinal, também eram ouvintes) e pela crítica à posição do ouvinte como aquele que impõe decisões de forma autoritária aos surdos. Um trecho de Capello e Rezende (2014) talvez possa contribuir para o nosso gesto de leitura: “somente nós, surdos, que sabemos o que é melhor para nós” (p.78).

Observamos, nas faixas, que a escrita aparece sob certa regularidade – do traço da letra (em caixa alta), do tipo de faixa, cor etc - e nos questionamos: haveria o apagamento de um gesto de autoria singular para construir um “coletivo” povo surdo, imprimindo um traço homogêneo ao sujeito surdo em posição de sujeito militante pela educação bilíngue? Talvez o traço e formato da escrita também possam ser considerados mais um elemento simbólico na construção desse coletivo.

Outro elemento foi utilizado: a vela. No dia 19, manifestantes acenderam velas ao anoitecer. Barros (2015) sugere que esse ato buscava ressignificar a vigília, em referência aos surdos no INES que usam língua de sinais na instituição, à luz de velas, na calada da noite, em época que o uso da língua era proibido. Discursivamente, sopesamos que esse gesto simbólico faz trabalhar uma memória discursiva sobre a interdição à língua de sinais entendida como uma forma de controle – de se enunciar em Libras e de ser um sujeito constituído nessa língua. Podemos dizer que a vela acesa em vigília é mais um elemento para significar o movimento.

Ainda trazemos um último elemento. Houve a realização de performances e exibições de características lúdicas em que o humor e a ironia irromperam no protesto – marcado pela situação de tensão. Podemos observar, por exemplo, a presença dos palhaços surdos que representam uma das formas de os surdos produzirem humor. Como tratar do humor, da anedota, do riso em AD? O humor possibilita subverter a ordem de um “mundo semanticamente estabilizado” (PÊCHEUX, 1990). Os chistes são como um sintoma da resistência ao assujeitamento ideológico (PÊCHEUX, 1988). Para Gadet e Pêcheux (2004), o mecanismo de funcionamento do humor, atua frequentemente na base da violação de um “saber”. É possível compreender o riso como desencadeado pela violação de um saber de uma formação discursiva. Se o humor é um sintoma da violação de um saber, no caso, a presença dos palhaços surdos parece indicar a violação de um saber produzido no interior da lógica da educação inclusiva.

4 As notícias: como o movimento surdo é falado?

A última parte do trabalho é dedicada às análises de recortes das notícias sobre o movimento surdo, especificamente a passeata ocorrida em 2011. Selecionamos três notícias de dois jornais online, a saber: duas do G1- Brasil e uma do Jornal do Brasil⁵, e trechos de seções publicadas na revista da FENEIS (nº 44, jun./ago. 2011). Pretendemos responder a alguns questionamentos, quais sejam: como o surdo e a sua língua ganham significação na mídia digital? Como o pleito a favor da escola bilíngue é discursivizada? Que imagens de surdo e língua essas notícias fazem circular na sociedade? Como o discurso da militância surda é (re)significado no discurso da mídia?

Em uma breve descrição dos jornais analisados, constatamos que cada notícia não chega a completar uma lauda. Por outro lado, a revista da FENEIS, com a chamada *Surdos no Planalto*, tem mais de 20 páginas dedicadas à temática. O modo como a revista organizou a textualização do relato, comentários e avaliação do movimento pode ser visualizado na tabela abaixo.

Quadro 1. seções da revista da FENEIS

SEÇÃO	Nº DE PÁGINAS
Nota de agradecimento aos participantes da manifestação	1
Capa – “Nada sobre nós sem nós”	18
Opinião	1
Defesa do direito dos surdos	1
Arte surda (cartum sobre o possível fechamento do INES)	1

A partir das perguntas e das regularidades dos vestígios presentes no fio intradiscursivo e do tipo de mídia que veiculou cada notícia, organizamos dois blocos de sequências. No primeiro bloco, trazemos os recortes retirados dos jornais e no segundo, da revista da FENEIS. De fato, tomamos como um contraponto as notícias produzidas por diferentes mídias e aquelas divulgadas pela revista. Compreendemos que por serem tomadas de posição diferenciadas sobre o movimento surdo, poderão enunciar também posições outras.

Bloco 1: notícias dos jornais⁶

SD1: Surdos realizam protesto contra política do MEC

Um grupo de 200 pessoas se reuniu hoje na frente do Ministério da Educação (MEC) para protestar contra a política de uma "escola inclusiva" para surdos, que prevê que os alunos sejam matriculados em escolas regulares e depois recebam atendimento especializado. Para a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), o modelo é ineficaz. A entidade defende que os alunos surdos tenham classes bilíngues, em que sejam ensinadas tanto a língua brasileira de sinais quanto a língua portuguesa. (G1 – Brasil 19/05/2011)

⁵ As três notícias podem ser visualizadas nos sites a seguir: “Surdos protestam em Brasília por melhores condições de ensino”, em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/surdos-realizam-protesto-contra-politica-do-mec.html>; “Surdos realizam protesto contra política do MEC”, em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/05/surdos-protestam-em-brasilia-por-melhores-condicoes-de-ensino.html>; “Educação: surdos fazem protesto em Brasília”, em <http://www.jb.com.br/fotos-e-videos/galeria/2011/05/20/educacao-surdos-fazem-protesto-em-brasilia/>.

⁶ Os destaques em sublinhado, em todas as sequências discursivas, são nossos e já configuram parte do processo analítico.

SD2: Educação: surdos fazem protesto em Brasília. Manifestação em defesa da educação de qualidade para pessoas com deficiência auditiva, organizada pela Federação nacional de Educação e Integração de Surdos (Jornal do Brasil – Fotos e vídeos 20/05/2011)

SD3: Surdos protestam em Brasília por melhores condições de ensino.

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos liderou evento. Eles se reuniram na quinta-feira (19) com o ministro da Educação.

Surdos fazem protesto em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, nesta sexta-feira (20). Manifestação organizada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) pede mais respeito à Língua Brasileira de Sinais e melhores condições de educação. Na quinta-feira (19), eles se reuniram com o ministro da Educação, Fernando Haddad. (G1 – Brasil 20/05/2011)

Para iniciar as análises dessas sequências, retornamos os dois processos de produção de significação: paráfrase e polissemia. Vale lembrar que os dois não se dão fora do movimento entre repetição e diferença. Segundo Orlandi (1998), o que funciona no jogo dos processos de paráfrase (retorno ao espaço do dizível) e polissemia (transferência, deslizamento de sentidos) é o imaginário na constituição dos sentidos e o trabalho da memória.

O funcionamento parafrástico não se constitui a partir de uma relação semântica estável, mas a partir da tensão entre sentidos que se constituem historicamente. Assim sendo, as paráfrases não decorrem, por exemplo, de constituintes de uma sentença que possam ser diretamente observados. A repetição interdiscursiva se concretiza no intradiscorso por meio de diferentes realizações linguísticas.

Por meio da repetição de algumas dessas unidades linguísticas, pudemos recortar sequências discursivas e organizá-las em três eixos temáticos: a militância e o embate; a educação; o sujeito surdo e a sua língua. Nesses eixos, há tanto concorrência de sentidos como possibilidade de deslizamentos. Ressaltamos que tais eixos resultam de nosso gesto de interpretação frente ao *corpus*, o que nos permite afirmar que outros gestos podem resultar em outros eixos temáticos.

ET1: a militância e o embate

Nas três sequências, encena-se um “combate” em que os surdos estariam travando contra o MEC. Por meio da construção de uma possível paráfrase, temos:

O surdo protesta contra a política do MEC de uma "escola inclusiva" para os alunos surdos que prevê que esses sejam matriculados em escolas regulares e depois recebam atendimento especializado no contraturno.

Em relação à FENEIS a posição construída é outra. Vejamos outro exercício de construção de paráfrase:

FENEIS realiza manifestação em defesa de classes bilíngues, em que sejam ensinadas tanto a língua brasileira de sinais quanto a língua portuguesa, sendo a primeira a língua de instrução.

Essa distinção entre a ação dos sujeitos surdos e a FENEIS é registrada como resultante da inserção dos termos “protesto” e “manifestação”. Como podemos notar, nas sequências 1 e 3 há o termo “protesto” e nas sequências 2 e 3, “manifestação”.

Entendemos que o funcionamento das definições é sempre instável e que elas são criadas em determinadas condições de produção, os termos “protesto” e “manifestação” também se dão em um

processo de produção histórica. De forma a identificar as relações de sentido entre os dois termos, consultamos um dicionário monolíngue de Língua Portuguesa. Podemos dizer que os dicionários se mostram uma rica fonte para compreender a distinção entre as duas definições. No dicionário⁷ Aulete digital⁸, as entradas *protesto* e *manifestação* são apresentadas nos seguintes verbetes:

Quadro 2. Verbetes

PROTESTO	MANIFESTAÇÃO
<p>sm.</p> <p>1. Ação ou resultado de reclamar; PROTESTAÇÃO; QUEIXA[Antôn.: resignação]</p> <p>2. Manifestação pública ou não, de discordância ou desagrado com uma situação ou decisão: Abandonou a discussão ante o protesto de todos</p> <p>3. Tenção ou resolução inabalável</p> <p>4. Econ. Jur. Ato jurídico por meio do qual se registra a falta de pagamento de um título de crédito, a fim de receber a dívida por vias judiciais</p> <p>Interj.</p> <p>5. Exclamação, us. principalmente em julgamentos, que expressa firme desacordo com o que está sendo declarado [F.: Dev. De <i>protestar.</i>]</p>	<p>sf.</p> <p>1. Ação ou resultado de manifestar(-se) (<u>manifestação</u> de ideias); EXPRESSÃO</p> <p>2. Aparecimento, surgimento de alguma coisa contida ou cuja origem não estava aparente: <i>manifestação de uma alergia.</i></p> <p>3. Expressão pública de uma opinião, de um sentimento (<u>manifestação</u> de pesar): <i>Sua renúncia provocou manifestações favoráveis e contrárias</i></p> <p>4. Bras. Ato público em que se manifesta uma opinião política: <i>Foram todos à manifestação.</i></p> <p>5. Revelação de um sentimento por meio de atitudes, do comportamento (<u>manifestação</u> de rancor)</p> <p>6. Bras. Rel. Incorporação de espírito no corpo de um médium [Pl.: -ções.] [F.: Do lat. tard. <i>manifestatio, onis.</i>]</p>

Vejamos como a primeira e segunda acepções podem ser consideradas nas textualidades analisadas. Seguindo a divisão trazida nos verbetes, ao se enunciar “protesto”, cria-se a imagem que os surdos reclamam, queixam sobre sua demanda, que seria, segundo os jornais, por uma educação de qualidade (melhores condições de educação) e respeito à Língua Brasileira de Sinais. Já ao se enunciar “manifestação, concebe-se como um ato de “expressão pública de uma opinião”, ou seja, manifestam publicamente em defesa de sua demanda institucional em prol da educação realizada por meio da Libras e da Língua Portuguesa como segunda na modalidade escrita.

Nas sequências, a posição construída para os surdos (“pessoas com deficiência auditiva”), por sua ausência de organização institucional, é a de “protestar contra”. Distintamente, a FENEIS é colocada como o centro da organização da manifestação, como a instituição que a lidera e a organiza. A posição construída, então, é de uma instituição e como tal pode organizar “manifestações em defesa” de suas causas.

⁷ Devemos destacar que “ler o dicionário é saber que há certos sentidos que aparecem e se sedimentam, se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura.” (NUNES, 1997, s.p.).

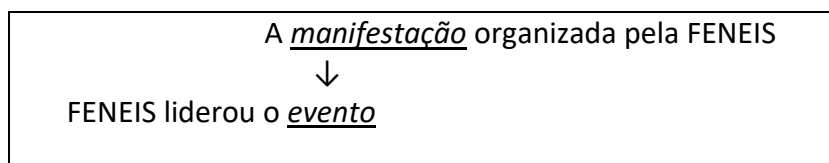
⁸ <http://www.aulete.com.br>

Observamos que, nas três sequências, o termo “FENEIS” não recobre o termo “surdo(s)”; ademais, as notícias dos jornais silenciam a posição do MEC em relação à educação bilíngue.

Partindo do princípio que não há sentido sem a possibilidade de deslizamento, destacamos, nas sequências, outras relações parafrásticas. Lembramos que deslocamentos de sentidos são possíveis uma vez que há metáfora - definida como transferência constitutiva do processo de produção de sentidos. Nas palavras de Orlandi (2004, p. 138),

Na transferência de sentido trabalha-se pois com o efeito metafórico, ou seja, há uma historicização do sentido de tal maneira que ele vai se ressignificar em um outro lugar, produzindo efeitos que trazem os sentidos que estão sendo produzidos para uma outra discursividade.

Um desses deslizamentos pode ser observado a seguir:



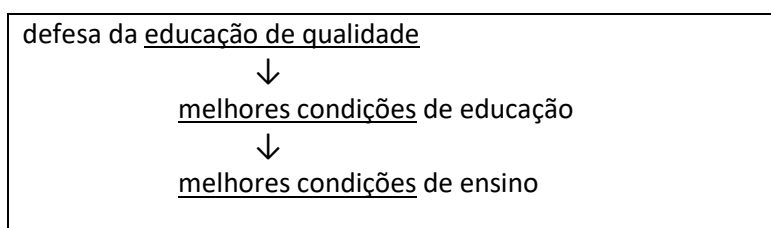
No primeiro enunciado, o termo “manifestação”, de ato político de reivindicações, passa ser considerado, no segundo enunciado, um “evento” liderado por uma federação.

ET3: a educação

A educação de surdos, em duas direções distintas, pode ser relacionada: a) a uma especialidade a ser desenvolvida no contraturno da matrícula da escola regular; b) a especialidade que deve ser desenvolvidas em escolas bilíngues. No entanto, esse embate, nos jornais é reduzido a uma busca pela “educação de qualidade”.

Cabe salientar que o trecho “educação de qualidade” é retomado como uma expressão cristalizada e generalizada aos vários movimentos sociais que reivindicam melhores condições educacionais, partindo-se do pré-construído de uma educação sem qualidade, naturalizada em nossa historicidade, sem estabelecer uma posição crítica sobre a condição da educação no Brasil. Reduz-se a uma expressão esvaziada de discussão política, sobretudo, um esvaziamento dos sentidos do próprio movimento surdo e de suas demandas.

Como já apontamos, anteriormente, todo enunciado apresenta pontos de deriva possíveis (PÊCHEUX, 1990). Dessa forma, apresentamos como nos jornais analisados o efeito metafórico – fenômeno semântico produzido por uma substituição conceitual – faz funcionar algumas substituições. Vejamos:



Na relação posta entre os três enunciados, consideramos a possibilidade de a substituição de uma palavra por outra, na superfície linguística, supor um deslocamento de sentido. Cabe salientar que há uma historicidade que trabalha o efeito metafórico; dito de outra forma, só há deslizamento de sentidos porque os sujeitos significam dentro de uma memória, há um trabalho da historicidade. Assim, deslocar “educação de qualidade” para “melhores condições” é apagar que a manifestação se dava em prol da educação bilíngue para surdos, em que a língua de instrução seja a LIBRAS. Não se trataria apenas de “melhores condições” (e o que isso representaria para os mais variados grupos sociais), mas que a pauta do movimento centrava-se na reivindicação de escolas bilíngues e que os alunos surdos tivessem as duas línguas ensinadas, sendo a Libras a língua de instrução.

ET3: o sujeito surdo e sua língua

Para além de o sujeito surdo ser construído como aquele que realiza protestos, podemos depreender outras posições. Na SD1, podemos observar como o surdo é definido por meio de a representação numérica/quantitativa: “grupo de duzentas pessoas”. Com esse trecho, buscar-se-ia reduzir a legitimidade do movimento ao considerar a quantidade? Em outros termos, um número relativamente pequeno de pessoas teria protestado contra o MEC – órgão máximo da esfera pública federal para a condução dos assuntos educacionais do país? Essa oposição grupo pequeno e MEC mostra um desequilíbrio na relação de poder e poderia ser interpretada como se os surdos pudessem estar protestando em vão, por exemplo.

Na SD2, outra referência é trazida, dessa vez como pessoa com deficiência auditiva (impedimento sensorial). Tal definição faz trabalhar uma memória discursiva medicalista que busca normalizar o surdo por meio de implantes e demais processos de oralização. Nos jornais, ao falar sobre o sujeito surdo e ao produzir uma determinada imagem desse sujeito como deficiente, além de depreciar sua representação em um movimento social para o restante da sociedade, também apaga o papel da língua de sinais na constituição desse sujeito. O lugar da língua de sinais nas notícias acaba sendo apenas aquele a que se deve “mais respeito”.

O próximo bloco traz algumas sequências recortadas da revista da FENEIS, textualidade que projeta a posição da própria instituição. Convém lembrar que segundo Barros, “a FENEIS utilizou-se de seus materiais de divulgação, como revistas, apostilas e publicações, para fortalecer as demandas do movimento social surdo” (BARROS, 2015, p.68).

Bloco 2: revista da FENEIS

SD4: Um marco na história dos surdos brasileiros. Esse foi o significado da manifestação em defesa da educação bilíngue para surdos, realizada em maio em Brasília. O ato político e cultural contou com o apoio popular da comunidade surda de todo o país, que reuniu cerca de quatro mil pessoas na capital. (p. 2)

SD5: Mas esse sentimento conservador não está apenas nos inimigos do MEC, está também em sua Secretaria de Diversidade e Inclusão (antiga Secretaria de Educação Especial). O tratamento

preconceituoso dispensado à Língua Brasileira de Sinais [...], demonstra-se justamente em uma política educacional que aliena as crianças surdas do aprendizado de e em sua língua natural. (p. 7)

SD6: A luta em forma de expressão cultural sempre foi uma marca dos surdos. Em Brasília, não foi diferente. Durante dois dias, a comunidade surda se mobilizou pela defesa da educação pública bilíngue, na qual a língua de sinais deve ser a língua de instrução dos surdos e a língua portuguesa ensinada como segunda língua. (p.9)

SD7: Toda a agenda de manifestação teve como objetivo central a defesa da escola pública bilíngue para surdos. (p. 9)

SD8: Na ausência de Luz, não nos comunicamos. Na ausência de uma escola bilíngue, não teremos como nos comunicar, nos desenvolver e nos transformara em sujeitos atuantes no mundo. Estamos buscando essa luz, por meio de uma educação melhor. (p. 13)

SD9: Por outro lado, ela [Karin Strobel] acredita que também os resultados foram positivos, pois os surdos se posicionaram firmemente contra os partidários da educação inclusiva do MEC. (p. 16)

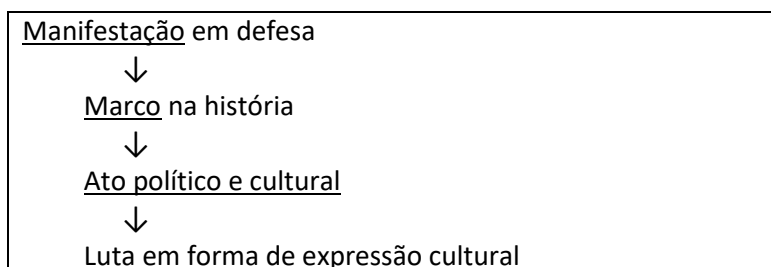
SD10: A perspectiva cultural da educação de surdos ainda não é amplamente compreendida. Paira o estigma da deficiência e das escolas especiais como o lugar da segregação e do antigo modelo médico da reabilitação. Convencer os gestores de que a escola bilíngue é o real lugar da inclusão é o nosso principal desafio. (p. 18)

Buscamos organizar as análises das sequências que compõem o bloco 2 considerando os mesmos três eixos temáticos.

ET1: a militância e o embate

Nas sequências, coloca-se a manifestação fora da mera ordem da queixa. O enfoque não recai na organização da FENEIS, mas na comunidade surda mobilizada em torno de sua reivindicação fundamental: a defesa da educação bilíngue determinada discursivamente como aquela deve ter língua de sinais como a língua de instrução dos surdos. A posição discursiva do opositor do movimento é preenchida pelo “inimigo”: aqueles que estão no MEC, isto é, “os partidários da educação inclusiva do MEC”. Encena-se mais uma vez um embate em que os dois lados – cada qual com os seus posicionamentos – são postos em posição antagônica. No entanto, também é possível verificar a construção de um gesto de convencimento, na SD10.

Diferentemente dos jornais, em todas as textualizações da revista, o termo empregado é “manifestação”. Essa é significada como um marco histórico, um ato político e cultural, uma luta, cujo objetivo central foi a “defesa da escola pública bilíngue para surdos”. Vejamos algumas relações de paráfrase que podem ser estabelecidas entre alguns enunciados das sequências recortadas:



Cada substituição pode produzir, como já vimos, uma série de deslocamentos de sentidos. Por exemplo, a luta cultural (e não mais política?) é posta como uma forma de eternizar (“sempre”, na SD6) uma marca generalista para os surdos. Embora se tenha enunciado que o ato teria sido “político e cultural”, a luta

é trazida como uma “expressão cultural”, como se aquele não a afetasse, isto é, como fosse possível estar fora do político.

ET3: a educação

A principal referente discursivo parece ser a educação bilíngue. A defesa dessa perspectiva educacional é o centro da reivindicação, uma vez que, da posição do movimento surdo, essa educação que possibilitaria o surdo ter acesso a sua língua, a sua cultura e aos conhecimentos escolares, tal como enunciado na SD6. Por outro lado, a educação inclusiva, considerada inadequada pelo movimento, é fortemente rechaçada, pois seria, como exposto na SD5, “uma política educacional que aliena as crianças surdas”.

Dois polos são construídos: o da não compreensão da perspectiva cultural da educação de surdos (SD10) em oposição da permanência da concepção das “escolas especiais como o lugar da segregação” (SD10). São, portanto, polos construídos discursivamente por duas posições antagônicas.

ET3: o sujeito surdo e sua língua

O sujeito surdo foi significado como aquele que se posicionou firmemente; portanto, como aquele que não teria recuado de sua luta. Em geral, esse sujeito é inscrito pela forma da terceira pessoa, atualizada pelos itens lexicais: surdos, surdos brasileiros, crianças surdas. Cumpre destacar que, nessa forma de representação, o sujeito enunciator apresenta-se como outro, simulando certo distanciamento em relação ao surdo. Esse efeito de distanciamento pode ser observado na SD4 com a referência ao “apoio popular da comunidade surda” – com indicação da construção discursiva do “povo surdo” – que poderia produzir, ao mesmo tempo, um exterior específico ao sujeito enunciator e um efeito de coletividade que estaria além daqueles das lideranças surdas.

Também identificamos outra marca recorrente para a inscrição desse sujeito: a marca NÓS. Essa marca pode designar conjuntos lexicalmente não nomeados, ou seja, configurar a associação do sujeito enunciator a outros sujeitos não nomeados, não especificados linguisticamente. A ausência de textualização do referente instaura ambiguidade do dizer do sujeito, que decorreria da possibilidade de, ao enunciar o NÓS, associar-se a distintos referentes sem especificá-los lexicalmente. Dessa forma, depreendemos diferentes referentes discursivos de NÓS, ora representando os surdos, a comunidade surda, ora a FENEIS. Por exemplo, o efeito produzido com o NÓS, na SD8 “não teremos como nos comunicar”, é de um sujeito coletivo que é marcado por uma singularidade linguística. Já na SD10 “esse é o nosso principal desafio” marca tanto a inserção dos surdos como da própria FENEIS.

Ao observar outros vestígios no fio discursivo, destacamos, na SD8, a utilização da palavra LUZ. De certa forma, essa referência traz os surdos para o campo da (in)visibilidade. Observamos o discurso

transverso que sustenta esse dizer; há o atravessamento do discurso religioso (tragam-se a luz) sustentando os dizeres sobre a (in)visibilidade possível por meio da escolarização em língua de sinais. Há a construção de certo paralelismo: a educação bilíngue é a condição para o surdo se comunicar – visto que oferece acesso à Libras – e, por conseguinte, passa ser a “luz” necessária para esses sujeitos. Parece possível dizer que o efeito de militância parece ser atravessado pelo discurso religioso.

Em relação à língua, podem ser depreendidas duas posições: a) língua de instrução do surdo; b) língua cercada por desconhecimentos e preconceito. Assim como nos jornais, também se acentua o tratamento preconceituoso dispensado à Língua Brasileira de Sinais e não se dá destaque a língua como constituição do sujeito.

5 Retomando pontos e tecendo considerações

A mobilização do movimento surdo foi feita por meio das redes sociais, com a divulgação do pôster da manifestação com a programação que buscava, ao mesmo tempo, informar e suscitar a participação da comunidade surda. O uso das redes sociais parece indicar a criação de espaços de resistência e de militância acerca de outro dizer sobre o surdo e a educação de surdos. São enunciados digitais que convocam os seus leitores a refletirem sobre questões que cercam da educação bilíngue para surdos. Ponderamos ainda que os sentidos do *Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda* textualizam-se, virtualmente, de forma a tentar atingir a esfera pública mais ampla, não se reduzindo somente aos sujeitos surdos.

A análise da passeata e dos vários elementos simbólicos que a materializaram discursivamente, permitiu-nos observar a configuração de uma disputa em relação à divisão dos sentidos, uma disputa que é sempre política. Em outros termos, o espaço polêmico de lutas do movimento surdo materializado nas avenidas de Brasília comportou a visibilidade dessa disputa do que venha significar inclusão. A educação inclusiva preconizada pelo MEC é compreendida pelos sujeitos militantes surdos como excludente, uma vez que reduziria a inclusão apenas a uma interação em mesmo espaço físico, a escola regular. A proposta ideal para esse grupo seria a educação bilíngue. Dessa forma, os alunos surdos teriam acesso à informação escolar, pois a Libras seria a língua de instrução, e a garantia da formação da identidade surda. Por outro lado, a educação bilíngue, defendida pelo movimento, é vista pelo MEC como segregacionista, uma vez que não possibilitaria que os alunos pudessem ter interação com alunos não-surdos.

Em nosso segundo momento de análise, aquele realizado com notícias de jornais indicou que o movimento surdo é discursivizado de forma diferente se a posição inscrita é a do surdo ou a da FENEIS. Constroem a imagem dos surdos como sujeitos que protestam, que reclamam por melhores condições educacionais. Em geral, registra-se a permanência da apresentação do surdo como deficiente, em que se observa o discurso medicalista, que não abordaria a especificidade linguística em sua escolaridade. Pela

pouca exposição da temática nas páginas dos jornais virtuais, verificamos a falta de interesse da mídia em inserir a pauta do movimento surdo. Já a revista da FENEIS, funcionando como uma textualização de relato do movimento surdo, busca construir uma imagem de uma comunidade que teria como principal laço de constituição o uso da língua de sinais. Na revista, a comunidade surda não protesta (reclama, queixa), mas se mobilizou em defesa da educação bilíngue.

Pudemos verificar, no entremeio dos vários efeitos de sentidos produzidos e da própria incompletude da linguagem, que a manifestação é condição para a experiência e a vivência da luta pela garantia dos direitos dos surdos, luta que é construída no e pelo espaço urbano. A militância surda significada e potencializada pelo urbano abre-se para a disputa de sentidos, num jogo tenso entre permanência e deslocamento de efeitos de sentido sobre educação bilíngue, surdos e língua de sinais.

Referências bibliográficas

BARROS, Eudenia Magalhães. Mobilizações políticas e o movimento surdo sobre os (novos) arranjos das ações coletivas contemporâneas. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal: UFRN, 2014, p.1-20.

BARROS, Eudenia Magalhães. **Ações coletivas, identidade e mobilizações políticas: Movimento Social Surdo e a luta por reconhecimento**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2015.

BRITO, Fábio. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, n. 2, 2014, p. 71-92.

FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi, GALLO, Solange Maria Leda. Vem pra rua: sentidos em deslizamento na cena política brasileira. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi, GALLO, Solange Maria Leda (Orgs.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015, p. 55-72.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 67-78.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 163-173.

MEDEIROS, Vanise. Discurso, memória e movimentos sociais. In: MEDEIROS, Vanise; MARIANI, Bethania. (Orgs.). **Discurso e...** Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2012, p. 208-220.

NUNES, José. Formação do Léxico e Saber Linguístico. **Relatos**, Campinas, v. 5, 1997, p. 14-22.

NUNES, José. Marchas Urbanas: das redes sociais ao acontecimento. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane Pereira (Orgs.). **Análise do Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, p. 65-84.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Labeurb/Pontes, 2001, p. 9-24.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, Soeli Maria Schreiber da (Org.). **Os sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 7-30.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas. Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. (2016). Abertura do colóquio. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 93-105.

Página intencionalmente deixada em branco

Lula e a Língua Fluida – Uma Relação Natural?

Daianna Brasílio de Araujo POMPEU (ACF - UNIVAS - FVH)
daiannapompeu@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa ocorrências da Língua Fluida em falas do ex-presidente do Brasil, Lula, coletadas pelo jornalista Marcelo Tas no livro “Nunca Antes na História deste país” (2009), trazendo excertos proferidos em ocasiões variadas durante seus mandatos, onde ele aborda os mais diversos assuntos usando um léxico e um discurso – entendendo-se aqui discurso como o lugar onde se dá a relação entre língua e ideologia – através da Língua Fluida, aquela falada no dia a dia e que não pode ser contida. Seriam essas escolhas lexicais carregadas de metáforas e apelativas uma estratégia de marketing consciente para causar o efeito de sentido de proximidade com a maioria da população através do uso constante da Língua Fluida? Recortes como “Lá, a crise é um tsunami. Aqui, se chegar, vai ser uma marolinha, que não dá nem para esquiar” mostram como tais “usos e costumes” linguísticos foram naturais no discurso do presidente que contribuíram no aumento de sua popularidade. Partindo da análise desses trechos e dos conceitos da AD de Pêcheux e Eni Orlandi, procura-se refletir sobre tal situação para levantar questionamentos a respeito da força das palavras que, lançadas, causam efeitos de sentidos difíceis de ser mensurados.

Palavras-chave: Língua fluida; Lula; Discurso; Ideologia; Oralidade.

Abstract: This article analyses some occurrences of Fluid Language in statements by the former Brazilian president, Lula, collected by the journalist Marcelo Tas in his book “Nunca Antes na História deste País” (2009), bringing excerpts that were given in many occasions during both of his presidential terms, Lula approaches the most diverse subjects using a lexicon and a speech – understanding speech as a place where happens the relationship between language and ideology – that, through Fluid Language, the one spoken in a daily basis which cannot be contained. Are these lexical choices, loaded with metaphors and appealing a conscious marketing strategy, inducing a sense of proximity with most part of the population through the constant use of Fluid Language? Cutouts like “Lá, a crise é um tsunami. Aqui, se chegar, vai ser uma marolinha, que não dá nem para esquiar” shows us how linguistic “uses and traditions” were something natural in the former president speeches and that they contributed to increasing his popularity. Starting from these passages analyses and the concepts of AD by Pêcheux and Eni Orlandi, we try to think over these situations to raise some questions about the force of the words that, when thrown, can cause effects of senses difficult to be measured.

Keywords: Fluid language; Lula; Speech; Ideology; Orality.

1 Introdução

“Todo mundo tem o direito de ser contra, a favor ou muito pelo contrário.”
Luís Inácio Lula da Silva

De uma forma um tanto simplista, a língua é o primeiro reflexo de um povo, pois a partir dela podemos conhecer suas manifestações culturais, sua história, suas transformações. A língua une, mas também segrega grupos sociais, pessoas, famílias... serve para impor padrões, estabelecer métodos, criar preconceitos. Pessoas a usam das mais variadas formas, seja como arma, seja como consolo, seja como companhia. Escrita, falada, cantada, veiculada das mais variadas formas, a língua aproxima e separa indivíduos e constitui um universo incomensurável de análise para os estudiosos da área.

A Análise do Discurso (AD) não vê a língua de uma perspectiva utilitarista e instrumentalizável, e sim como algo que não é homogêneo, nem tampouco transparente. Para ela, a língua é algo constituído pela incompletude, pois não funciona fechada em si mesmo, uma vez que sempre estará aberta ao equívoco (ORLANDI, 2002). A AD não trabalha com a dualidade língua/fala, mas sim com a relação língua e discurso, considerando a língua em funcionamento como condição necessária para o desenvolvimento do processo discursivo, com sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não se compõe de um sistema perfeito, nem uma unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude. (ORLANDI, 2009) E ainda completa que a falha e a incompletude não são defeitos em sua materialidade, mas o lugar do possível. (idem, 2009).

Já em relação à linguagem, a AD recusa a concepção que a reduz a um simples instrumento a serviço da comunicação ou a um simples veículo de transmissão de informações, pois tal concepção seria a base de uma ideologia que mascara a sua ligação com a prática política, e contraria os conceitos-chave postulados pelo filósofo francês Michel Pêcheux (considerado o iniciador da AD na década de 60) e Orlandi (precursora da AD no Brasil) dentro da Análise do Discurso, concepções estas que serão o pano de fundo deste artigo e ponto de partida para as reflexões sobre Língua Fluida.

Segundo Orlandi (1988, p. 34), “a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas. (...) Língua na qual convivem processos muito diferentes e cuja história é feita de fatura e movimento.” Ou ainda “a que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites.” (idem, 2009, p. 18)

Isto posto, como material de análise para este artigo, foram selecionados alguns recortes do livro “Nunca antes na história deste país: as frases mais engraçadas e polêmicas do presidente Lula”, publicado pelo jornalista e comunicador de TV Marcelo Tas no ano de 2009. O livro é uma coletânea de falas do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva proferidas durante seus 2 mandatos na Presidência do Brasil, falas essas que por sua vez foram coletadas de outro livro, “Lula, o filho do Brasil”, de 2003, escrito pela jornalista Denise

Paraná, além de recortes de jornais, periódicos e entrevistas televisionadas. Segundo o autor, as falas foram escolhidas e agrupadas segundo “profissões” (aspas do autor) que o ex-presidente assumia durante seus discursos e que, na maioria das vezes, se iniciava com a frase “Nunca antes na história deste país”, o que dá título ao livro.

Luiz Inácio Lula da Silva exerceu o cargo de presidente do Brasil durante dois mandatos seguintes (de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010), sendo eleito através de escolha democrática, com o voto da maioria. Nasceu no Nordeste pernambucano em 1945, numa região de semiárido, sétimo filho de um casal de lavradores analfabetos e pobres. Aos 7 anos de idade mudou-se com a família para a região de Santos (SP), a procura do pai que já havia migrado anos antes. Fugindo da seca como milhares de outros brasileiros, trabalhou primeiro como vendedor ambulante e engraxate. Já na adolescência, mudou-se para a capital do estado, São Paulo, onde concluiu o ginásio e se matriculou num curso de torneiro mecânico do SENAI. Desse ponto em diante iniciou sua vida como operário e, posteriormente, militante político dos sindicatos do ABC Paulista. Não chegou a concluir seus estudos acadêmicos, mas sua origem humilde e sua falta de formação superior não o impediram de, segundo Kamel, “ter um repertório de palavras semelhante ao de alguém com formação superior.” (KAMEL, 2009, p. 23)

Esse trabalho não se propõe, em momento algum, a realizar uma propaganda partidária nem criticar a figura pública do ex-presidente, mas apenas propor reflexões pertinentes a partir da noção de LF (Língua Fluida) e Oralidade no discurso político e seu alcance junto à população, uma vez que, no entrecruzamento entre LF e Oralidade, estas passam a ser consideradas, muitas vezes, formas marginais em relação à legitimação que a língua escrita possui na sociedade desde os tempos antigos. No Brasil, esta divisão é bastante visível entre os grupos que dominam apenas a língua oral (a camada mais desprestigiada da população, os operários, os marginalizados, os que não tiveram, por razões diversas, acesso à educação formal) e aqueles que a desprezam, dando à língua escrita ou às línguas-imaginárias – “línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (ORLANDI, 1988, p. 28), o estatuto de discurso legitimador e oficial.

Ancorados no dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso e partindo dos conceitos postulados por Orlandi sobre Língua Fluida (LF), pretende-se analisar alguns recortes do livro “Nunca antes na história deste país: as frases mais engraçadas e polêmicas do presidente Lula” para refletir sobre a relação entre a LF e a formação de sentidos no que tange à grande popularidade do ex-presidente, uma vez que, fazendo uso de uma língua carregada de metáforas, oralizada e extremamente coloquial, o acesso às camadas mais populares do Brasil foi muito maior, produzindo assim, pelo uso da língua, um maior sentido de identificação entre a grande massa da população e a figura do presidente. Segundo Payer (2013, p. 185),

a língua, sua forma específica em relação ao conjunto de línguas e de formas, se expõe também como algo que participa da construção do objeto do discurso, onde o processo de significação incide sobre e advém especificamente na materialidade linguística historicamente instalada, de seus sentidos socialmente aceitos como memória e de seus efeitos no sujeito, no seio dos processos de significação.

A identificação pode acontecer porque a fala do presidente atinge campos que já fazem parte da história dos seus ouvintes. Mesmo que nas entrelinhas esteja sua origem humilde, todo o seu percurso de superação até chegar à posição de chefe da nação e o possível desejo dos mais carentes de também ter alguma ascensão dessa espécie, a materialidade linguística está historicamente instalada porque os sentidos que se apresentam são comuns à grande maioria. O léxico é simples, as frases são carregadas de significação simbólica, mas uma simbologia comum ao cidadão brasileiro que se vê refletido – e a identificação ocorre – no operário que se tornou presidente. E ainda,

a identificação do sujeito em relação às línguas e às suas diferentes formas, como parte do processo de significação, volta-se de modo peculiar sobre a base linguística, assinalando pontos nessa materialidade em que a relação do sujeito com o sentido – a significância – encontra-se em dependência direta de uma impressão de coincidência (ou não) com a forma material. (PAVER, 2013, p. 185)

2 Conceitos iniciais

Como já mencionado anteriormente, esse estudo procura analisar alguns recortes do livro em questão a partir de conceitos básicos da Análise de Discurso (AD) fazendo ponte com a constante presença da Língua Fluida (LF) - aquela que faz parte do dia a dia do falante em situações reais de uso, sem monitoramento, predominantemente oralizada, propondo reflexões sobre o seu impacto na popularidade do então presidente junto à população brasileira. A LF é o lugar mais propício para a falha e a incompletude, conceitos comuns à Análise de Discurso, uma vez que esta trabalha com a língua em funcionamento e os efeitos de sentido que podem daí suscitar. Não se pode esquecer também a questão do forte embate entre aqueles que são adeptos da manutenção da linguagem tradicional, os gramaticistas, que não aceitam o desenvolvimento e as modificações naturais da língua, e aqueles que veem a língua como um organismo vivo, suscetível a mudanças constantes, flutuante de acordo com o grupo social que dela faz uso.

Essas reflexões também não se pretendem inéditas, uma vez que já há inúmeros trabalhos que procuram analisar o discurso político e seus modos de circulação e efeitos de sentido, além do seu funcionamento midiático. Entretanto, é imprescindível que se continue a levantar questionamentos no sentido de que, quanto mais coloquial e popular for o discurso político, ou seja, quanto mais apelativo, mais sentido ele fará e mais alcance junto à maioria da população que com ele se identifica ocorrerá. Tais razões são mais complexas e não se esgotam nessas poucas páginas.

Os recortes apresentados no livro de Marcelo Tas são variados, por vezes descontextualizados entre si abordando assuntos diversificados, e não consideramos necessário analisar todos eles, dispensando a exaustividade a favor da regularidade ali observada. Entretanto, selecionando alguns excertos, é possível observar o funcionamento discursivo no campo político, tentando refletir sobre alguns possíveis alcances desses discursos no que se refere a uma “língua” fluida, assim diríamos.

Segundo De Certeau (1975), quando se entende a oralidade como uma prática discursiva, é importante que se considere suas condições de produção e os seus sujeitos. Entretanto, no discurso do ex-presidente Lula, a posição-sujeito Presidente da República Federativa do Brasil não combinaria com o que era proferido em situações reais, oficiais na maioria das vezes, abordando assuntos cuja seriedade pedia o uso de termos formais. Nesse sentido, as condições de produção e a posição-sujeito quebra o ritual esperado pela mídia, pelos outros políticos, pelos profissionais da área da educação, pelos escritores, enfim. Mas um efeito inverso – e aí é que surge a reflexão – passou a acontecer: um discurso oral, fazendo uso de uma LF, alcançava uma amplitude muito maior e uma eficácia na produção de sentidos mais abrangente no quesito identificação população/presidente do que o discurso tido pelos órgãos responsáveis como o discurso oficial. E quem deve definir que tipo de discurso deve ser utilizado para se alcançar a população? O que define na vida real um discurso político? A sua acessibilidade ou a sua erudição?

Como ficam as relações de poder desta forma, ou seja, quando a posição sujeito oficial quebra o ritual e não utiliza a linguagem que se espera dela? Como a identificação entre a posição-sujeito oficial ocupada pelo presidente, de onde se pressupõe um outro tipo de linguagem, e a posição-sujeito da população em sua maioria, é construída? Não seria verdade que a língua é o reflexo de uma sociedade? Não estaria assim havendo um nivelamento, uma aproximação entre a figura do chefe de estado e a grande massa da população, uma vez que é esta a língua – Língua Fluida – que a grande massa da população compreende, usa em seu dia a dia? Por que a LF, neste caso fortemente marcada pela oralidade, não é apropriada para o discurso oficial na política, entretanto ela funciona como língua política?

Zancarini (2008) e Guilhaumou (1989, 2009), autores que trataram de assuntos relacionados à língua da grande massa da população durante a República de Florença no século XVI e a Revolução Francesa também no século XVI, levantaram um questionamento pertinente a essas reflexões: pode a língua comum ser a língua da política? Ou seria inadequado o presidente usar da língua coloquial – fluida – em suas falas de improviso frente a jornalistas, para se dirigir ao público ou mesmo à imprensa por ser esta língua “inadequada” (?) à política?

Não seria a língua comum que Zancarini e Guilhaumou se referiam mais acima uma forma de Língua Fluida que, nesse contexto brasileiro (mandatos do presidente Lula) tornou-se também uma língua política? Segundo Kamel (2009, p. 23),

quase sempre Lula sabe o que faz, por que faz e onde faz: seu objetivo é se comunicar com todos, mas, prioritariamente, com o “povão”, que compõe a massa de cidadãos. Para isso, Lula transforma o que muitos veriam como deficiência – sua sintaxe popular e sua falta de sofisticação gramatical – numa poderosa arma de comunicação.

No momento atual, percebe-se a utilização da LF em grande escala nas músicas que são amplamente consumidas, nos programas televisivos, nas redes sociais, na linguagem publicitária, enfim, na grande mídia. A LF e também a língua oral propiciam uma facilidade ou uma riqueza maior no que tange à formulação de sentidos. Usar essa flexibilização no discurso político é um recurso a mais na posição-sujeito daquele que a utiliza para alcançar objetivos pré-estabelecidos.

Zoppi-Fontana (2011, p. 69) conceitua a língua política como

um modo de dizer produzido no exercício do poder, constitutivamente ligado a suas condições históricas de produção, que volta reflexivamente sobre si mesmo, tornando-se objeto explícito do confronto político tanto por aqueles que enunciam das instâncias próprias do campo da política, quanto por aqueles que produzem um discurso sobre essa língua (principalmente na mídia).

Assim sendo, a língua política pode ser utilizada tanto por aqueles que a criam como por aqueles que dela se apropriam para diferentes fins. Aí voltamos mais uma vez àquele questionamento feito algumas linhas acima: pode a LF funcionar como língua política? Pode a LF provocar sentidos no campo do político? Pois os objetivos daqueles que usam a língua, tanto a LF quanto a língua política, nem sempre são lícitos ou mesmo transparentes, pois como língua carregada de ideologia e suscetível ao deslize/deriva (efeito metafórico dentro da AD), propicia a quem a usa gerar sentidos múltiplos de acordo com o efeito que se quer atingir na grande massa da população.

A Análise de Discurso procura compreender como um objeto simbólico – uma fala, um discurso, por exemplo - produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. O discurso, por sua vez, é o lugar onde se observa a relação entre língua e ideologia (ORLANDI, 2002), e onde a materialidade discursiva se concretiza na memória do sujeito. Em Vitória (ES), no Parque das Baleias, em discurso realizado na primeira extração da camada pré-sal (2/9/2008), Lula afirma que “Deus passou por aqui e resolveu ficar! Porque a sorte aumenta a cada dia.” (TAS, 2009, p. 83)

Os sentidos não existem em si, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, e estas, por sua vez, mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, ou seja, a posição-sujeito dos falantes. Os sentidos não estão colados nas palavras, completa ORLANDI (2002). Lula, tentando explicar a correspondentes estrangeiros as novas ideias que passou a defender depois de eleito presidente (27/05/2003), diz: “Eu não mudei ideologicamente. A vida é que muda. A cabeça tem esse formato justamente para as ideias poderem circular.” (TAS, 2009, p. 114)

3 Análise dos excertos

É interessante notar como a LF incomoda aqueles que são adeptos incondicionais das chamadas “línguas de madeira” dos regimes totalitários, línguas essas inflexíveis e fechadas às mudanças, presentes nas leis, artigos, documentos, estatutos em geral, pois “advogam a favor de uma enunciação sem falhas, colada ao mundo como uma sua cobertura transparente, e direcionada para um horizonte de clareza conceitual que garanta a comunicação perfeita.” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 70)

Para a Análise de Discurso não há comunicação perfeita, sem falhas, pois os sentidos são muitos, deslizam, deslocam-se, ficam à deriva devido à própria característica parafrástica e polissêmica das palavras. E é justamente aí que reside a riqueza da área de atuação da AD. Não um defeito, mas antes uma qualidade. (ORLANDI, 2009) E ter um representante de uma nação, ocupando uma posição-sujeito da qual o uso da LF é prática comum, deixa um nó contraditório. O representante maior do Estado foi o que mais fez uso da LF como língua política, quebrando estereótipos, fazendo muitas vezes uma espetacularização do discurso político.

Segundo Kamel (2009, p. 35),

Repetição, metáforas facilmente entendidas pelo cidadão comum, linguagem simples e convencional, essa é a fórmula de Lula. Mas há ainda outro ingrediente. Quando necessário, Lula não se importa nem mesmo de usar imagens fortes, que poderiam ser vistas como de mau gosto. Essa linguagem forte, embora não frequente, é usada sem constrangimento sempre que o presidente considera necessária: a fala flui sem ressalvas, não há nenhum pedido de licença para se usar uma linguagem mais contundente. Se seu objetivo é comunicar-se, ele usa todos os recursos.

Vejamos esse exemplo, garantindo que aprovaria as reformas mesmo contra a vontade do Congresso, do Judiciário e dos fenômenos da natureza:

Não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia. Não tem Congresso Nacional, não tem Poder Judiciário. Só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar. (24/02/2003) (TAS, 2009, p. 15)

Ou utilizando palavras do âmbito “doméstico”, abordando o tema “lavanderia”:

A elite brasileira, que saía do Sul para tomar conta da borracha no Amazonas, mandava lavar a roupa em Paris. Eram seis meses para ir e voltar. Imagine o cidadão ficar esperando uma cueca seis meses... E naquele tempo era ceroulão! (18/07/2007) (idem, p.60)

Ou mesmo “comparando as adversidades da política ao cotidiano da população”, como em “Todo mundo aqui tem uma experiência de inveja na vida, não tem? Se tiver vizinha invejosa, tem que chamar alguém para benzer a casa, porque senão a urucubaca acontece na casa da gente.” (19/10/2008) (idem, p. 24)

Utilizando palavras antes impronunciáveis para a posição-sujeito de Presidente da República, ou mesmo gírias, o ex-presidente Lula transformou o discurso político em algo simples, acessível, comum. Algo

como uma conversa de botequim, compreensível, acessível. Os sentidos deslizam para outros, mas esses outros ainda não fogem do tom coloquial e escrachado das declarações iniciais, levando, hipoteticamente, o ouvinte (o cidadão comum, o brasileiro com pouca ou nenhuma noção de política, a dona de casa, o lavrador, o operário, dentre outros), a pensar coisas do tipo: “Ele é alguém como eu, já que fala como eu! Pensa como eu!” Esses efeitos de sentido e de identificação pela língua provavelmente são construídos quase que imediatamente, ao mesmo tempo em que são proferidas, já que não demandam interpretação, explicação, análise. Todos sabem do quê o presidente está falando porque ele fala algo que é comum a todos os brasileiros, ele é um brasileiro... comum – ou esse é justamente o efeito de sentido que seu discurso gera, embora sua posição-sujeito indique que ele deva utilizar de outro tipo de discurso – a língua imaginária ou a língua de madeira que as instituições controladas pelo Estado normatizam.

Ficar seis meses esperando uma roupa ser lavada é algo impensável hoje em dia, pensamento comum para qualquer um que ouve algo assim. Mas quem teria a coragem de dizer isso em rede nacional, ainda mais se referindo às roupas íntimas? O presidente! O mesmo pode ser analisado em relação ao termo “urucubaca”, sinônimo de “caiporismo”, má sorte. Substantivo feminino amplamente utilizado nos meios populares, quando é deslocado para nomear os problemas políticos que acontecem no Congresso ou mesmo no cenário econômico é uma estratégia discursiva, pois, ao mesmo tempo em que faz com que a população entenda o que está acontecendo (é apenas má sorte, vai passar!), simplifica todo o contexto econômico que, na maioria das vezes, fica incompreensível a partir das notícias televisivas dada a própria complexidade da situação. Os efeitos dos diversos modos de circulação dessa fala na própria formulação dos enunciados provavelmente geraram pensamentos do tipo: “Se o presidente falou, não há com o que eu me preocupar. Basta benzer que o mal se acaba.” Os problemas de ordem política e social se deslocam para problemas de ordem espiritual que, desta feita, serão mais facilmente resolvidos. “Em discurso no Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia, em Brasília: “Você pode fazer seu discurso político na hora que quiser. Você pode ter suas definições ideológicas... mas na hora de governar, é pão, pão; queijo, queijo. Você nem sempre faz o que quer.” (30/10/2003,) (idem, p. 118)

É do senso comum que o Brasil é conhecido internacionalmente, dentre outros fatores, pela questão futebolística. Assim sendo, conversar sobre futebol, seja sobre a seleção ou sobre os principais times é assunto recorrente não só entre os homens, mas também, por incrível que pareça, entre as mulheres. E o ex-presidente Lula, torcedor convicto do Sport Club Corinthians Paulista, não perdia uma oportunidade de fazer lembrar seu time de coração, mesmo que este não estivesse lá muito bem na tabela oficial dos jogos: “Eu sou um homem de fé. De tanta fé que sou corintiano.” (05/05/2004, discursando em Rio Verde – GO) (TAS, 2009, p. 24) A quebra da posição-sujeito Presidente da República acontecia frequentemente quando o então presidente usava seu time para justificar situações onde tal assunto não cabia de forma alguma, o que acontecia com uma frequência nada normal se compara a outras nações.

E como será que ficava o grande público frente a declarações desse tipo? Foram inúmeras, segundo excerto de Tas, “na saída da reunião da ONU, em Genebra, diante da notícia dos protestos contra fraude nas eleições no Irã, Lula insinua apoio a Ahmadinejad: “É um protesto de quem perdeu. Por enquanto, apenas uma coisa entre flamenguistas e vascaínos.” (16/06/2009) (idem, p. 138)

A grande parcela da população recebe os fatos através dos jornais televisivos em primeiro lugar, e outra parcela lê jornais impressos ou on-line, mas a partir do momento em que o chefe da nação opina que um fato grave ocorrido no Oriente Médio nada mais é do que algo semelhante a uma briga entre as torcidas cariocas rivais, tudo leva a crer que essa mesma parcela da população que não se interessa ou não tem necessidade de apurar os fatos com profundidade, vai acreditar no que o presidente disse. Ao mesmo tempo em que suas metáforas e comparações formulam sobre os fatos de modo a torná-los mais simples, também colaboram para banalizar os acontecimentos de importância internacional. Análises a parte, metáforas futebolísticas no Brasil sempre funcionam, mesmo em caso de morte:

Quando as pessoas vêm para o hospital e morrem na mão do Jatene, mesmo que ele tenha feito um erro, todo mundo morre satisfeito, morreu na mão do melhor. Isso é como o Zico perder um pênalti, ninguém vai dizer que ele é grosso, ele errou” (29/06/2006, elogiando o cardiologista Adib Jatene) (idem, p. 151)

As gírias e regionalismos também sempre estiveram presentes na fala do ex-presidente. Uma das falas mais comentadas foi em relação à crise nos EUA: “Em 04/10/2008, mostrando sua vocação para trabalhar como “moça” do tempo - “Lá, a crise é um tsunami. Aqui, se chegar, vai ser uma marolinha, que não dá nem pra esquiar.” (idem, p. 75) “Marolinha”, além de forma diminutiva de marola, é uma gíria utilizada para se referir a ondas pequenas, que não dão para surfar. Uma forma bastante simples de se acalmar a população com uma visão concreta para uma crise na América do Norte que, sim, repercutiu muito na economia brasileira.

Metáforas e comparações, gírias, regionalismos, falta de coesão e coerência... presenças constantes da LF amplamente utilizadas por Lula, como esse discurso proferido em “2/12/2003, a uma plateia de paraplégicos, onde nem todos tinham braços: “O objetivo (desta competição) é conquistar vagas para os jogos paraolímpicos de Antenas (sic). Quem acha que vai ganhar? Levante a mão aí para eu ver.” (idem, p. 135). O que dizer da coerência nessa fala?

É interessante também analisar, a partir da noção do “não-dito” (ORLANDI, 2002), um outro discurso comum entre os brasileiros, discurso esse carregado de ideologia, pois seus sentidos deslizam e se deslocam - “o de que pobreza não é sinônimo de sujeira” – pois nada justifica estar ou ficar na sujeira, não estar limpo, nem mesmo na carência de recursos materiais ou financeiros. E Lula não poderia se esquivar dessa fala. Momento ideal para isso foi quando, “candidato à reeleição, diz que, como sua mãe, seu governo não empurra a sujeira para baixo do tapete - “Minha mãe era pobre, mas era limpa” (23/08/2006). (idem, p. 35) O uso da conjunção adversativa *mas* aponta para a relação de causa e efeito, sócio-historicamente instituída

entre ser pobre e ser sujo, pois do contrário poderia ser “pobre e limpa”, usando a conjunção aditiva. Já com Lula o adjetivo *pobre* desliza de significado, ser pobre já não é um problema, mas uma qualidade, desde que haja a limpeza, a higiene.

Entendendo a oralidade como “um lugar sócio-histórico de produção e de circulação de sentido” (PAYER, 2005), percebe-se que a materialidade linguístico-discursiva oral produzida pelo então presidente, trazia em seu bojo, tanto na sintaxe quanto nas escolhas lexicais, um discurso cuja produção de sentido era muito mais eficaz para o cidadão comum do Brasil do que o de outros presidentes em mandatos anteriores. Entretanto, quando esses discursos são passados para o discurso escrito, esbarram nas regras sintáticas e lexicais, na coesão e na coerência, e perdem sua flexibilização, pois a legitimação do discurso escrito imputa um efeito ideológico de sentido único, desambiguizado (GALLO, 1992). O oral é de uma natureza discursiva radicalmente diferente da escrita (PAYER, 2005), tanto pelos recursos não verbais que o complementam quanto pela contextualização de memória e de historicidade que são assuntos para reflexões posteriores. Podemos dizer até que passar a língua fluida ou a língua oral para o plano do escrito, faz-se com que uma ou outra perca sua musicalidade, sua entonação. A própria linguagem não verbal do presidente, suas expressões faciais, o gestual, tudo isso corrobora numa contextualização que, num conjunto maior, propicia à sua linguagem oral uma amplitude muito maior e até mesmo mais eficiente do que o do texto escrito enquanto se analisa o alcance e a identificação junto à população. Como passar para o discurso escrito falas como no exemplo abaixo sem perder sua originalidade, portanto, os “efeitos de sentido” que produz?

Tive que esperar nove meses para nascer. Depois, 11 meses para andar. Depois, 12 meses para aprender a falar papai e mamãe. Por que vou fazer as coisas com pressa? (4/4/2003, em discurso para metalúrgicos do ABC paulista) (TAS, 2009, p. 94)

Ou mesmo, “Tem gente que levanta reclamando da vida, vai dormir reclamando da vida, sonha com coisa ruim e acorda de mau humor.” (19/7/2005, pregando o otimismo como solução para a economia do país melhor) (idem, p. 94)

4 Considerações Finais

Todo chefe de estado é amplamente criticado pelas escolhas sintáticas e lexicais que faz, sejam elas muito corretas ou mesmo “duvidosas”, sua própria posição-sujeito o deixa à mercê das críticas de jornalistas, linguistas, estudiosos da área e mesmo do grande público, independentemente do lado político que tais pessoas professem ou não. Na atualidade, o presidente em exercício Michel Temer tem sido elogiado por alguns pelo domínio impecável da norma culta, enquanto é criticado por outros pelo distanciamento da grande massa justamente por “dominar uma língua” que nem todos compreendem.

Isso posto, podemos levantar inúmeros questionamentos que, por sua vez, nos direcionam a outras reflexões que alcançam áreas diferentes no âmbito político, social e econômico – por que toda a população

brasileira não compreende a norma culta da língua portuguesa? Seríamos ainda falantes de uma “língua portuguesa”? Por que não uma língua brasileira (ORLANDI, 2009)? Por que usar a língua fluida, neste caso, não legitimada na tradição escrita, ainda choca a mídia e parte dos intelectuais? Isso não corrobora a tese de que a língua contribui para a estratificação em castas para quem domina a língua dos grupos mais favorecidos economicamente? Não seria a língua imaginária uma imposição do Estado que, não utilizada por aqueles que se espera saber usá-la, causa estranheza (no caso o ex-presidente)?

Enfim, são inúmeras as reflexões que não se esgotam aqui e que abrem espaço para futuras pesquisas no âmbito da Linguagem e da Análise de Discurso, entretanto, é importante notar como o uso da Língua Fluida, por parte do ex-presidente, em situações de improviso na vida pública, favoreceu ainda mais sua aproximação e identificação com a grande massa dos brasileiros. Usando de uma sintaxe e de um léxico para “dar respostas tão lépidas e despudoradas” (TAS, 2009, p.10) sobre os mais variados assuntos, mesmo que essas respostas muitas vezes não tivessem nenhum respaldo coerente, Lula falava a mesma língua da maioria da população brasileira – a LF, a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas (ORLANDI, 1988, p.34), mas que, infelizmente, e por diversas razões que não cabem agora nessas reflexões, não dominam a língua portuguesa formal e culta instituída pelo Estado enquanto nação.

A linguagem fluida pode ser modificada, por ser mais flexível, pois como afirma PAYER (2005, p. 48), “os sentidos e as interpretações que se encontram na oralidade são susceptíveis de manifestar um outro lugar de discurso (...)”. Aleatoriamente, por hábito, estratégia de marketing político, enfim, fica o questionamento e as várias reflexões que daí suscitam, mas a identificação da maioria da população brasileira com a linguagem utilizada pelo ex-presidente, seja ela rica em metáforas, pobre em significados ou polissêmica em sentidos, fez com que o então presidente se tornasse um outro sujeito na/da história do Brasil.

Marcelo Tas deixa claro que os excertos recolhidos e citados em seu livro são, em sua maioria, oriundos de falas de improviso do presidente, ou seja, falas sem monitoramento, oralizadas, onde, deste modo, houve falhas no controle reflexivo da fala. Estratégia de marketing ou característica pessoal de Lula é um questionamento agora irrelevante, uma vez que a Língua Fluida por ele amplamente utilizada acabou funcionando como língua política do momento, modificando sua posição-sujeito Presidente da República e contribuindo significativamente para o aumento e manutenção de sua popularidade durante os dois mandatos, independentemente de correção gramatical ou embasamento teórico (acadêmico) de seus discursos. Esse funcionamento corrobora a ideia de que a língua é sim um elemento (a arma) político, seja ela a língua fluida ou a língua política. Os efeitos de sentido que ela suscita, a ideologia e a materialidade discursiva por ela apresentada nos ditos, não-ditos, nos apagamentos, entre outros, a maneira que fazem uso dela(s) aquele(s) que está(ão) no poder levam uma população massificada a pensar e agir desta ou daquela forma.

Referências Bibliográficas

- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. (1975)
- GALLO, Solange Leda. **Discurso da Escrita e Ensino**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.
- GUILHAUMOU, Jacques. **La langue politique et la Révolution Française: de l'événement à la raison linguistique**. Paris: Mèridiens Klincksieck, 1989.
- GUILHAUMOU, Jacques. **Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.
- KAMEL, Ali. **Dicionário Lula: Um presidente exposto por suas próprias palavras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua Brasileira e Outras Histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG Editora, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) **Política Linguística na América Latina**. Campinas/SP: Pontes, 1988.
- PAYER, Maria Onice. Discurso, Memória e Oralidade. **Horizontes. Revista de Ciências Humanas**, v. 23 (1) p. 47-56, Jan/Jun 2005.
- PAYER, Maria Onice. Processos, modos e mecanismos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s). **Niterói**. n.34, p.183-196, 1.sem.2013.
- TAS, Marcelo. **Nunca antes na história deste país: as frases mais engraçadas e polêmicas do presidente Lula**. São Paulo: Panda Books, 2009.
- ZANCARINI, Jean-Claude. Uma filologia política: os tempos e as manobras das palavras. In: ZANCARINI, Jean-Claude; FOURNEL, Jean-Louis; DESCENDRE, Romain. **Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI**. Campinas: RG editora, 2008.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Língua política: modos de dizer da/na política. In: ROMÃO, Lucília Maria Souza; ZANDWAIS, Ana. (Orgs.). **Leituras do Político**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p. 65-82.

Ethos e ironia: uma análise discursiva da crise na política brasileira retratada pelo discurso jornalístico da Revista Veja

Daniella de Almeida Santos Ferreira de MENEZES (USP)
dani.ella39@usp.br

Resumo: O cenário político brasileiro, notadamente marcado por escândalos de corrupção, constitui um acontecimento não só no que diz respeito ao contexto histórico-social da sociedade brasileira, que assiste impotente a infindáveis casos de desonestidade e improbidade administrativa, colocando em risco a estabilidade e consequentemente a credibilidade econômica do país no mercado financeiro mundial, como também no que se refere a toda uma discursividade que circula nas redes sociais e na mídia tanto impressa quanto televisiva. Imputada a ela, entre outras, a função de formadora de opinião, a mídia, sem dúvida, desempenha um papel significativo na maneira como os fatos se desenrolam e, sobretudo, como são interpretados. Considerando-se, portanto, as condições de produção em que os dizeres circulam e as relações de poder presumidas entre os sujeitos envolvidos na cena enunciativa da crise política brasileira, importa problematizar os efeitos de sentido produzidos pela mídia ao assumir um *ethos* da “ironia” para tratar de questões políticas que têm consequências diretas nas práticas sociais que envolvem a vida econômica do cidadão brasileiro. Servirão como *corpus* dois artigos da Revista Veja e como suporte teórico, autores como Pêcheux, Orlandi, Authier-Revuz e Maingueneau.

Palavras-chave: *Ethos*; Discurso; Política; Mídia.

Abstract: The Brazilian political landscape, marked by corruption scandals, is an event not only in terms of the historic and social context of Brazilian society, as it watches impotent the endless cases of dishonesty and administrative misconduct, putting at risk the country’s economic stability and credibility in the financial market, but also in terms of a whole discursivity that spreads in social networks and in the written and television press. The media, through opinion formation function, performs without any doubt a relevant role in the way facts unfold and, specially, in the way they are interpreted. Considering, then, the conditions of production in which utterances circulate and the assumed power relations between subjects involved in the Brazilian political crisis scene of enunciation, it is important to question the meaning effects produced by the media when adopting an *ethos* of “irony” to deal with political affairs that have direct consequence in the social practices that envelop the economic life of Brazilian citizens. Two texts extracted from Brazilian magazine *Veja* were selected as corpus. The theoretical framework encompasses authors such as Pêcheux, Authier-Revuz and Maingueneau.

Keywords: Ethos; Discourse; Politics; Media.

1 Contexto sócio-político brasileiro: uma arena de vozes

Diante do conturbado cenário político em que se encontra o Brasil, onde, a cada dia, são noticiados pela mídia (paladino da verdade e da justiça) novos e infundáveis casos de corrupção de cifras bilionárias, os brasileiros — ao mesmo tempo em que nos vemos “surpresos” ao assistirmos pela TV a fragmentos de depoimentos de políticos e empresários que, de “maneira didática”, explicam ao juiz Sérgio Moro o megasquema de corrupção no país (batizado pelos investigadores e consagrado pela mídia como “Lava Jato”) em que estão envolvidos, num ritual jurídico conhecido como “delação premiada” e transformado em espetáculo pelos telejornalistas —, alheios aos trâmites e às decisões que envolvem a alta cúpula do país, assumimos uma postura de resignação, visto que já constituem a nossa memória discursiva sobre política fatos de corrupção e desonestidade envolvendo políticos e dinheiro público.

No entanto, bombardeados por um volume incalculável de informações, tão intrincadas e complexas quanto o próprio esquema da Lava Jato, uma parcela dos cidadãos tupiniquins se insurge contra os desmandos que parecem grassar de maneira estrutural em todas as esferas sociais, desde a classe trabalhadora até governantes e magistrados, manifestando-se por meio tanto de passeatas nas ruas quanto de postagens em redes sociais.

Numa atitude assumidamente partidária, esses manifestantes e engajados políticos polarizam-se em duas frentes ditas antagônicas: os pró-governo e os contra-governo. E nesse embate político, mais do que uma luta de classes, aflora uma visível disputa no âmbito discursivo; a cada novo fato noticiado envolvendo política e corrupção, surge toda uma discursividade em que palavras como “*impeachment*”, “golpe”, “golpista”, “CPI”, “mensalão” e outras, que circularam e que têm circulado com uma certa frequência pelas redes sociais e pela mídia, remetem a diferentes formações discursivas conforme variem as condições de produção. E essa circulação foi/é de tal forma expressiva que algumas das palavras chegaram a ser registradas num artigo da Revista Veja intitulado “O dicionário da crise”, a ser analisado mais adiante. Nessa mesma linha crítico-humorística, o artigo “Vade-mécum da CPI”, também divulgado pela mesma revista, constitui material de análise deste trabalho.

Embora ambos tenham sido publicados em 2005, a sua análise é perfeitamente atual e pertinente, uma vez que não só o contexto político brasileiro não mudou, como também esses textos materializam a memória discursiva do que hoje (ainda) se vive no Brasil.

2 *Ethos* e ironia: o Vade-Mécum da CPI

Enquanto texto notadamente humorístico, o artigo intitulado “Vade-mécum da CPI”, de Millôr Fernandes (em anexo), assume um *ethos* da “ironia”, principalmente se se levar em conta que o discurso evocado é o político, já que trata (como o próprio título sugere pelo emprego da expressão latina) de

informações básicas acerca da CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — abordadas de maneira inquestionavelmente desqualificadoras. Isso porque “o simples fato de que um texto pertence a um gênero do discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de ethos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 71).

No que se refere ao texto em tela, essas expectativas vão se confirmando à medida que o “questionário”, composto de perguntas básicas e didáticas e de respostas práticas e sintéticas com propósito instrucional, vai desvendando ao leitor dúvidas que supostamente seriam por ele levantadas.

Aliás, essa cenografia funcional e utilitária — incorporada ao gênero discursivo artigo —, adotada para persuadir o co-enunciador, captando seu imaginário, atribui-lhe uma identidade ao invocar uma cena de fala valorizada. Tanto o enunciador quanto o co-enunciador, pelo que se deduz, comungam da mesma visão a respeito da CPI; do contrário, não faria sentido o tom irônico de que se reveste todo o texto e que lhe confere uma vocalidade específica, a qual permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por vezes conhecida pelo co-enunciador.

Dessa forma, as figuras do enunciador e do co-enunciador são associadas a uma cronografia — no caso, a um momento em que, no país, era tão corriqueira a instauração de uma CPI (o que pressupõe, portanto, a ocorrência recorrente de casos de corrupção nas altas esferas, como se tem ainda testemunhado nos dias atuais), que se torna justificável e até mesmo necessária a criação de um *vade-mécum* — e a uma topografia — a um lugar que sirva de cenário para esse tipo de acontecimento, a saber, Brasília, centro político de onde emerge grande parte dos casos de corrupção na esfera pública e, paradoxalmente, para onde convergem suas apurações.

Não é, portanto, gratuito o uso da expressão *vade-mécum*, de origem latina, o qual supõe que ela seja compreendida pelos interlocutores (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 221), dos quais, levando-se em conta a enunciação, se faz uma imagem.

Além do mais, “por definição, o uso da língua que a obra implica se mostra como a maneira em que é *necessário* enunciar, pois é a única conforme ao universo que ela instaura” (MAINGUENEAU, 1995, p. 104).

Assim, ao aludir ao universo dos políticos, o emprego do termo latino, em vez de valorizar ou enaltecer a figura do político — homem das leis e da Justiça, razão pela qual muitas vezes o latim, língua materna do direito romano, é a ele associado —, acaba ridicularizando-o ainda mais, já que lhe são atribuídas características que o desqualificam enquanto tal, totalmente contrárias aos princípios moralizantes que se esperam de um legítimo advogado do povo, em nome do qual e para o qual trabalha, a saber: *corrupto, ladrão, desonesto*.

Cabe ainda ressaltar que, a pretexto de ostentar um pretense saber, o político se vale de expressões de mesma origem, o que redundará num discurso falacioso, típico dos recursos utilizados pelo *marketing* político para autopromoção com vistas a impressionar e persuadir os interlocutores. No entanto, ainda que

a intenção seja a de transmitir uma aura de sapiência, o que se evidencia é justamente a fragilidade do caráter do político, marcado pelo uso ardiloso das técnicas da retórica, pela arrogância e prepotência ao fazer seus pronunciamentos.

Entretanto, embora sejam impiedosamente satirizados, os políticos e igualmente os parlamentares assumem, em razão da própria crítica de que são vítimas, um *ethos* de esperteza e malícia que, de certa forma, os projeta no cenário político do país e os torna um dos alvos preferidos da mídia. Assim, a mesma crítica que os coloca no banco dos réus reforça e legitima a sua imagem, alimentando essas expectativas com relação a eles por parte da sociedade.

E esse *ethos* implica uma corporalidade compatível com o modo de ser do político em foco: distintamente vestido, fala firme e impetuosa, que transmite a sensação de segurança e caráter ilibado, características necessárias a um respeitável representante do povo, cuja imagem estereotipada já constitui o imaginário social.

São interessantes, ainda, algumas observações que se podem fazer com relação à figura do enunciador. Conquanto seja assinado, o artigo - gênero jornalístico em que se exprime a opinião de um indivíduo expressamente identificado -, ao ser constituído de uma cenografia utilitária, aparentemente não reflete a opinião de seu autor, uma vez que o gênero sugerido por meio dessa cenografia se atém, em princípio, a sua cena genérica, não admitindo cenografias variadas. Desse modo, o efeito produzido é o de que a voz evocada no texto não coincide com a voz do autor.

Junte-se a isso o fato de a fonte enunciativa estar relacionada à imprensa. Primeiro, porque o autor é articulista colaborador da revista em que o artigo foi publicado; segundo, porque o texto não verbal situado no centro da folha, entre as duas colunas de perguntas, simboliza a imprensa inatingível, livre da influência da corrupção, retratada pela figura de uma mão que emerge da água já a uma certa altura e que segura provavelmente umas folhas de jornal (marca alusiva à imprensa) as quais alimentam "a flâmula indômita da imprensa", frase que acompanha a figura e direciona a sua leitura.

Esses indícios permitem concluir que o enunciador, ao fazer uso da ironia, atribui a responsabilidade das falas a um outro, colocando-o em cena em sua enunciação (MAINGUENEAU, 2004 p. 175) e salvaguardando, assim, a sua posição jornalística e, por conseguinte, a da própria imprensa, cujo *ethos* que se configura é o da razão, da imparcialidade, da incorruptibilidade, atributos que conquistam o respeito e a credibilidade tão caros ao compromisso jornalístico.

3 O Dicionário da Crise: um gesto de interpretação sobre os sentidos em relação às palavras

O contexto histórico-ideológico mais amplo - momento de crise na política brasileira, que, como explicitado, já constitui a nossa memória discursiva sobre política e, por conseguinte, nossa identidade ("Toda

grande crise tem vocábulos próprios e todo político diz coisas que significam exatamente o seu oposto") - como que justifica a elaboração de um "dicionário da crise". Se se pensar melhor, a função do dicionário é registrar o significado de palavras que, devido ao uso recorrente, já foram incorporadas ao léxico e passam a ser "oficialmente" reconhecidas por um órgão competente para isso. Além do que, ao se inserir uma palavra no dicionário, tenta-se "fixar" aquele sentido, sob pena de que ele seja esquecido, pois o sentido não está na palavra, mas em "relação a", na relação da palavra com sua inscrição numa formação discursiva (PÊCHEUX, 2009); não há, portanto, uma literalidade do sentido. Assim, de monumento o texto passa a documento; da memória, que constitui a identidade, ele passa a arquivo, isto é, a memória que não esquece: a memória social documental.

Faz parte ainda das condições de produção desse artigo da Revista Veja o fato de que ele trata de um texto jornalístico, que se presta a fazer a interpretação de uma forma de discurso (no caso político) para outra forma de discurso, qual seja, do dicionário, que se caracteriza pelo fato de ser determinado pelos sentidos e, ao mesmo tempo, ter a função de determiná-los.

Esse objetivo "didático", de certa forma, revela a intenção de controlar os efeitos de sentido, além de se configurar como as relações de poder se textualizam: a imprensa reconheceu e "oficializou" os vocábulos da crise. Como afirma Maingueneau (2004, p. 40), "o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou. O jornal procura apresentar-se como quem responde a demandas explícitas ou não, dos leitores".

Embora veiculado como matéria da Revista Veja, a maneira específica como o discurso jornalístico se materializou - "Sendo atualização da memória discursiva, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização" (ORLANDI, 2001, p. 11) - qual seja, a de "apropriar-se" de um determinado gênero de discurso, no caso do gênero do dicionário, interfere no modo como ele produz sentido e, especificamente, no modo como as palavras relativas à crise da CPI dos Correios, dispostas em ordem alfabética, também o fazem, pois "os 'meios' não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam" (*idem*).

E essa forma de apropriação é marcadamente irônica, pois o enunciador subverte sua própria enunciação sem contestar um gênero ou um texto preexistentes (MAINGUENEAU, 2004, p. 175), antes vale-se dele para dirigir sua crítica aos políticos corruptos e, assim, cumprir sua dupla função: retratar a "verdade factual" e, ao mesmo tempo, promover a "denúncia social" - marcas do gênero jornalístico nos níveis semântico e pragmático, respectivamente.

Nesse caso, levar em consideração a cena de enunciação, de que trata Maingueneau em "Ethos, cenografia, incorporação" (AMOSSY, 2005, p. 75), em que o discurso jornalístico se textualizou, é um recurso bastante interessante, que pode fornecer pistas significativas acerca da sua formulação, das condições de

produção e circunstâncias de enunciação específicas em que foi produzido, em uma palavra: do funcionamento discursivo, ou seja, das relações de sentido num estado do processo discursivo.

4 Acontecimento político: uma história que se repete

Ironia das ironias, como um oráculo de Delfos da era da informação, a imprensa prenunciou, embora sem os mesmos personagens, o que dez anos mais tarde viria a acontecer: o processo de *impeachment* (cujo significado, registrado no "dicionário da crise", era "no momento, é como sexo: todo mundo pensa a respeito, mas pouca gente fala") da ex-presidente da república Dilma Rousseff, cujo desfecho se deu em agosto de 2016, repetindo o que havia ocorrido com o ex-presidente da república Fernando Collor, que, sofrendo igualmente um processo de *impeachment* no qual era acusado por crime de responsabilidade, renunciou à Presidência da República em dezembro de 1992.

Entre muitas denúncias, pronunciamentos, provas e contraprovas, a então recém-eleita presidente do Brasil, em seu segundo mandato de governo consecutivo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi, assim como o ex-presidente Collor, acusada por crime de responsabilidade. As acusações versaram sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da presidente, além de lançarem suspeitas de seu envolvimento em atos de corrupção na Petrobrás, que eram objeto de investigação pela Polícia Federal no Âmbito da Operação Lava Jato.

Isso posto, assume a presidência o vice da sua chapa Michel Temer, membro do maior partido político brasileiro, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda de oposição ao regime militar de 1964.

Assim como outros dois ex-presidentes do Brasil, José Sarney e Itamar Franco, Michel Temer não foi eleito para o cargo de presidente de maneira direta, embora sua posse seja perfeitamente legítima como a de seus antecessores. No entanto, a despeito desse procedimento constitucional, grande parte dos eleitores - sobretudo os que elegeram a presidente Dilma Rousseff e, por conseguinte, o próprio Michel Temer -, incluindo-se alguns parlamentares, rebelaram-se contra essa situação, o que deu origem a uma série de manifestações populares nas quais as palavras de ordem eram "Golpe! Governo golpista!", para se referirem ao processo de *impeachment* que depôs Dilma Rousseff, vendo-se Temer na obrigação de ocupar o seu lugar.

E, mais uma vez, a história política do Brasil se repete, inclusive no plano discursivo, fato que, curiosamente, veio a corroborar a elaboração do "dicionário da crise", confirmando sua validade. Algumas palavras, como "golpe" e "golpista", voltaram a circular no cenário político brasileiro e, agora, de maneira bastante incisiva.

De acordo com o "dicionário", as palavras "golpismo, golpista, golpe branco" (umas das mais ditas e ouvidas nesses últimos anos), compondo um mesmo verbete, se referem a "todas as denúncias de corrupção

que impliquem membros do governo, do PT, da base aliada ou da ex-base aliada". No que se refere à política brasileira, as palavras "golpe" e "golpista" evocam o episódio historicamente conhecido como "golpe militar de 1964", época em que os militares tomaram o poder do governo legalmente constituído de João Goulart.

Nesse retorno do mesmo, que já não é mais o mesmo, posto que mudadas as condições de produção, o emprego da palavra "golpe" tanto por parte das pessoas em geral quanto por parte da articulista de "O dicionário da crise" instaura uma ruptura na cadeia discursiva, conferindo-lhe "novos" sentidos: o registrado no dito dicionário, que em nada tem a ver com o sentido denotativo registrado no dicionário oficial da língua portuguesa e que, a deduzir do que se espera de um discurso jornalístico, critica a atitude de políticos alvos de acusações, no caso políticos do Partido dos Trabalhadores; e o utilizado pelos próprios manifestantes, os quais, ao dirigirem-se ao governo de Temer, aludem ao golpe militar que instaurou a ditadura no país.

Notam-se aí duas formações discursivas distintas evocadas pela palavra "golpe": a dos políticos e partidários do Partido dos Trabalhadores, cuja imagem, em razão da posição discursiva que ocupam, relaciona-se àquela de quem é contra o governo (considerado, nessas circunstâncias, ditatorial no sentido de ser contra os direitos e interesses do povo) e, portanto, a favor das questões populares, e a da mídia, que tradicionalmente apoia a situação e que, por ocasião do golpe de 1964, aliou-se à ideologia militar, posicionando-se de forma contrária aos princípios comunistas.

Dado que a formação discursiva é a instância na qual se constitui o sentido, o que significa dizer que o sentido não está nas palavras, mas na sua relação com as formações discursivas,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas [...]* nas quais essas posições se inscrevem (PÉCHEUX, 2009, p. 146 e 147).

Entrelaçam-se, nesse acontecimento discursivo, uma atualidade e uma memória. E agora, passados doze anos da publicação dos artigos aqui analisados, o próprio gesto de interpretação sobre essa textualização do político já provoca um novo deslizamento na memória, uma historicidade do sentido, pois, embora a situação política envolvida por escândalos de corrupção não tenha mudado, no contexto em que o texto foi construído, ano de 2005, os casos eram outros; as investigações sobre o "mensalão", neologismo bastante utilizado na época, foram superadas pelas do "petrolão", termo que nem consta do dicionário, visto que ele surgiu em 2014 com as investigações sobre o esquema de corrupção e de desvios de fundos que ocorreu na Petrobrás, a maior empresa estatal brasileira, conhecidas como "Operação Lava Jato", em que estavam envolvidos vários políticos, incluindo os ex-presidentes da república Dilma Rousseff e Luiz Inácio

Lula da Silva. Nesse sentido, os textos aqui analisados constituem hoje o que Orlandi (2012) chama de memória documental.

Como afirma Pêcheux (1990, p. 56),

o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no seu espaço.

É sob essa perspectiva materialista da linguagem e da história em que os fatos vão reclamando sentidos que os discursos, sobretudo o discurso jornalístico, devem ser analisados.

5 "Veja" o discurso jornalístico: a voz que (in)forma

Sendo um acontecimento no cenário discursivo, uma vez que suscita diversos discursos com relação a uma situação, o jornalismo, de certa forma, interfere na maneira como os fatos se desenrolam e, sobretudo, como são interpretados. A simples alteração do meio pelo qual o discurso circula já o faz significar de maneira diferente; por exemplo, um manifestante gritar "golpe" como palavra de ordem numa passeata, um parlamentar anunciar, numa sessão do Congresso Nacional, que determinada atitude política se trata de um "golpe", um cidadão comum fazer uma postagem no *facebook* acusando o processo de *impeachment* de "golpe" ou a mídia divulgar um acontecimento político como "golpe" significam diferentemente.

Sob o pretexto de fazer uma interpretação dos fatos e esclarecê-los para a grande massa, transformando-os em discurso, o jornalista ou, no caso, o colaborador de um meio de comunicação se autointitulam e são assim reconhecidos como "formadores de opinião". Essa posição discursiva de onde enunciam produz determinados efeitos de sentido que, em outras circunstâncias, não produziriam.

As condições de produção dos artigos "Vade-mécum da CPI" e "O dicionário da crise", ambos publicados na Revista Veja, a saber, uma revista informativa cuja linha editorial reflete o ponto de vista daqueles que não comungam dos mesmos princípios de um governo popular (como o que estava em vigor no momento), imprimem certos sentidos ideologicamente marcados em detrimento de outros.

Tomando-se como exemplo os verbetes "governo popular" e "intelligentsia petista", retirados de "O dicionário da crise", pode-se perceber como alguns sentidos se sobressaem a outros como se eles já estivessem lá. Veja-se:

"Governo popular: O que o governo vira quando começa a perder popularidade."

"Intelligentsia petista: Professores universitários na faixa dos 60 anos hoje divididos em duas alas: a muda, majoritária, e a que continua falando bobagens."

Considerando-se que em 2005 o presidente do Brasil era Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido cuja ideologia é tida como populista, o público-alvo que se presume fosse

(como ainda é) o da Revista Veja tampouco era formado, pelo menos em uma parcela expressiva, pela camada mais popular da sociedade, que compõe, em grande parte, os eleitores do PT, razão pela qual o paradoxo na definição de governo popular "faz sentido" e que justifica a alusão irônica aos intelectuais simpatizantes desse partido por meio do termo "intelligentsia".

Esses deslocamentos de sentido na verdade evidenciam que não há um sentido transparente, fixo a uma palavra, mas um funcionamento da linguagem. E enquanto trabalho simbólico, ou seja, ação mediadora entre o homem e a realidade natural e social, ela intervém no mundo, com reflexos nas práticas sociais.

Sabe-se que o termo *intelligentsia*, em seu uso mais corrente, remete a uma categoria ou grupo de pessoas envolvidas em trabalho intelectual. Originalmente, foi utilizado para identificar os intelectuais que apareciam simultaneamente em contextos políticos distintos (na Rússia, na Polônia e na Alemanha), no século XIX.

Assim, o seu emprego neste artigo, ao mesmo tempo em que evoca esses sentidos, subverte-os ao ser associado a um grupo de professores universitários que, ao contrário do que se espera, "continua falando bobagens". Dessa forma, diante da realidade de crise pela qual passava o país, o sujeito-jornalista produziu gestos de interpretação com os quais ele se identificava e provavelmente muitos outros também.

Mas não somente os petistas são o alvo da ironia ácida no artigo em tela; da mesma forma, os deputados, independentemente do partido, têm sua imagem ridicularizada. Veja o seguinte verbete:

"Vossa Excelência, Vossa Senhoria: Tratamento formal usado por legisladores em momentos de tensão, em lugar dos termos deveras informais que lhes perpassam a mente ('O nobre deputado é um grandessíssimo Vossa Excelência')."

Pronomes de tratamento empregados para se dirigir a autoridades em situações formais, "Vossa Excelência" e "Vossa Senhoria" são comumente utilizados pelos parlamentares durante as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado em princípio como uma forma respeitosa e de decoro, conforme requer a situação. No entanto, o que muitas vezes é transmitido pela mídia televisiva são fragmentos de passagens em que os parlamentares estão visivelmente alterados ao fazerem "uso da palavra", empregando um tom de voz que denota um desequilíbrio e descontrole emocionais, a ponto de muitas vezes chegarem a se agredir fisicamente, fato que em nada condiz com o tom formal do discurso. Daí o efeito de sentido irônico pelo uso inusitado da expressão Vossa Excelência na função sintática de predicativo do sujeito em "O nobre deputado é um grandessíssimo Vossa Excelência".

Pelo deslizamento de sentido, o pronome de tratamento, ao mudar de classe gramatical para uma função adjetiva, evoca sentidos opostos, deduzidos pela estrutura sintática e semântica da frase. E esses outros gestos de interpretação só se tornam possíveis porque a língua se inscreve na história para fazer sentido.

6 Considerações finais

Enquanto sujeitos históricos e simbólicos, não há como não interpretarmos; o sujeito é constituído pela interpretação. Também o texto é constituído de gestos de interpretação, que, por isso mesmo, estão sujeitos a mudanças conforme mudem tanto as condições de produção quanto o contexto em que são lidos.

Ao retomar esses dois artigos analisados neste trabalho, que datam de 2005, foi possível se apreenderem os gestos de interpretação evocados não só à época de sua produção, como também aqueles suscitados com a sua releitura. Ainda que se trate de momentos históricos distintos, a situação de crise na política brasileira que os iguala produziu efeitos de sentido novos aos textos pelo retorno inusitado do mesmo, que já não é o mesmo, posto que mudaram as condições de produção.

E o discurso jornalístico, ao assumir um *ethos* da ironia, a pretexto de tecer um olhar crítico e imparcial sobre a gravidade da situação, acaba reforçando ainda mais as diferenças de classes, políticas e partidárias, contribuindo, assim, para uma polarização que hoje se instaura no país. Uma polarização, pelo que se vê, apenas real no plano discursivo, já que, na prática, todos os políticos, sem medo de generalizar, são frutos do mesmo "golpe" que condenam, fazendo jus às características que mais os identificam, pelo menos aqui no Brasil: corruptos, ladrões e desonestos.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade**. São Paulo: Matins Fontes, 1995
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. (3ª ed.). São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.
- ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. (2ª ed.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (4ª ed.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

O discurso e a voz nos telejornais

Eda Mariza FRANCO (ULBRA)
edamfranco@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisou a frequência vocal de apresentadores de telejornais e os efeitos de sentido pretendidos na divulgação da notícia. Estudou-se a média e a variação da frequência vocal em enunciados proferidos por telejornalistas brasileiros em 40 enunciados de 20 apresentadores (10 homens e 10 mulheres), de 6 telejornais, de 3 redes de televisão brasileiras. Foram classificados 2 tipos de notícias: positivas e negativas. Realizou-se análise acústica da frequência média e variação de cada enunciado, os dados estatísticos no programa Excel 6.0 e o programa SSP versão 10.0 com tabelas e gráficos. Este estudo integrou elementos da linguística francesa enunciativa, semiótica e aspectos de telejornalismo. Descreveu-se, através dos pressupostos das três áreas, o discurso dos telejornais e o papel da voz (parâmetro frequência) como estratégia de construção da verdade. Os resultados confirmam a relação voz e efeitos de sentido pretendidos nos telejornais. Nas notícias positivas, houve aumento da média das frequências, nas negativas decréscimo, tanto nos homens como nas mulheres. A variação das médias das frequências foi mais significativa nas locuções femininas. Conclui-se que a voz, neste contexto, atua como estratégia de persuasão na busca da credibilidade da notícia.

Palavras-chave: Voz; Telejornal; Frequência; Efeitos de sentido.

Abstract: The aim of this study was to analyze the vocal resources employed in television news as supporting the les effects desired directions. These features address mechanisms in the transmission of information in the search for effects of sens in disseminating the information. The research sample was composed of emissions, in real time, from Brazilian presenters in newscasts from three television channels. This study was made based on 40 utterances made by 10 TV presenters, 5 males and 5 females of 4 newscasts from 3 different television channels. The main criterion was made up of a main criterion: the coverage of different types of news, classified as “positive” (awards, discoveries and other) and negative (accidents, tragedies). The hypothesis was that the presenter's voice changes in different contexts, depending on the type of news that is being presented. A computerized acoustic analysis of the average vocal frequency and variation of each utterance was held. The results of this study confirm the relationship between voice and meaning effects targeted in the news programs. The voice, thus, played an important role as a persuasion strategy in the search for credibility of the information, and the adhesion of the viewer.

Keywords: Voice; News cast; Pitch; Effects of sense.

1 Introdução

Toda encenação de sentido se faz por meio de processos de enunciação. Como em toda e qualquer enunciação, a enunciação televisiva, carrega o intuito de persuadir a seus destinatários (telespectadores) da validade e significação dos valores socioculturais que propõe. A busca da persuasão leva, então, o processo televisivo a dar forma peculiar aos valores socioculturais mediante o uso de forças específicas de constituição dos enunciados, tais como o vitimismo, a violência, o erotismo, o final feliz, a luta do bem contra o mal, etc. Na enunciação televisiva faz-se uso de várias linguagens sobrepostas. A voz é uma dessas linguagens.

O enunciador televisivo usa recursos de fala, que num primeiro momento, parecem apaga-lo do enunciado, tais como: uma frase sem verbo, verbos no impessoal e, principalmente, o uso da terceira pessoa, dessa forma, evita arcar com a responsabilidade do que é dito, dando a entender que o dito é pleno de objetividade, que é diretamente a narração de um evento.

Analisar a frequência vocal nos efeitos de sentido pretendidos por um discurso é procurar os valores de orientação existencial, as intencionalidades escondidas por debaixo dos significados declarados nos enunciados.

A expressividade vocal abrange o uso de recursos de fala e voz embrenhados pelas características físicas e psicológicas inerentes ao locutor, e pelas especificidades do contexto cultural, social, emocional e profissional que podem ser interpretados pelo interlocutor no contexto interacional.

A voz, entonação e ritmo têm um conteúdo semântico próprio advindo da organização do discurso que permite a instalação do sujeito no seu discurso mesmo que este, aparentemente, esteja recoberto de objetividade. A comunicação televisiva usa largamente a voz, mais especificamente a entonação, como coadjuvante do sentido. O estudo do discurso televisivo, de seu processo enunciativo, pode mostrar como a voz faz parte do conteúdo semântico.

A simples observação dos telejornais mundiais é suficiente para dar a ver que, malgrado as variações locais, as diferenças culturais, linguísticas e econômicas, todos apresentam semelhanças estruturais. Isso, por um lado, coloca em evidência certa “universalidade” do modo de fazer telejornal – endereçamento semelhante ao telespectador; semelhanças na estrutura básica etc. –, por outro lado, nos convoca a ver como o locutor exerce papel fundamental na singularização dessa forma recorrente.

O telejornal é, antes de tudo, um lugar onde se dão processos enunciativos na narração de eventos. Falantes diversos se sucedem, se revezam se contrapõem uns aos outros, falando, se colocando nitidamente com o *seu* discurso em relação aos fatos relatados.

O suporte linguístico neste estudo nos é dado pela linguística da enunciação. Assim, a linguística que nos interessa é, por motivos evidentes, como veremos, aquela que coloca o sentido no centro de sua

concepção teórica: uma linguística do sentido que estuda o uso que um locutor faz da linguagem em uma dada situação.

Por esse viés, distanciamos-nos de uma concepção de linguagem circunscrita ao papel de instrumento, destinado somente a transmitir informações. Assumimos, pois, uma perspectiva de linguagem entendida como atividade entre dois protagonistas, locutor e interlocutor, atividade através da qual o locutor se situa em relação ao interlocutor – a sua enunciação –, ao seu enunciado, ao mundo, a enunciados passados e futuros, etc.

A hipótese desenvolvida é a de que, nos telejornais, acontecem processos enunciativos, na narração de eventos em que, pela voz, compondo a linguagem televisiva, o telejornalista pode, de certa forma, direcionar, o telespectador ao mesmo tempo em que, ele (locutor), se constitui como sujeito no seu discurso.

Este estudo teve como finalidade analisar os procedimentos vocais, aqui, a frequência vocal, utilizados nos telejornais como estratégias para reforçar os efeitos de sentido pretendidos na divulgação das informações.

Nesta pesquisa usamos como suporte teórico a Linguística enunciativa de Émile Benveniste, fundador do campo enunciativo, os estudos do discurso das mídias de Patrick Charadeau, alguns aspectos da Semiótica Greimasiana e do telejornalismo.

2 O Telejornal

Mesmo com o surgimento da internet, Twitter, Facebook e outras redes sociais, para a maior parte do público brasileiro, a televisão é, ainda, a única fonte de informação, isto equivale a dizer que é por meio dessa mídia que se dá a formação de opinião, valores e o comportamento dessas pessoas. Há uma tentativa de predeterminação das reações dos telespectadores segundo os interesses de cada telejornal e cada grupo de interesses constrói um telespectador à sua imagem, baseado num aspecto parcial de seu comportamento.

Os diferentes órgãos de informação das emissoras tentam determinar seu público com a ajuda de pesquisas, sondagens e procedimentos diversos, na tentativa de tornar a mensagem o mais homogêneo possível, em função das ideias que cada um faz dos telespectadores. Ainda assim, essa homogeneização é apenas superficial determinando que o falar deva ser simples para facilitar a compreensão e emocional para a captação do grande público (CHARAUDEAU, 2012).

O texto é condicionado àqueles a quem se dirige, evidencia-se que há uma entonação interna na elaboração do discurso, dependente, de certa maneira, do horário do telejornal e tipo de público. Assim, o texto do telejornal deve ser claro, direto, simples adequado a uma linguagem coloquial numa ligação direta com o telespectador, com frases curtas, em ordem direta, de preferência com palavras também curtas, pois a televisão compete com algumas situações cotidianas que podem atrapalhar a atenção das pessoas na

televisão (SQUIRRA, 2004). Além disso, o telejornal, atualmente, pode ser acessado por meio de smartphones de qualquer lugar via internet, em ambientes com outros estímulos simultâneos.

O repórter de televisão deve apresentar os fatos acontecendo ou que acabaram de acontecer há muito pouco tempo. Embora seja possível descrever o fato, isto diminui a força dramática da telenotícia se não ocorrer no momento do acontecimento. Para realizar uma reportagem é importante que no repórter, a informação, o corpo, a expressão facial, gestos e voz atuem em harmonia.

2.1 A estrutura geral de um telejornal

A transmissão de uma ideia ou uma emoção na fala se dá por meio da voz e o telejornalismo faz uso desse recurso, muitas vezes, num empenho em transmitir da forma mais convincente e intensa possível um sentimento acoplado à notícia; trata-se de ressaltar, através da entonação, partes do texto consideradas importantes do acontecimento narrado. Podemos dizer que esse é o caso das notícias lidas/faladas na apresentação nos telejornais que têm o objetivo de atrair e manter a atenção do telespectador para a reportagem que será veiculada pelo repórter.

O telejornal brasileiro das 20 horas ou um pouco mais tarde, como na maioria dos países, é uma instituição nacional. Como num ritual social, ele atrai a população, no mesmo horário para assistir o resumo do que acontece no país e no mundo. Padrão este que é mundial, como na televisão americana e também nas européias; o que há é uma pequena diferença de horário de país para país, mas sempre acompanhando o horário do jantar, como relata Lonchard (2005 p.15).

En dépit des nombreux augures qui annonçaient son déclin, voire sa disparition, un format reste dominant : le journal télévisé de soirée. Son horaire est variable puisqu'il correspond dans chaque pays aux horaires de repas de fin de journée. Il est significatif qu'en France les journaux des grandes chaînes generalistes soient diffusés à 20 heures alors qu'en Angleterre ils sont diffusés à 18 heures et en Espagne à 22 heures .

O discurso televisivo é preparado para atingir objetivos específicos. Esses objetivos são efeitos visados, que podem acontecer ou não (CHARAUDEAU, 2012). Nos telejornais, o discurso é em forma de relatos de acontecimentos passados recentes; corresponde a enunciados de caráter pretensamente objetivo na busca de autenticidade. A informação, como se sabe, não é uma matéria bruta. Ela é formatada por seleções de ordens diversas. E não existe informação de um lado e opinião do outro, ainda que os jornalistas televisivos afirmem e busquem constantemente o contrário.

As percepções do ser humano são menos objetivas, conscientes e racionais do que se pensa. A percepção é antes de tudo selecionar e interpretar. Os indivíduos são condicionados por padrões culturais, tendências pessoais derivadas de sentimentos, desejos, medos e experiências anteriores.

É com a metáfora, “janela aberta sobre o mundo” que a televisão pretensamente agencia o telespectador prometendo mostrar o real. Mas a imagem-falante (que fala dela mesma) é um mito, pois, supõe que o sentido vem da imagem e não do mundo.

Numa transmissão direta o telespectador tem a sensação de que faz parte do acontecimento em tempo real e, sobretudo, que ele assiste ou participa sem mediação, garantia de autenticidade e, portanto, de verdade. Essa concepção justifica a preferência dos telespectadores pela transmissão direta (ao vivo); o acesso ao direto atrai e fascina.

Com gênero direto e com a pretensão de contar o que acontece no mundo, o telejornal é um concentrado de promessas para o telespectador, composto de várias instâncias de enunciação. O apresentador do telejornal, como recurso de compartilhamento de valores, ao narrar a notícia, usa implicitamente a voz, olhar e o gesto.

3 A voz- corpo físico

Podemos dizer, de uma forma simplificada, que a voz, em seu aspecto fisiológico, é o resultado do equilíbrio entre a força do ar que sai dos pulmões (aerodinâmica) e a força muscular da laringe (mioelástica). Este som produzido pelas pregas vocais passa pelas cavidades de ressonância, compostas pela própria laringe, faringe, boca e cavidade nasal.

A frequência fundamental da voz é o número de ciclos, por segundo, de vibração das pregas vocais. Valores de frequência fundamental são expressos em Hertz (Hz) ou ciclos por segundo. A frequência fundamental (F_0) refere-se à frequência de maior ocorrência na fala.

Do ponto de vista de emoção veiculada na voz, Behlau e Pontes (2005) pontuam que, de uma forma geral, pessoas com mais autoridade apresentam vozes mais graves, com emissão marcada e articulação clara, e pessoas dependentes, possuem emissões mais agudas, tons infantis e articulação pouco definida. Os tons mais agudos estão relacionados com situações de alegria, já os tons graves com situações graves ou tristes. Frequência e intensidade são parâmetros interdependentes.

As variações de intensidade no discurso mostram a habilidade do falante em demonstrar compreensão do sentido que se quer dar à mensagem. A expressão ou palavra enfatizada é geralmente mais longa e mais intensa. A intensidade fraca não atinge o ouvinte, denota pouca experiência nas relações interpessoais, medo, timidez ou complexo de inferioridade. Já a intensidade forte está associada à franqueza de sentimentos, energia e vitalidade, mas também pode estar associada à falta de educação e invasão do espaço do outro, quando muito elevada. E uma intensidade adequada, geralmente é interpretada como respeito ao espaço do outro e controle de projeção da voz (BEHLAU *et al.*, 2005). A intensidade é medida por decibéis (dB).

Observa-se, assim, a inter-relação entre frequência fundamental (Fo), intensidade e determinados sentimentos veiculados pela voz e interpretados a partir da combinação desses parâmetros. É importante atentarmos para essas relações porque elas fazem parte dos recursos utilizados pelos apresentadores e repórteres dos telejornais que é o corpus deste estudo.

A voz do indivíduo é única. É a impressão vocal semelhante a impressão digital. Os ajustes desses diferentes mecanismos vão variar conforme o contexto do discurso, ambiente e emoção do falante no momento da emissão.

3.1 A expressão da emoção e a voz

Aristóteles em sua obra *Arte Retórica*, refere que os oradores devem dar atenção a três aspectos da oratória: a força da voz, a harmonia e o ritmo. E ao mesmo tempo chama atenção para três elementos básicos do discurso: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala, sendo que a finalidade do discurso é o ouvinte e é somente o ouvinte quem pode se pronunciar sobre o valor do discurso feito.

De acordo com o pensamento aristotélico, as possibilidades de credibilidade das opiniões estão vinculadas à projeção de lugares comuns, de valores próprios de uma comunidade. Com isso, vê-se que um dos fatores fundamentais no ato de convencer é a comunhão de valores entre orador e auditório. Fatores que estão presentes nos telejornais na relação apresentador/telespectador.

Podemos relacionar emoção e voz no meio televisivo, com os estudos de Fonagy realizados na área de psicofonética, considerado um dos mais importantes pesquisadores do discurso emotivo e o modo como se manifesta na fala. Em *La vive voix* (1991), o autor trabalha com quatro grandes secções: estilo vocal, mímica e metáforas vocais, bases pulsionais da fonação e criação vocal. Serão trazidas aqui as secções mais relacionadas a este trabalho.

Estilo vocal é a integração de mensagens quase sintomáticas ou gestuais com o sistema linguístico arbitrário. Os dois sistemas de comunicação são estreitamente ligados, sendo impossível produzir uma sequência de fonemas sem produzir, ao mesmo tempo, gestos articulatórios, pois é através dos gestos vocais (sons concretos) que aparecem os elementos do código linguístico.

O autor propõe o princípio da distorção da mensagem linguística primária, que é estabelecido como princípio inerente à comunicação pela viva voz. Essa distorção é considerada expressão da atitude, e é mostrada por meio de uma série de manipulações expressivas das frases engendradas pela gramática. Tais manifestações são encontradas na manipulação da sequência de sons da palavra, da acentuação, da entonação, da distribuição das pausas, da ordem dos elementos significativos.

Um princípio de isomorfismo rege a relação entre expressão e conteúdo emotivos, o qual determina que diferentes graus semânticos correspondam a diferentes graus de intensidade no plano da expressão

sonora (voz). Desse modo, se estabelece uma correspondência entre a intensidade de uma emoção e a intensidade da atividade muscular subjacente a ela. Sintomas vocais de uma emoção assinalam a presença desta emoção e/ou atitudes derivadas.

A tensão psíquica, a tensão fisiológica e tensão expressiva interrelacionam-se na produção vocal de cada som da linguagem. O som produzido reflete as mímicas glotal, faríngea e bucal, refletindo, portanto, a atividade muscular subjacente à expressão da atitude.

Para Fonagy (1991), os experimentos fono-estilísticos possibilitam a veiculação de diferentes tipos de emoção de um mesmo enunciado por meio dos recursos do “estilo vocal”, ou seja, é possível mudar-se a mensagem de um enunciado sem alterar a forma escrita. A mensagem modificada pelas variações realizadas em torno da entonação, do acento enfático, da taxa de elocução ou da qualidade de voz tem, na verdade, não só a propriedade de intensificar as mensagens fornecidas pelas evidências semânticas e pragmáticas concretas contidas no texto, como também a de impor-lhes um significado.

Podemos dizer que no discurso, o sentido não se encontra apenas naquilo que é enunciado, mas também no próprio ato de enunciação. No acontecimento da fala, podemos pensar o ato da enunciação por meio da entonação, ou seja, da voz. Se se pode enfatizar o sentido ou produzir um outro sentido, na fala, diferente do previsto pelas palavras, isto se dá pela voz, que faz parte desse processo. Assim, a entonação pertence à enunciação e não ao enunciado.

O uso da língua implica variação e, conseqüentemente, permite certas escolhas, decorrentes de condicionamentos culturais, dialetais, sociais, psicológicos, políticos, pragmáticos, que influenciam a concepção, a opção estética e a interação humana. A língua permite o discurso e o sentido está no discurso. Fora da enunciação, do discurso, a entonação não existe; é somente no contato entre a língua e a realidade que ela acontece, que existe de fato a emoção, o juízo de valor, a expressividade.

4 A Enunciação e a televisão

Como já falamos na introdução, o “estudo do sentido na linguagem exige que se leve em conta o componente enunciativo” (BENVENISTE, 2006). A análise do enunciado, tomado como produto da enunciação, torna-se impossível metodologicamente se se desconsidera o contexto, o evento enunciativo que o torna possível, a cena da qual participam interlocutores, tempo e espaço.

A finalidade global dos telejornais é a informação por meio de uma mediação-transmissão para um público amplo. O telejornal busca narrar os acontecimentos com autenticidade e objetividade, mesmo que ilusoriamente, num veículo que tem concorrência mercadológica. Há uma dupla tensão nessa ação: comunicar o acontecimento com credibilidade e manter a audiência, o público e patrocinadores, como afirma Charaudeau (2012).

É difícil estabelecer quem é o “dono da voz” dentro de um telejornal ou localizar o responsável pela informação ou texto, pois, existem posições de comando, interesses de grupos e classes, circunstâncias políticas, necessidades econômicas, educativas e sociais, ressoando na sala de redação, formatando a enunciação televisiva, participando naquela entidade, que se institui em dispositivo de enunciação.

No discurso televisivo encontramos o jornalista que organiza um dizer consciente para determinado público, mas esse dizer ainda está por ser dito. Na medida em que é dito é que se constitui o “sujeito” da enunciação. Portanto, é no processo enunciativo que o jornalista se constitui como “sujeito”. BENVENISTE pontua: “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (PGL1 p. 87). Evidencia-se, assim que a enunciação é sempre uma relação entre parceiros, uma relação, portanto, de intersubjetividade. Pensamos a relação do apresentador televisivo com o telespectador como uma situação discursiva de intersubjetividade com parceiros simultâneos (real/imaginado/coletivo).

Assim como o telejornal não é neutro, os efeitos sobre o telespectador não estão assegurados, pois um telejornal não é “lido” da mesma maneira pelas diversas comunidades de telespectadores. Essa “leitura” é feita em função de seus valores, ideologias e estratégias perceptivas ou cognitivas que faz com que o telespectador faça uma triagem (in)consciente do que a TV lhe traz. Por mais engessado que seja um telejornal, há sempre ambiguidade suficiente em sua forma significativa, a ponto de não acontecer qualquer “leitura” simples e unívoca.

Dessa forma, é evidente que a televisão não produz os mesmos efeitos em todos os telespectadores; seus efeitos são condicionados pelas experiências prévias, sensibilidade, cultura, capacidade crítica, enfim, identidade e atitude do telespectador, mesmo que ele não tenha consciência disso.

Os apresentadores de telejornais situam o telespectador diante de um ponto de vista determinado e transmitem uma realidade de certa maneira fragmentada. Quando se faz um resumo nos telejornais das informações mais importantes do dia é como uma seleção das realidades que serão transmitidas. É o ponto de vista do editor chefe ou, muitas vezes, da própria empresa que é transmitido.

Para Marrone (1998), o gênero televisivo mistura informação e espetáculo. Ele considera que na TV, jornalismo e espetáculo se complementam; formam um gênero discursivo específico, a partir do qual dão-se muitos estilos enunciativos e conseqüentemente diversos tipos de transmissão. Quando se fala do espetáculo da informação televisiva, se acaba por fazer uma separação do princípio da informação pressupostamente pura, simples representação do real, e o possível modo para torna-la interessante.

Luciano (2000), em sua tese sobre *Prosódia e Envolvimento na Compreensão do Telejornal*, ressalta a importância da prosódia na estruturação do telejornal no jogo interacional com o texto e, nas estratégias de envolvimento características do gênero televisivo. A autora salientou a presença da tríade funcional da língua exercida através de estratégias de oralidade: a informativa, ao anunciar o fato, dando pistas

contextualizadoras da notícia, orientando o telespectador à construção de sentido; a organizacional, orientando o telespectador quanto à forma do texto; e a interacional, envolvendo e agindo sobre o telespectador.

A via emocional condiciona fortemente a racional, o pensamento associativo, primário impõem-se ao lógico. Sendo assim, o processo de influência é inconsciente, o que impede o controle sobre o mesmo. Incidir sobre as emoções do outro permite burlar facilmente sua racionalidade. E a televisão influencia seus telespectadores intencionalmente ou não, consciente ou inconscientemente através da emoção, sendo a voz um de seus meios.

5 Metodologia

O pressuposto teórico-metodológico é que os jornalistas televisivos, mais que codificar ou decodificar eventos do mundo social humano, propõem hipóteses, realizam interferências contextuais, apresentam valores de vida e conduta, antecipam respostas e ajuizamentos para seus interlocutores. Assim, os intercâmbios comunicativos, veiculados nos telejornais, já não são concebidos como transferência de informações, mas como proposição de modelos culturais de ação humana.

Este estudo teve como finalidade analisar os procedimentos vocais utilizados nos telejornais como coadjuvantes dos efeitos de sentidos pretendidos na divulgação das informações. Trata-se de analisar as modificações da frequência vocal nos principais telejornais brasileiros, isto é, como a voz participa dos efeitos de sentidos visados no discurso televisivo.

Foi um estudo quantitativo e qualitativo, realizado com 20 apresentadores de telejornais brasileiros, 10 homens e 10 mulheres, de 6 telejornais em 3 canais de televisão. O critério de escolha do corpus foram notícias classificadas em dois grupos, « positivas » (prêmios, descobertas, etc) e « negativas » (acidentes, tragédias, etc). Foi escolhido uma notícia « negativa » e uma « positiva » de cada apresentador.

A análise acústica de cada tipo de notícia foi realizada no programa *kay Elemetrics*.

Para complementar as análises realizadas, realizou-se um estudo estatístico dos dados, tabulados através do programa Excel 6.0 e processados estatisticamente utilizando o programa SPSS versão 10.0 através de tabela da comparação das médias das frequência e desvio padrão entre os enunciados positivos e negativos. As tabelas foram separadas por genero.

O quadro teórico deste estudo, como já mencionamos, é dado pela linguística da enunciação francesa de Benveniste e Patrick Charaudeau, e consta de alguns elementos da semiótica greimasiana, bem como aspectos da fisiologia da voz e telejornalismo.

6 Resultados e discussão

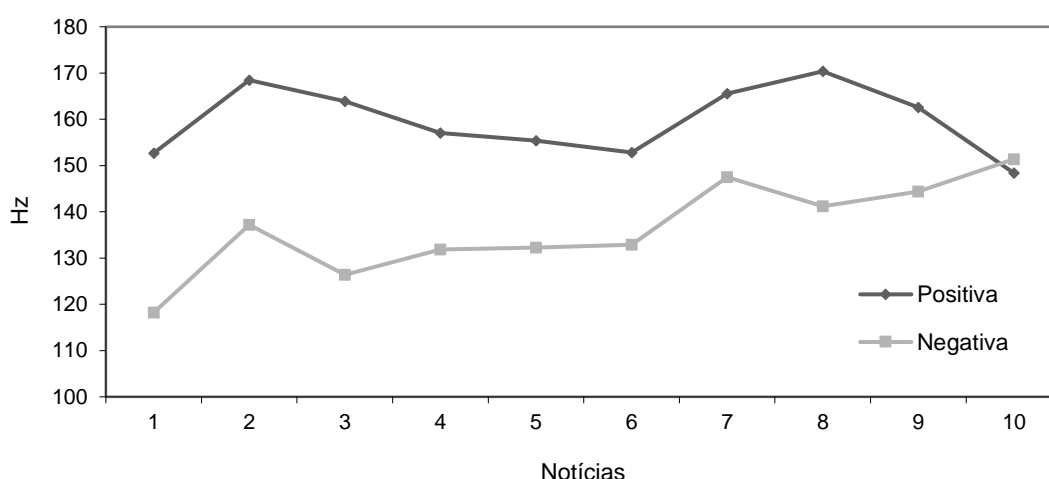
É importante enfatizar que o corpus desta pesquisa, a voz nos telejornais, acontece num misto de leitura (porque é lido no *teleprompter*) e de fala espontânea (porque para prender a atenção do telespectador busca a entoação da conversação). Assim, a expressividade da leitura da notícia está baseada na repetição do padrão espontâneo da fala. O apresentador atua ao vivo seguindo o texto que está no *teleprompter*. O *teleprompter* é um equipamento semelhante a monitor de TV que vai passando o texto enquanto o apresentador lê.

A credibilidade de um discurso está relacionada a verdade que este precisa construir para persuadir e fazer crer, como nos diz GREIMAS (1974:16), “Como dizer para ser acreditado, como dizer para dizer a verdade”. Dessa forma, verdade e persuasão são interdependentes. Trabalha-se com a concepção de verdade do discurso e, portanto, com as condições necessárias para um discurso ser considerado verdadeiro.

Muitas vezes, a via emocional condiciona a racional, o pensamento associativo primário impõem-se ao lógico. Sendo assim, o processo de influência é inconsciente, o que impede o controle sobre o mesmo. Incidir sobre as emoções do outro permite burlar facilmente sua racionalidade. E a televisão influencia seus telespectadores intencionalmente ou não, consciente ou inconscientemente através da emoção. A modificação da frequência na voz nos telejornais pode ser um dos meios de busca de sintonia do telespectador com a notícia, como observamos nos gráficos abaixo.

Verifica-se através do teste de comparações de médias *t-student* que existem diferenças significativas entre as médias da média Hz entre as notícias positivas negativa.

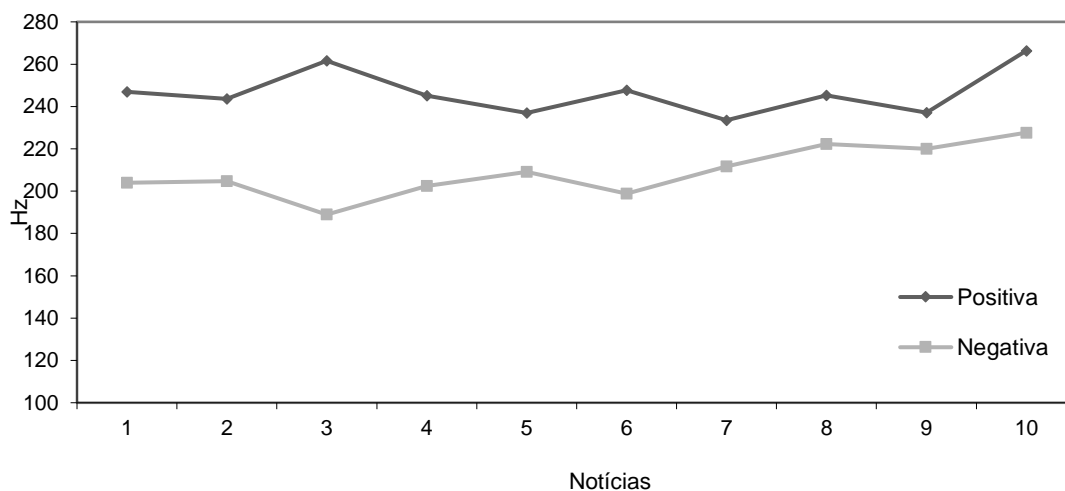
GRÁFICO 1 -COMPARAÇÃO MÉDIA Hz ENTRE AS NOTÍCIAS - SEXO MASCULINO



Observa-se que, para as notícias positivas, os valores médios de Hz são superiores aos valores das notícias negativas ($p=0,001$), para o genero masculino, como pode-se observar no gráfico acima. Para a

variável desvio também foram observadas diferenças significativas. As notícias positivas apresentaram valor médio de desvio superior às notícias negativas ($p=0,029$).

GRÁFICO 3 -COMPARAÇÃO MÉDIADA FREQUÊNCIA EM Hz ENTRE AS NOTÍCIAS POSITIVAS E NEGATIVAS NO SEXO FEMININO



O resultado deste estudo confirma a relação entre voz e efeitos de sentido visados nos telejornais. Observamos que tanto nos homens como nas mulheres há aumento da média da frequência vocal nos enunciados positivos e um decréscimo nos enunciados negativos. Ou seja, frequências mais graves predominam em notícias negativas e frequências mais agudas em notícias positivas.

No entanto, a variação das médias das médias das frequências (desvio padrão) foi mais intensa nos enunciados femininos. Isto demonstra que as mulheres enfatizam mais as notícias modificando a frequência, com uma curva melódica mais vasta. Evidencia-se, assim, que as mulheres, nos telejornais, utilizam maior variação da frequência como estratégia de persuasão que os homens. Esses dados sugerem que as mulheres passam mais emoção na expressão da notícia do que os homens, ou seja, a variação da frequência é uma estratégia acentuada, na locução feminina.

Com base nos elementos antes referidos, observa-se um diferencial de atuação de telejornal para telejornal. O formato do telejornal, o enfoque da notícia, o tipo de recursos verbais e não-verbais utilizados são dependentes da filosofia do telejornal, do horário, da duração, do público-alvo, da periodicidade e do tipo de relação com o telespectador. Assim, telejornais que competem em horários de apresentação e filosofia jornalística, apresentam formatos semelhantes.

Tabela 1. Comparação das médias da média da f° e desvio padrão de enunciados negativos e positivos na apresentação masculina

COMPARAÇÃO SEXO MASCULINO

	NOTICIA	N	Média	Desvio-Padrão
MÉDIA Hz	Positiva	10	159,7120	7,4588
	Negativa	10	136,3220	10,0890
DESVIO H z	Positiva	10	53,5180	10,4756
	Negativa	10	44,4390	9,7139

No teste de comparações de médias *t-student*, observam-se diferenças significativas entre as médias da média Hz entre as notícias positivas e negativas para ambos os gêneros. Nas notícias positivas, os valores médios de Hz são superiores aos valores das notícias negativas. ($p=0,001$). Para a variável desvio, não foram observadas diferenças significativas.

Tabela 2. Comparação da média das médias da f° e desvio padrão de enunciados negativos e positivos na apresentação feminina

COMPARAÇÃO SEXO FEMININO

	NOTICIA	N	Média	Desvio-Padrão
MÉDIA Hz	Positiva	10	246,4190	10,4511
	Negativa	10	208,9670	11,7490
DESVIO Hz	Positiva	10	56,0500	7,1278
	Negativa	10	44,5110	13,6451

No teste de comparações de médias *t-student* existem diferenças significativas entre as médias da média Hz entre as notícias positivas e negativas. O estudo demonstra que, para as notícias positivas, os valores médios de Hz são superiores aos valores das notícias negativas ($p=0,001$). Para a variável desvio (entonação) também foram observadas diferenças significativas. As notícias positivas apresentaram valor médio de desvio superior às notícias negativas ($p=0,029$).

Apresentamos aqui um estudo que, ao mesmo tempo que quantifica a frequência fundamental da voz, através da análise acústica computadorizada, o faz relacionado a um processo dinâmico e social (telejornalismo), demonstrando que as modificações da frequência vocal são usadas para gerar significado. Assim, constatamos que a produção de sentidos se constrói no discurso na relação de um sujeito com o outro, sendo utilizada diferentes estratégias, em que a voz é uma delas.

Ao produzir uma notícia, não é só o relato de um fato que está em questão, pois há a pretensão pelo sujeito/jornalista, na busca de certos resultados. Então, no trabalho de análise, procura-se estabelecer estratégias na obtenção desses resultados pretendidos, em termos dos sentidos que buscam, e as modalidades de dizer utilizadas. Assim, em termos de relevância social, significa que, processar análise dos efeitos de sentido produzidos por um discurso, é procurar os valores de orientação existencial, as

intencionalidades escondidas por entre os significados declarados na fala e outras formas de comunicação. Nesta análise o meio escolhido foi a voz pelo estudo da modificação de sua frequência.

A língua permite o discurso e o sentido está no discurso. Fora da enunciação, do discurso, não há voz, entonação; e é no contato entre língua e realidade que ela existe, que há afeto, emoção, julgamento de valor e expressividade.

Os apresentadores dos telejornais utilizam mecanismos de persuasão na busca de credibilizar as notícias veiculadas e, a voz, por meio da modificação da frequência vocal é um destes mecanismos, como demonstramos nos gráficos; situações sérias com tons mais graves e as alegres com tons mais agudos.

Assim, os jornalistas televisivos buscam simular uma identificação total com os telespectadores e, neste fazer, a voz tem um papel importante, como foi demonstrado, tanto que as notícias não são dadas com a mesma entonação, nem a mesma frequência vocal. Há uma variação desse parâmetro em diferentes tipos de notícias, conforme a emoção expressa na leitura de cada notícia.

Há, de certa forma, uma tentativa de passar um saber verdadeiro ao narrar os acontecimentos no telejornal. É importante aqui trazer Charadeau (2016) que nos ensina que os saberes do conhecimento tendem a estabelecer uma verdade sobre o mundo, mas uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito.

7 Considerações finais

As estratégias vocais utilizadas, revelando que há modificações significativas na frequência vocal, demonstram não se tratar de informações passadas friamente, mas com envolvimento. Desse modo, o apresentador do telejornal aparece como um sujeito que participa dos princípios e interesses do telespectador, passando a ideia de que mantém uma relação com a vida da comunidade.

Diante desses resultados, pode-se dizer que os telejornais se mostraram um lugar próprio para a análise das performances manipulatórias e da explicitação das estratégias vocais na linguagem televisiva. Esses procedimentos são utilizados pelo apresentador do telejornal com intuito de persuadir o telespectador, levando-o a acreditar na verdade da notícia dada, e, acima de tudo, despertar o interesse para que o telespectador permaneça sintonizado no canal.

A voz tem, então, um papel importante como recurso de persuasão e auxilia na credibilidade da informação. Esta estratégia é largamente utilizada pelos apresentadores de telejornais.

A voz participa do processo de enunciação do sujeito, como linguagem, nos telejornais. Há um sujeito que se exprime e se mostra em suas palavras e também por intermédio de sua voz. Isto demonstra que apesar de uma aparente objetividade, o telejornal é pleno de subjetividade.

A voz é, no contexto da fala, não só portadora de sentido, mas ela mesma matéria e sentido. Analisar os efeitos de sentido produzidos pela voz no discurso é buscar os valores de orientação existencial, as intencionalidades escondidas por debaixo dos significados declarados na fala (e outras formas de comunicação).

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte poética**. São Paulo. Difusão Européia do livro, 1959.

BEHLAU, Mara; MADAZIO, Glaucya; FEIJÓ, Deborah; PONTES, Paulo. Avaliação da Voz. In: BEHLAU, Mara (Org.). **Voz: o livro do especialista**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005, p. 64-180.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I e II**. São Paulo: Companhia Editora Nacional-Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CHARAUDEAU, Patrick. "Que vaut la parole d'un chroniqueur à la télévision ? L'affaire Zémour, comme symptôme d'une dérive de la parole médiatique". **Réseaux**, Paris, p.135-161, La Découverte, 2011. Consulté le 14 juin 2015 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Que-vaut-la-parole-d-un.html>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Editora Contexto. São Paulo, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Editora Contexto. São Paulo, 2016.

FONAGY, Iván. **La vive voix**. Paris: Editions Payot, 1991.

FONAGY, Iván. Motivação e Remotivação. In: TODOROV, Tzvetan. **Linguagem e motivação** – uma perspectiva semiológica. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1997.

FRANCO, Eda Mariza Machado. **A voz na apresentação do telejornal: um estudo enunciativo do jornal Nacional da rede Globo**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

GREIMAS, Algirdas Julius; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1993.

LOCHARD, Guy. **L'information télévisée. Mutations professionnelles et enjeux citoyens**. Paris, Clemi/Ina/Vuibert, 2005.

LUCIANO, Dilma Tavares. **Prosódia e envolvimento na compreensão do telejornal**. 2000. Tese [Doutorado em Linguística] - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MARRONE, Gianfranco. **Estética del telegiornale**. Roma: Meltemi, 1998.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo**- produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Subjetivação, saberes e poderes: o autor do livro didático como um interveniente na relação pedagógica

Eduardo Lopes PIRIS (UESC)

elpiris@uesc.br

Isabel Cristina Michelan de AZEVEDO (UFS)

icmazevedo@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho, nosso objetivo é discutir os efeitos do livro didático na relação de poder entre professor e estudante. Assumindo os pressupostos teóricos de Foucault (1972 [1969], 1995), concebemos o livro didático como um documento de produção e circulação dos saberes escolares que legitimam as relações de poder, para refletir acerca de sua função nos processos de objetivação e subjetivação dos intervenientes da relação pedagógica, conforme Estrela (1994) e Morgado (1997). Assim, nosso trabalho baseia-se numa metodologia de enfoque interpretativo em investigações sobre o ensino (ERICKSON, 1986), que requer a elaboração de significado para as ações decorrentes da vida social. Para isso, propomos analisar o discurso do livro didático *Novo Avenida Brasil*, examinando os enunciados relativos aos exercícios e à apresentação do material didático. A análise focaliza a assimetria de saber-poder nas relações autor-professor e autor-aluno. Os resultados sugerem que a presença do livro didático na sala de aula institui, simbolicamente, o autor da obra como um terceiro sujeito na relação pedagógica que se coloca na condição de disputar com o professor o lugar de detentor do saber-poder. Por fim, ressaltamos a necessidade de o professor se posicionar criticamente nessa relação de poder.

Palavras-chave: Foucault; Discurso pedagógico; Ensino de português; Autor; Professor; Estudante.

Abstract: In this paper, our objective is to discuss the effects of textbooks on the relationship of power between teacher and student. Assuming the theoretical presuppositions of Foucault (1972 [1969], 1995), we conceive the textbook as a document of production and circulation of scholarly knowledge that legitimizes power relations, in order to reflect about its function in the processes of objectification and subjectivation of the stakeholders of the pedagogical relationship, according to Estrela (1994) and Morgado (1997). Thus, our work is based on a methodology of interpretive focus in investigations on education (ERICKSON, 1986), which requires the elaboration of meaning for actions arising from social life. For this, we propose to analyze the discourse of the textbook *Novo Avenida Brasil*, examining the enunciates related to the exercises and the presentation of the textbook. The analysis focuses on the asymmetry of knowledge-power in author-teacher and author-student relationships. The results suggest that the presence of the textbook in the classroom symbolically institutes the author of the work as a third subject in the pedagogical relationship that is placed in the condition of disputing with the teacher the place of holder of knowledge. Finally, we emphasize the need for the teacher to position himself critically in this relation of power.

Keywords: Foucault; Pedagogical discourse; Teaching portuguese; Author; Teacher; Student.

1 Introdução

Considerando a história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos¹, nosso objetivo, neste trabalho, é discutir o papel que o livro didático desempenha nos processos discursivos de constituição dos sujeitos professor e estudante. O foco de nossa discussão volta-se para a relação pedagógica, ou seja, para a relação que se estabelece entre os sujeitos envolvidos numa situação de ensino (ESTRELA, 1994; MORGADO, 1997), ressaltando que estamos pensando nos sujeitos em sua dimensão simbólica e sócio-histórica, e não nos indivíduos ontológicos.

O título deste trabalho deixa entrever ainda a questão do poder, de modo que a problemática aqui suscitada diz respeito também à maneira como o livro didático interfere na relação de poder existente entre os sujeitos professor e estudante. A ideia que defendemos aqui é que, na ordem do simbólico, o autor do livro didático afigura-se como um sujeito que, juntamente com os sujeitos professor e estudante, também constitui a prática discursiva da aula, o que, nesta perspectiva, tem consequências em termos de poder na relação pedagógica.

Para desenvolver esta reflexão, tomamos o livro didático como um discurso de verdade, que, segundo Grigoletto (1999, p. 67), é um discurso que “ilusoriamente se estabelece como um lugar de completude dos sentidos”, por meio do qual o poder dissemina-se na sociedade. Isso que podemos chamar de “efeito de verdade” deriva de um dos procedimentos de controle do discurso apresentados por Foucault, em seu livro *A ordem do discurso*, no qual postula que a vontade de verdade “tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2003 [1971], p. 18). E, baseados nesse quadro teórico, podemos dizer que o livro didático ocupa na instituição escolar o lugar de um documento ou, ainda, conforme Revel (2005 [2002], p. 78), um instrumento efetivo de acumulação e de circulação do saber, que exerce relevante papel no processo de disciplinarização e construção do saber escolar, legitimando as relações de poder na sala de aula.

Dessa maneira, acreditamos que é importante para o aprofundamento das discussões realizadas nos cursos de formação de professores que possamos compreender como o discurso do livro didático constitui os seus sujeitos (autor do livro didático, professor e estudante) e as relações de poder entre eles tais como legitimadas por esse discurso de verdade.

Assim, para elaborar um pensamento sobre essa questão, observamos, de acordo com Grigoletto (1999, p. 68), alguns aspectos que nos permitem reconhecer o funcionamento do livro didático como discurso de verdade: seu caráter homogeneizante, a repetição estrutural de suas unidades didáticas, a naturalização

¹ Em entrevista dada a Dreyfus e Rabinow, Foucault (2013 [1982], p. 273) afirma que o principal objetivo de seu trabalho, nos últimos 20 anos, “não foi analisar o fenômeno do poder”, mas “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”.

dos saberes, por exemplo. Considerando esses aspectos, propomos examinar um conjunto de enunciados² relativos à proposta pedagógica e aos exercícios do livro didático de Português como Língua Estrangeira (doravante PLE): *Novo Avenida Brasil*, com primeira edição publicada em 2008, pela Editora Pedagógica e Universitária, de São Paulo.

Nossa reflexão organiza-se em quatro etapas. Em primeiro lugar, (1) apresentamos os conceitos foucaultianos de saber, poder, discurso e sujeito, associando-os com elementos da constituição histórica dessa literatura escolar. Em seguida, a fim de compreender os processos de constituição dos sujeitos do livro didático e as relações de poder exercidas por esses sujeitos escolares na relação pedagógica, (2) discorreremos sobre a definição foucaultiana de objetivação e subjetivação e (3) a concepção de relação pedagógica formulada por Estrela (1994) e Morgado (1997). Por fim, (4) procedemos à análise da constituição dos sujeitos autor do livro didático, professor e estudante no discurso do *Novo Avenida Brasil*.

2 Pressupostos teóricos: saber, poder, discurso e sujeito

Compreender o autor do livro didático como um sujeito interveniente na relação pedagógica confronta-nos, em função de sua herança ocidental e europeia, com a complexa natureza da literatura escolar, uma vez que na constituição histórica desse tipo de material ocorre o cruzamento de três vertentes: a literatura religiosa, de onde se origina esse recurso didático; a literatura didática (técnica ou profissional), que passou a dominar a instituição escolar em épocas variadas; “a literatura ‘de lazer’, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar”, mas que atualmente tem lugar significativo em todas as coleções didáticas (CHOPPIN, 2004, p. 552).

A literatura religiosa – que na França, desde o século XVII, serve de referência para o ensino no Brasil, era apoiada pelos populares abecedários impressos, uma tradição editorial de obras sem autoria, e pelos opúsculos na instrução de crianças e jovens tanto em instituições religiosas quanto leigas – colaborava com a transmissão dos saberes elementares: ler, escrever, contar. As ordens religiosas possuíam estrutura e homogeneidade pouco identificadas entre as escolas leigas, por isso o uso didático do livro escolar dependia da organização de cada instituição. Os materiais fabricados para a demanda das congregações, embora fossem bem estruturados e possuíssem produção regular, tinham um volume pequeno em função da dispersão e variedade delas, não servindo de padrão comum a todas as escolas. A aprendizagem da leitura sempre esteve no centro do processo de escolarização, e os textos selecionados atendiam aos valores institucionais e à meta de ampliar o atendimento educacional, principalmente após a Reforma (HÉBRARD, 2002).

² Conforme Foucault (1972 [1969]), diferentemente da frase, válida a todos os falantes de uma língua, o enunciado decorre de uma posição assumida pelo sujeito em um lugar institucional, por isso é determinado por regras sócio-históricas. Como assume diversas funções, permite o surgimento de conteúdos concretos no tempo e no espaço.

Cientes disso, iniciamos uma reflexão que permitisse entender como os conteúdos presentes no manual didático são identificados, selecionados e organizados como material de ensino. Com Foucault (2005), entendemos que “saber” se distingue de “conhecimento”. Segundo Revel (2005 [2002], p. 77):

[...] enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer. [...] o saber implica, ao mesmo tempo, uma relação com os objetos de conhecimento (movimento de objetivação) e com o si cognoscente (processo de subjetivação).

O saber está essencialmente ligado à questão do poder [...]. A disciplinarização do mundo por meio da produção de saberes locais corresponde à disciplinarização do próprio poder: na verdade, o poder disciplinar [...] [, acompanhado dos] instrumentos efetivos de acumulação do saber, de técnicas de arquivamento, de conservação e de registro, de métodos de investigação e de pesquisa, de aparelhos de verificação etc. Ora o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de saber que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação [...].

Assim, entendemos que os saberes elementares (ler, escrever, contar), submetidos às coerções da literatura religiosa na origem do livro escolar, estão marcados, até a atualidade, por um poder disciplinar que direciona a seleção textos, organização de atividades e articulação dos saberes acumulados ao longo da história, como aponta Choppin (2004, p. 560): “[...] os livros didáticos constituíram-se e continuam a se constituir como poderosos instrumentos de unificação, até mesmo de uniformização nacional, linguística, cultural e ideológica. Isso porque, em grande parte dos países, eles são objeto de uma regulamentação [...]”.

Essa regulamentação configura-se também de acordo com a literatura didática. Após o século XVIII, os livros escolares passam por uma importante mudança, especialmente com a escolarização de crianças da nobreza menos abastada e da burguesia urbana e, então, surgem, pela influência do Iluminismo, as obras dedicadas ao estudo das línguas nacionais ao invés do latim, as gramáticas de cada língua (não mais as latinas ou gregas), os livros de história, geografia e ciências, que passam a integrar a produção editorial, tornando-a mais complexa, inclusive pela necessidade de ilustrações associadas aos textos.

No caso dos livros dedicados ao ensino de línguas, a tradução deixa de ser a principal tarefa e, assim, gradativamente, a gramática das línguas nacionais passa a ocupar papel de destaque, incluindo nesse trabalho os exercícios de fonética e de ortografia. Desse modo, essas alterações, assumidas por algumas congregações, como os padres de Saint-Nicolas-du-Chardonnet e os líderes religiosos Charles Demia e Jean-Baptiste La Salle, estabelecem as bases da pedagogia elementar do século XVIII. Essas obras são combinadas com os abecedários, os livros de piedade, de civilidade e de aritmética (estes produzidos desde o século XVI), estabelecendo as referências para as ações educacionais desenvolvidas no século XIX (HÉBRARD, 2002).

As regras de conduta social ou religiosa, publicadas desde o século XVIII, veiculam as prescrições gerais impostas pelos programas oficiais e os valores culturais e religiosos em vigor em cada sociedade, como salienta Choppin (2002, p. 14):

Depositário de um conteúdo educativo, o manual [escolar] tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estritamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude.

Com base nas ideias de Foucault (1995), entendemos que a análise dos manuais escolares nos permite identificar – na literatura didática, em alinhamento aos saberes científicos cujo regime, políticas e procedimentos orientam o desenvolvimento das habilidades de crianças e jovens – os valores variados presentes nos enunciados que constituem as obras, apontando que os discursos produzem efeitos de poder próprios do jogo enunciativo. Nos livros didáticos, então, são encontradas relações de força, estratégias discursivas e táticas que regem a produção dos discursos e, conseqüentemente, os processos de constituição dos sujeitos.

A divisão em três tipos de literatura é apenas um recurso textual, pois é difícil, talvez impossível, estabelecer limites claros entre cada uma delas, uma vez que os trabalhos produzidos para ensino de língua nos permitem entender de maneira interdependente como ocorre a constituição dos saberes, do discurso, dos sujeitos.

Nossa proposta de análise de uma obra dedicada ao ensino de PLE, *Novo Avenida Brasil* (2008) preocupa-se não em explicitar o que motivou a enunciação de cada discurso nem encontrar o que pode estar subjacente ao que foi enunciado, e sim em indicar como as regras de formação podem estar ligadas aos sistemas discursivos e não-discursivos, para tentarmos indicar formas específicas de articulação entre tais sistemas.

Retomar a emergência³ do livro didático, permite-nos recuperar dados históricos relevantes para compreendermos as condições políticas de irrupção dos discursos que circulam no campo escolar de ensino de línguas estrangeiras. Entendemos ser este esforço uma atividade que possibilita a confrontação das forças, que se distribuem difusamente por todo o tecido social e visam ao controle e à dominação dos discursos, bem como à domesticação dos corpos de professores e estudantes em sala de aula.

Ainda com Foucault, sabemos que um discurso não se encerra nos limites materiais do livro, pois nele está implicado um conjunto de referências a outros discursos e a outras instituições sociais. Tomado

³ Emergência é a palavra que Foucault usa para designar o ponto de surgimento no passado, cuidando para que não se coloque, nesse passado, um conceito, uma ideia ou um entendimento que é do presente (VEIGA-NETO, 2005, p. 71-72).

como um acontecimento histórico e social, o discurso designa “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns” (REVEL, 2005 [2002], p. 37). Essas regras são cumpridas por meio de procedimentos internos (linguísticos e formais, como o comentário e as determinações das disciplinas) e externos (interdição, segregação, por exemplo), que reproduzem cisões historicamente determinadas e orientam a produção de saberes de estratégias e de práticas.

Assim, o discurso cumpre certa função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona, por isso notamos que o poder é algo que funciona por meio do discurso, sendo, então, um elemento que integra um dispositivo⁴ estratégico de relações de poder.

Neste trabalho ressaltamos que uma função do discurso é ser formador da subjetividade, e isso ocorre pela ligação entre o sujeito e a verdade. No discurso do livro didático, observamos um modo de objetivação do sujeito, por meio da orientação das práticas discursivas. Não podemos esquecer que, para Foucault (1997, p. 12):

As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem a as mantêm.

O objetivo de compreender o papel assumido por uma das “formas pedagógicas”, o livro didático, na relação pedagógica requer discutir as relações entre os processos de objetivação e os de subjetivação, visto que isso nos possibilita descrever os modos de subjetivação, ou seja, as práticas de constituição do sujeito.

3 Objetivação e subjetivação no discurso do livro didático e seus impactos na relação pedagógica

3.1 Definição foucaultiana de objetivação e subjetivação

Como outros conceitos desenvolvidos por Foucault, os processos de objetivação e os de subjetivação são tratados em diferentes textos, produzidos em diferentes momentos de sua obra. Os processos de objetivação podem ser analisados na perspectiva das práticas epistêmicas e disciplinares. No primeiro caso, observam-se os conhecimentos cujas práticas correspondentes permitem estudar a divisão do sujeito em relação aos outros, isto é, o que permite objetivá-lo em louco, são, doente, sadio, desobediente, obediente, etc. Ao analisarmos a história das ciências humanas da Modernidade, notamos a inter-relação de saberes que favorece a objetivação do sujeito na história natural, na economia política, na filologia, entre outros

⁴ Agamben (2005) discute o conceito foucaultiano de dispositivo e, inspirados nesses trabalhos, Azevedo & Piris (2016) formulam a ideia de dispositivo de ensino e aprendizagem de língua estrangeira.

campos de saber. Também é possível observar, ao considerar a história da descontinuidade, as possíveis posições de diferentes subjetividades ao longo da história humana.

Na obra *As palavras e as coisas*, em particular, Foucault investiga as condições de possibilidade da constituição histórica dos saberes sobre o homem, remetendo, portanto, às condições que caracterizaram o pensamento moderno ocidental. Assim, afirma que no final do século XVIII, os seres vivos, as riquezas e as palavras deixam de ser analisados no nível da representação de algo e passam a ser entendidos como objetos dotados de uma profundidade específica, de uma materialidade, por isso passam a ser compreendidos a partir de conceitos como vida, trabalho e linguagem.

Na perspectiva filológica, então, a palavra se desprende das funções representativas que o discurso clássico lhe atribuía, está associada a uma língua específica, por isso pode ser aprofundado o espaço gramatical que isola cada língua de outra, em função de seus critérios de organização interior. Essa ruptura indica que falar não é mais uma maneira de pensar enunciando o ser das coisas, pois a linguagem adquire um ser próprio, que lhe confere um modo de organização autônomo.

Então, ao estudar as variações internas que afetam as organizações linguísticas, a filologia deixa de se apoiar em letras para considerar um conjunto de elementos fonéticos, destacando as condições nas quais se pode produzir mudança na sonoridade e passa a estabelecer a constância das suas transformações ao longo da história. Segundo Foucault, essa mudança estabelece a identificação das regras de organização interna da língua e a compreensão de seu enraizamento histórico às quais os sujeitos tornam-se submetidos. Essas regras associam-se a processos de objetivação específicos cujas práticas constituem o sujeito moderno.

Também é possível estudar os processos de objetivação do sujeito por práticas disciplinares e normalizadoras. Nessa perspectiva, as práticas sociais e institucionais correspondem às regras epistêmicas de sua época e estão subordinadas às condições existentes, isto é, às práticas históricas. Como Nietzsche, Foucault não procura descobrir as motivações subjetivas que podem estar presentes na pretensa objetividade, mas investigar a emergência simultânea da objetividade científica e das ações subjetivas (das estratégicas) que irrompem em um espaço organizado por práticas sociais, descobrindo relações de força que se manifestam na superfície dos acontecimentos.

Márcio Alves Fonseca (2003) explica da seguinte maneira:

O estudo detalhado das relações de poder que Foucault empreende [...] nada mais é do que um tratamento [...] dos processos que incidem sobre o indivíduo: dos modos de objetivação que o produzem para que seja objeto dócil-e-útil e da subjetivação que o produz para que se torne sujeito preso a uma identidade determinada (FONSECA, 2003, p. 29-30).

Em continuidade a essa reflexão, Foucault vai isolar e conceitualizar o modo como o corpo se tornou um elemento essencial das relações de poder na modernidade, uma vez que está diretamente relacionado a um campo político, marcado por relações de poder que marcam, dirigem, supliciam, sujeitam o corpo a trabalhos, cerimônias, obrigações, etc. A articulação entre poder e saber, com base a submissão dos corpos,

é um mecanismo geral de poder de grande importância para a sociedade ocidental, chamada de tecnologia política do corpo. Trata-se de uma microfísica do poder operada pelo Estado e pelas instituições.

Tal posicionamento indica que poder e saber estão diretamente implicados, pois não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Nesse sentido, podemos identificar nas relações de “poder-saber” o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos decorrentes do poder-saber, considerando suas transformações históricas, os processos e as lutas que o constituem. Assim, o poder não é mais visto como um privilégio de um grupo determinado e o saber é considerado um elemento da transformação histórica dos diferentes regimes de poder e de verdade.

Ao assumir que o sujeito participa de relações de poder-saber, Foucault propõe a investigação das posições que podem ser assumidas, do subjetivismo próprio do indivíduo moderno, por isso procurou descrever as técnicas disciplinares e evidenciou que toda tecnologia de poder disciplinar fabrica um corpo dócil e submisso, um corpo útil, controlável. Trata-se, portanto, da elaboração de um micropoder fundado no corpo como objeto a ser manipulado. Entendendo a disciplina como uma técnica que funciona de modo a ser recuperada e utilizada em terminadas instituições, o estudo do controle do corpo possibilita compreender como as sociedades disciplinares podem ser caracterizadas e as possibilidades de o sujeito se posicionar dentro delas.

Conforme Fonseca (2003, p. 25), “os processos de objetivação e de subjetivação a que Foucault se refere constituem procedimentos que concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo”.

Os processos de subjetivação, por sua vez, irão compreender as práticas que, dentro de nossa cultura, fazem do homem um sujeito, ou seja, as práticas que constituem o indivíduo moderno enquanto um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria. Esses processos estão integrados aos processos de objetivação, sendo difícil uma separação estanque entre eles.

Ainda segundo Fonseca (2003), os processos de objetivação e os de subjetivação do indivíduo se justapõem, assim como os mecanismos e as estratégias que compõem esses processos, que em seu conjunto podem explicar a constituição do sujeito.

3.2 Os sujeitos do discurso do livro didático na relação pedagógica

Como anunciado na introdução deste trabalho, comprometemo-nos a discutir a constituição dos sujeitos professor e estudante no discurso do livro didático, especificamente o de PLE, para, então, observar a relação pedagógica, na acepção de Estrela (1994) e Morgado (1997), incluindo aí a figura do autor do livro didático como um terceiro interveniente na relação pedagógica, a fim de discutir os processos de transformação do ser humano em sujeitos de um discurso – notadamente o discurso da pedagogia de línguas

–, considerando os saberes e os poderes legitimados pela produção e circulação do discurso do livro didático de PLE.

Assim, começemos a situar o conceito de relação pedagógica, acompanhando a seguinte definição oferecida por Maria Teresa Estrela:

A relação pedagógica é o contacto interpessoal que se gera entre os intervenientes de uma situação pedagógica e o resultado desses contatos. Num sentido lato, a relação pedagógica abrange todos os intervenientes directos e indirectos do processo pedagógico [...]. Num sentido restrito, abrange a relação professor-aluno e aluno-aluno dentro das situações pedagógicas (ESTRELA, 1994, p. 36).

É importante ressaltar que Estrela (1994) considera a relação pedagógica como o contato entre todos aqueles sujeitos que intervêm no processo de ensino, bem como o resultado desses contatos. Assim, de um lado, podemos indicar as relações gestor-colaborador, gestor-pais, gestor-professor, pais-professor, pais-filhos/alunos, gestor-alunos, colaborador-alunos, professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno; de outro lado, temos os resultados desses contatos, que podem ser pensadas com base nas relações de poder entre esses sujeitos. Por sua vez, José Morgado (1997) resalta a importância de a reflexão sobre o ensino-aprendizagem focalizar não os indivíduos, mas sim os processos interativos:

[...] as dificuldades emergentes nos processos de ensino/aprendizagem que começam por ser identificadas através da inexistência ou lentidão do progresso no aluno continuam, com alguma frequência, a ser estudadas de uma forma assimétrica, ou seja, centradas fundamentalmente no indivíduo e menos nos processos interactivos presentes numa entidade complexa e multidimensionada que designamos por RELAÇÃO PEDAGÓGICA (MORGADO, 1997, p. 18).

É importante observar que Morgado (1997) expande a ideia de relação interpessoal contida na definição de relação pedagógica oferecida por Estrela (1994) para a ideia de processo interativo, considerando a multidimensionalidade dessa relação entre os intervenientes de uma situação pedagógica, o que, para nós, permite abrir um leque de opções em termos de abordagem desse objeto de estudo, como, por exemplo, a possibilidade de – ao explorar a dimensão do simbólico – considerar o autor do livro didático como um desses sujeitos intervenientes.

Dito isso, vale dizer que as formulações de Estrela (1994) sobre a noção de relação pedagógica são produtivas também no sentido de que suscita a discussão sobre a assimetria na relação de saber-poder entre os intervenientes de uma situação pedagógica, especialmente o professor e o estudante. Assim, Estrela (1994) compreende a relação pedagógica dentro da relação saber-poder da seguinte maneira:

A relação pedagógica começa por se estabelecer através das ligações diferentes que os intervenientes têm com o saber e pelos papéis que mutuamente se atribuem em função dessas ligações, o que implica uma relação originária de saber-poder (ESTRELA, 1994, p. 36).

Entre algumas características que afetam a relação pedagógica, Estrela (1994) pontua a “assimetria, decorrente da superioridade do estatuto daquele que detém o saber e está encarregado da sua transmissão em relação àquele que é suposto não o deter e dele se deve apropriar” (Ibid., p. 48). Lembremos que essa

assimetria de saber-poder na relação professor-estudante ancora-se na continuidade do discurso do ensino tradicional. Inscrevem-se nessa continuidade discursiva a concepção behaviorista de ensino-aprendizagem, segundo a qual o conhecimento é transmitido pelo professor ao seu aluno, e a concepção de educação bancária, na qual, conforme Paulo Freire (2005 [1968], p. 67), o professor deposita, transfere, transmite conhecimentos e valores ao aluno, reproduzindo uma educação preocupada apenas em domesticar as classes trabalhadoras para servir aos interesses das elites econômicas. Portanto, é nesse sentido que Estrela (1994) explana sobre a contradição entre violência e legitimidade na relação superioridade-inferioridade encontrada em uma situação pedagógica:

Ora, a relação pedagógica, porque ligada à posse de um saber que é detido por uns e não detido por outros que dele se deverão apropriar, origina sempre uma relação de superioridade-inferioridade. Esta relação não é mais violenta do que outros tipos de relação social e é mais legitimada do que muitas outras que a criança começa, desde cedo, a experimentar (ESTRELA, 1994, p. 49).

E, diante desse quadro, pretendemos ver como ocorre a constituição dos sujeitos professor e estudante no discurso do livro didático, especificamente o de PLE, para, então, observar a relação pedagógica, na acepção de Estrela (1994) e Morgado (1997), incluindo aí a figura do autor do livro didático como um terceiro interveniente na relação pedagógica, a fim de discutir os processos de transformação do ser humano em sujeitos de um discurso – notadamente o discurso da pedagogia de línguas –, considerando os saberes e os poderes legitimados pela produção e circulação do discurso do livro didático de PLE.

Conforme os trabalhos de Soares (2001), Munakata (2002), Bittencourt (2008), Diniz et al (2009), Rojo (2013), entre outros, especificamente sobre o livro didático, podemos dizer que o discurso do livro didático produz e coloca em circulação saberes escolares construídos como verdades incontestáveis que determinam as práticas pedagógicas, a seleção dos conteúdos a ensinar, a condução das aulas, o planejamento dos cursos e, inclusive, a formação continuada dos professores. A esse respeito, Bittencourt (2008, p. 63), em seu estudo sobre a história do livro didático no Brasil, que remonta a 1810, afirma que:

O livro escolar foi concebido pelo poder instituído como um poderoso instrumento para fixar e assegurar determinada postura educacional, veículo privilegiado para inculcar normas e ortodoxias. O livro didático proposto com base na instalação de instituições escolares públicas deveria se encarregar de uniformizar o saber escolar, de construir uma forma de pensar a ciência e de reforçar a disseminação de crenças religiosas oficiais.

Nos dias de hoje, o livro didático ainda vem cumprindo essa mesma função de produzir e determinar os saberes que (não) devem ser ensinados na escola e de influenciar as relações de poder entre os sujeitos escolares. Podemos ver que, segundo Diniz et al. (2009, p. 265), o processo de ensino-aprendizagem de língua materna e estrangeira tem sido fortemente influenciado pelo livro didático, sendo este o elemento central do curso, e também que, conforme Rojo (2013, p. 169), o “LD se apresenta fortemente como estruturador da ação didática do professor, propondo-se a substituir seu planejamento e escolhas didáticas, a definir metodologias de ensino e enfoques teóricos [...]”.

Parece-nos que já é bastante pensar que o livro didático exerce ascendência sobre o professor em sala de aula, porém isso não basta. O livro didático não cumpre apenas a função de produzir saberes escolares e inculcar valores nos estudantes, pois, na qualidade de instrumento de acumulação e de circulação do saber escolar, exerce poder – na acepção foucaultiana – sobre professores e estudantes por meio de seus processos de objetivação e subjetivação. Por essa razão, é crucial compreendermos as subjetividades constituídas pelo discurso do livro didático. Então, com base nas formulações de Estrela (1994) sobre a assimetria decorrente da relação superioridade-inferioridade presente na relação professor-estudante, propomos incluir, nessa relação pedagógica, o sujeito autor do livro didático, considerando que estamos pensando nos sujeitos escolares em sua dimensão simbólica.

4 A constituição dos sujeitos no discurso do livro didático *Novo Avenida Brasil*

Passemos, pois, a tratar dos processos de constituição dos sujeitos autor do livro didático, professor e estudante de PLE, examinando um conjunto de enunciados relativos à (i) proposta pedagógica e (ii) aos exercícios da obra *Novo Avenida Brasil* (LIMA et al., 2008).

Assim, nossa atenção volta-se, primeiramente, para a proposta pedagógica do *Novo Avenida Brasil*, a qual se enuncia sob o título “Apresentação” (vide Anexo I). Acompanhemos, inicialmente, o segundo parágrafo:

As grandes modificações que o mundo viveu ao longo dos anos desde a primeira publicação de *Avenida Brasil*, como as alterações que o cenário dos estudos linguísticos sofreu, levaram-nos a repensar e a reorganizar a obra [...] (LIMA et al., 2008, p. III).

Esse enunciado deixa irromper um discurso que inscreve, na história do ensino de PLE, o surgimento de um material didático condizente com um momento de viradas históricas e que está acompanhando as transformações mundiais e acadêmicas, especialmente as dos estudos linguísticos. Nos enunciados seguintes, podemos notar que as atualizações apresentadas pelos autores da obra didática atendem a demandas de duas ordens: uma, meramente formal, buscando a reorganização do material em si; outra, imposta por forças alheias que imprimem a própria necessidade de atualização dos materiais didáticos, como (1) o surgimento do Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas (QECR), que determinou a padronização – e conseqüente reorganização – dos cursos e exames de proficiência das línguas europeias em toda parte do mundo, (2) o consenso entre acadêmicos e profissionais em torno da implantação do método comunicativo na pedagogia de línguas, bem como (3) das práticas de ensino de línguas que abordam tanto as questões linguísticas quanto as interculturais:

- (1) Para colocar nosso material mais próximo das diretrizes do QECR [...], decidimos [...]
- (2) O método utilizado é essencialmente comunicativo, mas, em determinado passo da lição, as aquisições gramaticais são organizadas e explicitadas.

- (3) O **Novo Avenida Brasil** não se concentra apenas no ensino de intenções de fala e de estruturas. [...]. Informações e considerações sobre o Brasil, sua gente e seus costumes permeiam todo o material, estimulando a reflexão intercultural (LIMA et al., 2008, p. III).

Nesses três enunciados, podemos notar que a legitimação do discurso do *Novo Avenida Brasil* está apoiada em saberes circunscritos a práticas discursivas alheias ao seu campo: (1) campo político; (2) e (3) campo acadêmico. Conforme Foucault (2003 [1971]), em *A ordem do discurso*, temos aí exemplos do terceiro procedimento externo de controle do discurso, que engloba a oposição entre falso e verdadeiro e, no qual, a vontade de verdade se organiza sobre as contingências históricas e o suporte institucional. Foucault acredita que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Ibid., p. 18). Os exemplos arrolados pelo autor nos mostram como certos discursos se fundam ou buscam apoio em outros discursos, ou seja, buscam legitimar-se por meio da legitimidade conquistada por discursos já enunciados e pertencentes a domínios que lhe são distintos.

Foucault mostra, por exemplo, que o sistema penal procurou sua justificação, primeiramente, em uma teoria do direito e, depois, “em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade” (FOUCAULT, 2003 [1971], p.18-19).

No caso do livro didático de PLE, a constituição do discurso desse material está submetida às coerções de ordem política e acadêmica. De um lado, a política de línguas de um país ou de um bloco econômico, como a Comunidade Europeia, visando atender a demandas sociais, econômicas e culturais, convoca renomados pesquisadores da área de pedagogia de línguas – Michael Byram e Jean-Claude Beacco, apenas para citar dois expoentes – e promove a elaboração e a publicação de documentos norteadores do ensino das línguas presentes em todo o bloco econômico (*Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e Guide for the development and implementation of curricula for plurilingual and intercultural education*), o que também passa a determinar a elaboração e a organização dos cursos e dos exames de proficiência linguística para além dos limites territoriais do bloco europeu. De outro lado, a rarefação do discurso acadêmico em favor de um determinado método de ensino é observada em publicações de obras fundadoras – como o *Teaching Language as Communication*, publicado originalmente por H. G. Widdowson, em 1978 – bem como em obras de comentadores, em conferências e palestras de renomados professores nos eventos acadêmicos da área de Linguística Aplicada mundo afora, em salas de aula de pós-graduação, na formação inicial de professores de línguas na graduação, etc.

Embora o discurso do livro didático irrompa como um discurso de verdade, na acepção de Grigoletto (2011 [1999]), os seus enunciados não constituem verdades prontas e fechadas que possibilitam uma única e “verdadeira” interpretação, pois são acontecimentos que precisam ser entendidos em um movimento de

continuidade/descontinuidade do pensamento, visto que sempre podem ser identificadas rupturas no alinhamento à singularidade das formações discursivas⁵.

No caso do livro didático *Novo Avenida Brasil*, de um lado, esse discurso revela descontinuidade com a tradição de ensino de língua estrangeira, sugerindo ruptura com concepções estruturalistas de língua e tradicionais de ensino, o que é uma forma de se mostrar atualizado ao leitor (professor e estudante de PLE); por outro lado, o discurso do *Novo Avenida Brasil* produz a continuidade com essa tradição, também ao enunciar:

- (4) O método utilizado é essencialmente comunicativo, mas, em determinado passo da lição, as aquisições gramaticais são organizadas e explicitadas (LIMA et al., 2008, p. III).

No enunciado em (4), o operador argumentativo “mas” reorienta as conclusões do leitor para as lições de gramática, e não para as atividades comunicativas, revelando a inscrição do discurso do *Novo Avenida Brasil* na continuidade do discurso do ensino tradicional de línguas calcado no ensino de gramática.

Do ponto de vista dos processos de objetivação e subjetivação, essa continuidade do discurso do ensino de gramática, tomado como ensino de língua, transforma professor e estudante em objetos desse discurso pedagógico e, a partir do momento que esses indivíduos assumem esse discurso como legítimo e verdadeiro, eles tornam-se sujeitos desse discurso. É por meio desse saber “sobre a língua” (em vez de um “saber a língua”) que se exerce o poder na sala de aula de língua estrangeira, pois detém poder aquele que sabe o que (não) deve ser ensinado numa aula de língua estrangeira. É nesse sentido que Foucault entende o poder como relações de poder, pois não se trata da visão maniqueísta de conceber o poder como a relação entre opressores e oprimidos (não que isso não exista), mas como exercício de micropoderes. Por exemplo, considerando que o discurso do ensino tradicional de línguas é aquele que exerce por meio de seus saberes constituídos poder sobre estudantes e professores. Podemos dizer que é revestido de legitimidade e autoridade o discurso do sujeito estudante (acostumado, digamos assim, com as tradicionais aulas de idiomas) que pode vir a rechaçar o discurso do sujeito professor que tenta desenvolver aulas em um movimento de ruptura com o ensino tradicional, pois, nesse discurso, a imagem que o sujeito estudante constrói da aula é que o professor não está ensinando língua estrangeira.

Afora os enunciados relativos ao que o discurso do livro didático chama de atualizações, especificamente aquelas concernentes ao método, há os enunciados que dizem respeito diretamente aos intervenientes na relação pedagógica: professor, estudante e, como propomos aqui, autor do livro didático, os quais também contribuem para os processos de objetivação e subjetivação:

⁵ Foucault (2008 [1969]) define que uma formação discursiva, que se depreende das regularidades observadas nem um certo número de enunciados, incluído em um sistema de dispersão, nos quais se incluem objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas, “pode ser individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações” (Ibid., p. 76).

- (5) A grande modificação é a nova distribuição do material, levando o aluno do patamar inicial do conhecimento ao final do nível intermediário.
- (6) Para facilitar a utilização do método, resolvemos, além disso, integrar o antigo Livro de Exercícios ao livro-texto.
- (7) Optamos por um método, digamos, comunicativo-estrutural. Assim, levamos o aluno, mediante atividades ligadas a suas experiências pessoais, a envolver-se e a participar diretamente do processo de aprendizagem, enquanto lhe asseguramos a compreensão e o domínio [...] da estrutura da língua.
- (8) Sem dúvida, o objetivo maior do **Novo Avenida Brasil** [...] é levar o aluno a compreender e falar [...]
- (9) O **Novo Avenida Brasil** não se concentra apenas no ensino de intenções de fala e de estruturas [...]

Além desses quatro enunciados, os três últimos parágrafos do texto “Apresentação” também citam diretamente a figura do aluno, entretanto os reservamos para discutir mais adiante a questão da homogeneização do sujeito estudante. Notemos como o autor do livro didático enuncia-se por meio da designação “Novo Avenida Brasil” e da primeira pessoa do plural, especialmente no enunciado em (7): é um sujeito que se imiscui com a obra e, ao mesmo tempo, é uma obra que assume uma condição antropomórfica, uma vez que a obra “ensina” e “leva” o “aluno” a aprender a língua portuguesa.

Esses são, claramente, indícios de substituição do lugar do professor que passa a ser ocupado pelo autor do livro didático, pois, por exemplo, em “enquanto lhe asseguramos a compreensão e o domínio [...] da estrutura da língua”, o sujeito autor do livro didático “assegura” ao “aluno” “a compreensão e o domínio [...] da estrutura da língua”, assumindo o lugar do sujeito professor no processo de ensino e “assegurando” a aprendizagem da língua portuguesa por parte do sujeito “aluno”. Em nenhum momento do texto “Apresentação”, há ocorrência da palavra “professor” ou denominação similar, apagando-se o sujeito professor do processo de ensino de PLE. O sujeito autor do livro didático se constitui como um sujeito responsável pelo processo de ensino-aprendizagem de PLE, enquanto o sujeito “aluno” se constitui como um autodidata.

Passemos, agora, nossa atenção para os exercícios do *Novo Avenida Brasil*, especificamente a enunciados pertencentes à Lição 5, a qual apresenta os temas “casas e apartamentos, imobiliária, decoração, a sala de aula, casas populares”; reúne sob o rótulo “comunicação” os conteúdos “descrever, identificar coisas; expressar contentamento, descontentamento; comparar; localizar” e, sob o rótulo “gramática” os conteúdos “verbos: pretérito perfeito -ar, -er, -ir; comparação: mais, menos, tão, irregulares; preposições de lugar”. É preciso dizer que julgamos relevante o estudo da Lição 5, pois trata de um tema pertinente para o estrangeiro que chega ao Brasil, uma vez que engloba a sua necessidade de procurar um lugar para morar. Ademais, entendemos que esta seria uma ótima oportunidade de o livro didático abordar uma situação comunicativa, a qual se perdeu nos exercícios cognitivos e estruturais.

Recuperando o que dissemos anteriormente sobre os enunciados da “Apresentação” do *Novo Avenida Brasil*, notamos que o discurso desse livro didático constitui-se tanto pela continuidade como pela descontinuidade ao discurso hegemônico da tradição de ensinar e aprender língua estrangeira, uma vez que provoca certa ruptura com o ensino tradicional ao se inscrever no discurso do movimento comunicativista e, ao mesmo tempo, filia-se à tradição ao reafirmar a importância das atividades de compreensão e domínio das estruturas gramaticais da língua portuguesa.

Por sua vez, no que concerne às atividades, podemos dizer que o discurso do *Novo Avenida Brasil* se mantém numa relação de continuidade com o discurso do ensino tradicional, pois os exercícios estruturais (de apreensão da estrutura linguística) e cognitivos (de ativação de redes conceituais) controlam e delimitam os sentidos, embora a proposta didática dê destaque ao método comunicativo (Figura 1) e, desse modo, constituem o “aluno” como executor de exercícios e o professor (embora apagado pelo discurso do livro didático), se presente, seria um mero aplicador do método.

Figura 1. Exercício de estrutura verbal – *Novo Avenida Brasil*

B2 Pretérito perfeito: verbos em -er

1. Leia o diálogo e complete o quadro com as formas do pretérito perfeito.

- Você não gostou do hotel onde ficou?
- Não. De jeito nenhum.
- Como assim?
- Mandeí um e-mail antes, pedindo um quarto de frente para o mar, mas eles não receberam e me reservaram um quarto de fundo.
- Mas você comeu e bebeu bem. A cozinha do hotel é famosa.
- Pelo contrário. Comida péssima.
- Não diga!

2. Pergunte e responda.

Você já vendeu seu apartamento?

Não, ainda não vendi. / Já, já vendi.

Eu	→	_____	beber
Você	→	_____	
Ele/Ela	→	_____	
Nós	→	_____	bebermos
Vocês	→	_____	
Eles/Elas	→	_____	

Você	beber	feijoadá
Ele	comer	caipirinha
Ela	escolher	a pergunta
Nós (já)	escrever	a casa
Vocês	perder	o e-mail
Eles	responder	seu apartamento
Elas	vender	a chave


Fonte: Lima et al. (2008, p. 37)

A relação de continuidade do discurso do *Novo Avenida Brasil* com o discurso do ensino tradicional pode ser, igualmente, observada por meio das atividades relativas ao desenvolvimento da habilidade oral, a qual ocorre por meio da dramatização, em pares, do texto escrito/escutado (Figura 2).

Figura 2. Exercício de dramatização em pares – *Novo Avenida Brasil*

A1 Estou procurando uma casa para alugar

- Bom-dia. Posso ajudá-la?
- Vi o site e gostei de algumas casas. Estou procurando uma para alugar neste bairro.
- De quantos quartos?
- Dois ou três e, se possível, com jardim ou quintal pequeno.
- Aqui não vai ser fácil. Tem outra região de preferência?
- Nos bairros vizinhos, de preferência zona oeste.
- Estas são as fichas dos imóveis para alugar. São novas e não estão ainda no nosso site da internet.
- ...
- Então, já encontrou alguma coisa?
- Encontrei uma casa que parece interessante.
- Quer visitar?




Fonte: Lima et al. (2008, p. 34)

A interação em aula para solução de exercícios de ampliação de vocabulário (Figura 3) também visa desenvolver a oralidade. O “aluno” aparece como reprodutor de diálogos idealizados, de forma alheia às suas necessidades específicas, enquanto o professor – reiteremos, se presente estivesse – seria apenas um aplicador do exercício.

Figura 3. Exercícios de ampliação de vocabulário – *Novo Avenida Brasil*

E Associação de palavras

Trabalhe com seu/sua colega. Escreva em dois minutos o maior número de palavras relacionadas à idéia de:



Família

Casa

Comida

Fonte: Lima et al. (2008, p. 42)

Dessa maneira, entendemos que o discurso do livro didático *Novo Avenida Brasil* propõe que o aprendizado da língua estrangeira ocorre por meio da repetição de exercícios de apreensão das estruturas

linguísticas e de diálogos simulados, ou seja, são saberes e práticas de ensino de PLE (re)produzidos pelo discurso do livro didático que objetivam estudantes e professores, ou seja, transformam-nos em objetos de seu discurso. Em outros termos, a repetição dessa estrutura de exercícios escolares em todas as seis Lições do *Novo Avenida Brasil* integra, fundamentalmente, os processos de objetivação e subjetivação do sujeito “aluno” de um discurso pedagógico que naturaliza a seguinte verdade: para aprender língua estrangeira, o “aluno” deve se submeter a exercícios de vocabulário e gramática que limitam os sentidos das palavras e das expressões; verdade esta, construída pelo discurso da pedagogia de línguas, que o próprio sujeito estudante passa a assumir. Nessa verdade naturalizada o que se escamoteia é que não se aprende língua, ma se aprende a resolver exercícios de língua.

No que tange à relação saber-poder, esse discurso pedagógico contribui para a construção de um tipo de saber sobre ensinar e aprender língua estrangeira que disciplinariza professores e estudantes a direcionar esforços para as estruturas formais da língua-alvo por meio de exercícios estruturais. É nesse sentido que esse conjunto de saberes construídos sobre a concepção de ensino de língua estrangeira que constitui, ao mesmo tempo, as relações de poder entre os intervenientes da relação pedagógica.

Outro aspecto importante a ressaltar nessa relação entre saberes e poderes está diretamente ligado à questão da identidade, uma vez que o discurso do livro didático legitima aquilo que todo professor e todo estudante de PLE deve saber ou deveria saber para se reconhecerem como sujeitos específicos da prática pedagógica de língua estrangeira. Em suma, esse reconhecimento é o que responde à pergunta: como eu sei que eu (não) sou um professor ou um estudante de PLE?

Com base nos estudos de Coracini (2007), devemos considerar a dimensão heterogênea dos sujeitos professor e estudante de línguas: tanto as estrangeiras, devido ao contato entre distintas línguas-culturas, como as maternas, graças à variação linguística. Coracini (2007), visando ao estudo do “funcionamento da linguagem na constituição da subjetividade”, preocupa-se em “verificar como sujeitos que falam mais de uma língua – e, por isso mesmo, são atravessados por traços culturais em conflito – se veem e se sentem entre línguas e [...] que posições discursivas ocupam” (Ibid., p. 117).

Pensando na sala de aula de PLE, podemos apontar que estudante e professor são, especificamente, sujeitos constituídos por traços linguístico-culturais concernentes ao Português Brasileiro em conflito com os traços das outras línguas-culturas já faladas tanto pelo professor quanto pelo estudante. Esta é uma condição que é apagada por meio do processo de homogeneização dos sentidos não apenas no discurso do livro didático em foco, como, por exemplo, a construção de imagens estereotipadas de brasileiros, ou seja, uma imagem idealizada do interlocutor do estudante, bem a construção da imagem homogeneizada do estudante de PLE. Acompanhem os três últimos parágrafos do enunciado de “Apresentação”:

[...]. Informações e considerações sobre o Brasil, sua gente e seus costumes permeiam todo o material, estimulando a reflexão intercultural.

[...], ao mesmo tempo em que adquire instrumentos para a comunicação, em português, o aluno encontra, também, elementos que lhe permitem conhecer e compreender o Brasil e os brasileiros.

O **Novo Avenida Brasil** destina-se a estrangeiros de qualquer nacionalidade, adolescentes e adultos, que queiram aprender Português para poderem comunicar-se com os brasileiros e participar de sua vida cotidiana (LIMA et al., 2008, p. III).

O discurso do *Novo Avenida Brasil* homogeneiza as imagens de professor e de estudante (e a dos brasileiros também), constituindo-os como objetos de discurso, e naturaliza os sentidos sobre o que é ser professor e o que é ser estudante de PLE (e não de outra língua). Essa homogeneização e naturalização dos sentidos é que constituem o discurso do livro didático como um discurso de verdade, o qual, ao circular nas práticas pedagógicas, impõe coerções sobre os modos de ser professor e estudante na sala de aula, o que nos leva a enfatizar a necessidade de discutir como a heterogeneidade identitária presente na relação pedagógica professor/estudante e estudante/estudante pode ser afetada e/ou apagada por meio dos efeitos de homogeneização dos sujeitos construídos pelo discurso do livro didático.

4 Considerações finais

A fim de refletir acerca das possíveis consequências da presença do livro didático na aula de língua, especialmente na aula de português para estrangeiros, na relação pedagógica professor-estudante, podemos concluir que a tônica deste trabalho foi considerar a assimetria entre saberes e poderes que constituem os processos de objetivação e subjetivação do professor e do estudante como uma das características da relação pedagógica, característica esta que se mantém quando, na ordem do simbólico, passamos a tomar o autor do livro didático como um terceiro interveniente na situação pedagógica em sala de aula que disputa com o professor (e até o suplanta) o estatuto do sujeito detentor do saber-poder, já que se constitui como o sujeito que seleciona e organiza os conteúdos de ensino.

No discurso do livro didático *Novo Avenida Brasil*, o autor se constitui como o sujeito que detém o saber sobre a língua portuguesa do Brasil, sobre o Brasil e os costumes dos brasileiros e sobre seu método de ensino, exercendo o poder de eleger e organizar os conteúdos de ensino, bem como estabelecer o seu método de ensino-aprendizagem. Assim, cabe ao professor a ocupar o lugar do sujeito que se submete ao saber-poder do livro didático, para aplicar e inculcar nos estudantes o conjunto de saberes sobre PLE construídos como discurso de verdade. O estudante, por sua vez, constitui-se como o sujeito que também se submete ao saber-poder do material didático, mas, no seu caso, para demonstrar nos exames que se apropriou do conjunto de saberes sobre língua-alvo “ensinados” pelo livro didático. E, dessa maneira, conseqüentemente, o sujeito estudante do discurso do livro didático não se identifica com o discurso de métodos de ensino que rompem com a tradição de ensinar língua estrangeira, gerando aí os conhecidos bloqueios de aprendizagem.

Além dessa dominação sobre os saberes, nosso estudo também permite dizer que, no contexto de ensino de língua estrangeira, o estudante está sob o domínio quase incondicional do saber-poder do professor, pois o estudante deposita no professor a mesma confiança que se deposita em um guia que nos mostrará os caminhos na nova terra desconhecida a ser desbravada. No caso do *Novo Avenida Brasil*, vimos que o autor do livro didático de português para estrangeiros toma o lugar do professor, passando, então, ocupar esse lugar de prestígio e de confiança depositada pelo estudante estrangeiro, em seu país de origem ou já residente no Brasil.

Tendo isso em vista, podemos nos perguntar: como é possível ser autor de material didático nas malhas do poder? No mercado editorial de materiais didáticos, a relação saber-poder também se impõe ao autor do livro didático e, no caso do PLE, podemos destacar coerções das mais distintas ordens, tais como as relacionadas à tradição de ensino de língua estrangeira, às correntes teóricas em voga, aos documentos oficiais, aos exames de certificação de proficiência, aos próprios interesses produtivos do mercado editorial etc.

No ensino de línguas, o domínio da gramática e aquisição de vocabulário ainda são os saberes legitimados, e é a disciplinarização de um saber que legitima o que deve ser e o que pode ser dito sobre a linguagem. Nesse contexto, quem exerce o poder é o indivíduo que se assume como sujeito detentor do direito de dizer o que é a língua e, portanto, legitimar modos de dizer, de ser e de se comportar na sociedade. Esse sujeito pode tanto ser o professor ou o autor do livro didático como o próprio estudante de língua estrangeira. Do ponto de vista foucaultiano, qualquer sujeito pode exercer poder, desde que, diante da instituição, assuma e produza discursos autorizados (e que, ao mesmo tempo, autorizam) pelos saberes, construindo suas verdades enquanto discursos objetos de poder.

Enfim, queremos concluir dizendo que nosso discurso não segue na direção de defender o fim do livro didático na sala de aula, mas é preciso que autores de coleções didáticas, centros de ensino de idiomas, professores de língua estrangeira passem a refletir criticamente acerca dos modos de presença do sujeito-autor de material didático, da autonomia do professor como responsável pelo ensino de língua, bem como da autonomia do estudante em seu processo de aprendizagem.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de; PIRIS, Eduardo Lopes. Tradição e dispositivo de ensino de língua estrangeira: uma discussão em torno do livro didático de PLE. In: SÁ, Rubens Lacerda de; GUEDES, Sônia Margarida Ribeiro (Org.). **Português Para Falantes de Outras Línguas: Materiais didáticos, formação de professores e ensino de gramática**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CORACINI, Maria José. O espaço híbrido da SUBJETIVIDADE: o (bem) estar/ser entre línguas. In: CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**. Campinas: Mercado de Letras, 2007a. p. 117-134.
- DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; STRADIOTTI, Lúcia Mantovani; SCARAMUCCI, Matilde V. R. Uma análise de livros didáticos de português para estrangeiros. In: DIAS, Reinildes; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia. **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 265-304.
- ERICKSON, Frederick. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: WITTROCK, Merlin C. (Org.). **La investigación de la enseñanza, II: métodos cualitativos y de observación**. Barcelona: Ed. Paidós, 1986. p. 195-301.
- ESTRELA, Maria Teresa. **Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na Aula**. Porto: Porto Editora, 1994.
- FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? [1969]. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; III). p. 264-298.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972 [1969].
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2003 [1971].
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1975-1976].
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. [1982]. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2.ed., Revisão da tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 [1968].
- GRIGOLETTO, Marisa. Um saber sobre os sujeitos: práticas de subjetivação no discurso político-educacional sobre língua estrangeira. **Anais do Seminário Internacional Michel Foucault: Perspectivas**. Florianópolis. Publicado em CD-Rom, 2004, p. 453-459.
- GRIGOLETTO, Marisa. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, Maria José (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 2011 [1999]. p. 67-77.
- HÉBRARD, Jean. Os livros escolares da Bibliothèque Bleue: arcaísmo ou modernidade? **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, jul./dez. 2002.
- MORGADO, José. **A relação pedagógica: diferenciação e inclusão**. Editorial Presença: Lisboa, 1997.
- MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação do professor são incompatíveis? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1, 2001, Brasília. **Simpósios [do] Congresso**

Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores. Marilda Almeida Marfan (Organizadora). Brasília: MEC; SEF, 2002, p. 89-94.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005 [2002].

ROJO, Roxane. Materiais didáticos no ensino de línguas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente:** Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 163-195.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem:** discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 159-179.

SOARES, Magda. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar:** espaços e percursos de leitura. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001. p. 31-76.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002. p. 155-177.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 2. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Fontes

LIMA, Emma Eberlein Lima; ROHRMANN, Lutz; ISHIHARA, Tokiko; IUNES, Samira Abirad; BERGWELER, Cristián González. **Novo Avenida Brasil, 1:** curso básico de português para estrangeiros: livro texto + livro de exercícios. São Paulo: E.P.U., 2008.

Anexos

Anexo I – Apresentação do livro didático *Novo Avenida Brasil*

Apresentação

A presente edição é uma versão atualizada do método **Avenida Brasil - Curso básico de Português para estrangeiros**.

As grandes modificações que o mundo viveu ao longo dos anos desde a primeira publicação de **Avenida Brasil**, bem como as alterações que o cenário dos estudos linguísticos sofreu, levaram-nos a repensar e a reorganizar a obra. A grande modificação é a nova distribuição do material, levando o aluno do patamar inicial de conhecimento ao final do nível intermediário.

Para colocar nosso material mais próximo das diretrizes do Quadro Europeu Comum de Referência (Common European Framework of Reference for Languages), decidimos reparti-lo em 3 níveis, correspondentes a A1 (Volume 1), A2 (Volume 2) e B1+ (Volume 3).

Para facilitar a utilização do método, resolvemos, além disso, integrar o antigo Livro de Exercícios ao livro-texto. Assim, a primeira parte de cada um dos três livros deve ser trabalhada em aula. Na segunda parte do volume, o aluno terá exercícios numerosos e muito variados, correspondentes, cada um deles, a cada uma das lições da primeira parte.

Outra alteração introduzida no método foi a racionalização da sequência verbal de modo a suavizar a passagem do Modo Indicativo para o Modo Subjuntivo. Com essa mesma intenção, também as atividades e os exercícios relativos a esses itens sofreram modificações.

O método utilizado é essencialmente comunicativo, mas, em determinado passo da lição, as aquisições gramaticais são organizadas e explicitadas.

Optamos por um método, digamos, comunicativo-estrutural. Assim, levamos o aluno, mediante atividades ligadas a suas experiências pessoais, a envolver-se e a participar diretamente do processo de aprendizagem, enquanto lhe asseguramos a compreensão e o domínio, tão necessários ao aluno adulto, da estrutura da língua.

Sem dúvida, o objetivo maior do **Novo Avenida Brasil**, agora em três volumes, é levar o aluno a compreender e falar. Entretanto, por meio da seção **Exercícios** (segunda parte de cada um dos 3 volumes), sua competência escrita é igualmente desenvolvida.

O **Novo Avenida Brasil** não se concentra apenas no ensino de intenções de fala e de estruturas. Ele vai muito além. Informações e considerações sobre o Brasil, sua gente e seus costumes permeiam todo o material, estimulando a reflexão intercultural.

Desse modo, ao mesmo tempo em que adquire instrumentos para a comunicação, em português, o aluno encontra, também, elementos que lhe permitem conhecer e compreender o Brasil e os brasileiros.

O **Novo Avenida Brasil** destina-se a estrangeiros de qualquer nacionalidade, adolescentes e adultos, que queiram aprender Português para poderem comunicar-se com os brasileiros e participar de sua vida cotidiana.

Os autores

Fonte: Lima et al. (2008, p. III).

Bela, recatada e do I/bar: o imaginário da mulher na contemporaneidade

Elaine Pereira DARÓZ (UFF)

lainedaroz@gmail.com

Ceres CARNEIRO (UFF)

cerescarneiro@gmail.com

Resumo: Nosso trabalho de investigação se realiza tendo como aporte teórico-metodológico a Análise de discurso de linha francesa, objetivando uma análise dos efeitos de sentidos do enunciado “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”, título de uma entrevista dada à revista *Veja* pela então pretensa primeira-dama do Brasil, que circulou amplamente, em abril de 2016. A matéria causou um sem número de reações de brasileiro(a)s, derivando sentidos que se materializaram em postagens de internautas nas redes sociais. Considerando que os sentidos se regularizam na formação social por um embate que se estabelece na e pela língua, entendemos que tais discursividades nos têm muito a dizer sobre o imaginário da mulher no discurso político na/em nossa formação social. Apresentaremos, a partir de um gesto de interpretação, uma análise discursiva dos dizeres em circulação na mídia, levando em consideração as repetições e/ou deslizamentos destes sentidos nos dizeres outros dispostos nas redes sociais a partir das condições sócio-histórico-ideológicas em que estas discursividades foram produzidas em suas posições-sujeito por vezes distintas. Neste gesto, buscamos uma desnaturalização de sentidos sobre a mulher no discurso político, relativamente estabilizados no discurso midiático.

Palavras-chave: Análise de discurso; Mulher; Imaginário; Mídia.

Abstract: Our research work is carried out having as a theoretical-methodological contribution the Analysis Discours French line, aiming at an analysis of the effects of the senses of the statement "Marcela Temer: bela, recatada e do lar", title of an interview given to *Veja* magazine by her, considered the future first-lady of Brazil. This interview was largely circulated in April 2016, provoking a number of the reactions among Brazilians, which effects of senses were materialized in posting on social media on internet. We realize that such discourses have much to say to us about the imaginary of woman position inside the political discourse in the Brazilian social formation. Then, we presented in this paper some analysis of speeches in circulation on media taking into repetitions and/or slides of senses presented inside theses discourses arranged in the social networks from the different socio-historical and ideological conditions in which these discursivities were produced in their different subject positions. We propose a better understanding of the place of media in the regularization of senses regularized concerned with the imaginary of the place of woman inside the political discourse, established in the media discourse.

Keywords: Analysis discourse; Woman; Imaginary; Media.

1 Para começar...

Inúmeras discursividades sobre a posição da mulher são postas em circulação, conferindo-lhe um lugar pré-determinado na formação social. Tais discursos nos remetem frequentemente a um imaginário sobre a mulher, que sob uma aparente evidência, silenciam sentidos outros possíveis sobre e para a mulher na contemporaneidade.

A partir dos estudos de Pêcheux empreendidos no estabelecimento da Análise de Discurso como disciplina ([1969]1997, 1999, [1975] 2010) compreendemos que os discursos, concebidos como “efeitos de sentidos” (PÊCHEUX, 1969), se movimentam numa arena tensa, com vistas à relativa estabilização de determinados sentidos com vistas à sua regularização. A partir de uma rede de filiações ideológicas, a mídia não se furta ao embate de forças e atua na luta pela regularização de determinados sentidos, e não outros, a fim de estabelecer uma memória sobre a mulher na atualidade.

Neste trabalho, tomamos como aporte teórico-analítico a Análise de Discurso de linha francesa, objetivando uma análise dos efeitos de sentidos do enunciado “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”, título de uma entrevista dada à revista *Veja* pela então pretensa primeira-dama do Brasil, que circulou amplamente, em abril de 2016. Ao tomá-lo como objeto do nosso estudo, temos atenção aos modos como tais sentidos se constituem, uma vez que tal enunciado emerge em meio ao período político conturbado no país.

Ao supor a presidência interina de Michel Temer, em uma edição extra (nº 2.474), de abril de 2016, sobre a votação do *impeachment* da, então, Presidenta do Brasil Dilma Rousseff, ocorrida na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* publicou um artigo sobre quem seria a futura primeira-dama do país. O título da matéria “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” causou um sem-número de reações de brasileiros e brasileiras.

Dentre outros atributos, a beleza é frequentemente associada a um suposto poder de sedução da mulher ao sexo oposto, remetendo-nos a sentidos relativamente estabilizados sobre a posição da mulher na nossa formação social. Considerando que os sentidos se regularizam a partir de relações de poder que se estabelecem na e pela língua, analisaremos, buscamos compreender o funcionamento discursivo pelo qual esses sentidos se regularizam em nossa formação social, tomando como referencial teórico-metodológico a análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, em seus desdobramentos no Brasil. É sobre essa teoria em sua especificidade que discorreremos a seguir, apresentando o dispositivo que mobilizamos em nosso gesto de análise.

Alguns discursos outros advindos deste enunciado, e postos em circulação no ambiente virtual a partir de *memes* de *Facebook*. Entendemos que tais discursividades nos têm muito a dizer sobre o imaginário de mulher (a ser regularizado) no discurso político em nossa formação social, proporcionando-nos uma

melhor compreensão do lugar da mídia na regularização dos sentidos acerca da mulher na formação social. Buscamos compreender tais efeitos, analisando discursivamente algumas postagens de internautas divulgadas em redes sociais, logo, extraídas de materialidades significantes distintas e que derivaram sentidos outros, em circulação na mídia eletrônica, a despeito da sequência “bela, recata e do lar”.

Neste gesto de interpretação, levamos em consideração as repetições e/ou deslizamentos destes sentidos nos dizeres outros dispostos nas redes sociais, tendo em vista os diferentes espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2007) em que estas discursividades foram produzidas. Para tanto, trabalhamos na confluência entre a materialidade linguística, intrinsecamente passível de jogo, e a materialidade discursiva, inscrita numa rede de filiações histórica e ideologicamente marcadas.

Começamos nossa análise pelo título (e subtítulo) do artigo que deu origem ao nosso estudo: **“BELA, RECADA E ‘DO LAR’”: A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice.”**

Figura 1.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

Não podemos deixar de mencionar, primeiramente, o uso da palavra “quase” para definir quem é Marcela Temer: esposa do “quase” futuro presidente do Brasil. Assim, a Revista antecipou o acontecimento do *impeachment* da, então, presidenta Dilma Rousseff.

Chama-nos atenção, ainda, que os atributos da então possível futura primeira-dama se somam aos apelidos íntimos que se marcam, “MAR” de Marcela, do “MI”, e aos “jantares românticos” cuidadosamente descritos na reportagem para a vida do casal, trazendo-nos à memória de uma união bem-sucedida e, portanto, permanentemente feliz.

A exposição da relação conjugal entre o casal Michel e Marcela Temer nos remete aos estudos de Badiou & Truong (2013). Para os autores, a beleza é também um caminho para se alcançar o amor. “No estágio estético, a experiência do amor é a da sedução e da repetição” (BADIOU & TRUONG, 2013, p. 16), o que proporcionará o encontro do corpo feminino como o masculino. A beleza facilita o amor e à carreira, imprescindíveis para se atingir a felicidade. Para melhor compreendermos os efeitos de sentidos que circulam na *Veja* sobre o imaginário de mulher na atualidade, tomamos em consideração a noção de condições de produção do discurso.

A compreensão das condições de produção do discurso é um dos pressupostos fundamentais da Análise de Discurso. De acordo Pêcheux (1990, p.77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, compreendidas tanto em sentido restrito, condizente com as circunstâncias da enunciação, quanto em consideração às condições sociais, históricas e ideológicas na produção do dizer. Localizadas no entrelaçamento entre língua/história/ideologia, as condições de produção caracterizam não só a relação entre o processo discursivo e os discursos prévios, numa relação intrínseca entre a materialidade histórica, formada pelas relações dos sujeitos discursivos em uma determinada formação social, nas quais formulam os dizeres na ilusão constitutiva de serem “seus”, mas também uma materialidade simbólica, constitutiva da língua. Advindos dessa relação estão as representações, os mecanismos de projeção e as formações imaginárias inerentes a todo processo discursivo, condizentes com os lugares/posições que os sujeitos ocupam na formação social.

Discursivamente, consideramos que a imagem que a revista formou e forma não apenas sobre a política brasileira, mas também sobre a mulher se evidenciou nesse e em outros tantos textos formulados e publicados anteriormente. O enaltecimento da beleza da mulher calcado em seus atributos físicos se ancora no já-dito regularizado acerca da mulher frágil e submissa, imaginariamente dependente do casamento, assim como da manutenção da estrutura familiar, como a única via possível para a obtenção da felicidade em seu estado imaginariamente pleno, promovendo silenciamentos acerca das diversas e, muitas vezes distintas, posições que a mulher ocupa na formação social na atualidade.

Dela-Silva & Lunkes (2014), a partir de seus estudos sobre o imaginário da mulher divorciada construído pela Revista *Veja*, é o de que a mulher “descasada” é “solitária”, “sofredora” e “fracassada”. Corroboram, assim, a formação da imagem de um feminino romântico, inoperante e frágil. A felicidade e a plenitude só podem ser atingidas a partir do casamento. A antítese entre a mulher casada e descasada fica, assim, evidenciada: Marcela Temer é casada, feliz e bem-sucedida; Dilma Rousseff é descasada, solitária, sofredora e fracassada.

A mulher [...] precisa de amor, [...] não aceita viver sem este afeto, A imagem da mulher constitui-se, assim, na alternância entre o desejo de aceitação social e a busca pelo amor do outro, o que não deixa, igualmente, de implicar a aceitação social (2014, p. 147).

As qualificações que *Veja* imputa a Marcela, inspiradas na descrição que a irmã faz dela, se referem, em parte, as suas atribuições de mulher (esposa, mãe e do lar), em parte, as suas características físicas e comportamentais (bela, jovem, sonhadora e recatada). Há uma recuperação de algumas características femininas que foram tidas como padrão, por séculos, em múltiplas sociedades ocidentais. Dizeres anteriores sobre o ideal de mulher foram recuperados, pois a memória, segundo Pêcheux (1999, p. 56), é “um espaço móvel [...] de deslocamentos, de retomadas, de desdobramentos, [...] de réplicas, de polêmicas.” A mulher era criada, como disse Woolf (1996), para ser compassiva; encantadora; abnegada; executar, com primor, as tarefas domésticas e se sacrificar, diariamente, em prol da família, deveria ser, portanto, BELA, RECATADA e do LAR.

Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). [...] Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”.¹

Ao tomar a beleza como primeiro e primordial atributo à mulher, a revista nos coloca em seu contraponto a feiúra. Em contrapartida à beleza, a feiúra é a miséria da carne, marca dos pobres, dos plebeus. O belo é o perfeito, o desejável, escudo e antítese do feio, algo imperfeito, disforme, a ser evitado. (TIBURI, 2004). Mulheres tidas como feias foram (e são) alvo de deboches e apelidos pejorativos, dignas de piedade. A feiura era um azar, uma deformidade, algo a ser remediado, “consertado”. “A fealdade é um tóxico como sulfato de cobre” (Berilo Neves *apud* SANT’ANNA, 2014, p. 75). Mas poderia ser “adocicada” pela beleza da alma, cabia a feia buscar compensações: honestidade, retidão e dedicação aos afazeres domésticos, por exemplo. No caso de uma velada comparação com a então presidente da República, a suposta feiúra é-lhe agravada por discursos acerca de sua posição frequentemente significados como ríspida, remetendo-nos aos sentidos de uma mulher feia e má e, portanto, infeliz e indigna de ocupar um lugar de representatividade no país, supostamente destinado a homens.

Compreendemos que esses sentidos sobre a pretensa primeira-dama direcionam os sentidos para a representação de mulher na atualidade, intrinsecamente relacionada à posição que ela deve ocupar na formação social.

Em uma desnaturalização da relação direta entre representação e imagem, segundo Dela-Silva (2015, p.4), a representação é resultante de um processo de estabilização de imagens, trabalho da ideologia, que produz em uma formação social o efeito de naturalização dos sentidos, enquanto

a imagem, produto de uma relação imaginária do sujeito com o mundo, via linguagem, concorre com outras no processo discursivo [...] a representação tende ao efeito de estabilização de sentidos [...] como resultante de um processo de estabilização de imagens,

¹Fonte: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em 19 Feb 2017.

trabalho da ideologia, que produz em uma formação social o efeito de naturalização dos sentidos.

Pelo viés da repetibilidade, os efeitos de sentidos postos em circulação no discurso da *Veja* visam à regularização dos sentidos acerca do que pode e deve ser dito-lembrado sobre a posição da mulher no seio da formação social com vistas a uma representação de mulher na contemporaneidade, a partir dos mecanismos de antecipação e regras de projeção resultantes do jogo de imagens constitutivo do sujeito para a produção do seu dizer (PÊCHEUX, [1969] 1997).

Na compreensão do sujeito como representação imaginária, de acordo com Pêcheux ([1969]1997) o sujeito se posiciona no discurso, a partir do mecanismo de antecipação, em que estão presentes as relações de força diretamente relacionadas regras de projeção, produzindo imagens de acordo com os lugares sociais do sujeito na produção do discurso. O espaço, para *Veja*, a ser ocupado pela mulher, parece, ainda ser o doméstico, o privado; o espaço, conforme menciona Bourdieu (2014) do vilarejo, da casa, dos utensílios.

As características de Marcela, transmitidas como virtudes, seriam, ou deveriam ser, a do senso comum, definido aqui como “o conjunto das opiniões geralmente admitidas, numa época e num meio dado que rege a vida cotidiana e as relações interpessoais e carrega, implicitamente, a ideia de normalidade, de horizonte regulador” (LAGAZZI, 1988, p. 30). O imaginário construído do feminino por *Veja* colabora, de certa forma, com a construção do imaginário sobre Michel Temer. Primeira-dama ideal/Presidente ideal.

Dela-Silva (2008, 2011, 2015), em seus estudos acerca do lugar da mídia na regularização de sentidos e, em especial, no que concerne ao imaginário de *Veja* sobre a mulher divorciada (2014), afirma que a *Veja*, como um arquivo, “nos apresenta um recorte de acontecimentos alçados à condição de acontecimentos jornalísticos pela revista, a partir de sua posição ideológica de imprensa de referência” (DELA-SILVA, 2014, p.138). Legitimada por uma chancela institucional, a revista traz à cena um imaginário sobre a mulher na contemporaneidade a partir de um efeito de evidência dos sentidos e suposta neutralidade.

O dizer sobre a mulher constitui a imagem, fruto do funcionamento da ideologia, que a Revista *Veja* faz de si própria, da mulher e a projetada para o seu leitor, sustentada por um já-dito sobre a mulher. Em contrapartida ao efeito de obviedade que se marca no discurso da *Veja* sobre a mulher, discursivamente compreendemos que é próprio da (a)língua falhas, equívocos, deslocamentos, deslizamentos, suscitando efeitos de sentidos outros sobre a mulher atual, inscritos social, histórico e ideologicamente por sujeitos, em diferentes condições de produção e posições (DELA-SILVA & LUNKES, 2014).

A tomada de posição do sujeito é, por sua vez, compreendida por Pêcheux ([1975] 2010) a partir das relações que se estabelecem entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal” que, inscrito historicamente, se marca no discurso a partir de discursos transversos e pré-construídos em suas diferentes modalidades.

Discursivamente, o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber, o sujeito universal, possibilitando a fragmentação na relação de identificação do sujeito com a formação discursiva, isto é, entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (PÊCHEUX [1975] 2010). Nessa relação, segundo o autor, a identificação, se realiza a partir de uma superposição do sujeito enunciador e sua forma-sujeito, corroborando os sentidos inscritos no sujeito universal por uma reprodução dos sentidos. Em contrapartida, a desidentificação se marca por uma ruptura dos saberes/sentidos expressos no sujeito universal, derivando uma nova forma-sujeito. A contraidentificação, por sua vez, se dá por meio do confronto de determinados saberes, promovendo deslizamentos/deslocamentos para sentidos outros possíveis de acordo com diferentes posições.

As redes sociais trouxeram dizeres que demonstram uma contraidentificação com a mulher ideal e exemplar descrita por *Veja*, abrindo possibilidades de o sujeito resistir e/ou deslocar, no/e pelo jogo da língua, sentidos ali inscritos ideologicamente e, com isso, levar “para o interior da formação discursiva o discurso-outro, a alteridade” (SILVA, 2015, p. 8), instaurando nela uma nova posição-sujeito e uma heterogeneidade. Afinal, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de torna-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.” (PÊCHEUX [1975]2010, p. 53). A mulher ideal e exemplar apresentada por *Veja* não é a mesma dos leitores que produziram os *memes* aqui analisados.

Nas primeiras duas imagens apresentadas nesse artigo, pudemos perceber uma contraidentificação como sendo o espaço doméstico, do LAR, o reservado à mulher. Nos *memes* elas ocupam o espaço, marcadamente, do masculino: o público. Ela é do LAB, do BAR. A mulher trabalha fora, tem um salário; sai para beber e conversar, é desbocada. O bar tem um funcionamento similar ao da “ágora”, na Grécia antiga, onde os homens participavam dos debates, tomavam, assim, publicamente a palavra. Ao substituir ‘lar’ por ‘bar’, ou por ‘lab’, e ‘recatada’ por ‘desbocada’ há um deslocamento de sentidos.

Figura 2



Fonte: robertacarrilho-

div.blogspot.com.br/2016/04/belarecatadadolar-uma-ova-by-roberta.html

Figura 3



Fonte:

twitter.com/artes_depressao/status/722828794705281024

Nas duas imagens seguintes, a contraidentificação se refere ao comportamento de Marcela Temer. Por meio das fotos, o recatamento atribuído (e elogiado) à, então, “quase” primeira-dama é antagonizado, ironizado. As imagens das mulheres estão desassociadas à frase migrada da matéria em questão: “bela, recatada e ‘do lar’”. A pose da empregada doméstica (ou do lar) nos remete a uma mulher desavergonhada, voluptuosa, devassa... A imagem da mulher armada, a uma mulher desmesurada, temerária, audaciosa... Em ambos os *memes*, as características das mulheres não representam, absolutamente, pessoas recatadas.

Os *memes* e a Revista não falam, portanto, da mesma mulher, falam de diferentes lugares. Não tratamos aqui de uma idealização/representação de mulher na e para uma formação social, mas de deslocamentos promovidos por diferentes posições-sujeito que, ao enunciarem, fazem emergir sentidos outros possíveis para a mulher contemporânea.

Figura 4



Fonte:

madbitchesblog.wordpress.com/2016/05/11/bela-desbocada-e-do-bar/

Figura 5



Fonte:

revistaglamour.globo.com/Celebridades/Hot-news/noticia/2016/04/geisy-arruda-posta-meme-e-reforca-campanha-bela-recatada-e-do-lar.html

Enquanto as imagens anteriores enalteceram a imagem da mulher independente, que frequenta a rua, destemida, nas próximas imagens, retomou-se à construção da mulher bela, jovem e ambiciosa que casa com um homem mais velho e bem-sucedido para ascender socialmente, da mulher “golpista”, interesseira, dependente. O próprio casal Temer é trazido como exemplo, de forma a desfazer a imagem de casal harmonioso e exemplar exibido no artigo de *Veja*. Os pontos de interrogação após “bela”, “recatada” e “do lar”, palavras expostas triangularmente, criticam não só da primeira-dama como a de outras mulheres jovens e belas que casam com homens ricos e bem mais velhos, ratificado pelo *meme* com a imagem do casal Cunha, em que a locução “do lar”, é substituída por “dólar”.

Um já-dito sobre mulheres que dependem do marido “para se dar bem”, e sobre homens vaidosos que trocam as primeiras esposas por outras bem mais novas foi recuperado. Conforme nos traz Magalhães (2011), a força de trabalho da mulher foi por séculos e séculos produzida e reproduzida no espaço doméstico. O patriarcado prevê a família como o “núcleo primeiro de reprodução da moral e das normas (ideologias) sociais” (MAGALHÃES, 2011, p. 69). O casamento, assim como a manutenção da estrutura familiar, não foi só o apogeu da realização feminina, mas o caminho único para garantir a sua ascensão social.

Figura 6



Fonte:

[google.com.br/search?q=bela+recatada+e+dólar+memes](https://www.google.com.br/search?q=bela+recatada+e+dólar+memes)

Figura 7



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/QvEw1jnfcc/maxresdefault.jpg>

Em consideração ao questionamento da transparência da linguagem e evidências dos sentidos, um dos pilares da Análise de Discurso, compreendemos que os discursos são constitutivamente contraditórios, uma vez que se estabelecem pela modalidade de divisão (PÊCHEUX, 2000). Embora as nossas análises dos *memes*, até aqui apresentadas nas figuras 2 a 7, se marcam pela presença da contraidentificação aos sentidos propostos pela *Veja*, “Bela, recatada e do lar”, observamos que ela não se dá por completo, uma vez que em todos os deslocamentos produzidos pelos *memes* em destaque, o sentido de Bela não desliza, ainda que questionado em determinado momento na figura do próprio casal Marcela e Michel Temer, expresso na Figura 7.

Em janeiro de 2017, a revista *Veja* (edição nº 2511) trouxe estampado na capa o rosto, da agora, primeira-dama, acompanhado da manchete “**Marcela Temer a aposta do governo**”. Ao ler a matéria, nos detivemos ao seguinte fragmento:

Os cuidados tiveram efeito contrário. Em praticamente todos os eventos aos quais compareceu, Marcela chamou atenção, despertou curiosidade e, mesmo sem pronunciar uma palavra, produziu o que os marqueteiros chamam de “uma agenda positiva”. Os assessores do presidente Temer decodificaram esses sinais. Perceberam que a ressurreição

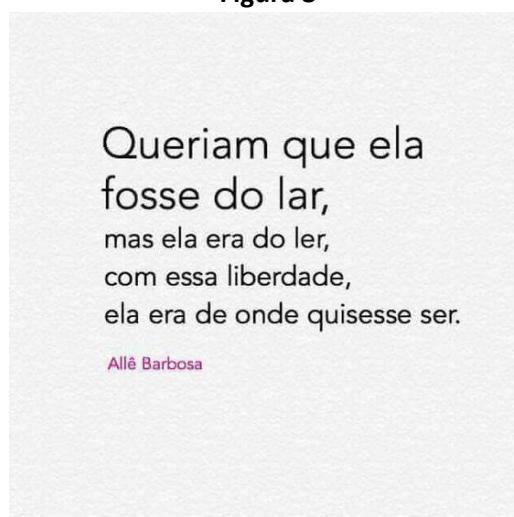
da figura da primeira-dama pode ajudar a melhorar a imagem do governo, e agora querem alçá-la ao papel de protagonista.²

A revista apresentou depoimentos de assessores e “marqueteiros” que “apostam” ser a imagem da “Bela” uma cartada necessária para melhorar a imagem do impopular Presidente. Os mesmos dizeres sobre o que seriam as “qualidades” de Marcela, apontadas em abril de 2016, continuam ressoando. A beleza, a retidão e silêncio de Marcela são enaltecidos e tratados decisivos na construção de uma nova imagem do governo. “Michel Temer é um homem de sorte”: assim é encerrado o artigo.

Tal fato nos faz pensar, ainda, sobre um ideal de beleza, para a mulher, regularizado em nossa formação social, muitas vezes associado ao binômio sucesso/felicidade, e seu contraponto, fracasso/infelicidade. Tais sentidos se marcam, inclusive, nos questionamentos à imagem da então presidente Dilma Rousseff, frequentemente exposta a críticas nas redes sociais por seu modo peculiar de se vestir e se portar frente aos seus pares e imprensa³.

Em um gesto de desnaturalização dos sentidos até aqui apresentados, a última imagem, por nós analisada, foi escolhida para encerrar nossa análise não só porque recupera o saber de que a leitura é libertadora, mas também por apresentar uma possibilidade de as mulheres desconstruírem imagens e dizeres cristalizados sobre a posição-sujeito de submissa, frágil, inferior, doméstica, dependente que corroboram os pressupostos ideológicos ainda dominantes e hegemônicos da família feliz, patriarcal, nuclear, e exemplar, definidos por Ariés (1978). A mulher intervém no seu “querer” e não apenas reproduz querereres pré-construídos, regularizados e admitidos. As fronteiras das formações discursivas são rompíveis e imagens outras sobre/da mulher, ainda que dentro de um mesmo contexto sócio-histórico podem ser (e são) constituídas.

Figura 8



Fonte: br.pinterest.com/pin/393431717430648365/

²<http://veja.abril.com.br/edicoes/2511/>

³Embora esta temática não seja o objeto de estudo em nosso presente trabalho, consideramos relevante apontar esses sentidos até aqui encobertos, oportunizando possibilidades para novas pesquisas em andamento.

2 Considerações finais

Em contrapartida a essa ilusão de evidência dos sentidos, discursivamente compreendemos que inerente às palavras, às histórias da palavra, às memórias dos fatos e dos dizeres, há uma plurivocidade de sentidos que deslizam numa cadeia de significantes ao encontro do sujeito banhado de linguagem, clamando por significar. Indissociável do caráter ideológico no e pelo qual os sentidos se regularizam na formação social, compreendemos que a (re)produção desses sentidos acerca da posição da mulher na atualidade funciona de modo a (re)afirmar o que pode e deve ser dito e lembrado a esse respeito, em nossa formação social.

Sob o efeito de evidência dos sentidos e transparência da língua(gem), os sentidos que circulam na revista *Veja* funcionam como arquivo de uma memória acerca da mulher atual a ser regularizada em nossa formação social. Na relação intrínseca entre memória-esquecimento, na e pela qual os sentidos se fixam na formação social, de acordo com Romão (2011), o arquivo “funciona como montagem de memória que a partir de diferentes materialidades que, por um efeito de inteireza, passa a conferir-lhes, pela interpelação ideológica, uma ilusão de evidência dos sentidos. A memória de arquivo regula o que deve ser dito e o que deve ser lembrado, cujos sentidos reverberados nos discursos em questão ancoram-se no irrepetível da língua, uma vez que se inscrevem em distintas posições dos sujeitos no discurso, diretamente relacionadas às imagens dos sujeitos e seus lugares sociais, a partir de condições de produção específicas.

Os diferentes espaços de enunciação em que as discursividades foram postas em circulação nos têm muito a dizer acerca desses sentidos relativamente estabilizados sobre a posição da mulher na atualidade.

A formação imaginária que *Veja* constitui para a mulher diz do imaginário que a revista faz dessa mulher: a imagem, antecipada do ideal de mulher que *Veja* projeta/espera em seu leitor. Efeitos são produzidos e sentidos naturalizados quando tais dizeres retomaram já-ditos sobre as mulheres relacionados à hierarquia (dominação/submissão) entre os gêneros. A Revista repete aos sujeitos-mulher (leitoras) que Marcela Temer é o sujeito-mulher exemplar. *Veja*, dessa forma, atualiza sentidos sobre a mulher “correntes em nossa formação social” (DELA-SILVA & LUNKES, 2015, p. 01).

Por outro viés, a partir da regularização dos sentidos postos em circulação nas redes sociais a partir dos *memes* nos possibilitam pensar que a contraidentificação dos leitores evidenciada por esses efeitos de sentidos (em circulação não apenas nos *memes* do *Facebook* como em outros tantos divulgados na internet) indica, pois, o surgimento de uma nova posição-sujeito dentro da formação discursiva. Ainda que *Veja* faça circular saberes sobre o ideal de mulher a casada, doméstica, recatada, silenciada, bela, o “bibelô”, houve pontos de resistência que desestabilizaram sentidos homogeneizados, trazendo outro ideal de mulher: não-casada, independente, destemida, sensual, extrovertida.

O conceito de belo, como qualquer outro, foi construído culturalmente, portanto os discursos sobre a beleza feminina estão atrelados as suas condições de produção e, como tal, refletem as relações de gênero e as posições de cada um deles em seus diferentes contextos históricos. Entretanto, a imagem do rosto e do corpo ideais é “constituída, ditada por regras e padrões exteriores ao sujeito mulher (e ao mesmo tempo constitutivos destes), e convencionados socialmente.” (REBELO, 2017, p. 68). As regularidades sobre os sentidos para Bela, que insistem e retornam nas discursividades que circulam nas redes sociais, nos apontam não apenas para silenciamentos sobre o imaginário de mulher na contemporaneidade, de que o seu lugar na formação social está diretamente relacionado à beleza como o seu atributo “primordial”, frequentemente associado ao sucesso, seja pessoal como no caso de Marcela Temer, seja profissional face ao seu contraponto, a então presidente Dilma Rousseff, discursivizada como uma mulher de poucos amigos e gosto duvidoso no que diz respeito à apresentação pessoal. Quer pela presença quer pela sua ausência, a beleza é assim discursivizada como condição para o estabelecimento das relações sociais em seus diferentes níveis.

Por esse viés, compreendemos que a mídia atua não apenas como vetor de circulação de dizeres aparentemente dispersos, mas se constitui como um lugar de produção de subjetividades (DELA-SILVA, 2015), na medida em que atua como elemento norteador na formação social, interpelando os sujeitos, na e pela lingua(gem), a partir da instauração de demandas a fim de satisfazer às necessidades das formações ideológicas vigentes com vistas à manutenção/sustentação do poder.

Esperamos ter ampliado a compreensão do lugar da mídia na regularização dos sentidos na formação social, a partir de uma desnaturalização de sentidos sobre a mulher no discurso político, relativamente estabilizados no discurso midiático, em detrimento de sentidos outros, por vezes, silenciados. As descrições feitas por nós, claro, continuam abertas para outros gestos de interpretação.

Referências bibliográficas

- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.
- BADIOU, Alan; TRUONG, Nicolas. **Elogio ao amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- DELA-SILVA, Silmara; LUNKES, Fernanda Luzia. E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, 2014, p. 135-148.
- DELA-SILVA, Silmara. **Sobre a mídia e os seus arquivos: o sujeito mulher como acontecimento jornalístico**. 2015. Disponível em: anaisdosead.com.br/7SEAD/SIMPOSIO03/SilmaraDelaSilva.pdf.
- GUIMARÃES, Eduardo. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.
- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- MAGALHÃES, Belmira. **Contradição Social e Representação do Feminino**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- MARIANI, B. C. S. Sujeitos e discursos contemporâneos. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITIMMAN, Solange. (Orgs). **O discurso na contemporaneidade: Materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009.
- MOTA, Maria Dolores de Brito. **De Vênus a Kate Moss: reflexões sobre corpo, beleza e relações de gênero**. Disponível em fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A009.pdf
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2010 [1975].
- PÊCHEUX, Michel. **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Trad. Brasileira de GREGOLIN, M.R. Campinas: Unicamp/Mimeo, 2000.
- REVISTA VEJA. **Marcella Temer: bela, recatada e do lar**. 2017. Disponível em <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em 19 fev 2017.
- REBELO, Ana Cecília Trindade. **Mulher de Nova, Mulher de Fases: o jogo da vida nas páginas de Cosmopolitan Brasil**. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017. Dissertação de Mestrado defendida em 25/01/2017.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Exposições do Museu de Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso**. São Carlos. Pedro & João Editores, 2011.
- SILVA, Dalexon Sérgio da; EFKEN, Karl Heinz; AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de. Uma análise das formações discursivas do discurso de membros da igreja evangélica assembleia de Deus. **Revista Trama**-Volume 11, número 22, 2º Semestre de 2015.
- SANT'ANNA, Denise B de. **História da Beleza da Mulher**. São Paulo: Contexto, 2014.
- TIBURI, Marcia. Toda beleza é difícil. **Antroposmoderno**, 14 de set. 2004. antroposmoderno.com/antropo-articulo.php?id_articulo=709.
- WOOLF, V. **Women & Fiction**. In: Virginia Woolf on Women & Writing. Great Britain: The woman's Press, 1996.

Página intencionalmente deixada em branco

Análise de texto sob a ótica da Linguística Textual e da Análise do Discurso: um objeto e dois pontos de vista

Elayne Silva de SOUZA (IF Sudeste MG/UFF)

elayne.souza@ifsudestemg.edu.br

Valquíria Areal CARRIZO (IF Sudeste MG/UFF)

valquíria.carrizo@ifsudestemg.edu.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a textualidade da capa do jornal *Estado de Minas*, edição do dia 26 de novembro de 2015, que alcançou dezenas de milhares de compartilhamentos nas redes sociais. A capa traz a manchete e outros títulos posicionados a partir da letra da canção de Renato Russo “Que país é este?”, destacando a maior tragédia ambiental da história do Brasil, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), atrelada à indignação coletiva relacionada à corrupção na política brasileira, a partir de outro fato histórico, com a primeira prisão de um Senador da República, Delcídio do Amaral. Para tanto, buscamos os princípios teóricos que conduzem um trabalho analítico na Linguística Textual e na Análise de Discurso de linha francesa, por acreditarmos que ler e compreender textos envolvem uma atividade tanto decodificadora quanto criadora, saindo da superfície textual e dos fatores que a compõem, indo a universos construídos com bases nas experiências históricas, sociais e culturais determinadas. Assim, no trabalho em sala de aula, o professor poderá transformar as atividades de leitura em atividades de conscientização e de estudo das condições de produção de leitura e dos seus sujeitos.

Palavras-chave: Linguística textual; Análise de discurso; Leitura, Produção de sentidos; Professor.

Abstract: This article has the objective of analyzing the textuality of the cover from *Estado de Minas* Newspaper, edition of November 26, 2015, which reached tens of thousands of shares in social networks. The cover brings the headline and other titles positioned from the lyrics of *Renato Russo's* song "What country is this?", highlighting the greatest environmental tragedy in Brazil's history, the breaking of the *Fundão* dam, in *Mariana* (MG), interlinked to the collective indignation related to corruption in Brazilian policy, in addition to another historical fact, with the first arrest of a Republic Senator, *Delcídio do Amaral*. To do so, we seek the theoretical principles that lead an analytical work in Textual Linguistics and Speech Analysis from French line, because we believe that reading and understanding texts involve both decoding and creative activity, leaving the textual surface and the factors that compose it, going to universes built based on determined historical, social, and cultural experiences. Thus, in classroom work, the teacher can remake reading activities into activities of awareness and study of reading production conditions and their subjects.

Keywords: Textual linguistics; Discourse analysis; Reading, Production of meanings; Teacher.

1 Considerações iniciais

É notório que existem inquietações e mudanças em andamento com relação à prática de leitura nas aulas de Língua Portuguesa na Educação Básica. As “surradas” perguntas: quem? quando? onde? como? para quê? e por quê? não têm mais espaço nas atividades de compreensão textual em qualquer disciplina, não só nas aulas de português. O texto deve ser tomado como ato de afirmação social, uma interação com outros indivíduos e uma atividade situada num contexto sócio-histórico.

Para uma análise textual que se baseia nesses princípios, o professor precisa estar municiado de princípios teóricos que possam conduzi-lo nessa tarefa. Sabe-se que o aparato teórico dos estudos linguísticos que buscam entender o texto, a linguagem e o sujeito possui mais divergências que convergências, entretanto, o professor pode e deve fazer suas escolhas no trabalho de análise textual com seus alunos.

As escolhas que fizemos aqui pela Linguística Textual (LT) e pela Análise de Discurso (AD) francesa não defendem que estes aparatos teóricos são mais completos que os outros no que se refere aos estudos da linguagem; antes, são escolhas que reproduzem o nosso próprio fazer leitura em nossas aulas de Língua Portuguesa e também pelo pouco espaço que temos para demonstrar outras possibilidades de análise diante de outros referenciais teóricos do texto e do discurso.

Assim, tendo colocado o nosso lugar neste discurso, trazemos nas próximas duas seções os quadros teóricos da Linguística Textual e da Análise de Discurso, buscando compreender como essas teorias ultrapassam os limites da frase e ampliam o objeto de estudo e análise, introduzindo os sujeitos e as condições de produção no trabalho na/da linguagem.

Na terceira seção, trazemos para análise um texto multimodal¹: a capa do jornal “Estado de Minas”, edição do dia 26 de novembro de 2015, no qual buscamos evidenciar suas materialidades linguísticas a partir das teorias linguísticas citadas.

2 Linguística Textual

A Linguística Textual (doravante LT) começou a ser desenvolvida na década de 60, principalmente na Europa, em oposição aos estudos da Linguística Estrutural, que “compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa” (BENTES, 2001, p. 245). Entretanto, os precursores da LT não criam um novo objeto de estudo nem abandonam os estudos frasais; antes, tinham o principal objetivo de

¹ O termo “texto multimodal” tem sido usado para nomear textos constituídos por combinação de recursos de escrita (fonte, tipografia), som (palavras faladas, músicas), imagens (desenhos, fotos reais), gestos, movimentos, expressões faciais etc. (DIONÍSIO & VASCONCELOS, 2013, p. 21). Neste trabalho, por sua natureza, não há espaço para discorrer sobre este conceito, que pode ser observado numa análise também pela semiótica.

entender a regularidades que transcendem a frase. Esses estudos dão partida para transformações por que passa este campo ao longo das décadas de 70 e 80, trazendo outros conceitos para o texto.

Indursky (2006) expõe o percurso da Linguística Textual, partindo da análise transfrástica, que ainda considerava o texto como um prolongamento ou até mesmo uma sequência coerente de frases, chegando a Beaugrande e Dressler (1981), que consideram o texto como uma “*ocorrência comunicacional*”, que “deve satisfazer a um conjunto de critérios interdependentes, em que os dois primeiros dão conta do texto propriamente dito e os cinco seguintes referem-se aos fatores pragmáticos” (INDURSKY, 2006, p. 55), a saber: coesão e coerência (fatores de textualidade), intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade (critérios pragmáticos).

Os critérios pragmáticos são enumerados pela autora numa escala descendente de importância na reflexão sobre o texto. Para ela, a intencionalidade e a aceitabilidade são os mais importantes para fazer a passagem do lado interno ao lado externo do texto, pois mobilizam os atores da ação comunicativa. Em seguida, aponta a situacionalidade como o critério através do qual o receptor vai fazer uma avaliação quanto à pertinência e relevância do texto para determinado contexto comunicativo. Depois, através da informatividade, o receptor avalia o volume de informação nova contida no texto. Por fim, a intertextualidade proporciona ao receptor tomar o texto e relacioná-lo com outros textos.

Assim, com relação a esta concepção teórica de texto, a autora conclui que “a grande ênfase é posta nos mecanismos linguísticos que vão tramando o texto, em suas tomadas e retomadas e em sua progressão” (INDURSKY, 2006, p. 57). Em primeiro plano, então, estão a trama do texto em sua superfície formal (coesão) e o sentido que esta trama projeta (coerência).

Vale ressaltar que emerge, então, dos estudos da LT, uma concepção de texto que considera o contexto pragmático, onde o texto é entendido como “uma manifestação linguística concreta que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor, ouvinte/leitor), em uma situação de interação comunicativa reconhecível e reconhecida, independente de sua extensão” (KOCH & TRAVAGLIA, 2002, p. 8). A interpretação para a LT é dependente da capacidade dos interlocutores de recuperar o sentido do texto pelo qual interagem através dos mecanismos linguísticos, numa dada situação comunicativa. O sentido do texto está associado à ideia de conteúdo, que busca uma resposta para a pergunta: “O que o texto quis dizer?”

Neste caso, a Linguística Textual reintroduz em seu escopo o sujeito e a situação de comunicação, excluídos pela Linguística Estrutural; entretanto, trata-se de uma reflexão cognitiva sobre o sujeito falante, influenciada pela formulações da teoria chomskianas, mais precisamente pela dicotomia *competência/performance* formulada por ele em 1965. O que a LT faz é examinar a competência textual do falante a partir de sua competência linguística.

[...] se ele é competente linguisticamente para produzir frases também o é para produzir textos. Sua competência textual lhe permite parafrasear textos, resumi-los, e avaliá-los, isto

é, perceber se são bem formados, se são coerentes e ainda se são completos ou não (INDURSKY, 2006, p. 52).

Como se vê, Chomsky, inteligentemente, resgata um *falante ideal*, sabendo que não dava para recuperar o falante real, pois junto com ele, resgataria a heterogeneidade para um objeto que se pretendia, desde sua origem, homogêneo.

Esta inteligente manobra teórica de Chomsky permitiu resgatar o falante, mas um falante particular, totalmente inócuo, por ser imaginário e não real, um falante que domina o sistema como um todo homogêneo. É ele que está por trás da competência linguística, não chegando nunca à performance, espaço de atuação do falante real, que não é convocado nem pela linguística de frase, nem pela linguística de texto (INDURSKY, 2006, p. 53).

Dessa forma, todo o caminho percorrido pela Linguística Textual mobilizou a formulação de noções teóricas que lhe são muito próprias, como também alguns empréstimos de outras teorias, haja vista que a maioria delas surgiu numa época de muita inquietude no campo dos estudos de linguagem. É por isso que a teoria menciona, muitas vezes, *discurso* no lugar de *texto* e vice-versa. Se por um lado, então, esses empréstimos vão dando uma nova formatação para a LT, muito mais conectada com o outro e com os sentidos, por outro, vão sendo construídos contornos teóricos embaraçados, tornando-se difícil discernir o que é próprio da Linguística Textual e o que é empréstimo desta ou daquela teoria.

No interior da heterogeneidade teórica que reina neste campo do conhecimento, ficam um pouco borrados seus propósitos, seus limites e suas fronteiras, as fronteiras que a separam de outros campos de conhecimento afins, vizinhos, mas distintos, porque configurados para examinar outros objetos com suas próprias especificidades (INDURSKY, 2006, p. 58).

Assim, falar de Análise do Discurso (AD) não é uma tarefa fácil, dada a complexidade de sua origem em meio a uma profusão de teorias da linguagem a partir da década de 1960. Nesse contexto, a AD introduz os conceitos de sujeito e condições de produção, deixando de contemplar o texto como produto, para entendê-lo como processo.

A seguir, passamos para a reflexão dos principais aspectos analíticos da Análise do Discurso francesa descritos por alguns autores.

3 Análise de Discurso Francesa

Também surgindo na década de 1960, a Análise de Discurso de linha francesa traz um novo olhar, em que “não é possível pensar o *texto* como uma estância enunciativa homogênea” (INDURSKY, 2006, p. 80). Ou seja, o texto, para a análise do discurso, não é o produto final, mas uma materialidade que permite acesso ao discurso.

Portanto,

O discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso. Desse modo temos a relação entre língua e ideologia afetando a constituição

do sujeito e do sentido. Resta dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. É pelo fato mesmo de dizer que o sujeito se diz, se constitui (ORLANDI, 2006, p. 20).

Seguindo nessa direção, nem o sujeito, nem o discurso, nem os sentidos são completos; assim, se considerarmos que o texto é a materialidade do discurso, o texto precisa ser entendido, antes, enquanto um espaço discursivo, que estabelece relação não só com o contexto, mas também com outros textos e discursos.

O conceito de discurso, então, é entendido como efeito de sentido entre interlocutores, sujeitos históricos, que se identificam com uma formação discursiva e estão inscritos em lugares sociais, construídos ideologicamente, ou nas palavras de Indursky (2006, p. 80),

(...) ele só pode ser pensado como um *espaço discursivo heterogêneo e simbolicamente fechado* pelo trabalho discursivo do sujeito-autor: ao costurar e organizar os recortes heterogêneos, dispersos e provenientes de diferentes cadeias discursivas, é produzida a *textualização* desses elementos, a qual é responsável pelo *efeito de apagamento* das marcas de sua procedência, de sua exterioridade/heterogeneidade/dispersão.

Isto é, o texto surge como origem e este efeito resulta na ilusão do sujeito-autor de se perceber como origem do texto, porque ele precisa dessa ilusão “de que tudo o que devia ser dito foi dito, nada faltando e nada sobrando” (INDURSKY, 2006, p. 81). Ou nas palavras de Orlandi (2006), “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo” (ORLANDI, 2006, p. 27).

Um dos aspectos principais da AD é a definição discursiva de ideologia, ou seja, o entendimento de que a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 1999, p.46) na medida em que, diante de um discurso materializado (texto), o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. Interpretar, então, para a AD, traz a possibilidade de desfazer as ilusões discursivas de que existe somente um modo de dizer, quando, na verdade, na formulação de um texto, há sentidos que emergem e outros que são apagados no espaço do dizer, porque, “todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra” (ORLANDI, 2006, p. 30).

E na Análise de Discurso, a interpretação tem a ver com a ideologia, isto é, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua, significando e significando-se pelo simbólico na história. Em outras palavras, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é induzido a interpretar, numa necessidade de “dar sentido”, de responder à pergunta: “Como o texto quis dizer?”. A AD se dedica justamente ao funcionamento do discurso, como os sentidos são produzidos e não ao que é produzido, considerando não só o que está sendo dito, mas o que não está explícito, aquilo que não está dito, mas que está também significando.

Interpretar, então, para a AD, traz a possibilidade de desfazer as ilusões discursivas de que existe somente um modo de dizer, quando, na verdade, na formulação de um texto, há sentidos que emergem e outros que são apagados no espaço do dizer, porque, “todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo

ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra” (ORLANDI, 2006, p. 30). Diante, então, de tais dispositivos teóricos, o analista de discurso vai determinar o dispositivo analítico e colocar-se numa posição que entremeia a descrição e a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos. O que não significa que o trabalho do analista seja um “jogo de vale tudo”:

O que estamos afirmando é que o dispositivo analítico é capaz de deslocar a posição do sujeito, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não evidência e, com isso, relativizando a relação do sujeito com a interpretação. Ele poderá assim fazer uma leitura o menos subjetiva possível, mediado pela teoria e pelos mecanismos analíticos (ORLANDI, 2006, p. 30).

Através da linguagem, os sentidos são determinados pelas posições ideológicas do sujeito, dentro de determinadas formações ideológicas e discursivas. Assim, “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 1995, pp. 160-161), negando a literalidade dos sentidos e constituindo a formação discursiva como o lugar da constituição do sentido por um sujeito que se “acha” causa e efeito de seus discursos, quando ele é em si mesmo e em outros sujeitos.

Por isso, toda formação discursiva dissimula sua interdependência do interdiscurso. A linguagem, então, funciona mediante um movimento entre paráfrase e polissemia, ou seja, todo discurso é produzido a partir de uma relação entre o mesmo e o diferente. Enfim, a interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia “se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

A AD busca, com isso, identificar no mecanismo parafrástico de um discurso os chamados efeitos metafóricos, ou seja, mecanismos linguísticos que propiciam, no movimento da leitura/interpretação, a projeção em outros sentidos. Portanto, os objetos discursivos e os mecanismos que eles colocam em funcionamento mostram-se como arquivo dos efeitos do interdiscurso, das formações discursivas, bem como da interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia.

É nessa possibilidade de contemplar o movimento de interpretação, de compreendê-lo, é que se posiciona o analista, trabalhando as fronteiras das formações discursivas, através de um dispositivo analítico que lhe ofereça procedimentos como a paráfrase, a substituição etc., para que ele possa explicitar como os sentidos foram produzidos.

Diante da “rápida” consideração a respeito de alguns conceitos que nos levam à construção de sentidos dos textos a partir da Linguística Textual e da Análise do Discurso, passamos, agora, à descrição do objeto de análise neste trabalho.

4 O objeto

Figura 1. Capa do Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, quinta-feira, 26 de novembro de 2015.

ESTADO DE MINAS
www.em.com.br
BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2015
HORARIO: 7:30 • NÚMERO: 34.749 • 3ª EDIÇÃO • 38 PÁGINAS • PRECAMENTO DA EDIÇÃO: 08

Nas praias, nos rios,

Equipe do EM percorre a foz do Rio Doce e mostra a destruição do berçário de várias espécies

As tentativas de conter a lama de minério não impediram que os igarapés, onde se reproduzem caranguejos e peixes, fossem atingidos, nem que a maré levasse os detritos até a parte norte da reserva ecológica de Combosios, único ponto fixo de desova das tartarugas gigantes no Brasil. Enquanto isso, a mancha marrom avermelhada continua a avançar no Atlântico, chegando a 8 quilômetros ao sul, 35 ao norte e 20 quilômetros mar adentro.

Em Mariana, a prefeitura espera que a Samarco continue a pagar valores em atraso desde 2010 da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). A dívida é de cerca de R\$ 22 milhões, divididos em cinco parcelas, das quais duas já foram pagas. O dinheiro pode ajudar a reconstruir comunidades destruídas, como Paracatu de Baixo, onde moradores que perderam casa, trabalho e renda não sabem como recomeçar a vida. PÁGINAS 17 A 20

no Senado...

Líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) é preso por tentar obstruir investigação da Lava-Jato

Como nunca antes na história do país, um senador em exercício do mandato foi para a cadeia. E ninguém menos do que o líder do governo Dilma, Delcídio do Amaral. A prisão preventiva, decretada pelo ministro do Supremo Teori Zavascki, se deu a tentativa de barrar apurações do esquema de corrupção na Petrobras. Sob a mesma acusação, também foi preso o dono do Banco BTG, André Esteves. No pedido de prisão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirma que a trama tem um "componente diabólico" e longa mão de "práticas tipicamente mafiosas".

Delcídio foi flagrado em gravação feita pelo filho do ex-diretor da estatal Nestor Cerveró. Nas conversas, das quais participou o advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, outro que acabou preso, o petista traça uma rota de fuga para o ex-diretor da Petrobras – para quem conseguiria habeas corpus no STF – e ainda oferece mesada de R\$ 50 mil à família. Tudo para que Cerveró não o mencionasse em delação premiada, como acabou ocorrendo. ● À noite, depois de longa discussão para que a votação fosse aberta, o Senado manteve a prisão de Delcídio. PÁGINAS 3 A 8

SUJEIRA PRA TODO LADO

Lama que envenena o Rio Doce até o mar aflora em Brasília e emporcalha relações políticas e empresariais

Ninguém respeita a Constituição

Guardiães da Carta Magna, ministros do STF reagiram com indignação às citações nominativas de alguns deles por Delcídio do Amaral como passíveis de manipulação. Tarece se constatar que o cenário venceu o cinismo (...). Os criminosos não passarão sobre a Constituição do Brasil", disparou a ministra Cármen Lúcia. "Ninguém, nem o líder do governo no Senado, está acima da autoridade das leis", ressaltou Celso de Mello. PÁGINA 4

Quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão

Um dos povos mais ameaçados ao longo de décadas pela chegada dos brancos, os Yanomamis são tema de pavilhão em Inhotim dedicado à fotógrafa Claudia Andujar. EM CULTURA, PÁGINA 6

Terceiro mundo, se for. Piada no exterior

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o rompimento de barragem em Mariana faz duras críticas ao governo federal, à Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton. Documento afirma que medidas tomadas para evitar danos "foram claramente insuficientes" e considera inaceitável a demora na divulgação de "informações sobre os riscos tóxicos da catástrofe". PÁGINA 18

QUE PAÍS É ESTE?

Frase do ex-governador mineiro Francelino Pereira, imortalizada por Renato Russo com a Legião Urbana, vem dos anos 1970 e continua atual. Afinal, que Brasil é este, atormentado pelo descaso e saqueado pela corrupção?

9 771809 987052

Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005
Assinatura Útil: 0800 031 5000

WhatsApp: (31) 98502-4023 | DIÁRIOS ASSOCIADOS

Fonte: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/26/interna_gerais,711825/capa-do-em-que-pais-e-este-viraliza-na-internet.shtml]. Acesso em: 28 nov. 2015.

Conforme já descrito, a proposta deste artigo é analisar a textualidade da capa do jornal “Estado de Minas”, edição do dia 26 de novembro de 2015, que alcançou grande repercussão, com dezenas de milhares de compartilhamentos nas redes sociais, destacando a maior tragédia ambiental da história do Brasil, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), atrelada à indignação coletiva relacionada à corrupção na política brasileira, a partir de outro fato histórico, com a primeira prisão de um Senador da República, Delcídio do Amaral.

O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, cujos donos são a Vale e a anglo-australiana BHP, causou uma enxurrada de lama que inundou várias casas no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais, na tarde do dia 5 de novembro de 2015. É considerado o pior acidente ambiental de Minas Gerais e Espírito Santo, uma vez que os impactos ambientais provocados pelo acidente são inúmeros, tudo o que estava pelo caminho foi destruído e continuou percorrendo o Rio Doce. A onda de lama já chegou ao Oceano Atlântico. As nascentes do Rio Doce foram soterradas pelos rejeitos e a lama matou a maior parte dos animais que dependem do rio, além de ter impactado, também, sobre a economia de muitos municípios que têm a pesca como a principal atividade. Por ser pobre em material orgânico, a lama impede o nascimento de plantas e vegetação, o ressecamento do solo cria uma capa onde nada nasce. Os rejeitos prejudicaram diretamente cerca de 15 municípios entre os dois Estados.

Em uma sessão histórica, os ministros integrantes da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) referendaram a decisão do relator da Lava Jato, **Teori Zavascki**, de decretar a prisão do senador **Delcídio do Amaral** (PT-MS). É a primeira vez, no Brasil, que um Senador da República é preso.

O líder do governo no Senado foi preso na manhã do dia 25 de novembro de 2015, em Brasília, acusado de tentar obstruir as investigações sobre seu envolvimento em esquema de corrupção da Petrobras. Também foram confirmadas as prisões preventivas do advogado Edson Ribeiro, que defendia o ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, bem como as prisões temporárias do banqueiro André Esteves, do Banco BTG Pactual, e do chefe do gabinete do senador, Diogo Ferreira.

Todas as prisões foram autorizadas, na terça-feira, dia 24/11/2015 à noite, pelo ministro Teori Zavascki. Segundo ele, não havia outra forma de se preservar as investigações, porque, conforme revelou o Ministério Público Federal, os envolvidos estavam pressionando Cerveró a desistir de firmar acordo de delação premiada no âmbito da Lava Jato.

Além dessas, outras notícias estão estampadas ao longo da capa, todas elas relacionadas a esses dois fatos históricos.

A manchete principal: **“Nas praias, nos rios... no Senado. Sujeira pra todo lado. Que país é este?”**, remete-nos, num primeiro momento, à música composta por Renato Russo, quando ainda era componente da banda “Aborto Elétrico” (1978) e regravação pela “Legião Urbana”, em 1987.

Contextualizado o objeto, passemos à análise aqui proposta.

5 Análise e discussão: dois olhares para um mesmo objeto

Embora a Linguística Textual e a Análise de Discurso tenham introduzido os conceitos de texto, os sujeitos e as condições de produção no trabalho na/da linguagem, a partir da década de 1960, conforme citamos no início deste artigo, não podemos nos esquecer, também, de que essas concepções não se equivalem, quando muito, possuem algumas poucas convergências, mas muito mais divergências.

Sendo assim, essas divergências nortearão a presente análise do objeto em questão. Por uma questão de espaço, faremos a exposição de alguns fragmentos do texto e das considerações analíticas de cada teoria, evidenciando as possibilidades de interpretação de cada uma delas.

Por ser um texto multimodal, conforme referenciado anteriormente, há recursos semióticos² que também poderiam ser analisados conjuntamente, mas novamente por uma questão de espaço, será feito um recorte na leitura apenas de alguns fragmentos verbais.

Assim, iniciemos a análise pela manchete principal da capa:

EXCERTO 1

Nas praias, nos rios,

Equipe do EM percorre a foz do Rio Doce e mostra a destruição do berçário de várias espécies

no Senado...

Líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) é preso por tentar obstruir investigação da Lava-Jato

SUJEIRA PRA TODO LADO

Lama que envenena o Rio Doce até o mar aflora em Brasília e emporcalha relações políticas e empresariais

QUE PAÍS É ESTE?

Frase do ex-governador mineiro Francelino Pereira, imortalizada por Renato Russo com a Legião Urbana, vem dos anos 1970 e continua atual. Afinal, que Brasil é este, atormentado pelo descaso e saqueado pela corrupção?

² [...] é justamente no texto onde os modos (imagem, escrita, som, música, linhas, cores, tamanho, ângulos, entonação, ritmos, efeitos visuais, melodia etc.) são realizados. Recursos semióticos é o termo que tem sido utilizado para descrever esses modos e como eles interagem através das modalidades sensoriais (visual, auditiva, olfativa etc.) na construção de eventos e textos multimodais (DIONÍSIO & VASCONCELOS, 2013, p. 21).

Fazendo, primeiramente, uma análise do ponto de vista da Linguística Textual, percebem-se na manchete em negrito “**Nas praias, nos rios, no Senado... SUJEIRA PRA TODO LADO. QUE PAÍS É ESTE?**” três períodos simples, sendo que os dois primeiros períodos são frases nominais. O primeiro período traz três locuções adverbiais de lugar sem nenhum nexos explícito com o segundo período. Essa falta de conector e a supressão do sintagma verbal nesses dois primeiros períodos, poderia instaurar a incoerência no texto, entretanto, acionando nosso conhecimento de mundo, é possível estabelecermos as relações entre um período e outro e dos dois com o terceiro.

Conforme Koch e Travaglia (2002, p. 14), o cálculo do sentido de um texto, estabelecendo a sua coerência, pode ser auxiliado pela coesão, mas esta não é uma condição necessária. Neste caso, mesmo não havendo elementos coesivos entre as frases, o sentido global é estabelecido em virtude de o receptor do texto acionar o seu conhecimento de mundo. Cabe frisar que o primeiro interesse, na análise de textos sob a orientação da Linguística Textual, deve estar orientado para apreensão de seus aspectos globais, “ou seja, para o entendimento do texto como um todo, daquilo que o perpassa por inteiro e que confere sentido às suas partes e a seus segmentos constitutivos” (ANTUNES, 2010, p. 65).

Relacionados à manchete principal, são trazidos quatro subtítulos que se relacionam diretamente com cada parte da manchete. Assim, o pretexto inicial do texto que é chamar a atenção dos leitores para dois fatos que foram evidência naquele determinado período, avança na descrição das notícias que esses leitores encontrarão no jornal daquele dia 26/11/2015.

A partir da análise dos critérios semântico-formais (coesão e coerência), são buscados ao longo do texto os critérios pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade). Quanto ao universo de referência do texto, a manchete aborda questões do mundo real, do cotidiano concreto das pessoas, amplamente divulgadas pela mídia e que alcançaram um alto nível de repercussão no Brasil e no mundo. Por ser do domínio do jornalismo, o texto objetiva formar opinião, deixar os leitores mais críticos e conscientes sobre tais questões (**intencionalidade**). Por adequação às exigências discursivas próprias desse domínio e do suporte em que está publicado (jornal *Estado de Minas*), há um certo nível de formalidade, pressupondo-se que os destinatários previstos são identificáveis como pertencentes a uma classe medianamente letrada e crítica (**aceitabilidade**). Sob essa condição, o autor opta por um tipo mais elaborado de abordagem do problema, sendo necessário que os leitores acionem seu conhecimento de mundo, a partir de trechos da música “Que país é este?”, de Renato Russo, sucesso das décadas de 70 e 80, ainda hoje usada como referência aos dramas vividos pelo povo brasileiro (**situacionalidade**).

A grande novidade do texto em análise está na forma como a manchete principal, os subtítulos e as imagens estão distribuídos ao longo da página, relacionando os trechos da música de Renato Russo aos fatos noticiados naquele dia (**informatividade**).

A propriedade que contempla a relevância informativa do texto tem a ver com sua maior ou menor novidade, seja ela expressa pela forma, seja ela expressa pelo conteúdo. Por ser uma capa de jornal, que tem o principal objetivo de “vender” aquelas informações contidas nele, considera-se que o presente objeto cumpre bem esse papel diante da maneira como as notícias foram expostas, pois o grau de novidade requisitado para um texto é determinado por suas razões contextuais: “O bom texto, portanto, é aquele que traz um grau de informatividade adequado às suas circunstâncias de comunicação” (ANTUNES, 2010, p. 74).

Quanto às relações com outros textos, o objeto de análise revela uma considerável **intertextualidade**, sobretudo a intertextualidade restrita à letra da canção “Que país é este?”, composta em 1978 por Renato Russo quando ainda fazia parte da banda “Aborto Elétrico”, que naquela oportunidade, fez referência à frase dita pelo ex-governador de Minas Gerais, Francelino Pereira.

“Que país é este?” não foi criada pelo cantor e compositor Renato em sua conhecida música, mas ainda em 1976, pelo então presidente da Arena, Francelino Pereira. Na época, em pleno regime militar, discutia-se uma promessa do presidente Ernesto Geisel de iniciar a transição, em que o regime seria aberto gradualmente e os governadores seriam eleitos pelo voto direto dali a dois anos. Como a oposição duvidou da promessa, Francelino Pereira, então presidente da ARENA, perguntou: “Que país é este em que o povo não acredita no calendário eleitoral estabelecido pelo próprio presidente?”. Mas, no ano seguinte, Geisel fechou o Congresso, aumentou o mandato dos presidentes para seis anos, e decidiu que um terço dos senadores seria indicado pelo presidente. O Brasil só passou a eleger governadores pelo voto direto em 1982. E Renato Russo transformou a frase no refrão de seu rock também em 1987, quando já integrava a banda Legião Urbana.

Observamos, então, a intertextualidade descrita no excerto 1 e também nos seguintes trechos:

EXCERTO 2

<p style="text-align: center;">Ninguém respeita a Constituição</p> <p><small>Guardiões da Carta Magna, ministros do STF reagiram com indignação às citações nominais de alguns deles por Delcídio do Amaral como passíveis de manipulação. “Parece-se constatar que o escárnio venceu o cinismo [...] Os criminosos não passaram sobre a Constituição do Brasil”, disparou a ministra Cármen Lúcia. “Ninguém, nem o líder do governo no Senado, está acima da autoridade das leis”, ressaltou Celso de Mello, PÁGINA 4</small></p>	 <p style="text-align: center;">Quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão</p> <p><small>Um dos povos mais ameaçados ao longo de décadas pela chegada dos brancos, os Yanomamis são tema de pavilhão em Inhotim dedicado à fotógrafa Claudia Andujar, EM CULTURA, PÁGINA 6</small></p>	<p style="text-align: center;">Terceiro mundo, se for. Piada no exterior</p> <p><small>Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o rompimento de barragem em Mariana faz duras críticas ao governo federal, à Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton. Documento afirma que medidas tomadas para evitar danos “foram claramente insuficientes” e considera inaceitável a demora na divulgação de “informações sobre os riscos tóxicos da catástrofe”, PÁGINA 18</small></p>
---	--	---

Os subtítulos deste excerto também fazem referência a trechos da música da Legião Urbana, sempre relacionados às notícias que serão descritas no jornal.

Além destes, outro trecho remete-nos a outro texto, também muito popularizado no Brasil.

EXCERTO 3

no Senado...

Líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) é preso por tentar obstruir investigação da Lava-Jato

Como nunca antes na história do país, um senador em exercício do mandato foi para a cadeia. E ninguém menos do que o líder do governo Dilma, Delcídio do Amaral. A prisão preventiva, decretada pelo ministro do Supremo Teori Zavaski, se deveu a tentativa de barrar apurações do esquema de corrupção na Petrobras. Sob a mesma acusação, também foi preso o dono do Banco BTG, André Esteves. No pedido de prisão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirma que a trama tem um “componente diabólico” e lança mão de “práticas tipicamente mafiosas”.



Delcídio foi flagrado em gravação feita pelo filho do ex-diretor da estatal Nestor Cerveró. Nas conversas, em que participou o advogado de Cerveró, Edison Ribeiro, outro que acabou preso, o petista traça uma rota de fuga para o ex-diretor da Petrobras – para quem conseguiria habeas corpus no STF – e ainda oferece mesada de R\$ 50 mil à família. Tudo para que Cerveró não mencionasse em delação premiada, como acabou ocorrendo.

● A noite, depois de longa discussão para que a votação fosse aberta, o Senado manteve a prisão de Delcídio. PÁGINAS 3 A 8

Como nunca antes na história do país, um senador em exercício do mandato foi para a cadeia. E ninguém menos do que o líder do governo Dilma, Delcídio do Amaral. A prisão preventiva, decretada pelo ministro do Supremo, Teori Zavaski, se deveu à tentativa de barrar apurações do esquema de corrupção na Petrobras. Sob a mesma acusação, também foi preso o dono do Banco BTG, André Esteves. No pedido de prisão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirma que a trama tem um “componente diabólico” e lança mão de “práticas tipicamente mafiosas”.

A caixa de texto que vem logo abaixo do subtítulo, nesta parte da capa, traz uma referência a um conhecido bordão de Lula, muito repetido em seus oito anos de mandato como Presidente da República. De tão repetida a frase “nunca antes na história deste país”, usada por Lula para exaltar as realizações do seu governo, tornou-se muito popular e literalmente “caiu na boca do povo”.

Como o senador Delcídio era o líder do governo Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como o ex-presidente Lula, a frase foi escolhida intencionalmente para marcar o evento histórico da primeira prisão, no Brasil, de um senador em exercício do mandato.

Por isso, vale ressaltar que nenhuma ocorrência de intertextualidade é gratuita ou aleatória, ou seja, sempre que recuperamos as palavras do outro, o fazemos com algum propósito, como uma estratégia para criar determinado efeito discursivo. Assim, explícita ou implicitamente, a palavra do outro está embutida em nossa palavra, isto é, “podemos recorrer à palavra do outro para marcar determinado posicionamento, para apoiar nossas concepções, nossos pontos de vista, para dar força a nossos argumentos” (ANTUNES, 2010, p. 77). Buscamos, pois, a palavra do outro para acompanhar a nossa, reforçando nossas posições.

Enfim, o que pretendemos com essa análise foi trazer algumas alternativas de explorar um objeto partir de seus aspectos globais, na perspectiva da Linguística Textual. Passamos, agora, a demonstrar uma outra forma de explorar esse mesmo objeto sob a ótica da Análise de Discurso de linha francesa.

Como visto anteriormente, o objeto da AD é o discurso, que não se encontra no linguístico, mas a partir dele e com ele, ou seja, a partir da leitura do texto, objeto simbólico. Com isso, o objeto analisado em questão nos remete à formação discursiva midiática, que tem o claro objetivo de (in)formar opiniões.

Assim, fica evidente que o sentido do texto só será construído se os sujeitos se identificarem com essa formação discursiva, num determinado lugar social, sob uma determinada ideologia. A AD estabelece um jogo entre a materialidade linguística (o próprio texto) e o interdiscurso (espaço de memória), lugar onde residem múltiplos sentidos.

Desde que surgiu, na França, nos anos sessenta do século XX, um dos aspectos principais da AD é a definição discursiva de ideologia, ou seja, o entendimento de que a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 1999, p.46) na medida em que, diante de um discurso materializado (texto), o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. Interpretar, então, para a AD, traz a possibilidade de desfazer as ilusões discursivas de que existe somente um modo de dizer, quando, na verdade, na formulação de um texto, há sentidos que emergem e outros que são apagados no espaço do dizer, porque, “todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra” (ORLANDI, 2006, p. 30).

Desse modo, a ideologia para AD é um elemento determinante dos efeitos de sentido e é algo constitutivo da prática discursiva; o sujeito não tem consciência, mas a ideologia está presente em qualquer manifestação discursiva, permitindo sua identificação com a formação discursiva que o domina. A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, causa e efeito de si mesmos, e representa, portanto, a relação imaginária desses indivíduos com suas reais condições de existência.

Mas como ocorre a interpelação dos indivíduos em sujeitos?

É a ideologia que designa, “ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’” (PÊCHEUX, 1995, pp. 159-160). Ou seja, o caráter material do sentido é mascarado por sua evidência transparente para o sujeito, e que, na verdade, esse sentido depende de formações ideológicas, num “jogo” bem mais complexo.

Nesse jogo, podemos, então, identificar a posição 1 de um sujeito-autor que se apropria dessa formação discursiva quando diz que se o seu interlocutor entender sobre o que está falando, o texto terá cumprido seu papel, ou seja, o trabalho daquela mídia (no caso, o jornal) fez sentido e fez a diferença. Sobre essa apropriação, Indursky (2006, p. 78-79) afirma que é nesse movimento que o sujeito-autor se inscreve na prática discursiva da autoria que o conduz à ilusória imposição de um sentido que, de fato, se institui porque este sujeito-autor se faz sujeito ao identificar as representações trazidas do interdiscurso aos sentidos possíveis no âmbito da formação discursiva com a qual se identifica.

Além da posição 1 do sujeito-autor, há a posição 2, do sujeito-autor que aproxima o texto de outros discursos, relacionando-se com formações discursivas diversas e posicionando o sujeito em lugares sociais e históricos diversos.

No objeto em análise, especificamente nos três excertos aqui recortados, o sujeito-autor recorre a outros discursos, especificamente a trechos da música “Que país é este?”, de Renato Russo (1978/1987) e a um popularizado bordão do ex-presidente Lula: “nunca antes na história deste país”. Tais dizeres foram proferidos em suas épocas com determinadas intenções discursivas, com determinados efeitos de sentido, que no presente objeto, parafraseados, adquirem novos efeitos, a partir do contexto de produção do objeto simbólico do discurso (capa do jornal *Estado de Minas*).

O sujeito-autor cria, com esses outros discursos, um efeito metafórico. Sobre esse efeito, Pêcheux explica:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (M. Pêcheux, 1991). A não ser que haja proibição explícita de interpretação. A metáfora, não vista como desvio mas como transferência (M. Pêcheux, 1975) – uma palavra por outra -, é assim constitutiva do sentido. O conjunto desses deslizos (paráfrases) instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas e são o vestígio da historicidade. O deslize, próprio da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. É assim que podemos compreender a relação entre língua e discurso: a língua pensada como “sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história (M. Pêcheux, 1994) (ORLANDI, 2006, p. 31).

Em termos de interpretação, o efeito metafórico participa da construção de uma representação dominante ou de um ajuntamento de sentidos ligados a um já-dito que respondem à pergunta: “**QUE PAÍS É ESTE?**”, um país onde a “sujeira”, literalmente, está espalhada “pra todo lado”, com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que levou a lama à foz do Rio Doce, destruindo o berçário de várias espécies e avançou até o Oceano Atlântico, destruindo a vida por onde passou, e conotativamente, pelos frequentes casos de corrupção, prisões e mais especificamente, pela prisão do senador Delcídio do Amaral, líder do governo Dilma, filiado ao PT, por tentar obstruir investigações da Lava-Jato³ (excerto 1), lama que “emporcalha relações políticas e empresariais”; um país onde “Ninguém respeita a constituição”, onde seus índios são exterminados (“Quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão”) e que, por todos esses motivos, ainda deve ser considerado país de terceiro mundo e frequentemente se torna “piada no exterior, mais especificamente neste objeto, em que o “Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o rompimento da barragem em Mariana faz duras críticas ao governo federal, à Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP Billion” (excerto 2).

Assim, na Análise de Discurso, não consideramos os aspectos linguísticos por si sós, mas, sim, em sua relação com as condições de produção, com os aspectos histórico-sociais, levando em consideração o momento histórico e os sentidos produzidos, mobilizando o imaginário entre os sujeitos que participam do processo de leitura. Logo, na Análise de Discurso, “a questão da interpretação tem a ver com a questão da

³ A Operação Lava-Jato é uma das maiores investigações sobre corrupção conduzidas até hoje no Brasil, pela qual se descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país.

ideologia” (ORLANDI, 2006, p. 28), uma vez que “uma concepção discursiva de ideologia estabelece que, como os sujeitos estão condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas (ORLANDI, 2006, p. 29). Disso resulta sempre nas ilusões necessárias de que o discurso precisa se organizar em um texto uno e fechado e de que o sujeito também precisa se colocar no origem do dizer para produzir textos. Entretanto, os efeitos de sentido não se fecham, porque o texto na Análise de Discurso é tomado como parte de um processo discursivo mais abrangente.

Por fim, pela perspectiva da AD, percebemos que a capa do jornal *Estado de Minas* aqui analisada produz efeitos de sentido na relação entre os já-ditos e as metáforas descritos nos três excertos, revelando uma posição-sujeito que denuncia: “Afim, que Brasil é este, atormentado pelo descaso e saqueado pela corrupção?” (subtítulo - excerto 1), Brasil no qual todos os sujeitos leitores do jornal estão inseridos.

6 Considerações finais

Através da apresentação de duas perspectivas teóricas, tentamos demonstrar como um texto pode ser analisado, principalmente no espaço da sala de aula.

A capacidade que temos de interagir no meio social através da expressão verbal é, dentre as características que nos diferenciam de todas as outras espécies, a mais notável, porque ela nos possibilita ultrapassarmos os limites da inteligência sensório-motora, interagindo, assim, com outros interlocutores na construção conjunta do conhecimento.

Por isso, não é de se estranhar que o homem busca, desde os primórdios, saber mais sobre essa relação língua/linguagem/mundo.

Em outras palavras, o que nos diferencia dos outros animais é o fato de sermos seres reflexivos. Ora, se todo ser humano reflete, então essas reflexões colocadas até aqui e as possibilidades de intervenção no ambiente em que atuamos são, no mínimo, redundantes.

Entretanto, o que trazemos neste trabalho é uma prática refletida. Colocamo-nos aqui como professoras reflexivas de seu pensar, de seu sentir, de suas crenças e valores como aspectos importantes para se compreender o seu fazer e o dos outros que interagem nesse ambiente escolar.

Mesmo com muitas pesquisas que possibilitam uma prática de construção de sentidos de textos em sala de aula que possam levar os alunos a um posicionamento mais crítico diante dos fatos e acontecimentos, que possam formar e informar cidadãos, falta ao professor uma prática contínua de análise que privilegie o desenvolvimento nos alunos da capacidade de enxergar os elementos que são centrais para o entendimento do texto, que estão para além do gramatical.

Só mais recentemente é que se vê nos livros didáticos uma ou outra referência a questões abordadas pela Linguística Textual, pela Análise de Discurso ou outras teorias que têm o texto ou o discurso como objeto. Os gêneros textuais têm sido objeto de mais referências, mas, ainda assim, “muito superficialmente, fora de práticas que levem o aluno a entender a centralidade de suas questões. Em geral, passa-se muito brevemente e, claro, superficialmente, de um gênero a outro, em explorar suas questões mais pertinentes” (ANTUNES, 2010, p. 27).

Mostrar, então, duas possibilidades de análise e compreensão de um mesmo texto tem objetivo de contribuir para novos olhares sobre a leitura em sala de aula. Se podemos considerar, como vimos no referencial teórico e nas análises aqui descritas, que a Linguística Textual e a Análise de Discurso têm especificidades que as diferenciam, podemos, por outro lado, considerar que há pontos que as aproximam, pelo fato de ambas, na constituição de seus estudos, identificarem sujeito, texto, contexto, discurso, condições de produção e sentido como fenômenos de linguagem.

As categorias de análise da Linguística Textual possibilitam o estabelecimento da organização textual, num determinado contexto sociocomunicativo, ou seja, o sentido se resolve entre texto e leitor, enquanto que a Análise de Discurso explica como, no momento da interação entre os sujeitos do discurso, os sentidos são produzidos, mobilizando-os para sentidos não aparentes, não explícitos, até mesmo silenciados.

A atividade social criativa humana cria e recria constantemente novas soluções, conforme a necessidade; estas ações criativas são fruto de mediações reflexivas que proporcionam aos participantes novas soluções e compreensão, que geram transformações na vida os envolvidos, pela reorganização das teorias apoiadas na prática. Por esse motivo, como professoras, acreditamos mesmo que os objetivos do ensino da língua se deslocam na direção da reflexão, da investigação, da análise dos usos sociais da língua, seja ela falada e escrita, verbal, não verbal e multimodal, e da relevância do que se ensina e do que se aprende.

E não há fórmulas milagrosas. Há muitas possibilidades de escolhas e não podemos engessar nossas práticas. A LT e a AD são apenas duas entre outras tantas teorias da linguagem que nos ajudam a orientar melhor nossos alunos na leitura, na escrita, na fala e no entendimento de textos.

Por isso, é muito importante que se estabeleça uma relação mais íntima entre a Universidade e a Escola de Educação Básica na formação inicial e continuada dos professores. As pesquisas colaborativas entre escola e universidade podem transformar as práticas pedagógicas vigentes em mudanças que vão desde a aquisição de um novo discurso que possibilite o pensar e o agir de forma diferente até a troca profissional, fortalecimento dos indivíduos inseridos na formação inicial e continuada, a promoção de momentos de apoio à reflexão, que leva a alterações nas práticas pedagógicas.

Gimenez (2011) afirma que para construir o conhecimento de forma colaborativa é necessária uma construção conjunta entre os professores de diferentes níveis de ensino, num processo constante de reflexão

acerca de sua prática. Os questionamentos gerados nesse processo são de grande importância, já que buscam romper com a hierarquia do conhecimento imposta. Nesse contexto, é importante a participação dos professores universitários como colaboradores na construção do “ser professor”. A formação colaborativa pode levar o professor à reflexão e se dá quando todos os agentes envolvidos no processo contribuem para o conhecimento mútuo.

De acordo com Ferreira (2011), a pesquisa colaborativa tem como objetivo a formação crítico-reflexiva levando à participação ativa de todos os envolvidos nas discussões, ações, análise e reflexão estas que são construídas coletivamente em discussões em grupo, buscando a compreensão da própria ação docente e da formação continuada. O foco da pesquisa colaborativa são ações cotidianas dos professores no processo educativo, e as relações entre professores e pesquisados, e estes como agentes do desenvolvimento do projeto, ou seja, leva a refletir sobre o agir e a teoria, além de como criar formas de compreendê-la e transformá-la. Assim, o princípio do agir desencadeando reflexões críticas sobre a sua prática considera simultaneamente a prática e suas influências na pesquisa e na formação, além do desenvolvimento pessoal.

A aprendizagem participativa tem como especificidade a emancipação dos envolvidos em um sistema de troca de conhecimento, levando assim a refletirem acerca de sua prática que é muitas vezes levada pela fala do outro, pois é visto que a dificuldade é compartilhada por vários docentes e não só por ele, tem como consequência a crítica à sua ação. Essa construção conjunta pode se mostrar de grande importância na identificação de problemas e na busca por soluções conjuntas e significativas. Dessa forma, podemos destacar que uma ferramenta que pode ter bons resultados neste processo de formação continuada de professores de línguas é a parceria entre universidade e escola.

A parceria entre instituições de ensino superior e as escolas tem se mostrado muito significativa de acordo com discussões travadas por Furtoso (2009), Gimenez (2007), Ferreira (2011) e Magalhães (2011), entre outros. Trabalhos conjuntos incentivam o processo de formação inicial e continuada, já que permitem que os envolvidos redirecionem os conhecimentos discutidos no ensino superior e o contexto das escolas, promovendo uma maior reflexão e a construção de uma aprendizagem significativa.

Portanto, a pesquisa colaborativa seria uma possibilidade de diminuir a distância entre escola e universidade, no aspecto de transformar em objeto de pesquisa as atividades cotidianas escolares e as necessidades da comunidade. A união entre o ensino superior, a educação escolar e alunos da pós-graduação podem contribuir para um ensino de qualidade, mesmo com toda a dificuldade e diversidade.

A educação é um fenômeno complexo, porque é histórico, produto do trabalho dos seres humanos, e por isso tem a difícil missão de responder a diferentes contextos políticos e sociais. Ao mesmo tempo em que retrata e reproduz a sociedade, ela projeta a sociedade que se quer. Dessa forma, enquanto prática histórica, tem o desafio de responder às demandas que os contextos lhe colocam.

É que lido com gente. Lido, por isso mesmo, independentemente do discurso ideológico negador dos sonhos e das utopias, com os sonhos, as esperanças tímidas, às vezes, mas às vezes, fortes dos educandos. Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas (FREIRE, 1998, p. 161-163).

E porque lidamos com gente e fazemos história com os outros, percebendo-nos no mundo, com o mundo e com os outros é que nos colocamos na posição de que temos muita coisa a ver com o mundo, e mais especificamente, com o mundo da Educação. Assim, deixamos essas provocações para reflexão de outras práticas e outras pesquisas que mobilizem a Educação no desafio de responder às demandas que os contextos lhe colocam.

*“Acordar não é de dentro,
Acordar é ter saída.
Acordar é reacrodar-se
Ao que em nosso redor gira.”*
(João Cabral de Melo Neto)

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 245-288.
- Estado de Minas Digital. Edição de 26 de novembro de 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/26/interna_gerais,711825/capa-do-em-que-pais-e-este-viraliza-na-internet.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- FERREIRA, Maria Salonilde; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. A PESQUISA COLABORATIVA COMO ESPAÇO FORMATIVO. In: MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo; FIDALGO, Sueli Salles (ORG.). **Questões de método e de Linguagem na formação docente**. Campinas, Mercado de Letras, 2011, p. 119-140.
- FURTOSO, Viviane Bagio; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; FERRARIN, M. A.; SILVA, M. M. da; PETRECHE, C. R. C.. Parceria universidade/ escolas: conquistas e desafios na formação de professores. In: MATHEUS, Elaine; QUEVEDO-CAMARGO, Gladys; GIMENEZ, Telma (ORG). **Ressignificação na formação de professores: rupturas e continuidades**. Editora da Universidade Estadual de Londrina- Eduel, Londrina- PR, 2009, p. 45-60.
- GIMENEZ, Telma; PEREIRA, Fabiana Mendes. Relação Universidade/ escola na formação de professores de inglês: primeiras aproximações. In: GIMENEZ, Telma(ORG). **Tecendo as Manhãs, pesquisas participativas e formação de professores de inglês**. Fundação Araucária, Londrina- PR, 2007, p. 97 a 111.
- INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006, p. 37-87.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2002.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In: LAGAZZI RODRIGUES, S.; ORLANDI, Eni (org.). **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006, p 11-31.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, Pontes Editores, 1995.



MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. Pesquisa crítica de Colaboração: escolhas epistemo-metodológicas na organização e condução de pesquisas de intervenção no contexto escolar. In: MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo; FIDALGO, Sueli Salles (ORG.). **Questões de método e de Linguagem na formação docente**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 13-37; p. 95-118.

ANEXOS

Anexo I – Capa do Jornal Estado de Minas



Nas praias, nos rios,

Equipe do EM percorre a foz do Rio Doce e mostra a destruição do berçário de várias espécies

As tentativas de conter a lama de minério não impediram que os igarapés, onde se reproduzem caranguejos e peixes, fossem atingidos, nem que a maré levasse os detritos até a parte norte da reserva ecológica de Combates, único ponto fixo de desova das tartarugas-gigantes no Brasil. Enquanto isso, a mancha marrom avermelhada continua a avançar no Atlântico, chegando a 8 quilômetros ao sul, 35 ao norte e 20 quilômetros mar adentro.



Em Mariana, a prefeitura espera que a Samarco continue a pagar valores em atraso desde 2010 da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). A dívida é de cerca de R\$ 22 milhões, divididos em cinco parcelas, das quais duas já foram pagas. O dinheiro pode ajudar a reconstruir comunidades destruídas, como Paracatu de Baixo, onde moradores que perderam casa, trabalho e renda não sabem como recomeçar a vida. PÁGINAS 17 A 20

no Senado...

Líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) é preso por tentar obstruir investigação da Lava-Jato

Como nunca antes na história do país, um senador em exercício do mandato foi para a cadeia. E ninguém menos do que o líder do governo Dilma, Delcídio do Amaral. A prisão preventiva, decretada pelo ministro do Supremo Teori Zavascki, se deveu a tentativa de barnar aparções do esquema de corrupção na Petrobras. Sob a mesma acusação, também foi preso o dono do Banco BTG, André Esteves. No pedido de prisão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirma que a trama tem um "componente diabólico" e larga mão de "práticas tipicamente mafiosas".



Delcídio foi flagrado em gravação feita pelo filho do ex-diretor da estatal Nestor Cerveró. Nas conversas, das quais participou o advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, outro que acabou preso, o petista traça uma rota de fuga para o ex-diretor da Petrobras – para quem conseguia haças corpus no STF – e ainda oferece mesada de R\$ 50 mil à família. Tudo para que Cerveró não mencionasse em delação premiada, como acabou ocorrendo. ● À noite, depois de longa discussão para que a votação fosse aberta, o Senado manteve a prisão de Delcídio. PÁGINAS 3 A 8

SUJEIRA PRA TODO LADO

Lama que envenena o Rio Doce até o mar aflora em Brasília e emporcalha relações políticas e empresariais

Ninguém respeita a Constituição

Guardiões da Carta Magna, ministros do STF reagiram com indignação às citações nominais de alguns deles por Delcídio do Amaral como passíveis de manipulação. "Parece se constatar que o escárnio venceu o cinismo (...) Os criminosos não passarão sobre a Constituição do Brasil", disparou a ministra Cármen Lúcia. "Ninguém, nem o líder do governo no Senado, está acima da autoridade das leis", ressaltou Celso de Mello. PÁGINA 4



Quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão

Um dos povos mais ameaçados ao longo de décadas pela chegada dos brancos, os ianomamis são tema de pavilhão em Inhotim dedicado à fotógrafa Cláudia Andujar. EM CULTURA, PÁGINA 6

Terceiro mundo, se for. Piada no exterior

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o rompimento de barragem em Mariana faz duras críticas ao governo federal à Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton. Documento afirma que medidas tomadas para evitar danos "foram claramente insuficientes" e considera inaceitável a demora na divulgação de "informações sobre os riscos tóxicos da catástrofe". PÁGINA 18

QUE PAÍS É ESTE?

Frase do ex-governador mineiro Francelino Pereira, imortalizada por Renato Russo com a Legião Urbana, vem dos anos 1970 e continua atual. Afinal, que Brasil é este, atormentado pelo descaso e saqueado pela corrupção?



Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005
Assinatura Uol: 0800 031 5000

WhatsApp: (31) 98502-4023

DMARKS ASSOCIADOS

O índio como inimigo interno: artimanhas discursivas da política desenvolvimentista da ditadura militar brasileira e violência aos direitos dos povos indígenas

Francisco Paulo da SILVA (UERN/Universidade de Coimbra – UC)
fpaulinhos@uol.com.br

Resumo: Este trabalho fundamenta-se nas contribuições da Análise do Discurso, especialmente nas contribuições da arqueogenealogia de Michel Foucault para análise das relações saber-poder que engendram os discursos, com foco naquilo que o Relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV (Brasil) inscreve sobre práticas de violações aos direitos dos povos indígenas durante a ditadura militar brasileira. Considera que o direito à verdade está associado às políticas da vida e, portanto, configura-se em um problema de governo. Com base nesses pressupostos teóricos, o objetivo é analisar as artimanhas discursivas da ditadura militar na produção do índio como inimigo interno na grande arquitetura de seu projeto desenvolvimentista e os efeitos dessa política sobre os povos indígenas. Verifica-se no Relatório e em vários documentos consultados pela CNV a propagação, nos discursos dos agentes do Estado, dos índios como obstáculos ao desenvolvimento do país. Com essa concepção, o Estado não mediu esforços no sentido de acelerar a “integração” dos povos indígenas e colonizar seus territórios, com graves consequências sobre a vida dos índios. Após as investigações sobre os crimes do Estado contra os povos indígenas, as conclusões e recomendações da CNV podem ser consideradas como diretrizes para a instauração da política de reparação dos direitos dos povos indígenas, logo, como condição para o exercício da governamentalidade necessária à instauração do Estado democrático de direito.

Palavras-chave: Discurso; Ditadura militar brasileira; Violação de direitos; Povos indígenas; Governamentalidade; Resistência.

Abstract: This work is based on the contributions of Discourse Analysis, especially the contributions of archeogenealogy of Michel Foucault for analysis of knowledge-power relations that engender the discourses, focusing on what the Comissão Nacional da Verdade - CNV (Brazil) inscribe about violations of the rights of indigenous peoples during the Brazilian military dictatorship. It considers that the right to truth is associated with life policies and, therefore, it is a problem of government. Based on these theoretical assumptions, objective is to analyze the discursive artifices of the military dictatorship in the production of the indian as an internal enemy in the great architecture of its development project and the effects of this policy on indigenous peoples. It is found in the report and various documents consulted by the CNV, the propagation, in the speeches of state agents, of the Indians as obstacles to development. With this view, the state spared no efforts to accelerate the "integration" of indigenous peoples and colonize their territories, with serious consequences on the lives of Indians. After investigations on State crimes against indigenous peoples, the conclusions and recommendations of the CNV can be considered as guidelines for the establishment of the restitution of the rights of indigenous peoples, therefore, as a condition for the exercise of governmentality necessary for the establishment of democratic state of law.

Keywords: Discourse; Brazilian military dictatorship; Violation of rights; Indigenous peoples; Governmentality; Resistance.

1 Introdução

A CNV (Brasil) apontou em seu relatório final, grande quantidade de crimes cometidos contra os povos indígenas pelo Estado brasileiro e conclui que esses crimes foram resultado direto de políticas estruturais do Estado ou de sua omissão. Para o objetivo central deste trabalho, interessa referir aos crimes relacionados à construção do índio como inimigo no jogo discursivo que instaura a política desenvolvimentista do regime militar e a questão da soberania nacional, pilares movedores dessa produção discursiva do índio como inimigo, subsidiada por uma postura racista que perfila o índio como desaculturado e, portanto, precisando ser integrado ao processo civilizatório.

O processo de integração dos povos indígenas posto em prática pela ditadura foi acompanhado de uma série de crimes contra os direitos dos povos indígenas, a começar pelo investimento na assimilação da cultura hegemônica e consideração do índio como dotado de uma cultura inferior que deveria ser corrigida. Em nome do desenvolvimento crimes de genocídio, etnocídio e promoção de certidões negativas fraudulentas eram práticas que garantiram as várias construções planejada pelo modelo econômico e de desenvolvimento do regime.

Em seu relatório final, a CNV apresenta à sociedade suas conclusões das investigações sobre as violações contra esses povos e suas recomendações para instauração da reparação política necessária à consolidação da justiça transaccional rumo à promoção da democracia e ao Estado Democrático de Direito. A partir dessas recomendações, consideramos que o direito à verdade está associado às políticas da vida, e, portanto, configura-se em um problema de governo. Com base nesses pressuposto teórico, o objetivo do trabalho é analisar as artimanhas discursivas da ditadura militar na produção do índio como inimigo interno na grande arquitetura de seu projeto desenvolvimentista e os efeitos dessa política sobre os povos indígenas.

Ainda é foco neste trabalho os mecanismos que instauram a resistência dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus direitos, especialmente na luta pelo território e em defesa de suas tradições culturais.

2 Violações aos direitos dos povos indígenas no contexto investigado pela CNV

A Comissão Nacional de Verdade - CNV (Brasil) investigou violações dos direitos humanos no período entre 1946 e 1988. Em seu trabalho, a CNV apurou que os povos indígenas sofreram graves violações de seus direitos humanos neste período. No Relatório da CNV (2014) consta que deslocamentos forçados de suas terras, torturas, prisões, estupros, práticas de genocídio foram algumas das violações praticadas pelo Estado brasileiro, em associação com setores empresariais e ruralistas, contra os povos indígenas. O Relatório afirma que essas violações foram sistêmicas e resultaram diretamente de políticas estruturais do Estado, que deve responder por elas, tanto por suas ações diretas quanto pela sua omissão. Segundo a CNV, omissão e

violência direta do Estado conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos apresentaram variações: a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e não fiscalizando a corrupção em seus quadros de funcionários envolvidos e o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios, sem que omissões letais, particularmente na área da saúde e no controle da corrupção deixassem de existir. Na esteira dessas ações, com o Plano de Integração Nacional, a União favoreceu a grandes interesses privados, atropelando direitos dos índios.

Como resultado das políticas de Estado, a CNV estima que ao menos 8.350 foram mortos no período investigado, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Observa que essa quantidade inclui apenas aqueles casos em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa e ressalta que o número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada, pois em seu período de atuação a CNV só teve tempo de investigar 10 povos indígenas, em um total de 247 povos existentes.

A partir de 1970, a política da ditadura militar torna-se mais agressiva nas violações dos direitos dos povos indígenas, sobretudo quando o governo investe na integração da Amazônia, estimulando a construção de obras que provocaram a remoção forçada de grupos indígenas de seus territórios, em benefício de construção de estradas e da política de colonização pretendida pelos militares na região amazônica.

Pode-se afirmar que o esbulho de terra esteve na origem das violações contra os índios e foram os planos governamentais que sistematicamente desencadearam a espoliação dessas terras. Dentre esses planos do Regime Militar, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Nacional¹ (PIN) que visava à ocupação da Amazônia, representada pelo governo como um vazio populacional. O PIN tinha como meta principal a integração da Amazônia e surge como proposta para resolver o problema das famílias da região nordeste, acometidas pelo flagelo da seca. Sustentado nessa situação emergencial, a proposta do governo incorpora paulatinamente novos elementos para defender seu projeto como a defesa da soberania nacional, necessária, segundo o governo militar do Presidente Garrastazu Médici e o pensamento militar brasileiro, para afastar o interesse de países estrangeiros naquela região.

Para implementação do PIN, as justificativas do governo mascararam as motivações de suas ações, pois há denúncias na CPI da FUNAI de 1977 que as transferências forçadas não serviam apenas para viabilizar

¹ Nos anos 70, reconhecidos como fase de endurecimento do regime militar, a política indigenista dos governos da ditadura torna-se mais agressiva. O Plano de Desenvolvimento Nacional, proposto pelo Presidente Garrastazu Médici, estimula a ocupação da Amazônia, com consequências desastrosas sobre a vida dos povos indígenas. O PIN representou um grande plano de integração da região amazônica e se materializou basicamente na construção de rodovias. No caso da Rodovia Transamazônica, o pensamento dos governos militares sustentava que ela poderia ajudar no desenvolvimento daquela região e constituir-se em alternativa para os nordestinos afetados pela seca, discurso emergencial que mascarava os interesses econômicos e políticos dos militares na colonização da região.

obras de infraestrutura, mas também para liberar terras indígenas visando à implantação de projetos agroindustriais. É fato que no mesmo ano de 1970, começa no sul do Pará a exploração de minério no que viria a ser, em 1980, o Projeto Grande Carajás². Como infraestrutura de apoio iniciam-se a Hidrelétrica de Tucuruí e a Estrada de Ferro Carajás, obras que impactaram diretamente vários povos indígenas da região e estados próximos ou que compunham os interesses econômicos do regime. Os Parakanã, por exemplo, foram contatados e removidos para possibilitar a estrada Transamazônica, e depois foram removidos novamente para dar lugar ao lago de Tucuruí. Esse povo foi removido cinco vezes entre 1971 e 1977. (Relatório da CNV, 2014). Também os Waimiri-Atroari foram massacrados, entre os anos de 1960 a 1980, para dar espaço, em suas terras, à abertura da BR 174, à construção da Hidrelétrica de Balbina e à atuação de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas que existiam em seu território. Esse povo foi quase exterminado pela violência militar. Esses são apenas dois casos dentre as várias violações cometidas contra povos indígenas afetados pelo plano desenvolvimentista da ditadura.

Vários outros povos indígenas sofreram remoções forçadas ou outros tipos de crimes como a poluição de rios que impactaram sobre suas vidas, o que foi intensificado pela “corrida do ouro” que se deu após o mapeamento de áreas promissoras de recursos minerais feitas pelo projeto Radam da Amazônia de 1970, posteriormente RadamBrasil³. O depoimento do Ministro do interior no governo de Médici, Jarbas Passarinho, reconhece isso:

Logo que o Projeto Radam evidenciou a presença de ouro no subsolo, e a Perimetral Norte levou o acesso até a terra milenarmente ocupada pelos Yanomami, que aconteceu? A morte de mais de 50% da tribo de Catrimani, causada por gripe e doenças, que não são mortais para nós, mas o são para índios não-aculturados. Não foi só nessa tribo, mas em várias outras, onde que se deu a presença dos garimpeiros. Eles poluíram os rios com mercúrio, afastaram a caça pelo barulho, provocaram a fome e a desnutrição dos índios, enquanto contra nós avolumava-se a acusação de que praticávamos o genocídio. Não era exagerada a denúncia. (RELATÓRIO da CNV, 2014, p. 209).

² O Projeto Carajás, oficialmente conhecido como Programa Grande Carajás (PGC), foi um projeto de exploração mineral, implantado entre 1979 e 1986, na mais rica área mineral do planeta. Estendendo-se por 900 mil km², numa área que correspondente a um décimo do território brasileiro, cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do sudoeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Foi criado pela então empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce, durante o governo Figueiredo. O projeto Grande Carajás engloba uma das maiores áreas de exploração de minérios do mundo e está ligado às atividades da Vale, privatizada em 1998. Carajás não se limitou apenas a explorar a mineração; existiam outros projetos agropecuários de extração florestal, que tinham por objetivo o desenvolvimento da região.

³ Em outubro de 1970 foi criado o Projeto RADAM - Radar da Amazônia - priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971 iniciou-se o aerolevanteamento. Devido aos bons resultados do projeto, em julho de 1975 o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando ao mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL. O projeto RADAM recomendou, ao final, a criação 35.200.000 hectares de unidades de conservação de proteção integral e mais 71.500.000 ha de uso sustentável na Amazônia. Desse esforço foi gerada uma coletânea de mapas temáticos e relatórios, com base em imagens de radar, que conjugada ao documento Termo de Referência para uma Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, produzido pelo IBGE em 1986, podem ser considerados os primeiros esforços de ZEE mais consistentes no País.

É grande a lista de violações aos direitos dos povos indígenas sistematizadas pela CNV. Embora ela seja representativa da ação criminosa da ditadura militar contra esses povos, vale destacar aqui as motivações do regime militar, a natureza desses crimes e os efeitos sobre a vida desses povos.

3 A produção do índio como inimigo na ditadura militar: artimanhas e práticas discursivas

Em suas investigações, Foucault permite-nos perceber que o discurso sempre se produz em função de relações de saber e poder e que há uma relação mútua entre as práticas discursivas e não discursivas na produção social dos sentidos. Sublinha que o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual se constituem os saberes de um momento histórico. Assim, o discurso é o espaço onde saber e poder se articulam na produção de verdades. Para Foucault os discursos deixam entrever um conjunto de regras próprias de uma prática discursiva. É dessa forma que “devemos não mais tratar os discursos como conjunto de signos [...] mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos” (FOUCAULT, 2000, p. 56), o que deixa entrever que as práticas sociais, ligadas às relações de poder e o discurso, é um campo estratégico de lutas. É com esse entendimento que em outro momento de sua reflexão sobre o poder, saber e discurso Foucault acentua que o discurso deve ser analisado em termos de estratégias, de guerra, de política, de interesse, pois o discurso está numa relação de força.

Com Platão, se inicia um grande mito ocidental: o de que há antinomia entre saber e poder. Se há o saber, é preciso que ele renuncie ao poder. Onde se encontra saber e ciência em sua verdade pura, não pode mais haver poder político. Esse grande mito precisa ser liquidado. Foi esse mito que Nietzsche começou a demolir ao mostrar, em numerosos textos já citados, que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado como saber (FOUCAULT, 2002, p. 51).

Com o olhar sobre a relação saber-poder e seus efeitos na produção do discurso, em vários momentos de sua genealogia, Foucault tenta explicar o funcionamento do poder e seus efeitos sobre o discurso. Nesse prisma, dirá que “o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos. (FOUCAULT, 1986, p. 10).

Essa noção de discurso é esclarecedora para entendermos que a produção do índio como inimigo dar-se em relações de saber e poder que estruturam os dizeres de uma época em conformidade com as relações de força em funcionamento. A construção do índio como inimigo se dá, portanto, numa trama discursiva que ao invés de nos apresentar um referente aponta para uma história dessa produção. História que não se dá sem confronto, sem resistência dos sujeitos envolvidos em relações sociais e políticas muito concretas. É o caso do manifesto dos bispos do Brasil em defesa da vida dos índios ameaçados pelo poder militar que emerge como um protesto, uma voz em favor da vida dos índios, ameaçada pelas práticas de

genocídio do regime militar sobre esses povos. Ele mostra que o discurso é um espaço de luta, reflete o conflito entre as forças que estruturam o social.

Em 1974, bispos e missionários do extremo oeste do Brasil publicaram o manifesto “Y-Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer”. Trata-se de uma denúncia da violação aos direitos mais elementares da população indígena brasileira que se intensificava no país, especialmente na região da Amazônia, devido a construção de estradas projetadas pelo governo no bojo de ações do PIN. O manifesto inscreve no fio do discurso práticas discursivas e não discursivas cujos enunciados são produzidos no jogo das relações de poder que perfilam o tratamento dado aos indígenas pelo regime militar. Assim, Y-Juca Pirama descreve as condições que fazem emergir práticas de extinção dos povos indígenas na política do regime militar e que tornam visíveis políticas de genocídio e etnocídio que o projeto desenvolvimentista implantado põe em execução, com total conveniência da FUNAI:

Em função dessa opção “desenvolvimentista” assim caracterizada é que se constituem os organismos administrativos, como a FUNAI. Muito a propósito vêm as recentes palavras do etnólogo Carlos Moreira Neto, do Conselho Nacional de Pesquisas: “O Brasil passa por uma febre desenvolvimentista que pode estar influenciando maleficamente a FUNAI”. (BIENNÈS, *et al*, 1974, p. 169).

Em 1977, após várias denúncias de violações cometidas contra povos indígenas e de corrupção no órgão indigenista, instaurou-se uma CPI para investigação da FUNAI. O relatório da Comissão produziu o seguinte diagnóstico:

A Fundação Nacional do Índio segue, de certa maneira, a prática do órgão antecessor, o Serviço de Proteção ao Índio. Mas “moderniza” esta prática e a justifica em termos de “desenvolvimento nacional”, no intuito de acelerar a “integração” gradativa: absorve e dinamiza aquelas práticas, imprimindo-lhes – a nível administrativo – uma gerência empresarial (Renda Indígena, Programa Financeiro do Desenvolvimento de Comunidades, etc.). Assim, a própria posição administrativa da Funai na estrutura nacional reflete a assimetria de relacionamento existente entre a sociedade nacional e as sociedades indígenas. Ao mesmo tempo em que a subordinação da Funai a um determinado ministério, o do Interior, resulta numa hierarquização de prioridade, que dificulta sua ação, ao nível da prática levada a efeito pelos dois órgãos não existe qualquer descontinuidade, ou seja, com vistas a aceleração de uma “integração-evolução” – meta da política oficial – a Funai vincula-se ao ministério “dinâmico” responsável pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico-financeiro-regional (RELATÓRIO DA CNV, 2014, p. 202).

Como se pode ver, a FUNAI, órgão que deveria proteger os direitos dos povos indígenas, assumiu uma postura de convivência com o Estado, facilitando as condições para execução de seu projeto de desenvolvimento para o país. Isso se deu em vários contextos da política indigenista posta em prática na ditadura que, em nome da defesa de seu projeto desenvolvimentista, reconfigurou a identidade do índio brasileiro que de defensores das fronteiras nacionais⁴, passou a ser visto como um empecilho ao

⁴ No período imperial os índios foram aproveitados no processo de demarcação das fronteiras nacionais e na defesa do território, tendo sido reconhecida sua importância na participação da Guerra do Paraguai, com destaque para sua capacidade na atração e captura do inimigo, devido seu vasto domínio empírico das faixas de fronteira, o que lhes rendeu o reconhecimento de defensores das fronteiras nacionais.

desenvolvimento do país, um inimigo do seu crescimento econômico. Assim, conforme mostra o Relatório da CNV (2014), o regime militar operou uma inversão na tradição histórica brasileira, uma vez que os índios, que na Colônia, no Império e na República foram vistos e empregados na defesa do território brasileiro, passam a ser considerados como um risco à segurança e à nacionalidade. De defensores das fronteiras do Brasil, passam a suspeitos, a virtuais inimigos internos, sob a alegação de serem influenciados por interesses estrangeiros ou simplesmente por seu território ter riquezas minerais, situar-se nas fronteiras ou se encontrar no caminho de algum projeto de desenvolvimento. Visto como obstáculo ao desenvolvimento, o regime cria todas as condições para tirar o índio do caminho, o que se manifestava no discurso dos representantes do regime:

E se ali se encontrarem os índios? Eles não podem impedir a marcha do “desenvolvimento” e devem ser “integrados”, “aculturados” para colaborar no crescimento nacional. “O desenvolvimento da Amazônia não pára por causa dos índios”. [...] “E por que eles hão de ficar sempre índios?” (Ministro Costa Cavalcante, citado em BIENNÈS, et al, 1974, p. 170).

O discurso do ministro José da Costa Cavalcante⁵ ecoa no pensamento militar brasileiro e é demonstrativo das práticas que instituíram o projeto desenvolvimentista dos governos militares e a política indigenista do golpe de 64 que, na defesa de seu projeto, incorporou ao discurso a defesa da aculturação desses povos, como forma de apresentar uma justificativa à nação para a ocupação de territórios indígenas em áreas de interesse para execução do seu projeto econômico.

O Relatório da CNV apresenta vários crimes que se relacionam à construção do índio como inimigo no jogo discursivo que instaura a política desenvolvimentista do regime militar e a questão da soberania nacional, pilares movedores dessa produção discursiva do índio como inimigo, subsidiada por uma postura racista que perfila o índio como destituído de cultura e, portanto, precisando ser integrado ao processo civilizatório.

Esse discurso e práticas que propunham a integração do índio é discriminatório, pois desvaloriza a cultura dos índios ou os considera desaculturados, devendo serem conduzidos a assimilar a cultura hegemônica. Tal processo sustenta-se em relações de saber e poder que instaura do racismo e seus efeitos de exclusão social e políticos sobre os sujeitos afetados. Assim, o discurso de integração do índio à nação

⁵ Eleito deputado federal em 1962 e depois em 1966, licenciou-se desse último mandato ao ser nomeado [Ministro das Minas e Energia](#) pelo presidente [Costa e Silva](#), em 15 de março de 1967, permanecendo à frente do cargo até 27 de janeiro de 1969 quando foi reposicionado no [Ministério do Interior](#). Como ministro de Estado foi um dos participantes, em 13 de dezembro de 1968, da 43ª sessão do [Conselho de Segurança Nacional](#) que aprovou unanimemente a vigência do [Ato Institucional Número Cinco](#) (AI-5), marco do endurecimento da [ditadura militar brasileira](#). Com o afastamento do presidente da República por questões de saúde e a ascensão de uma [junta militar](#) em 31 de agosto de 1969, foi mantido no ministério e lá permaneceu ainda durante todo o governo [Emílio Garrastazu Médici](#). Em abril de 1974 foi nomeado diretor-geral de [Itaipu](#) pelo presidente [Ernesto Geisel](#) e exerceu a função até o fim do governo [João Figueiredo](#), em 1985, cargo que a partir de 1980 acumulou com a presidência das [Centrais Elétricas Brasileiras](#) (Eletrobras).

proposta pelo regime militar brasileiro, contribuía para a instauração de práticas políticas de desindianização⁶ dos povos indígenas.

Maeso (2010), analisando a produção da desindianização em uma comunidade do Quinto, observa que essa se produz no jogo de relações de poder que rotula o índio como possuidor de uma cultura inferior que deve moldada pelas políticas civilizatórias patrocinadas pelo Estado para integrá-lo à nação. Discurso que fundamenta a política de integração em diferentes contextos latino-americanos, nos quais circulam imaginários do índio como dotado de uma cultura inferior:

Los imaginários sobre el índio que se configuran como hegemónicos desde mediados del siglo XIX producen una semántica de la diferencia (cultural) como distancia de los estados más avanzados del civilización, una semántica donde lo racial aparece como una condición ontológicamente inferior pero que, al mismo tiempo, puede ser “corregida” mediante un determinado proceso de aculturación. Lo racial y lo cultural se constituyen como categorías tensionadas en las prácticas discursivas, en las luchas políticas y en los procesos de identificación tanto de los grupos dominantes como de los subalternos (MAESO, 2010, p. 98).

Embora contextualize uma outra realidade social, as observações de Maeso fornecem elementos para pensarmos o processo de produção das práticas políticas que instauram o racismo no tratamento dado ao índio. O enunciado do “E por que eles não de ficar sempre índios?” presente no discurso do Ministro já citado acima, materializa o racismo que subjaz à política de aculturação do índio, manifestando ações que propõem sua “correção” cuja consequência é a desindianização. O mesmo processo de construção de sentidos inscreve-se na construção do índio como de pouco poder cognitivo, podendo ser enganado pelo forasteiro. No Brasil, os militares produziram um discurso atravessado da suspeita falaciosa de que os índios seriam “presas fáceis” aos interesses externos na região amazônica, podendo facilitar a penetração de instituições estrangeiras em território nacional, especialmente na Amazônia e, mais precisamente, na faixa de fronteira. Esse discurso omite os interesses das forças militares nessas regiões, organizando-se em uma retórica de defesa da soberania nacional, ameaçada pela cobiça internacional e pela pressuposição de um permanente estado de insegurança nacional.

A produção discursiva do índio, a partir de traços negativos a ele atribuídos, tem raízes com um determinado processo de formação das identidades sociais que vai se delineando na colonização pelo europeu, como tipificação baseada no pressuposto de raça, produzindo com isso uma violência simbólica e de poder. Assim, para Quijano (2005) a ideia de raça, presente nas novas identidades que vão se constituindo

⁶ Segundo o Relatório da CNV (2014), a política indigenista a partir de 1969 apressa o que entende por indianização, pois incomodada pela tradição jurídica do Brasil de respeito às terras indígenas, a tentativa de solução que ela adota é de abolir por canetada os detentores desses direitos à terra. [...] O Ministro do Interior, Rangel Reis, declara à CPI da FUNAI em 1977 que “o objetivo permanente da política indigenista é a atração, o convívio, a integração e a futura emancipação”. É esse mesmo ministro quem, em 1978, tentará decretar a emancipação da tutela de boa parte dos índios, a pretexto de que eles já estão “integrados”. O Relatório ainda menciona que vários dirigentes da FUNAI, nessa época, insistem em aplicar “critérios de indianidade” para descaracterizar os sujeitos de direitos. Foram os protestos da sociedade civil em 1978 que contribuíram para retirar esse expediente da pauta do governo. Conforme o Relatório, não há dúvida de que a política de assimilação cultural preconizada pelo desenvolvimento do Estado se caracteriza como um programa de etnocídio.

no período colonial estabeleceu-se simultaneamente a um modelo de dominação econômica que se tornava forte com o andamento do projeto colonial, ao mesmo tempo que lhe garantia legitimação. Para esse autor, valores discursivos de superioridade foram incorporados aos conquistadores europeus e o *status* relacional de subalternização aos povos conquistados, o que foi acompanhado por uma suposição de diferenças biológicas, psíquicas e intelectuais que marcavam a superioridade do europeu e a inferioridade do outro, o “conquistado”. Essa separação entre o europeu e o outro inscreve uma vontade de verdade da cultura eurocêntrica por meio de processos que naturalizavam sua superioridade. Assim, a ideia de índio dizia respeito à forma como o europeu via o outro, negando sua cultura, desvalorizando-a. Atesta-se, com isso, que a produção discursiva do outro se dá sob relações de poder que produzem saberes como verdade, registrando o funcionamento de uma vontade de verdade da cultura hegemônica.

Para Orlandi (2008), desde que a ideia de “descobrimento” foi difundida, operou-se um processo relacional nos planos político, social e científico (a ciência torna o indígena observável e tipificado), cultural e religioso, no qual a diferença e, mais que isso, a própria existência indígena é sistemática e violentamente apagada ou inviabilizada. É desse modo, que a premissa do “vazio” garante a legitimidade de uma construção imagético-discursiva que potencializa o decalque da Europa para o chamado “Novo Mundo”, silenciando e inviabilizando os sujeitos históricos que aqui se encontravam. Esse processo de construção do outro está na base da construção e separação das raças e nos traços negativos que identificam o outro.

Esse processo de construção do outro foi também usado negativamente na indisposição dos militares para com os povos indígenas. Na verdade, a produção do índio como inimigo é resultado de um processo muito longo que tem seu início no trato da geopolítica nacional, com início no século passado e com resultados mais visíveis no cenário nacional, a partir da década de 1970. Nos dias atuais, esse cenário não é diferente, uma vez que a Constituição de 1988 garantiu importantes direitos indígenas, com destaque para os direitos territoriais, os quais resultaram no reconhecimento pelo Estado – e demarcação – de terras indígenas extensas e contínuas na faixa de fronteira internacional. Essa presença indígena na região tem sido vista como empecilho pelos militares que elegeram a faixa de fronteira e a Amazônia para instalação de pelotões, operações de treinamento e vigilância que jugam necessárias à defesa da fronteira e da Amazônia, o que tem contribuído para ocupação do território indígena pelas forças militares e deslocamento dos povos indígenas nesta região ou cria dificuldades à vida desses povos.

Dada essa realidade, a produção do índio como inimigo se produz também em relações que deixam entrever no discurso que o indivíduo é produzido por jogos de verdade que “os designa por sua individualidade própria, lhes fixa a sua identidade, lhes impões uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 302). É nesse sentido que para Foucault (1979) deve-se evitar descrever o poder apenas em termos negativos, pois o poder de fato ao invés de somente mascarar, esconder, censurar e reprimir produz o sujeito com seus rituais de verdade.

Rosa (2015) observando o processo de formação da identidade do índio pelo seu outro, afirma que a visão do colonizador preconizou um certo protótipo de identidade alicerçada no modelo europeu que se constituía na composição de um projeto civilizatório caracterizado majoritariamente por marginalizar possíveis variantes a uma condição bestializada, inacabada e inferior. Assim, para essa autora, na produção do índio como inimigo, presentifica-se uma lógica binária em que A é diferente de B. Essa diferença põe em funcionamento uma relação sempre baseada em nós-eles, onde “nós” não contém “eles” e vice-versa. Nessa lógica subjaz uma visão essencialista, universalista e excludente que tem como principal objetivo construir e reforçar hierarquias sociais e estereótipos. Portanto, sua operacionalidade acomoda-se muito bem à produção do racismo e seus efeitos de exclusão e negação dos direitos do outro no jogo de forças sociais em conflitos, no qual a produção negativa de uma cultura pode também servir como argumento para justificar sua condição de inferioridade social, como algo que é da ordem da norma.

4 Conclusões e recomendações da CNV: políticas de reparação como questão de governamentalidade

Consideramos que as Conclusões e Recomendações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil) constitui-se em discurso, o que exige que sua análise considere a produção histórica das relações saber-poder que envolve sujeito e sentidos e descreva as condições que possibilitaram que certas coisas fossem ditas. Nessa perspectiva, a análise aqui proposta concebe que as conclusões e recomendações emergem relacionando verdade e direitos humanos e, assim, marca a problematização da relação entre sujeitos e governo como sendo da ordem da liberdade e como imperativo da democracia e respeito aos direitos humanos, portanto, como investimento em torno da vida.

Essa problematização da Verdade como política da vida, nos encaminhou para olhar o Relatório da Comissão da Verdade como um indicativo à sociedade e ao governo do Brasil para a adoção de medidas jurídicas e políticas indispensáveis à democracia, uma vez que introduz na ordem dos discursos e das práticas de governo o Direito à Verdade como condição de ruptura da violência do passado, no presente, e como condição para a construção da democracia.

Na discussão sobre verdade e construção da democracia, o trabalho de Abrão e Torelly (2010) observa que nos países em que o Direito à Verdade foi politicamente instaurado, um instrumento privilegiado utilizado por diversas nações foram as políticas denominadas de *Justiça de Transição ou Transicional*, entendida como uma resposta concreta às violações sistemáticas ou generalizadas aos direitos humanos. O objetivo da *Justiça de Transição* é o reconhecimento das vítimas e a promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática. A justiça transicional não é uma forma especial de justiça, mas

uma justiça de caráter restaurativo, na qual as sociedades transformam a si mesmas depois de um período de violação generalizada dos direitos humanos.

Ainda para Abrão e Torelly (2010) no contexto de transição do regime autoritário para o regime democrático, percebe-se a necessidade de se estabelecer pelo menos as seguintes dimensões políticas na instauração de uma Justiça de Transição: promoção da reparação às vítimas; fornecimento da verdade e construção da memória; regularização das funções da justiça e restabelecimento da igualdade perante a lei e, por fim, reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos, de modo a verificar como tais dimensões constituem-se em verdadeiras obrigações jurídicas no sistema de direito pátrio. Tais dimensões são fundamentais como orientadoras da relação entre comissão da verdade, instituições e movimentos sociais como forma de se garantir a disseminação do princípio do direito à verdade na institucionalização da liberdade política e do regime político democrático.

Em um quadro político assim configurado, instaura-se mecanismos de governamentalidade na condução política dos sujeitos e na promoção de seus direitos. Tal noção pode ser uma ferramenta operacional na atuação dos sujeitos e sua constituição ético-política na construção do regime democrático.

No desenvolvimento de seu pensamento sobre o funcionamento do poder, Foucault apresenta a noção de biopoder, especialmente nas obras “O nascimento da Biopolítica” (2008) e “Em defesa da sociedade” (2005) e “Segurança território e população” (2008), afirmando que o biopoder/biopolítica surgiu como meio de racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população. Nesse contexto, apresenta a noção de governo/governamentalidade, como técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens, o que aponta para elementos envolvidos no governo de si e dos outros.

Por esta palavra, “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de uma série de saberes. [...] (FOUCAULT, 2005, p. 143-144).

Nos desenvolvimentos do que entende por governamentalidade, Foucault incorpora a questão das condutas e, assim, a governamentalidade aplica-se ao aprimoramento do governo de si e dos outros. Nesta linha de discussão, a dissertação de Valdeir Both (2008) estabelece a relação entre biopoder e direitos humanos para defender que, nas sociedades biopolíticas modernas e contemporâneas, os direitos humanos, no momento em que se constroem como discurso verdadeiro, cumprem a função bipolar de, por um lado, legitimar as sociedades biopolíticas e, por outro lado e ao mesmo tempo, lhe produzem as principais resistências. Nessa linha de raciocínio, o contexto do direito à memória e a verdade que se estabelece no

exercício da justiça transacional relaciona também verdade e direitos humanos e, assim, configura-se como uma questão de governamentalidade⁷.

Assim, o Relatório Final da CNV funciona como dispositivo de governamentalidade, pois não só desvenda as responsabilidades, mas ajuda na definição de uma nova política pública de transparência e de reparação política, na relação entre o poder político do Estado e a população em geral. Nesse processo, a disseminação dos valores democráticos é tarefa que deve transcender e constar nas políticas públicas de todos os governos que passaram por experiências de políticas autoritárias e pretendem alicerçar a experiência da democracia.

O contexto do dever de memória em que se enquadra a CNV é bem caracterizado por Genro e Abrão (2010), ao afirmarem que mais do que uma luta ou conflito de memórias a sustentarem versões oficiais antagônicas e competitivas da história, o que temos em um cenário pós-autoritário e traumático para uma sociedade política é a necessidade de exercitamos a memória. Assim, é no trabalho de rememoração que podemos construir uma identidade que tenha lugar na história e não que possa ser fabricada. Para esses autores, trata-se de um dever de memória, um dever que exige disposição e vontade política. O exercício deste dever é condição imprescindível para que haja verdadeiramente o apaziguamento social, caso contrário a sociedade repetirá o uso arbitrário da violência, pois ela não será reconhecida como tal. A memória aqui não é importante só para que não se repita jamais, mas também por uma questão de justiça às vítimas da Ditadura.

Esses autores ainda enfatizam que o trabalho de recuperação da memória só será positivo se o Estado alterar a lógica originária de reprodução burocrática do próprio poder e se a sociedade exigir a reparação política. Como se pode ver, o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais democráticos é determinante no processo de construção de verdade, pois no jogo dos mecanismos que instauram a governamentalidade, inscreve-se o futuro dos Estados democráticos.

A CNV regista em suas conclusões sobre a violação dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas, que essas violações se articularam em torno do objetivo central de forçar ou acelerar a integração desses povos e colonizar seus territórios sempre que isso foi considerado estratégico para implementação do projeto político e econômico do Estado. Ressalta ainda que é exatamente neste período, através da promulgação do Estatuto do Índio, que a “integração do indígena” à “comunhão nacional” passa a ser consignada na legislação enquanto principal objetivo da política indigenista do país, ao lado da proteção da cultura indígena. Na leitura da CNV, a contradição patente entre a política de integração

⁷ A noção de governamentalidade que aqui trabalhamos liga-se ao momento em que Foucault faz emergir a subjetivação para dar conta da constituição ético-política que coloca o sujeito em sua relação com o poder como sujeito de resistência. É então com base neste foco relação poder e resistência que assumimos esse conceito para tratar da constituição do sujeito de direitos no objeto deste trabalho. Nessa perspectiva, a governamentalidade é tratada considerando a discussão de Foucault sobre as condutas por meio das quais ele trata da relação entre governo de si e dos outros e postula as contracondutas como técnicas de si para se livrar da sujeição. (Cf. MARTINS; PEIXOTO JUNIOR, 2013)

e aquela voltada para à proteção da cultura e dos territórios indígenas, além de manifestar-se na prática da política indigenista, também transparece no Estatuto do Índio, quando em seu artigo 3º, parágrafo 2º, exclui-se da definição de “comunidades indígenas” ou “grupos tribais” aqueles que estiverem integrados à comunhão nacional. Foi essa incogruência que motivou posteriormente a tentativa do governo, através da Funai, de “emancipar” boa parte dos índios, visando considerá-los “aculturados” e, com isso, argumentar que perderiam seus direitos territórios assegurados pelas constituições de 1946 e 1967. Assim, se estabeleceu uma política na qual, ao invés de proteger os “usos, costumes e tradições” indígenas, o Estado atuou diretamente para alterá-los sempre que se julgou que os índios se apresentavam como um “empecilho” para o projeto político do governo. Produziu-se, desse modo, uma política de exceção, a partir da qual o “modo de ser” de cada um dos povos indígenas permaneceu sempre sob suspeita e a proteção dos seus territórios, assegurada pela Constituição, tornou-se absolutamente passível de relativização ao sabor de interesses políticos. Como vimos, essa mesma postura guiou a formulação do índio como inimigo.

A CNV acentua que é reconhecido no texto constitucional de 1988 que “o modo de ser” de cada povo indígena depende da garantia de suas terras, de forma a promover as condições para proteção e o desenvolvimento de seus “usos, costumes e tradições”. Assim, práticas que impeçam os “modos de ser” dos povos indígenas fere os direitos mais fundamentais da democracia, tais como a liberdade de pensamento e a liberdade de culto e representa a tentativa de extinção de povos enquanto coletividades autônomas.

A Comissão enfatiza, ainda, que enquanto não houver a reparação por todas as terras indígenas esbulhadas durante o período por ela investigado, não se pode dizer que se tenha realizado a transição para um regime democrático e pluriétnico.

Conforme essa avaliação, a CNV sistematiza recomendações que devem ser consideradas pelo Estado brasileiro para que uma política de reparação seja efetivada. A Comissão da Verdade enfatiza que os crimes relacionados à espoliação de terras e aos “modos de ser do índio foram os mais recorrentes e desencadearam várias outras violações. Assim, neste tocante, recomenda: pedido público de desculpa do Estado aos povos indígenas pelo esbulho das terras e pelos demais tipos de violações de direitos humanos ocorridos sob sua responsabilidade direta ou indireta e reconhecimento pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transacional do Estado, de que a perseguição aos povos indígenas visando a colonização de suas terras, constitui-se em crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena. Recomenda também a regulação e desintrusão das terras indígenas e a recuperação ambiental das terras esbulhadas e degradadas.

Essas medidas consubstanciam o estabelecimento da governamentalidade necessária para que a democracia se efetive em um Estado que praticou violações aos direitos humanos e são imprescindíveis para a reparação política dos crimes contra os povos indígenas no contexto brasileiro. Nesse sentido, as

recomendações podem ser vistas como técnicas de governamentalidade que deveriam ser adotadas pelo Estado.

5 Considerações para efeito de fim

As investigações da CNV (Brasil) sobre as violações aos direitos dos povos indígenas durante o período investigado (1946-1988) mostraram que tais violações ocorreram por omissão ou ação direta do Estado brasileiro e decorreram, em sua grande incidência, de interesses deste na implementação de políticas para assegurar seu projeto de desenvolvimento. Registra-se no Relatório da CNV que as principais violações, especialmente no período da ditadura militar, se articularam em torno do objetivo central de acelerar a “integração” dos povos indígenas e colonizar seus territórios, sempre que o Estado considerou isso estratégico para a implementação de seu projeto político e econômico.

Neste artigo centralizamos no estudo das violações contra os direitos dos povos indígenas no período da ditadura militar, com destaque para a produção do índio como inimigo, uma estratégia do regime de negação dos valores dos povos indígenas, construídos pelos militares como uma ameaça à soberania nacional e ao desenvolvimento.

Mostramos que esse processo inscrevia no seu bojo uma ideia de raça cujos traços identitários marcavam o índio como inferior e, portanto, dotado de características negativas em sua índole, cultura e modo de ser. Esse processo de construção do outro, próprio da colonização, estabeleceu-se por uma lógica da diferença consubstanciada pela exclusão. Assim, na visão de superioridade da cultura eurocêntrica, o índio era o oposto do que era considerado socialmente válido e desejado, devendo ser aculturado, processo que incitava a integração do índio à sociedade nacional com viés ideológico de uma política assimilacionista da cultura dominante.

As terras indígenas também se tornaram motivo de conflitos pelos interesses que esses tinham nelas para instalarem suas bases militares, com a produção de um discurso forjado na defesa da soberania nacional, o que favoreceu a produção do índio como inimigo, uma ameaça ao desenvolvimento. Uma retórica que encobria os reais interesses dos planos do governo e das forças armadas no território indígena. Mesmo na atualidade, esse interesse se mantém, com sérias dificuldades para a vida dos povos indígenas em seu território, dividindo-o com a presença das bases militares e suas operações de treinamentos.

Quanto à produção do índio como inimigo, o processo seguiu mecanismos históricos que marcaram a construção de uma identidade do índio com traços negativos atribuídos pelo europeu colonizador para quem o outro era inferior. No caso da produção do índio como inimigo, acentuou-se que este era “presa fácil” ao jogo de interesses do estrangeiro pelo território brasileiro, especialmente pela região da Amazônia e, portanto, incapaz de defender os interesses internos do país.

Embora tenha sido historicamente produzido com traços negativos, o índio engajou-se em movimentos que positivaram sua identidade e o reconhecimento de seus direitos étnicos na Constituição de 1988. O fato é que o movimento indígena deslocou aos traços depreciativos e estereotipados imputados pelo europeu e mesmo pelo brasileiro a sua identidade. O movimento indígena vem contribuindo para a ressignificação das identidades dos povos indígenas, a reconstrução da autoimagem desses povos, com foco no diálogo intercultural.

As recomendações da CNV ao Estado brasileiro, para reparação das violências cometidas contra os povos indígenas pela ditadura militar é um início do processo de governamentalidade necessário à consolidação da democracia e, no caso das violações aos direitos dos povos indígenas, representam mecanismos que devem ser seguidos para que os indígenas possam desfrutar de seu território e da cidadania conquistada.

Referências Bibliográficas

- BIENNÈS, D. Máximo.; et al. Y-Juca Pirama: o índio – aquele que deve morrer. In: HECK, Egon Dionísio.; SILVA, Renato Santana da; FERREIRA, Saulo Ferreira (Orgs.). **Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio**. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012.
- BOTH, Valdevir. **Biopoder e o discurso dos direitos humanos: um estudo a partir de M. Foucault**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISSINOS, 2008.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade das formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo; Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo; Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: Curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MAESO, Silvia Rodríguez. Ciudadanos indígenas, racismo y luchas políticas en una comunidad de la periferia de Quito. **E-cadernos Ces**, n. 07, p. 94-122, 2010. Disponível em: <https://eces.revues.org/377>. Acesso em: 22 Jun., 2016.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO, Carlos. Augusto Jr. Deslocamentos na Governamentalidade: a. Subjetivação como resistência ético-política em Foucault. In: **Revista Psicologia e Política**, v. 13, n. 27, p. 145-259, 2013. São Paulo. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1519-549X20130002&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 13 maio, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto. velho e novo mundo. Campinas: UNICAMP, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, 2015, p. 257- 277. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/issue/view/2728>. Acesso em: out. 2016

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Violência no discurso: insulto, hostilidade e cinismo

Geovana CHIARI (UFSCar)
geovanachiari@hotmail.com
Vanice SARGENTINI (UFSCar)
sargentini@uol.com.br

Resumo: Considerando os acontecimentos políticos que afligiram o Brasil nos anos de 2014 a 2016, o objetivo deste artigo é analisar a circulação, os modos de produção e interpretação do insulto no discurso político na atualidade, atentando para suas distintas materialidades, como a verbal, imagética, corporal, e seus efeitos, com o propósito de responder a alguns questionamentos, a saber: A quem servem os insultos? Quais são as perdas e quais são os ganhos políticos com a intensificação de tal prática? Os insultos podem modificar a reputação de um candidato e influenciar os resultados de uma eleição? Para tanto, pautamo-nos nos aportes teórico-metodológicos da Análise do discurso de linha francesa, além dos recentes trabalhos sobre agressividade no discurso verbal na França, embasando-nos nas reflexões feitas por Bouchet (2010), Kerbrat-orecchioni (2010), Oger (2012) e Reetz (2015).

Palavras-chave: Insulto; Discurso político; Intolerância; Ódio; Redes sociais.

Abstract: Considering the political events that afflicted Brazil in 2014 and 2016, we aim at analyzing the circulation and the forms of production and interpretation of insults in contemporary political discourse, drawing attention to their different materialities (body and verbal language, image) and effects. In doing so, we seek to answer the following questions: to whom serve these insults? Which are the political losses and gains with the intensification of this practice? Can insults modify the reputation of a candidate and influence the results of an election? To accomplish these objectives, we draw on French Discourse Analysis framework and on studies on aggressiveness in verbal discourse in France, such as Bouchet (2010), Kerbrat-orecchioni (2010), Oger (2012) e Reetz (2015).

Keywords: Insult; Political discourse; Intolerance; Hate; Social networks.

1 Introdução

“Depois que descobriram as contas dele na Suíça, eu parei de bater no deputado Eduardo Cunha. Parei porque ninguém chuta cachorro morto, mas hoje vou ter que bater porque o cachorro continua latindo”.

“Outro cara de quem estou com nojo é Michel Temer. E eu não tenho outra palavra que não nojo. Faz dois anos que ele vem conspirando contra a presidente.”

(Vice-líder do governo na Câmara, deputado Silvio Costa (PT do B-PE) em seu discurso na tribuna para votação do processo de impeachment.)

O discurso político comporta de forma intrínseca várias formas de violência. Isso se dá pelo fato de o campo da política estabelecer-se no embate de projetos de governo com objetivos distintos, no confronto entre grupos político-partidários em disputa, no desejo da manutenção de poder de um ou de outro grupo. A desqualificação do adversário é a regra do jogo político. São várias as faces da violência que, de certa forma são reivindicadas como legítimas nesse embate pelo acesso ao poder: são agressões verbais, simbólicas e até físicas. É mais frequente empregar-se o termo agressividade para referir-se à violência presente no discurso político, sendo que a compreensão deste termo pode ser feita em duas direções: aquela do insulto ao sujeito político (produzida contra os modos de pensar que sustentam uma ou outra ideologia), ou seja, o insulto aos candidatos, aos partidários e aos apoiadores; e a outra compreensão é a que invoca a noção de agressividade como propulsora, como fonte de distribuição de um discurso enérgico, que se apoia na combatividade, na imoderação e na veemência para garantir e fortalecer o discurso. Ainda que essas duas concepções de agressividade não se distingam completamente, havendo uma linha tênue que as separam, orientada conforme o cálculo político que se ajusta de acordo com o aumento da tensão política, neste artigo, o foco recairá sobre a agressividade como um insulto, empregado como uma arma complexa do afrontamento político.

Algumas questões orientam as discussões e as análises ora propostas. Para que servem os insultos? É uma arma ofensiva ou defensiva? Podem modificar a reputação de um candidato ou vir a influenciar os resultados de uma votação ou de uma tomada de decisão? Quais são suas formas? E possuindo expressões diversas, como pode ser reconhecido? Que efeitos produzem?

A agressividade no discurso político inscreve-se na longa duração. Há relatos na história de imenso desequilíbrio entre as forças políticas, nos quais o insulto poderia ser punido com isolamento ou morte. Na curta duração, em referência ao Brasil, o Regime Militar, como estado de exceção, reprimia todas as formas de oposição ao governo ditatorial e os insultos ao governo autoritário não podiam circular, o que não significa que não circulassem, uma vez que os grupos civis opositores da ditadura valiam-se das mais diversas estratégias de afrontamento político, ainda que isso lhes causasse, em diferentes graus de gravidade, exílio, encarceramento, tortura, desaparecimento. Os valores democráticos, reconquistados com o fim da ditadura, por sua vez, semearam, gestaram e reafirmaram o exercício da liberdade de expressão, que supostamente

pode levar o sujeito enunciador a acreditar que tudo pode ser dito, não importando de qual modo, ignorando que os dizeres são pautados por uma 'ordem do discurso' regida por processos regulatórios que definem que não se pode dizer qualquer coisa, para qualquer pessoa, em qualquer circunstância (Foucault, 1971), e disso advém consequências. Considerando os acontecimentos políticos que afligiram o Brasil nos anos de 2014 a 2016, o objetivo deste texto é analisar os modos de produção, circulação e interpretação do insulto no discurso político na atualidade, observando suas formas diversas como a verbal, imagética, corporal e seus efeitos, a fim de responder para o quê servem e a quem servem os insultos, bem como se há e quais são os ganhos e as perdas políticas com a intensificação dessa prática.

2 Insultos: interpretação, produção e circulação

A princípio o insulto está associado ao emprego de palavras agressivas que, lançadas de assalto contra o outro, produzem o efeito de negar-lhe o nome próprio, atribuindo-lhe um outro nome que o constranja e o rebaixe. Entretanto, ainda que um amplo leque lexical esteja disponível em cada língua para ofender e ridicularizar o adversário, toda palavra pode ocupar esse espaço quando se trata de inscrevê-la em um contexto de afrontamentos. Como há formas estabilizadas que servem à produção do discurso agressivo, não é necessariamente a presença de xingamentos que indicará a agressão. Uma peça publicitária que circulou no primeiro semestre de 2016, oferece-nos um bom exemplo de que toda palavra pode ser agressiva.

Para um mundo sem palavrões, use Tigre; ou então use palavrões fofinhos.
[Inicia-se o diálogo de dois trabalhadores da construção civil, em tom agressivo]:
-Pô, Milton, seu jujuba de aniz!
-Como é que é?
-Por que você não usou Tigre, cara? Agora o chefe vai ficar uma pelúcia com a gente!
-Ah, vai comer beijinho antes da janta!
-Vai você seu grandessíssimo... Salamê mingué!
-Salamê mingué, não, hein!
Calma, o que é isso gente!
-Cajuzinho diet!
-Seu arrotinho de bebê! (...)¹

As expressões empregadas como jujuba de aniz, salamê mingué, cajuzinho diet e arrotinho de bebê são reconhecidas como forma de agressão quando inscritas nesse contexto de ataque pela rudeza da voz, pela dureza da expressão facial, além de ser também sustentado por uma construção sintática que introduz as palavras supostamente ofensivas. Nessa peça publicitária pretende-se o efeito de humor produzido pelo descompasso entre os termos usados, pertencentes ao universo da brincadeira infantil e inocente, que na voz dos adultos e ditos com gravidade, tornam-se fonte de riso e produzem um efeito-injúria (Oger, 2012). O surgimento dessa peça publicitária não ocorre de forma isolada do que se passa conjuntamente no Brasil

¹ Extraído de: http://www.tigre.com.br/pt/midias.php?rcr_id=22 Acesso em 12/07/2016.

nesse período. Pretendendo o humor a partir da ironia, a peça publicitária espelha a amplificação da ocorrência de insultos no Brasil, no primeiro semestre de 2016.

Há na política uma expansão desordenada do insulto (Bouchet, 2010), que nos apresenta pelo menos três problemas. Um deles dá-se pelo fato de o insulto que ocorre na política, em espaço público, ser recorrente, sendo que a cada semana há novos casos, de ofensas verbais. Entretanto, essas palavras ofensivas podem ser “sufocadas, combatidas, retransmitidas, infladas, transformadas, acolhidas pelo silêncio, pela denegação, ironia ou riso, por um insulto em retorno, pela ameaça, ou podem ainda desencadear processos ou golpes” (Bouchet, 2010, p. 11-12). Há, portanto, uma variedade de parâmetros a serem considerados no desencadeamento dessa ofensa. A imprensa noticia a banalização com a qual o insulto pode ser ouvido, sem que venha a ser fixado e ter maiores consequências:

"Seu patife, me respeite, seu indecente, bandido, cara de ladrão, fala de ladrão e membro de quadrilha. Muito obrigado." Alguns deputados riram do colega Wladimir Costa (SD-PA) no Conselho de Ética, na última terça (7).

O presidente, José Carlos Araújo (PR-BA), tentou continuar a sessão, como se nada tivesse acontecido. *"Com a palavra, o deputado..."* Foi preciso esperar os ânimos se acalmarem, mas, de fato, nenhum dos congressistas pareceu exatamente surpreso.²

Outro problema dessa expansão do insulto refere-se à dificuldade de circunscrever suas formas. É frequente apreendê-lo pelas expressões verbais, mas também ele dá-se por expressões faciais, gestos, atitudes como repulsa, silenciamento, dentre outras, a exemplo da declaração de Fábio Martins, em seu Facebook, com reprodução em diversos jornais e revistas, sobre o fato de ter se recusado, com um gesto, a cumprimentar o candidato Aécio Neves em campanha.

Ameaças, injúrias, racismo!

Entre outras coisas, é o que venho enfrentando desde sexta-feira, quando neguei cumprimentar um político!

Me calei, fiz questão de não responder individualmente aos insultos que venho recebendo, pois acredito e ponho fé no direito das pessoas se posicionarem perante qualquer situação, (Democracia é isto!) e foi somente o que fiz perante o candidato: me posicionei!

*Fui taxado como mal educado, e realmente é mal educado quem nega um cumprimento a qualquer um que seja, mas só queria deixar bem claro que um candidato me estender a mão três dias antes de uma eleição, cercado de jornalista em um aglomerado onde jamais havia pisado, nunca representaria uma cordialidade, e sim uma ação a qual, tivesse aceitado o aceno do político, estaria dizendo gestualmente pra todos que concordo com ele e o apoio, e foi sem hipocrisia que tomei minha atitude, que foi política sim, mas não partidária (...)*³

Nesse fragmento, duas formas de insulto são apontadas. O insulto, pela atitude e pelo gesto do cidadão de não estender a mão ao candidato em campanha, sendo decorrente disso um sentimento de agressão, que, por sua vez, desencadeou, em retorno, ofensas verbais de “ameaças, injúrias e racismo”. Esse episódio reafirma o quanto o insulto, na política, pode atuar como uma arma defensiva, capaz de tirar o

² <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780783-palavroes-e-xingamentos-se-acumulam-em-disputas-entre-politicos.shtml> Acesso em 12/07/2016.

³ <http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/201cnao-sou-homem-de-me-arrepender-do-que-faco201d-8048.html> Acesso em 12/07/2016.

sujeito de uma situação difícil, bem como ser compreendido como uma arma ofensiva que leva à estigmatização do outro.

O terceiro problema deve-se ao fato de o insulto tratar-se de uma prática volátil, sendo difícil rastreá-la completamente, pois ele pode surgir em vários espaços, ainda que seja mais frequente e visível em manifestações públicas, em tribunas de assembleia, em entrevistas e debates de políticos e atualmente, de forma intensamente distribuída, em comentários e diálogos nas redes sociais.

Portanto, o insulto é intenso e persistente, formaliza-se não só verbalmente, mas também de diversas outras formas e em diferentes lugares, sendo que o discurso político se dá em espaços públicos, em circunstâncias de presença ou audiência coletiva, e também em espaços virtuais. Isso dificulta que estabeleçamos em nosso arquivo de análise uma delimitação que seja capaz de oferecer-nos respostas às nossas questões: A quem serve essa intensa circulação do insulto no discurso político? Quais são suas formas e quais efeitos produzem? Focalizaremos, então, intercorrências do insulto no período de 2014 a 2016, ocasião em que uma forte crise política instalou-se no Brasil. Temos ciência da impossibilidade de tratar de dados quantitativos que exigiriam um levantamento, a nosso ver impossível, das ocorrências de insulto, fato que faz atermo-nos a dados qualitativos, que expressem as regularidades que se expõe de forma mais visível à sociedade nesse período.

3 As formas e os efeitos do insulto: a violência verbal.

A agressividade no discurso político inscreve-se no tempo da ação política, que pode estar relacionada a um acontecimento e desse não advir desdobramentos ou a uma sequência de acontecimentos que produzem um conflito mais amplo. É nesse último que inscreve-se nosso interesse de análise. Partiremos de um acontecimento de grave ofensa no campo político. Referimo-nos ao coro de vozes direcionados à Dilma, na ocasião da Abertura dos Jogos da Copa Mundial de Futebol, na qual a presidenta foi hostilizada.

DILMA É HOSTILIZADA PELA TORCIDA QUATRO VEZES NA ESTREIA DA COPA DE SÃO PAULO

12/06/2014 16h24 - Atualizado às 18h43

A presidente Dilma Rousseff e o mandatário da Fifa, Joseph Blatter, foram hostilizados na abertura da Copa, nesta quinta-feira (12), no Itaquerão.

A presidente foi hostilizada quatro vezes durante o dia. Na primeira, antes da partida, os torcedores gritaram "ei, Dilma, vai tomar no c...", enquanto outros gritavam "ei, Fifa, vai tomar no c...".

Os xingamentos contra Dilma foram fortes, mas localizados. Ecoaram na área VIP (uma das mais caras) e em outras partes do estádio. A hostilidade não durou muito tempo, mas acabou voltando após o hino nacional.

A presidente voltou a ser hostilizada após aparecer no telão do estádio, comemorando o segundo gol do Brasil sobre os croatas. O quarto protesto ocorreu próximo ao fim do jogo.⁴

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/06/1469313-blatter-e-dilma-sao-hostilizados-dentro-do-itaquerao.shtml>

Partimos desse acontecimento pelo fato de nele estar simbolizado o desencadeamento de um confronto mais amplo. A ofensa verbal feita publicamente, e nesse caso, em rede mundial, ganha extrema visibilidade e exhibe o afrontamento político, uma vez que poderia vir a ser trivial se não fosse feita a uma presidenta. O sujeito interpelado – *Ei, Dilma* – responde pela função que representa. Ainda que nomeada, o que poderia nos levar a interpretar que se trata de um insulto a sua individualidade, na circunstância em que ocorre, o insulto ao chefe de Estado significa um insulto à instituição.

O insulto produz o efeito de rebaixar o outro. Se as relações entre aquele que insulta e o insultado são simétricas o recurso à argumentação é abandonado e o confronto é logo atingido e eleva-se. Nas tratativas não diretas, isso é face-a-face, amplia-se a chance de maior agressividade, como ocorre, por exemplo, nos diálogos ocorridos pelas redes sociais. Quando a relação é assimétrica, é possível que o insultante pense duas vezes antes de dirigir, ao seu superior hierárquico, uma ofensa, pois pode ser sancionado, seja processualmente, politicamente, no seu meio, etc. Entretanto o jogo do insulto no meio político exige o agrupamento daqueles que insultam, fato que afasta a punição individual; além disso maior força terá se ocorrer em espaço público, produzindo um ‘efeito-manada’. O coro, em sua repetição, rebaixa o outro de sua posição hierárquica, inscrevendo-o na relação simétrica, cujo resultado é o abalo da imagem e a fragilização da pessoa. Esse movimento ofensivo modifica a reputação de um candidato e exige que ele tenha uma resposta defensiva, que pode vir em forma de insulto.

A intolerância produzida na campanha de 2014 estende-se e intensifica-se ao longo do ano de 2015 e 2016. Converte-se muitas vezes na verbalização, a pulsão agressiva física e psicológica que se quer direcionar ao opositor. Claire Oger (2003) indica que se deve considerar com prudência a valorização da violência verbal, apresentada por vezes como substituta da violência física. Um exemplo é a morte simbólica, produzida no processo linguístico, atribuída à Dilma Rousseff. A Revista *Isto é* publicou uma capa expondo a suposta histeria da presidenta. O texto que acompanha a imagem diz: “Em surto de descontrole com a iminência do seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”⁵, já considerando, pelo emprego da nominalização, como fato concluído a sua saída do cargo. Sendo assim, mesmo onde não há a expressão de xingamentos, pode haver forte insulto. Para Claire Oger (2006), no caso das mulheres, a humilhação traumática do insulto misógino é comparada àquela do estupro. Fato a respeito do qual a presidenta Dilma também não foi poupada, considerando os polêmicos adesivos de carro.

De mesma forma, uma ofensa pronunciada por um presidente ressoa como um insulto ao povo. Como exemplo, podemos citar as palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, consideradas

⁵ Revista *Isto é*. Edição de 03/04/2016.

ofensivas, ao comentar o resultado da eleição presidencial, na qual a candidata Dilma Rousseff, do PT, foi reeleita:

PT CRESCEU NOS GROTÕES PORQUE TEM VOTO DOS MENOS INFORMADOS, DIZ FHC

Do UOL, em São Paulo 06/10/2014 12h02

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB) disse nesta segunda-feira (6) que o **PT cresceu nos grotões do país** e que o Partido dos Trabalhadores tem o voto dos "menos informados". A declaração foi dada aos blogueiros do **UOL Josias de Souza** e **Mário Magalhães**.

"O PT está fincado nos menos informados, que coincide de ser os mais pobres. Não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados", afirmou o ex-presidente.

"Essa caminhada do PT dos centros urbanos para os grotões é um sinal preocupante do ponto de vista do PT porque é um sinal de perda de seiva ele estar apoiado em setores da sociedade que são, sobretudo, menos informados", disse FHC.

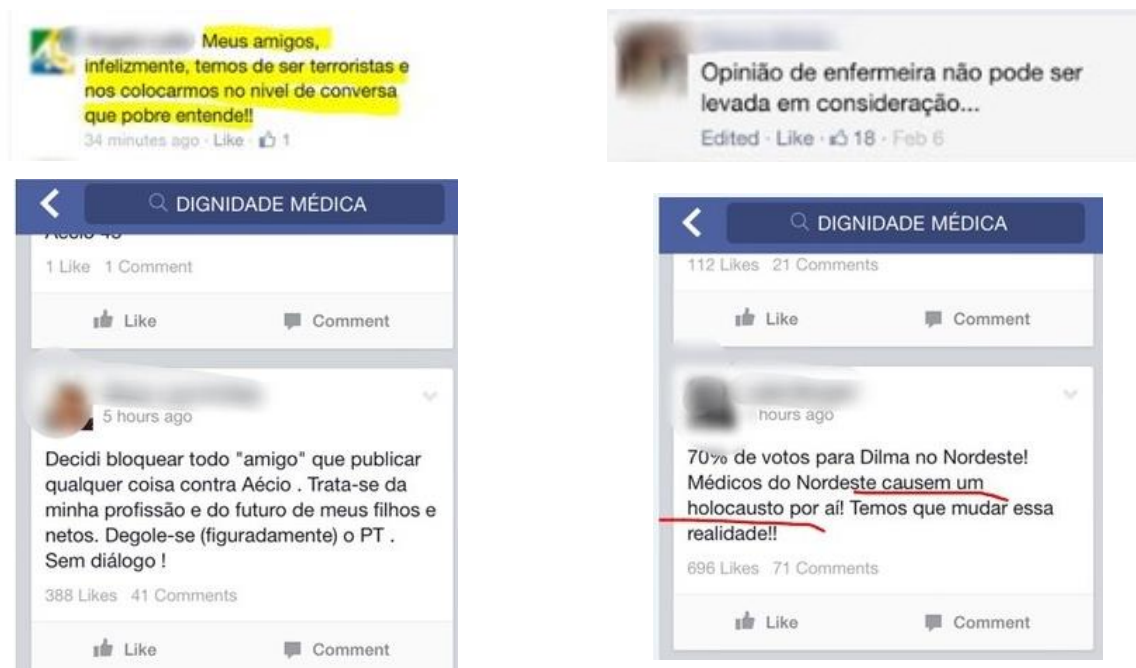
Poderíamos ponderar que o insulto feito ao chefe de Estado ou emitido por ele equilibra-se em duas balanças: é indispensável ou até mesmo salutar, porque supostamente é um direito democrático, mas também estrategicamente o efeito dessa ofensa é produzir a fragilidade da presidência. Como uma das características da injúria é minar as regras de eloquência, não deixando espaço para a dialética consensual ou serena, resta apenas a arte da controvérsia e da disputa (dialética erística), na qual se trata apenas de ganhar por qualquer meio e qualquer preço (Angenot, 2008).

A ofensa do ex-chefe de Estado ao cidadão da nação rendeu grande espaço de visibilidade midiática e discussão nas redes sociais. Como havia dados (a serem considerados conforme divulgados na ocasião) de que o número de votos à candidata Dilma Rousseff era prioritariamente advindos da região nordeste do país, associou-se que o povo daquela região seria aquele denominado por FHC de 'menos informados', além dos 'grotões' serem consideradas as regiões distantes do eixo Rio São Paulo. Desencadeou-se, assim, um sentimento de ofensa, porque o argumento ressoou pautado na oposição historicamente construída entre o civilizado e o rude (o bruto, o grosseiro). Entre a cultura e a natureza, marca-se a oposição polido versus impolido, sendo esse último aquele reconhecido pela falta de educação que denuncia a ignorância. A cultura associa-se à civilidade, à polidez, ao domínio racional da vida social. A natureza é signo da barbárie que produz aquele que não convém e dá espaço para a brutalidade das pulsões instintivas, que a civilidade propõe que seja banida (Montandon, 1995). Soma-se a isso a afirmação de que aqueles assim caracterizados coincidem com aqueles que são pobres. Nessa ocasião, uma fenda ainda maior se abriu entre os cidadãos eleitores elevando a tensão política e reafirmando e acentuando uma bipolarização que não tem tolerância com a dialética da argumentação: Se você fala, eu não te escuto!

A intolerância e a agressividade que parece não ter limites, nem mesmo argumentação, tornando-se mais direta e ofensiva, encontram terreno fértil nas redes sociais.

Para exemplificá-las, extraímos quatro imagens⁶ do grupo intitulado “Dignidade médica” no Facebook. A escolha de tais imagens justifica-se pela repercussão e polêmica que alcançaram. A rede social recebeu várias denúncias a respeito da incitação ao ódio e preconceito, sobretudo contra os nordestinos. Após algumas denúncias, a Procuradoria-Geral da República recomendou que integrantes do Ministério Público Federal fizessem um levantamento das denúncias em todos os Estados, a fim de instaurar processos criminais contra os autores das postagens preconceituosas. Vejamos algumas delas:

Figuras 1, 2, 3 e 4.



Na imagem 1, instaura-se o preconceito contra o pobre, associando sua carência de recursos ao baixo nível de compreensão e entendimento. Embora o termo “conversa” apareça, para que o diálogo ocorra, nessa perspectiva, é necessário que os indivíduos estejam em níveis equivalentes de compreensão. Desse modo, o sujeito enunciador insere-se na posição “Rico”, justificando sua agressividade verbal pelo fato de ter que se colocar no nível de conversa do menos desfavorecido. Com isso, o excerto em questão dialoga com discursos de que é o pobre que é agressivo, profere palavras de baixo calão, dentre outros imaginários. Tenta-se, portanto, eximir-se da culpa: “Insulto porque o outro só compreende por meio da agressividade”; “Sou agressivo, porque me coloco na posição do meu interlocutor”. Nesse caso, o outro é desqualificado e censurado pela sua situação socioeconômica.

Na imagem 2, por sua vez, o preconceito se dá contra uma classe profissional (enfermeiros), dialogando com discursos que circulam na sociedade acerca da superioridade dos médicos em relação aos

⁶ As imagens podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-17/pt-pede-que-justica-tire-grupo-dignidade-medica-do-ar-apos-postagens-racistas.html>>. Acesso em 11.01.2017.

enfermeiros. Nesse excerto, a censura e a intolerância parecem ser predominantes, uma vez que o pertencimento de um indivíduo a uma determinada profissão, tornaria sua opinião inválida.

Na imagem 3, vemos novamente a expressão da vontade de censura do outro – “Sem diálogo!”-, não por pertencer a determinado nível econômico ou profissão, mas por estar diante de opiniões contrárias às suas. O sujeito deseja a morte simbólica de um partido – “Figuradamente” - e o bloqueio de todos aqueles que apresentarem mensagens contrárias ao que defende.

O nível da agressividade e intolerância simbólicas parece adquirir graus tão elevados que atingem o limiar entre a violência verbal e física. Vejamos o último exemplo que ratifica tal afirmação. Na imagem 4, menciona-se o desejo de matar “fisicamente” os nordestinos, pelo fato da candidata Dilma ter tido o maior número de votos nesse Estado. Há uma convocação para que os médicos “causem um holocausto” nessa região. Nesse caso, o discurso do ódio ganha força recebendo a aprovação de 696 perfis, como mostra o número de “curtidas”.

Observamos que se procura atingir o adversário desqualificando-o por meio de comentários acerca de sua situação socioeconômica, de suas aptidões intelectuais, de sua vinculação geográfica, de sua orientação moral, de sua profissão, dentre outros aspectos que fazem com que a agressividade deixe de ser apenas ofensiva, em diferentes formas e graus, e se torne também intolerante.

Para Angenot (2008), o recurso à violência verbal é mobilizado por todas grandes ideologias que são objeto de uma adesão inquestionável. Quando a posição política é tomada como sagrada, como objeto de devoção, a retórica partidária empenha-se em produzir falsificações, zombarias, difamações. Assim, os insultos verbais produzem um valor de união e de desunião. União de um determinado grupo que angaria seguidores e se define pela oposição a outro grupo. Essa ação mostrou-se muito visível nas redes sociais, ambiente ideal para a construção e a estabilização da posição política de um grupo e a reafirmação da polarização.

A ofensa verbal pode, então, ser descrita para além do fato linguístico, ser considerada como uma prática discursiva no sentido foucaultiano que pretende a adesão, a identificação e o pertencimento a um grupo, e produz uma forma de resistência. Isso leva-nos a compreender a sua intensificação nos últimos dois anos em relação às discussões políticas no Brasil.

Há várias formas de produção da violência verbal (xingamentos, ameaças, ironia, sobreposição de vozes), e de distribuição dessa agressão verbal. Neste período em análise, circularam intensamente cartazes que obtiveram em várias ocasiões grande visibilidade, seja nas ruas em manifestações públicas, seja nas assembleias de votação na Câmara Federal ou no Senado. A produção e exibição de cartazes com o enunciado *Tchau querida* mostra a passagem de um termo afetuoso para agressivo, sendo possível focalizar os deslizamentos de sentidos que produzem.

No dia 16 de março de 2016, foi divulgado na mídia de ampla distribuição, o áudio de um grampo telefônico, não autorizado, feito ilegalmente pelo Juiz Sérgio Moro, com um diálogo entre Dilma e Lula. Na conversa, falam sobre o termo de posse a ser entregue ao Lula, ele se despede de Dilma, dizendo “Tchau querida”. Essa expressão, para usar os termos da comunicação virtual, *viralizou* e tornou-se um *meme*. Veja a transcrição da ligação:

Dilma: Alô.

Lula: Alô.

Dilma: Lula, deixa eu te falar uma coisa.

Lula: Fala querida.

Dilma: Eu tô mandando o Messias junto com o papel para a gente ter ele e só usar em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?

Lula: Aham, tá bom. Tá bom.

Dilma: Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.

Lula: Tá bom. Eu fico aguardando.

Dilma: Tchau

Lula: Tchau querida.

O diálogo entre o ex-presidente e a então presidenta deu-se em um tom de familiaridade que se revela como uma polidez afetiva. Na perspectiva interacional, a familiaridade expõe, ou pretende, uma relação horizontalizada entre os interlocutores e essa proximidade exhibe relações de simpatia, afeição, amizade, intimidade e amor (Kerbrat-Orecchioni, 1992). As expressões de familiaridade mudam, entretanto, de valor quando são empregadas deslocadas da proximidade entre os interlocutores, não se justificando nem pelo grau de conhecimento, relações de familiaridade ou de situação comunicativa. Os políticos jogam esse jogo da intimidade, seja com homens ou com mulheres, mas quando se flagra essa familiaridade deslocada, o interlocutor é visto como insolente (Reetz, 2015), tendo passado dos limites, colocando a autoridade do outro em questão. Todo esse jogo está envolvido na passagem do *Tchau querida*, dito pelo Lula, para aquele que é alçado a figurar em cartazes erguidos em assembleias no Congresso, ou na capa da Revista Veja⁷, nos quais o *Tchau querida* não representa familiaridade, mas ironia e um modo de velar um ato de violência verbal. Kerbrat-Orecchioni (2010) denomina de polirruidez (em francês *polirudesse*) os enunciados que em aparência são da ‘polis’, sob os quais, entretanto, dissimulam-se uma ameaça ou agressão.

Os sujeitos políticos recorrem à polirruidez, pois com ela pretendem manter a boa imagem pública e ao mesmo tempo atacar seu adversário. O *Tchau querida* desempenhou essa função, mas além disso ele tem a marca linguística de gênero feminino e isso não pode ser ignorado, uma vez que empregado de forma irônica o termo querida tem conotação misógina e expõe a fragilização da mulher como autoridade. Após a votação do Impeachment de Dilma Rousseff, o termo deslocou-se para outro político, sendo utilizado pelos opositores de Eduardo Cunha, que passaram a endereçar-lhe cartazes com *Tchau querido*.

⁷ Capa da revista Veja do dia 07 de maio de 2016. Fonte: veja.abril.com.br

4 Da violência verbal à violência simbólica

Essa intensa circulação de insultos entre os sujeitos políticos e, em extensão, entre seus seguidores ocorre de modo mais frequente em períodos de campanha eleitoral e em momentos de elevação da tensão na disputa pelo poder político. A agressão verbal é defendida por alguns como uma forma positiva de evitar a agressão física. Entretanto, é preciso ver com reserva essa valorização da violência verbal, porque se por um lado ela pode vir a ser um recurso que mantém a distância corporal entre adversários, por outro a ofensa verbal atua como um recurso simbólico da morte ou da violação, produzindo uma humilhação traumática. No período estudado, dentre muitas, duas ocorrências indicam a forte relação entre a violência verbal e violência física dada de modo simbólico. A primeira a que faremos referência trata-se de uma pichação, no asfalto da rua, exatamente defronte ao condomínio vertical onde habita o entrevistador e humorista Jô Soares:

Política

Intolerância

Calçada de apresentador é pichada: "Morra Jô Soares"

A denúncia foi feita pelo escritor e amigo Fernando Morais, que atribui o ataque ao fato de Jô Soares ter entrevistado a presidenta Dilma Rousseff

por Revista Forum — publicado 19/06/2015 10h08, última modificação 19/06/2015 16h22⁸

A notícia circulou na mídia no caderno de política (observe que não foi no Caderno Cidades ou em Colunas de fatos diversos). A pichação foi feita em via pública, fato que garante a amplificação do número de pessoas que poderão ver e, conseqüentemente, tal atitude arrebanhará o quadro de seguidores que, tendo a mesma afinidade política, supostamente terão o mesmo desejo simbólico. A violência verbal produz em ampla escala a morte simbólica do adversário.

A segunda ocorrência também se refere ao insulto verbal que de forma simbólica produz o insulto físico. Na sessão da Câmara dos Deputados, nove de dezembro de 2014, o deputado Jair Bolsonaro insulta a Deputada Maria do Rosário:

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) reagiu nesta terça-feira (9) a um discurso da deputada Maria do Rosário (PT-RS) contra a ditadura militar dizendo que ele só não a estupra porque ela "não merece". Ele repetiu ofensa dirigida à mesma deputada em 2003, quando os dois discutiram em um corredor da Câmara.

Em seu discurso, Maria do Rosário, que foi ministra da Secretaria de Direitos Humanos, chamou a ditadura militar no Brasil (1964-1985) de "vergonha absoluta".

Bolsonaro, que é militar da reserva, foi à tribuna em seguida. No momento da fala do deputado, Maria do Rosário deixou o plenário.

"Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias, tu me chamou de estuprador, no Salão Verde, e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir", disse.⁹

O Supremo Tribunal Federal, em 21 de junho de 2016, ao analisar a denúncia da Procuradoria Geral da República e queixa da deputada, entendeu que o pronunciamento incita a prática de insulto e ofende a

⁸ <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/calçada-de-apresentador-e-pichada-201cmorra-jo-soares201d-8801.html>. Acesso em 20/07/2016.

⁹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/bolsonaro-repete-que-nao-estupra-deputada-porque-ela-nao-merece.html> Acesso em 21/07/2016

honra da deputada, tornando Jair Bolsonaro réu por prática de apologia ao crime e por injúria. Nesse caso, fortalece-se o reconhecimento da violência simbólica contra a mulher, exposto no fio do discurso e que vem a ser desnaturalizado, opondo-se ao que historicamente era considerado como instintivo ou espontâneo.

5 A violência corporal: do escatológico à divisão de corpos

Ao abordar o insulto no discurso político nesse período em que ocorreu a votação dos deputados sobre o processo de afastamento de Dilma Rousseff, não há como deixar de mencionar o episódio no qual o Deputado Federal Jean Wyllys cuspe em direção ao Deputado Jair Bolsonaro na sessão de votação do Impeachment na Câmara. Uma das narrativas do acontecido na mídia é a seguinte:

O deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) disse que realmente cuspiu em direção a seu colega Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e afirmou que faria de novo. "Eu cuspiria na cara dele quantas vezes eu quisesse", declarou. O deputado disse que não teme ser processado. Wyllys disse ter sido insultado por Bolsonaro. "Na hora que eu fui votar, esse canalha decidiu me insultar na saída e tentar agarrar meu braço; ele ou alguém que estivesse perto dele. Quando eu vi o insulto, eu devolvi com um cuspe na cara dele, que é o que ele merece", afirmou.

Bolsonaro disse que a cusparada foi um fato gravíssimo, mas ele não decidiu se processará o parlamentar. "Eu vou ver o que eu faço. Isso aí é gravíssimo. Uma cusparada não pode existir no parlamento. Não gosto de processar ninguém, não. Tenho centenas de processos aí por homofobia. Respeito os outros e tenho direito a ser respeitado nas minhas ideias, palavras, votos e opiniões. Uma cusparada foge da normalidade", declarou Bolsonaro.¹⁰

O ato de cuspir contra alguém, ainda que juridicamente não venha a ser considerado um crime, é uma forma de injúria, que pode vir a ser motivo de instauração de processo por ser considerado como um crime contra a honra¹¹. Naquela sessão, a ação de cuspir, conforme resposta de Jean Wyllys, deu-se em resposta aos insultos verbais que lhe foram dirigidos. Assim, temos uma sequência de injúrias que se agravam, passando do verbal ao simbólico, que no gesto de cuspir associa-se a uma agressão física.

Para discutirmos sobre essa forma de insulto, recorreremos às reflexões de Julia Kristeva e Nísia Villaça sobre o corpo abjeto¹². Segundo Kristeva (apud Villaça, 2006, p. 74) "o abjeto é repulsivo porque manifesta uma confusão de limites, que pontua, fratura e fragmenta a suposta unidade [...] dos sujeitos hegemônicos e do corpo político da nação". Para Villaça (2006, p.74), "a abjeção é o espaço da dessemelhança e da não-identidade". O outro, inscrito em um modelo que não é o do corpo ideal, é tomado como monstruoso e seu corpo abjeto ameaça e atrai. O outro ameaça quando é diferente e, portanto, precisa ser colocado à margem. Construídos discursivamente como inimigos públicos por ameaçarem a norma, são vistos como transgressores o negro, o estrangeiro, o homossexual, o pobre, o terrorista, o louco, o

¹⁰ <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/jean-wyllys-cospe-em-bolsonaro-e-diz-que-faria-de-novo.htm>

¹¹ Conforme Artigo 140 do Código Penal (Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

¹² O termo "abjeto" tem origem no latim *abiectus*, participio passado do verbo *abicio*, junção de *ab* (para longe, distante, para baixo) e *iacio* (jogar, lançar, arremessar): "jogar, lançar, arremessar, ejetar, expelir, expulsar para longe", "deixar de lado", "abandonar", "colocar para baixo", "afastar", "retirar", "derrubar", "cuspir".

fundamentalista, dentre outros. Um projeta no outro o corpo abjeto, aquele que se opõe ao seu 'eu'. "Surgimento massivo e abrupto de uma estranheza que, mesmo que me tenha sido familiar numa vida opaca e olvidada, agora me acedia como radicalmente separada, repugnante. Não eu. Não isso. (...) O abjeto e a abjeção são as minhas salvaguardas." (KRISTEVA, [1980],s/d, p.2)

Tudo aquilo que se engoliu forçosamente deve ser purgado. O convite ao vomitão nas redes sociais¹³, os episódios de cusparadas, são formas que protegem. "Nojo de comida, de sujeira, de dejetos, de lixo. Espasmos e vômitos que me protegem. Repulsa. Ânasia que me afasta e me desvia da sujidade, da cloaca, do imundo. (...) O nojo alimentar é, talvez, a forma mais elementar e mais arcaica da abjeção". (KRISTEVA, [1980], s/d p.3). Nesta reação do corpo, está envolvida uma violência inexorável que o coloca no limite entre a vida e a morte. "Esses dejetos caem para que eu viva" (KRISTEVA [1980],s/d p.3). A expulsão salivar atua como limpeza, como condição para a continuação da vida.

Os encontros entre os grupos adversários, assim bipolarizados, foram palco para essa violência simbólica. Além da cena de agressão entre Jean Wyllys e Jair Bolsonaro, houve o episódio de uma jovem que defeca e urina sobre a foto de Bolsonaro e o confronto ocorrido com o artista José de Abreu que chamado de 'petralha', em um restaurante, cospe naquele que nomeia de 'cozinha'.

Como resultante da soma desses episódios de violência – agressões verbais, intimidações simbólicas, constrangimentos sociais, insultos em sessões de votação na Câmara de deputados e de senadores – deliberou-se pela garantia da segurança dos corpos. Um imenso muro sinaliza o caos no país. Indica que as pessoas já não podem racionalizar seus impulsos. O Estado deve intervir na contenção dos corpos.

Área do 'muro' em Brasília será cercada por gradis e terá PMs e cães

MACHADO DA COSTA - DE BRASÍLIA

15/04/2016 02h00

A barreira construída para separar os protestos contra o pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff no domingo (17), na Esplanada dos Ministérios, dividiu opiniões e gerou até debates sobre eficácia e riscos para a segurança dos manifestantes. Pensada pelo governo do Distrito Federal, a estrutura de aço recebeu críticas tanto dos grupos de manifestantes, quanto do governo federal.¹⁴

A expectativa da efetivação da violência física, como uma aposta, motivada pelos fatos de intolerância, expressos por meio até então intenso e contínuo de insultos verbais e violência simbólica fizeram emergir o muro, a grade, a incitação às 'práticas divisoras', termo empregado por Foucault (1978), para explicar como os sujeitos são objetivados e separados. Com dois metros de altura, o muro impedia que os grupos em oposição se vissem. Ao longo de 1 km, desde o Congresso Nacional até o último dos prédios dos ministérios, as placas de aço se estenderam, garantindo a separação dos corpos. A batalha política, que separava os favoráveis à saída da presidenta Dilma Rousseff e os contrários ao impeachment, surge assim

¹³ O vomitão refere-se a um chamamento conjunto a internautas para que postem um ícone de vômito em uma dada página para indicar desagrado. Este é um dos ícones

¹⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761122-area-do-muro-em-brasilia-sera-cercada-por-gradis-e-tera-pms-e-caes.shtml> Acesso em 26/07/2016.

representada na suposta batalha dos corpos. O muro foi erguido por ocasião da votação na Câmara dos deputados no mês de abril e reerguido em maio, quando ocorreu a votação no Senado. Ainda que a divisão pareça momentânea e unicamente atribuída à votação do impeachment, a memória discursiva ativa a memória simbólica do muro que separa o acesso igualitário de todos a tudo. Aos manifestantes a favor do impeachment, atribuiu-se o lado direito do muro, os contrários ocuparam o lado esquerdo. A divisão política mantinha-se expressa nessa atribuição.

As reflexões de M. Foucault referem-se aos corpos como elementos de resistência aos poderes constituídos. “Ele estuda as resistências práticas, sempre alimentadas por essa ‘raiva utópica’ dos corpos dotados da capacidade de suscitar uma nova imaginação política”¹⁵ (SFORZINI, 2014, p. 125). Em seus estudos, Foucault apresenta-nos pelo menos três estudos nos quais o corpo resiste em luta às exigências da verdade. No estudo da histeria, confronta-se a realidade da verdade médica, quando o corpo no jogo complexo entre a realidade da mentira patológica e a ilusão da verdade científica, faz emergir a possibilidade de que o corpo mente. Ao estudar o dispositivo confessional, Foucault (2006) volta a mostrar esse corpo em luta com as demandas da verdade. A Igreja, no século XVI, apoiada nas técnicas disciplinares, faz o penitente confessar, mas afasta das atribuições religiosas a manifestação convulsiva, delegando-a à medicina. Os episódios dos corpos em possessão, no século XVII, constituem afrontamentos de poderes e de verdades. (SFORZINI, 2014). E em um terceiro estudo, Foucault (2011) apresenta-nos a impossibilidade da manifestação da verdade, quando se confronta com o cinismo, no Curso sobre a Coragem de verdade, em 1984. Foucault (2011) observa que o cínico, ele mesmo, se descreve como o homem do dizer verdadeiro. O cínico precisa do espaço público para expor sua existência e na convicção de que ele responde aos quatro valores da verdade – a transparência, a pureza, a retidão e a autossuficiência, – apresenta-se como não dissimulado, dotado dos valores que o afasta dos vícios e dos prazeres, detentor de uma vida correta e que não se deixa ao acaso do destino. Todas essas marcas estão em seu corpo e é com a presença desse corpo que ele trava um combate contra as hipocrisias do mundo.

As crises de histeria, as convulsões dos possuídos, a máscara dissimuladora dos cínicos expõem formas de resistência à verdade e esses eventos, flagrados nas análises feitas por M. Foucault, levam a afirmar a indocilidade dos corpos. Para Sforzini (2014, p. 152), “as grandes batalhas políticas não ocorrem unicamente ao nível das reivindicações dos direitos, mas também, de um lado, ao nível da invenção dos corpos e, de outro, da espessura da experiência do intolerável no que se refere à indignação diante das injustiças”¹⁶.

É pela fala franca que se reconhece o cínico: “sua linguagem é áspera, seus ataques verbais virulentos, suas preleções violentas” (FOUCAULT, 2011, p. 311). A violência no dizer é por fim também uma

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa.

forma de construir no cinismo o dizer verdadeiro. As filas que se engrossaram na direção de um ou de outro lado do muro eram guiadas por verdades cínicas em toda sua agressividade,

Os cínicos representam, de fato, em toda sua agressividade, o momento que a ascense de si vale tão só na medida em que é dirigida provocativamente aos outros, pois se trata de se constituir em espetáculo que ponha cada um em face das suas próprias contradições. De sorte que o cuidado de si se torna exatamente um cuidado do mundo, a ‘verdadeira vida’, chamando o advento de um ‘mundo outro’ (FOUCAULT, 2011, 315).

Do gesto abjeto à separação dos corpos em praça pública é a filosofia da alteridade que está na regência. A marca do verdadeiro é a alteridade, é o que permite abrir a perspectiva de um mundo outro a construir, a sonhar (FOUCAULT, 2011). Os embates corporais entre os dois grupos não ocorreram na Esplanada do Ministério naqueles dias. Talvez a barreira física justifique a docilidade dos corpos. Talvez a manutenção do desejo de um mundo-outro ainda a conquistar, seja uma segunda possibilidade.

Figura 5.



6 Considerações Finais

A agressividade que constituiu a política no período de 2014 a 2016 está expressa muito além do breve levantamento que pudemos ora apresentar e analisar. Entretanto, em resposta à questão central que motivou esse estudo – Para que servem os insultos? –, ponderamos que as ações agressivas e estigmatizantes, legitimadas em sociedades fundadas sobre uma história de violência, são vistas como uma ‘violência necessária e purificadora’ (ANGENOT, 2003), e, nessa perspectiva, essas ações apresentam-se aliadas ao desprezo pela democracia. Considerando isso, os insultos, expressos reiteradamente, servem para encerrar a possibilidade de argumentos, legitimam um esgotamento do debate e encontram justificativas para ocorrerem uma vez que se apoiam no argumento de que o oponente não é capaz de entender, não sabe pensar adequadamente, não merece ser ouvido, não tem condições de viver plenamente a democracia.

Uma cultura de valorização da força (política, social e econômica) associa-se ao direito à reivindicação de um discurso do ódio, do sentimento de injúria, do embate dos corpos. Os insultos, assim autorizados, servem, portanto, para reafirmar as posições dos sujeitos locutores, que se mantêm indisponíveis para a troca, para o exercício do debate.

A agressão serve para estigmatizar o outro, criar inimigos públicos e em resposta a isso criam-se ‘salvadores da pátria’. Esse inimigo público pode estar materializado em um boneco como o Pixuleco, que vinculou uma imagem do Lula a ladrão nas manifestações, ou como o Pinóquio, que associou a imagem de Dilma à mentira; assim como o salvador esteve em infláveis (como o pato colocado no prédio da Fiesp em São Paulo), máscaras (expondo a força repressiva do japonês da federal) ou fotos (representando com distinção a justiça coercitiva de Moro).

O discurso de ódio, que vimos fortalecer-se nas campanhas eleitorais e também no período pós-eleitoral, entre 2014 e 2016, expressa-se por meio de diferentes formas de insultos. Esse discurso abriga a intolerância que compreende o preconceito religioso, social ou político, bem como o sexismo em especial em relação à mulher. Em diferentes graus, os insultos produzem não só ofensas, mas também efeitos de intolerância, conforme articulam-se as relações de autoridade e de poder. A violência é própria do discurso político, mas sua intensificação é uma forma de negação da democracia, de fragilização do cidadão e de reafirmação do poder pela força.

Referências Bibliográficas

ANGENOT, Marc. L’ennemi du peuple et l’agent e l’histoire (1800-1914). In: BONNAFOUS, Simone, *et al.* **Argumentation et discours politique**. Antiquité grecque et latine, Révolution française, Monde contemporain. Actes du colloque international de Cerisy-la-Salle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.

ANGENOT, Marc. **Dialogue de sourds. Traité de rhétorique antilogique**. Paris: Mille et une nuits, 2008.

BOUCHET, Thomas **Noms d’oiseaux. L’insulte em politique de la Restauration à nos jours**. Éditions Stock, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo; Ed. Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. São Paulo, Edições Graal, 2006 (Original Publicado em 1976).

FOUCAULT, Michel. **A Coragem da Verdade: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L’impolitesse en interaction: Aperçus théoriques et études de cas. In.: **Lexis Special Impoliteness/ Impolitesse** (2): 35-60, 2010.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l’horreur: Essai sur l’abjection**. Paris: Éditions du Seuil, 1980, “Approche de l’abjection”, pp. 07-27. Tradução de Allan Davy Santos Sena. (s/d).



https://www.academia.edu/18298036/Poderes_do_Horror_de_Julia_Kristeva_Cap%C3%ADtulo_1 Acesso em 26/07/2016.

MONTANDON, Alain **Dictionnaire Raisonné de la Politesse et du Savoir-Vivre**. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

OGER, Claire. La conflictualité em discours: le recours à l'injure dans les arènes publiques. **Argumentation et Analyse du Discours** [Em ligne] 8/2012. Acesso em 19/07/2016.

REETZ, Marie La polirudesse affective: la familiarité feinte dans l'infotainmentcomique. **Semen** [En ligne], 40, 2015. <http://semen.revues.org/10110>. Acesso em 06/04/2016.

SFORZINI, Arianna **Michel Foucault. Une pensée du corps**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

VILLAÇA, Nízia Sujeito/Abjeto. **LOGOS: Comunicação & Universidade** Edição nº25: corpo e contemporaneidade. Rio de Janeiro, UERJ. Ano 13, 2º semestre 2006. http://www.logos.uerj.br/PDFS/25/LOGOS_N25.pdf Acesso em: 26/07/2016.

Página intencionalmente deixada em branco

As marcas de poder na escritur(ação) do eu

Girlândia Gesteira SANTOS (UESC)

girlandiagesteira@yahoo.com.br

Vânia Lúcia Menezes TORGA (UESC)

vltorga@uol.com.br

Resumo: Neste trabalho, visamos discutir o espaço autobiográfico, como o lócus das várias vozes de um menino-narrador, que pelas memórias transcreve os conflitos internos de um mundo que sendo seu passado, ecoa, ressoa e reverbera o presente de nossa sociedade. Nesse sentido, alguns questionamentos inquietam e movem a reflexão: como as marcas de poder são percebidas na narrativa de um eu, que em sendo 'eu' passa a expressão de um 'nós'? Como a personagem da madrasta, empoderada por um lugar social, marca as relações dialógicas do eu-para-mim e do eu-para-outros na obra? O objetivo é o de discutir como a escritura-ação querosiana em *Vermelho amargo* (2011), revela e desvela as marcas de poder que nas palavras, sentimentos e emoções do menino-narrador circunscrevem e denunciam os modos políticos e o exercício de um poder em uma sociedade que para seus filhos o "nascer é abrir-se em feridas". Desse modo, as relações dialógicas que constroem o elo entre a arte e a vida na narrativa possibilitam ao leitor transvê o passado com a lupa do presente nos traços, imagens, verbos e silêncios que metaforicamente vão desenhando a contemporaneidade política. Para reforçar tal análise, trilharemos o caminho teórico-metodológico fundamentando-se nos estudos de Bakhtin e o Círculo e em Arfuch (2010), para desvelar as marcas de poder que circunscrevem o mundo do menino-narrador e constitui metaforicamente o nosso próprio mundo.

Palavras-chave: Discurso e poder; Autobiografia; Discursos e representações; Alusão; Leitura.

Abstract: In this project, we aim to discuss the autobiographical space as the locus of the various voices of a boy-narrator, who transcribes through his memories the internal conflicts of a world that, being his own past, echoes, resounds and reverberates the present of our society. In this sense, some questions raise discussions and move the reflection: how are the marks of power perceived in the narrative of a self, that in 'I' passes the expression of a 'we'? How does the stepmother's character, empowered by a social place, mark the dialogic relations of the self-to-me and the self-to-others in the respective work? The objective is to discuss how the Querosian scripture-action in *Vermelho amargo* (2011), reveals and unveils the marks of power that in the words, feelings and emotions of the boy-narrator circumscribe and denounce the political standards and the exercise of a power in a society that for its children "to be born is to open up in wounds". In this way, the dialogical relations that build the link between art and life in the narrative allow the reader to transpose the past with the magnifying glass of the present in the traces, images, verbs and silences that metaphorically draw the political contemporaneity. In order to reinforce this analysis, we will walk the theoretical-methodological path based on the studies of Bakhtin and the Circle and in Arfuch (2010), to unveil the marks of power that circumscribe the boy-narrator's world and metaphorically constitutes our own world.

Keywords: Speech and power; Autobiography; Speeches and representations; Allusion; Reading.

1 Introdução

Não aleatoriamente, Queirós (2011) inicia a constituição de sua história com a epígrafe “foi preciso deitar o vermelho sobre papel branco para bem aliviar seu amargor”. Há aí a alusão ao encontro do autobiográfico, significa dizer que o autor escreve na obra fatos de sua infância, dando ao leitor a ideia de estar escrevendo sua própria vida, contudo, a escrita deste passado vem alterada pelas reflexões do autor-criador que agora (re)cria, narra o vivido com o olhar amadurecido do tempo. Reflexões profundas de um adulto que, ao tornar-se objeto de sua própria contemplação, julga a experiência como dolorosa e amarga, que, ao não ser esquecida, deve ser aliviada pela escrita, como afirma Queirós (2007, p. 49): “as palavras podem abrir feridas, mas também cicatrizam as chagas. A palavra não sangra, a palavra cura. A palavra liberta a dor. E quando escrita, a dor nos pacifica.”

Vermelho amargo (2011) é uma obra do autor mineiro Bartolomeu Campos de Queirós, sendo seu último livro publicado em vida. Considerado também poeta, Queirós (2011) desenha em prosa e poesia um ‘eu’ que se revela “para o mundo ora amargo ora esperançoso” (QUEIRÓS, 2011, p. 68-69). Neste cenário, o vermelho estará presente em todo o enredo, inclusive no tomate que, vermelho por essência, torna-se o símbolo das sensações experimentadas na infância, ora tomado pelo prazer, ora pela amargura e pela dor. A narrativa do mundo afetivo do narrador é descrita em folhas finas, como as próprias fatias de tomate cortadas pela madrastra: “a madrastra retalhava um tomate em fatias, assim finas” (QUEIRÓS, 2011, p. 9). Essas fatias tornam-se fragmentos dos vários vermelhos que constituem o mundo lembrado e, conseqüentemente, as ressignificações desse mundo vivido. Esses contrastes das cores - vermelho e branco - no papel e no título da obra materializam as dolorosas recordações de um passado presentificado nas memórias da personagem. O pesar das lembranças faz com que o leitor deguste os sabores e vivencie, juntamente com o narrador, as dores do menino. Já o tomate é o elemento que ata e desata os nós da narrativa, por concentrar as metáforas e memórias afetivas desse mundo poético do narrador.

O leitor de Bartolomeu Campos de Queirós em *Vermelho amargo* (2011) não é apenas convidado a provar de seus sabores, de sua experiência, mas também a transcrever e transver seu próprio mundo, como em um processo de espelhamento. O que é refletido na obra refrata esse mundo social e político do leitor que se torna coadjuvante do autor na montagem narrativa. Entretanto, para transportar-se a este mundo de significações, é necessário desprender-se das normas, dos saberes, do vivido. É preciso aliviar as culpas e habitar um espaço atemporal, em que passado e presente se entrecruzam em um processo dialógico de construção dos sentidos entre leitor, autor-criador e obra, tornando o já sido - no vir a ser - em sendo.

2 Autobiografia: o (re)inventar de uma vida no fio da palavra

Pensar a autobiografia em nossa contemporaneidade é ousar habitar uma seara onde os discursos sobre subjetividades, público/privado, individual/coletivo ganham novos corpos e novos sentidos. As antigas biografias, os diários íntimos, as memórias parecem tomar formas de ampliação em diversos e diferentes gêneros discursivos no mundo hipermodernizado, *blogs, vlogs, chats* etc.

Convém, em princípio, esclarecer o que são os gêneros discursivos. Não se trata de uma noção recente, pois advém desde a antiga poética e retórica de Platão e Aristóteles na Antiguidade Clássica. Os estudos de Mikhail Bakhtin e as contribuições de seu Círculo de estudo ampliaram o olhar sobre a linguagem, favorecendo o entendimento sobre a organização, a composição, o papel dos sujeitos e lugar que exercem na sociedade.

Em *Estética da criação verbal* (2011), Bakhtin destaca o caráter social da linguagem, em que a interação verbal só é possível por meio de enunciados concretos. Esses enunciados possuem estilo, forma, composição, tema e se organizam em detrimento de determinado contexto social, para alguns fins comunicacionais. Por isso, são diversos os gêneros discursivos e infinitas são as possibilidades de produções de linguagem, como afirma o autor no trecho abaixo:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Conforme o autor, os gêneros são as formas pelas quais organizamos nossa linguagem. Só nos comunicamos por meio dos gêneros, por isso, a análise de um gênero está além das formas linguísticas composicionais. Os gêneros discursivos são fazeres de linguagem que devem ser entendidos e tomados a partir das relações, especificamente, estabelecidas nos eventos e ações comunicativas. Nessa perspectiva, a língua é tomada como concretização do pensamento, por meio da qual a comunicação é estabelecida. Os enunciados são, portanto, “unidade real da comunicação discursiva”, que é estabelecida sempre em cooperação com o outro em uma interação dialógica de linguagem. O estudo sobre os gêneros discursivos, baseando-se nos enunciados e nas relações concretas entre língua, falantes e formas de linguagem, é importante “para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado ‘fluxo discursivo’, da comunicação, etc., daquelas concepções que ainda dominam a nossa linguística” (BAKHTIN, 2011, p. 269, grifo do autor). Os gêneros ampliam nossa visão sobre o mundo e sobre a realidade. E a literatura tem um papel ideológico importante, ela nos ensina a ver além do visível, outras tantas realidades.

Sobre isso, assegura-nos Medviédev (2012, p.198-200):

[...] os gêneros literários bem consolidados enriquecem nosso discurso interior com os novos procedimentos de tomar consciência e compreender a realidade. [...] é importante não finalizar, mas, sim, compreender. [...] a realidade do gênero e a realidade que o gênero

pode alcançar estão organicamente ligadas [...] a realidade do gênero é a realidade social de sua realização no processo da comunicação social. Dessa forma, o gênero é um conjunto de meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu acabamento.

No liame desse diálogo, o estudo do gênero autobiográfico se faz necessário porque, em sendo uma escrita literária, transita pelo duplo viés do real/imaginário entre autor, narrador e personagem, e porque se inscreve na transfiguração da autoreferenciação que, ainda em nosso século, se torna cenário “[...] da indeterminação, da fragmentação e da dissolução de referências fundantes estabelecidas [...]” (CAIMI, 2009, p. 160).

Essa reflexão recai sobre os modos de a(re)apresentação do ‘eu’. A nova cultura da imagem revela como o ‘eu’ necessita de um certo acabamento do ‘outro’, e, em se apresentando ao ‘outro’, cria uma imagem de si a partir daquilo que o outro espera, constituindo-se para o outro e pelos outros. Isso configura-se em uma apresentação ou encenação? Diríamos que isso é uma representação articulada na duplicidade das similitudes ‘eu’ e ‘outro’, real e ficcional, como afirma Josef (1998):

a autobiografia, enquanto gênero ou subgênero da escrita literária é uma forma híbrida de expressão, porque essencialmente destinada ao registro de fatos tidos como verídicos; ela pode ser um discurso documental, testemunhal ou ficcional (JOSEF, 1998 apud AMORIM, 2010, p. 45).

A autobiografia está interligada às relações espaço-temporais, em que o tempo biográfico é diferenciado do tempo tomado pelo autor-criador ou mesmo pelo leitor. Ela “é caracterizada fundamentalmente por um dualismo: aproxima-se ou afasta-se seja da ficção, seja da realidade histórica, dependendo da situação” (AMORIM, 2010, p. 45). Por isso, o gênero autobiográfico é construído em um espaço que substancia o tempo e constrói a significação entre o real/concreto, ficcional/imaginário. O que é particular se torna social, visíveis e audíveis, porque “o homem privado e isolado, ‘o homem para si’, perdeu a unidade e integridade que eram determinadas pelo princípio da sua vida pública” (BAKHTIN, 2014, p. 254).

Para Arfuch (2010), a autobiografia traz uma conclusão perturbadora, pois pretende restituir a vida a partir da privação ou des-figuração, a voz e o nome implicam uma tentativa de restaurar a mortalidade do sujeito. Seria o escamoteamento da morte, a partir de uma presença figurada. A autobiografia traz à discussão o antagonismo de um sujeito puro, pois a narração será, apenas, a tentativa de representar o vazio que o constitui enquanto sujeito, portanto, suas subjetividades, e imprimirá nessa narração a identificação imaginária. Assim, a autobiografia é o “universo indecível entre ficção e não ficção” (ARFUCH, 2010, p. 77). Seria ela uma autoficção:

Autoficção como relato de si que coloca armadilhas, brinca com as pistas referencias, dilui os limites [...] e, [...] pode incluir o trabalho da análise, cuja função é justamente a de perturbar essa identidade, alterar a história que o sujeito conta a si mesmo e a serena conformidade desse autorreconhecimento (ARFUCH, 2010, p.137).

A própria ideia de gênero autobiográfico carrega não uma estabilidade exigida nos gêneros, mas um contrato firmado entre autor e leitor. Em outras palavras, isso significa que

o leitor não é vítima de um engano, no máximo, é cúmplice. A violação do espaço privado faz com que o leitor saiba sempre mais do que cada um dos protagonistas que se confidenciam em suas cartas. Esse é o paradoxo que faz com que o segredo do espaço privado só se mostre eficaz quando deixa de ser segredo (GOULEMOT, [1985] 1987 *apud* ARFUCH, 2010, p. 47).

A vida do autor passa a ser um referencial para o leitor, e, por isso, a obra autobiográfica não é por ele questionada, pois, tem necessidade de um referente de sujeito “estável” unificado no tempo. O acordo entre leitor e autor valida a obra, mas não a garante enquanto verdade, visto que o relatado pode não estabelecer relação com o vivido, ou, se estabelece alguma relação, esta não é totalitária. A voz da autobiografia assume um lugar/tempo que faz a vez de sujeito da narração e da ação, mas não pode garantir a correlação de identidade entre sujeito e lugar/tempo. Então, a autobiografia seria uma “forma de representação”, um mascaramento do sujeito que não apresenta correspondência entre aquele que fala e o que viveu os fatos. A esse respeito, explica Amorim (2010, p. 46):

Se na autobiografia verídica a identificação autor-narrador-personagem é assumida [...], no romance autobiográfico a identificação não se afirma: ao contrário, o que o romance faz é separar autor e narrador-personagem, e busca justamente aquela indefinição, porque interessa à obra inverter a polaridade da expressão: na autobiografia, a ficção invade a subjetividade do eu não ficcional contra sua vontade, e pode levar o leitor a tentar identificar os erros e enganos cometidos pelo autobiógrafo; no romance, essa subjetividade é trazida para a ficção, como forma de inserir na ficção da obra a realidade histórica de que participam escritor e leitor, que busca então estabelecer as similitudes entre a realidade histórica e o mundo ficcional.

Assim, constatamos que tanto na biografia como na autobiografia “não há um devir genuíno. A experiência real e os eventos históricos servem ‘meramente como meio para o desvendamento’ da significação (MORSON; EMERSON, 2008, p. 413), pois “o homem nunca coincide consigo mesmo” (BAKHTIN, 2015, p. 67), o autor biográfico é diferente do autor criador, é um ‘eu’ que formula outro ‘eu’ para dizer sobre si. Bakhtin (2011) reforça essa ideia com a afirmação:

[...] não sou eu munido dos recursos do outro mas o próprio outro que tem valor em mim, é o homem em mim. Não sou eu mas o outro, investido de afetuosa autoridade interior em mim, quem me guia, e eu não o reduzo a meios (não é o mundo dos *outros* em mim mas sou eu no mundo dos outros, familiarizado com ele); não há parasitismo. [...] não sou o herói da minha vida, mas tomo parte dela (BAKHTIN, 2011, p. 141).

A partir desses aspectos é possível dizer que a literatura autobiográfica é “uma violação do privado” e, em certa medida, é a metamorfose da imagem, o espelhamento do eu-para-mim e do eu- para-outros, o ‘eu’ que reflete e se refrata a partir dos outros. A literatura, seja nos moldes autobiográficos e em outras formas de gêneros, é o espelho em que autor e leitor compartilham esse processo ficcionalizado de descrição de uma vida, refletindo-se e refratando-se mutuamente. A escrita e/ou a leitura, nesse sentido, é uma maneira de formular esses ‘outros’, tendo em vista que, quando “coloco-me na condição de personagem, abranjo a mim mesmo com minha narração; as formas de percepção axiológica dos outros se transferem para mim onde sou solidário com eles” (BAKHTIN, 2011, p. 141). Ao falar do eu, elaboramos no espelho do

outro, ao ler o outro, reelaboramo-nos constitutivamente, pois torna-se “impossível deitar-me em meu próprio colo e acalantar-me. Não suportaria o peso da minha carga” (QUEIRÓS, 2011, p. 29). É necessário perceber-se axiologicamente, pois “a posição axiológica do outro em mim tem *autoridade* e ele pode narrar minha vida com minha plena concordância com ele” (BAKHTIN, 2011, p. 140, grifo do autor).

É pela escrita que o autor dá vida aos seus outros, contempla-se e alivia suas dores, o leitor também busca sua completude comungando seus olhares, compondo os compassos, preenchendo os silêncios, a partir de sua valoração sobre o outro, com isso, ele vai refratando-se. A escrita e a leitura se tornam meios de contemplação, valoração, aceitação, rejeição, ou, ainda, uma estratégia para aliviar a amargura e dissipar os medos, assim como em Queirós (2011, p. 10): “Sem o colo da mãe eu me fartava em falta de amor. O medo de permanecer desamado fazia de mim o mais inquieto dos enredos”. Tornar-se enredo é dar a esse ‘outro’ a responsividade do ato - poder de resposta - onde “experimento o sofrimento do outro precisamente como o *seu* sofrimento, na categoria de *outro*, e minha reação a ele não é o grito de dor, mas uma palavra de consolo e um gesto de ajuda” (BAKHTIN, 1979 apud MORSON; EMERSON, 2008, p. 200, grifo do autor).

Sob essa ótica, consideramos que a autobiografia é um gênero in-processamento, sob as mãos do leitor e do autor que, atados pelos nós da narrativa, se reelaboram exotopicamente, pois

o lugar que o ‘eu’ ocupa, permite-lhe ver um certo todo do ‘outro’ e ele do ‘eu’, mas apenas aquilo que nem um nem outro têm acesso por si mesmo, pois tão somente têm acesso a partes de si mesmos. A exotopia – com a memória do ‘eu’ em relação com o ‘outro’ que é produzido pelo ‘eu’, permite a ‘um’ e a ‘outro’ contemplar esteticamente esse ‘outro’ (TORGA, 2006, p. 78-79).

A literatura é a forma de externar, promover e compreender a relação ‘eu’ ‘outro’¹. É uma forma não de completude, mas de complementação de seus atores. O autor a utiliza para expandir sua visão sobre a realidade e dividir seus sobressaltos tanto com o leitor como com seu personagem, conferindo a ambos certos “acabamentos” de si. A autobiografia, “para além da captura do leitor em sua rede peculiar de veracidade, ela permite ao enunciador a confrontação rememorativa entre o que era e o que se *chegou a ser*, isto é, a construção imaginária de si *mesmo como outro*” (ARFUCH, 2010, p. 54-55, grifo do autor). Em virtude desse discurso, entendemos que a autobiografia é uma maneira que o autor, em se escre(vendo) nas palavras, povoa outros mundos, através de seus vários sentidos e usos da palavra que lhe dá a sensação ilusória de certa completude, porque

escrever é imprimir a experiência do espanto de estar no mundo. É estender as dúvidas, confessar os labirintos, povoar os desertos. E mais, escrever é dividir sobressaltos, explicitar descobertas e abrir-se ao mundo na ilusão de tocar a completude (QUEIRÓS, 2007, p. 12).

No intuito de imprimir a experiência de ser e estar no mundo, estender suas dúvidas e povoar seus desertos, Queirós escreve *Vermelho amargo* (2011), uma obra inscrita no espaço-tempo flutuante da

¹ Este outro significa em parte o outro de si, mas também, em uma visão mais ampliada, significa o mundo.

memória que, aos olhos do leitor, torna-se um confessionário labiríntico do autor-narrador-personagem que, pelas palavras no desenho narrativo, deixam rastros, vestígios, marcas desse 'eu', circunscrevendo-se o espaço autobiográfico da obra.

2.1 O espaço autobiográfico como espaço de poder

O espaço autobiográfico em *Vermelho amargo* (2011) vai se (re)compondo nos rastros deixados pelas memórias. Aquelas (re)construídas nas linhas do passado como captura de um presente constitutivo do tempo narrativo. O trajeto de um narrador-menino, sob o olhar do narrador-adulto, é delineado nas metáforas criadas entre as flutuações da memória e os devaneios, fantasias/sonho e/ou imaginações do autor-criador. É uma forma de repensar e refletir “sobre o tempo que lhe aparece como luz atrás de um pano esgaçado [...] recuperando *na própria voz*² o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente” (BOSI, 2003, p. 45).

Na obra em análise, Queirós deixa vestígios que *Vermelho amargo* (2011) faz parte de seu acervo autobiográfico, que se inicia anteriormente com outras quatro obras: *Indez* (1994); *Por parte de pai* (1995); *Ler, escrever e fazer conta de cabeça* (1996) e *O olho de vidro do meu avô* (2004), referência aludida na metáfora das ‘quatro estações’, disposta na citação seguinte: Durante **quatro estações**, em todas as manhãs, o trem deslizava em frente de nossa casa. Nascia na cidade de um avô, que escrevia nas paredes, e morria na cidade de outro avô, com seu olho de vidro (QUEIRÓS, 2011, p. 37, grifo nosso).

A interdiscursividade alude a fragmentos das memórias de Queirós e também a fragmentos que aparecem em outros textos seus. Nascer durante quatro estações é se reformular a cada nova escrita, ou, ainda, a cada vez que vai rememorando o vivido. A referência ao avô que escrevia nas paredes é aspecto recorrente em outros textos e outras obras, como em *Ler, escrever e fazer conta de cabeça* (1996): “Eu lembrava da casa **de meu avô e suas paredes cobertas de recados**, mas minha cabeça não sabia combinar (QUEIRÓS, 1996, p. 38, grifo nosso).

Em outro trecho de *Vermelho amargo* (2011), Queirós faz referência à obra *O olho de vidro do meu avô* (2004): Sorvo um pouco de café, e **o sabor do quintal de meu avô já não me vem à boca. Sem possuir um olho de vidro**, diviso o mundo vivido do mundo sonhado, com a nitidez da loucura (QUEIRÓS, 2011, p. 60, grifo nosso).

Essa dialogicidade é interessante porque, em sendo memórias fragmentadas, podemos situar a obra aqui analisada como parte das memórias que formam o certo todo com as outras obras do autor. *Vermelho amargo* (2011), então, é “a melodia do passado interpretada pelo presente” (BOSI, 2003, p. 48). Nela, Queirós

² A autora utiliza o termo voz em se tratando da narrativa e oralidade. Entretanto, aqui a utilizamos por entender que nas narrativas escritas o autor também dá voz ao narrador e aos seus personagens.

rememora uma infância de amargura, dor e sofrimento que a vida de órfão lhe legou. Descreve na narrativa uma família despedaçada pelo luto gerador da desordem familiar refletida no desprezo do pai, nos desequilíbrios de seus irmãos e na presença de uma madrasta severa, violenta, conforme verificamos em boa parte da obra e nos trechos destacados:

O pai, que suportava o peso das caixas de manteiga, agora andava leve, manso, tropeçando em penumbras e suspiros. O amor encarnou em todo o seu destemido corpo e afrouxou até seus pesares. Amava em dobro: o amor que sobra aos viúvos e mais o amor reinventado, e capaz de camuflar o luto [...] Brincar irritava a ira de nosso pai. [...] Ele derramava um olhar bêbado sobre nossa alegria (QUEIRÓS, 2011, p. 12; 13; 33-34).

Minha irmã maior gostava de agulhas. Meu primeiro irmão mastigava vidro. Uma brisa morna morava na ponta dos dedos da quase moça [...] a irmã [mais nova] proprietária de um gato que não miava, decidiu esconder as palavras e passou a miar. A tudo respondia com um miado mais fino que a rodela de tomate (QUEIRÓS, 2011, p. 39; 50).

Ela decapitava um tomate para cada refeição. Isso, depois de tomar do martelo e espancar, com a força dos seus músculos, os bifés. Sofrer amaciava, talvez ela pensasse. Batia forte tornando possível escutar o ruído na rua. O martelar violento avisava aos vizinhos que comeríamos carne no almoço. Eu padecia pelo medo do martelo e a violência da mulher ao açoitar a carne (QUEIRÓS, 2011, p. 23).

Tal qual a irmã que bordava mares, Queirós (2011) constrói seu bordado narrativo com linhas que tecem paisagens miúdas, em cruz, enviesadas, em curvas, a partir da metáfora do tomate que vai ser o reflexo do mundo antagônico de seus sentimentos ou dos fragmentos que circulam entre real/imaginário, autor-narrador-personagem, representados em uma ausência/presença/preenchimento na falta da mãe e de uma presença/ausência/vazio da madrasta em se configurando falta.

Contudo, se considerarmos a narrativa queiroseana apenas como uma escrita mnemônica, estaremos restringindo-a e equivocando-nos, porque, ao deitar sobre o papel seus medos, questionamentos, angústias e amarguras em forma de poesia, Queirós nos excita e incita a transcendê-la, pois, para ele esta é a escrita “do seu próprio devir de homem [...], enquanto sentimento de um tempo que, simultaneamente, passou a se re-apresentar à consciência e ao coração” (BOSI, 2003, p. 45).

A leitura da obra nos faz povoar o mundo da história do autor criando imagens pelas metáforas escritas, dando a elas outros novos sentidos que se constitui na relação parte/todo pela movimentação que vai do já-sido, ao em-sendo e ao ainda-não. É um bordado inacabado, sempre carente dos tons axiológicos do acabamento do outro (leitor) que, (des)atando os nós narrativos, confere à narração certa continuidade: “Quando a linha estava por terminar, ela dava um nó forte para não deixar fugir sua imaginação” (QUEIRÓS, 2011, p. 45).

Para tanto, é necessário se entrever na narrativa, tomar a palavra e (re)construí-la, inscrever-se nela e nos silêncios, enfim, aludir, assim como nos sugere Queirós:

Desconheço liberdade maior e mais duradoura do que esta do leitor ceder-se à escrita do outro, inscrevendo-se entre suas palavras e os seus silêncios. Texto e leitor ultrapassam a solidão individual para se enlaçarem pelas interações. Este abraço a partir do texto é soma

das diferenças, movida pela emoção, estabelecendo um encontro fraterno e possível entre leitor e escritor. Cabe ao escritor estirar sua fantasia para, assim, o leitor projetar seus sonhos (QUEIRÓS, 1999 In: PRADO; CONDINI, 1999, p. 23).

É com a alusão que o leitor irá juntar as memórias fatiadas do autor. Ela será a leitura necessária para compor *Vermelho amargo* (2011). Sendo uma narrativa em prosa poética, todo o enredo se concentrará nas metáforas. A marcação do espaço-tempo e das personagens não é linear, mas, intercaladas nas metáforas que, metonimicamente, vai compondo o cenário autobiográfico da narrativa. Com isso, ocorre certo amarrotamento das lembranças, a partir de um passado sempre atualizado no tempo do leitor e também do narrador-adulto que valora, suspeita, repensa “a dor [que] vem de afastadas distâncias, sepultados tempos, inconvenientes lugares, inseguros futuros” (QUEIRÓS, 2011, p. 8).

O tomate, em toda sua manifestação, projeção e extensão, será para o autor-narrador-personagem o espelho no qual confronta o passado, presente e futuro. Dele germinam, diariamente, as memórias estetizadas do menino que, alusivamente, compõe a descrição de uma vida de dor, luto, perda, revelando certos rastros que marcam o espaço autobiográfico. Enquanto espaço de poder, de embates, de ressignificações, das vozes interdiscursivas do ‘eu’ – ‘nós’. Sobre isso consideramos o trecho:

Todos os dias – cotidianamente - havia tomate para o almoço. Eles germinavam em todas as estações. Jabuticaba, manga, laranja, floresciam cada uma em seu tempo. Tomate, não. Ele frutificava, continuamente, sem demandar adubo além do ciúme. Eu desconhecia se era mais importante o tomate ou o ritual de cortá-lo (QUEIRÓS, 2011, p.10).

O ritual de cortar o tomate é, alusivamente, o ritual que cerca as dualidades familiar/estranho, presença/ausência e representa o mundo partido do narrador-personagem:

O pai, amparado pela prateleira da cozinha, com o suor desinfetando o ar, tamanho o cheiro do álcool, reparava na fome dos filhos. Enxergava o manejo da faca desafiando o tomate e, por certo, nos pensava devorados pelo vento ou tempestade, segundo decretava a **nova mulher** (QUEIRÓS, 2011, p. 10, grifo nosso).

A nova mulher (o estranho) contrapunha-se à mãe (o familiar) nos gestos e nos sentimentos que lhe inspiravam. A mãe, com afago e amor, fatiava o tomate em cruz, adivinhava lhes os gomos de sua imaginação, em suas mãos os pedaços tornavam-se embarcações que povoavam o mundo das fantasias e criações em sua mente de menino, e o levava ao mais recôndito doce do pensamento. Já a madrasta decapitava, retalhava o tomate em fatias finas, delgadas, escrevia no ato de partir o tomate a expressão de um ódio violento aos não familiares, anunciando-lhes a morte (QUEIRÓS, 2011, p. 9; 10; 14; 23).

Alusivamente, podemos ler o tomate como o fragmento da saudade, da dor da perda, da ausência da mãe, mas também como lembrança de um presente reafirmado pela presença ameaçadora da madrasta que agora reinava absoluto entre eles. Noutras palavras, o tomate é simbolicamente a mãe e a madrasta, e, em certa medida, ele mesmo (menino/adulto) refletido e refratado:

O tomate coroava os pratos. Parecia um reino em que o arroz, o feijão, a carne, a abóbora eram os súditos. E o tomate – pedaço de um rei sacrificado – reinava sobre todas as coisas.

O tomate insistia em dar sustância às nossas refeições. Desde sempre imaginei a raiva vestida de vermelho, empunhando uma faca (QUEIRÓS, 2011, p. 27).

Nesse trecho, lemos o reino como a própria vida ou lar do menino-personagem, os vegetais e a carne eram ele, seus irmãos e seu pai, já o tomate-rei simboliza um amor que, em parte, foi sacrificado pela morte (mãe), e uma raiva que reina vestida de vermelho “sobre todas as coisas” (madrasta). É nesse elo descritivo que o autor vai tecendo o desenho verbal de uma vida que na metáfora do te-amo e te-mato revela e/ou esconde seu próprio eu. Por isso, o tomate ganha projeções em tudo que circundam o universo do narrador-personagem em objetos que são ressignificados, e que, na narrativa, tornam-se metaftonicamente indícios para completar com a alusão esse certo todo autobiográfico. Passamos à leitura alusiva dos trechos:

Depois, [de espancar com as forças dos seus músculos e martelar violentamente os bifes] com o sal na ponta dos dedos, ela salgava os bifes, lentamente, dos dois lados, como o rio da cidade. O sal agia sobre a carne morta e uma água ensanguentada se empossava no fundo da travessa de louça. O gato da minha irmã suspirava diante da sangrenta água. **Os bifes eram finos – magros como eu – pelo amargor dos espancamentos.** Ao depois de muita tortura, a carne se transfigurava **em pedaços de rendas esgaçadas.** (QUEIRÓS, 2011, p. 24, grifos nosso).

Minha mãe prezava as rendas pelo que havia nelas de fragilidade e trabalho. Todas as suas costuras eram arrematadas com rendas nas margens. Na ausência de rendas, ela mesma as tecia, pacientemente, com linhas de seda, trazidas da China, para presentear nossos olhos com mais cortesia. Ela não escolhia os lados. Toda margem, mesmo as do riacho da cidade, merecia seu desvelo (QUEIRÓS, 2011, p. 24, grifo nosso).

Os gestos da madrasta se contrapõem à delicadeza da mãe, que é para o ‘eu’ (autor-criador-narrador-personagem) o preenchimento das margens; a madrasta é aquela que salga os rios de sua vida e lhes tornam marginalizados ao amor que se ia definindo pelo amargor do espancamento.

A análise que aqui desenvolvemos, a partir desses fragmentos, vai se transformando em riscos de um bordado autobiográfico, que delinea a escritur(ação) do eu construído nas e pelas memórias das lembranças que ficaram. Esse cabedal de lembranças fragmentadas no e pelo tempo torna-se, tanto para o autor-criador quanto para o leitor, a possibilidade de ressignificar o vivido, a partir de um olhar apurado de quem compreende não apenas o paradoxo da experiência, mas se transforma no próprio objeto de contemplação e valoração. Assim é o narrador-personagem-adulto, aquele que lê com a lupa do tempo (passado/presente) os detalhes de uma vida que as vistas de menino não apuraram. E o leitor é convocado a participar da experiência, não apenas ler, mas, “decifrar as palavras e seus escuros”, ou seja, aludi-las. (QUEIRÓS, 2011, p. 25).

3 Autobiografia: imagem, reflexo, refração do ‘eu’ em ‘nós’

A autobiografia pode ser considerada parte de um certo todo em vias de uma escritura(ação). É a descrição de uma vida que se (re)inventa no transcorrer do tempo, a partir de seus leitores. Ela fundamenta-se na dialogicidade situada na relação ‘eu-para-mim’ e ‘eu-para-outros’, entre os atores do processo

comunicativo – leitores, autor(es), personagens, narrador – todos envolvidos na operacionalização que confere à obra certo acabamento, a partir da extralocalização que é sempre representativa do horizonte de olhares outros, tonalizados pelas suas experiências e seus mundos, “porque escritura não é a voz de um autor, mas conjunto de vozes culturais que falam ao leitor” (MACHADO, 1995, p. 98). Com isso, falar de si, não é dizer sobre um ‘eu’ que se fecha no princípio enunciativo, mas é abrir-se às várias possibilidades de representações do ‘eu’ em ‘nós’.

Nesse sentido, podemos pensar no romance autobiográfico como uma teia de representações, não como camuflagem do real, mas como promotora dos embates dialógicos que “surgem da memória. Lugar em que a verdade e a mentira travam uma longa conversa, misturando o vivido com o sonhado” (QUEIRÓS, 2012, p. 8). A autobiografia não quer apenas um leitor que mantenha o pacto de fidelidade e tenha uma relação de confiabilidade com o autor, mas também aquele que considera o ato de lembrar, enquanto confrontação do passado, do presente e do futuro, como a possibilidade de se (re)constituir com esses outros, e em outros, na ação-interação da narrativa. Assim, autobiografar-se é uma maneira que o autor, em se escre(vendo) nas palavras, povoa outros mundos, através dos vários sentidos e usos da palavra que, na linguagem literária de um ‘eu’, não se fecha em si mesmo, mas se abre para o ‘nós’ (mundo), parte fundante de seu todo inacabado. É ela uma “porta aberta para o espaço do devir e do inacabamento” (MACHADO, 1995, p. 98).

Desse modo, o espaço autobiográfico é também o espaço da transfiguração da autoreferenciação, é uma representação articulada na duplicidade das similitudes ‘eu’ e ‘outro’, real e ficcional, forma híbrida de expressão, realocada em um espaço-tempo sempre situado no presente do leitor, no ato enunciativo da linguagem. O espaço autobiográfico de *Vermelho amargo* (2011) é o lócus das várias vozes, é onde o eu-menino na voz do narrador-adulto dá vida à personagem de suas memórias. Por elas, transcrevem os conflitos internos de um mundo que, sendo seu passado, ecoa, ressoa e reverbera em nossos anseios, em nossas lembranças e em nossa sociedade, transformando o ‘eu’ em um ‘nós’, o particular em público, o singular em plural, e o individual em social. Vemos, no romance, não a narrativa de um ‘eu’, mas um ‘nós’ reverberado nas ações e sentimentos das personagens, na tradução do conflituoso mundo emotivo-volitivo do menino, na representação do papel da mãe e da madrasta, na estratificação social dada pela representação da família, nas relações dialógicas do eu-para-mim e do eu-para-outros evidenciados em toda a obra.

Assim, a escritura-ação queiroseana em *Vermelho amargo* (2011), revela e desvela as marcas do ‘eu’ nas palavras, sentimentos e emoções do menino, e se transformam em moldes de um ‘nós’, circunscrevendo e denunciando os modos políticos que evidenciam o exercício de um poder em uma sociedade que, para seus filhos, o “nascer é abrir-se em feridas”. Desse modo, são as relações dialógicas, que constroem o elo entre a arte e a vida na narrativa que possibilitam ao leitor transver o passado com a lupa do presente nos traços,

imagens, verbos e silêncios que, metaforicamente, vão desenhando a contemporaneidade política, ideológica, cultural de nossa sociedade, refratando e refletindo, no espelho do menino, nosso próprio mundo. Passaremos as análises do que aqui discorreremos a seguir.

3.1 A escritur(ação) do “eu” e as marcas do poder em *Vermelho amargo*

No fluir da criação, repensando, revivendo, rememorando e reinventado a experiência aguçada pelo olhar do tempo, o narrador descreve a lembrança de uma vida que se foi, mas que é, e está em um constante devir no reino das significações, pois toda memória é produto em processo de ressignificações.

Em *Vermelho amargo* (2011) o narrador queiroseano transcreve para o papel as memórias de uma infância sofrida, matizada pelo sofrimento da perda, da dor, da falta de uma mãe que “partiu cedo” em uma “manhã seca e fria de maio” (QUEIRÓS, 2011, p. 11).

A família desestruturada pela falta da mãe se compunha de oito integrantes: o pai, seis filhos e a madrasta. Contudo, a madrasta não preenche a falta, o vazio não é preenchido, ele ocupa todos os espaços: “Na morte, a ausência ganha mais presença [...] Jamais imaginei seu espírito transfigurado em fruto” (QUEIRÓS, 2011 p. 36). A morte é também a partição do todo, ou seja, a fragmentação da gênese familiar. O todo vai se repartindo, a família é fatiada como as fatias de tomate, como demonstram os trechos seguintes:

Sete. A irmã mais velha passou a bordar lençóis, fronhas, toalhas. Todo enxoval construído em ponto de cruz.[...] Casou. Foi morar longe e nunca mais bordou. Ventilavam notícias de seu marido, agora, sua cruz (QUEIRÓS, 2011, p. 48-49).

Seis. Mais breve que o susto o irmão foi-se. Diferente da partida da mãe, ele escolheu afastar-se sem noticiar seu endereço. Não houve flor, cera, reza, terra, nem o mais profundo. Como pássaro, voou com desnorsteio sem deixar rastro (QUEIRÓS, 2011, p. 56-57).

Cinco. O correio trouxe notícias da irmã que já não bordava mares com linhas azuis. Sua letra trêmula no envelope indicava o urdimento de estranhas tramas. Pedia à irmã mais nova para - em mais um de seus nascimentos - nascer ao seu lado. Estava só, e havia meses alimentava-se de solidão. Afirmava estar salgando seu pranto com lágrimas. Sem mais para dizer-se, despedia suplicando o acordo do pai. A irmã mais nova renasceu para sempre em outro lugar fora do globo, sem o alfinete demarcando a distância (QUEIRÓS, 2011, p. 59).

Quatro. O gato órfão caminhava sonso pelos cômodos da casa, miando saudade. A irmã virou presente para um tio distante, com a condição de esquecer o gato, como se para esquecer o amado bastasse uma ordem. Viajou impedida de despedir-se pela intensidade das lágrimas. [...] Levou seus pertences embrulhados em fronha bordada, resto da irmã bordadeira. O ônibus engoliu a estrada levantando uma poeira amarga (QUEIRÓS, 2011, p. 62).

Três. Um tomate se fazia suficiente, agora, para duas refeições. Uma metade ela cortava – com seu resto de fúria – para compor os três impérios do almoço: um prato do pai, um prato do filho e mais um para seu espírito santificado pelo ciúme. Dividido por três, um terço do tomate era destinado ao meu rosário de pesares (QUEIRÓS, 2011, p. 64).

Dois. Desconheço o depois de minha despedida. Não se caminha sobre a sombra ao entardecer. Ignoro se o remorso nos preservava em suas memórias, ou se a paixão lhes presenteou com o esquecimento (QUEIRÓS, 2011, p. 65).

Os resquícios do luto instituem, na família, a falta, o obscuro, a sombra, o nada, o estranho, a partida, a dispersão, o adeus. Assim, entre a vida e a morte, o familiar e o estranho, o conhecido e desconhecido, o tudo e o nada, a arte literária e a vida literal, desvelamos sentidos ‘outros’ que, aludidos, evidenciam a construção de uma teia narrativa que alarga as fronteiras do ‘eu’ e revela o mundo de significações não tão estranhas a nós leitores, pois

não se permanece mudo diante de uma escritura. Ela não reduz as imagens, mas as contém, alargando as margens para mais e outros entendimentos. Como os homens, também a escrita não suporta a solidão. Ela quer estar junto ao leitor, permitindo uma soma das inquietações. Embora reconhecendo a incompletude como definitiva, a escrita não se cansa de acreditar que a coesão é possível (QUEIRÓS, 2007, p. 39-40).

A coesão que constrói o elo ‘eu-nós’ se funda na grande metáfora do vermelho e do amargo, da cor e do sabor, do amor e da morte travestidas no tomate. Os sentidos que emanam do tomate se deslocam, se dividem, e, partem em várias direções, formulando esse ‘eu’ (personagem-narrador) e esses ‘eu-outros’ (pai, mãe, madrasta, irmãos) de onde refletem e refratam os extratos sociais do ‘eu-nós’.

A cena que engendra os fios que tecem a representação ‘eu-nós’ é, justamente, aquela que serve de motivo para reunir a família, a refeição. Por longas gerações a comida sobre a mesa é o meio principal motivador da (re)união familiar, a hora do almoço e jantar juntam em volta da mesa o pai trabalhador, os filhos estudantes e a mãe atarefada. Prova disso, comemorações seculares como o natal, ano novo configuram-se em grandes eventos familiares que acontecem sobre o partilhar do pão. O pão que reúne as partes, formando o todo da família, é também aquele que inteiro se divide para saciar suas fomes, seus desejos, suas necessidades vitais. Por outro lado, a ausência do pão incidia a morte. É a vida e a morte comungada no pão. A vida que se divide, se recria, se desdobra e se consome.

Sendo assim, a refeição, uma das principais atividades da rotina familiar, é a mobilizadora da (re)união, é ela que propicia o ajuntamento da família, por isso, e não aleatoriamente, a cozinha passa ser espaço-cenográfico em *Vermelho amargo*. Uma narrativa que ganha corpo a partir dos gestos, odores e sabores presentes nas refeições, e é, com o corpo e os sentidos aguçados, nas palavras e nos avessos delas que teremos com a alusão o conhecimento de um ‘eu’ que se multiplica em um ‘nós’, através de uma escrita que ganha a dimensão pública, pois a “escrita (autobiográfica) produz um apagamento dos limites entre a tematização do outro e a de si mesmo” (ORLANDI, 2007, p. 84).

Entender isso passa ser essencial para o conhecimento das personagens, e a partir do ritual da preparação do alimento compreendemos os sentidos circulantes na obra, os conflitos, os medos, os desejos e anseios do menino que, nos silêncios e nas palavras, são divididos com o leitor.

O tomate, então, passa a representar o mundo dual desse menino que transita entre amor e ódio, certezas e incertezas, prazer e dor, alegria e tristeza, vida e morte. Ao partilhar com o leitor a morte e a vida alterada pelo tempo, o autor-criador de suas memórias incita o leitor a construir outras significações, outras histórias, a partir da possibilidade, da interação, do encontro e porque não dizer da alusão: “pela escrita viveríamos somados – eu e o leitor – e juntos construiríamos uma terceira obra que jamais seria publicada, mas plenamente vivida pelo silêncio do encontro” (QUEIRÓS, 2007, p. 24).

O encontro é um convite a ressignificar e reviver a experiência, não com o olhar de um menino, mas como escavador dos sentidos outros de um discurso que, alheio a nós, ecoa significações que transcendem à margem do próprio texto, ressoa na grande temporalidade e reverbera as condições não de um eu-menino, mas de um nós-social, pois “o trabalho da memória nunca é puramente individual, [...] *se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão*” (GUILLAUMIN, 1968 apud CANDAU, 2014, p. 77). Como nos diz Queirós (2011, p. 16), “tantos pedaços de nós dormem num canto da memória, que a memória chega a esquecer-se deles. E a palavra – basta uma só palavra - é flecha para sangrar o abstrato morto”.

Com isso, nos detemos a pensar no papel da mãe e da madrasta no romance, tendo em vista que esses papéis são representativos dos extratos sociais, é só atentarmos para definição comum de pátria como pátria-mãe. Nesse viés, entendemos a mãe como o esteio de toda uma família, ela é a figura que rege, ordena, ampara na/da queda os filhos, como descrito no trecho da obra:

No princípio, se um de nós caía, a dor doía ligeiro. Um beijo seu curava a cabeça batida na terra, o dedo espremido na dobradiça da porta, o pé tropeçado no degrau da escada, o braço torcido no galho da árvore. Seu beijo de mãe era um santo remédio. Ao machucar, pedia-se: mãe, beija aqui! (QUEIRÓS, 2011, p. 8).

Já a madrasta, potencial preenchimento do vazio, empodera-se de uma posição social e assume o lugar da mãe e suas funções, contudo, não tem ela os traços que seguem o fazer materno, não possui a delicadeza e gestos de uma mãe, simplesmente por não ter os mesmos sentimentos, ela não é o familiar, mas o estranho no seio da família. É a própria representação da fúria, do ódio, é o potencial amor transfigurado em desamor, é presença, mas é falta, é o assistencialismo desassistido, é a ameaça da morte, é a que, com suas ações, seu corpo e seus gestos, indiretamente, agride, bate e maltrata seus filhos ao invés de beijar. Retomamos os trechos, que descrevem as ações da mãe e da madrasta, para aprofundarmos essa análise:

[...] minha mãe, **com muito afago, fatiava o tomate em cruz**, adivinhado os gomos que os olhos não desvendavam, mas a imaginação alcançava. Isso, depois, de **banhá-los em água pura enxugá-los em pano de prato alvejado, puxando seu brilho para o lado do sol**. Cortados em cruces eles se transfiguravam em pequenas embarcações ancorados na baía da travessa. E barqueiros eram as sementes, vestidas em resina de limo e brilho. Pousado sobre a língua, o pequeno barco suscitava em gosto de palavra por dizer-se. Há, sim, outras palavras mais doces que o açúcar (QUEIRÓS, 2011, p.14-15).

Já a madrasta:

[...] **decapitava um tomate** para cada refeição. Isso, depois de tomar do martelo e **espancar, com a força dos seus músculos**, os bifés. Sofrer amaciava, talvez ela pensasse. **Batia forte** tornando possível escutar o ruído na rua. **O martelar violento** avisava aos vizinhos que comeríamos carne no almoço. Eu padecia pelo medo do martelo e a violência da mulher ao **açoiar a carne** (QUEIRÓS, 2011, p. 23).

Nesses fragmentos supracitados, vemos nos gestos da mãe a representação do ritual do nascimento, o corte do cordão umbilical, o ritual do banho que as mães dão nos filhos em água pura, límpida, ao enxugá-los e erguê-los ao sol, imaginando-lhes o futuro, adivinhando um tempo que os olhos não desvendam, configuram-se, metaforicamente, a gênese da vida. Já os gestos da madrastra, antagonicamente, são representativos da morte, simbolizam o calvário através do campo semântico-discursivo das expressões: decapitar, açoiar, bater, violentar, espancar, amedrontar. Todas essas ações servem à doutrinação dos filhos, amaciam a carne, tornam-os mansos, maleáveis, submissos, verdadeiros estranhos ao espaço familiar, pois “sem a mãe, a casa veio a ser um lugar provisório” (QUEIRÓS, 2011, p. 9).

O narrador-adulto, ao olhar para esse passado rememorando a ácida infância, matizada pelas cores e sabores da dor e do sofrimento, apresenta-nos o painel do enredo de uma vida que se revive, se reinventa com olhar emotivo-volitivo dos sentidos que vai de ‘já-sido’, ‘em-sendo’ ao ‘ainda-não’. É memória de um passado, presente e também futuro no devir das reformulações, parte de um todo sempre inacabado no transcorrer da existência.

Posto isso, consideramos que o tomate é a representação expressiva do te-amo da mãe e do te-mato da madrastra. Ele é também a marca de escritura(ação) do ‘eu’ narrador-personagem, que se (re)faz na palavra, para (re)ver e (re)significar as experiências de uma vida, a partir da procura por identificar, no fluir dos sentidos, certa compreensão da realidade e/ou sua provisória conclusibilidade, pois, os sonhos acordados pelas vias literárias mandam recados sobre a vida, como podemos aludir no trecho:

Sonhava um escândalo: ser um tomate. Sabia estar em sonho, mas não me acordava. Se tentava fugir, os irmãos verdes impediam. Não pediam, mas adivinhavam minha angústia. E eu, tomate, não possuía olhos para chorar ou boca para falar. Meu horror era de ser colhido e degolado. Fazia um esforço imenso para enverdecer. Verde, minha vida seria mais longa. As sementes tremiam, debatiam para se livrarem de minhas grades. O alívio veio com a manhã e deparei com a chuva penteando o quintal. A mulher de sentinela, já a beira do fogão, soprava as cinzas das brasas (QUEIRÓS, 2011, p. 43).

Nesse aspecto, olhar o passado é atuar responsivamente sob o princípio dos dois centros de valor da própria vida: a responsabilidade e responsividade, em que o ‘eu’ de uma posição ativa, externa e outra, diferente, mas não indiferente, constrói sua valoração, a partir do(s) outro(s). Valorando-se pelo e no tomate, o narrador queiroseano frutifica-se, abre-se em feridas, nasce e renasce, continuamente, para, afastando de si mesmo pelo ‘outro’ (tomate), melhor entender essa experiência: “nascer é afastar-se – em lágrimas – do paraíso, é condenar-se à liberdade” (QUEIRÓS, 2011, p. 8). Nascer é também caminhar a passos lentos o caminho do fim, é vivenciar com o corpo (tomate) o rito da morte, de onde “exalava um gosto de cera, flor, reza e terra” (QUEIRÓS, 2011, p. 13). É ressignificar esse ‘eu’ que fala ao ‘nós’ social.

Da suspeita da morte à sustância da vida, o tomate, “rei sacrificado” em todas as refeições, era também capital, produto de negociação: “A madrasta, arreada sobre o muro, negociava o tomate com a mulher de duas almas. Eu suspeitava” (QUEIRÓS, 2011, p. 54). A mulher de duas almas é a imagem transfigurada das lembranças da mãe e da madrasta, como explicitado na citação:

Uma mulher com duas almas assombrava nossa rua. Uma alma de Deus a serviço de uma alma do demônio. Uma fada a serviço de uma bruxa. A fada possuía seu corpo, a bruxa, seu coração. Ela vestia seu estreito corpo com tecidos mansos, estampados de miosótis ou bolinhas de um azul calmo sobre seda clara. Seu cabelo, na altura da nuca, era branco misturado ao cinza que cobre as brasas. Andava com um passarinho leve – pardal ciscando a terra. Seu sorriso, bastava reparar, era suspenso como o das hienas. O coração, contudo, um imenso caldeirão onde borbulhavam a inveja, a mágoa, o desamor. Diziam que seu marido partiu atrás de menos mártírios. E a todos que a fada seduzia a bruxa servia sua porção amarga (QUEIRÓS, 2011, p. 53).

A mulher de duas almas se parte em duas para condensar, nos silêncios do corpo e dos gestos, a fada/mãe e a bruxa/madrasta. O corpo da mulher de duas almas é o repouso da lembrança, ele presentifica a delicadeza, a maciez, a claridade, a calma, a sedução do ontem, a cinza fantasia que se dissipou em maio, mês em que a celebração (do dia das mães) cede passagem a dor e ao lamento. Mas, se a vizinha é a representação corpórea da mãe ausente, os seus atos e afetos tornam-se imagem-reflexo da madrasta, bruxa, feiticeira da maldade, aquela que desfaz as cinzas (lembranças) e suscita o vermelho do ódio, o sangue, o martírio, tornando-se a servente da porção amarga.

O fragmento acima é relevante para percebermos os ecos do diálogo social, a consideração da mãe, enquanto fada, recai no imaginário cultural da expressão do sonho, a fada-mãe, aquela que torna sonhos em realidade. Já madrasta é socioculturalmente associada à bruxa má, a perversa. Não estamos aqui estabelecendo tais constatações como verdades, mas somente fazendo pontes dialógicas com outros possíveis discursos que engendram o imaginário, a cultura, e a ideologia social.

Assim, são múltiplos os exemplos encontrados na obra que nos fazem acreditar que autoreferenciação de uma vida nada mais é do que a escrita sobre as linhas do acontecimento da linguagem. Há nelas traçadas a incompletude do ‘eu’ em vias dos apagamentos dos limites entre o “eu-pessoal” e o ‘eu-político, entre o ‘sujeito’ e o ‘cidadão’, ou entre o real e a ficção, entre o ‘eu-que-conta’ e o ‘eu-contado’ etc.” É, desse modo, que os sentidos se deslocam e alcançam os deslimites das palavras, “não pela sua discussão direta mas por elaborar os limites das diferentes formas de discurso e suas funções sociais: a esfera pública, a esfera privada, o particular e o geral, o real e o imaginário” (ORLANDI, 2007, p. 83-84).

Em *Vermelho amargo* (2011), os filhos cumprem o destino bordado nas linhas do abandono, do exílio, se não a morte, então a fuga:

Cada despedida se anunciava dando mais sustância às fatias do tomate. O que antes era apenas transparência – hóstia maculada de ameaça – agora se fazia corpo e decretava abandono. As mãos matemáticas da mulher registravam com a faca e a força, e sobre a pele do tomate, suas premeditadas vitórias (QUEIRÓS, 2011, p. 59).

Assim, desfaz-se toda uma família restando apenas dois, o pai e a madrasta. Os filhos são entregues aos seus destinos solitários: “não há condimento capaz de temperar o futuro. Só se salga a carne morta. O depois não tem pressa e chega em seu tempo, seco e frio” (QUEIRÓS, 2011, p. 61). Com isso, a vida segue os lentos trilhos do vagão da morte, “o vivido fica apenas na lembrança ou registrado pela escrita” (QUEIRÓS, 2007, p. 48).

Diante dessas leituras, podemos considerar que a escrita queiroseana é um desenrolar de uma conversa com o mundo. Escrevendo, Queirós (2011) imprime nas margens, nos silêncios e nas memórias, metáforas e metonímias, nossas mais profundas inquietações. Ao lermos sua obra também escrevemos e escrevendo apaziguamos “o susto de viver em mundo em permanente mudança e que o cotidiano comprova” [...] escrever como única maneira de adaptar-se às mutações, sem arranhar o desconhecido absoluto (QUEIRÓS, 2007, p. 23-24).

Nesse viés, é que a linguagem, enquanto signo ideológico, reflete e refrata não somente uma realidade, mas outras, podendo ultrapassar suas próprias particularidades (BAKHTIN, 2014a, p. 32). Com a alusão, clareamos os escuros do *corpus* de nossa investigação, e compreendemos com mais clareza que a obra, aqui analisada, não somente apresenta uma representação do ponto de vista ético e estético do gênero, mas promove a dialogicidade que estreita os limites da arte e da vida.

Saltando para a vida, *Vermelho amargo* (2011) transcende o lócus da arte e constrói alusivamente um diálogo que ressoa no grande tempo, (re)surgindo das sombras uma certa realidade social familiar/estranha que nos salta à luz quando contactada com nossas vivências. O passado que acorda o narrador-queiroseano é também aquele que, abrigado em nosso hoje, ganha forma, tons e sabores de realidade, pois, “meu real é mais absurdo que minha fantasia”. Em tempos em que “o presente é soma de nostalgias agora irremediáveis” (QUEIRÓS, 2011, p. 60), onde os filhos da terra sofrem a ausência de uma pátria-mãe, restam-lhes somente à agressão, a violência, o sofrimento, a dor do abandono, o prenúncio de morte, o viver aturdido pelo medo:

Aturdido. Eis a palavra muda traçando fronteira com a loucura. Só hoje descubro esta sonoridade surda morando em mim, ainda menino. Aturdido pelo medo de, no futuro, não ganhar corpo, e não suportar o peso das caixas de manteiga. Aturdido por ter as carnes atrofiadas sobre os ossos. Aturdido por ter a alma como carga, e suportá-la para viver o eterno que existia depois de mim. Aturdido por ser mortal abrigando o imortal. Aturdido pelo receio de descumprir as promessas deixadas aos pés dos santos. Aturdido pela desconfiança de a vida ser uma definitiva mentira. Aturdido por vislumbrar o vago mundo como fantasia de Deus, em momento de ócio (QUEIRÓS, 2011, p. 14).

Assim, mobilizados, inquietados, aturdidos pelo anseio de in-acabar a palavra, temos a sensação de que ainda há muito por dizer, por refletir. Os tantos pedaços de nós adormecidos e acordados pelas memórias de Queirós (2011) sustentam e ampliam o caminho desse diálogo, pois entre o tudo e o nada há sempre sentidos estranhos ainda por conhecer. Por hora, temos a satisfação de comprovar que esta é uma

escrita mobilizadora de tantos outros horizontes e outros velhos/novos olhares que fazem do eu-nós o eu-mundo. Essa leitura-escrita se torna margens, imagens e reflexos de uma outra terceira obra, aquela que construiremos a partir de nossa posição axiológica, valorada por nossas vivências, pelas conversas compartilhada com o político-social, mas que quiçá jamais será revelada, desvelada, relatada e/ou publicada; nela, viveremos a plenitude do encontro, no e pelo silêncio. Assim, nos tornaremos nas e pelas linguagens ‘outros’, pois acreditamos que “viver é ser palavra em andamento sobre o fio do tempo. [pois] Ninguém vive sem registrar sua história” (QUEIRÓS, 2007, p. 48).

4 Considerações Finais

No discorrer deste diálogo pudemos constatar quanto a escritur(ação) de um ‘eu’ evidencia as vozes de ‘nós’ cultural e socialmente constituído; como estes ecos discursivos ecoam, reverberam e ressoam em nossa temporalidade. Desse modo, a literatura é a via que faz suscitar outros tantos diálogos possíveis que se tornam imagem e reflexos de nossa realidade.

Assim, *Vermelho amargo* (2011) é uma obra que transcreve não apenas os conflitos internos de um menino, visto, observado, valorado, contemplado pelo olhar de um narrador queiroseano. É também uma obra que, alusivamente, torna-se produto em processo de tantas outras reflexões. É um ‘eu’ que em sua própria escritur(ação) torna-se imagem e refração de um ‘nós’. As relações dialógicas transsignificada no papel da mãe e da madrasta, na obra, mobilizam a representação do poder, dos papéis e extratos de uma sociedade que parece caminhar a passos largos para desfiliação dos seus. No âmbito dessa narrativa, podemos refletir sobre os papéis sociais, os efeitos e exercício de poder, sobre a inserção e empoderamento do familiar/estranho no seio da família e, ainda, como estes podem converter-se em ferramentas para o sofrimento, a falta, o abandono, a morte. Desse modo, a obra queiroseana, nos traços, imagens, verbos e silêncios de sua narrativa, desvela em prosa-poética, uma contemporaneidade refletida no espelho do menino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Orlando Nunes de. O desvio autobiográfico em Sinais de fogo, de Jorge de Sena. In: NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. BUSATO, Susanna; AMORIM, Orlando Nunes de (Org.). **Literatura e representações do eu: impressões autobiográficas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 45-70.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Pereira Maria E. Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAIMI, Claudia O conceito de mímese em Aristóteles. **Formas e Linguagens**. Ijuí, v. 8, n. 17, 2009. p. 141-162.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- MACHADO, Irene A. **O romance e a voz: a prosaística dialógica de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: Ed. Imago FAPESP, 1995.
- MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Trad. Sheila Camargo Grillo, Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MORSON, Gary Saul; EMERSON Caryl. **Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos. **Ler, escrever e fazer conta de cabeça**. 2. ed. Belo Horizonte: Miguilim, 1996.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. O livro é passaporte, é bilhete de partida. In: CONDINI, Paulo; PRADO, Jadson (Orgs.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999. p. 23-24.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Para ler em silêncio**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2007.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Vermelho amargo**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **O fio da palavra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2012.
- TORGA, Vânia Lúcia Menezes. **O Risco do Bordado de Autran Dourado – A Alusão nos Gêneros Textuais: o Romance e a Tese**. 2006. 225f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Página intencionalmente deixada em branco

O aforizador glosador Dilma Rousseff: embates discursivos sobre as lexias “golpe” e “impeachment” em pequenas frases

Gleice Antonia Moraes de ALCÂNTARA (UFSCar)
gmoraesalcantara@gmail.com
Jorcemara Matos CARDOSO (UFSCar)
jorcemara.matosca(UFSCar)rdoso@gmail.com

Resumo: As narrativas produzidas sobre o processo de afastamento da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, ocorrido em 17 de maio do último ano, em sessão do senado brasileiro ganhou diariamente espaço em inúmeras mídias brasileiras e internacionais. Dada a grande repercussão desse acontecimento político produziu-se uma história da política brasileira engendrada pela maquinaria midiática que retomou insistentemente o acontecimento por meio de enunciados breves que foram destacados, transformados e postos a circular em diferentes cenas de enunciação. Neste contexto enunciativo, duas lexias disputaram ferrenhamente, e ainda hoje disputam, o espaço de significação do acontecimento, a saber “impeachment” e “golpe”. Neste texto, à luz das reflexões de Maingueneau (2007, 2008, 2010, 2014), Krieg-Planque (2011, 2012), Authier-Revuz (1998) e Moirand (2007) temos como objetivo analisar as enunciações engendradas por Dilma Rousseff sobre o processo de seu afastamento da Presidência da República. Buscaremos, a partir de um *corpus*, constituído por pequenas frases que circularam em mídias nacionais e internacionais, evidenciar nesses enunciados o caráter acional do discurso encadeado pelos desdobramentos em glosas metaenunciativas, que se impõem em suas enunciações pelo encontro e representações da não-coincidência das palavras consigo mesmas nas lexias “golpe” e “impeachment”, entendendo que nessa reflexividade enunciativa acional o aforizador glosador orienta como os enunciados devem ser interpretados pelos interlocutores. Elegemos como metodologia analítica a categoria de percurso, proposta por Dominique Maingueneau (2007) procurando analisar em diferentes mídias brasileiras e internacionais a irrupção, a retomada, a transformação e circulação de pequenas frases de Dilma Rousseff em que as glosas metaenunciativas sobre as lexias “golpe” e “impeachment” estejam em confronto. Para tal empreendimento, estabelecemos como recorte temporal o período de dezembro de 2015 a setembro de 2016.

Palavras-chave: Pequenas frases em política; Glosas metaenunciativas; Cenas de enunciação; Acontecimento.

Abstract: The narratives produced on the removal of the President of Brazil, Dilma Rousseff, held on May 17 of last year, during a session of the Brazilian Senate, gained daily in numerous Brazilian and international media. Due to the great repercussion of this political event a history of the Brazilian politics engendered by the media machinery was produced, which repeated the event through brief statements that were highlighted, transformed and put to circulate in different scenes of enunciation. In this enunciative context, two lexias fiercely disputed, and still today dispute, the space of significance of the event, namely "impeachment" and "coup". In this paper, in the light of Maingueneau's (2007, 2008, 2010, 2014), Krieg-Planque (2011, 2012), Authier-Revuz (1998) and Moirand (2007) reflections, we aim to analyze the statements made by Dilma Rousseff on The process of his removal from the Presidency of the Republic. From a corpus composed of small phrases that circulated in national and international media, we will look for in these statements the ational character of the discourse chained by the unfolding in meta-declarative glosses, which are imposed in their enunciations by the encounter and representatio ns of the non-coincidence of the Words with themselves in the lexias "coup" and "impeachment", understanding that in this enunciative axiomatic reflexivity the glossing gauge guides how the statements should be interpreted by the interlocutors. We chose as an analytical methodology the category of path proposed by Dominique Maingueneau (2007), trying to analyze in different Brazilian and international media the irruption, the resumption, the transformation and circulation of Dilma Rousseff's little phrases in which the meta-declarative glosses on the " "And" impeachment "are in conflict. For such an enterprise, we set as temporal cutback the period from December 2015 to September 2016.

Keywords: Small phrases in politics; Meta-declarative glosses; Scenes of enunciation; Event.

1 Primeiras considerações

Nos últimos anos o cenário de tensão na política brasileira é corrente e inquestionável. Muitos escândalos de corrupção são noticiados diariamente nas primeiras páginas dos grandes jornais de circulação no país e publicizados por jornalistas, que comentam os acontecimentos¹ políticos de maneira insistente e, raras às vezes, sem nenhuma isenção. Um dos inúmeros exemplos dessa midiática dos eventos políticos foi o notoriamente conhecido caso do “mensalão”², escândalo de compra de votos de parlamentares denunciado em 2005. O acontecimento político “mensalão” entrou na ordem do dia das pautas jornalísticas que retomavam e, ainda hoje após o julgamento do processo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, o acontecimento é recuperado em narrativas diversas com uma disforia generalizada constituída por uma pluralidade de vozes evidenciadas no fio do discurso que mostram a heterogeneidade de posicionamentos híbridos sobre o evento

Fragmento 1 *“Planalto paga mesada a deputados: Miro denuncia propina no Congresso”* (Jornal do Brasil (JB) 24/04/2004)

Fragmento 2 *“Marcelo Freixo diz que saiu do PT “bem antes” do mensalão. Checamos”* (Revista piauí, 20/09/2016)

Fragmento 3 *“Marcelo Crivella erra ao dizer que saiu do partido quando surgiu o mensalão”* (Revista piauí, 20/09/2016)

Podemos dizer que assistimos hoje a uma midiática acentuada dos acontecimentos políticos no país e, mais do que isso, a judicialização da política brasileira, tal como pontua Nunes (2016) dado que os eventos políticos com certa regularidade são reprisados incansavelmente pela maquinaria midiática e legitimados pelas instâncias do judiciário, esta última atuando como protagonista de decisões que envolvem grandes questões nacionais e dimensionando um novo espaço de atuação política, como ocorreu com o acontecimento “mensalão” e também como o que ocorreu com o processo que motivou o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff em agosto último

o que se observa hoje, em especial no Brasil, é uma situação que transcende a mera aplicação da Constituição e das leis e o controle dos atos legislativos pelo Judiciário. Não raro encontramos juízes e tribunais tomando decisões sobre questões políticas que antes eram decididas nas casas legislativas ou nos partidos políticos, sem a interferência judicial. Essa ascendência do Judiciário sobre nosso sistema político deu origem ao fenômeno da judicialização da política. Nesse contexto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) têm desempenhado, nos últimos anos, um papel ativo na vida institucional brasileira, como protagonistas de decisões que envolvem grandes questões nacionais e dimensionam um novo espaço de atuação política.

Posto isso, o objetivo deste texto é apresentar de maneira sucinta as enunciações engendradas por Dilma Rousseff sobre o processo de seu afastamento da Presidência da República e como esses foram

¹ Tomamos a noção de acontecimento numa relação com a noção de enunciação, já que toda vez que a ocorrência é retomada ela remete a descrição recebida e projeta simultaneamente para novos acontecimentos, testemunhando assim o caráter acontecimental de toda enunciação. Tomamo-nos como acontecimento porque ela jamais se produz duas vezes como já pontuava Benveniste num diálogo com as propostas de Austin sobre os performativos (2005, p.302).

² Ação Penal 470, Número do Processo no Supremo Tribunal Federal (STF).

retomados pelas mídias, procurando evidenciar nesses enunciados o caráter acional do discurso encadeado pelos desdobramentos em glosas metaenunciativas, que se impõem em suas enunciações pelo encontro e representações da não-coincidência das palavras consigo mesmas nas lexias “golpe” e “impeachment”, entendendo que nessa reflexividade enunciativa acional o aforizador glosador orienta como os enunciados devem ser interpretados pelos interlocutores. Dito de outro modo, procuraremos analisar nos enunciados destacados como o aforizador glosador Dilma Rousseff em suas enunciações se posiciona sobre as lexias “golpe” e “impeachment”, lexias que ainda disputam ferrenhamente o espaço de significação do acontecimento.

Para dar conta de nosso empreendimento mobilizamos as reflexões de Dominique Maingueneau (2014,2015) sobre enunciações aforizantes destacadas³, Alice Krieg-Planque (2011) no que se refere à comunicação, pelo viés discursivo, como antecipação de práticas de retomada e de transformação dos enunciados, Authier-Revuz (1998) para pensar o desdobramento metaenunciativo e, a noção de valor ilocutório dos enunciados, tal como problematizado por Austin (1962) e revisitado por Alice Krieg-Planque (2012) quando esta concebe discurso e ação como elementos indissociáveis, portanto, o caráter atuante do discurso se consolida principalmente por meio de enunciados performativos que mais do que descrever uma ação ele realiza o que diz. Queremos com isso chamar a atenção para as enunciações de Dilma Rousseff que circularam por meio de enunciados destacados em diferentes mídias e como essas enunciações performativas acionais mostram o que o aforizador glosador diz e no mesmo movimento reflete sobre o que diz pelas glosas metaenunciativas, ou seja, ao dizer Dilma Rousseff age e direciona o percurso interpretativo de seu discurso a regiões do interdiscurso quando emprega as lexias “golpe” e “impeachment”.

1.1 Condições de emergência do acontecimento

O processo de afastamento definitivo de Dilma Rouseff em 31 de agosto de 2016 em sessão presidida pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski resultou de um processo político que teve início em 02 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha autorizou a abertura do processo de impeachment da presidente. De lá para cá, muitas narrativas foram produzidas e o acontecimento político invadiu o cenário midiático e assim como o acontecimento “mensalão”, o processo de afastamento foi espetacularizado e ganhou nuances de baixarias explícitas nas sessões na Câmara dos

³ No quadro de uma teoria das frases sem texto, a enunciação aforizante como afirma o pesquisador é uma dimensão constitutiva da enunciação, ou seja, o funcionamento da enunciação obedece a duas modalidades: por a enunciação textualizante, a dos gêneros dos discursos, e a outra por meio de frases sem textos, a enunciação aforizante, essa pretendendo-se além e acima dos gêneros, enunciação que assume um caráter paratópico, dado que se situa dentro e fora do regime da textualidade. Nessa nova ordem da enunciação, as das frases sem texto, o pesquisador as classifica em: aforizante e a textualizante. A enunciação aforizante se organiza em destacada por natureza (máximas, fórmulas, slogans...) e destacada de um texto (pequenas frases, intertítulos, citações, palavras-chave...).

Deputados e também no Senado. Fomos bombardeados obstinadamente por narrativas múltiplas em que os atores políticos polemizavam e colocavam em embate as lexias “golpe” e “impeachment”. De um lado, aqueles que afirmavam que Dilma Rousseff cometera crime de responsabilidade fiscal, as chamadas “pedaladas fiscais”⁴, ressaltando que o processo de afastamento seguia os ritos legais prescritos pela Constituição Federal, portanto, o processo de “impeachment” de acordo com tais convicções era legal e o afastamento necessário. Por outro lado, aqueles que alegavam que o processo de impedimento consistia em um golpe de estado, pois afrontava a decisão popular que elegera por voto direto a presidente e que a prática pela qual estava sendo acusada não era legítima, uma vez que as ações de pagamentos efetuados aos bancos públicos e privados atenderam rigorosamente as vigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias tendo agido, portanto, em conformidade com os ritos previstos nas diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU),

Fragmento 4 “Para sustentar as mentiras, fraudaram a contabilidade pública”, disse. “Não há legitimidade do voto numa eleição viciada... Quem fez o impeachment foi a rua, foi a sociedade... A maior fraude da história do Brasil não ficará impune.” (Senador Cássio Cunha Lima PSDB/PB, 30/08/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/impeachment-no-senado-discurso-final-de-cassio-cunha-lima-psdb-pb.html>)

Fragmento 5 “Eu tenho visto várias frases que dizem que impeachment sem crime é golpe. Essa frase é verdade. A questão é que estamos diante de um quadro que sobram crimes de responsabilidade... Foi necessário baixar decretos não autorizados, abrindo crédito não autorizado, quando se sabia que o superávit não era real. Foi necessário lançar mão de pedaladas fiscais porque do outro lado estava acontecendo uma sangria. Isso tudo é um conjunto de uma mesma situação que, ao meu ver como eleitora, como cidadã brasileira, mostra que nós fomos vítimas de um golpe. Para mim, vítima de golpe fomos nós” (Janaina Paschoal, advogada autora do pedido de impeachment, 30/03/2016. Disponível em <https://lucianoayan.com/2016/03/30/sobram-crimes-de-responsabilidade-diz-janaina-paschoal-em-comissao-do-impeachment/>)

Fragmento 6 “É mais uma frente do obscurantismo que se forma... a roda da história vai girar para trás... Me aperta o coração o retrocesso que esse país terá, que será o maior desastre da nossa história, se o interino se tornar efetivo... O povo não vai voltar ao chicote. Por isso nós somos contra esse golpe” (Senadora Gleisi Hoffmann PT/PR, 30/08/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/impeachment-no-senado-discurso-final-de-gleisi-hoffmann-pt-pr.html>)

Fragmento 6 “A minha visão é essencialmente jurídica, nunca tive vínculo com qualquer partido. A conclusão inevitável é que se trata de um golpe, pela razão fundamental de que não se apontou um ato da presidente que configure um crime de responsabilidade”... Quando foi aprovado o parecer do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), ficou evidente que não existe base constitucional para as conclusões do relatório. A certa altura, ele disse que houve fatos graves que ocorreram com conhecimento da presidente. Assim, o que se afirma é que não houve atos da presidente, apenas omissão. Omissão é falta de ato, e a exigência constitucional para o impeachment é a existência de um ato”. (Dalmo de Abreu Dallari, jurista, 17/04/2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/personalidades-dizem-por-que-acham-que-processo-de-impeachment-e-golpe.htm>)

A visibilidade do acontecimento político propagou-se freneticamente em diferentes mídias brasileiras e internacionais, mobilizando cenografias ímpares que colocavam em confronto dois

⁴ Termo que ficou amplamente conhecida no país para se referir à prática de manobra considerada crime de responsabilidade fiscal uma vez que o objetivo é aliviar por um período curto as contas do governo junto aos bancos públicos e privados.

posicionamentos diante do processo, dito diferentemente, a produção discursiva realizada pelas e nas mídias no período escolhido para análise mostra que o evento recebeu destaque e foi assunto de comentários de diferentes grupos deixando sempre em evidência a pluralidade de vozes convocadas para se posicionar sobre a problemática.

Atrevemo-nos a pontuar em uma análise superficial um posicionamento das grandes mídias brasileiras (*Veja, Estadão, Folha de São Paulo, Uol, Isto É*) as quais nomeamos “mídias tradicionais” por assumirem uma linguagem ancorada ao interdiscurso mais conservador e eletista, que ao enquadrarem o acontecimento em enunciados curtos tomaram a lexia “impeachment” como sendo a denominação do acontecimento. Opondo-se sobremaneira a elas, as “mídias alternativas” (*Carta Capital, piauí e Portal Vermelho*) que se caracterizam por assumir um discurso mais plural e que procuram, segundo os seus princípios, apresentar temas que sejam de interesses de todos e de maneira imparcial, tomaram o sentido do acontecimento como “golpe” de estado.

Tal divisão é posta porque compreendemos o funcionamento da imprensa brasileira e como esta enquadra os acontecimentos políticos vinculados a essa dicotomia. Ao traçar tal divisão, queremos enunciar que o acontecimento em análise recebeu enquadres que procuraram direcionar os sentidos de acordo com a divisão operada na/pela imprensa brasileira, a saber, *mídiuns* que apoiam à esquerda e por outro lado os que apoiam à direita, como atestam os excertos na sequência.

Figuras 1, 2, 3 e 4.



Veja edição 2473, 13/04/2016



Isto É edição 2436, 12/08/2016



Carta Capital edição 894, 23/03/2016



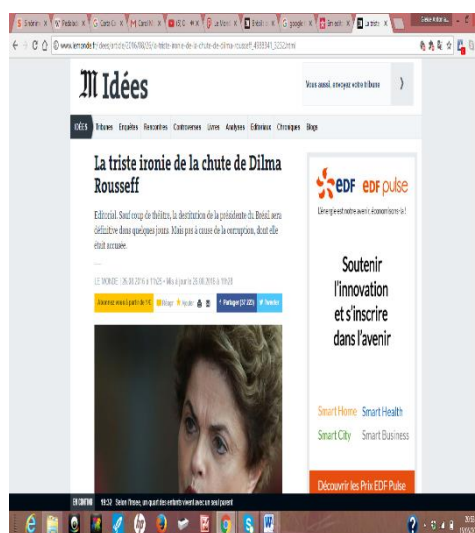
Portal Vermelho 9 de Maio de 2016

Como colocado, a repercussão do processo recebeu destaque também nas mídias estrangeiras, e essas apresentaram o acontecimento colocando em evidência os duelos travados constantemente entre os apoiadores do afastamento de Dilma Rousseff e os que se opunham ao impedimento. Polêmicas entre os atores sociais que muitas vezes ultrapassaram os limites da cordialidade, assumindo um tom de ofensas, exageros e acusações explícitas que extrapolaram o político, e que davam margem para o enquadramento do acontecimento como algo que deslegitimava o processo, devido a não sustentação dos argumentos que pediam o afastamento de Rousseff

Figuras 5, 6, 7 e 8.



“Brasil: Carnaval, ministros e heróis. Circo na democracia e o papel do judiciário no governo Temer” (El País, jornal espanhol em 30/08/2016)



La triste ironie de la chute de Dilma Rousseff (Le Monde, jornal francês em 26/08/2016)



Brazil's Senate votes to Begin impeachment trial of Dilma Rousseff (New York Times em 12/05/2016)



Dilma: “Soy víctima de una farsa política, no voy a ceder” (Clarín em 12/05/2016)

Feita uma breve exposição das condições de emergência do acontecimento político que pedia o afastamento da presidente da república e como a mídia trabalhou e fabricou o acontecimento através de enunciados destacados que retomavam o acontecimento contrastando dois posicionamentos que podem ser recuperados pelo emprego das lexias “impeachment” e “golpe”, apresentaremos neste momento de maneira rápida algumas considerações teóricas que perpassam nossas reflexões para na sequência trazer as enunciações produzidas por Dilma Rousseff durante discurso no Senado em 29 de agosto de 2016. Como colocado, tomamos essas enunciações como enunciações performativas atuantes, ou seja, o aforizador Dilma Rousseff age por meio de sua enunciação e, nesse processo, através de um desdobramento no ato de representação do dizer, o aforizador percebe algo, uma não-coincidência- a palavra “impeachment” - que o seu comentário vai responder, afirmando que o acontecimento configurou um rompimento com os valores democráticos constituídos, portanto, um “golpe”.

1.2 Um pouco de teoria

A colocação em discurso de acontecimentos políticos é uma rotina nas práticas jornalísticas, que numa temporalidade e espaço dados percebem uma ocorrência como significativa e passam a promovê-la em acontecimento discursivo enquanto reflexividade através das retomadas em séries que são (re) produzidas. Neste sentido, para que o acontecimento passe efetivamente a existir e forme uma individualidade, os jornalistas podem e devem descrevê-lo/nomeá-lo para comunicar aos leitores, e também, para cumprir suas rotinas de trabalho que implicam categorizações rápidas, devido à importância particular que o nome próprio do acontecimento recebe no espaço jornalístico⁵. Quando descrito, o acontecimento

⁵ Krieg-Planque. À propos des « noms propres d'événement ». Disponível em <https://cediscor.revues.org/759>

recebe seu caráter de evidência, dito diferentemente, a partir do momento que o acontecimento é identificado sob uma descrição e sua interpretação e explicação são orientadas e delimitadas pelo teor semântico dos termos, utilizados para essa descrição.

Na perspectiva que aqui assumimos a de acontecimento em sua dimensão de acontecimentalidade/reflexividade, a tensão semântica-referencial de uma unidade lexical ou de um sintagma pode funcionar conforme as cenografias em que são evocadas como: a) nome próprio de um evento - reservado de uma acontecimentalidade geográfica e temporalmente situada; b) como nova categoria denominativa - uma denominação suscetível de reenviar a um conjunto aberto de acontecimentos.

A descrição do acontecimento político nomeado pela mídia brasileira como “impeachment” ou “golpe”, dependendo do posicionamento adotado, é aqui analisado em seu funcionamento enquanto nome próprio de um evento circunscrito em um espaço temporal e geográfico dado que remetem à designação recebida e, ao mesmo tempo, sempre que convocado reenvia a novos atos de enunciação pelo seu caráter único numa rede de categorizações do campo midiático. No jogo de retomadas parafrásticas das lexias a mídia elabora enunciados que remetem ao mesmo fato, no entanto, esses enunciados não constroem as mesmas significações, ocorrendo confronto discursivo⁶ que prossegue através das discursividades que trabalham o acontecimento.

No trabalho constante de descrição da ocorrência percebida como sintomática no espaço público, as sequências que são formuladas atestam o caráter de atualidade e memória do acontecimento que joga o tempo todo com a opacidade da significação produzida nos enunciados, enunciados esses únicos que ganham existência na singularidade do ato de enunciação. A noção de enunciado advinda de Foucault (2012) na sua interface com a noção de ato de fala de Austin (1990) é importante para pensarmos o acontecimento político em análise como nome de um acontecimento que é descrito em uma cadeia discursiva de aparência estabilizada, mas que funciona como lexia marcada reflexivamente que joga com o não estabilizado desde o momento da sua emergência no espaço público.

Desde o seu surgimento em dezembro de 2015, o acontecimento político em questão passou por um momento discursivo⁷ de abundante número de produções discursivas, período esse que pode ser delimitado entre dezembro a setembro de 2016, no entanto, é importante destacar que ora ou outra produções retomam o acontecimento, e em cada movimento dos usos das lexias mudanças contínuas dos sentidos e das formas são produzidas o que “mostra como a palavra assume, num dado momento, um lugar de destaque no debate público.” (BONNAFOUS apud KRIEG- PLANQUE, 2010, p. 25). Embora não nos detendo na

⁶ Pecheux, 2012

⁷ Um moment discursif n'est donc pas forcément spectaculaire, comme l'a été le 11 septembre 2001 ou comme peut l'être un tremblement de terre meurtrier. Mais un fait ou événement ne constitue un moment discursif que s'il donne lieu à une abondante production médiatique et qu'il en rest également quelques traces à plus ou moins long terme dans les discours produits ultérieurement à propôs d'autres événements.

lexicologia que acompanha as palavras na longa duração de seus usos, de certa maneira a questão, faz uma interface com aquela, uma vez que a vida das lexias em análise implicam mudanças nos usos e também nas evoluções políticas e sociais que as acompanham. Dito de outra maneira, desde que o acontecimento em questão invadiu o espaço público uma produtividade lexicológica o acompanha, sinalizando para o caráter de reflexividade que se instala a cada nova enunciação, provocando reações e comentários próprios da polêmica que é constitutiva em torno da disputa pela denominação e pelo significado do acontecimento.

Observa-se em torno do acontecimento esse embate de posicionamentos, disputas que são colocadas em circulação através de uma encenação que privilegia a dimensão icônica onde os enunciados verbais e imagéticos estão numa relação constitutiva, e nessa encenação a fala política é constantemente apresentada privilegiando conteúdos e modos de expressão que se efetivam por intermédio de uma “gramática imposta”, expressão empregada por Jean-Marc Ferry (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 116) para se referir aos dispositivos impostos às falas mediatizadas. E, nessa ordem a qual os discursos são submetidos, eles aparecem como ressalta Ferry (KRIEG-PLANQUE, 2010) como uma fala pobre e estereotipada, desobedecendo assim à complexidade de um pensamento vivo e não ordinário.

É de se destacar que, no interior dessa “gramática imposta” pelas mídias o conteúdo que não pode faltar e que segundo Amossy (2014) é algo positivo no jogo argumentativo é a polêmica, ingrediente esse que é levado ao paroxismo nos discursos políticos na atualidade. No quadro teórico proposto pela pesquisadora, a polêmica não é “uma comunicação desordenada”, é sim um elemento que recebe uma valoração positiva funcionando como “modalidade argumentativa e elemento de vitalidade das sociedades onde o conflito é inevitável, recorrente e constitutivo dos processos sociopolíticos.” No entanto, o que se observa nas discursividades que circularam sobre Dilma Rousseff nos últimos dois anos foram discursos que polemizaram e que extrapolaram o nível da civilidade, dizeres verbais e icônicos, que incentivaram o discurso do ódio e que transcenderam o nível da argumentação. Circulação de palavras referindo-se a então presidente num tom de deboche e achincalhamento público colocando sempre em xeque a sua competência para administrar o país especialmente pelo fato de ser mulher, algo que fora feito já em seu primeiro mandato, mas não com a mesma intensidade como fora visto já nas primeiras horas de sua reeleição em 2014.

Figuras 9, 10, 11 e 12.



Isto É edição 2417 06/04/2016



http://istoe.com.br/450027_uma+presidente+fora+de+si/



O GLOBO 08/03/2015Jornal a Hora do Povo



<http://www.horadopovo.com.br/2015/09Set/3380-16-09-/CAPA/grande.htm>

2 Dizeres e retomadas de Dilma Rousseff sobre o acontecimento

Neste momento trazemos trechos da fala proferida por Dilma Rousseff na sessão do Senado em 29 de agosto de 2016. Queremos chamar a atenção para o processo de desdobramento enunciativo realizado por Dilma Rousseff, quando emprega as lexias que disputaram a significação do acontecimento, “impeachment” e “golpe”.

Figura 13.



“Jamais haverá justiça na minha condenação”; leia a íntegra do discurso de Dilma no Senado

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado/>

...Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram.

Nesta jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade. Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros.

Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública.

Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio.

E por isso, como no passado, resisto.

Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito.

Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar.

Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que fiz, no exercício da Presidência da República que venho pessoalmente à presença dos que me julgarão. Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder que não cometi nenhum crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente.

Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de impeachment.

No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado.

Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos.

O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição.

No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a eventual perda de maioria parlamentar para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime.

Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores.

Senhor Presidente Ricardo Lewandowski, Sras. e Srs. Senadores,

A verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira.

Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo. Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de impeachment.

A possibilidade de impeachment tornou-se assunto central da pauta política e jornalística apenas dois meses após minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse movimento radical.

Foi criado assim o desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de impeachment sem crime de responsabilidade.

Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago um elevado preço pessoal pela postura que tive. Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa Constituição. Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente.

Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil.

Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição. Ironia da história? Não, de forma nenhuma. Trata-se de uma ação deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira.

Viola-se a democracia e pune-se uma inocente. Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados.

Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de Estado.

Querem me condenar por ter assinado decretos que atendiam a demandas de diversos órgãos, inclusive do próprio Poder Judiciário, com base no mesmo procedimento adotado desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001? Não é possível que não se veja aqui também o arbítrio deste processo e a injustiça também desta acusação. Este processo de impeachment não é legítimo. Eu não atentei, em nada, em absolutamente nada contra qualquer dos dispositivos da Constituição que, como Presidenta da República, jurei cumprir. Não pratiquei ato ilícito. Está provado que não agi dolosamente em nada. Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses da sociedade. Nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público.

É isto que explica a absoluta fragilidade das acusações que contra mim são dirigidas. Tem-se afirmado que este processo de impeachment seria legítimo porque os ritos e prazos teriam sido respeitados. No entanto, para que seja feita justiça e a democracia se imponha, a forma só não basta. É necessário que o conteúdo de uma sentença também seja justo. E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.

Confio que as senhoras senadoras e os senhores senadores farão justiça. Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política.

Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira.

Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia. Muito obrigada.”

(Partes do Discurso de Dilma Rousseff no Senado em 29/08/2016. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/o-video-com-a-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado/>)

Os comentários sobre o discurso de Dilma Rousseff se espalharam rapidamente nas mais distintas mídias nacionais e internacionais. Análises e comentários em que novamente foi possível ver dois posicionamentos distintos e os duelos entre esses posicionamentos. De um lado os que afirmavam que a presidente foi firme em suas colocações e resistiu bravamente aos seus acusadores, mostrando toda a altivez dos grandes líderes, de outro, opiniões que enfatizavam a falta de novidade nas informações trazidas por Rousseff o que só reforçava a tese de culpabilidade nos crimes pelos quais estava sendo justamente condenada.

“Dilma no Senado: Impeachment é fruto de 'chantagem explícita' de Cunha”.

BBC 29/08/2016 <http://www.bbc.com/portuguese/37214245>

“O impeachment, segundo Dilma: as principais frases da presidente afastada em sua defesa no Senado”.

Congresso em foco <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/veja-as-principais-frases-de-dilma-em-sua-defesa-no-senado>

“Dilma Rousseff: No lucho por mi mandato, lucho por la democracia”.

El País, 29/08/2016
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/29/internas_polbraeco,546414/jornais-internacionais-repercutem-discurso-de-dilma-no-senado.shtml

“Brésil: Dilma Rousseff dénonce un “coup d’Etat”: a son procès”

Le Monde, 29/08/2016
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/29/internas_polbraeco,546414/jornais-internacionais-repercutem-discurso-de-dilma-no-senado.shtml

“Dilma Rousseff: of Brazil says she won’t be silenced in impeachment trial”

New York Times 29/08/2016
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/29/internas_polbraeco,546414/jornais-internacionais-repercutem-discurso-de-dilma-no-senado.shtml

“Foi uma fala histórica na busca de justiça, dando elementos para quem não quiser ser cúmplice.”

Senador Jorge Viana (PT-AC) <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/para-aliados-discurso-de-dilma-foi-historico-para-rivais-nao-muda-votos.html>

“Foi muito mais um libelo acusatório ao Congresso do que uma defesa. A melhor defesa é o ataque.”

Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/para-aliados-discurso-de-dilma-foi-historico-para-rivais-nao-muda-votos.html>

Nos trechos trazidos do discurso de Dilma Rousseff, notamos a constante presença das lexias “impeachment” e “golpe”, sendo que o sentido do acontecimento dado por Dilma Rousseff é o de que estava

sendo vítima de uma trama arquitetada desde o primeiro minuto em que fora proclamada sua reeleição, justificando que seus adversários não aceitaram as derrotas nas urnas e se uniram para desenhar a situação de instabilidade política no país, e, diante do clima de instabilidade deram início à narrativa da “crise”, narrativa essa que foi diariamente reforçada com o auxílio das grandes mídias brasileiras o que segundo ela instigava a abertura do processo de seu afastamento do cargo que fora legitimamente eleita, portanto estava sendo vítima de um golpe de estado.

Observa-se na fala de Dilma Rousseff a operação de inclusão do Outro no dizer, nesse caso tomamos o Outro que é estranho ao discurso de Dilma a lexia “impeachment”, em

Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de impeachment...No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado

O Outro não opera aqui como predicação, ou seja, *aquilo de que se fala*, mas o dizer Outro da modalização, *a partir do qual se fala*. Enquanto na RDA por meio de predicação em paráfrase discursiva o Outro é trazido não para confrontá-lo, mas para mantê-lo as regras da formação discursiva (FD) de origem, na representação da imagem do Outro RDA por modalização essa imagem construída do dizer Outro, pela modalização autonímica, remete ao Outro discurso não para mantê-lo, mas para produzir uma mensagem outra a partir da FD que a traduziu, como podemos apreender na fala da preidente “essa imagem que constrói o dizer passando por uma exposição de palavras (menção, autonímia) remetendo ao outro discurso, pela exposição de uma mensagem outra”. (AUTHIER-REVUZ, 2015, p. 14). Neste sentido, o Outro é deslocado/traduzido conforme a grade semântica da FD que o traduziu. Essa tradução da lexia “impeachment” a partir da FD que a incorporou pelo processo de modalização funciona como simulacro,

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói. Convencionaremos chamar *discurso agente* aquele que se encontra na posição de tradutor e de *discurso paciente* aquele que é assim traduzido; é por definição em proveito do primeiro que se exerce a atividade de tradução. (MAINGUENEAU, 2008, p. 100).

A construção desse simulacro a partir das regras de uma FD demonstra o caráter dual de um espaço discursivo, espaço que comporta num mesmo movimento o Mesmo e o Outro numa relação permanente de polemicidade. Ao polemizarem os discursos participam de um processo de intercompreensão, onde discurso X vai interpretar, conforme os semas negativos de sua FD o discurso Outro Y. O discurso Outro Y é o discurso paciente do discurso agente X, portanto, Y é traduzido a partir dos semas negativos da FD X, assim, ao enunciar a frase “*Foi criado assim o desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de impeachment sem crime de responsabilidade....*”, Dilma Rousseff apropria-se de um objeto de

dizer, a palavra “impeachment” que é exterior a sua enunciação e o associa ao seu discurso para polemizá-lo, instituindo assim um novo acontecimento operado pela enunciação aforizante performativa, que vai indicar esse Outro como “golpe”. No mesmo movimento, apropriação e associação, a representação do dizer abre a RDA para a dupla heterogeneidade: a incompletude da imagem do discurso Outro e, ainda, o funcionamento de toda forma de RDA que conjuga dois atos de enunciação que ocorrem respectivamente no processo de realização e em relação com a imagem que é dada do outro, sendo assim, a relação do dizer com o discurso outro que é representado, conforme Authier-Revuz, é a de um falar com.

O valor ilocutório da enunciação de Dilma Rousseff por sua vez pode ser atestado no conjunto da enunciação pela: condição de sucesso institucional- alguém autorizado a produzir um enunciado performativo- e pelo emprego de verbos performativos ilocutórios assertivo ou diretivo, usado para conduzir uma argumentação

“Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago um preço pessoal pela postura que tive. Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa Constituição. Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente. Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil.

A enunciação aforizante performativa, conferida por sua dimensão ilocutória revela a sua reflexividade, isto é, produz significância sobre a significância. Considerar a reflexividade como propriedade da linguagem é não limitar a linguagem humana à representação do mundo, mas de fazer proliferar a linguagem sobre si mesma (AUTHIER-REVUZ, 2015, p. 06), reflexividade essa atestada na enunciação de Dilma Rousseff pelo processo de modalização autonímica, pois ao dizer o enunciador, Dilma Rousseff desdobra seu dizer para comentá-lo, como no excerto a seguir

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar... É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

Nos excertos, é possível observar pela representação do dizer por meio de desdobramentos enunciativos a operação de fixação do sentido do acontecimento político como “golpe”. Durante todas as fases do processo Dilma Rousseff sustentou a tese de que estava sendo vítima de um “golpe”, instaurando-se desta maneira uma não-coincidência interlocutiva com aqueles que sustentavam a tese do “impeachment”. Nessas glosas metaenunciativas é possível apreender o valor ilocutório/acional do glosador Dilma Rousseff e ainda apreender sua inscrição numa região do interdiscurso que interpretou o acontecimento histórico como “golpe”.

Procuramos demonstrar nas análises sobre o acontecimento político afastamento da presidente Dilma Rousseff o caráter acional dos discursos construído por meio de discursividades distintas, entre elas enunciados curtos que retomaram as falas da presidente, enunciados esses empregados rotineiramente pela maquinaria midiática que em certa medida é usado como estratégia linguístico-discursiva para ler e interpretar momentos importantes da conjuntura política de um país, e ainda, mostrar que nessas enunciações os aforizadores, em particular Dilma Rousseff, apresentam percursos de interpretação através de seus desdobramentos enunciativos.

Referências Bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**, 240 pages. Paris, Presses Universitaires de France, 2013
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas:1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Noak e Maria Luisa Neri: revisão do prof. Isaac Salum- 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores
- KRIEG-PLANQUE, Alice. Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomada e de transformação dos enunciados. **Revista Linguagem** – 16º Edição (www.lettras.ufscar.br/linguasagem)
- KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em análise do discurso** – quadro teórico e metodológico. Trad. Salgado e Possenti. São Paulo: Parábola, 2010b.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. Actes de langage et institutions: l’efficacité de la parole légitime. In. KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analyser les discours institutionnels**. Paris: Armand Colin, 2012. ISBN 97820027862-5.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2014
- MOIRAND, Sophie. **Les discours de la presse quotidienne: observer, analyser, comprendre**. Paris, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso – estrutura ou acontecimento**. Trad. EniOrlandi. Campinas: Pontes, 2012

Fazer falar e fazer calar: relações de poder em uma construção histórica do discurso de liberdade de expressão

Hulda Gomides OLIVEIRA (UFSCar)
prof.hulda@hotmail.com

Resumo: Esta reflexão compõe a nossa pesquisa de doutorado e, por ora, neste texto propomos uma análise de diferentes formas de fazer falar e fazer calar, que historicamente se materializam em dispositivos de controle da nossa expressão em espaços públicos. Considerando o panorama teórico da Análise de Discurso, fundamentamo-nos no pressuposto de que não existe plena liberdade de expressão (PÊCHEUX 1971: 2011). Nem a contemporaneidade ocidental (globalizada e cheia de mídias acessíveis e alternativas às hegemônicas) nem a democracia grega oferecem espaços do livre pensar e expressar, pois, a despeito das resistências, persistem condições históricas de interdição (FOUCAULT 1970: 2009). Levando em conta, entretanto, que os sistemas democráticos sempre apregoaram a liberdade de expressão como garantia fundamental, interessa-nos ressaltar relações de poder entre o falar e o calar em democracias. Para isso, apresentamos aqui dois espaços de análise, que funcionam como recorte da grande rede de discursos que sustentam um imaginário de que somos livres para nos expressar: a) trechos de leis que surgiram como garantia de tal “direito à fala”; e b) elementos de redes sociais em que circula o lugar-comum de que os meios virtuais são um espaço onde “tudo pode ser dito”.

Palavras-chave: Liberdade de expressão; Fazer falar; Fazer calar; Discurso jurídico; Discurso das redes sociais.

Abstract: This reflection composes our doctoral research and, for now, we propose an analysis of different ways of “make speak” and “make shut up”, which historically materialize in devices of control of our expression in public spaces. Considering the theoretical panorama of Discourse Analysis [Analyse du Discours], we are based on the assumption that there is no full freedom of expression (PÊCHEUX 1971: 2011). Neither the Western contemporaneity (globalized and full of accessible media and alternatives to the hegemonic ones) nor the Greek democracy offer spaces of the free think and express, because, despite the resistances, historical conditions of interdiction persist (FOUCAULT 1970: 2009). Taking into account, however, that democratic systems have always proclaimed freedom of expression as a fundamental guarantee, we are interested in emphasizing relations of power between talking and silencing in democracies. For this, we present here two spaces of analysis which function as a peace into the great network of discourses that sustain an imaginary that we are free to express ourselves: a) excerpts of laws that arose as guarantee of such “right to express ourselves”; b) elements of social networks in which circulates the commonplace that virtual means is a space where “everything can be said”.

Keywords: Freedom of expression; “Make speak”; “Make shut up”; Legal discourse; Discourse of social networks.

1 Introdução

Interessa-nos ressaltar aqui o aspecto político do fenômeno da *liberdade de expressão*, associando-o ao modo de organização social de nossas falas em espaços públicos. Isto é, o fato de que a “livre expressão” circula sempre em determinados espaços de interação, estes que estão organizados de acordo com as possibilidades políticas e culturais de cada sociedade. Na mesma linha de Pêcheux (2011 [1971], p. 69-70), entendemos que:

Cada ‘sujeito falante’ manifesta sua liberdade dizendo ‘aquilo que jamais será ouvido duas vezes’. Todavia, essa liberdade aparece imediatamente submetida a leis, não somente no sentido de coerções jurídicas (que limitam a liberdade de expressão), mas também no sentido de determinações socio-históricas dessa liberdade de fala.

Em geral, as democracias são regimes que possibilitam uma enorme abertura à manifestação, divulgação ou a qualquer tipo de publicização de conteúdos, falas e textos. Contudo, partimos da observação de que, mesmo em sistemas governamentais bastante abertos politicamente, há, de diferentes formas, modos de controle da liberdade de expressão, no próprio funcionamento desses espaços, que nos fazem falar e calar, uma vez que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009: 1970, p. 9).

Em nossa pesquisa de doutorado estamos desenvolvendo uma análise de práticas discursivas da liberdade de expressão em condições históricas distintas, para descrever regularidades e novidades na formação do sujeito que se vê livre para expressar na contemporaneidade. Dentro desse panorama, neste texto iremos nos focar especificamente em dois espaços de circulação de dizeres sobre a liberdade de expressão: o discurso jurídico e o discurso das redes sociais.

2 O discurso jurídico: uma análise da Declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão

Historicamente, o discurso de liberdade de expressão está tramado na ordem das leis. Se pensarmos no verbete “liberdade de expressão” veremos sua aparição no ordenamento jurídico como direito a ser garantido e como elemento que será defendido como vital às democracias. Podemos observar isso a partir da análise de trechos da *Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen*¹, seleção de *corpus* que certamente se justifica pela importância do contexto francês para a produção de dizeres sobre a liberdade na história da modernidade e ainda na atualidade. Além de contar com a maioria dos teóricos participantes do ideário iluminista, empreendido no final do século XVIII, a Revolução Francesa é um acontecimento peculiar por

¹ O documento completa consta na parte de Anexos.

produzir um dos ordenamentos jurídicos modernos mais fundamentais para a construção práticas sobre liberdade de expressão e por trazer como herança o imaginário de que o povo, a partir dali, é livre para falar.

Para isso, desenvolveremos uma análise discursivo-semiológica dessa Declaração, fundamentando-nos em uma espécie de arqueogenealogia foucaultiana, uma vez que não iremos ao encontro da origem de um discurso, mas, ao olhar para o texto como uma materialidade em meio a discursos dispersos, buscaremos uma unidade significativa momentânea, fruto da irrupção de uma formação discursiva em que é possível localizar um arquivo produzindo o acontecimento. Seguindo uma metodologia iniciada com a Nova História, na Escola de Annales, podemos dizer que não é a Revolução já consagrada na linha historiográfica tradicional que nos chama atenção, mas sim as diversas práticas discursivas que compõem os sentidos sobre liberdade de expressão nesta época.

Considerando isso, quando analisamos o preâmbulo da Declaração, vemos que ela se pauta, de início, sob o pressuposto de que é necessário assegurar “ao povo francês”, por meio de seus representantes, “direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem”, direitos estes que precisam ser afirmados por terem sido ignorados, esquecidos e desprezados, sendo esta a causa única dos males públicos. A partir disso, uma leitura possível é a de que esta Declaração é a institucionalização de direitos que seriam naturais, mas que precisavam ser explicitados “solenemente”, não só de modo oral, mas por escrito. Segue o trecho:

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Pensando com Courtine (2013), são práticas que precisam ser encadeadas textualmente por uma “razão gráfica”, que desde a idade clássica assume grande força como meio de inscrever os saberes nas “coerções formais da página impressa” (COURTINE, 2013). Publicar tais direitos de forma solene é legitimar acontecimentos em estruturas, é formalizar o movimento revolucionário não só por meio de práticas e ações públicas, mas ao registrar, listar, catalogar em forma de “direitos e deveres” irá, assim, de alguma maneira, estabilizar modos de dizer, ver e agir dos sujeitos. Courtine está pensando tratados relativos ao corpo e estudos de fisiognomonia², mas é interessante trazer sua reflexão sobre o peso do que ele recupera como “razão gráfica”, para compreender como esta razão tem a ver com o controle de sentidos diversos. Os tratados, manuais e constituições irão se assemelhar na medida em que se empenham em reunir um

² Relaciona-se a estudos sobre a face e fisionomias. Nesta obra, Courtine trata do corpo como objeto de saber, procedendo a uma espécie de genealogia foucaultiana do olhar, considerando, para isso, uma história do rosto e da virilidade.

conjunto imemorial e difuso de cultura, crenças, tradições e ditos em guias de conduta do sujeito para com outros sujeitos.

Vejamos que a Declaração, do ponto de vista da organização gráfica, trabalha justamente com a disposição dos saberes em artigos que arrolam formas de agir do sujeito. A escrita, então, é um modo de encadeamento diferente da razão oratória; tem a força de sistematizar e classificar, ordenando a memória de uma época em estruturas estáveis, com alto grau de repetibilidade.

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei

A publicização em forma escrita faz parte, portanto, do caráter solene anunciado no texto como exigência deste espaço de circulação, em um contexto histórico de instauração de um novo poder, da Revolução Francesa então empreendida. Nesse mesmo movimento de institucionalização, é também interessante perceber o vasto uso da palavra “lei”, bem como de sua variante “legalmente”, que aparece ao longo de todo o texto, submetendo sempre “felicidade”, “liberdade” e “igualdade” a uma “vontade geral”³. A lei é “a expressão [desta] vontade geral”, ligada a um “corpo social” que deve funcionar por meio da “contribuição comum”, com vistas à “utilidade comum”.

Isso nos remete ao título da declaração, que se nomeia como Declaração dos Direitos *do Homem e do Cidadão*, assim, o texto diferencia “homem” e “cidadão”. Aqui novamente salta uma leitura possível: o homem é quem tem direitos naturais, inalienáveis e sagrados; mas o cidadão, por sua vez, é quem encarna tais direitos e deveres listados em forma de lei, que passam a ser institucionalizados e, portanto, enquadram este homem como cidadão, participante do corpo social e que se dirige sempre “à conservação da Constituição”. Aos poucos vai se desenhando um discurso que regra dizeres e ações, interpelando indivíduos em sujeitos; do natural ao ideológico; do sagrado ao humano, como sugere a imagem.

Figura 1.



³ Ao longo de toda a Declaração temos espalhadas variadas concepções de Rousseau, principalmente as discutidas em O Contrato Social. Vale menção dos capítulos VI, VII e VIII da referida obra.

Os direitos naturais apontam para algo da natureza, e por isso inalienável e que não pode ser mudada, pois é inata aos homens. A validade dos direitos ali enunciados está pautada necessária e naturalmente sob a autoridade e a proteção de um Ser Supremo. Se olharmos à organização da coerência do escrito, vemos que o texto é dividido em um preâmbulo, que é constituído em formato de justificativa do porquê é tão importante a instituição daquela Declaração: era preciso arrolar formalmente direitos sagrados, porém desrespeitados até então, como única maneira de garantir a “felicidade geral”. A segunda parte é um pequeno trecho para anunciar quais são, portanto, tais direitos naturais e deveres necessários aos cidadãos em prol da “utilidade comum”, conforme consta: “Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão”. E uma terceira parte, que são, por fim, a reunião de dezessete artigos, literalmente em forma de lei. Conforme vimos, a figura deste “Ser Supremo” é que, portanto, sustenta todos os direitos elencados como “invioláveis e sagrados”.

Numa perspectiva semiológica, é curioso notar as condições simbólicas que compõem este cenário discursivo. No trecho, as duas expressões que aparecem em letras maiúsculas são, respectivamente, “Assembleia Nacional” e “Ser Supremo”, tal recurso participa do aspecto gráfico de composição de posições de respeito, institucionalizadas, e, por isso, nomeadas como substantivos próprios, com marcas de diferenciação de outros substantivos como “homem” e “cidadão”, que estão assim submetidos às entidades de poder por ora estabelecidas. “Assembleia Nacional” pode, desse modo, indicar que as vozes que falam ali estão resguardadas pelos “representantes do povo francês”, como aparece na chancela que emoldura a imagem (*Aux Representans Du Peuple François*), e ainda como consta na primeira linha de abertura do texto. Já o termo “Nacional” se liga à ideia de soberania descrita no artigo 3º: “O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente”. A autoridade de tal Assembleia só se mantém, pois, se respaldada numa voz geral, do povo, do todo, do comum, do corpo, e até mesmo da “lei”, que “é a expressão da vontade geral” (art. 6º).

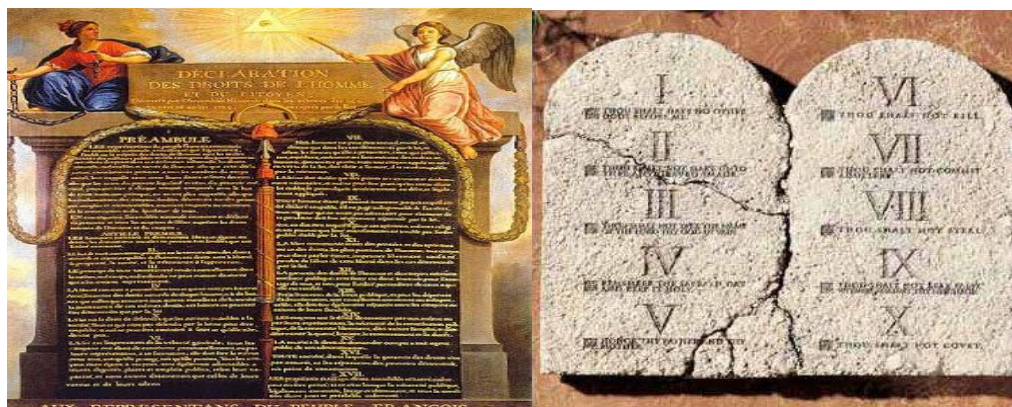
Com um funcionamento simbólico semelhante temos a noção do “Ser Supremo”, que aparece como “ente” legitimador dos direitos que já existem numa esfera natural, mas que são carnalizados a partir da mediação deste Ser, que é aquele capaz de religar os homens aos seus direitos. É interessante perceber que não é apenas a presença do Ser que faz valer os direitos, mas a sua “égide”. Égide promove sentidos como “escudo”, “defesa”, “proteção”, todos esses figurativizados com a presença de um ser angelical, situado à direita da imagem (disponibilizada mais acima) e na parte superior do quadro – dois aspectos também singulares. Numa análise semiológica, o lado direito pode sugerir o lado legítimo, a destra da justiça, o reto. O fato de este Ser estar em cima, por sua vez, pode aludir ao divino, que indica superior, “que está nos Céus”. Realmente, a imagem se sobrepõe a um céu de fundo e as leis estão dispostas em uma tábua.

Ao pensar em imagens, é possível apelar para uma memória icônica, que ecoa junto a uma rede de formulações sobre o sagrado e o legal. Seguindo a herança dos símbolos e metodologia da Física, uma lei não é criada pelos homens, mas sim é descoberta e institucionalizada para ser reconhecida como parâmetro para atividades e estudos futuros, como exemplo, poderíamos citar a Lei da gravidade e a Lei de Newton. Esta última traz um elemento ainda mais interessante, porque vincula uma lei, que é natural, à genialidade do teórico. Este que passa a ser rememorado inclusive como “agraciado”, aquele “acima da média”, que consegue intuir e comprovar mistérios da natureza. Pensando na relação interdiscursiva dos dizeres que circulam, um dos discursos que torna possível à Declaração falar de direitos naturais é esta noção de que para as Ciências Humanas também parte das leis que regem as ações entre os homens não são criadas, mas são instituídas e formalizadas. Alguns direitos estão ligados ao natural, mas precisam ser resguardados, pois o convívio da coletividade necessita de normatividades, limites formais, um “contrato social” que garanta a “vontade geral”, “a soberania da nação”.

Nesse mesmo movimento entre o divino e a constituição das leis, temos a imagem em uma tábua. Poderíamos ter outras figuras, mas cabe perguntar, via Courtine e Foucault: por que esta imagem, por que este enunciado, e não outro/outra? Em nosso “catálogo memorial” é também em uma tábua que estão registrados os direitos e deveres do povo de Israel, a tábua dos Dez Mandamentos representa as leis dadas por Deus aos homens, por um lado a todos os homens, reforçando o seu apelo universal, mas por outro lado, ao povo hebreu, instituindo com isso a cidadania de uma nação. Tais leis são retomadas ao longo da história bíblica também como as Leis de Moisés, aquele que via a face de Deus, o “agraciado”, que “subiu” os montes e voltou com as ordens ao povo (outro elemento interessante, é esse movimento de subida para se ter o contato com o divino – o sagrado é superior, está acima, e tudo o mais está submetido aos seus desígnios).

Segundo as reflexões de Courtine, pensando com Foucault, essas relações apontam para o caráter discursivo da iconicidade. Há um deslizamento contínuo de interações entre imagens diversas, que podem surgir em determinadas condições históricas, produzindo sentidos descontínuos que convivem. É um jogo entre interdiscursividade e intericonicidade. Observemos as imagens lado a lado:

Figuras 2 e 3.



Podemos dizer, portanto, que os discursos se tocam, se interpelam, se ressignificam, ou seja, os símbolos e dizeres criam alianças ou desigualdades, segundo condições de produção específicas, construindo enunciados diversos na grande rede de formulações de sentidos. Se voltarmos à conjuntura política e filosófica da França de 1789, iremos perceber esse jogo interdiscursivo. É a partir de uma memória discursiva iluminista que a Revolução se concretiza; as ideias ou ideais de liberdade, igualdade e fraternidade formam mais que um lema, antes, são constituintes de um interdiscurso que irrompe como um “sempre já” e irá possibilitar mais tarde uma série de novos discursos.

3 O discurso das redes sociais: uma análise do Facebook

Depois de considerar o discurso jurídico como um dos saberes que filiam o discurso de liberdade de expressão, partiremos agora às reverberações deste mesmo discurso “do livre expressar” na contemporaneidade, em um outro espaço de análise: as redes sociais. São aclamadas como espaços “onde tudo pode ser dito”, contudo, interessa-nos descrever e analisar procedimentos de controle dessas falas não plenamente livres, a partir de aspectos ligados à forma de funcionamento dessas redes que fazem falar e fazem calar.

Um traço comum das redes é que a expressão está sempre vinculada a um sujeito que fala, que fala porque “deve falar”. A assinatura por meio de um usuário e senha é o passo inicial para ser autorizado a se expressar dentro das redes. Forma-se, a partir daí, um perfil, e para que “você” complete o cadastro é necessário que se preencha uma série de itens que te individualizam no interior do sistema. Ali é “você” quem fala, é “você” quem aparece publicamente, e a despeito de essa ação poder ser feita por um “avatar fake”, o que nos chama a atenção é que seja real ou virtual, o formato que possibilita a expressão neste espaço é a assinatura de um perfil.

Em uma perspectiva foucaultiana, este é o início de um procedimento, por um lado, de objetivação do indivíduo, que se vê como sujeito livre para se expressar, um sujeito participante da rede e por ela legitimado, e por outro lado, de subjetivação de si, pois ali ele se apropria de técnicas como a escrita, a leitura e, especialmente, o ato de expressar-se, para se reconhecer como sujeito da enunciação, aquele que não simplesmente fala porque os outros estão falando, mas que fala como “dono” do seu dizer, com identidade e perfil próprios, assumindo-se, então, sob um efeito de subjetividade.

Por exemplo, no Facebook, o funcionamento é exatamente este que acabamos de descrever, pois tendo sido adicionado à rede, é sempre o sujeito que fala. Os elementos que são informados pelo usuário passam a fazer parte de uma atualização constante que mantém a sua página o quanto mais personalizada possível. O espaço “no que você está pensando” está sempre em branco e em destaque tanto na sua página

pessoal como em sua linha do tempo, compondo o rol dos diversos dispositivos de fazer falar com os quais estamos trabalhando.

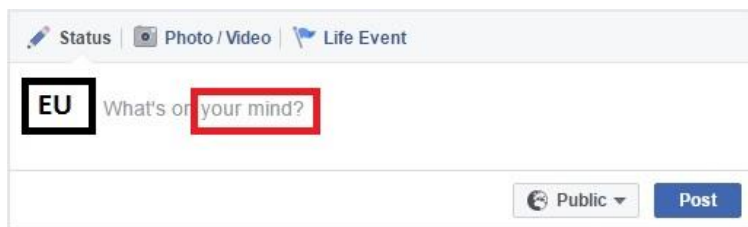
Figura 4.



Vejam que em português o pronome “você” é uma marca linguística que reforça a personalização do dizer, isto é, é sempre um “eu” que fala e expressa aquilo que pensa, de tal modo que se o comando é para que este “eu” diga, ele não diz qualquer coisa, mas sim o que ele pensa, sugerindo uma identidade entre fala e pensamento, de tal modo que este “eu” pode e deve expressar o que pensa.

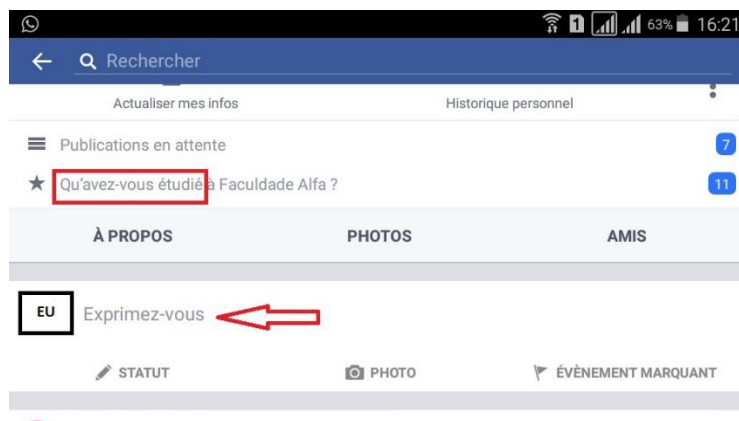
Em inglês, temos a forma “what’s in your mind”, de tal maneira que, novamente, tem-se a colagem entre expressão e pensamento, pois espera-se que o indivíduo externalize o que está em sua mente, pressupondo-se que ele é capaz de espelhar o que se passa cognitivamente ao mundo exterior, seja por meio de palavras, imagens, músicas, etc.

Figura 5.



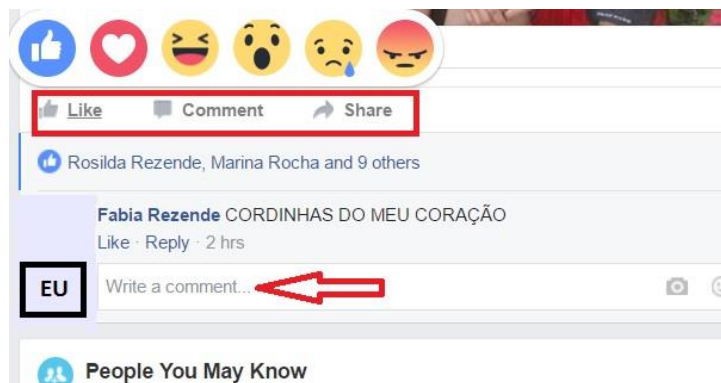
Em francês aparece a forma “exprimez-vous”, mais evidentemente ligada à ideia de expressão pela coincidência etimológica do termo. É ali solicitado que o usuário se exprima, porque, de alguma maneira, ele é capaz de exprimir o que pensa, bem como é livre para fazê-lo.

Figura 6.



Compõem ainda essa lista de comandos ou sugestões de ação que os levam a se expressar, itens como: comentar, compartilhar, adicionar, curtir – este último mais recentemente ganhou variações com *emojicons* que representam mais especificamente o tipo de emoção que o usuário quer expressar em relação ao que lê, vê e/ou ouve.

Figura 7.



Vejam que o sujeito que fala nas redes é objetivado como um sujeito que tem liberdade de exprimir-se, mas, quando consideramos todos os comandos a que ele está submetido, vemos que se tratam de elementos que o *fazem falar*, que o instigam e o impelem a opinar ou a publicar como usuário, se este quer mesmo participar do movimento da rede.

Mas ele é também subjetivado como proprietário do seu dizer, uma vez que passa a se ver como livre e, assim, passa a atuar como sujeito de livre expressão. Um exemplo disso nas redes sociais é o uso do caracter #prontofalei, que aparece com regularidade após a publicação de comentários mais polêmicos em relação à opinião pública. Este uso faz parte desse processo de subjetivação do indivíduo como sujeito de si, que usa dessa liberdade de dizer para expressar o que deve ser dito.

Figura 8.



Figuras 9 e 10.





Aqui orientamos a análise para a relação entre sujeito e verdade. O sujeito que publica algo acompanhado do sintagma “pronto falei” é aquele que precisa se assumir como sujeito que pode falar, ou ainda, como sujeito que pode e deve falar a verdade, em tom de fala franca, corajosa e que se coloca em prol de seu relacionamento com o grupo a que pertence. Ainda na esteira de Foucault, segue reflexão que deslocamos aqui para nossa análise:

[...] penso ser preciso considerar como um acontecimento de grande importância, nas relações entre sujeito e verdade, o momento em que o dizer-verdadeiro sobre si mesmo tornou-se uma condição para a salvação, um princípio fundamental na relação do sujeito consigo mesmo e um elemento necessário ao pertencimento do indivíduo a uma comunidade (1982:2006, p. 326).

Recuperando, mais uma vez, a discussão de Foucault, ressalta-se o quanto tais procedimentos de subjetivação são assíduos e regrados, uma vez que constituem a ligação do indivíduo às verdades, são práticas de reconhecimento de si e de formação e manutenção de discursos como verdadeiros. Tem-se, então, uma problemática sobre a “técnica e ética da comunicação do discurso verdadeiro”, em um jogo entre quem os detém e quem os deve receber. Nessa conjuntura, a ascense, conforme compreendiam os filósofos gregos e romanos, configura-se como uma prática de subjetivação, de vínculo entre sujeito e verdade, de tal modo que este sujeito pudesse “naturalmente” dispor dos discursos como verdadeiros e como seus, constituindo-o como sujeito de veridicção – isto é, sujeito de e da verdade.

Na presente análise, aproveitamo-nos das reflexões foucaultianas, por ele trazer a escuta, a leitura, a escrita e o ato de falar como técnicas que estabelecem um reconhecimento de si como sujeito da enunciação, e são exatamente tais práticas, que historicamente possibilitam as ações dos indivíduos em sociedade, que também irão compor a atuação, seja por objetivação ou por subjetivação, do sujeito nas redes sociais.

O uso de #prontofalei parece operar como um elemento de um *dever*: “faz com que se diga, com que se diga o que se tem a dizer, com que se diga o que se tem vontade de dizer, com que se diga o que se pensa dever dizer porque é necessário, porque é útil, porque é verdadeiro” (FOUCAULT, 1982:2006, p. 327). Um outro exemplo que tem aparecido com regularidade é a forma “fui desafiado a...”, que tem atuado como um exercício entre os amigos em rede e que iremos aqui relacionar a esse aspecto do *dever falar*, mas não estritamente no sentido da *parrhesiá*, pois este último uso não está ligado ao dizer algo que seja

necessariamente “útil”, mas mantém a ideia de que o sujeito é convocado a se expressar, mais uma vez sob o efeito de liberdade de dizer o que pensa. Por exemplo:

Figura 11.



Quanto ao aspecto de falar a verdade, Foucault irá ressaltar que a relação entre franqueza e liberdade promove uma abertura que faz, então, com que o sujeito diga o que deve ser dito, revestindo-se da coragem de uma fala franca. E na sequência ele retoma as significações em torno do termo:

[...] O termo *parrhesiá* está tão ligado à escolha, à decisão, à atitude de quem fala, que os latinos justamente traduziram *parrhesiá* pela palavra *libertas*. O tudo-dizer da *parrhesiá* tornou-se *libertas*: a liberdade de quem fala. E muitos tradutores franceses utilizam para traduzir *parrhesiá* – ou traduzir *libertas* nesse sentido – a expressão *franc-parler* (franco-falar), tradução que, como veremos, me parece a mais adequada (FOUCAULT, 1982: 2006, p. 334).

O ambiente virtual é bastante propício à nossa análise, pois possui um funcionamento análogo ao próprio funcionamento dos discursos. Ele se apresenta em rede, é um aplicativo que conecta imagens, palavras, áudios, vídeos em uma base de dados, por isso, produz relações entre as buscas dos usuários, que são milhões, de tal modo que se forme uma dispersão enorme de informação, mas uma dispersão em ordem.

Ao mesmo tempo em que se tem a ilusão de permissividade do dizer respaldado no direito de dizer sobre tudo, de se ter a liberdade de falar/mostrar qualquer coisa, já que estamos inscritos nesse universo do discurso democrático, nossas falas, no entanto, são cerceadas por uma política de controle do dizer que não permite falar de qualquer coisa em qualquer lugar e de qualquer modo sobre a vulgata do politicamente correto. Eis o exemplo de que os enunciados *sempre obedecerão a uma ordem*, nunca estarão alheios (SARGENTINI; SÁ; RIBEIRO, 2011. Grifo nosso).

Há, portanto, uma ilusão de que se é permitido tudo dizer quando participamos de uma organização política democrática e, nesse sentido, a internet seria o ambiente mais pleno e aberto à essa livre expressão, entretanto, nossa análise aponta para a regularidade de que os enunciados estão a todo tempo sendo colocados em uma ordem, sob formas bastante determinadas de aparição e circulação.

4 Considerações finais

A liberdade de expressão é um discurso que não existe senão nas práticas políticas que controlam a organização deste discurso; nas falas e silêncios que compõem o que pode ser dito, como, quem e de que forma se pode dizer. Portanto, é um discurso marcado por dispositivos que fazem falar e fazem calar, mesmo

nas organizações democráticas em que ele circula mais fortemente como um direito de todos, seja nas leis ou nas redes.

De todo modo, o discurso jurídico se estabelece para, ao mesmo tempo, autorizar e limitar a livre de expressão, regrando seu acontecimento por meio de um funcionamento discursivo restritivo, materializado regularmente em termos linguísticos como “desde que” e “somente se”. Já nas redes sociais, os sujeitos se subjetivam como livres para falar, seja pela própria organização dos elementos das plataformas virtuais que os instigam a se exprimir, seja ao se revestirem de um efeito de coragem de dizer a verdade, numa espécie de compromisso social de não tolerar “o que não deve ser tolerado” ou simplesmente como demarcação de uma fala corajosa e livre.

Conforme mostramos aqui, então, a “liberdade de expressão” na perspectiva do acontecimento discursivo é controlada, ritualizada e limitada, exatamente porque não se dá fora de uma ordem sempre histórica e política das condições de expressão, a partir de diferentes procedimentos de controle, uma vez que os sujeitos se expressam, considerando nosso recorte de análise, segundo as regras de um governo democrático e de acordo com possibilidades específicas do formato da tecnologia virtual.

Referências bibliográficas

COURTINE, Jean Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERREIRA Filho, Manoel (et al). Declaração dos direitos do homem e do cidadão. In: FERREIRA Filho, Manoel **Liberdades Públicas**. Trad. Marcus Cláudio (Textos Básicos sobre Derechos Humanos). São Paulo: Saraiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009 [1970].

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1982].

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso In: PIOVEZANI, Carlos. e SARGENTINI, Vanice. (Orgs.) **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. Trad. Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. São Paulo: Contexto, 2011 [1971], p. 99-103.

SARGENTINI, Vanice; SÁ, Israel de; RIBEIRO, Jocenilson. Da análise das sequências discursivas à leitura do arquivo: movimentos teóricos da análise do discurso. In: FERNANDES, Claudemar Alves; NAVARRO, Pedro. (Org.). *Discurso e sujeito*: reflexões teóricas e dispositivos de análise. Curitiba: Editora Appris, 2011.

Anexos

Anexo I – Texto completo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (DÉCLARATION DES DROITS DE L'HOMME ET DU CITOYEN)

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art. 1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7º. Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art. 8º. A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12º. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14º. Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16º. A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art. 17º. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

As relações de poder em Salvador no século XVII: Um gesto de interpretação de José Alencar¹

João Antonio de SANTANA NETO (UNEB)

jneto@uneb.br

Resumo: Nesse trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com vistas a estudar a cidade do Salvador no ano de 1609 em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos, destacam-se formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva e arquivo, sujeito. O *corpus* selecionado para esse trabalho é composto por recortes do romance *As minas de prata* de José de Alencar (1865), uma vez que são apresentadas as relações de poder. Alencar, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e é assujeitado à língua, para se constituir, em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário, o qual está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do romantismo, que busca desenvolver a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria na criação dessa imagem exemplar. Nessa perspectiva, Alencar apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva a que se filia.

Palavras-chave: Análise do discurso; Gesto de interpretação; Romance histórico; José de Alencar; *As Minas de Prata*.

Abstract: This paper aims at applying the theoretical framework of Pêcheuxian Discourse Analysis to study the 1609 city of Salvador through a discursive perspective. Among its theoretical basis, we highlight the notions of discursive and the ideological formation, interdiscourse, discursive memory, archive and subject. The *corpus* is composed by selected excerpts from José de Alencar's (1865) novel *As Minas de Prata* on which power relations are present. Alencar, as a formulator, is interpellated by ideology and asubjectified through language to constitute himself as a subject filiated to a discursive formation exercising the author-function. This way, he expresses a gesture of literary interpretation, linked to an ideological formation defined by Martius and, thus, to the discursive formation of Romanticism, which aims at developing the nationalist agenda of construing a national identity and of perpetuating the national history. In this perspective, Alencar assumes a complete identification with the universal subject-form of the discursive formation to which he filiates himself.

Keywords: Discourse analysis; Gesture of interpretation; Historical novel; José de Alencar; *As Minas de Prata*.

¹ Esse trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa "Retratos de Salvador: gestos de interpretação do discurso literário sobre a cidade do Salvador II", em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), Departamento de Ciências Humanas – *Campus I* – da Universidade do Estado da Bahia, e está também vinculado ao Grupo de Estudos Interdisciplinares em Língua, Linguagem e Cultura (GELLC) da Universidade do Estado da Bahia, grupo de pesquisa devidamente registrado no CNPq.

Nesse trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com vistas a estudar a cidade do Salvador em seus aspectos urbanos e em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva e arquivo, sujeito.

O *corpus* selecionado para esse trabalho é composto de recortes do primeiro e do nono capítulos do romance *As minas de prata* de José de Alencar (1865), uma vez que nesses trechos da obra é apresentado um “retrato” da referida cidade, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609.

Na análise, parte-se do princípio de que um texto literário é a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social. Dessa forma, no discurso, o indivíduo, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e assujeitado à língua, para se constituir, em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação. A função-autor é, portanto, constituinte da noção de sujeito, visto que aquela é a “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 69).

Convém salientar que, no caso, o gesto de interpretação literário está subordinado à formação ideológica a que se filia a formação discursiva tomada pelo formulador no exercício da função-autor para se subjetivar. Nesse jogo, o sujeito identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito e se constitui em “sujeito do discurso”, em um efeito-sujeito, de uma formação discursiva, a qual é definida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito.

O funcionamento do sujeito do discurso só é possível por meio dessa relação entre o sujeito e a formação discursiva. Logo, esse sujeito não está na origem do dizer, visto que é afetado pessoal e socialmente pela ideologia dominante. No campo pessoal, o indivíduo é dotado de um inconsciente; na sua constituição social, é interpelado pela ideologia. Portanto, trata-se de um sujeito histórico-ideológico, que é também constituído pelo inconsciente que o afeta. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo não tem consciência desse fato, razão pela qual acredita ser a origem do dizer, dominando o que diz nas suas práticas discursivas. Por isso esse sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Tem-se aí o que Pêcheux denominou de esquecimento nº 1, ou esquecimento ideológico, que atua na instância do inconsciente e é fruto do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia.

O sujeito, na função-autor, realiza um gesto de interpretação, representa-se na posição de autor, inscreve sua formulação no repetível histórico (interdiscurso) e historiciza o seu dizer. Ao realizar essas atividades, a questão da interpretação é trazida para a questão da autoria. Mas, uma vez inscrito em uma formação discursiva, também há a questão do silenciamento, visto que é na incompletude da linguagem que

se inscreve a questão do silêncio, e a interpretação é vista como um movimento que ocorre entre a paráfrase e a polissemia.

Partindo do pressuposto de que para uma palavra ter sentido é necessário que ela já tenha sentido, o significar deriva, então, do interdiscurso. Tem-se a ilusão de que o sentido origina-se nesse dizer, não tem história. Essa ilusão é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que a posição-sujeito seja estabelecida, daí resulta o movimento da identidade e movimento dos sentidos.

O interdiscurso é composto por tudo o que já foi dito, constituindo-se num complexo de formações discursivas, pois estão presentes todos os sentidos já produzidos, ele não admite lacunas, pelo contrário, é saturado (cf. INDURSKY, 2011).

Já a memória discursiva, segundo Courtine (1981, p. 53), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem na formação discursiva, no interior da qual eles recebem seu sentido. Isto significa que a memória discursiva cobre apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva (cf. INDURSKY, 2011).

O arquivo é a memória institucionalizada no interior do interdiscurso, ou seja, é a estabilização de sentidos, visto que, no arquivo, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). Então, o arquivo estabelece-se por meio do realizado, principalmente sobre o dito, resultando num efeito de fechamento, no entanto possível de recuperação pelas condições de produção. Ao contrário do interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é constituído pelo que não se esquece, ou melhor, pelo que não se deve esquecer. Por isso, no arquivo, fala a voz comum, a voz de todos, embora dividida.

Para que se possa aclarar o exposto acima convém que sejam recuperadas algumas informações concernentes às condições de produção do discurso romântico de Alencar materializado no romance intitulado *As minas de prata* (1865). O jornalista e advogado cearense José Martiniano de Alencar, enquanto sujeito destinador do discurso (A), ao dirigir-se ao leitor brasileiro, sujeito destinado (B), com a publicação, em 1862, de dezenove capítulos iniciais do romance *As minas de prata*, em dois fascículos da *Bibliotheca Brasileira* vale-se da língua (L), que é material, está sujeita a equívocos e a historicidade, já que, na perspectiva discursiva, língua não é só estrutura. Segundo o próprio Alencar (A) relata em *Como e porque sou romancista*, somente três anos depois, o romance, inicialmente concebido como continuação de *O guarani*, foi publicado em seis volumes pela editora B. L. Garnier, e acrescenta: “A composição dos cinco últimos volumes das *Minas de prata* ocupou-me três meses, entre 1864 e 1865; porém, a demorada impressão estorvou-me um ano, que tanto durou” (ALENCAR, 1998, p. 72).

A segunda edição do referido romance é de 1877, então dividido como se conhece atualmente, em três volumes, sendo que isso não significou o simples agrupamento dos seis tomos anteriores em duplas,

mas sim a redistribuição de capítulos iniciais e finais na nova divisão. Entre 1862 e 1865 foram adicionados capítulos àqueles publicados inicialmente, retiraram-se as notas ao primeiro fascículo da *Bibliotheca* e o subtítulo “continuação do Guarany” foi suprimido.

Segundo Abreu (2002, p.7) a respeito das notas de rodapé dos três romances “indianistas” de Alencar, *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, há dois tipos de narrador: um contemplativo e um histórico, sendo o primeiro responsável pelo enredo e o segundo por aprofundar aquilo que fora afirmado pelo anterior:

A onisciência do primeiro narrador ocupa um lugar de inegável preponderância, revestindo a sua utilização de um significado muito especial: plasmar a história gloriosa do ancestral brasileiro [no caso, o indígena], sem interferir muito nos acontecimentos. A sua posição é, assim, reverenciadora da personagem que compõe. O segundo, ao contrário, é talhado para dirigir a leitura e, freqüentemente, intervém no texto a fim de emitir juízos de valor, fundamentando e outorgando o discurso anterior, em virtude da ambicionada credibilidade adquirida pelo fornecimento de provas e citações, uma espécie de trabalho argumentativo empregado para convencer e conquistar o leitor (ABREU, 2002, p. 7-8).

Entretanto, Alencar, para constituir-se em sujeito do discurso, necessita subjetivar-se numa dada formação discursiva, a qual está subordinada a uma formação ideológica. Também essas são possíveis de identificação por meio das condições de produção e de marcas no próprio discurso.

Após a Independência do Brasil e cessadas as lutas pela sua consolidação, os intelectuais brasileiros, juntamente com o Imperador D. Pedro II, refletiram sobre a necessidade de criação de uma imagem de Estado Nacional com vistas definir a jovem nação junto à população interna e externa. Para tanto, foi criado, em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – nos moldes das academias ilustradas europeias dos séculos XVII e XVIII.

As diretrizes apontadas para o IHGB, de autoria de Carl Friedrich Philipp von Martius, apontavam para o encontro das três raças que deram origem ao povo brasileiro: índio, branco e negro ainda que privilegiando a raça branca. A necessidade de definir organicamente a população, considerando analogicamente a questão racial e os problemas sociais, fez emergir a observância retrospectiva das dissonâncias surgidas em meio à diversidade do povo para que, então, fossem reorganizadas em imagem exemplar a ser registrada para a posteridade.

Ao assumirem a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria, os escritores românticos desempenharam um papel fundamental na criação dessa imagem exemplar. Entre esses escritores, encontra-se José de Alencar, cujos romances foram classificados por ele mesmo (cf. ALENCAR, 1959, p. 697) em três fases: primitiva, que recriava lendas e mitos; histórica, que tratava do período colonial e abordava a troca cultural entre os indígenas e os estrangeiros; e a última fase, chama de infância da literatura brasileira, que representava a sociedade nascente após a Independência e os consequentes ajustes pelos quais passavam a vida rural e urbana.

É justamente na segunda fase mencionada que se encontra o romance histórico *As minas de prata*, gesto de interpretação literário de Alencar que está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do romantismo. Nessa perspectiva, Alencar, enquanto formulador do discurso apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva, trata-se, portanto, do “bom sujeito” (cf. INDURSKY, 2011).

Para levar a cabo a tarefa, a qual compreendia uma observância retrospectiva, Alencar valeu-se do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, como podem ser vistas nas notas de rodapé, que foram retiradas nas edições posteriores a de 1862, publicada na *Bibliotheca Brasileira*. As referências ao Pe. Manoel Mendes, compositor de cantochão e solfas da Igreja, aos historiadores Varnhagen e Rocha Pitta, aos cronistas Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa, este citado no já no primeiro capítulo do romance, compõem a formulação. O senhor de engenho do sul do Recôncavo baiano, Gabriel Soares de Sousa, um dos principais representantes da chamada literatura de viagem do século XVI, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, promove, pela primeira vez, a inclusão da figura do indígena das terras americanas no discurso europeu da época, representando um marco de fundação da historicidade do homem americano, ponto de partida para a incorporação do mesmo ao fluxo da história ocidental.

Segundo Freitas (2009, p. 19), as notas coligidas pelo autor para *As minas de prata* se enquadram na reconstituição do passado, “já que elas pertencem àqueles capítulos que introduzem as principais personagens do romance e seu pano de fundo, bem como os acontecimentos políticos que também se encaixam nas engrenagens da narrativa”.

Como as notas se encerram no primeiro volume publicado em 1862, a partir da escrita do restante do romance – o que corresponde a uma boa parte do primeiro tomo e aos outros cinco finais – as digressões e referências ficam restritas ao corpo do texto (FREITAS, 2009, p. 19).

A fim de exemplificar como Alencar procede na função-autor para realizar as referências no corpo do romance, apresenta-se o trecho em que ele adiciona, em relação ao mestre de capela da Sé, Bartolomeu Pires, que o mesmo “era dono da ilha da Maré; e Gabriel Soares que o conheceu vinte e dois annos antes, deixou noticia delle e de seu engenho” (ALENCAR, 1865, v. 2, p. 97).

O discurso de Alencar apresenta como pano de fundo um ambiente histórico totalmente reconstruído, no qual:

- a ação do romance se desenvolve num passado anterior ao presente do escritor;
- as personagens são tipos bem marcados;
- os papéis históricos em *As minas de prata* são secundários e os ficcionais figuram em primeiro plano;
- a figura dos marginais, apesar de ter um valor inegável, fazendo parte e ajudando a contar a história, nunca se apresenta como principal, nem determina a focalização por parte do narrador;

- a descrição detalhada dos lugares e das personagens é um modo de incorporação e assimilação de dados a fim de se obter uma veracidade histórica;
- o narrador desse tipo de escrita tem a função de focar os detalhes a fim de apresentar e contextualizar o momento histórico.

Alencar também recorreu a um manuscrito publicado pela *Revista do Instituto Histórico*, do terceiro trimestre de 1839, para desenvolver o relato da busca pelas minas de prata.

A descoberta desse manuscrito ensejou a expedição do cônego português Benigno José de Carvalho e Cunha, cuja correspondência repercutiu na imprensa e foi publicada na *Revista*, sendo a primeira missiva do religioso impressa no terceiro número de 1841. A esse respeito, Pedro Calmon (1950, p. 172-173) afirma:

O desassombro empolgou a douda sociedade e abriu um capítulo singular na história territorial do país: a expedição de um sacerdote obstinado, em demanda de um castelo de nuvens. Informou-se vagamente em Valença sobre os caminhos que iam dar à serra do Sincorá, em cujas grimpas a suposta cidade erguia os seus velhos mármore, entrou em seguida Paraguaçu acima, até a barra do Uma, varejou a região das „lavras“, antecipou-se à realidade, proclamando de lá que a cidade estava descoberta e não deu mais que falar de si. Era um visionário. O major Manuel Rodrigues de Oliveira, escrevendo da Bahia, declarou que „novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada“ tinham sido achados naqueles sítios enquanto o cônego permanecia „quedo no distrito diamantino de Sincorá“... Na mensagem de 1846 o presidente da província, general Andréia, inclinado à ironia, que na sua linguagem pitoresca tinha lampejos de florete, encerrou a discussão com frase contundente: „Deve haver encanto nisto, e da minha parte já o preveni de que lhe retirava as ordenanças e mesmo me parece tempo de lhe suspenderem os auxílios que recebe da Caixa provincial“.

A história desse manuscrito é relatada por Sebastião da Rocha Pitta (1730) em seu livro *História da América portuguesa*. O historiador Pedro Calmon (1955, p. 22) apresenta o relato de que foi Belchior Dias, neto de Caramuru e pai de Robério Dias na vida real e representando o avô de Estácio Correia no romance, quem primeiro se aventurou na busca do tesouro. Ainda segundo Calmon (1955, p. 25), o historiador Rocha Pitta reuniu avô, filho e neto em uma só personagem o descobridor e o explorador das minas de prata. Foi dessa união e frutos desses relatos a recriação ficcional alencariana.

Essas consultas ao arquivo são fruto de uma interpelação ideológica com vista à reconstituição ficcional da sociedade colonial brasileira no início do século XVII e ao episódio da descoberta das minas de prata atestando a identificação da posição-sujeito adotada por Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva do romantismo brasileiro. Também as referidas consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva, na qual se subjetiva Alencar na função-autor.

A consulta ao arquivo, especialmente às crônicas de Fernão Cardim e de Gabriel Soares de Sousa, permitiu a Alencar retratar aspectos do comportamento da população soteropolitana com vistas à chegada do Governador Geral do Estado do Brasil.

A festa comemorativa do Ano Novo e da chegada do Governador Geral, como as demais festas soteropolitanas, é composta de dois momentos: um religioso e outro mundano. O religioso é representado

pela missa cantada e pelo *Te Deum*; o mundano, pela cavahada, elemento que busca lembrar os torneios medievos.

Raiava o ano de 1609.

A primeira manhã de janeiro, esfolhando a luz serena pelos horizontes puros e diáfanos, dourava o cabeça dos montes que cingem a linda Bahia do Salvador, e desenhava sobre o matiz de opala e púrpura o soberbo panorama da antiga capital do Brasil.

A cidade nascente apenas, mas louçã e gentil, elevando aos ares as grimpas de suas torres, olhando o mar que se alisava a seus pés como uma alcatifa de veludo, era então, pelo direito da beleza e pela razão da progeneritura, a rainha do império selvagem que dormia ainda no seio das virgens florestas.

A natureza preparara no grupo de outeiros apinhados um trono de relva sobre o qual a linda cidade dominava o oceano, sorrindo ao nauta que da extrema do horizonte a saudava com um olhar amigo, para dar-lhe o bom-dia se chegava, e enviar-lhe o último adeus quando se partia.

Despertando com os primeiros raios da alvorada, a população baiana recobrava a atividade depois do repouso. As casas se abriam para receber o ar e a luz da manhã; a pouco e pouco os mil rumores do dia, que são a voz das cidades, iam enchendo o espaço antes ocupado pelo silêncio e pelas trevas (ALENCAR, 1977, p 9).

A reorganização em imagem exemplar exigiu do escritor romântico uma descrição da coordenada espaço-temporal que envolve a narrativa, pois se trata de um gesto de interpretação literário, o qual descreve o cenário em que ocorre a ação. Esse cenário é marcado pelo emprego do pretérito imperfeito do indicativo e a ação caracteriza-se pelo uso do pretérito perfeito do indicativo. O tempo está marcado: 1609, primeira década do século XVII, um século após o descobrimento do Brasil e 60 anos após a fundação da cidade do Salvador (1549) por Tomé de Souza. Trata-se de uma jovem cidade à época da narrativa, como também era jovem a independente nação brasileira à época do acontecimento enunciativo da obra.

O romancista ainda adiciona a seguinte nota na edição de 1862:

A Bahia – Gabriel Soares (*Roteiro*) – dá em 1587 oitocentos moradores à Bahia: em 22 anos que vão para 1609, essa população deviasi ter elevado ao algarismo de 1,500 pouco mais ou menos. – A capitania tinha em 1587 2,000 – colonos, 4,000 escravos, e 6,000 indios cathequisados, segundo o author citado (ALENCAR, 1862, v. 1, p. II).

Observa-se, em linhas gerais, que Alencar foca em elementos da natureza que reconduz o interlocutor ao discurso dos cronistas que, por sua vez se remetem ao discurso de Pero Vaz de Caminha, materializado da sua *Carta a El-Rei de Portugal*, quando descreve as terras recém-descobertas (discurso fundador). Trata-se do emprego da paráfrase, visto que “as relações de parafrasagem que diferentes expressões, palavras e enunciados mantêm entre si no interior de uma matriz de sentido a qual se organiza no âmbito de uma formação discursiva” (INDURSKY, 2011, p. 68). A descrição vale-se de uma adjetivação afetiva e pictórica, característica da formação discursiva do romantismo na reorganização da imagem exemplar da jovem nação e que estabiliza os sentidos pela memória discursiva.

A jovialidade da cidade também é apresentada assim como as suas construções no seio da natureza figurativizando a jovem nação brasileira. Outro elemento que se destaca é a localização sobre a Baía de Todos os Santos, a relação terra-mar tão importante para a colonização das terras brasileiras. Também esses elementos são fruto da paráfrase, uma vez que se inscrevem na matriz de sentido da formação discursiva, na qual Alencar se subjetiva, visto constarem no arquivo.

Mas uma cidade não é apenas natureza e construções, há também de se observar a relação entre o dia e a noite, visto que à noite há trevas e silêncio; durante o dia, há “a voz das cidades” que são “os rumores do dia”. A cordialidade do povo brasileiro está representada pelo “bom-dia” à chegada e pelo adeus à partida. E Alencar, no gesto de interpretação literário, busca também o elemento cultural:

Os mestirais e vilãos já percorriam as ruas, não com a calma e regularidade de homens que vão ao trabalho ou ao cumprimento da obrigação diária, mas com a agitação doce e jovial sofreguidão de quem busca o prazer e corre após uma alegre esperança.

Vestidos com maior apuro do que punham nos trajes domingueiros, homens e mulheres saudavam-se entre si com tal efusão, desejando as boas saídas e estreias de ano; apertavam as mãos com tamanha cordialidade, que percebia-se na disposição geral dos ânimos a doce influência de um motivo qualquer de regozijo público.

Com efeito não era a festa do Ano-Bom a causa única da jovial expansão; outra havia. Aquele dia estava marcado para os festejos com que a Bahia desejava solenizar a chegada do novo Governador-Geral do Estado do Brasil, D. Diogo de Menezes e Siqueira, que depois de haver permanecido um ano na Capitania de Pernambuco para dispor sobre coisas da administração, aportara finalmente à capital no dia 17 de dezembro de 1608.

Não havia exemplo de semelhantes demonstrações em uma cidade onde os governadores e capitães-generais, revestidos de poderes absolutos, eram recebidos com desconfiança, e muitas vezes despedidos com alegria. Mas D. Diogo de Menezes, depois Conde da Ericeira, e um dos abalizados varões que governaram o Estado do Brasil, merecia pelo seu nobre caráter e espírito superior uma demonstração especial da parte dos baianos.

Contudo, essa única circunstância não bastara para excitar na classe rica o desejo de receber o novo governador com festas públicas, se o interesse, primeira lei das ações humanas, não inspirasse o mesmo pensamento como um hábil expediente de política colonial.

Durante o tempo que se demorara em Pernambuco, D. Diogo de Menezes tinha revelado sua força de vontade, e mostrara o firme propósito de repelir a intervenção que o Bispo D. Constantino Barradas e a Companhia de Jesus exerciam anteriormente sobre o governo temporal. A luta se travara com uma questão de etiqueta e precedência, a que dera lugar a procissão do Corpo de Deus celebrada em Olinda.

Justamente nessa época os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, sustentavam contra os jesuítas a grande questão da servidão dos índios, e compreendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes, cujo voto autorizado devia pesar nas decisões do Conselho da Índia e no ânimo de El-Rei D. Filipe III.

Por isso, chegado que foi o governador, se concertaram para fazer-lhe uma recepção brilhante. Em quatorze dias estavam concluídos todos os preparativos e aprestos necessários para solenizar com a entrada do ano os benefícios do novo governo.

O programa do festejo primava pela variedade e boa escolha. Depois da missa cantada, seguida de *Te Deum*, havia alardo da gente de guerra e companhias de ordenanças em frente aos paços; à tarde devia correr-se no Terreiro do Colégio uma luzida cavalcada com

a qual se dariam jogos, torneios e alcanzias; à noite danças pelas ruas e arcos de luminárias concertados com palmeiras ou festões de flores na Praça do Governador.

Não era preciso tanto para excitar a imaginação viva da mocidade baiana e fazer girar como corrupios todas as comadres devotas e mexeriqueiras, de que a metrópole brasileira já naquele tempo estava abundantemente provida.

A Bahia não passava então de uma pequena cidade habitada por cerca de mil e quinhentas almas; mas seus vizinhos eram abastados e gostavam do luxo; havia muitos colonos ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalo e alfaias de casa; alguns tinham o melhor de cinco mil cruzados de renda, e diz Gabriel Soares, “tratavam suas pessoas mui honradamente com muitos cavalos, criados e escravos”.

Esses cabedais, que atualmente parecem mesquinhos, eram naquele tempo avultados; a facilidade com que se adquiriam e o gênio natural da população inclinada ao fausto e prodigalidade alimentavam na Bahia e Pernambuco um luxo superior ao de Lisboa, e entretinham o gosto pelas festas e divertimentos (ALENCAR, 1977, p. 9-10).

A consulta ao arquivo, especialmente às crônicas de Fernão Cardim e de Gabriel Soares de Sousa, permitiu a Alencar retratar aspectos do comportamento da população soteropolitana com vistas à chegada do Governador Geral do Estado do Brasil. Observa-se que nesse primeiro capítulo do romance já é delineado o conflito entre o laico e o religioso, o qual é figurativizado por Estácio Correia e Pe. Gusmão de Molina na busca pelas minas de prata. Esse último, padre jesuíta espanhol, apresentado no oitavo capítulo, deseja a fortuna para angariar postos na Companhia de Jesus e satisfazer sua ambição pessoal e também figurativiza a espoliação das terras brasileiras pelo estrangeiro.

O Durante o século XIX, há uma busca pela separação entre o Estado e a Igreja, eco da Revolução Francesa. No romance, o Pe. Gusmão de Molina, visitador da Companhia de Jesus, representa toda a Companhia e antecipa a expulsão dos jesuítas do Império Português, empreendida pelo Marquês de Pombal no século XVIII.

A questão da servidão dos índios, no século XVII, constituía-se um grave conflito entre a elite colonial, formada pelos senhores de engenho, e os jesuítas. Em sua *História geral do Brasil*, Varnhagen relata a natureza do conflito entre D. Diogo de Menezes e Siqueira, o Governador Geral, e D. Constantino Barradas², o Bispo da Diocese da Bahia, e o descontentamento do Governador Geral com a ingerência do referido Bispo e da Companhia de Jesus no governo, para depois salientar a posição que o Governador mantinha a respeito do meio de governar os autóctones.

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços próprios á cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, pólicia e pudor, que só as grandes povoações proporcionavam. Apenas chegado, insistia na necessidade de serem os índios declarados livres, dando-se-lhes um regulamento pelo qual pudessem ficar nas aldeias sujeitas mais directamente ao governo do Estado, pondo-lhes um capitão, um meirinho e

² D. Constantino Barradas, quarto bispo da Bahia, chegou à cidade do Salvador no dia 1º de novembro de 1600, governou o bispado pelo espaço de dezoito anos e faleceu no dia 1º de novembro de 1618, sendo sepultado na capela-mor da igreja do convento de São Francisco da mesma cidade do Salvador.

um sacerdote, para os ir assim habituando ao trato e gozos dos colonos, pois quanto á religião eles nada sabiam, e „apenas tomavam de cor o que se lhes ensinava“ (VARNHAGEN, 1959, p. 112-113).

Logo no primeiro capítulo, fica evidente que o novo Governador Geral, que permaneceu no cargo de 1609 a 1613, apoia a elite colonial e combate a posição dos jesuítas. D. Diogo de Menezes e Siqueira, personagem criada com base no arquivo, apresenta as características de um nobre medieval, período em que Alencar, na função-autor, busca os nós narrativos do seu discurso. Vale lembrar que durante seu governo foi construído o Forte de São Diogo, debruçado sobre a Baía de Todos os Santos para proteger o Porto da Barra, ou em linguagem da época, a barra do porto da Vila Velha.

Ressalta se que, nas notas explicativas da edição de 1862 do romance, constam informações sobre D. Diogo de Menezes e D. Constantino Barradas, além de uma específica sobre a servidão dos índios. Na que trata do Bispo, não são dados biográficos que o romancista oferece, mas uma referência extratextual, remetendo-se à *História geral do Brasil* de Varnhagen, afirma: “entre o governador D. Diogo de Menezes e o bispo D. Constantino Barradas houve no anno de 1608 em Pernambuco, por ocasião da procissão do Corpo de Deus, uma questão de etiqueta e precedencia, que, diz Warnhagen – *Historia do Brasil*, foi um verdadeiro romance” (ALENCAR, 1862, v. 1, p. II).

A festa comemorativa do Ano Novo e da chegada do Governador Geral, como as demais festas soteropolitanas, é composta de dois momentos: um religioso e outro mundano. O religioso é representado pela missa cantada e pelo *Te Deum*; o mundano, pela cavalhada, elemento que busca lembrar os torneios medievos.

Também são representadas as classes sociais: a chamada elite colonial, formada pelos senhores do Recôncavo Baiano; o povo em suas vestes de festas, joviais e esperançosos, e os estereótipos do povo como “as comadres devotas e mexeriqueiras”. Observa-se ao final dessa sequência a referência ao fausto e à prodigalidade da elite colonial baiana e pernambucana, que suplantavam o luxo lisboeta e propiciavam ao povo diversão. Também em nota, Alencar (1862, v. 1, p. II) registra: “Quanto ao luxo de que se falla é attestado pelo mesmo Gabriel Soares e Fernão Cardim – *Narrativa*.”

Tal referência ao fausto e à prodigalidade deve-se aos altos preços do açúcar no mercado exterior, fonte da riqueza das duas províncias que mais o produzia à época. Mais uma vez, tem-se uma alusão indireta ao arquivo, o qual descreve as riquezas dessa nova terra desde o discurso fundador de Pero Vaz de Caminha.

As relações de poder também podem ser vistas entre a população soteropolitana na sequência a seguir:

Os rapazes soltaram a palavra infamante de *barata*, a que as velhas retorquiram com o epíteto não menos afrontoso de *formigão*: e depois disso, como não havia despique possível de tão grande provocação, a não serem as vias de fato que o respeito do lugar impedia, cada uma das duas hostes inimigas retraiu-se e voltou silenciosamente a suas ocupações (ALENCAR, 1977, p. 11).

Nessa sequência, é apresentada a disputa entre os rapazes do coro da Igreja da Sé em Salvador e as beatas, as duas facções de pessoas do povo são designadas como “hostes inimigas” e representam estereótipos sociais, os quais figurativizam a disputa entre o tradicional e o novo.

A seguir aparecem os mancebos:

Tinham parado na calçada dois moços, ambos na flor da idade, ambos elegantes e bem parecidos, mas tão dessemelhantes no trajar, como no molde da beleza varonil.

O mais velho, que teria vinte e dois anos, era moreno. A fisionomia franca e aberta, as cores frescas e rosadas, o porte firme e direito sobre uma estatura regular, mostravam compleição vigorosa; mas sua expressão ressumbrava tanta graça, o sorriso que lhe brincava nos lábios era tão faceiro, havia tal donaire nos seus movimentos, que a força muscular desaparecia sob a flor da feliz organização, como a robustez do tronco sob a virente folha.

Vestia gibão de gorgorão cor de pérola guarnecido na orla por delgado fio de ouro com que eram igualmente tecidos os passamanes, e calção de veludo turqui debruado nas costuras por fino cairel de prata. Torçal de seda escarlate suspendia-lhe ao flanco esquerdo o florete; o boné de veludo azul com um broche de rubi cingia os anéis dos cabelos negros; a meia cor de pinhão debuxava a perna bem contornada, e o sapato raso com espora afilada calçava um pé fino e aristocrático.

Naquele tempo em que a profusão de cores vivas e bordados era o toque da louçania, não se encontrara decerto um cavalheiro trajado com mais gentileza e primor; a riqueza apenas se mostrava, para não ofuscar o bom gosto na combinação artística das lindas cores, nem o esmero do corte e piques das roupas.

Também na Bahia não havia mancebo casquilho como Cristóvão de Garcia de Ávila, senhor de fazenda passante de cinquenta mil cruzados, e descendente de uma das famílias nobres que tinham vindo do Reino com Tomé de Sousa, em 1549.

...

O outro moço contava apenas dezenove anos. Trajava tudo negro, de simplicidade extrema, mas de esquisita elegância. Um aljôfar isolado brilhava na touca de veludo preto; as preguiças da mais fina lençaria de alvas deslumbravam; a espora ligeira que mordida o salto do borzeguim e a cruz da espada eram de aço, mas tão bem polido que cintilava como custosas pedrarias.

O cetim negro das vestes dava muito realce à sua bela cabeça erguida com meneio altivo, e à alvura rosada de sua tez. Os grandes olhos pardos tinham os raios profundos e reflexivos que desfere a inteligência nos momentos de repouso; o lábio superior, coberto pelo buço de seda que pungia, arqueava graciosamente com expressão grave; era de alta estatura, e tinha como seu companheiro o talhe esbelto, mão e pé de supremo esmero.

Mas o que especialmente o caracterizava, era uma sombra imperceptível, que às vezes deslizando pela fronte alta e inteligente, carregava ligeiramente as linhas do perfil e imprimia-lhe na fisionomia o cunho da vontade tenaz; nestes momentos sentia-se que a razão calma, firme, inflexível, dominaria, se preciso fosse, as expansões da mocidade (ALENCAR, 1977, p.11-12).

A personagem Cristóvão de Garcia de Ávila foi criada por Alencar a partir do arquivo, especialmente do relato de Gabriel Soares de Sousa, conforme consta em nota na primeira edição do romance. Essa personagem representa o ideal da elite colonial baiana, conforme pode ser observado na sua descrição, visto ser “descendente de uma das famílias nobres que tinham vindo do Reino com Tomé de Sousa, em 1549”

(ALENCAR, 1977, p. 12). Cristovão de Garcia de Ávila, apesar de nobre e abastado, é um dos mais fieis amigos de Estácio Correia durante toda a narrativa.

Já o segundo mancebo, Estácio Dias Correia, apesar de mais jovem, é o empobrecido filho de um antigo fidalgo que fora desacreditado e cuja família fora expropriada de seus bens por D. Felipe II, depois que seu pai, Robério Dias Correia, faleceu sem dar notícia das minas cuja existência tanto defendera. Além disso, por ser descendente de Diogo Álvares Correia (Caramuru) com sua esposa indígena Catarina Álvares Correia (Paraguaçu) no romance de Alencar, é vítima do preconceito de ser mestiço, conforme atesta a passagem em que o herói vai ao encontro de D. Francisco de Aguiar pedir a mão de Inês em casamento. Esse fidalgo castelhano figurativiza as elites estrangeiras que desprezam a formação do povo brasileiro.

Mas é justamente esse parentesco entre Estácio e Paraguaçu que garante a Estácio acesso à gruta onde se localizam as minas de prata, visto que o protetor do local, o pajé dos Tupis, Abaré haver prometido para o sobrinho-neto Moribeca (Belchior Dias Correia), avô de Estácio e neto de Catarina Álvares Correia (Paraguaçu), as riquezas ali contidas quando aquele guerreiro de seu sangue vingasse sua raça. Assim, a mestiçagem, objeto de preconceito para a elite colonial, apresenta as suas vantagens para o herói. Essa mestiçagem apresenta-se com relativa valorização nas formações ideológica e discursiva, nas quais se subjetiva Alencar na função-autor, pois revelam traços de originalidade da jovem nação.

A consulta ao arquivo, especialmente às crônicas de Fernão Cardim e de Gabriel Soares de Sousa, permitiu a Alencar retratar aspectos do comportamento da população soteropolitana com vistas à chegada do Governador Geral do Estado do Brasil. Observa-se que nesse primeiro capítulo do romance já é delineado o conflito entre o laico e o religioso, o qual é figurativizado por Estácio Correia e Pe. Gusmão de Molina na busca pelas minas de prata. Esse último, padre jesuíta espanhol, apresentado no oitavo capítulo, deseja a fortuna para angariar postos na Companhia de Jesus e satisfazer sua ambição pessoal e também figurativiza a espoliação das terras brasileiras pelo estrangeiro.

Conforme é detectado na análise de recortes do romance *As minas de prata*, José de Alencar (1865) apresenta um “retrato” da cidade de Salvador, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609. Alencar, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e é assujeitado à língua, para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário, o qual está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do romantismo, que busca desenvolver a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria na criação dessa imagem exemplar. Nessa perspectiva, Alencar, enquanto formulador do discurso apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva a que se filia. Para realizar esse gesto de interpretação literário, Alencar valeu-se do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, realizando referências no corpo do texto e em notas de rodapé.

Essas consultas ao arquivo são fruto de uma interpelação ideológica com vista à reconstituição ficcional da sociedade colonial brasileira no início do século XVII e ao episódio da descoberta das minas de prata atestando a identificação da posição-sujeito adotada por Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva do romantismo brasileiro. Também as referidas consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva, na qual se subjetiva Alencar na função-autor.

Referências bibliográficas

- ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página**: a dupla narrativa de José de Alencar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2002.
- ALENCAR, José de. **As minas de prata**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- ALENCAR, José de. **As minas de prata**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.
- ALENCAR, José de. “Benção paterna”. In: ALENCAR, José de. **Obra completa**. v.1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959v.1.
- ALENCAR, José de. **As minas de prata**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.
- ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- CALMON, Pedro. A verdade das minas de prata. In: ALENCAR, José de. **As minas de prata**: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. v. 1, p. 19-25.
- CALMON, Pedro. **O segredo das minas de prata**. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.
- CARDIM, Fernão. **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc. desde o anno 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christóvam de Gouvea**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages**, Paris, n. 62, jun. 1981.
- FREITAS, Renata Dal Sasso. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 2, n.5, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs/aedos>>. Acesso em: 19 abr. 2012.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2011.
- ROCHA PITTA, Sebastião da. **Historia da America Portuguesa**: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1730.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Antes da sua separação e independência de Portugal. 6. ed. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1959. v. 2.

Página intencionalmente deixada em branco

Discurso político, medias sociais e poder: o uso do *Facebook* e do *Twitter* na construção do *ethos* do governador do Maranhão, Flávio Dino

Josenilde Cidreira VIEIRA (FLUP/IFMA)
josicidra@gmail.com

Resumo: Este estudo enquadra-se na área da **Análise do Discurso Político**, e tem como objetivo analisar a construção do *ethos* político de Flavio Dino, governador do Maranhão, a partir das estratégias de persuasão e de sedução utilizadas por este ator político no Facebook e no Twitter, para estabelecer relações de poder com os seus interlocutores. O enquadramento teórico parte da concepção do *ethos* Aristotélico e explora este conceito dentro da Análise do Discurso, também utiliza conceitos da Análise do Discurso Político, de Poder e da Linguística Textual, particularmente com a teoria dos gêneros. O corpus de análise é constituído por 50 posts e 50 tweets publicados nas plataformas sociais acima identificadas no período de dezembro de 2015 a junho de 2016, dos quais utiliza-se uma amostra, tendo sido analisado maioritariamente o conteúdo linguístico dos mesmos.

Palavras-chave: Discurso político; *Ethos*; Poder; *Facebook*; *Twitter*.

Abstract: This study fits in the area of analysis of political discourse, and aims to analyze the construction of the political ethos of Flavio Dino, Governor of Maranhão from persuasion and seduction strategies used by this political actor on Facebook and Twitter to establish power relations with its interlocutors. The theoretical framework part of the Aristotelian conception of the ethos and explores this concept within the discourse analysis, also uses the concepts of discourse analysis, Political power and Textual Linguistics, particularly with the theory of genres. The corpus of analysis consists of 50 posts and 50 tweets published on social platforms above identified in December 2015 period to June 2016, of which a sample has been analyzed mostly linguistic content.

Keywords: Political speech; Ethos; Power; Facebook; Twitter.

1 Introdução

A sociedade contemporânea, que se conecta em rede, caracteriza-se pela “possibilidade de interação, acesso, produção e troca de informações. Essa dinâmica tem se refletido em todo processo de comunicação humana e neste caso particular, na política”. (LEVY, 1999, p.190). No caso do Brasil, desde 2010, muitos políticos passaram a utilizar essa inovação nas suas campanhas eleitorais, mais recentemente, promovendo as suas identidades públicas nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*.

O discurso político, por sua vez, dedica-se a construir imagens de atores (*ethos*) e usar estratégias de persuasão e de sedução (CHARAUDEAU, 2015), para convencer e conquistar o eleitorado. Dessa forma, quando em política um determinado ator pronuncia um discurso, age sobre o mundo, demarca uma posição e daí decorre a instituição de uma determinada relação de poder.

Para efeito deste trabalho, entendemos poder como “[...] uma característica da relação entre grupos, classes ou outras formações sociais, ou entre pessoas na qualidade de membros sociais [...]” (VAN DIJK, 2008, p. 41). Assim, este artigo pretende analisar a construção do *ethos* político de Flavio Dino, governador do Maranhão, a partir das estratégias de persuasão e de sedução utilizadas por este ator político no *Facebook* e no *Twitter*, para estabelecer relações de poder com os seus interlocutores.

Para a constituição do corpus deste estudo foi feita a seleção de um post e um tweet por semana, no intervalo de seis meses (dezembro de 2015 a julho de 2016), dos quais, por economia, selecionou-se uma amostra, apresentada no artigo.

O critério dessa seleção destaca os gêneros mais partilhados, visto que se objetiva estudar o *ethos* político, sendo que esta categoria discursiva trata da construção da imagem pública do governador Flávio Dino e, portanto, da identificação do eleitor com o enunciador.

2 Ethos: da retórica clássica à linguística do discurso

Por ser, a noção de *ethos* no estudo do Discurso, a base desta análise, ela se constitui de grande importância teórica. Essa noção acerca do que é *ethos* partiu da Retórica Clássica, com Aristóteles (1991), como parte da trilogia dos meios de prova, constituída por *ethos*, *logos* e *pathos*. O *ethos* estaria ligado ao orador, o *pathos*, ao ouvinte e o *logos*, ao discurso.

Por um lado designa virtudes morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude e a benevolência, por outro, comporta uma *dimensão social* na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nos dois casos, trata-se da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não da sua pessoa real (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p.220).

Aristóteles conceitua *ethos* enquanto imagem que o orador constrói de si para obter adesão do seu auditório. Essa imagem depende de morais, usados como forma de persuasão, quando proferido o discurso.

Ainda na Retórica Clássica, Quintiliano assevera que tem mais validade como argumento, a vida do orador do que suas palavras. Assim, para Cícero, o conceito de bom orador resulta da conjugação da capacidade de usar palavras com o caráter moral do orador. (AMOSSY, 2005).

Maingueneau (2008), entretanto, chama atenção do leitor para a mudança de sentido que o termo *ethos* sofreu ao longo do tempo, quando pertencia à retórica e servia bem à eloquência jurídica, passando a valer para qualquer tipo de discurso. Dessa forma, o termo passa a ser legitimamente utilizado no que concerne à Análise do Discurso:

esse *ethos* não diz respeito apenas, como na retórica antiga, à eloquência judiciária, ou aos enunciados orais: é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. [...] o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador [...]. A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva, que desempenha o papel de fiador do que é dito. (MAINGUENEAU, 2008, p.98).

Desse conceito de *ethos*, decorre que: “a qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse fiador, que com sua fala, confere a si uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado”. (MAINGUENEU, 2008, p.99). Logo, de acordo com esse autor, os conteúdos dos enunciados são dependentes da cena da enunciação.

Nesse sentido, para tratar do *ethos* na Análise do Discurso, Maingueneau (2008) apresenta a ideia de cena da enunciação, que obedece a três etapas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia:

A cena englobante é aquela que atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto. Quando se refere a um panfleto, deve ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político [...]. A cena genérica é definida pelos gêneros dos discursos particulares. [...] A cenografia não é imposta pelo tipo ou pelo gênero, mas pelo próprio discurso. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.96)

Adam (apud AMOSSY, 2005), em concordância com as ideias de Maingueneau diz que se o sujeito A for orador e B for seu auditório, B, enquanto sujeito no mundo possui uma representação de A que antecede o discurso de A. Assim, para Adam, a construção do *ethos* de um orador depende da representação (que antecede ao discurso) e do *ethos* esquematizado pelo orador por meio das estratégias argumentativas/discursivas.

A materialidade do *ethos* no discurso, portanto, manifesta-se por meio dos atos da linguagem (performativo, assertivo, promissivo), dos conectores argumentativos e das condições de enunciação (qual a posição social, pessoal, econômica, moral do enunciador).

Esses atos de linguagem podem ser estruturados, conforme Charaudeau (2008) nos níveis situacional, comunicacional e discursivo. No nível situacional situam-se restrições ou regularidades relacionadas ao comportamento e à finalidade do ato da linguagem; no nível comunicacional está o modo de escrever ou falar em dada situação. Tem relação com o papel que o sujeito da enunciação assume, que lhe permita o posicionamento enquanto falante. O nível discursivo requer que, pelo princípio da alteridade

o sujeito atente às condições de legitimação do discurso; que pelo princípio da pertinência verifique se pode ser creditado valor ao discurso e que pelo princípio da influência/regulação, avalie o nível de captação discursiva.

É nesse sentido que os sujeitos envolvidos no discurso (de maneira geral) e no discurso político, neste caso específico, constroem seus *ethé*, ou seja, elaboram, no ato da linguagem, as condições necessárias para captação, credibilidade e legitimação do discurso elaborado.

No discurso político o ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos [...]. O discurso político dedica-se a construir imagens de atores e usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos (CHARAUDEAU, 2015).

O *ethos*, de acordo com Maingueneau (1995) pode ser configurado por características psíquicas, tais como: firmeza, ponderação; características físicas: corpo contido, energético, tenso, tom: sereno, indignado, irônico. Assim, Amossy (2005, p.31) conclui que, no discurso político o *ethos* é mostrado nas escolhas efetuadas pelo orador. Essas escolhas dizem respeito, sobretudo, à maneira de se exprimir, portanto, ao plano da expressão.

2.1 As relações de poder e a construção do *ethos* no discurso político

Considerando-se o discurso como um mecanismo simultâneo de ação, logo uma forma que as pessoas têm de agir sobre o mundo e sobre o outro, mas também uma forma de representação. Conforme a proposição de Fairclough (2001), pode-se conceber a ideia de que o discurso é uma prática social e nesse sentido, envolve sujeitos e posições desses sujeitos sociais nas relações discursivas, onde a mídia constitui apenas uma instância de produção do discurso. Assim, Charaudeau (2015a) distingue três lugares de produção do discurso político: um lugar de governança (a instância política e a instância adversária), um lugar de opinião (instância cidadã) e um lugar de mediação (instância midiática).

Charaudeau (2015a) esclarece também que na instância política estariam os atores com o poder de fazer, enquanto ação e com o poder de fazer pensar, que seria o poder de manipulação, pois trata-se do lugar da governança, tanto quanto a instância adversária, pois esta é movida pelas mesmas motivações que aquela. A instância cidadã é o lugar onde buscam os atores, um saber para julgar as propostas políticas propostas ou mesmo as ações impostas. Por fim, a instância midiática, que estando de fora da governança, utiliza-se dos veículos de informação para unir a instância política à instância cidadã.

Neste estudo a instância midiática é constituída de gêneros do discurso eletrônico dispostos em duas redes sociais, nomeadamente, *Facebook* e *Twitter*. Por isso, a participação do eleitor nas redes aproxima a

instância cidadã da instância de governança, de forma que as manifestações de poder por parte destas podem ser minimizadas, ou ainda, não percebidas pelas primeiras.

Sobre poder, encontra-se em Weber (1971, p. 19) uma clássica significação: “poder significa toda oportunidade de impor sua vontade no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando o que representa tal oportunidade”. Ele é imperceptível, invisível, é uma forma alterada/transformada das outras formas de poder.

Assim, a despeito dessa e das várias acepções dadas pelas diversas ciências para o termo poder, neste artigo assume-se o posicionamento de Van Dijk (2015), que define poder social em termos de controle de um grupo sobre o outro ou ainda, de seus membros. O discurso surge, nesse contexto, como o instrumento pelo qual se efetiva o controle, à medida que mantém relação muito estreita com o poder, que se legitima pelo reconhecimento da sociedade, do direito de se agir em nome de um fim aceito por todos, conforme discute Charaudeau (2016).

Então, apesar da aparente liberdade de expressão do indivíduo, o que se nota é que há um controle sobre aquilo que se diz ou se escreve e esse controle é exercido pelo emprego, pelas leis, até mesmo por costumes. Assim, é possível que sem a devida percepção, as pessoas não exercem sua liberdade de expressão, mas que ao contrário, sejam controladas por instituições interessadas na supressão dessa liberdade. Dentre os principais interessados, surgem: o Estado, as empresas, a religião, a polícia e a mídia.

Essa necessidade de controle social dos que estão no poder por meio do discurso deriva do reconhecimento de que “o discurso controla mentes e mentes controlam ação”. (VAN DIJK, 2015, p.18). O discurso surge como um mecanismo sutil, que age sobre a percepção ou não percepção do sujeito, que acaba por sujeitar-se voluntariamente a uma vontade externa.

Deve-se destacar que o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’, mas por meio dos discursos, mas também é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos. [...]. O poder é exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado a vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso. (VAN DIJK, 2015, p.44).

O principal fator variante de percepções é o espaço social, que pode ser construído de diversas maneiras, dependendo de diferentes princípios e apresenta-se na forma de agentes dotados de propriedades diferentes e sistematicamente ligadas entre si; essas propriedades funcionam como signos, na própria realidade da vida social e as diferenças funcionam como signos distintivos; com isso, percebe-se que o mundo social apresenta-se como um sistema simbólico e o espaço social funciona como um espaço simbólico.

É nesse contexto que Bourdieu (2004, p. 11) advoga a existência do poder simbólico. Nele, os campos dominantes (as classes) são privilégios/vantagens de um capital simbólico. O poder simbólico consiste, então, “[...] nesse poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que e se estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

O modo de produção da articulação é controlado pelas elites simbólicas, que exercem um poder simbólico, de acordo com um capital simbólico, conforme Bourdieu, (1977).

Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. (VAN DIJK, 2015, p.45).

O poder ao qual se faz referência, portanto, é o poder de uma elite dominante sobre outros, que muitas vezes não percebem essa manifestação de poder. Disso decorre a ideia de abuso de poder, ainda que estes outros tenham a ilusão da liberdade. Esse ideal de escolha e liberdade de opinião é bem verificado nos dois gêneros textuais que se investiga aqui: *post* e *tweet*, que são veiculados pelas redes sociais *Facebook* e *Twitter*, respectivamente, onde os discursos políticos do governador Flávio Dino são comentados pelos participantes das redes, sendo estes, eleitores ou não do atual governador do Maranhão. Sobre a participação do eleitor, como interlocutor do discurso político nas redes sociais,

Os leitores e espectadores podem ter se tornado mais críticos e independentes. Mesmo assim, mais análises críticas são necessárias para descobrir se essa diversidade de tecnologias, mídias, mensagens e opiniões faz com que o cidadão seja melhor informado e capaz de resistir à manipulação através de mensagens que aparentam ser direcionadas pessoalmente para ele – mas que poderia implementar muito bem as ideologias dominantes que não mudam muito. A ilusão de liberdade e diversidade pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade, incluindo as empresas que fabricam essas próprias tecnologias e seus conteúdos midiáticos e que, por sua vez, produzem tal ilusão. (VAN DIJK, 2015, p.21).

Portanto, a participação cidadã por meio de *posts* e *tweets*, no discurso político midiático nas redes sociais gera uma ideia de criticidade e independência por parte do usuário da rede, mas o que deve-se investigar é justamente se essa participação como sujeito/interlocutor do discurso postado, de fato permite uma liberdade linguística, política e ideológica ou se apenas gera a ilusão da participação.

3 Alguns contributos do gênero

Neste artigo adota-se a concepção de texto enquanto “unidade de produção verbal que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência em seu destinatário” (BRONCKART, 2012, p.137), servindo ao propósito da comunicação. Isso porque, “toda a atividade humana se dá na língua e em esfera de comunicação. Os gêneros refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas” (BAKHTIN, 1992, p. 279).

Ocorre que, conforme expresso anteriormente, os textos derivam de uma atividade real de comunicação humana e nesse sentido, pode-se dizer que de acordo com a ocasião ou mesmo necessidade de comunicação, o homem produz textos diferentes, até mesmo específicos e dessa especificidade decorre a ideia de gênero. “Gêneros são formas linguísticas relativamente estáveis” (BRONCKART, 2012, p.137), que

servem como modelo que atende às necessidades contemporâneas de comunicação, mas também que permanecem disponíveis às outras gerações.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o gênero é um modelo relativamente estável, mas não definitivo, pois essa regularidade do gênero requer que se aplique a modelos linguísticos que obedeçam a uma regularidade, mas conforme se disse, os gêneros atendem aos textos e os textos servem à comunicação humana. Logo, é possível concluir que haverá tantos tipos de textos quanto forem as formas do homem se comunicar.

Quanto à regularidade do gênero, Bronckart (2012, p.137) afirma que:

qualquer que seja o gênero a que pertençam os textos, de fato são constituídos segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo etc.). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e marcação linguísticas.

Portanto, os segmentos constitutivos dos gêneros correspondem a tipos linguísticos que atendem ao discurso e o discurso, nesse sentido, não é palpável, ou seja, não se estrutura como o texto (por meio dos mecanismos de coesão, de coerência, pelas formas de articulação ou por meio de operadores argumentativos), mas por meio de “índices disponíveis na materialidade textual” (Adam, 2001). Logo, a questão conceitual acerca dos que é discurso é vista por Bronckart (2012) como um trabalho psicológico e ao mesmo tempo, linguístico. Assim, os tipos de discurso correspondem a formas linguísticas identificáveis nos textos e que traduzem a criação de mundos discursivos específicos, que se conectam entre si, por mecanismos de enunciação e textualização.

Quanto à classificação dos textos em gêneros, para a análise do conteúdo linguístico dos *posts* e *tweets*, neste artigo são adotadas duas teorias que se complementam: a de Maingueneau (1988) e a de Adam (2001), de acordo com o quadro 1, sintetizado por Silva (n.d, p.28):

Quadro 1. Classificação dos textos em gêneros de acordo com Maingueneau e Adam

Maingueneau (1998)	Adam (2001)
Estatuto dos interlocutores	
Espaço; tempo	Componente enunciativa
Finalidade	Componente pragmática
Suporte material	Componente material
Organização textual	Componente composicional
	Componente semântica
	Componente estilístico-fraseológica
-	Componente metatextual
-	Componente peritextual

Maingueneau classifica os gêneros de acordo com o estatuto dos interlocutores; espaço e tempo; finalidade do discurso; suporte material e organização textual, enquanto Adam relaciona espaço e tempo e chama a essas duas categorias de componente enunciativa; a finalidade do discurso, em Maingueneau é chamada de componente pragmática, na teoria de Adam, o suporte material do primeiro é a componente material do segundo e a organização textual, para Adam, compreende as componentes composicional, semântica, estilístico-fraseológica, metatextual e peritextual de Maingueneau. Logo, essas são teorias que se complementam.

Retornando à tipologia de gêneros em análise, observe-se que a sociedade contemporânea passou a conectar-se em rede, desenvolvendo sua própria dinâmica para se comunicar, promovendo uma mudança no paradigma da linguagem, mediado por novas tecnologias. De acordo com Marcuschi (2010), nesta sociedade que se comunica por redes, novos gêneros estão surgindo “no contexto das tecnologias digitais [...] a partir de uma transmutação dos gêneros bakhtinianos”. Os gêneros bakhtinianos tratam da intenção discursiva ou ainda, do propósito comunicativo do falante. É essa intenção, que de acordo com Bakhtin (2003), determina a forma do gênero, o conteúdo e a maneira desse conteúdo ser expresso, ou seja, como vai se manifestar textualmente.

É ainda, Marcuschi (2010), quem classifica os gêneros emergentes com as novas tecnologias digitais como gêneros do “discurso eletrônico”. A respeito dos gêneros em análise, faz-se necessário esclarecer que:

- Os gêneros em estudo são o *post* e o *tweet*;
- Os suportes dos gêneros são as plataformas *Twitter* e *Facebook*.
- Trata-se, portanto, de dois gêneros textuais emergentes e multimodais, dependentes das novas tecnologias.
- No *Facebook*, o foco é publicar pensamentos do momento e encontrar amigos;
- No *Twitter*, o foco é seguir pessoas e instituições pelo que é postado, tem limitação de 140 caracteres para postagem e 20 para informações do nome do usuário. (Dioguard, 2014).

A partir dessas concepções de gênero pretende-se examinar como o governador do Maranhão, Flávio Dino, constrói seu *ethos*, utilizando estratégias de sedução e persuasão veiculadas pelos gêneros *post* e *tweet*, para, assim, estabelecer relações de poder com os seus interlocutores.

3.1 Considerações sobre as plataformas digitais e seus gêneros: o *Post* e o *Tweet*

Tanto o *Post* quanto o *Tweet* são gêneros digitais que, para o universo da comunicação digital, constituem recursos das plataformas de rede social *Facebook* e *Twitter*, respectivamente. O *Twitter* foi elaborado com a finalidade de atender às necessidades de comunicação de funcionários da empresa Obvius Corp. Quando popularizou-se, entretanto, a necessidade original, daqueles funcionários, que era conhecer o que seus pares estavam fazendo, no momento do acesso, tornou-se uma necessidade dos usuários da

plataforma. Assim, a pergunta inicial: “O que você está fazendo?” foi substituída por “O que está acontecendo?”. Essa mudança no questionamento da rede social alterou a perspectiva do usuário, que ao responder (ou ao sentir-se convidado a responder), passaria a emissor de notícias de naturezas diversas, inclusive, políticas.

Os dois gêneros em questão encontram-se ancorados em suportes digitais, que funcionam como canais de comunicação, por onde a mensagem é veiculada. Suporte é um lugar físico ou virtual, que serve à materialização do gênero, enquanto texto, de acordo com Marcuschi (2008). Neste caso, o meio é virtual, pois se trata de duas redes sociais, o *Facebook* e o *Twitter*. Essa ideia de suporte atende bem ao intento desta pesquisa, pois enquanto suporte, o *Facebook* e o *Twitter* são base ou substratos para diferentes perfis de usuários.

4 Análise das sequências discursivas que compõem o corpus

Para análise do pequeno corpus foram selecionados 50 posts e 50 tweets publicados pelo governador Flávio Dino, de julho de 2015 a dezembro de 2016. O critério de seleção para escolha do material linguístico foi feito a partir do conteúdo linguístico de posts e tweets que apresentam marcas flagrantes do sujeito enunciador enquanto ator discursivo, na construção do seu ethos. Assim, esse conteúdo linguístico foi identificado enquanto sequência discursiva e marcado com a sigla SD, seguida de numeração arábica. Esse material linguístico foi organizado por categorias de análise, das quais, por economia, apresenta-se uma amostragem.

Considerando as reflexões de Pinto (2012, p.196) de que “discurso é texto em contexto” e sua concordância acerca do “discurso como uma instância interativa [...] na medida em que existe sempre um diálogo explícito ou implícito com outros locutores reais ou virtuais”, tende-se a pensar que o discurso político das redes sociais pode, por esse motivo, ser caracterizado como interativo, pois tanto no *Facebook* quanto no *Twitter* mantém-se o espaço da interação. Espaço esse que é utilizado pelos locutores virtuais para postagens, comentários e *tweets* e *retweets*.

Esse pensamento original, entretanto, carece de indagações, pois de forma pragmática, os *posts* e *tweets* que compõem este pequeno *corpus* têm, claramente, o propósito de influenciar a opinião do usuário das redes sociais, fazendo com que este adira às ideias do governador. Este, por sua vez, deixa marcas muito claras de que pretende construir uma imagem política confiável, transparente e participativa, que venha a contrapor-se aos quarenta anos de um governo direitista que manteve o Maranhão sob o domínio político de uma oligarquia. Dessa forma, o canal que se mantém aberto à participação da instância cidadã, ao passo que permite a participação do eleitor, pode apenas gerar a ilusão dessa participação, pois é ao emitir seu discurso, que o enunciador constrói seu *ethos*.

As marcas da enunciação acabam que por impressas na intencionalidade discursiva e manifestam-se tanto pela escolha dos canais que veiculam o discurso do governador, quanto pelos recursos linguísticos, tais como a própria seleção lexical, pelo predomínio de dêixis temporal, pelas marcas de polifonia e pelos atos assertivos da linguagem que predominam no discurso do governador.

A ideia de polifonia que se pretende aplicar nesta análise é derivada dos estudos de Ducrot, que introduziu esta noção nos estudos da linguagem, a partir da distinção entre o locutor e os enunciadores numa cena enunciativa. “O locutor é aquele que segundo o enunciado, é responsável pela enunciação. Ele deixa marcas em seu enunciado, como por exemplo, os pronomes de primeira pessoa [...]” (Charaudeau; Maingueneau, 2016, p.385):

SD1: “Essa imagem é de hoje no maranhão. Adultos sendo alfabetizados. ‘Sim **eu** posso’. Para isso, devo servir à política.”

SD: **Eu** agradeço a Deus por me permitir ter vida para doar à causa da justiça.

Essa presença do pronome de primeira pessoa marca uma polifonia discordante, pois o enunciador deixa subentendido que há uma dualidade, um outro ponto de vista, relacionado aos governos anteriores, demarcando claramente a existência de dois pontos de vista. Outro recurso de polifonia encontrado no discurso de Flávio Dino é a ironia, que é usada para demarcar esses dois lados, que constituem o governo dele e o governo anterior.

SD: Principal gasto público que cria desequilíbrio fiscal e trava crescimento, deriva dos juros hoje praticados em favor de bancos e rentistas. Com inflação declinante, em face do brutal choque recessivo, significa que hoje temos estranho aumento da taxa de juros, em termos reais. Enquanto a pauta política é ditada pela agenda da polícia, os mais ricos e poderosos lucram e impõem suas concepções como verdades. O combate à corrupção é coisa muito séria. Mas para alguns é mera tática de luta política e para ocultar seus privilégios.

Nesse fragmento, observa-se claramente que, ao tratar do combate à corrupção, o enunciador aponta dois lados, pois se há os ricos, que lucram com a manutenção da corrupção, há os que sofrem as consequências dessa manutenção. Assim, a seleção dos verbos (lucrar e impor) contribui para a construção de um *ethos* de competência e seriedade e a utilização desses dois verbos, no presente do indicativo confirmam que a ação verbal ocorre no mesmo tempo da enunciação.

O nós inclusivo também surge no discurso do governador Flávio Dino como recurso de polifonia discordante, ou seja, o governador enuncia utilizando a primeira pessoa do plural para também demarcar que há dois lados: o lado da corrupção e o lado da honestidade, ele procura deixar claro que ele está do lado do povo:

SD1: Estamos no caminho certo ao focar nosso governo no que é mais importante: promover acesso a direitos para todos, para que **tenhamos** verdadeiro desenvolvimento e justiça social.

SD2: Crimes violentos na Grande São Luís têm redução de 24% em relação a 2014. Ainda **temos** muito a conquistar, mas essa redução é muito expressiva, derivada do aumento de policiais e viaturas.

SD3: Convento das Mercês. **Recebemos** esse importante prédio histórico do Maranhão em péssimo estado, quase desabando, com escoras. Hoje está salvo. Inauguração será amanhã.

SD4: Fomos vistorias estruturas do Réveillon e para os turistas. **Encontramos** estes empreendedores do turismo náutico.

Portanto, o locutor Flávio Dino, ao fazer uso dos pronomes de primeira pessoa, alterna sua enunciação entre uma voz individual (eu), que veicula a fala de uma elite simbólica, à medida que o governador assume o papel de juiz, professor e governador; e uma voz coletiva (nós), utilizada como estratégia de inclusão do eleitor nas decisões do Estado, mas também como inclusão do governador entre os menos favorecidos.

Quantitativamente, no pequeno corpus analisado houve predomínio de formas verbais na primeira pessoa do plural, em detrimento da primeira pessoa do singular, o que aproxima o enunciador das demais instâncias envolvidas no discurso, conforme expresso no quadro 2. A predominância do nós inclusivo no discurso do governador Flávio Dino atesta que o enunciador procura aproximar-se do eleitor, criando uma imagem política de homem do povo, de forma que o eleitor não o classifique enquanto parte de outra classe social, que não a menos favorecida.

Quadro 2. Ocorrência de pronomes de primeira pessoa.

Pronomes de primeira pessoa	Número de ocorrências
Eu	10
Nós	37
Meu/minha	17
Nosso/ Nossa	14

Ao analisar o conteúdo semântico dos *posts* e *tweets*, percebe-se que esse recurso ao *pathos* é, predominantemente utilizado por meio de imagens, embora também o faça por meio de texto escrito. Ou seja: o governador Flávio Dino concretiza o ato de convencer, seduzir o eleitor não só com um discurso verbal, mas também imagético, dada a multimodalidade dos canais de comunicação *Facebook* e *Twitter*. Nesse sentido, o *post* e o *tweet* assumem ares de mídia publicitária, pois através de estratégias linguísticas, operam com três instâncias: a legitimidade, a credibilidade e a captação do leitor. (Charaudeau, 2015a).

Figura 1. Governador Flávio Dino em visita a alunos de escola primária.



Fonte: www.facebook.com/flaviodinoprofessor

SD5: “14 de fevereiro. Quatro anos de vida eterna. Meu amor eterno por Marcelo Dino.”

Entretanto, como nosso intuito é análise do conteúdo linguístico, por isso destaca-se **SD5**, onde o governador faz referência à morte do filho, Marcelo Dino. Nesse *post*, o enunciador assume claramente a posição de pai amável e saudoso. Nesse sentido, o eu que enuncia busca um pareamento subjetivo com outros pais, ou seja, com o pai enunciatário, eleitor, internauta, com quem ele dialoga por meio dos *posts* e *tweets*.

Além do eu e do tu, há outras categorias envolvidas na enunciação. “Benveniste diz que a enunciação é a instância do *ego, hic et nunc*, ou seja, do eu, aqui e agora, porque nela, alguém, num espaço e num tempo criados pela linguagem, toma a palavra e, ao fazê-lo, institui-se como eu”. (FIORIN, 2015, p.50.). Essas categorias de pessoa, tempo e espaço são denominadas dêixis.

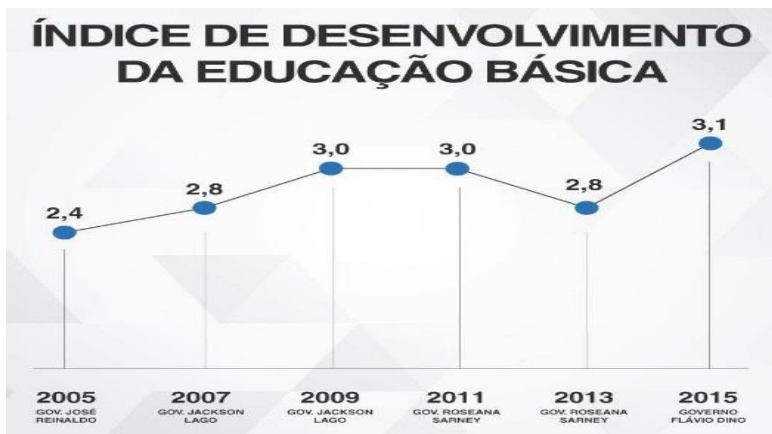
Figura 2. alunos de escola pública do interior do Maranhão



Fonte: www.facebook.com/flaviodinoprofessor

Figura 3. postagem sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Maranhão.





Fonte: www.facebook.com/flaviodinoprofessor

Neste pequeno corpus que compõe o discurso do governador do Maranhão, predomina dêixis temporal. Há sempre dois tempos, que marcam nitidamente o tempo presente, da gestão de Flávio Dino e o tempo passado, onde predominava inércia e marcava o estado do Maranhão com baixos índices de crescimento na educação.

Quanto aos atos de linguagem, o enunciador pronuncia-se como governador, mas também como professor e juiz:

SD6: “Mais importante que a honra, a imensa alegria de governar o Maranhão quando dos 50 anos da nossa UFMA. Tenho 30 anos de convivência com a UFMA¹. No discurso de hoje, agradei tudo que lá aprendi, nas salas de aula, na área de vivência, no DCE.”

SD7: “Hoje adotamos medidas importantes em favor da produção da educação em companhia do ministro Patrus Ananias. E ainda faremos muito mais.”

Figura 4. Flávio Dino em Timon.



Fonte: www.twitter.com/flaviodino

¹ UFMA – Universidade Federal do Maranhão (BR).

Figura 5. Convite para Aula Magna.



Fonte: www.facebook.com/flaviodino

Nesse sentido, predominam os atos assertivos e promissivos de linguagem, o que corrobora com a construção do *ethos* que o governador vem construindo, um *ethos* de compromisso e veracidade, que veicula a voz da ciência e fala de um lugar social privilegiado, pois se trata de um magistrado e professor universitário, que, entretanto, manifesta um *ethos* de humildade ao posar para fotos ao lado do povo e também por enunciar-se a partir de um lugar social menos favorecido pela economia, quando utiliza o nós inclusivo.

5 Considerações finais

Os resultados prévios apontam para a predominância de atos assertivos, compromissivos e diretivos; sendo que muitos dos atos assertivos são avaliativos. Os atos assertivos têm força ilocutória alta, com assertividade e grau epistémico de certeza. Quanto aos atos assertivos avaliativos, estes manifestam o posicionamento pessoal do governador e nesse sentido ele recorre ao recurso do *pathos*. Os atos compromissivos contribuem para o estabelecimento de vínculo com o eleitor e por meio de atos diretivos promove-se a enunciação de um discurso deontológico por parte de um *ethos* com autoridade moral e institucional. Essa composição de atos cumpre os principais objetivos da construção do *ethos* do governador.

Observou-se ainda que há recorrência de dêixis temporal, para marcar duas etapas no tempo: antes do governo de Flávio Dino e depois.

Flávio Dino utiliza como recurso a voz da Ciência, como forma de autocrédibilização e para manifestar um discurso de poder, o que corrobora para o exercício do controle social, por meio do discurso, pois quem escreve (ou em nome de quem se escreve) o faz de um lugar discursivo de controle. Além disso, o enunciador tem acesso a uma gama de papéis sociais (professor, juiz, governador, pai etc.), o que imprime ao discurso uma gama variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos discursivos.

Assim, a enunciação é feita por uma “elite simbólica”, mas o enunciador pronuncia-se também de um lugar social que é o lugar dos menos favorecidos (nós inclusivo). Por fim, pode-se dizer que há ocorrência de Polifonia, à medida que outras vozes cruzam com a voz do enunciador.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In. BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, Émile. **O homem na linguagem**. Lisboa: Veja, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2007.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015a.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- DIOGUARDI, Gabriela. **Argumentação e redes sociais: o tweet como gênero de novas práticas comunicativas**. São Paulo, 2014.230f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo.
- DUCROT, Oswald. O esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In. DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Paulus, 1987.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: UnB, 2001.
- FIORIN, José Luiz. Enunciação e Comunicação. In. FIGARO, Roseli. **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.
- HESKETH, Camile Gonçalves; Vermelho, Cristina Soares Dias. **Comunicação e Informação**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de texto de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In. MARCUSCHI, Luiz. A.; XAVIER, Antonio C. (Orgs). **Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção do sentido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PINTO, Alexandra Guedes. Marcas de dialogismo e polifonia nos manifestos políticos das presidenciais de 2011. In: **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**,8. Edições colibri/CLUNL. Lisboa: 2012.
- SILVA, Paulo Nunes da. **Alguns contributos da linguística para a classificação dos textos literários**. In: Repositório aberto UAB. Disponível em:

http://www.academia.edu/11334767/Alguns_contributos_da_lingu%C3%ADstica_para_a_classifica%C3%A7%C3%A3o_dos_textos_liter%C3%A1rios. Acesso em: 13 de maio de 2017.

VAN DIJK, Teuan. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. **Introducing Social Semiotics**. London & New York: Routledge, 2005.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zatar, 1971.

Fontes

www.facebook.com/flaviodinoprofessor

[@flaviodino](https://www.twitter.com/flaviodino)

ANEXOS

Anexo 1

Discurso de transmissão de cargo no Palácio dos Leões

Mais vídeos de Flávio Dino

Anterior - Próxima



Fonte: [www.facebook.com @flaviodino](http://www.facebook.com/@flaviodino)

Anexo 2



Fonte: www.twitter.com/@flaviodino

Anexo 3

Flávio Dino adicionou 4 novas fotos
15 de Julho às 22:45 · São Luís, Maranhão · 🌐

Esses meninos e meninas estudavam em um barracão precário. Hoje eles têm uma escola. Maior alegria não há para mim.



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍❤️ 415 Principais comentários ▾

Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](http://www.facebook.com/@flaviodinoprofessor)

Anexo 4

Flávio Dino
21 de junho às 09:26 · 🌐

Principal gasto público, que cria desequilíbrio fiscal e trava crescimento, deriva dos juros hoje praticados em favor de bancos e rentistas.

Com inflação declinante, em face do brutal choque recessivo, significa que hoje temos estranho aumento da taxa de juros, em termos reais.

Enquanto a pauta política é ditada pela agenda da polícia, os mais ricos e poderosos lucram e impõem suas concepções como verdades.

O combate à corrupção é coisa muito séria. Mas para alguns é mera tática de luta política e para ocultar seus privilégios econômicos.

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍❤️ 345 Principais comentários ▾

35 compartilhamentos 21 comentários

Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](http://www.facebook.com/@flaviodinoprofessor)

Anexo 5



Flávio Dino adicionou 2 novas fotos.

18 de julho às 10:14 · 🌐

Quando falamos de reconstrução de escolas, é dessa mudança que estamos tratando. Antes e Depois:



Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](https://www.facebook.com/flaviodinoprofessor)

Anexo 6



Flávio Dino adicionou 2 novas fotos.

8 de julho às 10:23 · 🌐

Mais essa importante obra fica entre Lago da Pedra e Lagoa Grande. Vamos finalizar pavimentação neste ano ainda.



Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](https://www.facebook.com/flaviodinoprofessor)

Anexo 7

21 de Junho às 23:00 · São Luis, Maranhão · 🌐

Presos assistindo aula. Cena cada vez mais frequente nos presídios do Governo do Maranhão. E vamos ampliar mais ainda.



Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](http://www.facebook.com/@flaviodinoprofessor)

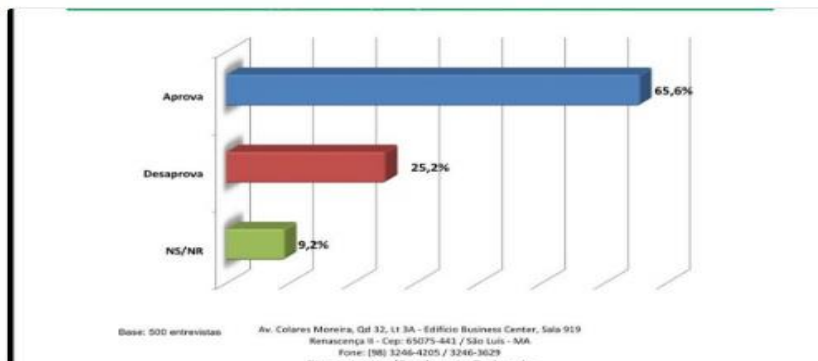
Anexo 8

Flávio Dino retweetou

Daniel Rodrigues @Daniiel_Rodr

11 h

A população de Matões aprova o Governo de @FlavioDino com 65,6%. É o resultado de parceira e muito trabalho!



Suely Pereira e outros 9



4

10

Fonte: www.twitter.com/flaviodino

Anexo 9

Flávio Dino
22 de junho às 10:06 · São Luís, Maranhão · 🌐

Essa imagem é de hoje no Maranhão. Adultos sendo alfabetizados. "Sim, eu posso". Para isso deve servir a política.



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍❤️😄 1,1 mil Principais comentários ▾

127 compartilhamentos 35 comentários

Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](http://www.facebook.com/@flaviodinoprofessor)

Anexo 10

Flávio Dino
14 de fevereiro às 13:34 · 🌐

14 de fevereiro. 4 anos de vida eterna. Meu amor eterno por Marcelo Dino.



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

5.496 pessoas curtiram isso. Principais comentários ▾

76 compartilhamentos

Fonte: [www.facebook.com @flaviodinoprofessor](http://www.facebook.com/@flaviodinoprofessor)

Página intencionalmente deixada em branco

Jogo de poder em discursos de documentos oficiais da educação: entre a teoria e a prática docente

Jozanes Assunção NUNES (UFMT)

jozanes@globo.com

Simone de Jesus PADILHA (UFMT)

simonejp1@gmail.com

Resumo: O Conselho Nacional de Educação instituiu, em 2015, novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (NDCF), tendo por base o Parecer CNE/CP 02/2015. O presente trabalho analisa as relações dialógicas que se engendram entre o Parecer que apresentam as NDCF e os dispositivos legais que fundamentaram as Diretrizes que foram revogadas pela Resolução CNE/CP n. 2/2015, procurando investigar se os discursos neles presentes contribuem para reforçar a relevância da interação entre a teoria e a prática docente ou cooperam para que permaneça a dicotomia entre tais dimensões no âmbito da formação do professor. Para tanto, observa o jogo de poder existente entre os discursos, tomando como referencial teórico-metodológico o arcabouço conceitual de Bakhtin e o Círculo. A análise dialógica evidencia que, apesar de alguns discursos e posicionamentos reafirmarem à necessária relação entre teoria e prática e mesmo à práxis, as vozes da epistemologia da prática ganham mais expressão do que outras, o que acaba por reforçar a dicotomia entre as dimensões de formação.

Palavras-chave: Discurso educacional; Diretrizes curriculares; Formação docente; Teoria e prática; Relações dialógicas.

Abstract: The National Council of Education established, in 2015, new National Curriculum Guidelines for the initial and continuous formation of Basic Education professionals (NDCF), drawing on the CNE/CP 02/2015 report. The present paper analyses the dialogic relations between the report that presents the NDCF and the legal devices that ground the Guidelines revoked by the CNE/CP 02/2015 Resolution, by drawing on the Bakhtin Circle theoretical and methodological framework. In doing so, we aim at investigating whether the discourses therein contribute to reinforce the relevance of the interaction between theory and teaching practice or whether they cooperate to sustain the dichotomy between these dimensions in the teacher's formation. The dialogic analysis shows that, although some discourses and stances reaffirm the necessary relation between theory and practice and even praxis, the voices of the practice epistemology have more expression than the others, what leads to the reinforcement of the dichotomy between the dimensions of formation.

Keywords: Educational discourse; Curriculum guidelines; Teacher's formation; Theory and practice; Dialogic relations.

1 Introdução

As Diretrizes Curriculares para formação docente foram apresentadas, num primeiro momento, em 2001 pelo Parecer CNE/CP 009/2001 e regulamentadas pelas Resoluções CNE/CP 1/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (DCF), e CNE/CP 2/2002, que determinou a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura. Em 9 de junho de 2015, o Conselho Nacional de Educação aprovou novas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica (NDCF), tendo por base o Parecer CNE/CP 02/2015. As proposições e recomendações contidas nesse Parecer foram sintetizadas e regulamentadas na Resolução CNE/CP N. 2/2015. Esse documento revoga as Resoluções CNE/CP n. 1/2002 e n. 2/2002.

As NDCF constituem-se em um conjunto de orientações norteadoras para a formulação do Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura, incluindo os Cursos de Letras. Entendemos que, por meio desse enunciado, conseguimos apreender os elementos ideológicos preponderantes que o Estado quer veicular e inculcar no âmbito da esfera acadêmica e da sociedade como um todo. Como vozes de poder, de autoridade, as Diretrizes procuram se impor como centro de sentido, a fim de constituir consensos em torno de algumas determinações consideradas fundamentais ao projeto oficial.

Examinar as novas Diretrizes se torna imprescindível, uma vez que uma das razões para sua elaboração, conforme o próprio Parecer CNE/CP n. 2/2015 anuncia, foi a constatação de que a formação docente precisava ser repensada (BRASIL, 2015, p. 21). Tal dispositivo legal traz para discussão a questão da formação fundada nos princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada e suas dinâmicas formativas, destacando, entre outros, a união teoria e prática. Esse posicionamento nos incitou a verificar se os discursos proferidos nas Diretrizes contribuem, de fato, para reforçar a relevância da interação entre a teoria e a prática docente ou cooperam para que permaneça a dicotomia entre tais dimensões no âmbito da formação do professor.

Para análise, tomamos o Parecer CNE/CP n. 2/2015, que fundamenta as NDCF e, com vistas a obter mais instruções de sentido, estabelecemos relações dialógicas entre tal documento e o Parecer CNE/CP N. 9/2001, que fundamentou as Diretrizes para Formação Docente, que foram revogadas em 2015, assim como com a Resolução CNE/CP n. 2/2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, que também foi revogada em 2015. Para tanto, a pesquisa teve como base epistêmica e metodológica a Análise Dialógica do Discurso (BRAIT, 2008), advinda dos estudos de Bakhtin e o Círculo.

Com base nos conceitos bakhtinianos de “forças centrípetas” e “forças centrífugas”, partimos do pressuposto de que existe um jogo de poder entre os discursos e posicionamentos que permeiam o Parecer que fundamenta as NDCF, numa permanente tensão, havendo aqueles que defendem as experiências já

conhecidas (*forças centrípetas*), que reforçam a dicotomia entre a teoria e a prática na formação do professor, e aqueles que lutam para a dispersão dos discursos hegemônicos sobre esse tipo de formação, buscando a inovação (*forças centrífugas*).

Assumir uma perspectiva dialógica para análise do Parecer CNE/CP n. 2/2015 nos permitirá investigar os significados que permeiam o texto, propiciando uma compreensão acerca dos posicionamentos axiológicos nele presentes. Sob essa perspectiva, organizamos o trabalho em três seções. Na primeira, discorreremos sobre as bases teóricas e pressupostos conceituais da teoria dialógica bakhtiniana que serviram de base para análise do Parecer, apresentando, na sequência, o caminho metodológico traçado para realizar o estudo. Na seção seguinte, contextualizamos a esfera de produção dos documentos em análise, o Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da reflexão das condições sócio-históricas de sua origem e desenvolvimento e sua função sócio-discursiva. Por fim, com base nos pressupostos bakhtinianos, estabelecemos relações dialógicas entre o Parecer que fundamenta as NDCF e os documentos revogados, numa perspectiva de apreender o jogo de poder entre as vozes que o constitui, no que diz respeito à união teoria-prática, assumindo tal dispositivo legal nos processos em que se constituem em discursos.

2 Os pressupostos conceituais bakhtinianos

No pensamento bakhtiniano, o enunciado é definido como unidade real da comunicação discursiva, proferido tanto num contexto cultural e semântico-axiológico (científico, artístico, político, etc.) quanto num contexto de uma situação isolada da vida privada (BAKHTIN, 2014). Tal abordagem nos leva a compreender a materialidade linguística e discursiva num movimento dialógico com a situação concreta, concebendo o enunciado como um todo de sentido que não se limita apenas à sua dimensão linguística, mas que engloba também a situação social. Logo, o enunciado bakhtiniano está entretecido com situação, contexto, história, podendo abranger desde uma expressão monolexêmica até um texto mais extenso (BRAIT e MELO, 2012, p. 68).

Trata-se, assim, de uma unidade complexa que ultrapassa os limites do próprio texto, quando este é tratado apenas sob a perspectiva da língua e de sua organização textual. Os documentos que constituem o *corpus* do nosso trabalho – Pareceres e Resoluções - são considerados exemplos de enunciados na teoria bakhtiniana, pois em sua plenitude são enformados pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), além de estarem ligados a outros enunciados (BAKHTIN, 2011, p. 313).

Acerca da natureza dialógica da linguagem, Bakhtin (2014, pp. 88-89) destaca que “o discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto”. Essa percepção evidencia que a abordagem dialógica concebe o discurso verbal como um produto das relações dialógicas constituídas entre sujeitos inseridos nas esferas da atividade humana. Ou seja, o

discurso se manifesta como uma réplica de diálogo produzida nas várias esferas sociais do sujeito. Nessa ótica, tanto a linguagem, quanto o sujeito e o mundo são constituídos por intermédio do princípio do dialogismo, isto é, relação de sentido que ocorre entre dois enunciados, cada um deles social e ideologicamente situados.

Faraco (2010, p. 69), com base no pensamento bakhtiniano, destaca que o diálogo, no sentido amplo do termo, deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre as vozes sociais (uma espécie de guerra dos discursos), no qual atuam *forças centrípetas* e as *forças centrífugas*. Por certo, ao discutir a questão do dialogismo, Bakhtin (2014) afirma que as forças centrípetas e centrífugas que incidem sobre a língua, projetam-se no sentido de centralização e de dispersão, estando sempre em confronto uma contra a outra. Assim, elas estão diretamente ligadas à questão da evolução e estratificação da língua.

Desse modo, enquanto as forças centrípetas buscam impor certa centralização enunciativa da realidade, concentrando o controle dos fluxos verboaxiológicos dentro dos seus múltiplos domínios (ideológicos, políticos, culturais, econômicos), as centrífugas buscam desgastar essa tendência centralizadora, buscando a ruptura. Cabe destacar que qualquer que seja a produção e seu respectivo contexto sócio-histórico, as duas forças sempre estarão em estado dialógico de interação, constituindo-se uma em função da outra, em uma perspectiva de embate em que somente é possível medir na realidade concreta da língua. Ou seja, não há uma barreira que separe uma força da outra, impossibilitando o seu contato e o inexorável conflito entre elas. Acerca disso, Bakhtin (2014, p. 82) reforça:

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e de desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilingüismo¹, tornando-se seu participante vivo. Esta participação ativa de cada enunciação define para o plurilingüismo vivo o seu aspecto linguístico e o estilo da enunciação, não em menor grau do que sua pertença ao sistema normativo-centralizante da língua única. Cada enunciação que participa de uma “língua única” (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilingüismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras).

É interessante observar que a palavra “força”, associada aos termos “centrípetas” e “centrífugas” está empregada no sentido de “poder” e, nessa acepção, de modo algum poderia estar relacionada à neutralidade. Ao contrário, ela tem uma dimensão política. Nessa ótica, os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas, direciona para a existência de jogos de poder entre as vozes que circulam na sociedade. Tendo em vista a carga de poder, certamente, o campo centrípeto goza de maior hegemonia; não eliminando, todavia, a participação de vários outros discursos, do campo centrífugo, abrindo espaço para o riso, a ironia,

¹ Brait (2017) ao tratar da questão da relação língua-literatura nos estudos de Bakhtin, esclarece que o termo *plurilingüismo*, associado ao conceito de *forças centrípetas* e *forças centrífugas*, significa “conjunto de línguas diferentes que formam uma língua e, também, conjunto de linguagens diferentes que compõem o discurso”.

a polêmica explícita ou velada, a hibridização ou a reavaliação, a sobreposição de vozes etc. (FARACO, 2010, pp. 69-70).

Com base nessa perspectiva, estabelecemos, neste trabalho, uma analogia entre os discursos que reforçam a dicotomia entre a teoria e a prática e forças centrípetas; e uma outra entre discursos que busca romper com essa perspectiva e forças centrífugas. Entendemos que estabilizar, solidificar, fortalecer são procedimentos indispensáveis à conservação de qualquer força proferida centrípeta. De outro lado, resistir, desgastar, romper são condutas relacionadas às forças centrífugas que buscam desestabilizar a ordem vigente. Na constante tensão entre essas forças, alguns sentidos concretizados nas e pelas palavras são impregnados de poder com vistas a superar relativamente outros potencialmente pertinentes.

Os enunciados surgem nos pontos de tensão entre as forças centrípetas e centrífugas, como bem esclarece Faraco (2010, p. 122), apresentando “uma face verbal (o dito) e uma face não verbal (o presumido – que amarra a significação do enunciado ao horizonte social amplo, ao aquém da estrutura)”. Ao ser declarado, o enunciado espera uma resposta. E ao mesmo tempo, “por ser heterogeneamente constituído, (o enunciado de um contém enunciados ou fragmentos de enunciados de outrem) está atravessado por uma dialogização interna”.

Acerca dessa questão, Bakhtin (2011, p. 371) destaca que um “enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que o sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia”. Ou seja, o enunciado nasce e se desenvolve a partir da situação de comunicação, dialogando com os enunciados já-ditos, seus precedentes e direcionando-se aos enunciados futuros dos quais espera uma resposta ativa e responsiva. Diante disso, neste trabalho, partimos do princípio de que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Docente, são plenas de tonalidades dialógicas e, como tal, não podem ser analisadas de modo isolado. Considerando a sua natureza dialógica, os sentidos das dimensões teoria e prática na formação docente aflorarão a partir do estabelecimento das relações dialógicas.

Para que as relações dialógicas aconteçam, é necessário que haja, apenas, uma convergência ou uma confrontação de sentidos entre dois enunciados diferentes. As relações dialógicas que a obra bakhtiniana formata não se reduzem a relações lógicas, linguística ou mecânica, mas sim pressupõem a linguagem, pensada no grande diálogo da comunicação discursiva. Desse modo, elas não podem ser separadas do campo discursivo, dado que o que constitui o verdadeiro campo da linguagem é a comunicação dialógica. Toda a vida da linguagem, assim, seja qual for o seu campo (cotidiana, prática, científica, artística) está impregnada de relações dialógicas. Elas são “relações (semânticas) entre toda a espécie de enunciados na comunicação discursiva”, sendo que “dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido [...] acabam em relação dialógica” (BAKHTIN, 2011, p. 323). Isso porque os enunciados nascem do ponto de

contato com a realidade concreta, assim como nas condições de uma dada situação de interação também concreta e real.

As relações dialógicas são, assim, relações discursivas de sentido, ou seja, relações que fazem parte da natureza da vida concreta da linguagem. Essas relações traduzem o fato de que o discurso ao se dirigir ao seu objeto, já o encontra contestado, avaliado ou iluminado pelos discursos que já se falaram sobre ele.

É na dialogia possível da prática que se encontram os gêneros do discurso ou os diversos tipos de enunciados, relativamente estáveis do ponto de vista temático, composicional e estilístico, caracterizados pelos contextos nos quais são utilizados, nas palavras de Bakhtin (2011). O teórico da linguagem divide os gêneros em primários (que se constituem em circunstâncias de comunicação verbal espontânea) e secundários (resultado de circunstâncias de comunicação mais complexas). Conforme Machado (2012, P. 153), “trata-se de uma distinção que dimensiona as esferas de uso da linguagem em processo dialógico-interativo”. Para exemplificar, tomemos os Pareceres e Resoluções que regulam e normatizam os cursos de formação docente, objetos de análise deste trabalho. Esses documentos correspondem a um tipo relativamente estável de enunciado caracterizado como gênero discursivo secundário, pertencente a uma esfera social das mais complexas: o Conselho Nacional de Educação (CNE), instância de poder, ligada ao Ministério de Educação.

Essa característica remete a uma outra questão da análise dialógica do discurso que é considerar a distinção de duas categorias de palavras: a *palavra autoritária* e a *palavra interiormente persuasiva* (BAKHTIN, 2014, p. 142). A *palavra autoritária* está associada ao poder. É aquela palavra que procura impor-se em relação às demais, com características hierárquicas bem demarcadas. Tal palavra é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é impermeável, resistente a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. A *palavra interiormente persuasiva*, por sua vez, carece de autoridade, é desconhecida socialmente e até mesmo privada de legalidade (BAKHTIN, 2014). A palavra persuasiva é metade do autor, metade de outrem, tendo em vista sua natureza aberta, inacabada. No processo de incorporação e transmissão desse tipo de palavra, “diversas vozes alheias lutam pela sua influência sobre a consciência do indivíduo (da mesma maneira que lutam na realidade social ambiente)” (BAKHTIN, 2014, p. 148).

Com relação à palavra autoritária, o filósofo russo destaca ainda que ela se “incorpora indissolúvelmente à autoridade (o poder político, a instituição, a personalidade) com ela permanece com ela. Não se pode separá-la; aprovar um, tolerar o outro, recusar totalmente o terceiro.” (BAKHTIN, 2014, p. 144). Assim funcionam os Pareceres e Resoluções, objetos deste trabalho, que são enunciados para serem aceitos pela esfera acadêmica. A sua autoridade se encontra na autoridade de quem os emite: o Conselho Nacional de Educação, cuja função e natureza sócio-discursiva de seus dispositivos discutiremos de forma mais aprofundada na seção seguinte.

Cabe, ainda, abordamos acerca de mais um aspecto do gênero discursivo: a sua dupla orientação na realidade. De acordo com Medviédev (2012), a primeira orientação é considerada a partir da exterioridade implicada no gênero e está relacionada ao tempo, ao espaço e à esfera ideológica a que pertence o gênero, implicando também a existência de um auditório de receptores ou leitores e suas reações. A segunda orientação se dá a partir da interioridade do gênero, relacionada a formas, estruturas e o conteúdo temático do enunciado em sua totalidade. O autor ressalta ainda que “cada gênero está tematicamente orientado para a vida, para seus acontecimentos, problemas, e assim por diante” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 195).

Assim, a essa dupla orientação do gênero apresenta-se como duas faces do enunciado, sendo uma voltada para seu interior, relacionado ao seu material semiótico e a organização desse material em um conjunto coerente de signos, e outra, para o seu exterior ligado à dimensão social, a sua situação de interação, que inclui o tempo e o espaço históricos e os participantes sociais da interação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014).

Diante de tais considerações, enfatizamos o caráter dialógico que a teoria bakhtiniana confere aos gêneros do discurso, no sentido de ser o enunciado um elemento inerente do seu contexto sócio-histórico-cultural, estabelecendo, com esse contexto, um diálogo, uma relação de sentidos, uma vez que “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 128).

2.1 Percurso metodológico

Para análise do Parecer CNE/CP n. 2/2015 na sua relação dialógica com o Parecer CNE/CP n. 9/2001 e Resolução CNE/CP n. 2/2002, seguiremos os pressupostos da Análise Dialógica do Discurso de inspiração bakhtiniana, assim como as orientações do método sociológico de análise proposto por Bakhtin/Volochínov (2014, p. 129) de que é necessário, primeiramente, compreender a “língua viva” que se dá numa situação histórica, concreta, observando o gênero a que pertence o texto, para, por fim, realizar a análise das “formas da língua na sua interpretação linguística”.

A opção pela ancoragem teórica da presente pesquisa na Análise Dialógica do Discurso deve-se, entre outras razões, ao fato de que, como esclarece Brait (2005, pp. 16-17) a dinamicidade dos conceitos bakhtinianos tem “a vantagem de valorizar o corpus e despertar no analista a capacidade de dialogar com esse corpus e, a partir de sua materialidade, de suas particularidades, surpreender nas incontáveis formas assumidas pela língua”.

Seguindo esses preceitos e com base no entendimento da dupla orientação do gênero na realidade como nos esclarece Medviédev (2012), dividimos a seção de análise deste trabalho em duas partes articuladas. Na primeira parte, apresentamos o estudo da esfera sócio-discursiva de produção dos

documentos analisados, o Conselho Nacional de Educação e a natureza sócio-discursiva dos Pareceres e Resolução. Na segunda, examinamos as relações que o Parecer CNE/CP n. 2/2015 estabelece no diálogo com o Parecer CNE/CP n. 009/2001 e Resolução CNE/CP n. 2/2002, observando a atuação das forças centrípetas e forças centrífugas nos enunciados. Para análise dessa parte, selecionamos fragmentos nos quais os discursos relacionados às dimensões teoria e prática estão presentes.

Por fim, após apresentarmos uma breve resenha teórica dos principais conceitos que fundamentam a análise dos dados e o percurso metodológico que percorreremos, trataremos, a seguir, sobre a função do Conselho Nacional de Educação e da natureza sócio-discursiva dos seus Pareceres e Resoluções.

3. Conselho Nacional de Educação como instância de poder e a natureza sócio-discursiva de seus pareceres e resoluções

A nossa discussão nesta parte da seção partirá do estudo da esfera ideológica a que os Pareceres CNE/CP n. 2/2015 e n. 009/2001 e Resolução CNE/CP n. 2/2002 se filiam, visto que os elementos que os constituem são determinados pelas características dessa esfera. A esfera ideológica, tal como postulado pelo Círculo, é responsável por organizar os enunciados e os gêneros de forma a promover o funcionamento discursivo e refratar a realidade, caracterizando-se como espaço de coerções e contingências na constituição de tais enunciados, que nascem nas interações discursivas.

Contextualizaremos a esfera de produção dos Pareceres que, no contexto do nosso trabalho, é o Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da reflexão das condições sócio-históricas de sua origem e desenvolvimento e sua função sócio-discursiva. A relevância da discussão está em revelar alguns aspectos que fazem dos pareceres e resoluções documentos oficiais de política curricular para os cursos de formação de professores pertencentes ao sistema ideológico do universo do Conselho Nacional de Educação que, como instância de poder, tornou-se ao longo da sua existência “campo de disputa por hegemonia entre classes e frações de classes, sendo a política curricular o objeto específico dessa disputa” (CIAVATTA e RAMOS, 2012, p. 19).

A ideia de um conselho nacional de educação não é recente. A sua existência no Brasil, com a finalidade enunciada de discutir e/ou definir as políticas para a educação, é datada do início do governo republicano. Durante o período imperial e nas primeiras décadas da República, diferentes propostas de criação de um conselho com amplitude nacional foram discutidas. A ideia foi efetivada em 1911, com a criação do Conselho Superior de Ensino, que, como o próprio nome anuncia, preocupava-se com demandas do Ensino Superior em detrimento da educação básica.

A esse Conselho seguiu o Conselho Nacional de Ensino (1925), visando atender a todos os níveis de ensino; o Conselho Nacional de Educação, criado em 1931, pelo Decreto n. 19.850, com caráter estrito de

assessoria ao trabalho realizado pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. A Constituição Federal de 1934 constitucionalizou o Conselho Nacional de Educação (CNE). Tratava-se, assim, “da elevação à dignidade constitucional de um Conselho, diferentemente dos outros similares existentes, desde a Velha República, comumente criados por Leis ordinárias ou mesmo decretos” (CURY, 2006, p. 46).

Em 1961, a Lei n. 4.024 reformulou o CNE, alterando sua denominação de “nacional” para “federal”, agregando-lhe a função normativa, que é o que distingue um Conselho de Educação, sendo, desse modo, o mais nobre e mais importante papel do órgão. É a função pela qual um conselheiro interpreta a legislação com os devidos cuidados para em sua aplicação ponderada, garantir um direito da cidadania (CURY, 2006).

No que tange aos cursos superiores, as principais funções desse novo conselho, o Conselho Federal de Educação (CFE), consistiam em fixar a duração mínima dos estudos e os planos gerais de ensino ou currículo, além de autorizar, reconhecer e credenciar os cursos das instituições. O poder do CFE transformou-o num órgão ansiado pelos empresários de ensino que, amparados pelas composições políticas da ditadura militar, conseguiram constituir a maioria, quando não a totalidade do referido conselho.

As denúncias de corrupção, tráfico de influências e, principalmente, privilegiamento de instituições privadas de ensino superior levaram o governo federal Itamar Franco a fechar o CFE e transformá-lo em Conselho Nacional de Educação, por meio da Medida Provisória n. 661/94. A Lei nº 9.131/95 criou, então, o Conselho Nacional de Educação, revogando todas as atribuições e competências do Conselho Federal de Educação previstas em lei.

Como órgão de Estado, o CNE tem, hoje, a função de estabelecer normas congruentes com a legislação em vigor para a Educação Básica e Educação Superior. Em conformidade com essa tarefa, tem o seu desenho institucional traçado em duas Câmaras: a Câmara de Educação Básica (CEB) e a Câmara de Educação Superior (CES), com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. Nos trabalhos de deliberação de assuntos do interesse das duas câmaras, forma-se o Conselho Pleno (CP). No cumprimento de suas funções, o CP reúne-se ordinariamente a cada dois meses e as câmaras, mensalmente. Extraordinariamente, reúnem-se sempre que convocados pelo Ministro da Educação (BRASIL, 1995).

Ao observar as distintas fases e atribuições delegadas aos conselhos, consideramos o Conselho Nacional de Educação uma esfera ideológica de poder e de controle social, onde se debatem e normatizam as políticas que orientarão os governos na execução de um projeto educacional. Tais políticas são entendidas como enunciado, como discurso do poder, de regulação social que vinculam objetivos administrativos do Estado à liberdade dos sujeitos.

De acordo com a Lei. N. 9.131/95, as deliberações do Conselho Pleno e das Câmaras do Conselho Nacional de Educação deverão ser homologadas pelo Ministro da Educação. Esse aspecto define o caráter de assessoramento do CNE e os limites de sua autonomia diante do MEC, na medida em que o governo pode ou

não acatar as decisões do conselho. Essa estrutura dificulta a interlocução direta do órgão com a comunidade educacional, mantendo o Ministro da Educação como mediador obrigatório.

Convém destacar que, no extinto Conselho Federal de Educação (CFE), os temas de natureza doutrinária ou consultiva não precisavam da chancela ministerial e, assim, os pareceres decorrentes constituíam referencial à sociedade civil, apenas com a aprovação do próprio órgão. Desse modo, conforme destaca Silva (2005, p.84), “na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (Lei n. 4.024), o MEC está subordinado às decisões do CFE, enquanto na Lei n. 9.131/1995, o CNE é órgão colaborador do ministério”. Isso reforça a tese levantada pela autora de que, dentre os motivos que levaram à extinção do CFE e à criação do CNE, está a intenção do Poder Executivo de ampliar seu poder decisório, ao mesmo tempo em que mantinha o aspecto formal da democracia neoliberal pela existência de um conselho aparentemente democrático.

O CNE, hoje, vista sua competência, sua forma e as finalidades que lhe são próprias, pela lei, é um órgão público e colegiado, integrante do Ministério da Educação, com finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. O novo art. 6 da Lei n. 4.024/61 com a redação dada pela Lei n. 9.131/95 destaca que:

O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.

§ 1º. No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação e do Desporto contará com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e das Câmaras que o compõem.

Esta criação legal de 95 põe em evidência a concepção bakhtiniana de que os enunciados de uma esfera ideológica nunca são indiferentes aos outros. Ao contrário, repercutem-se, podendo, até mesmo dialogar com os de outras esferas. Deveras, a redação do artigo 6º da Lei 9.131/95, transcrito acima, suscitou uma reação-resposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n. 9.394/96. O § 1º do art. 9 dessa Lei assinala que “na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei”.

A referência ao CNE na LDB determina o caráter dialógico da Lei, enquanto enunciado concreto, nos levando a compreender que ela encontra seu lugar nas relações com enunciados anteriores, vinculados no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. Cabe, todavia, observar que o texto da LDB, elaborado pelo senador Darcy Ribeiro e aprovado em dezembro de 1996, faz referência ao CNE no tempo futuro (“haverá um Conselho Nacional de Educação”) quando, na realidade, o Conselho já estava disciplinado pela Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Ocorre que a criação do CNE se fez em pleno processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nacional, tendo sido regulamentada de forma paralela, a despeito das discussões da LDB. Diante disso, considerando que o governo já havia criado o Conselho, o diálogo entre as duas leis ocorre brevemente,

havendo apenas uma indicação ao CNE, no texto da LDB. Todavia a aprovação da LDB e a referência ao CNE foram cruciais para assegurar as mudanças realizadas pelo governo federal na esfera educacional.

O Conselho Nacional de Educação, instituído legalmente, passou, então, a elaborar documentos com caráter normativo, graças ao exercício das funções deliberativa e normativa que a Lei lhe atribuiu. O discurso político-educacional dessa esfera se materializa sob várias roupagens, com propósitos e finalidades diversas, por meio da produção dos seguintes gêneros discursivos: Indicação, Parecer e Resolução. Tais gêneros, investidos de poder legal, traduzem em ato a potência do Estado, contida na norma, em vista do interesse público na área de sua competência.

A *Indicação* é um ato propositivo subscrito por um ou mais Conselheiros, contendo sugestão justificada de estudo sobre qualquer matéria de interesse do CNE. O *Parecer* é um ato enunciativo pelo qual o Conselho Pleno ou qualquer das Câmaras pronuncia-se sobre matéria de sua competência. A *Resolução* é decorrente de parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino sobre matéria de competência do Conselho Pleno ou das Câmaras. Quando homologado pelo Ministro da Educação, o Parecer exarado pelo CNE e a respectiva Resolução, quando há, ganham força de lei, mas se distinguem destas essencialmente pelo lugar do qual emanam. Acerca dessa questão, Cury (2006, p. 50-51) esclarece que:

De fato, embora preceitos de hierarquia subordinada, o parecer e a resolução como atos administrativos de caráter deliberativo e normativo destinam-se a regulamentar a aplicação das leis, com força de lei e com o apoio direto em lei quando assim ela o determinar. Trata-se então de uma norma jurídica subordinada à qual carece o sentido específico de lei que é a novidade modificativa de uma ordem existente. As leis valem por força própria em virtude do mandato popular, já Pareceres e Resoluções existem para dar maior precisão relativa ao conteúdo da lei existente e, portanto, são regradados pelo ordenamento jurídico do país, caso algum deles seja antinômico à lei que lhes dá fundamento de validade.

Os Pareceres e as Resoluções refletem, assim, as condições específicas e as finalidades da esfera da atividade humana a que estão vinculados: o Conselho Nacional de Educação, que é um órgão colegiado. Por conseguinte, esses gêneros interpretam a lei diante de casos concretos e arbitram um encaminhamento possível diante de vários possíveis, se constituindo, assim, nas fronteiras do confronto de vozes diversas e no embate incessante e multiforme que travam entre si.

Nesse aspecto, vislumbramos os pareceres e as resoluções do CNE sob a ótica de que “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros do discurso, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2011, p. 268), reconhecidos socialmente como manifestações de práticas sociais, cultural e historicamente situadas. Tais práticas estão relacionadas à interpretação de “textos ora não pouco claros na lei, ora tendentes a solucionar casos não previstos em lei como controvérsias a propósito de uma determinada matéria, ora aclimatando-os a uma realidade específica e mais próxima do cidadão” (Cury, 2006, pp. 52-53), que se realizam no processo de compreensão ativa e responsiva.

Assim, numa perspectiva bakhtiniana, esses gêneros têm eminentemente uma orientação dialógica, que se manifestam para o já-dito, que no caso é o conjunto da legislação educacional, e pela orientação para a resposta de seus interlocutores, a comunidade acadêmica e escolar. Com relação ao já-dito, Bakhtin (2014, p. 88) destaca que “em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar com ele, de uma interação viva e tensa”. Essa “interação viva e tensa”, no caso das situações que são objeto de Pareceres e Resoluções, devem ser atentamente vistas e sua análise ser considerada, sob o critério do mérito, da equidade e da justiça. Ou seja, esses enunciados não devem ofender o princípio da legalidade conforme reza a nossa constituição. Quanto à orientação para a resposta de seus interlocutores, estes não são meros ouvintes passivos, na medida em que tais enunciados são construídos em virtude desses interlocutores e da sua reação-resposta ativa.

O fato de os conselheiros do CNE dominarem o conhecimento legal e aspectos relacionados à realidade dos fatores educacionais e sociais de sua realidade garante-lhes um lugar de autoridade reconhecido socialmente. Autoridade para exarar documentos como Pareceres e Resoluções, investidos de poder legal, em vista do interesse público na área de sua competência.

Orientando-nos pela perspectiva bakhtiniana, relacionamos tanto a lei, objeto de interpretação dos conselheiros, quanto os pareceres e resoluções resultantes dessa interpretação, à *palavra autoritária*. No caso da lei, pelo fato de ser um preceito formulado por autoridade constituída, em função de um poder que lhe é delegado pela soberania popular, que se torna norma geral obrigatória imposta coercitivamente à obediência geral. Os Pareceres e Resoluções, especificamente os que instituem as DCN, por intencionarem tornar comuns os procedimentos a partir dos quais os cursos devem se organizar, convertendo-se, desse modo, em dispositivos de regulação social. Tais documentos são fontes de orientações precisas de “como” devem ser constituídos os diversos processos na esfera educacional, possuindo o mesmo grau de determinação legal que as portarias, as leis e as resoluções do Ministério da Educação.

As Diretrizes propagam concepções e princípios, produzindo percepções de currículos e de formação docente. Essas percepções refratam os aspectos considerados nucleares na organização das propostas curriculares dos cursos, bem como as tendências predominantes na esfera oficial. Convém ressaltar, todavia, considerando o pensamento bakhtiniano, que esses traços homogeneizadores não impedem que, no contexto acadêmico, as propostas pedagógicas possam assumir sentidos próprios e/ou diferenciados daqueles preconizados em tais enunciados, tendo em vista que outras forças (as centrífugas) agem indo de encontro ao eixo centralizador.

Como palavra autoritária, instituída de poder, resistente a impregnar-se de outras vozes, os discursos legais exigem o seu reconhecimento e assimilação, visto que já se encontram unidos à autoridade, em uma espécie de “passado hierárquico”, o que garante sua validação por grande parte dos sujeitos (BAKHTIN, 2014, p. 143).

A seguir, realizaremos a análise dialógica do discurso do Parecer CNE/CP n. 2/2015 com os documentos revogados pela Resolução CEN/CP n. 2/2015.

4 Entre a teoria e a prática na formação docente: a dinâmica das forças centrípetas e centrífugas

Nesta seção, verificaremos como o Parecer CNE/CP N. 2/2015, que apresenta e fundamenta as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (NDCF), dialoga com o Parecer CNE/CP n. 009/2001 e Resolução CNE/CP n. 2/2002, observando, a partir dos conceitos bakhtinianos de “forças centrípetas” e “forças centrífugas”, o jogo de poder entre os discursos que buscam a manutenção de ações formativas que reforçam a dicotomia entre a teoria e a prática na formação docente e aqueles que visam romper com tal posição axiológica. Tendo em vista que somente pela enunciação concreta que as forças centrífugas e centrípetas podem ser observadas (BAKHTIN, 2014), a análise da atuação destas forças sobre os discursos que abordam as dimensões teoria e prática se centrará nos enunciados recortados da materialidade dos documentos oficiais mencionados, que constituem o *corpus* desta pesquisa.

De acordo com o Parecer CNE/CP n. 2/2015, a “*articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*”, é um dos princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada (BRASIL, 2015, p. 23, grifos nossos). E ainda:

Outra definição fundamental para a melhoria da formação de profissionais do magistério consiste na garantia de base comum nacional, sem prejuízo de base diversificada, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, *que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática* e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão (BRASIL, 2015, p. 25, grifos nossos).

O extrato utiliza o termo “*práxis*”, definindo-o como relação de unidade entre teoria e prática, manifestando, assim, um posicionamento de unidade do trabalho docente, na qual a teoria e a prática são duas dimensões indissolúveis da “*práxis*”. A *práxis*, para Vázquez (2007, p. 394), é concebida como “atividade humana transformadora do mundo e do próprio homem. Essa atividade real, objetiva é, ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente”. Nesse entendimento, está implícita a defesa da unidade entre teoria e prática na formação do professor, o que significa a atuação da força centrífuga que age em prol da mudança do ensino fragmentado, entendendo que polarizar na formação de professores, valorizando ora a teoria, ora a prática, seria cometer um equívoco.

Os enunciadores do Parecer CNE/CP n. 2/2015 destacam ainda que “considerando a identidade do profissional do magistério da educação básica proposta, *deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática*, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência” (BRASIL, 2015, pp 30-31, grifos nossos). Cabe observar nesse enunciado a força da expressão “deverá ser garantida” que evidencia um discurso de imposição, anunciado pelas vozes do Conselho Nacional de Educação que estão numa posição de poder e que tem “autoridade” para fazê-lo, determinando que o princípio da unidade teoria-prática deve ser observada no âmbito dos cursos de licenciatura, com vistas a melhorar a qualidade da formação docente.

O discurso da relação teoria e prática presente no enunciado dialoga com o discurso do Parecer CNE/CP 009/2001, que fundamenta as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores, revogadas em 2015. Os enunciadores do Parecer destacam que o documento apresenta base comum de formação docente expressa em diretrizes, que possibilitam a revisão criativa dos modelos de formação em vigência, a fim de, entre outras questões, “dar relevo à docência como base da formação, relacionando teoria e prática” (BRASIL, 2001, p. 5). De acordo com o documento, tais modelos supervalorizam “os conhecimentos teóricos, acadêmicos, desprezando as práticas como importante fonte de conteúdos da formação” (BRASIL, 2001, p. 22). O enunciadores ressaltam ainda que a ideia a ser superada é a de que “o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula se dá conta da teoria” (BRASIL, 2001, p. 23).

O modelo criticado pelos sujeitos discursivos é o da *racionalidade técnica*, em que a “prática educacional é baseada na aplicação do conhecimento científico e questões educacionais são tratadas como problemas ‘técnicos’ os quais podem ser resolvidos objetivamente por meio de procedimentos racionais da ciência” (DINIZ-PEREIRA, 2008, p. 21).

Compreendendo que esse modelo deve ser superado, o documento passa a defender que a prática deve estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor (BRASIL, 2001, p. 67). Orienta também que os cursos devem “estabelecer o equilíbrio entre o domínio dos conteúdos curriculares e a sua adequação à situação pedagógica” (BRASIL, 2001, p. 17), tendo em vista que

Nenhum professor consegue criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos se ele não compreender, com razoável profundidade e com a necessária adequação à situação escolar, os conteúdos das áreas do conhecimento que serão objeto de sua atuação didática, os contextos em que se inscrevem e as temáticas transversais ao currículo escolar (BRASIL, 2001, p. 20, grifos nossos).

O enunciado remete à necessidade de adequação dos processos formativos aos conteúdos das áreas que serão objeto de atuação docente a todos os professores em formação inicial, considerando que, sem conhecer esses conteúdos, “nenhum professor” consegue desenvolver suas atividades de modo eficaz. Nesse sentido, o processo de formação do licenciando deve ter como referência o nível de escolarização no qual o futuro professor irá atuar. Posicionando-se em favor da relação teoria-prática no processo formativo, o

Parecer destaca, no excerto, a relevância do tratamento dos conteúdos específicos diretamente articulados às situações didáticas selecionadas para a ação docente, bem como ao seu espaço no currículo.

Assim sendo, o documento atribui à dimensão prática um sentido profissional, que se caracteriza pela articulação entre os conhecimentos aprendidos nos cursos de formação e os conhecimentos práticos oriundos da prática profissional e do fazer docente (TERRER e FERREIRA, 2013). Isso é também perceptível na orientação apresentada no documento de que “é preciso indicar com clareza para o aluno qual a relação entre o que está aprendendo na licenciatura e o currículo que ensinará no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio” (BRASIL, 2001, p. 4).

Nota-se, então, nos enunciados do Parecer CNE/CP n. 9/2001 a atuação das forças centrífugas, compreendidas como forças que visam romper com o discurso amparado no modelo da racionalidade técnica, tendo em vista que os discursos que sustentam tal modelo propagam uma visão limitada de prática (SCHÖN, 1983, 1997; NÓVOA, 1997). Com vistas a corroer o discurso centrado nesse paradigma, o documento oficial adotou um modelo de formação que valora as instâncias da prática e da experiência docente, se caracterizando, no contexto do enunciado, como força centrífuga, por se apresentar como uma nova forma de entender a formação.

A voz que ecoa de tal posicionamento se faz ouvir no Parecer CNE/CP n. 2/2015, no item 2.2 “Egresso da formação inicial e continuada”. Nesse item, os enunciadores assim se manifestam:

(...) o PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - *estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;*

II - *desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;*

III - *planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;*

IV - *participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;*

V - *análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;*

VI - *leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;*

VII - *cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;*

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais e escolares, incluindo o uso de tecnologias educacionais, diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso pedagógico equivalente de acompanhamento (BRASIL, 2015, pp. 25-26, grifos nossos).

No fragmento, alçam as vozes que lutam em favor do conhecimento advindo da prática, da experiência, materializando-se, assim, *índices de valor* que, conforme Bakhtin/Volochínov (2014), têm características ideológicas. Constatamos, assim, a força de tal discurso que atua no sentido de abafar o discurso da racionalidade técnica, produzindo novos sentidos para a união teoria-prática ao assumir a complexidade da esfera escolar como relevante aspecto na formação do professor.

Todavia, buscando constatar se tal posicionamento se mantém nos documentos, analisaremos a orientação de como deve ser a distribuição da carga horária nos cursos, fazendo uma comparação entre o Parecer CNE/CP n. 2/2015 e a Resolução CNE/CP 2/2002, que institui a matriz curricular dos cursos de licenciatura, revogada pela Resolução CNE/CP n. 2/2015, que institui as NDCF.

No quadro 1, apresentamos, de um lado, dados da Resolução CNE/CP N. 2/2002 e, de outro, dados do Parecer CNE/CP N. 2/2015, a fim de que possamos analisar o diálogo travado entre os dois documentos.

Quadro 1. Orientações para distribuição da Carga Horária - Resolução CNE/CP N. 2/2002 e Parecer CNE/CP n. 2/2015

Resolução CNE/CP 2/2002	CH	Parecer CNE/CP 2/2015	CH
Conteúdos curriculares de natureza científico-cultural	1.800	Atividades formativas estruturadas pelos núcleos I e II	2.200
Prática como Componente Curricular – PPC	4000	Prática como Componente Curricular – PPC	400
Estágio supervisionado	400	Estágio supervisionado	400
atividades acadêmico-científico-culturais	200	Atividades teórico-práticas	200
Carga horária total	2.800	Carga horária total	3.200

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar os dados da Resolução CNE/CP n. 2/2002, percebemos que a dimensão prática, compreendida pela “prática como componente curricular”, “estágio curricular supervisionado” e “outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais”, ocupa mais de um terço das 2.800 horas mínimas destinadas à formação de professores. Da forma como estão distribuídas as cargas horárias, verificamos uma dicotomia entre as dimensões teoria e prática, indo de encontro ao que está anunciado nas Diretrizes.

Outro aspecto a observar é que, na medida em que há uma determinação de horas de aulas para os conteúdos, tradicionalmente, tratados como “científico-culturais”, sem mencionar a relação com a prática; e uma definição de prática (PCC e estágio), exclusivamente ligada à formação profissional, com tempo

próprio entre os saberes da formação docente, o documento acaba introduzindo uma divisão entre teoria e prática na formação docente. Ou seja, de um lado estão os conteúdos científico-culturais dissociados da formação profissional docente e de outro, componentes curriculares a serem interpretados como de forte cunho profissional, especializados em lugares diferentes da teoria.

Os dados apresentados pelo Parecer CNE/CP 2/2015, por sua vez, refletem e retratam a formatação que os cursos de formação inicial de professores deverão conter em termos de composição curricular, buscando a convergência nas orientações dos cursos de formação de professores. Constatamos no quadro em análise que, ao organizar a carga horária, o Parecer de 2015, reforça o posicionamento da Resolução de 2002, ao indicar que a dimensão prática tem sua realização garantida em certos tempos e espaços: a *Prática como Componente Curricular (PPC)* e o *Estágio Supervisionado*, sendo defendida como um aspecto da formação que deve ser ensinado em componentes curriculares específicos.

No texto do Parecer CNE/CP n. 2/2015, logo após orientar como deve ser a distribuição da carga horária no curso, o documento, reproduzindo as palavras do Parecer CNE/CP nº 28/2001, por meio do discurso direto, esclarece que é *“fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade”* (BRASIL, 2015, p. 31, grifos nossos).

Desse modo, entendemos que a obrigatoriedade de cumprimento de créditos curriculares destinados à realização da Prática como Componente Curricular (PPC) em “tempo e espaço” próprios termina por fragilizar o desejado vínculo entre a teoria e a prática, defendido nos excertos que examinamos. Nessa perspectiva, o discurso oficial expresso no parecer mantém uma relação dialógica de convergência com o discurso da Resolução CNE/CP n. 2/2002. Ao buscarem desgastar, romper com o discurso da racionalidade técnica, os enunciadores dos documentos acabaram dando voz aos discursos que defendem o praticismo pedagógico, que vincula o conhecimento formativo a uma prática imediatista (SCHEIBE, 2007, p.60).

Ainda com relação ao Parecer que fundamenta as NDCF, notamos no quadro 1 o aumento de 400 horas na carga horária mínima para os cursos de formação de professores, passando de 2.800 horas, estabelecidas pela Resolução CNE/CP n. 2/2002, para 3.200 horas, fazendo réplica ao já dito no Parecer CNE/CP n. 5/2005 que define para o curso de Pedagogia a carga horária mínima de 3.200 horas. Essa mudança é uma resposta às críticas feitas à Resolução CNE/CP n. 2/2002 que reduziu a carga horária dos cursos, estabelecendo carga horária mínima de 2800 (duas mil e oitocentas) horas. Uma das principais críticas da comunidade acadêmica centra-se no fato de que a carga horária mínima definida pela Resolução e adotada por alguns cursos contribuía para a precarização, o aligeiramento e a perda de consistência da formação. O prazo mínimo de integralização também alterou nas NDCF de três para quatro anos letivos.

Após prescrever a carga horária da dimensão prática (400 horas de Prática como componente curricular e 400 de estágio), os autores do Parecer propõem um componente de “atividades formativas”,

para as quais se destinam no mínimo 2.200 horas, que devem ser estruturadas pelos núcleos I e II que correspondem, respectivamente, aos “estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares e do campo educacional seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais” e “aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa” (BRASIL, 2015, p. 29). Completando a carga horária de trabalho acadêmico, o enunciado reenuncia o já-dito na Resolução CNE/CP n. 2/2002, indicando o cumprimento de “200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas” de interesse do aluno e orientado pelo corpo docente da instituição.

A análise do quadro da distribuição da carga horária dos componentes curriculares reforça a nossa constatação de que no Parecer que fundamenta as NDCF perpassa uma orientação marcada pela valoração da dimensão prática e da experiência docente na formação inicial do professor, do mesmo modo que a Resolução CNE/ CP n. 2/2002, apesar de o documento apresentar algumas alterações no que tange às dimensões de componentes comuns e à carga horária.

Por fim, a análise dos dados extraídos dos documentos evidencia que, apesar de em alguns momentos os enunciadores se referirem à necessária relação entre teoria e prática e à práxis, os enunciados acabam desembocando numa concepção que valoriza a epistemologia da prática, o que acaba por reforçar a dicotomia entre as dimensões de formação, ao fixa-las em espaços fixos, manifestadamente demarcados na distribuição de carga horária entre componentes diversos. Constatamos, desse modo, o movimento cíclico das forças centrípetas e centrífugas que evidencia um jogo de poder entre os discursos e posicionamentos que atravessam tais documentos.

5 Considerações finais

Neste artigo, refletimos sobre o jogo de poder entre os discursos que abordam as dimensões teoria e prática na formação docente, observando a atuação das forças centrípetas e forças centrífugas em tais discursos. Para tanto, delimitamos nossas discussões na análise de enunciados extraídos do Parecer CNE/CP n. 2/2015 que fundamenta as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica na sua relação dialógica com o Parecer CNE/CP n. 1/2001, que apresenta as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, e Resolução CNE/CP n. 2/2002, que institui a matriz curricular dos cursos de licenciatura.

Com base na proposta metodológica bakhtiniana, iniciamos nosso estudo, partindo do aspecto mais amplo do enunciado, contextualizando a esfera socioideológica de produção dos documentos, o Conselho Nacional de Educação, a partir da reflexão das condições sócio-históricas de sua origem e desenvolvimento e sua função sócio-discursiva. Tal contextualização se fez necessária, tendo em vista que os elementos que

constituem os documentos que compõem o *corpus* do nosso trabalho são determinados pelas características dessa esfera, entendida como instância de poder ligada ao Ministério de Educação, que tem, hoje, a função de estabelecer normas congruentes com a legislação em vigor para a Educação Básica e Educação Superior. Após, buscamos apreender os sentidos produzidos no interior dos documentos.

Para análise do *corpus*, tomamos o conceito de “forças centrípetas” e “forças centrífugas” dos estudos bakhtinianos. Consideramos forças centrípetas, as forças de manutenção da dicotomia entre teoria e prática na formação inicial dos docentes. No contexto dos documentos analisados, o discurso pautado no modelo da *racionalidade técnica* é tomado como uma das forças que projetam a dissociação entre a teoria e a prática. As forças centrífugas são aquelas que visam romper com tal modelo de formação. Nos enunciados analisados, os discursos centrados no modelo que tem no conhecimento advindo da prática/experiência um dos saberes profissionais mais importantes, são considerados forças que agem no sentido de propor uma referência de formação diferenciada, tomando a esfera escolar como espaço de formação. Observamos uma expressiva tensão entre forças centrípetas, atuando em prol da estabilidade e coerência com experiências já conhecidas no que diz respeito à formação docente e forças centrífugas, atuando em prol da inovação de experiências, ambas lutando por posições hegemônicas na formação do professor.

A análise dialógica nos conduz ao entendimento de que apesar de alguns discursos e posicionamentos reafirmarem à necessária relação entre teoria e prática e mesmo à práxis, os discursos da epistemologia da prática têm maior expressão, nos documentos analisados. Verificamos, assim, um movimento cíclico das forças agindo, (des)estabilizando o que já estava (des)estandardizado no enunciado.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: teoria do romance**. Trad. Aurora F. Bernardini et al. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1934-1935].

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1952-1953].

BAKHTIN, Mikhail; [VOLOCHÍNOV, V. N]. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: Outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAIT, Beth. A emergência, nas fronteiras entre língua e literatura, de uma perspectiva dialógica de linguagem. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2): 5-23, Maio/Ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/31725>>. Acesso em: 12 de maio 2017.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Lei n. 9.131**, de 25 de novembro de 1995, institui o Conselho Nacional de Educação – CNE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=754&catid=323%3Aorgaos-vinculados&id=14306%3Aacne-historico&option=com_content&view=article. Acesso em 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 009/2001**, de 8 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Conselho Nacional de Educação - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação em nível superior. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 2/2015**, de 9 de junho de 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21123&Itemid=866>. Acesso em: 07 de jul. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2015**, de 1 de julho de 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21123&Itemid=866>. Acesso em: 07 de jul. 2016.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, vol.17 no.49, Jan./Apr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100002. Acesso em abr. 2017,

CURY, Carlos Roberto Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.22, n.1, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/18721/10944>>. Acesso em: 06 de nov. 2016.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (Orgs.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2010.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote. 1997.

LEDA, Scheibe. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/04.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2016.

SILVA, Andréia Ferreira. O Conselho Nacional de Educação e as Políticas de privatização da educação superior no governo de FHC. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação**. Educ. UFG, 30 (1): 75-98, jan./jun. 2005.



SCHÖN, Donald. **The reflective practitioner**. New York: Basic Books, 1983.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Don Quixote, 1997

TERRERI, Leticia; FERREIRA, Marcia Serra. Políticas curriculares para a formação de professores: sentidos de teoria e prática nas Ciências Biológicas. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 22, n. 51, p. set./dez. 2013.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [1967].

Página intencionalmente deixada em branco

Do discurso à imagem: o estereótipo como uma prática de poder?

Ligia Mara Boin Menossi de ARAÚJO (UFSCAR)

ligiamenossi@gmail.com

Marco Antonio Almeida RUIZ (UFSCAR)

marcoalmeidaruiz@gmail.com

Resumo: A mídia brasileira em decorrência dos conturbados movimentos políticos que assolaram o país por conta do *impeachment* em 2016, produziram os mais variados tipos de discursos, favoráveis ou não, a destituição da presidenta Dilma Rousseff. Sua figura tem sido cada vez mais retomada nos meios de informação, trazendo, muitas vezes, afirmações que não se relacionam diretamente ao seu cargo como chefe de estado – e como consequência, avaliar suas ações – mas sim, questionando o lugar em que ela, enquanto mulher, ocupa carregando consigo traços negativos no imaginário social, corroborando para um discurso muitas vezes machista. Tomados por estas reflexões e pela proposta teórica dos estereótipos de Amossy e Pierrot (2001), Amossy (2005) e dos estereótipos básicos e opostos perscrutada por Possenti (2010), ancorados na análise do discurso de orientação francesa, propomos, neste ensaio, investigar como se dá a construção do estereótipo da mulher e ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em duas revistas de circulação nacional – *Época* e *IstoÉ* – tomando a materialidade linguística e não linguística, com o objetivo de observar como certos estereótipos construídos socialmente são retomados e (re)atualizados a partir de novas produções discursivas. Compreenderemos como o discurso de uma presidenta pode ser taxado negativamente por meio de novos dizeres produzidos a base de pré-construídos e, com isso, pensar qual é a relação de poder que tal produção discursiva estabelece na (des)caracterização de sua figura política.

Palavras-chave: Discurso político; Estereótipos, Imagem; Mulher; Mídia; .

Abstract: The Brazilian media as a result of the troubled political movements that devastated the country due to the *impeachment* in 2016, produced by the most varied types of discourse, favorable or not, about the removal of President Dilma Rousseff. Her figure has been increasingly retaken in the different media, often bringing claims that are not directly related to her position as head of state – and, for this, evaluate her actions like President – but rather, questioning the place where she, as a woman, occupies carrying with her negative traits in the social imaginary, corroborating to an often sexist discourse. Thus, taken by these initial reflections and by the theoretical proposal of stereotypes of Amossy & Pierrot's (2001) Amossy's (2005) and the basic and opposed stereotypes notion of Possenti's (2010), anchored in the French Discourse Analysis, we propose, in this article, to analyze how the construction of the stereotypes of the woman and ex-President of Brazil, Dilma Rousseff, in two national magazines – *Época* and *IstoÉ* – taking place the linguistics and non-linguistic materialities, with the objective of observing how certain socially constructed stereotypes are resumed and (re) update form new discursive productions. We will understand how the discourse of a President can be negatively assessed by means of new word produced on the basis of pre-constructed and with that, to think about the power relation that such discursive production established in the (dis) characterization of its political figure.

Keywords: Political discourse; Stereotypes; Image; Woman; Media.

1 Introdução

É possível constatar que a condição social da mulher mudou muito, conhecemos mulheres que viveram em uma época em que era inadmissível ter alguma opinião, muito menos, algum direito que, no mundo de hoje, é natural, tal como: votar, estudar, trabalhar e até mesmo, fazer escolhas sobre o próprio corpo. Contudo, mesmo diante de tantas conquistas, os discursos cotidianos revelam indícios de que a sociedade ainda se pauta em valores sexistas, manifestando-se por meio de novas formas. Uma análise dos textos que circulam atualmente na mídia (em reportagens de revistas, por exemplo) mostra que o estereótipo daquela mulher que era submissa ao homem deu lugar ao estereótipo da mulher moderna que dá conta de inúmeros e diferentes afazeres.

Em um artigo, Bourdieu (2003 [1998]) defende que a cultura androcêntrica e a consequente dominação masculina estão, de certa maneira, enraizadas em nós que deixamos de notar o caráter historicamente construído de uma ordem social que é percebida como “natural”. O autor propõe a subversão dessa percepção equivocada: não são as diferenças naturais que definem as especificidades dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, mas sim, determinados papéis impostos a cada gênero é que fazem as diferenças parecerem naturais. Ainda segundo Bourdieu (2003 [1998], p. 18), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

Nesse caminho, em decorrência dos conturbados movimentos políticos que assolaram o país por conta do *impeachment* em 2016, a mídia brasileira produziu os mais variados tipos de discursos, favoráveis ou não, a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Sua figura tem sido cada vez mais retomada nos meios de informação – digitais e impressos – trazendo, muitas vezes, afirmações que não se (cor-)relacionam diretamente ao seu cargo como chefe de estado – e como consequência, avaliar suas ações – mas sim, questionando o lugar em que ela, enquanto mulher, ocupa carregando consigo traços negativos no imaginário social, corroborando, pois, para um discurso muitas vezes machista. Com efeito, o que se pode notar na maioria destes discursos midiáticos é de que Dilma seria *histérica* e *descontrolada*, ressaltando um possível traço identitário – estereotipado – da mulher. Amossy e Pierrot (2001) definem o estereótipo como conjunto de representação coletiva ou imagens cristalizadas que são compartilhadas, isto é, “ele [o estereótipo] não existe em si, não se constitui nem como um objeto palpável nem como uma entidade concreta, mas sim como uma construção de leitura” (AMOSSY; PIERROT, 2001, p. 79).

Partindo desses princípios teórico-metodológicos, temos a seguinte pergunta de pesquisa: podemos asseverar que temos representado materialmente o discurso machista em uma sociedade que prega a diversidade, que se diz igualitária e democrática, mas que, ao mesmo tempo, corrobora com a estereotipagem feminina quando faz uso do fato da chefe de estado ser uma mulher como uma relação de

poder? Nossa hipótese é a de que a produção de um discurso estereotipado de desqualificação esteja construído a partir de sua condição de mulher.

Ancorados na análise do discurso de orientação francesa, a fundamentação teórica e metodológica dessa contribuição apresenta as proposições de Amossy e Pierrot (2001), Amossy (2005) acerca dos estereótipos como imagens e modelos pré-definidos previamente construídos e repassados entre grupos, tanto positiva quanto negativamente, e também nas ideias de Possenti (2010) acerca dos estereótipos básicos e opostos. A discussão teórica está exposta logo no primeiro tópico desse ensaio; em seguida, tecemos uma breve análise que tem como *corpus* uma reportagem de capa de uma das edições de 2016 da Revista *Istoé* que traz a então ex-presidenta Dilma; para tentar responder a nossa questão de pesquisa, trouxemos a capa de uma das edições de 2010 da Revista *Época* a qual traz o rosto – caricaturado – do ex-técnico da seleção brasileira de futebol, o Dunga. A seleção das duas capas – e mais o material linguístico – deve-se ao fato de trazer as mesmas temáticas (a raiva e o descontrole), porém retratadas diferentemente, estereotipadas conforme as diferentes formações discursivas sobre o papel do homem e da mulher na sociedade – e, com isso, as suas respectivas responsabilidades assim associadas.

Temos como alguns de nossos objetivos nesse trabalho: a) mostrar o funcionamento de um discurso, em duas capas de revistas brasileiras de circulação nacional, muitas vezes machista em uma sociedade que prega a diversidade de gêneros em todos os setores sociais; b) observar o funcionamento do discurso político na construção, na (re)significação e na (re)atualização de estereótipos cristalizados e estigmatizados, em especial acerca dos discursos em torno da figura da ex-presidenta eleita Dilma Rousseff; e, c) mostrar como o discurso de uma presidenta pode ser taxado – negativamente – por meio de novos dizeres produzidos a base de pré-construídos e, com isso, qual é a relação de poder (FOUCAULT, 1999) que tal produção discursiva – construída por diferentes formações discursivas e co-ocorrentes no espaço discursivo brasileiro – estabelece na (des)caracterização de sua figura política.

2 Estereótipos: reflexões teóricas

Amossy e Pierrot (2001) tornaram-se figuras importantes nos estudos da noção de estereótipos, elas explicam que tal noção é tomada como um objeto transversal da reflexão contemporânea nas ciências humanas, sendo pré-definida e compartilhada por meio de imagens pré-determinadas. Ao fazerem um esboço do aparecimento da palavra ao longo da história, as autoras lembram que esta foi cunhada inicialmente pelo publicitário norte-americano Walter Lippmann em sua obra *Opinião Pública* de 1922, assim o estudioso passou a chamar de estereótipo as imagens de nossa mente que se relacionam com o real, cujas representações são cristalizadas, ou esquemas culturais preexistentes que filtram a realidade que está no nosso entorno. Essas representações seriam indispensáveis para a vida em sociedade, para compreender o

real, isto porque ao categorizar esse real, é possível atuar sobre ele, além disso Lippmann acrescenta ainda que essas representações são fictícias não porque sejam mentirosas, mas por expressarem um imaginário social.

As ideias do autor acerca do estereótipo à época foram pioneiras, tratavam-se das primeiras reflexões trazidas a partir de uma visão de mundo, porém outros estudiosos, principalmente da psicologia social, ao longo dos anos seguintes, ressaltaram o caráter redutor e nocivo dessas representações pré-determinadas atribuindo-lhes uma visão marcadamente pejorativa ao postular que o processo de categorizar e generalizar simplificaria e recortaria o real, fato que teria como consequência a produção de uma visão esquemática e deformada do Outro. A origem do termo estereótipo, de alguma maneira, pode promover esse tipo de interpretação já que o particípio do verbo estereotipar ao adquirir sentido figurado traz a ideia de rigidez e, talvez, negativiza certo fato ou acontecimento. De origem tipográfica, a estereotipia diz respeito as placas em que se gravava toda página de um livro que seria replicada, copiada e reutilizada; portanto, os caracteres não podiam se mover, eram como algo feito e engessado.

Todavia, Amossy e Pierrot (2001) afirmam que tais princípios iniciais pensados sobre a noção – esquematizada e categorizada conduzindo a uma simplificação e generalização excessivas – abriria brechas para se pensar que a representação seria necessária para os processos cognitivos já que é preciso relacionar o que vemos a modelos preexistentes para poder compreender o mundo. Além disso, as autoras propõem que se pense o estereótipo como uma noção constitutivamente ambivalente, ou seja, que na contemporaneidade ele possa ser tomado tanto como pejorativo quanto neutro. As pesquisadoras asseveram ainda que tal noção é comumente designada como uma imagem coletiva cristalizada considerada sob um ângulo de descaracterização e, muitas vezes, assemelha-se a ideia de clichê¹ quando se leva em conta seu caráter redutor.

As autoras asseveram que o estereótipo nem sempre é considerado em seu aspecto negativo. Por meio de questionamentos, do senso comum, da relação com o outro e da categorização, ela permite estudar as interações sociais, a relação dos discursos com os imaginários sociais e, de modo mais amplo, a relação entre linguagem e sociedade (AMOSSY, PIERROT, 2001). Nesse sentido, para pensar a estereotipia, as autoras tomaram como base a linguagem verbal, todavia, convidam-nos a explorar outros campos, sobretudo, os que dizem respeito às imagens².

Logo, quando partimos das postulações Amossy e Pierrot (2001) como subsidio teórico para as nossas reflexões de pesquisa, podemos compreender que a noção de estereótipo tem sido teorizada no seio de diversas disciplinas, sendo visualizada sob óticas bastantes distintas. Elas nos mostram que esse termo tem

¹ Devido ao pouco espaço disponível, não abordaremos detalhadamente as discussões sobre a noção de *clichês*, vemos uma contribuição significativa e bastante sugestiva em Amossy e Pierrot (2001).

² Essa reflexão sobre os estereótipos discursivos é um convite a explorar outros campos que não serão abordados aqui, em particular, ao que se refere a imagem: a fotografia, o cinema a televisão e a imagem publicitária.

sua origem circunscrita no domínio da tipografia e que somente no século XX assume o sentido de esquema ou fórmula cristalizada.

No que concerne à questão da adequação ao real, vemos que o estereótipo pode aparecer como uma construção imaginária, não refletindo necessariamente o real. As pesquisadoras defendem que na sociedade contemporânea a qual estamos inseridos, as construções imaginárias constituem uma adequação do real que deixa brechas para eventuais dúvidas, isto é, elas “[...] se veem favorecidas pelos meios de comunicação, a imprensa e a literatura de massa” (AMOSSY & PIERROT, 2001, p. 41, trad. nossa).

Os estereótipos são imagens previamente construídas e repassadas entre grupos, tanto positiva quanto negativamente, sempre em comparação a um modelo pré-definido e sua função social é inevitável:

Na vida social é impossível evitá-los [os estereótipos]. Assim, passamos a estudar as funções construtivas do estereótipo, do cliché e dos lugares comuns, que se encontram na base da interação social e da comunicação e que estão na origem do trabalho literário (AMOSSY; PIERROT, 2001, p. 124, trad. nossa)³.

Assim, a análise e o levantamento dos estereótipos objetiva desmistificar tudo aquilo que dificulta as relações interpessoais e a apreensão do real, da originalidade e da inovação, sendo que as ciências sociais, as ciências da linguagem e os estudos literários reconhecem que os fenômenos de estereotipia são inevitáveis. Para as pesquisadoras, as funções construtivas do estereótipo só podem ser percebidas no momento em que deixamos de considerar de maneira estática seus conteúdos e suas formas cristalizadas. O que chama atenção é a forma como um indivíduo e um grupo se apropriam do estereótipo, colocando-o em uma dinâmica de relações com outros, assim como as modalidades por meio das quais os discursos retomam elementos pré-fabricados, tomados, muitas vezes, como instrumentos de poder e produtores de verdades.

Em um outro interessante trabalho, Possenti (2010) também recorre à noção de estereótipos – básicos e opostos – para a compreensão e composição de sentidos criados pelas piadas. Nesse sentido, o linguista brasileiro tenta associá-las à questão da identidade, trazendo aspectos que possam representar a identidade de um povo com base em um material humorístico. As piadas, segundo ele, funcionariam – no que diz respeito a estereotipia – baseando-se em um traço que é assumido por uma pessoa ou determinado grupo social (estereótipo básico) para produzirem e circularem o seu oposto mais rebaixado possível (o estereótipo oposto ou simulacro⁴). A hipótese levantada pelo estudioso é a de que tal identidade construída esteja sempre representada nas piadas por meio de estereótipos. Segundo suas palavras:

³ No original: “En la vida social es imposible evitar-los. Así, llegamos al estudio de las funciones constructivas del estereotipo, del cliché y los lugares comunes, que se encuentran en la base de la interacción social y de la comunicación y que están en el origen del trabajo literario” (AMOSSY; PIERROT, 2001, p. 124).

⁴ Com o objetivo de apreender o discurso por meio da interdiscursividade, Maingueneau (2008) propõe a hipótese de que o interdiscurso precede o discurso. Essa hipótese, volta-se ao que o autor denominou de competência discursiva. Com isso, o discurso produzido traduz outros discursos, associados pela relação do interdiscurso corrente. O enunciador, “quando confrontado com seu outro, é condenado a produzir simulacros desse outro, e simulacros que são apenas seu avesso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 55). Dessa forma, essa construção, por meio de outros discursos, transforma-os a ponto que sua presença refere-se ao um “simulacro” que o

Assumo [...] que o fato de que a identidade é uma representação imaginária não significa necessariamente que não tenha amparo no real. Significa apenas que não é seu espelho, sua cópia. [...] o estereótipo também deve ser concebido como social, imaginário e construído, e se caracteriza por ser uma redução⁵ (com frequência negativa), eventualmente um simulacro (POSSENTI, 2010, p. 40).

Desse modo, quando se busca rebaixar o outro, promovendo características negativas, tem-se evidente que os estereótipos são construídos por aquele que traduz o discurso do outro a partir das categorias do mesmo, isto é, a partir de seu imaginário socialmente construído, o sujeito produtor – das capas – inverte a característica positiva, (des)construindo a imagem – e com isso, a identidade – do sujeito político Dilma – por exemplo – para a característica negativa, rebaixando-o e promovendo o riso. Nesse caminho, Possenti (2010) tenta analisar essa passagem do estereótipo básico ao estereótipo oposto tomando como exemplos as piadas de gaúcho. O estereótipo básico que é posto em questão é, em grande parte, a gauchice, ou seja, coloca-se como temática os traços que constituem o imaginário do povo gaúcho: ser hospitaleiro, livre, despachado, pouco refinado, gosta de churrasco e é macho e faz questão de frisar sua macheza. São estas características, segundo o autor, que se justificam como material para o discurso humorístico, sobretudo o traço da macheza que será tratado de maneira peculiar às piadas – o estereótipo básico. Ser macho, nas piadas de gaúcho será o ponto crucial para a concretização de novos estereótipos (opostos) “desqualificando” a figura do gaúcho, representando-o de maneira inversa mais direta e picante: “ele não será franzino e medroso, mas homossexual passivo”. Ou seja, a partir de certos estereótipos – básicos – cristalizados pela sociedade, dependendo das diferentes formações discursivas, cria-se simulacros de leitura do outro sobre o mesmo, isto é, se considerarmos nosso objetivo de trabalho, vemos a (des)construção negativa da figura política de Dilma, ressaltando traços imersos num discurso ora machista e prenhe no Brasil, figurativizando um imaginário social atrelado às mulheres. Os meios de comunicação, a imprensa e a literatura propagam construções e ideias que podem não corresponder ao real, mas que, muitas vezes, crianças e adolescentes absorvam um imaginário social acerca do grupo que pertencem, o que pode influenciar toda uma sociedade. A imagem da mulher, que é objeto de inúmeras pesquisas e trabalhos nas mais diferentes áreas, aparece como mãe, dona de casa, e objeto estético divulgadas pelas propagandas televisivas, em virtude do tempo que crianças passam em frente a televisão, a interiorização e a naturalização dessa concepção torna-se gradativa.

Diante do exposto, no tópico seguinte, faremos um primeiro esboço de análise das duas capas das revistas selecionadas, assim como dos discursos produzidos pelas suas respectivas reportagens: de um lado, vemos o rosto de Dilma Rousseff, totalmente descaracterizado, refratando possíveis estereótipos atrelados ao sexo feminino e um discurso que corrobora em uma sociedade ainda machista e sexista; de outro, vemos

discurso primeiro constrói em relação aos demais “pré-existentes”.

⁵ A redução empregada por Possenti se refere a definição mais simples de dicionário: trata-se de uma imagem supersimplificada de uma pessoa, de um assunto ou de um grupo.

o rosto caricaturado do ex-técnico da seleção brasileira de futebol, Dunga, trazendo a mesma temática, a raiva e o descontrole, (re)significada diferentemente, como um “dom”. Poderíamos pensar, com isso: por que em ambas as capas, o rosto de dois líderes podem assumir traços idênticos enquanto tomados por um mesmo sentimento, a raiva (e o descontrole, no caso da capa da Revista IstoÉ), porém (re)significado diferentemente conforme a figura que estampe ambas as capas? Será isto a (re)atualização de estereótipos já cristalizados na sociedade brasileira? A ex-presidenta Dilma, a nosso ver, é tomada metonimicamente como representante de um grupo, as mulheres, ressaltando traços negativos conforme as diferentes formações discursivas em disputa – aliados ao campo político, onde vemos uma forte presença de homens, os dizeres (re)tomam e (re)atualizam estereótipos em torno da figura da mulher descaracterizando-a negativamente. Além disso, para tal (re)atualização de estereótipos na sociedade contemporânea, vemos as imagens como fonte de significativas (re)interpretações criadas pelas capas corroborando na descaracterização da figura política da Dilma. Buscamos mostrar o funcionamento das capas que trazem imagens mais a materialidade verbal, assim trazer a superfície traços de um discurso muitas vezes machista – e ainda forte – em uma sociedade que prega a diversidade de gêneros em todos os setores sociais.

3 Do discurso às imagens: os estereótipos como construções discursivas

Temos como objetivo no tópico que se abre apresentar um primeiro esboço de análise do nosso material selecionado considerando algumas das reflexões teóricas desenvolvidas por Amossy e Pierrot (2001), Amossy (2005) e por Possenti (2010) sobre a teoria dos estereótipos. O cenário político foi considerado a menina dos olhos no berço da análise do discurso de tradição francesa no final dos anos 60 e, como seu objeto de trabalho, destacou-se o discurso político figurando entre os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux em seu empreendimento materialista. Tratou-se de um campo de saber propondo rupturas no pensamento vigente da época, o estruturalismo, trazendo as questões da fala, enquanto discurso, para o processo de análise. Nesse sentido, desde aquele momento na história até hoje, podemos encontrar nesse campo um frutífero espaço de pesquisas, das mais diferentes vertentes, trazendo certas reflexões teóricas em torno da noção de discurso a partir das diferentes materialidades (verbais, visuais, sincréticas, etc.) em que circulam na sociedade.

Nesse sentido, ancorados nos pressupostos desse campo de saber, temos como objetivo observar o funcionamento do discurso político na construção, (re)significação e (re)atualização de estereótipos cristalizados, em especial acerca dos discursos em torno da figura da ex-presidenta eleita Dilma Rousseff. Para isso, como *corpus* de trabalho, tomamos duas capas de revistas – Época e Istoé – mobilizando a materialidade verbal e visual na construção dos sentidos. Tal junção entre as materialidades verbo-visuais, corroborariam para a propagação e (re)memorização de certos estereótipos relacionados às mulheres.

Ademais, buscamos investigar como o discurso de uma presidenta pode ser taxado negativamente por meio de novos dizeres produzidos a base de pré-construídos e, com isso, qual é a relação de poder (FOUCAULT, 1999) que tal produção discursiva – construída por diferentes formações discursivas e co-ocorrentes no espaço discursivo brasileiro – estabelece na (des)caracterização de sua figura política. Aliados ainda nos pressupostos de Possenti (2010) em torno da teoria dos estereótipos básicos e opostos, podemos observar que o estereótipo básico de Dilma Rousseff – mulher e chefe de estado – é rebaixado – estereótipo oposto – negativamente, com o objetivo de descaracterizá-la enquanto mulher, afirmando ser uma pessoa *histórica* e *descontrolada*, e por estas condições, não poderia assumir o cargo de Presidente do Brasil.

Com efeito, todo chefe de estado, em virtude das responsabilidades e do poder que lhe fora atribuído, é observado, avaliado e julgado a todo momento por seus passos e suas ações. Todavia, quando se trata de uma mulher que ocupa o cargo mais importante de um país, o de presidente, outras questões podem ser levantadas em virtude de relações históricas que constituem os sujeitos e seus discursos. Em se tratando da mulher no contexto brasileiro – e, talvez, presente também nos muitos países do globo – muito se tem ligado o seu papel aos trabalhos domésticos, ela é a senhora responsável pelo cuidado com o lar, do marido e dos filhos. Tais discursos – estereotipados – são ainda pregnantes em nossa sociedade, embora não mais condizentes com o momento histórico atual em que vivemos. O direito ao voto, em 1932, foi uma conquista importante na história destacando o potencial que as mulheres têm e podem diante de uma comunidade, papéis antes exclusivamente masculinos. Dessa forma, as mulheres, nos últimos anos, vêm ganhando uma força significativa, reivindicando seus direitos e se posicionando nos diferentes cenários da sociedade. Dessa luta, vemos, por exemplo, o caso de Roseana Sarney como a primeira mulher escolhida pelo voto popular para chefiar um estado, o Maranhão, em 1994 e em 2011, Dilma Rousseff, foi eleita – democraticamente – a primeira mulher presidenta do Brasil.

Esses acontecimentos suscita(ra)m diversos questionamentos acerca do seu papel na política, no mercado de trabalho, na família, enfim, da função social que ela estaria exercendo e como suas atitudes influenciam essa dinâmica. Assim, a mulher passou a ser vista não somente como esposa, mãe e cuidadora do lar, mas também como uma cidadã, mulher de negócios e, sobretudo, dona de si. Contudo, o estereótipo de mãe e do lar, por exemplo, mostra-se constitutivo e estigmatizado em torno desse olhar acerca do feminino, haja vista os inúmeros discursos produzidos em torno de Dilma quando avaliam-na como mulher e não como chefe de estado, como deveria ser. São estereótipos cristalizados no imaginário social que reverberam uma certa identidade – pré-formada e preconceituosa – da figura feminina. Tal desvalorização do feminino ainda se dá no campo político, vemos tais discursos machistas, sendo (re)memorados e (re)atualizados na sociedade pelos suportes e meios de comunicação brasileiros reforçando certo estereótipo. Como exemplo de análise e para responder nossa questão de pesquisa sobre a produção

midiática de um discurso machista, sobretudo nas capas de revistas elencadas, trouxemos a capa da Revista *IstoÉ*.

Figura 1. Revista *IstoÉ*: Dilma Rousseff



A capa da Revista *IstoÉ*, do dia primeiro de abril de 2016, traz uma imagem da ex-presidente Dilma Rousseff pouco comum, de boca aberta e sobrancelhas levantadas, sua expressão facial é totalmente sobressaltada na capa, causando certo impacto aos leitores que a observam. Da maneira como Dilma é figurativizada, pode-se pensar que ela estaria “fora de si”, “histérica” e “descontrolada”⁶, na imagem a vemos como se estivesse gritando, acompanhada do seguinte enunciado em caixa alta: “As explosões nervosas da presidente”. Desse modo, temos, pois, uma forte relação da imagem com a materialidade linguística e como essa relação confere a produção, a (re)significação e a (re)atualização de certos estereótipos cristalizados na sociedade acerca da mulher: histérica, descontrolada, louca entre outros.

Durante muito tempo, associou-se a histeria como uma doença tipicamente feminina, tratando-se de uma condição emocional causada por movimentos irregulares do sangue do útero para o cérebro. Depois de alguns estudos sobre o tema, estabeleceu-se que não se tratava de um distúrbio exclusivamente feminino. Embora tal constatação, essa ideia da histeria e da loucura ficou atrelada a memória social referindo-se ao estado emocional feminino. Ainda hoje, encontramos enunciados do tipo: “ela está tendo um ataque histérico”, “É uma histérica”, “ela é uma louca”, tais enunciados, simulacros do outro sobre o mesmo, ainda

⁶ Tais expressões com aspas são usadas ao longo da reportagem para descrever – desqualificando – e representar a situação em que, segundo ele, a ex-presidenta Dilma se encontrava naquele momento do processo, isto é, às vésperas do seu julgamento de *impeachment*.

circulam sustentados pelo estereótipo de que a mulher pode se descontrolar a qualquer momento já que é movida por hormônios.

Diante disso, quando o enunciador destaca “as explosões nervosas de Dilma”, a expressão “explosões nervosas” confere a esse imaginário já pré-estabelecido e associado à imagem, reforçando o estereótipo de tal condição do feminino. Imaginamos, talvez, em uma outra situação de enunciação, a imagem de um homem na capa, possivelmente, ele não seria retratado de tal forma e não encontraríamos tal enunciado destacado, já que as condições de produção dos discursos acerca do masculino refletirem outro imaginário social – e conseqüentemente outros estereótipos –, a saber: forte, competente, destemido...características – ultimamente tão caras sobretudo no cenário brasileiro – que se espera de um chefe de estado e seus sucessores políticos. Podemos pensar, com isso, assim como propôs Foucault (1969) em sua *Arqueologia do Saber*, por que apareceu esse enunciado e não outro em seu lugar?

Na imagem de capa, Dilma Rousseff é retratada metonimicamente, isto é, acaba representando todo um grupo, o das mulheres. Nota-se, com isso, que a grande questão produzida pelo texto seja talvez colocar em dúvida o estado emocional da ex-presidenta e se em tal situação, ela teria possibilidade de governar um país. Ao mobilizar pré-construídos e se inserir numa dada formação discursiva machista, o produtor questiona-se acerca da competência de Dilma Rousseff em assumir um cargo tão importante e que, segundo ele, teria em tais “explosões nervosas”, características femininas. Ou seja, o produtor traz em seus enunciados afirmações que julgam não as ações da ex-presidenta enquanto governante e suas conseqüências para o país, mas como o estado emocional, muito atrelado ao fator de ser mulher, pode prejudicar o comando do Brasil. Estes traços (re)significam certos juízos de valores cristalizados na memória social e corroboram para um discurso machista e sexista em um país onde em muitos suportes midiáticos se ouve dizer que o mesmo já não existe mais.

Entendemos que tais traços de descontrole e histeria são historicamente atribuídos ao sexo feminino – e estigmatizados socialmente – quando a grande maioria da sociedade entra em acordo e os adota como uma verdade. Dessa forma, é mobilizado e (re)significado um estereótipo da mulher apreendido socialmente: elas são descontroladas, irracionais, e, conseqüentemente, não se adequam ao exercício do poder, há a ideia de que a mulher pode enlouquecer assim como todos ao seu redor, “el estereotipo puede determinar la visión del otro hasta el punto de moldear el testimonio de los sentidos y de la memoria, produciendo efectos flagrantes de percepción selectiva” (AMOSSY, PIEROT, 2001, p.42).

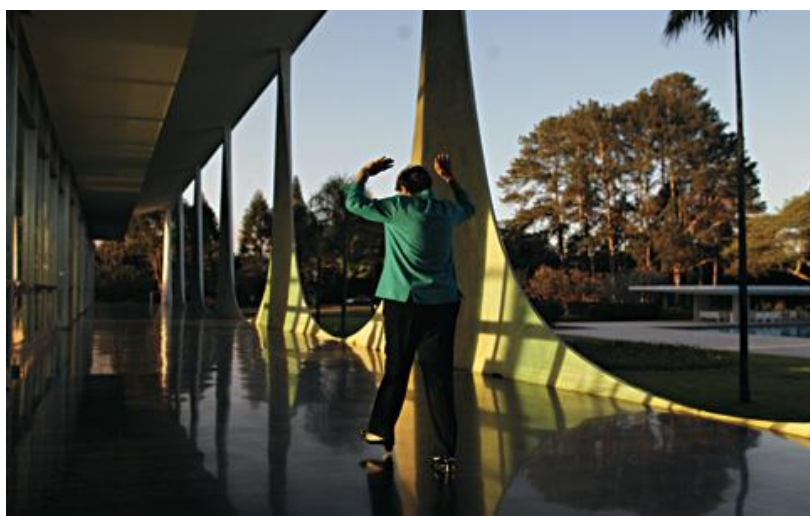
Podemos analisar também que esse estereótipo acerca do comportamento feminino posto a circular em uma sociedade predominantemente machista, traz a seguinte representação social: o homem seria movido pela razão e a mulher pela emoção, com efeito, a mulher se descontrolaria com mais facilidade/frequência, a ponto de ter ataques de histerias mensais, enquanto o homem, movido pela razão, não estaria sujeito a tais emoções tão facilmente.

Se olharmos para a parte textual da matéria de capa, notamos também um escolha léxica que corrobora para uma formação discursiva contrária à ex-presidenta, machista. Vejamos os seguintes enunciados:

- 1) “uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas”;
- 2) “além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País”;
- 3) “a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca”;
- 4) “Uma presidente fora de si”;
- 5) “Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente”.

Observamos com esses enunciados a total (des)construção da figura de Dilma enquanto uma pessoa “emocionalmente perturbada”, “irascível” e “mais agressiva do que nunca”, traços estes que estão ligados historicamente ao estereótipo feminino. Segundo Possenti (2010), vemos aqui a exposição do estereótipo – básico – da mulher construído e estigmatizado sócio-historicamente, todavia, a maneira como é posto tais discursos – machistas – rebaixa sua figura política – estereótipo oposto – descaracterizando-a totalmente, mostrando uma ex-presidente totalmente desconhecida e odiada pelo povo, e, por isso, incapaz de governar. O rosto de Dilma na capa corrobora a afirmação do enunciador. Em um outro momento do texto, encontramos a seguinte imagem:

Figura 2. Dilma e o descontrole.



Vemos, na figura acima, uma representação da raiva, descontrole de Dilma diante do cenário político que seu governo se encontra. Tal descrição é feita pela própria reportagem. Às vésperas do seu julgamento e do processo de impeachment, o texto continua a reforçar o total descompasso da governante diante da crise. Como subtítulo da imagem, temos: “Descontrole: a presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos ^{TE} _{SEP} nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares” e, logo em seguida, observamos em um excerto o seguinte enunciado:

- 6) “Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade”.

A raiva, nesse caso, é figurativizada negativamente na posição de Dilma Rousseff. Tal sentimento

está ligado diretamente ao descontrole emocional da ex-presidenta e, por isso, a governante não saberá lidar com os movimentos políticos do momento e, com isso, acabará prejudicando ainda mais o cenário político e econômico.

Para melhor compararmos tais discursos machistas vinculados por essa imagem da capa de revista, podemos voltar a uma outra, da Revista *Época*, de 26 de junho de 2010, em que vemos o então técnico da seleção brasileira de futebol, Dunga, acompanhado dos seguintes enunciados: “O que nos faz perder o controle. E como usar a raiva a nosso favor” e “O dom da fúria”. É importante ressaltar que a seleção de tal imagem tem a ver principalmente por dois pontos que achamos interessantes: o primeiro por também se tratar de um líder – esportivo – de grande impacto nacional, sobretudo numa sociedade que preza e curte bastante tal esporte e; segundo, por trazer a mesma temática, retratada diferentemente, isto é, a raiva também é tema central dessa capa da Revista *Época*, todavia, (re)significada como um dom. Vejamos a imagem a seguir:

Figura 3. Revista *Época*: Dunga



Pela imagem, nos mesmos moldes de produção da capa da Revista *IstoÉ*, vemos o rosto do técnico Dunga, porém caricaturado. As duas capas se relacionam, de certo modo, já que trazem dois líderes de equipes. Chama-nos atenção dois momentos em ambas as capas: o primeiro é mostrar o ato do gritar, representado pelo posicionamento da boca, entreaberta; o segundo é o tema da raiva, da fúria retratado diferentemente. Na figura do Dunga, vemos que o ato da raiva e da fúria é trazido como um dom e, deste modo, o “perder o controle”, como afirma o enunciado destacado, é mobilizado positivamente, como um

traço necessário para o aprimoramento da seleção brasileira de futebol, à época numa situação difícil com sucessivas derrotas e sem resultados.

Podemos voltar às nossas considerações primeiras quando colocamos como forma de pensar quais seriam os discursos que circulariam se um homem assumisse a posição de Dilma, na capa da Revista. A formação discursiva é outra, o simulacro construído pelo produtor da Revista *Época* é valorado positivamente, ressaltando certos estereótipos – básicos – masculinos também cristalizados na sociedade: forte, destemido, valente, corajoso. Os traços de “descontrole”, “explosões nervosas”, “surtos de raivas” são completamente esquecidos nessa segunda capa. Mesmo os temas sendo os mesmos, a raiva e a fúria, ambos são tratados diferentemente por ambas as formações discursivas dos produtores das revistas. Em ambas, vemos simulacros – estereótipos opostos – de discursos (re)criados, (re)atualizados e (re)significados pelo produtor-enunciador diante de certos estereótipos básicos.

Em suma, as semelhanças imagéticas não permanecem na construção dos enunciados, pois em “as explosões nervosas da presidente” vemos um sentido totalmente negativo e que se distancia da ideia de ter “o dom da fúria”, totalmente positivo; o primeiro enunciado está calcado no estereótipo feminino evidenciando um suposto descontrole emocional da ex-presidenta e uma “explosão” histérica (atrelados ao sexo feminino), diferentemente do enunciado “o dom da fúria” que conduz a uma interpretação de que essa raiva, descontrole ou até mesmo a histeria, tratam-se de posicionamentos favoráveis ao ponto de serem considerados um “dom”, uma habilidade inata do técnico, sendo estes posicionamentos serem o motor principal para o sucesso da equipe brasileira de futebol.

Com esse exercício de análise, propomos compreender a construção, a (re)significação e a (re)atualização de certos estereótipos cristalizados em nossa sociedade tomando como objeto as duas capas de revistas. Trata-se de um primeiro esboço de análise baseado nos diferentes simulacros – estereótipos opostos – criados por meio dos diferentes suportes e meios midiáticos. Não queremos, com isso, esgotar as possíveis interpretações do caso, todavia, propomos examinar os desdobramentos teóricos que podemos empreender com a junção de ambas as materialidades, a verbal e a visual, a fim de testar as propostas teóricas dos autores – franceses e brasileiros – que ora elencamos e, também, de nossas hipóteses de trabalho. Acreditamos, pois, que ambas as materialidades, analisadas juntas enquanto um discurso, e esse discurso mobilizado a partir de práticas discursivas (MAINGUENEAU, 2008), possam trazer significativas possibilidades de leituras em um cenário bastante conflituoso.

4 À guisa de (in)conclusões

Diante de tudo que fora levantado, podemos dizer que o discurso político ainda é um objeto muito caro para os estudos discursivos, fonte de inúmeras questões capazes de suscitar diferentes pontos de vista

sobre o mesmo objeto. O cenário político brasileiro atual tem possibilitado diversas reflexões aos linguistas, pois a produção de discursos, nas suas diferentes formações discursivas que circulam na sociedade, têm promovido debates e discussões de âmbito não apenas administrativos, mas causado debates ideológicos constantes ao ponto de certos posicionamentos não aceitarem argumentos contrários, causando um “confronto” ideológico. Tais discussões levantadas, de certo modo, pela mídia, têm revolvido certos estereótipos e os (re)significados diferentemente na sociedade. Ou seja, atrelados a junção da imagem e material verbal, pode-se dizer que a mídia molda certos simulacros – negativos, sobretudo – sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff, em especial, tomando-a metonimicamente como exemplo de um grupo, o das mulheres. As capas das revistas analisadas têm o objetivo de refratar uma certa visão ainda machista – e muito enraizada – no imaginário social do Brasil. Podemos asseverar que temos representado materialmente o discurso machista em uma sociedade que prega a diversidade, que se diz igualitária e democrática, mas que, ao mesmo tempo, corrobora com a estereotipagem feminina quando faz uso do fato da chefe de estado ser uma mulher como uma relação de poder.

Mais do que uma relação entre indivíduos ou grupos, o poder “é um modo de ação de alguns sobre outros”. Assim, o poder não estaria difundido em todo e qualquer espaço de modo centralizado ou não, ele se concretiza quando exercido de “uns” sobre os “outros” (FOUCAULT, 1995, p.242). Esse poder a que nos referimos aqui, baseados em Foucault, é o que produz um regime de verdade como fruto de várias coerções, os discursos que são aceitos e funcionam como verdadeiros, como por exemplo, os discursos que ainda sustentam certos estereótipos femininos – histeria, descontrole, entre outros – retratados sócio-historicamente. Podemos, com isso, pensar por que certos discursos ainda circulam – e com tanta força – em nossa sociedade mesmo as condições de sua enunciabilidade sejam das mais coercitivas?

O cenário da política, de modo geral, sempre foi marcado por figuras masculinas, homens de terno, gravata e sapatos sociais, em cargos de alto escalão numa dada sociedade, já as mulheres figuravam como a representante do lar. Durante muito tempo, via-se uma sociedade patriarcal, em que elas nunca puderam assumir ou conduzir as próprias ideias. Tal cenário, nas últimas décadas tem felizmente mudado consideravelmente, vemos mulheres assumindo posições importantes na política, a ex-presidenta Dilma foi a primeira mulher eleita democraticamente Presidente do Brasil em 2011.

Sendo a mulher um sujeito construído sócio-historicamente em uma sociedade sexista, cujos estereótipos – básicos – construídos rememoram e (re)atualizam as “mulheres [como] sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas (BOURDIEU, 2003 [1998], p. 94, trad. nossa), vemos a construção – nas capas das revistas – de certos estereótipos opostos, rebaixando a figura política de Dilma Rousseff e descaracterizando-a negativamente. O descontrole e a raiva – como razões atreladas ao sexo feminino – são mobilizados pelas capas e discursos a fim de denegrirem a imagem da chefe de estado: como uma mulher, nessas condições, pode conduzir um país? O sujeito Dilma foge à estereotipia comum e

cristalizada de mulher, vestindo-se com roupas pouco femininas, sem maquiagem e poucas joias, representando assim uma antítese aos modelos – burgueses – pré-estabelecidos e vigentes socialmente. Talvez, por tais traços e características Dilma seja motivo de sentidos outros, por justamente fugir do padrão. A ex-presidenta porta um semblante sério e muitas vezes, sem marcas de sorriso. A junção do material verbal e imagético possibilita essa descaracterização do político e, sobretudo, da mulher, ressaltando traços e estereótipos já não mais condizentes com o contexto social. O simulacro construído pelas revistas procura trazer interpretações de um discurso ainda muito machista fortemente presente em uma sociedade dita moderna.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereotipos y clichés**. 1ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- AMOSSY, Ruth. Estereotipagem e construção de uma imagem de si. In. AMORRY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do Ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1998].
- FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999a, p. 113-128.
- FOUCAULT, Michel. A Verdade e o Poder. **Microfísica do Poder**, 1999b [1979], p. 1-14.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Universitária, 1995 [1976], p. 231-252.
- FOUCAULT, Michel. Ética do cuidado de si como prática de liberdade (1984). **Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MUSSALIM, Fernanda; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Estereótipos de gênero e cenografias em anúncios publicitários. **Fórmulas Discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 139-150.
- POSSENTI, Sírio. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.
- Revista IstoÉ. (2016). **As explosões nervosas da presidente**. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI. Acesso em 15 mai 2017.
- Revista Época. (2016). **O dom da fúria**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/EditoraGlobo2/Materia/exibir.ssp?materiald=150678&secaold=17820>. Acesso em 15 mai 2017.

Página intencionalmente deixada em branco

O sujeito político eleitoral e a constituição de seu dizer: uma análise dos debates televisivos presidenciais eleitorais

Livia Maria Falconi PIRES (UFSCAR)
liviamfpires@yahoo.com.br

Resumo: O debate televisivo eleitoral configura-se como uma arena para o embate discursivo, na medida em que se constitui como um espaço que propicia a interlocução entre os candidatos, funcionando como mais um “palanque” da fala pública. Apesar de sua cuidadosa construção fortemente evidenciada na arquitetura dessa *mise en scène* eleitoral, é no debate televisivo que os candidatos se expõem e falam de maneira mais direta aos eleitores. Devido ao aparato audiovisual, não podemos mais dissociar o verbo do corpo que, na atualidade, é essencial para a política, principalmente no momento de campanha eleitoral; assim sendo, o debate eleitoral presidencial é aparato fortalecedor do entrelaçamento de verbo e imagem. Para o presente trabalho, portanto, apresentaremos uma análise da constituição do sujeito político eleitoral juntamente com o funcionamento do gênero debate televisivo, voltando-nos aos debates de segundo turno de pleitos do ano de 2010 e de 2014. Para tanto, pautar-nos-emos em reflexões sobre os estudos da Análise do Discurso, amparando-nos nas contribuições de J.-J. Courtine e no pensamento de M. Foucault, focalizando, assim, a importância de se estudar os discursos em sua articulação com a história, vista em suas descontinuidades.

Palavras-chave: Debate televisivo; Discurso político; Mutações; Análise do discurso

Abstract: The electoral television debate is configured as an arena for the discursive clash, to the extent that it is a space that promotes dialogue between candidates, functioning as another "platform" of public speaking. Despite its strongly, carefully construction, evidenced in the architecture of this electoral *mise-en-scène*, it is in the televised debate that candidates expose themselves and more directly speak to voters. Due to the audiovisual apparatus, we cannot dissociate the verb from the body that, in actuality, is essential to politics, especially at the time of electoral campaign; therefore, the presidential election debate is an empowering apparatus for the interlacing of verb and image. For this work, therefore, we will present an analysis of the electoral political subject's constitution along with the mutations of the televised debate genus, taking on the second round debates of presidential elections, from the re-democratization (1989) to the present (2014), and focusing on categories like "the architecture of debate", "the face", "the silhouette" and "the verb". To this end, we will be guided by reflections on the studies of Discourse Analysis, which take into account the syncretic wording in its historical density, as well as the studies on public speech, supporting ourselves by the contributions of J.-J. Courtine and the works of M. Foucault, thus focusing on the importance of discourse studies in conjunction with History, seen in its discontinuities.

Keywords: Televised debate; Political discourse; Mutations; Discourse analysis

1 Introdução

Em trabalho de doutoramento, considerando as mudanças nos modos de expressão política em geral, investigamos o funcionamento e as mutações do discurso político e dos sujeitos políticos em debates televisivos em campanhas presidenciais no Brasil.

Para esse presente artigo restringiremos, com a finalidade de verificarmos o funcionamento do gênero debate, a seleção do material nos debates de segundo turno de 2010 e 2014 pautando-nos em três aspectos: a) na situação de final de campanha de segundo turno; c) na presença da mulher, devido sua aparição nas últimas campanhas; d) nas modificações no formato do debate, mesmo que mantenham o aspecto do formato denominado “*town hall meeting*”¹.

Dessa maneira para tanto, mobilizaremos os últimos debates de segundo turno de 2010 e 2014 veiculados pela Rede Globo.

Pêcheux, em conjunto com Françoise Gadet, tratou das mudanças no discurso político na obra *La langue introuvable* (1981)², na qual manifestam várias ponderações sobre as transformações do discurso político da contemporaneidade. Diferentemente do cenário político do qual a AD se ocupou, não flagramos no discurso político a “língua de madeira” – aquela que verbalizava as ideologias estáveis, do totalitarismo. Não encontramos mais o discurso inflamado, dos *companheiros*, advindo das ideias socialistas, mas vimos um discurso político que se vale de uma “língua de vento”³ (PÊCHEUX e GADET, 2004, p.23), pautado no indivíduo, em sua vida particular, caracterizando-se por um discurso que se funda na individualização em detrimento da ideologização. Vimos que se sobrepõe ao dizer do cidadão comum àquele do homem público.

Tal estudo levou-nos a avaliar que, se pensarmos no discurso político veiculado na televisão em propagandas políticas, há uma evidência do indivíduo em detrimento das relações governamentais e, até mesmo, do partido, triunfando, assim, “a personalização dos discursos públicos” (COURTINE, 2006, p.138). O político em si – seus gestos, seu modo de se vestir, sua vida etc. – é fortemente destacado pela mídia, impondo, assim, que a temática pública seja absorvida pela privada e o homem público torne-se obscurecido pelo indivíduo, intensificando a espetacularização do eu (COURTINE, 2006). Nessa circunstância, observa-se que o discurso político, ao qual J.J. Courtine se refere nos anos 90 na França⁴, constrói-se, portanto, sob a égide do acordo, da amenidade e do esvaziamento temático (COURTINE, 2003). Ele passa a ser marcado, nas décadas de 1990 e 2000 no Brasil, pela fala cordial, pela temática do cotidiano, pela docilidade que propicia

¹Encontro de comunidade, encontros públicos informais.

²Tradução brasileira: GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2004.

³Formulação de R. Debray retomada em GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2004.

⁴ O artigo ao qual fazemos referência foi publicado originalmente em : *Les glissements du spectacle politique*. Esprit, Paris, nº 164, 1990.

o entendimento entre os diversos⁵. Assim, essa forma de se expressar traz à tona novos questionamentos relacionados ao funcionamento do discurso político da contemporaneidade. Assim, algumas de nossas perguntas de pesquisa são: em relação ao gênero debate político, as novas formas de circulação impostas pelas cadeias televisivas fizeram com que os debates sofressem modificações? Em relação à construção midiática das campanhas, há novas formas de construção do corpo do homem político, o que promove uma estetização⁶ da política? Na redemocratização, a cortesia e a polidez eram formas muito empregadas, para manter a formalidade. Essas formas são atenuadas nos anos 2000 em função da informalidade e construção da proximidade?

Ao consideramos que nas recentes campanhas eleitorais há a ampliação da inscrição da mulher no espaço político de campanha presidencial isto porque, em 1989, houve apenas uma candidatura feminina sem expressividade de Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu, pelo extinto Partido Nacionalista PN, o que voltou a ocorrer em 1998 com a candidatura, também inexpressiva, de Thereza Ruiz pelo Partido Trabalhista Nacional-PTN⁷, o ano de 2006 inaugura a expressividade das candidaturas femininas com a candidata Heloísa Helena pelo Partido Socialismo e Liberdade- PSOL⁸ a qual, diferente das candidatas anteriores e da também candidata naquele pleito Ana Maria Teixeira Rangel PRP⁹, obteve visibilidade na campanha eleitoral tendo tempo de televisão e participação nos debates. O ano de 2010, na esteira do pleito anterior, candidatam-se Marina Silva pelo Partido Verde-PV¹⁰ e Dilma Rousseff pelo Partido do Trabalhadores- PT¹¹ e por fim, 2014 afirmando a presença feminina nas eleições, candidatam-se mais uma vez Dilma Rousseff- PT, Marina Silva,

⁵ Tal característica também pode ser também observada nas campanhas eleitorais brasileiras dos anos de 1990. A campanha de 2014 e os fatos dados na sequência indicam certa suspensão da docilidade e o recrudescimento dos embates. Isso se deu pautado nas diferenças político ideológicas e programáticas dos partidos que se enfrentam. É um movimento a ser analisado com mais acuidade.

⁶ Sinalizamos, já aqui, que a palavra estetização refere-se aí não a noção de estética aristotélica ou mesmo àquela mobilizada por Walter Benjamin (1985).

⁷ O PTN, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. Dorival Masci de Abreu, em 22.8.97, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 9003/96, o pedido de seu Registro Definitivo, o qual originou o Processo de registro nº 288, deferido em sessão de 2.10.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.984, publicada no Diário da Justiça de 21.10.97. In: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>> Acesso em: abril de 2017.

⁸ O Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, representado por sua presidente nacional, Heloisa Helena, em 1º.9.2005, requereu a esta Corte, mediante petição protocolizada sob nº 9460/2005, o pedido de Registro do mencionado partido, o qual originou o Processo de Registro nº 303, deferido em sessão de 15.9.2005, nos termos da Resolução/TSE nº 22083/2005, publicada no Diário da Justiça de 30.9.2005. In: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>> Acesso em: abril de 2017.

⁹ Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PRP, em petição protocolizada sob nº 6129/90, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Altasmir Greco, requereu a concessão do seu Registro Definitivo, da qual originou o Processo de Registro nº 211, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 29.10.91, nos termos da Resolução/TSE nº 17.670, publicada no Diário da Justiça de 10.6.92. In: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em abril de 2017.

¹⁰ Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PV, em petição protocolizada sob nº 9432/92, na data de 11.9.92, por intermédio de seu novo presidente nacional, o Sr. Alfredo Hélio Syrkis, requereu a concessão do seu Registro Definitivo, da qual originou o Processo de Registro nº 243, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 30.9.93, nos termos da Resolução/TSE nº 243, publicada no Diário da Justiça de 9.2.94. Obs.: O nº da Resolução/TSE é o mesmo nº do processo de registro definitivo. In: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em: abril de 2017.

¹¹ Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PT, em petição protocolizada sob nº 3734/81, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, requereu a concessão do seu Registro Definitivo, da qual originou o Processo de Registro nº 43, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 11.2.82, nos termos da Resolução/TSE nº 11.165, publicada no Diário da Justiça de 18.3.82. . In: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em: abril de 2017.

nesse momento pelo Partido Socialista Brasileiro- PSB¹², e Luciana Genro pelo PSOL. Dessa maneira, pela incidência feminina ocupando o lugar de candidatas à presidência da república no Brasil, põe-se em questão, como a mulher inscreve-se e é inscrita discursivamente no debate eleitoral. Há diferenças relativas ao gênero em relação ao candidato homem? Ademais, com as mudanças nos modos de expressão política em geral, neste presente trabalho o delinearemos o funcionamento dos debates televisivos em campanhas presidenciais no Brasil dos anos de 2010 e 2014.

2 Do debate de 2010: o afastamento das emoções

O campo político é historicamente marcado pela dominação masculina, não sendo lugar previamente ocupado por mulheres, pois “o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares...” (RAGO, 2013 p. 603), foi no século XIX que parte do que o indivíduo é hoje foi moldada assim como o papel da mulher, sendo dada a fundação da cultura burguesa em “binarismos e oposições, tais como natureza/cultura, pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior” (TELLES, 2013, p.403), marcando, também, a partir desse binarismo, a relação de hierarquia, atribuindo-se superioridade ao homem em detrimento da mulher.¹³ Assim, a sociedade se estruturou e ainda se estrutura de maneira dual e separatista entre homem e mulher, preconizando que o espaço privado, o da casa, da família é delegado à mulher, sendo o lugar a ela destinado, e o espaço público, o da rua, das interações externas, das rodas de conversas é delegado unicamente ao homem. Dessa maneira, não sendo socialmente cabível a mulher frequentar o espaço público. Segundo Bourdieu,

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual é fundada: é a divisão sexual do trabalho (...) a estrutura do espaço, com a oposição entre o lugar da assembleia ou o mercado, reservado aos homens, e a Casa, reservada às mulheres (1998, p.22 e 23, tradução nossa)¹⁴.

Sendo a mulher um sujeito socialmente construído em uma sociedade patriarcal e sexista, na qual “espera-se das mulheres, que sejam femininas, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas, e às vezes até mesmo eclipsadas”¹⁵. (BOURDIEU, 1998, p.94, tradução nossa) o sujeito

¹² Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSB, em petição protocolizada sob nº 2202/88, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Jamil Haddad, requereu a concessão do seu Registro Definitivo, da qual originou o Processo de Registro nº 113, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 1.7.88, nos termos da Resolução/TSE nº 14.359, publicada no Diário da Justiça de 8.3.89. In: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em: abril de 2017.

¹³Pela importância e pelo ineditismo de termos uma mulher candidata a presidência dividimos a análise do debate de 2010 tratando do feminino e do masculino em dois momentos distintos.

¹⁴ Texto original em francês: L'ordre social fonctionne comme une immense machine symbolique tendant à ratifier la domination masculine sur la quelle el est fondé: c'est la division sexuelle du travail, (...) c'est la structure de l'espace, avec l'opposition entre le lieu d'assemblée ou le marché, réservés aux hommes, et la Maison, réservée aux femmes (BOURDIEU, 1998, p.22 e 23).

¹⁵Texto original em francês: «On attend d'elles qu'elles soient «féminines» c'est dire souriantes, sympathiques, attentionnées, soumises, discrètes, retenues, voir effacées» (BOURDIEU, 1998, p.94).

encarnado por Dilma Rousseff inscreve-se, em nossa hipótese, na neutralização do feminino. Dilma porta um semblante sério, sem sorriso. Segundo Goffman (1988), o sorriso é característica feminina por excelência, essa seria uma das razões para se afastar da posição dita feminina¹⁶, como também esse afastamento está marcado simbolicamente em seus curtos cabelos. Entretanto, apesar dos cabelos curtos, a maneira como é penteado e sua coloração marcam a feminilidade. Tais marcas são discretas, dessa maneira, temos uma feminilidade levemente marcada e entrelaçada com o masculino¹⁷.

No âmbito da estetização, observa-se a construção de um corpo político que discursiviza discreta feminilidade que pode ser vista nos adereços, como joias discretas, que afirmam sua inscrição no âmbito do gênero feminino. O terno, austero de cor cinza é acompanhado pelo gesto das mãos para trás em conjunto com o andar forte e duro, como se pressionasse o solo, gestos geralmente relacionados ao masculino, possivelmente uma estratégia para não perder a força e demarcar sua posição de candidata à presidência em um lugar notoriamente machista como a política. Entretanto, o peito aberto demonstra uma possível proximidade com o eleitor, gesto de docilidade, assim como as mãos, que em vários momentos, assinalam certa brandura, pois estão, em geral, abertas ou contra o seio. Tais características demonstram a transitoriedade de lugares ocupados pela candidata que ora se manifesta no espaço feminino ora no masculino (como em figuras abaixo).

Figuras 1 e 2.



Voltando para a análise da formulação do discurso político produzido em debates eleitorais, trazemos a seguir dois fragmentos do debate de 2010 em que a candidata Dilma responde às questões de eleitores indecisos.

Enunciado 1 - Dilma: Boa noite Bonner, boa noite jornalistas da rede globo, boa noite os eleitores indecisos que enriquecem hoje nosso debate, **boa noite candidato**, boa noite você que nos acompanha em casa. Desejo a todos nós um bom debate.

Enunciado 2 – Dilma responde: É... queria dizer **Misterly que a sua pergunta é muito correta**. De fato, no Brasil, há uma tradição de pagar mal ao funcionalismo público e muitas vezes, inclusive, a desvalorizá-lo, é... **nós defendemos**, no governo Lula, uma política de valorização dos professores, por isso criamos o

¹⁶ Ao nos referirmos ao feminino, ou usar o termo feminilidade, fazemos referência à construção histórica-social e estereotipada do feminino. Não defendo aqui que essa construção social como única e verdadeira, apenas atesto sua existência e também sua aceitação, ou não, no campo político.

¹⁷ Ao nos referirmos ao masculino, fazemos referência à construção histórica-social e estereotipada do gênero, não defendo aqui, de maneira alguma, uma construção única e verdadeira.

piso nacional do magistério e temos uma política de valorização, também, dos policiais e da área da saúde, **fizemos** concursos e criamos plano de carreira (...)

Enunciado 3 – Dilma **Eu acho** essa pergunta muito importante vejo que, é ... **você que mora** no distrito federal tem essa sensibilidade para essa questão

Eu considero que nos últimos anos, quando **nós reforçamos** e profissionalizamos a polícia federal, **nós começamos** a ver uma porção de casos de corrupção sendo apurados e pela primeira vez foram atingidas pessoas de gradação mais elevada, **nós tivemos** prisões de empresários(...) Mal feito, você pode ter certeza que em qualquer lugar em que houver impunidade ou não houver investigação, ele vai ocorrer, então é importante investigar e punir, você tem de investigar e punir **doa a quem doer e atinja a quem atingir**.

Há outro elemento fundamental na área do governo federal, foi a controladoria geral da união, o que a controladoria geral da união, por exemplo, foi responsável pela investigação dos sangue sugas, **não sei se você lembra disso** (...)

[Resposta da candidata a questão do eleitor indeciso Lucas sobre corrupção].

O início do enunciado 1 é construído a partir das manifestações das formas de polidez tradicionais materializadas pelos cumprimentos de “boa noite” dirigidos a cada um dos participantes do debate, aos eleitores ali presentes e também aos eleitores/telespectadores. Ao fazer referência ao candidato de oposição, utiliza-se a forma “candidato” para marcar uma polidez informal. A referência aos eleitores/telespectadores, no caso o primeiro nome da eleitora, (enunciado 2) sinaliza a aproximação do candidato com o eleitor, o que, na atualidade, consiste mais na tentativa de conquista do que aproximação, assim como o elogio à pergunta da eleitora (enunciado 2, trecho em destaque). O enunciado 4 também corrobora com a estratégia de aproximação/conquista com o eleitor, na medida em que traz interlocuções diretas por meio de interrogações que promovem o efeito de sentido de inserção no discurso, como:” você que mora” e “não sei se cê lembra”, destacadas acima.

Há uma alternância no emprego dos pronomes, utiliza-se um *nós inclusivo* para fazer referência ao governo passado, ou seja, tal utilização está demarcando o passado, enquanto que o *eu*, utilizado de maneira exclusiva, demarca o tempo futuro e também individual, promovendo o descolamento desse sujeito político do passado e do governo anterior, visando o futuro governo. No enunciado 3, observamos a incidência desses pronomes funcionando como ferramentas de distinção entre o sujeito político individual: “Eu considero, eu acho”, e um governo conjunto “nós reforçamos, nós fazemos” marcado pelo *nós inclusivo* tão característico do dizer político eleitoral.

No enunciado 2 em que Dilma responde a pergunta da eleitora Misterly, há um movimento estratégico de evidenciar temáticas que são caras aos eleitores. No caso da questão elucidada, o tema educação é um dos mais lembrados pelos eleitores, pela população que reivindica melhorias. Dessa maneira, a evidência do tema, a partir do movimento metonímico (professor) é pertinente e estratégico, assim como o movimento de elencar benfeitorias do governo do qual fez parte ou ao qual pertencia o seu partido, é movimento característico e constituinte do discurso político eleitoral, marcando as *estratégias intrínsecas ao discurso político*.

Quando tratamos da corporeidade do sujeito político feminino, atestamos um bailar desse sujeito que ora ocupava uma posição feminina, ora masculina, fato que emerge em conjunto com a materialidade linguística ao trazer indícios dessa dança de posições entrelaçadas. A didatização presente no dizer da candidata Dilma nos remete ao discurso dito feminino, no entanto, a materialidade linguística aparece também sob o signo da neutralização de termos ditos femininos e uma notória utilização de um dizer mais didatizado, característica pertinente ao discurso político contemporâneo, demarcada pela utilização de conjunções explicativas e perguntas retóricas.

O dizer da candidata é composto de fatos e dados sobre o governo anterior, o que dá credibilidade ao dizer político e que o constitui, assim, novamente, não destoando da forma do discurso político contemporâneo.

Enunciado 4 - Dilma: Porque pra gente que somos um país de 90 milhões de habitantes nós precisamos de gerar posto de trabalho. **É fato que nós geramos 15 milhões de empregos nos últimos anos** [Resposta da candidata Dilma sobre legislação trabalhista].

Analisando a materialidade linguística, observamos o emprego recorrente da repetição sintática na construção frasal, criando um efeito de didatização da forma de dizer como nos trechos destacados do enunciado 4 acima. A repetição dos termos “nós fizemos isso” “Fizemos isso também”, “e fizemos também na área” indica a recorrência da ação, que pelo seu acúmulo marca a quantidade, sendo a repetição sintática e lexical uma estratégia didática de fortalecer o efeito de forte atuação do sujeito do discurso.

Já no fragmento: “doar a quem doar e atingir a quem tiver de atingir”, cria o efeito de sentido de credibilidade a partir do pulso firme que remete ao espaço masculino e eleva o que é social e historicamente relacionado a masculinidade, tal como a força. A candidata, mais uma vez, recorre a esse tipo de identificação para ocupar um espaço tido como masculino em um momento em que os debates eleitorais suscitam uma nova postura, fala, gestualidade; mas, em virtude de Dilma ser mulher, ela recorre ao mundo da masculinidade para se firmar enquanto candidata plenamente capaz de ocupar um campo, até então, dominado por homens.

Figuras 3 e 4.



O candidato José Serra apresenta-se com uma expressão leve, mesmo guardando a seriedade, estratégia que constrói credibilidade e sua feição não é sisuda, como podemos observar nas figuras 3 e 4 acima. Há seriedade, porém sem agressividade na expressão, um olhar tranquilo que é assim respaldado pela

voz pausada e em tom médio, bem como há equilíbrio no movimento do corpo. Observamos certa amenidade e docilidade na composição, na feição desse sujeito político o que constitui a *estratégia de docilização* tão cara a esse debate.

Como é possível observar por meio do congelamento de imagens trazido para essa pesquisa (figuras 3 e 4), José Serra aparece portando um terno escuro austero, vestimenta muito comum em ocasiões formais. Diferente de outros momentos e ambientes, como as falas feitas do palanque e as convenções partidárias, o candidato não carrega símbolos do partido, como broche ou adesivo, não há, também, referência ao partido nas roupas, não há a cor azul ou a cor amarela, as quais estão relacionadas com o PSDB, assim a silhueta do candidato aparece na esteira da neutralidade, promovendo a atenuação da visibilidade de uma posição político partidária estereotipada o que pode indicar a *Estratégia de aproximação partidária/ideológica*.

Em relação à gestualidade, as mãos abertas, predominantes em todo o debate, indicam uma leveza, diferente do punho cerrado mais agressivo, que é intensificada pelas mãos levadas ao peito, intensificando a *estratégia de docilização*. O peito aberto, também predominante, demonstra a possibilidade de aproximação com o eleitor, materializando a *estratégia de aproximação*. Assim, o corpo docilizado e esteticamente coerente é agradável aos olhos e passível de aproximação.

O candidato encarna um soberano paternal caracterizado pela docilização do corpo e de seu dizer como (CHARAUDEAU, 2006) alguém detentor de seu controle, capaz de resolver todos os problemas mundanos, carregado de potencial. Como oposição, a candidata adversária, mulher, mãe do povo, cuidadora da nação, o candidato Serra, então, encarna uma figura de provedor ao marcar o lugar do homem em relação ao da mulher. Nota-se a incidência dos discursos estereotipados e socialmente difundidos do que seria o homem e a mulher, discursos esses perpassando esse sujeito político eleitoral e os constituindo. É aqui o primeiro momento da oposição de gênero, dos discursos do homem e da mulher em sua binaridade¹⁸.

Ainda sobre a *Estratégia de docilização*, mesmo quando um candidato corrige o outro como no seguinte enunciado proferido por Dilma. (enunciado 6) e rebatido por Serra (enunciado 7).

Enunciado 5 - Dilma: O cadastro de criminosos já existe no Brasil, há um cadastro nacional hoje [Resposta da candidata sobre o tema segurança].

Enunciado 6 - Serra: fichário nacional de criminosos pra funcionar de verdade.

Não há procedimentos de agressividade, modulação mais forte na voz ou um olhar de reprovação (figura 4), os candidatos evitam se olharem, fazerem qualquer troca, mantendo assim a formalidade, a distância. Mesmo quando há reprovação ao governo do opositor, por exemplo, ao responder a questão sobre saneamento, a candidata novamente atribui sujeitos generalizantes às ações, ao mobilizar Brasil e Governo federal no enunciado 7 abaixo.

¹⁸Devemos ressaltar aqui que não postulamos apreciações sobre gênero, apenas trazemos o funcionamento dos diversos discursos.

Enunciado 7 - Dilma: O Brasil parou de investir em saneamento durante muito tempo, o governo federal voltou a investir agora nesses últimos tempos.

Produz-se um efeito de distanciamento dos agentes dessas ações, não evidenciando os partidos, as marcas ideológicas pré-estabelecidas são atenuadas e *aproximação ideológica* marcada pela não evidência e a não mobilização dos partidos, o que promove o apagamento dos mesmos e sustenta certa *docilização*.

Figura 5.



Enunciado 8 – Serra: Boa noite Bonner, um abraço a você e **boa noite** aos eleitores que aqui estão que representam milhões de brasileiros, boa noite a **candidata** Dilma, **boa noite** aos presentes e **boa noite** aos telespectadores de todo o Brasil que vão nos assistir. (...)

Obrigado **Misterly**, na verdade **é uma pergunta muito oportuna**. (...) **Eu defendo**, em matéria de funcionalismo, a carreira, o concurso, a valorização dos profissionais de cada área, isto é fundamental porque sem isso nós não vamos ter um bom serviço público e quem paga o preço é a população. **Eu acredito**, inclusive, que no Brasil tem que haver muito avanço nessa área, nós devemos prestigiar, dar força aos funcionários de carreira (...) [Primeira resposta do candidato sobre o tema funcionalismo público].

Enunciado 9 - Serra: Muito bom **Lucas, você tem toda razão** (...) **Eu creio** que o trabalho contra a corrupção começa por fortalecer os órgãos de fiscalização: o tribunal de contas que no Brasil tem um papel que deve ser reforçado e não simplesmente atacado como tem acontecido, (...) **eu fiz** um acordo com o ministério público para que os promotores e procuradores viessem para dentro do ministério para acompanhar tudo que tinha licitação etc. (...). Mas **eu quero te cumprimentar pela importância de sua pergunta e revelar minha disposição** pra combater de maneira firme a corrupção [Resposta do candidato Serra a pergunta proferida pelo eleitor indeciso de nome Lucas que versava sobre corrupção].

Quanto à materialidade linguístico-discursiva, o cumprimento no enunciado 6 é construído a partir das manifestações das formas de polidez tradicionais materializadas boa noite dirigido a cada um dos participantes do debate, aos eleitores presentes e também aos eleitores/telespectadores. Ao fazer referência ao candidato de oposição utiliza-se a forma candidata, marcando uma polidez informal e *estratégia de docilização*. A referência aos eleitores/telespectadores, no caso o primeiro nome da eleitora, marca a aproximação do candidato com o eleitor, o que, na atualidade consiste mais na tentativa de conquista do que aproximação, assim como o elogio à pergunta da eleitora e do eleitor na segunda resposta (em destaque no enunciado 8 e 9).

Defendemos aqui uma *estratégia de aproximação partidária/ideológica*, no entanto, sabemos que no discurso há continuidades e descontinuidades e que na homogeneidade há heterogeneidades, que há

interdiscursividades e assim, formações discursivas perpassadas por outras, discursos outros se entrelaçando os quais respondem por determinadas FDs e por elas são constituídos. Desse modo, ao tratamos da *estratégia de aproximação partidária/ideológica*, observamos uma dissolução de marcas categóricas/cristalizadas das formações discursivas antagônicas nas quais se inscreviam/escrevem os candidatos, marcando a heterogeneidade discursiva advinda das relações interdiscursivas que são materializadas nos enunciados divididos. Dilma e Serra, porém, ainda há algo que marca, mesmo que nesse momento, ano de 2010, ainda não houvesse, nitidamente na sociedade, nas ruas, o movimento de resgate dos posicionamentos políticos, eles aí estavam, materializados na língua mesmo que obscurecidos pelo claras e pastéis estratégias de docilização do discurso político.

Dessa maneira, é pela mobilização de termos distintos que a formação discursiva na qual o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) se inscreve. Trata-se de uma FD de centro direita meritocrática, sendo que esse lugar de fala aparece, ao mobilizar, no caso do candidato Serra, termos como formação, qualificação, como no enunciado que se firma na meritocracia. Diferentemente da candidata Dilma que se firma na remuneração “pagar bem”, aspecto muitas vezes clamado em greve e pelos movimentos sociais representantes da classe, assim trazendo a FD de esquerda social, lugar de nascedouro do Partido dos Trabalhadores.

Enunciado 10 - Serra: “e a sala de aula depende muito da **qualificação** e da **formação**” [Resposta dada a questão sobre educação]

Enunciado 11 - Dilma: pagar bem o professor é o grande desafio que nós temos.

É notória a utilização de um dizer explicativo, didática característica e pertinente ao discurso político contemporâneo, visto o aparecimento de conjunções explicativas e perguntas retóricas, demonstrando as *Estratégias intrínsecas do discurso político*. O predomínio da primeira pessoa do singular demarca o individual, colocando em evidência o homem, o sujeito político e não seu governo. Os termos elencados pelo candidato como acredito e defendo (em destaque nos enunciados 10 e 11) contribuem com esse movimento. A formulação do discurso de envolvimento e culpabilização do partido adversário em atos de corrupção é feito de forma indireta. O enunciador não nomeia o partido opositor, no caso o PT, tampouco dirige-se diretamente à candidata desse partido, mas culpabiliza ambos por não apurarem denúncias, por indicar nomes para o ministério público, por estarem envolvidos no caso do Dossiê dos Alopados que foi considerado como forjado, produzido como uma falsa acusação. Comparado à resposta da candidata Dilma Rousseff a essa mesma questão, consideramos que há maior quantidade de informação e conseqüentemente maior gravidade nos fatos trazidos para comentar a resposta, entretanto eles são expostos de forma pouco agressiva, no que se refere ao tom de voz e ao olhar acusatório (figura 7), o que pode caracterizar tanto uma *estratégia de aproximação com o eleitor* quanto uma *estratégia de docilização*.

Figura 6.



2.1 Do debate de 2014: ânimos exaltados

Sendo uma mescla de dois tipos de debate, o “convencional direto” com o “interativo complexo” (WEBER, 2010) temos também dois aspectos de focalização. Na maioria das vezes, no momento em que os candidatos se encontram posicionados frente a frente há tanto plano aberto quanto plano fechado, no entanto, o plano fechado é privilegiado quando os candidatos respondem as questões, evidenciando o candidato que está com a palavra (figuras 9 e 10).

Figuras 7 e 8.



Em várias ocasiões, os candidatos se enfrentam com o punho cerrado, expressão exaltada como se esbravejassem e rosto rubro (figuras 11 e 12) signo de força tão marcado no discurso político; tal gesto, por sua vez, é intercalado por aquele das mãos abertas. Aqui, temos um momento no qual o processo de docilização é substituído pela fala e gestualidade da agressividade, voltando assim a *estratégia de agressividade*. Não por acaso, isso se dá na campanha eleitoral na qual se diminui drasticamente a distância entre o primeiro e segundo candidatos com mais intenções de voto.

Figuras 9 e 10.



Em um momento de forte oposição entre proposições políticas, a sociedade brasileira vê-se imersa em um confronto polarizado entre dois partidos, fato perceptível no debate, no qual a questão de gênero, ainda que presente, já não é mais mote central da candidatura. Muito diferente de 2010, no qual as marcas partidárias não se evidenciavam, nem mesmo na silhueta dos candidatos, nesse momento as marcas se encontram em evidência. Assim, pela gravata azul e pela blusa vermelha encontram-se as marcas partidárias, dos dois grandes partidos PT e PSDB que ali se digladiavam, materializando na *estratégia de afastamento partidário/ideológico*.

A estrutura desse debate permite uma diferente constituição do discurso político eleitoral em debate. No que concerne ao verbo, devido à possibilidade de interlocução direta, as formas de referência são inúmeras vezes mobilizadas o que marca o início dos turnos pelo termo vocativo candidato empregado, muitas vezes, sob uma modulação longa, permitindo, assim, o efeito de sentido de repreensão.

Enunciado 12 - Aécio: (...) mas **eu faço** uma pergunta, candidata. A revista hoje publica que um dos delatores do "petrolão" disse que a senhora e o ex-presidente Lula tinham conhecimento da Petrobras. **Dou a oportunidade**, a senhora sabia, candidata, da corrupção na Petrobras?

Enunciado 13 – (...) Eu irei à Justiça para defender-me e ao mesmo tempo, eu tenho certeza que o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação no domingo, votando e derrotando **essa proposta que o senhor representa** e que é o retrocesso no Brasil.

Já no início do debate (enunciados 12 e 13 transcritos acima) aborda-se o tema corrupção, reafirmando o que já vinha acontecendo na campanha eleitoral como um todo. A grande incidência de pronomes pessoais e da primeira pessoa demonstra um discurso ainda pautado no homem político no que tange a sua moralidade. Podemos dizer que aqui temos o que Debray (1994) enuncia como sendo a substituição do debate de ideias pela análise da moralidade, fato que reafirma a tessitura do discurso político na contemporaneidade. No entanto, na esteira de Le Bart (1998)¹⁹ de que a conjuntura política pesa sobre a produção dos discursos, e, também, na esteira das condições de emergência foucaultianas, o momento de bipolarização política transparece na medida em que emerge uma ideologia, um grupo, um partido que se constitui por determinada proposta e se coloca, então, em determinada posição como no excerto: “essa proposta que o senhor representa” (enunciado 13, trecho em destaque).

¹⁹ Citação original em francês : “ La conjuncture politique pèse également sur la production des discours” (LE BART, 1994, p.40).

O debate de 2014 começa a se configurar a partir de um distanciamento do que outrora constituía o discurso político em campanha eleitoral, que era a desideologização em detrimento da evidência do homem político. Desde o início, redesenha o discurso político eleitoral presidencial brasileiro em confronto, ao trazer características partidárias marcadas, ratificar a polarização política e se distanciar, dessa maneira, de seu desenho anterior. Inicia-se um dizer calcado e marcado em formações discursivas divergentes, que estão não só sinalizadas no broche do paletó, mas também, em sua silhueta (gravata azul versus tailleur vermelho) e não mais nas formas cristalizadas. A *estratégia de aproximação* manifesta-se em toda a constituição desse sujeito político, vemos a emergência de um dispositivo de espetacularização que dá à imagem do sujeito político grande notoriedade.

O candidato Aécio, por exemplo, aparece sob a insígnia da valorização da estetização, encarnando ar de jovialidade, feição limpa. Durante o debate, contudo, o candidato parece, em vários momentos, expor um leve sorriso irônico que ratifica a agressividade que ali se edifica. Nessas circunstâncias, também a candidata Dilma retesa sua face, expondo feição de desagravo. Aqui, em 2014, no âmbito da estetização, a candidata Dilma Rousseff aparece com evidentes marcas de feminilidade, ao portar brincos maiores e colar mais brilhante do que usava em 2010. Nesse momento, no pleito de 2014, a candidata já ocupava o cargo de presidenta, assim sendo, já não parecia mais necessário apagar totalmente a feminilidade.

Como já pontuado, historicamente a sociedade se construiu a partir da divisão do público/rua e do privado/casa, tendo destinado ao homem a rua e à mulher a casa. A partir disso, foi vetada à mulher a sua participação e contribuição para o meio público, restringindo o papel da mulher ao privado. No entanto, nesse momento, a candidata já ocupava o cargo de presidenta, ou seja, ocupava devidamente o espaço público e supostamente sua imagem já havia circulado muito na sociedade, vindo a ser possível marcar mais fortemente a encarnação do feminino, até mesmo fazendo uso de batom de cor mais forte, pois se acreditava que já havia condição de considerar naturalizada a presença de uma mulher no cargo de presidência, já estaria licenciado e materializado em seu dizer algumas cristalizações do dizer dito feminino como os diminutivos “brasileirinhos e brasileirinhas” e o termo “querido”.

Enunciado 14 - Dilma: Candidato, desculpa, você pode ser um dia candidato, né, **querido**. (...) [Resposta de Dilma a eleitora indecisa de Belém sobre habitação].

Enunciado 15 - Dilma: (...) A gente dá oportunidade para os **brasileirinhos** e para as **brasileirinhas**, nós vamos fazer 6 mil creches, duas mil já entregamos, e estamos construindo mais 4 mil. (...) [Pergunta de eleitora indecisa sobre educação].

O interlocutor masculino inserido no lugar que lhe é previamente destinado, detentor do poder cede, algumas vezes, espaço para a mulher que ali ocupa o mesmo lugar que ele. Por diversas vezes, o candidato Aécio mobiliza o verbo dar seguido do termo oportunidade, produzindo sentido de detentor daquele espaço público de fala como trecho destacado no enunciado 12 transcrito acima e também no excerto em destaque no enunciado 14 e 15 a seguir.

Enunciado 15 – Aécio: Candidata, eu **apenas dei a senhora a oportunidade** de apresentar sua defesa, não acredito que a acusação à revista ou a tentativa do seu partido de tirá-la de circulação seja a melhor resposta. (...) [Réplica do candidato Aécio sobre corrupção na Petrobrás.]

Enunciado 16 –Aécio (...) **Dou-lhe mais uma oportunidade**, o que o seu governo fará se vencer as eleições para controlar a inflação, candidata, ou ela não é um problema? [Questão sobre inflação proferida pelo candidato Aécio]

O debate foi permeado por ataques do início ao fim, mesmo quando os interlocutores se dirigiam aos eleitores, havia, nas respostas, referência ao outro candidato, marcado assim pela *estratégia de agressividade*, tornando esse debate, mesmo com todos os seus ritos e polidez necessários ao gênero um verdadeiro embate. Amossy (2014) apresenta parâmetros para sistematizar e categorizar o funcionamento da violência verbal. Elencamos alguns desses parâmetros caros às análises. São eles: a) Ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado e ridicularizado. Linguisticamente, o contra-discurso não apresenta a fala adversária se não sob formas fortemente desvalorizantes, mobilizando todo o arsenal do discurso relatado. A fala do outro é reprisada, reformulada, descontextualizada e invalidada, de modo a lhe privar de sua coerência própria, tratando-a de forma irônica, paródica. b) O polemista ataca a própria pessoa do opositor. Temos aqui um argumento dito *ad hominem*, que foca mais na pessoa do que sua tese. c) O polemista usa insultos contra seu adversário. Atribui-se ao outro qualidades que o desqualificam. d) O polemista incita a violência contra o outro.

Os procedimentos usados foram variados, como:

i) A desqualificação *ad Hominem*

Enunciado 18 - Dilma: Eu acho que o senhor está mal informado (...)

Candidato, o senhor não entende, não conhece direito então esse programa.

Enunciado 19 - Aécio: Mais um engano da senhora (...);

Lamento, candidata, que a senhora esteja tão desinformada em relação ao seu governo.

ii) Ponto de vista ridicularizado por meio da ironia;

Enunciado 20 - Aécio: Fernando Henrique, aquele a quem a senhora teceu elogios que talvez eu não tenha tido ainda a oportunidade de fazer.

Enunciado 21 - Dilma: Aí, o senhor vai me desculpar, mas eu vou concordar com o humorista José Simão, vocês estão levando o Estado para ter um programa "Meu Banho Minha Vida" é isso que vocês conseguiram.

Houve até mesmo a quebra do rito instaurado no debate momento no qual o candidato Aécio expressa um riso irônico.

Figura 11.



Ainda em relação aos procedimentos de agressividade, elencamos aqui o procedimento de direcionamento de respostas. A todo momento, os candidatos, ao responderem as questões, direcionam o ataque produzindo a agressividade e construindo a estratégia.

Enunciado 25 - Aécio: Candidata, aproveito a pergunta sobre o Minha Casa Minha Vida para mais uma vez denunciar o terrorismo que o seu partido vem fazendo.

Enunciado 26 - Dilma: O meu governo, nada, agora acredito que o seu tem muito que esconder quando se trata dos gastos com publicidade, não claramente veiculados no que se refere aos jornais e a televisão da sua família.

Muito diferente do debate de 2010, que era permeado pela *estratégia de docilização* que foi permitida pela própria arquitetura daquele debate, no qual não houve interlocução direta, o debate de 2014 consentiu estratégia diferente que foi até mesmo levada para o momento no qual o foco não eram os dois candidatos, mas sim o eleitor, ou seja, no momento que os eleitores proferiam as questões, dividindo o foco com os candidatos.

O momento de polidez se dava devido às obrigações do gênero que impelem um rito e um mecanismo a ser seguido. Assim, a polidez ocorria somente quando era imposta pela necessidade do gênero, ou seja, de maneira forçada.

Quanto às *estratégias intrínsecas* que estão relacionadas as características do discurso político relacionadas com o plano de governo, ou ações realizadas em governos anteriores, como: argumentos pautados em dados estatísticos e/ou em números de investimentos, promessas e referência a programas e ações que já foram feitas anteriormente pelo candidato; ficam marcadas fortemente no momento em que há a interlocução entre o político e os eleitores como nos enunciados a seguir. Diferentemente do momento de interlocução direta que propiciou o embate, a estrutura da interlocução político/eleitor possibilita a predominância das *estratégias intrínsecas ao discurso político* (como destacadas nos enunciados abaixo); porém, não promovendo o total apagamento das outras estratégias, as quais coexistem na discursividade político eleitoral.

Também é nesse momento que se privilegia a estratégia de aproximação com o eleitor, seguindo assim, a esteira dos debates anteriores que promovem pela sua arquitetura a possibilidade do candidato dividir o foco com o eleitor e dirigir-se a ele.

Diferente dos anteriores debates dos anos 2000, a referência aos partidos se deu aqui de maneira intensa, não havia nominalizações, mas sim a evidência dos agentes das ações mais fortemente marcada pela mobilização da denominação partidária, no caso PT e PSDB, o que reforça a *estratégia de polarização ideológica partidária*, distanciando os dois candidatos que se mostravam realmente antagônicos e marcando suas inscrições em seus partidos.

3 Considerações finais

Num mundo globalizado, de entrelaçamentos e novas categorias não binárias, ainda se evoca o binarismo tão caro a cultura burguesa do século XIX, “ a cultura burguesa se fundava em binarismos e oposições tais como natureza/cultura, pai /mãe, homem/mulher, superior/inferior” (TELLES, 2013 p. 405). Em 2010, em virtude da presença feminina na arena, as *estratégias intrínsecas* ao discurso político como falar dos programas do governo passa a ser uma prática predominante no debate. O uso dessas estratégias também são procedimentos que identificam a *estratégia de docilização*, a qual vem por meio do apagamento da agressividade e da pasteurização desse dizer, assim, nesse primeiro momento de aparecimento do feminino nesse lugar público há um silenciamento desse feminino, uma tentativa de apagar esse sujeito como ocupante desse lugar. Tanto do lado do sujeito que abranda sua feminilidade e que evidencia a masculinidade, tentando um equilíbrio entre os dois, como também um apagamento feito pelo interlocutor, que não evidencia a mulher ao seu lado ou faz referência a ela, ademais, outro fato relevante é que os candidatos não interagem. Desse modo, em 2010, o debate se dá com os candidatos falando diretamente aos seus eleitores, o embate não é enfocado, é deixado suspenso o embate entre os gêneros, o que cria a possibilidade interpretativa de que o que se quer é apagar o lugar público feminino. Por consequência, observamos que o debate de 2010 não é enérgico, é ameno, pasteurizado e altamente controlado.

No que concerne a construção daqueles sujeitos, a candidata ocupa um lugar que dá credibilidade e possibilita a fala, assim, há uma heterogeneidade que a constitui na medida em que esse sujeito toma o lugar do masculino, heterossexual e branco, para assim poder ocupar o espaço público e se fazer candidata. No entanto, em 2014, o embate se torna visível e o feminino, que ali já ocupava o lugar público na figura de presidenta torna-se visível e é, por diversas vezes, mobilizado como ferramenta de agressão. A *estratégia de agressividade* em 2014 foi, algumas vezes, construída por mobilizações e encaixes que denigrem o que é relacionado ao feminino, como demonstrado no capítulo 2 com as assertivas do candidato Aécio no enunciado 15: “dei a senhora a oportunidade de apresentar sua defesa”

A *estratégia de agressividade* foi predominante acompanhada da *estratégia de afastamento ideológica* no debate de 2014, diferenciando-se do de 2010 que foi pautado na *estratégia de docilização* como dominante seguida das *estratégias intrínsecas do discurso político*, ou seja, ao ser docilizado enfatiza-se os números, os feitos anteriores dos governos e ao ser agressivo evidencia-se o distanciamento e a polarização.

Por fim, por meio das estratégias aqui elencadas, advindas de análises breves e sucintas, elucidamos o funcionamento do debate presidencial televisivo no que concerne da construção do discurso político e de seus sujeitos. Dessa maneira, por tratarmos de discurso político em campanha eleitoral. Cabe trazer a luz uma das muitas contribuições de Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*: “O discurso não é apenas aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2009b p. 10) assim estando a discursividade política, também, sempre ligada a um jogo de poder dado, na contemporaneidade e ilustrado nas estratégias do discurso político brasileiro contemporâneo .

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**, Paris, EdduSeuil, 1998,et 2002 pour la préface.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político** :tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz, São Paulo: Contexto, 2006.
- DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto, [1968] 1997.
- DEBRAY, Regis. **O Estado Sedutor**, Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Ed. Nova Vega– Passagens. Lisboa, 2015 3ªed. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Graal, 2001. P243-276.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, [1996] 2009b.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2004.
- GOFFMAN, E. **L’arrangement des sexes**. Trad. Hervé Maury. Paris: La Dispute, 2002.
- LE BART, Christian. **Le discours politique**. Paris,Fr. Ed. Presses Universitaires de France, 1998.
- LE BART, Christian. **Parler en politique** , *Mots. Les langages du politique* [En ligne], 94 | 2010, mis en ligne le 06 novembre 2012, consulté le 29 décembre 2016. URL : <http://mots.revues.org/19867>
- PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo, voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- REVEL, Judith. **Foucault : conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos, Claraluz, 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espetáculo, Política e Mídia** disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espetáculo** In, Cultura e Atualidade,2005, Bahia: Ed. EDUFBA. Disponível em:<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/147/4/Cultura%20e%20Atualidade.pdf>

SÁ, Israel **Memória discursiva da ditadura no século XXI: visibilidades e opacidades democráticas**. 2015. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

SÁ, Israel, SARGENTINI, Vanice. Jogo das imagens: a espetacularização da memória na mídia. In: KOGAWA, João Marcos Mateus; GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas**. v.1. Araraquara - SP: Cultura Acadêmica, 2012.

TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras**. In DEL PRIORE, Mary História das Mulheres no Brasil, Ed. Contexto, São Paulo,2013.

WEBER, Maria Helena; ABREU, Carmen R. **Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico**. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). Mídia, representação e democracia no Brasil - estudos sobre comunicação política. São Paulo: Hucitec, 2010, v. 1.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espectáculos da Política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.